



SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE EMANCIPAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Luiz Carlos de Souza Junior ¹

RESUMO

O presente artigo busca trazer algumas reflexões acerca do cotidiano profissional do Serviço Social e sua relação com os direitos humanos. Partimos de uma problematização sobre a centralidade da temática com os fundamentos e princípios éticos da profissão e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Dito isto, pretendemos relacionar a questão apontada com o paradigma sobre os atuais e crescentes aviltamentos dos direitos humanos e a necessidade de um posicionamento crítico do Serviço Social, através do seu Projeto Ético-Político, posto sob a ótica da sociabilidade burguesa, que impõe limites a real efetivação da emancipação humana.

Palavras-chave: Serviço Social; Direitos Humanos; Projeto Ético-Político; Emancipação Humana.

RESUMEN

El presente artículo busca traer algunas reflexiones acerca del cotidiano profesional del Servicio Social y su relación con los derechos humanos. Partimos de una problematización sobre la centralidad de la temática con los fundamentos y principios éticos de la profesión y su inserción en la división social y técnica del trabajo. Dicho esto, pretendemos relacionar la cuestión apuntada con el paradigma sobre los actuales y crecientes desventajas de los derechos humanos y la necesidad de un posicionamiento crítico del Servicio Social, a través de su Proyecto Ético-Político, puesto bajo la óptica de la sociabilidad burguesa, que impone límites la real efectividad de la emancipación humana.

Palabras clave: Servicio Social; Derechos humanos; Proyecto Ético-Político; Emancipación Humana.

INTRODUÇÃO

¹Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Assistente Social lotado na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROAE/UFJF).

O estudo em tela possui como objetivo contribuir ao debate sobre a relação entre Serviço Social e direitos humanos na contemporaneidade. A proposta se justifica pela atual conjuntura posta à sociedade brasileira de crescente aviltamento de direitos num panorama político que não dá margem para uma perspectiva otimista de futuro.

Dito isto, torna-se imperioso ressaltarmos que pensamos o amadurecimento teórico-metodológico da profissão a partir da perspectiva histórico-crítica, que permite uma compreensão acerca da inserção do Serviço Social brasileiro no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho e suas conseqüentes implicações. Partimos de tal pressuposto por não pensarmos sobre a historicidade do Serviço Social de maneira isolada e/ou como uma evolução da caridade e filantropia no início do século XX.

... o que dota de legitimidade uma profissão é basicamente o fato de certas necessidades sociais serem reconhecidas, transformadas em demandas e respondidas por determinadas instituições e organizações, as que empregam os profissionais para estudar e/ou intervir nessas realidades. Vale dizer, a demanda institucional que cria o espaço interventivo do assistente social provém do órgão empregador do profissional – aquele que transforma sua prática numa atividade ocupacional, onde se recebe um salário em troca da venda da sua força de trabalho, com o fim de dar resposta a uma necessidade social. (MONTAÑO, 2009, p. 47).

Ou seja, compreender a funcionalidade histórica do Serviço Social sob a égide de uma sociabilidade burguesa é fundamental para pensarmos nos tensionamentos presentes no desenvolvimento e consolidação de seu projeto profissional, denominado, a partir dos anos 1990, como Projeto Ético-Político. Questão intrinsecamente relacionada à funcionalidade das políticas sociais num Estado burguês, que atravessam inúmeras variáveis acerca dos direitos que englobam a temática dos direitos humanos.

De acordo com Barroco e Terra (2012) as bases ontológicas da teoria social de Marx dão o suporte teórico necessário para sustentação dos valores e princípios que compõem o Código de Ética de 1993, e, por conseguinte, orientam o comportamento profissional nas decisões cotidianas. Questão fundamental para problematizarmos como é abordada a temática dos direitos humanos, desde sua centralidade acerca dos princípios fundamentais éticos da profissão ao cotidiano referente à sua respectiva práxis.

Tais questões ressaltam a importância da compreensão crítica dos fundamentos éticos da vida social e do Serviço Social, tendo em vista sua função pedagógica que busca a garantia dos direitos de cidadania e a emancipação das classes subalternas, atuando diretamente nas relações conflituosas entre as classes que resultam nas expressões da “questão social”. Porém, cabe ressaltar que a formação profissional não é o único referencial onde se adquire um dado conhecimento capaz de fundamentar as escolhas éticas, pois segundo Barroco (2009):

... Somam-se a ela – ou a ela se contrapõem – as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação formal e informal, pelos meios de comunicação, pelas religiões, pelo senso comum. É o conjunto de tais manifestações culturais e conhecimentos que forma os hábitos e costumes que a educação formal pode consolidar ou não. (BARROCO, 2009, p. 176).

Dessa forma, buscaremos, nos limites de um artigo, trazer elementos que possam contribuir ao debate sobre a prática profissional do Serviço Social e sua relação atual com a temática dos direitos humanos a partir de uma perspectiva totalizante, que considere as demandas sociais e históricas que legitimam tal processo ao longo do desenvolvimento das forças de produção e reprodução da vida material.

DIREITOS HUMANOS E SOCIABILIDADE BURGUESA

A partir do século XX, é notório o número crescente de acordos internacionais que demonstram preocupação com a garantia dos direitos humanos por parte dos Estados. Porém, contrário a esse movimento, o desenvolvimento das forças produtivas do capital se apresenta como responsável por um crescimento exponencial de aviltamento de direitos, conquistados politicamente pela classe trabalhadora arduamente ao longo da história.

O direito burguês é a expressão jurídica que auxilia no processo de reprodução material das relações capitalistas, através do controle normativo que exerce sobre a classe trabalhadora. Logo, não podemos deixar de considerar que, isso representa também uma disputa ideológica acerca da concepção de direitos humanos, tendo em vista que, se apresenta como um discurso utilizado por diferentes vertentes políticas. Nesse sentido, Trindade (2002) exemplifica como os direitos humanos não são exclusivamente utilizados por setores progressistas ao descrever como até mesmo Hitler se apropriou desse debate.

Trindade (2011) aponta a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, produzida na França em 1789, como um marco de “fundação” dos direitos humanos. Fato que corrobora com a problematização acerca da sua intrínseca relação com a ascensão da ordem burguesa, já que em seu artigo 2º, a propriedade é tida como um direito natural.

Devemos enfatizar a complexidade do debate sobre direitos humanos, tendo em vista que já foi utilizado como justificativas para ações arbitrárias de intervenções de um país sobre o outro, e até mesmo de ações coercitivas do Estado no combate à violência urbana ou em repressão aos movimentos sociais. Em A Questão Judaica, Marx (2001) faz alguns apontamentos sobre o tema ao estabelecer a diferenciação entre emancipação política e emancipação humana,² pois se trata de uma definição de direitos que garante o egoísmo do homem, como indivíduo membro da sociedade civil e destaca que a liberdade alcançada pelas revoluções burguesas é a liberdade pela propriedade privada, o que não modifica as particularidades da desigualdade social. De acordo com Ruiz (2014), Marx, ao analisar o desenvolvimento da ordem social burguesa, não desconsidera o avanço da emancipação política, mas salienta a necessidade da emancipação humana.

Para Iasi (2011), se a emancipação política representa um momento de materialidade histórica dos seres humanos no capitalismo, a emancipação humana pode ser a expressão de uma nova sociabilidade, que supere a lógica do capital.

As conquistas por direitos civis e políticos possuem um caráter liberal, tendo em vista que são frutos das revoluções burguesas do século XVIII, que pautadas nas ideias do Iluminismo, com base na razão humana, criticavam os privilégios exercidos pelos nobres. Com isso, pregando um pensamento de universalidade, através dos conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade, a burguesia de fato teve seu caráter revolucionário, contudo isso só foi possível porque esses interesses também eram comuns às camadas populares, que ofereceram apoios cruciais para essas revoluções.

² Para Marx (2001), a emancipação plena só será possível quando o homem se tornar um ser genérico, reconhecer e organizar suas próprias forças como sociais, de modo a não separá-la de si como força política.

A real luta efetuada pela burguesia propagava um discurso liberdade em prol da iniciativa econômica, e com o desenvolvimento do sistema capitalista essa classe passou de revolucionária para conservadora. Indo além, o desenvolvimento do capitalismo gerou novas formas de exploração do homem sobre o homem, sendo que é um sistema que por si só é marcado por contradições, que impulsionaram movimentos dos trabalhadores para conquistas dos chamados direitos sociais. Dessa forma, vemos que os direitos humanos não são apenas resultados de lutas burguesas, e a posição de resistência dos trabalhadores na luta de classes foi responsável por conquistas significantes, como, por exemplo, as mudanças em legislações trabalhistas, constituição de políticas sociais, entre outros.

Obviamente, num contexto de crescente aviltamento de direitos, não podemos desconsiderar as conquistas efetuadas pela classe trabalhadora, que, nas palavras de Trindade (2011), tornam o processo de exploração do modo de produção capitalista “mais suportável”. Ou como Casalino (2011) destaca, são conquistas que, ainda que necessárias para reprodução da vida humana, apenas amenizam os efeitos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, e não se propõem a superação das causas.

Nos dias de hoje tais conquistas dos trabalhadores estão sofrendo um retrocesso, que, conforme citado anteriormente, flexibiliza, além dos processos de trabalho, direitos, o que representa uma nova postura do Estado no enfrentamento das variáveis da chamada “questão social” e, conseqüentemente, implica em novas formulações no âmbito profissional dos assistentes sociais. Dessa forma, as políticas sociais passaram a adotar medidas compensatórias e seletivas, ou seja, foram reduzidas ao assistencialismo, filantropia e administração da miséria (que vem sendo dada como superada nas atuais propagandas das políticas governamentais em âmbito nacional). Em outras palavras, trata-se de políticas que reduzem a “questão social” à pobreza e assim responsabilizam os indivíduos pela sua condição, e não o sistema vigente.

Tais políticas sociais adotadas, focalizadas na pobreza, representam ao invés de um afastamento do Estado sobre essas questões, sua reconfiguração, marcada pelo crescimento de organizações da sociedade civil, em especial as ONGs, o que demonstra um processo crescente de privatização do campo social. Muitas dessas

políticas se pautam na defesa dos direitos humanos para confirmar e legitimar a subalternidade das classes populares por meios de benefícios que não constituem direitos de fato.

A compreensão das expressões da questão social e de suas formas de enfrentamento na contemporaneidade impõem lembrar que o reconhecimento de direitos, mesmo garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo historicamente como atributo efetivo das políticas sociais em nosso país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas, administram-se favores. O período de mais de um século de clientelismo consolidou uma cultura política tuteladora que não favorece o “protagonismo” nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade. O modelo atual reforça as abordagens despolitizadas da questão social, colocando-a fora da esfera pública, fora da esfera dos direitos e, portanto, distante da efetivação da cidadania. (FREIRE; CARVALHO, 2007, p. 152).

“Para os não integrados, restam políticas focalizadas de combate à pobreza, redes de proteção social e, no limite, a polícia” (BEHRING, 2009, p. 81). Tal afirmação apresenta outra consequência do modelo neoliberal, pois as políticas não se apresentam como uma forma de superação da pobreza, no máximo como possibilidade de administração, e em casos extremos torna-se legitimado o uso da coerção através de uma instituição do Estado, a polícia.

Ao debater sobre a criminalização da “questão social”, Ianni (1996) enfatiza a resistência histórica das classes dominantes no que tange à absorção de demandas das classes subalternas, postas como reivindicações, econômicas, políticas, culturais, entre outras. Através de medidas modernizantes, as classes dominantes utilizam a estratégia de “naturalizar” as expressões da “questão social”, apontando-as como “fatalidades”, tendendo a transformá-las em problemas inerentes à assistência social ou relacionados à violência, o que, nesse caso, justifica a resposta em forma de segurança e repressão.

Quando se criminaliza o “outro”, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem estabelecida. Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de “fatalidades”, “carências”, “heranças”, quando não “responsabilidades” daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão. (IANNI, 1996, p.101).

Trindade (2011) ressalta que, apesar das contradições filosóficas entre o marxismo e os direitos humanos, muitas de suas pautas recentes possuem tendências emancipatórias, e, que a superação dessas contradições que permeiam

os direitos humanos será possível com a própria superação do direito enquanto forma social inerente às relações sociais no capitalismo.

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL

A ordem vigente cabe à absorção de algumas medidas para que os direitos humanos sirvam como um “manual de bom comportamento” (MARQUES, 2011, p. 207) e como um limite redutor para a revolução. Nesse sentido, ocorre uma disputa entre as classes sociais já no terreno ideológico que constrói e define o significado dos direitos humanos, portanto torna-se cada vez mais necessária a participação do Serviço Social na denúncia e combate a violação desses direitos.

Através dessa discussão, podemos compreender a inserção do profissional de Serviço Social no debate acerca dos direitos humanos e sua possibilidade de atuação pautada num viés emancipatório para as classes subalternas.

Desde o final da década de 1980 e início dos anos 1990 é recorrente a preocupação dos assistentes sociais em relação ao debate sobre direitos humanos, pois é fundamental para a prática profissional a compreensão plena desse campo de trabalho, onde os direitos defendidos pelo atual Código de Ética Profissional e pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social possam ser efetivados.

Devemos considerar o contexto sócio-histórico no qual o profissional está inserido, tendo em vista que se encontra numa posição privilegiada para o debate já que atua diretamente na tensão gerada pelas relações sociais entre classes nitidamente antagônicas. Contudo, o assistente social também se encontra na condição de trabalhador assalariado, logo, está sujeito aos limites impostos pelo processo de reestruturação produtiva do capital, ou seja, às flexibilizações crescentes dos direitos e condições de trabalho.

Com isso, é primordial o debate sobre direitos humanos, para que os profissionais entendam suas implicações numa sociedade na qual o sistema vigente é marcado por contradições, oriundas da luta de classes. Assim, compreender a gênese e o desenvolvimento desses direitos relacionando-os ao atual Projeto Profissional se apresenta como uma forma de resistência ao processo de desumanização crescente nos últimos anos.

Dessa forma, abordamos aqui os direitos humanos como produtos históricos, e assim, vemos a importância do trabalho, considerado como fundante do Ser Social, pois trata de uma relação entre o homem e a natureza, guiada pela consciência que visa atender as necessidades humanas. Porém, ao atender tais necessidades, o trabalho gera outras, e, com isso, seu desenvolvimento pode ser considerado como um elemento propulsor da história.

Para Ruiz (2013), a capacidade humana teleológica e a de autorreconhecimento de novas necessidades mostram que os direitos são mais do que leis (conforme demonstra a perspectiva liberal), e fazem parte de um movimento dialético de respostas a demandas sociais e desenvolvimento de potencialidades do gênero humano.

Ao considerarmos os direitos humanos como parte de uma construção social, deixamos nosso posicionamento contrário a uma visão linear da história que gera uma hierarquização entre os direitos separando-os em gerações, ou seja, afirma uma superioridade dos direitos civis e políticos sobre os sociais. Desse modo, tal visão naturaliza a passagem de uma geração para outra e não reconhece os resultados das lutas das classes sociais.

Atualmente, Trindade (2011) destaca o quanto a teoria das “gerações” de direitos vem sendo substituída pela concepção de “dimensões”, com vistas a superar a suposta hierarquia axiológica ou cronológica citada anteriormente.

Nesse sentido, Ruiz (2011) faz uma crítica a uma referência utilizada no Serviço Social sobre a abordagem em “direitos sociais e humanos”, pois corre o risco de associação dos direitos humanos apenas aos que foram priorizados pelo liberalismo (civis e políticos).

Após as duas grandes guerras, os traumas e memórias de seus horrores fizeram com que a necessidade internacional de medidas que visassem defender direitos mínimos do ser humano novamente se colocasse na conjuntura. As medidas inicialmente tomadas foram a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, e a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Mas como nos lembrava Trindade, novamente o que não estava escrito era tão importante quanto o que estava previsto pelo texto de tal Declaração. Os países reunidos em torno dos Estados Unidos conseguiram predominar na redação de tal texto, fazendo que a ampla maioria de seus artigos contemplassem o reconhecimento de direitos civis e políticos, em detrimento de direitos sociais, econômicos e culturais. (RUIZ, 2011, p. 92-93).

Por conter no código de ética profissional do assistente social um dos princípios voltado para a defesa intransigente dos direitos humanos, podemos compreender este como um campo de trabalho para todos os assistentes sociais, por mais que estes direitos estejam representados de diferentes formas. O que, algumas vezes, dificulta esse entendimento para os profissionais. Cabe ressaltar que tanto o Código de Ética de 1993 quanto o atual Projeto Ético-Político fazem parte de um contexto histórico de recente democratização política no país, e pautam defesas para garantias das conquistas sociais previstas na Constituição de 1988, em virtude do avanço da agenda neoliberal no Brasil.

Os Assistentes Sociais são trabalhadores historicamente envolvidos com as políticas sociais, uma vez que surgem em função das expressões da “questão social”. Dessa maneira, lidam com programas, projetos e atividades institucionais no âmbito dos direitos sociais, podendo firmar valores e projetos profissionais consoantes com projetos societários que sirvam para ultrapassar os parâmetros definidos pela lógica que estabelece contradição entre gênero e particular, indivíduo e sociedade e se alinhe a uma ética que favoreça a superação de tal contradição. (FORTI, 2010, p. 149).

Nesse sentido, torna-se mister a compreensão do contexto socioeconômico vigente e da totalidade da questão sobre os direitos humanos, pois um direito não é plenamente conquistado de maneira isolada. Logo, podemos afirmar que é fundamental que os assistentes sociais insiram na sua prática uma função pedagógica vinculada ao movimento de formação intelectual das classes subalternas, que estabeleçam uma ruptura com práticas clientelistas de relação entre Estado e sociedade.

Concordamos com Barroco e Terra (2012), pois, conforme crescem os aviltamentos dos direitos humanos surgem demandas que rebatem nas profissões que atuam com as populações afetadas. Dessa forma, o assistente social, sendo um profissional voltado para intervenção nas múltiplas expressões da “questão social”, vincula-se ao processo de barbarização da vida e aproxima a discussão sobre a violação dos direitos humanos ao direcionamento dado pelo atual Projeto Ético-Político profissional. As autoras consideram que, mesmo possuindo limites inerentes à lógica de uma ordem social burguesa, as lutas pelos direitos humanos representam avanços e conquistas de setores sociais oprimidos. Ou seja, compreender as contradições de tal debate é fundamental para o desenvolvimento de estratégias profissionais pautadas no viés da perspectiva crítica.

Dessa maneira, Ruiz e Simas (2015) salientam que tanto os direitos humanos quanto o Serviço Social podem ser observados a partir de diferentes concepções (filosóficas, políticas, históricas, conjunturais). Logo, é primordial o exercício da capacidade teleológica da profissão para o estabelecimento de uma análise que compreenda os limites e possibilidades postos ao debate num contexto de um Estado pautado numa ideologia neoliberal. Isto é, buscamos pensar o exercício profissional a partir das demandas e requisições históricas, do seu amadurecimento teórico-metodológico e das condições postas a uma profissão assalariada, majoritariamente mediada por ações do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de direitos humanos posta no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, está diretamente relacionada a superação dessa sociedade pautada na apropriação privada dos meios de produção, conforme citado anteriormente. Ao pensarmos no significado do termo intransigente, vemos que a defesa dos direitos humanos na conjuntura atual, com vistas a emancipação humana, em sentido pleno, representa uma tarefa hercúlea, tendo em vista o crescente panorama de aviltamento.

Insistimos num referencial teórico que parte de uma análise crítica da realidade para direcionarmos o debate sobre a ética profissional num sentido oposto ao do conservadorismo, que permeia o senso comum na contemporaneidade. Tal questão ressalta a importância da compreensão crítica dos fundamentos éticos da vida social e do Serviço Social, tendo em vista sua função pedagógica que busca a garantia dos direitos de cidadania e a emancipação das classes subalternas, atuando diretamente nas relações conflituosas entre as classes que resultam nas múltiplas expressões da questão social.

...a ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo às condições mais gerais da vida social. Nesse sentido, a natureza da ética profissional não é algo estático; suas transformações, porém, só podem ser avaliadas nessa dinâmica, ou seja, em sua relativa autonomia em face das condições objetivas que constituem as referências ético-morais da sociedade rebatem na profissão de modos específicos. (BARROCO, 2001, p. 69).

Ao refletirmos sobre a citação de Barroco (2001), exposta acima, percebemos os desafios relacionados aos princípios e valores presentes no Código de Ética de 1993, já que correspondem a uma perspectiva contrária a ordem social vigente.

“As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). A partir desse trecho retirado da obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) nos auxiliam a compreender como a relação de exploração do trabalho vai além da esfera da produção. No texto em questão buscamos problematizar esse apontamento a partir de um debate acerca dos direitos humanos.

Ao considerarmos o homem como um ser social, afirmamos aqui sua capacidade de construir a história, entretanto, isso não pode ser realizado de maneira fortuita, tendo em vista que ele depende das condições materiais objetivas postas pelo seu período histórico. Logo, Iasi (2011) destaca que a luta por direitos ocorre no interior do direito burguês, já que vivemos sob a égide da sociedade burguesa, contudo, isso não deve ser motivo para levar a uma postura paralisante.

Destarte, vemos a importância do Projeto Ético-Político do Serviço Social, considerado como produto de ações coletivas, para referenciar a atuação profissional, pois, escolhas cotidianas representam também decisões políticas. Questão que dá base para compreensão e utilização de outras possibilidades no enfrentamento da situação de violação de direitos, como por exemplo o Direito Internacional dos direitos humanos.

Segundo Ruiz (2013), o reconhecimento estatal dos direitos é apenas uma, de diferentes dimensões que implicam na sua real efetivação, já que não é algo limitado ao âmbito da legalidade. Por isso, torna-se primordial a compreensão de que os direitos humanos representam conceitos e significados em disputa numa sociedade de classes marcada por uma profunda desigualdade social, oriunda da exploração do homem sobre homem.

Percebemos que tanto os direitos humanos quanto o cotidiano profissional dos assistentes sociais são permeados de contradições e limites, mas isso não impossibilita a construção de um debate crítico sobre ambos. Em relação ao Serviço

Social, Ruiz (2013) ressalta o valor da dimensão pedagógica e da sistematização da prática profissional para um movimento de qualificação constante dos assistentes sociais nesse movimento de questionamento ao modelo de sociedade excludente e desigual existente.

Portanto, entendemos que os direitos humanos devem ser vistos como conquistas das lutas de classes, marcadas por seus determinados contextos históricos, e os assistentes sociais devem utilizar de sua posição privilegiada nessa questão para viabilizar a universalização desses direitos. Desse fato deriva a necessidade de apropriação dos conteúdos legais sobre a questão para que estes profissionais consigam não apenas ampliar direitos, mas garantir suas efetivações.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. e TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS, São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, M. L. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**- Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine R. **Expressões políticas da Crise e as novas configurações do estado e da Sociedade Civil**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2009.

CASALINO, Vinícius. **O direito e a mercadoria: para uma crítica marxista da teoria de Pachukanis**. São Paulo: Dobra Editorial, 2011.

FORTI, Valeria. **Ética, crime e loucura: Reflexões sobre a Dimensão Ética no Trabalho Profissional**. Rio de Janeiro: 2.ed. Lumen Juris, 2010.

FREIRE, Silene de Moraes; CARVALHO, Andréia de S. de. **A construção do “nós” e do “eles” no simulacro da violência do discurso midiático**. In: **Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea** / Silene de Moraes Freire, organizadora – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

IASI, M. L. **O direito e luta pela emancipação humana**. In: **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. FORTI, Valeria e BRITES, Cristina M^a (Org.). Rio de Janeiro Lumen Juris, 2011.

MARQUES, Elídio Alexandre Borges. **Direitos Humanos: para um esboço de uma rota de colisão com a ordem da barbárie.** In: **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates.** FORTI, Valeria e BRITES, Cristina M^a (Org.). Rio de Janeiro Lumen Juris, 2011.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2. ed. São Paulo: Cortez: 2009.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.** In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Conselho Regional de Serviço Social (Org.). - Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos: argumentos para o debate no Serviço Social.** In: **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates.** FORTI, Valeria e BRITES, Cristina M^a (Org.). Rio de Janeiro Lumen Juris, 2011.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e concepções contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2014.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SIMAS, Fábio do Nascimento. **Exercício profissional: uma mediação central entre direitos humanos e o projeto ético-político do serviço social brasileiro.** In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica.** Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos.** São Paulo: Petrópolis, 2002.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels.** São Paulo: Alfa-Omega, 2011.

TRINDADE, José Damião de Lima. **“Os direitos humanos: para além do capital.”** In: **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates.** FORTI, Valeria e BRITES, Cristina M^a (Org.). Rio de Janeiro Lumen Juris, 2011.



TRABALHO PRECÁRIO, PRECARIZAÇÃO DAS VIRTUDES?

Leni Maria Pereira Silva¹
Luciney Sebastião da Silva²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a precarização do trabalho como possibilidade de afronta as virtudes humanas. Apropria-se do conceito de *trabalho* nos moldes da sociedade de classes, que o considera enquanto ato humano subsumido a condição salarial e, por *virtude* ação guiada pela retidão racional, sem determinações que coloque a liberdade do sujeito em condicionamento aos ditames sociais. Isto posto, o trabalho em sua dimensão precária torna-se penoso e degradante da condição humana ao confrontar valores e estabelecendo dilemas existenciais no cotidiano dos(as) trabalhadores(as). Trata-se de um estudo de recorte bibliográfico que parte do pressuposto de que o avanço da precarização no trabalho provoca uma deterioração dos valores humanos dos/das trabalhadores(as) no contexto contemporâneo das relações sociais que se estabelecem por via do trabalho. Considera-se que o novo gerenciamento do trabalho tem provocado importantes mudanças sociais com ataque frontal aos valores humanos.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Virtudes humanas.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the precariousness of work as a possibility of confronting the human virtues. It adopts the concept of work in the mold of the class society, which considers it as a human act subsumed the salary condition and, by virtue of action guided by rational rectitude, without determinations that places the freedom of the subject in conditioning to the social dictates. That said, work in its precarious dimension becomes painful and degrading to the human condition by confronting values and establishing existential dilemmas in workers' daily lives. It is a study of bibliographic clipping that assumes that the advance of precariousness at work causes a deterioration of the human values of the workers in the contemporary context of the social relations that are established through work. It is considered that the new management of labor has provoked important social changes with frontal attack on human values.

Keywords: Work. Precariousness. Human virtues

¹ Doutora em Ciências Sociais UERJ. Assistente Social. Professora Curso de Serviço Social Unimontes. leni_25@outlook.com

² Mestre em Filosofia – UFOP. Graduado em Filosofia – PUC-MG. Professor do Departamento de Filosofia da Unimontes. Professor Curso de Direito da FAVAG. Professor Curso de Psicologia FACITEC

INTRODUÇÃO

Para Marx (2013), o trabalho é ato criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, “uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana” (MARX, 2013, p. 120). No entanto, nos tempos atuais, o trabalho perdeu esse *status* e foi coisificado ao provimento da existência. Essa desconstrução foi desencadeada a partir do assalariamento e se acirrou com o advento da industrialização somada à robótica moderno, o que projetou a perda da autonomia na produção das necessidades e o estranhamento entre o sujeito e objeto, bem como agravou a precarização ao ponto dela se apresentar tanto no trabalho como para a vida do/da trabalhador(a).

No bojo das desconstruções, tem-se como pressuposto que a precarização do trabalho representa o estágio avançado de controle de trabalho. Isso representa dizer que um novo gerenciamento da produção, ora baseado na produção em larga escala, ora na acumulação flexível, promove a desregulamentação de direitos alavancada pela terceirização e flexibilização das conquistas sociais e políticas da classe trabalhadora. Nesse sentido, instiga saber em que medida as mudanças ocorridas no trabalho podem confrontar os valores humanos? E ao mesmo tempo deteriorar sua importância?

O aporte teórico que se recorre está em autores que abordam a categoria trabalho e precarização Alves (2013); Mészáros (2013, 2006), sobre virtudes e ética Aristóteles (1999, 2002), dentre outros.

TRABALHO PRECÁRIO

Autores contemporâneos como Mészáros (2013, 2006), Alves (2007), Antunes (2013), Druck (2013), entre outros, debruçam em estudos sobre as questões que provocam modificações no “estatuto do trabalho” esclarecem o quanto o ataque ao trabalho tem sido realizado de forma voraz pelo capitalismo moderno por meio da desregulamentação, flexibilização e terceirização da força de trabalho.

Ambas estão como motores propulsores da precarização moderna do trabalho.

As reflexões sobre o trabalho precário se assentam nas concepções da precarização como elemento gestado nas lutas de classes em que o tanto o trabalhador como o trabalho passam a ser mercadoria. Desse modo, a precarização em seu sentido histórico é gestada na relação de compra e venda da força de trabalho.

O momento de maior inquietação parte das novas formas de inserção no trabalho, momento que é perceptível uma variação tanto no tipo de vínculo quanto na manutenção dos direitos trabalhistas para todas as classes de trabalhadores. Um momento de adensamento da precarização que vem assolando o trabalho. A precarização está intrinsecamente ligada à perda de direitos e, segundo Alves:

A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital. O Estado neoliberal tende a suceder, sob determinadas condições histórico-políticas, o Estado social (ALVES, 2007, p.114).

A manifestação concreta, ativa e densa da precariedade denomina-se precarização. A precarização não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo do capital.

Nas elucidações de Mészáros (2006), existem três situações que envolvem a precarização: 1) a “globalização” do desemprego e do “trabalho temporário” que afeta até mesmo o mundo do capitalista mais desenvolvido; 2) o mito da “flexibilidade” dada sua característica de equalizar descendente da taxa de exploração diferencial; e 3) uma forma de enfrentamento seria a substituição do “tempo de trabalho necessário” e a emancipação por meio do “tempo disponível”.

Isso posto, a compreensão acerca da precarização se assenta em duas perspectivas, a saber: A primeira apresenta a precarização como um fenômeno direcionado aos trabalhadores periféricos, das classes empobrecidas e submetidas a trabalhos forçados, informais, sem proteção social. Essa condição é engendrada no

bojo da sociedade salarial representando a miserabilidade da classe trabalhadora e crueldade do trabalho na sociedade capitalista.

A segunda perspectiva apresenta uma ampliação da precarização num contexto de flexibilização da produção e da acumulação capitalista, revela seu caráter multidimensional e mais denso e perverso. Ela atinge tanto o trabalho, a vida quanto a um amplo e diversificado conjunto de trabalhadores. Nasce uma espécie de “desefetivação” do trabalhador enquanto ser genérico reduzindo suas capacidades à mera mercadoria e, do trabalho como mercadoria, como desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria.

Compreende-se que o processo capilar de desenvolvimento e disseminação da precarização em todo o mundo, forte e contundente, desencadeado na década de 1990, entrevê a presença de uma precarização multidimensional que extrapola o “mundo” do trabalho e atinge outros momentos da vida.

Segundo Mészáros (2006), trabalho precário é um “deteriorado” fruto das crises cíclicas do capital e tem sido mascarado, tendo como motor a flexibilização. E, para Alves (2013), a precarização deve ser apreendida como ação concreta e dinâmica da precariedade. E a constituição da precarização se dá num processo histórico das relações sociais erguidas nas contradições entre capital e trabalho. É um modo de representação da hegemonia do capital financeiro no campo das relações produtivas. Ela não se esgota nem tampouco se revela a si mesma. Ela é parte de um todo, que ao longo da história veio se avolumando, dadas as circunstâncias determinadas pelas necessidades do capital sobre a produção do trabalho.

PRECARIZAÇÃO DAS VIRTUDES?

O exercício filosófico crítico aqui é empreender uma reflexão acerca da possibilidade da existência de um confronto entre valores humanos e precarização do trabalho. Nesse íterim, parte-se do entendimento de que as mudanças ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva criaram um fósil entre dignidade e trabalho. Estabelecendo certo conflito entre o sujeito e o objeto quando o primeiro é dominado e coisificado no processo de transformação da matéria prima em objeto de necessidade.

A perda de sentido do trabalho e o excesso de obrigação imposto tanto para a produção quanto para a desregulamentação dos direitos têm construído um contexto denso de desafios e cansaços. Dentre tantas consequências decorridas da precarização no mundo do trabalho, eis a “corrosão do caráter” acompanhada pela desvalorização dos afetos, da felicidade e da virtude na configuração da sociabilidade humana. Neste sentido, cabe analisar essas temáticas em Aristóteles, que segundo o filósofo, a agir e viver bem equivale a ser feliz. E, para compreender a felicidade, Aristóteles argumenta que esta é uma atividade da alma conforme à virtude e esta mantém relação com o discernimento e disposição de espírito. (ARISTÓTELES, 2002).

As virtudes, segundo Aristóteles, estão relacionadas com as ações e as paixões, e cada uma delas é acompanhada por prazer ou sofrimento. Invariavelmente muitos homens adotam comportamentos inadequados buscando satisfação de prazeres e outros se desvencilhando deles. As virtudes e os vícios do homem se relacionam com o critério do prazer e do sofrimento. (ARISTÓTELES, 2002).

Para Aristóteles (2002), a virtude pode ser dividida em intelectual e moral. Onde se adquire virtudes intelectuais a partir da natureza, em potência, mas que aperfeiçoa-se com o hábito por meio de uma atividade exterior. Para o filósofo, o caráter (ou disposições morais) de uma pessoa se adquire nasce das atividades semelhantes a ele (caráter) e, por essa razão, Aristóteles salienta que devemos atentar para a qualidade dos atos que praticamos (ARISTÓTELES, 2002).

O caminho para conseguir a felicidade é a virtude, e virtude corresponde ao hábito de escolher o justo meio, o que está entre o excesso e a falta. Com o meio-termo Aristóteles define a virtude como uma disposição de caráter relacionada com a escolha de ações e paixões que é, por sua vez, determinada por um princípio racional inerente ao homem e sua sabedoria prática (ARISTÓTELES, 2002). Assim, o homem feliz é o homem de prudência, é o homem dotado de discernimento que é capaz de conhecimento universal, aquele adquirido pela educação para as virtudes.

Ao analisar a sociedade, Aristóteles percebe que há um *télos* na vida social que possibilita a sociedade ser mais que aglomeração de pessoas. A vida em sociedade tem o seu *ethos* constituído na sua história de vida, que permite ao homem aprender a ser virtuoso. Nesta perspectiva, Aristóteles (2002) entende que é

papel do Estado deve fornecer aos indivíduos uma educação que aprimore a sua natureza, que o prepare para o bem viver, ser feliz. A responsabilidade do Estado é a de promover a boa educação, por outro lado, cabe aos indivíduos empenhar-se na sua construção de homem virtuoso, tanto no âmbito individual, quanto no aspecto coletivo.

Para Aristóteles (2002), o prazer é experimentado, sobretudo quando o sentido se encontra nas melhores condições e em atividade com relação a um objeto apropriado. Nesta perspectiva, Aristóteles considera a forma do prazer como uma coisa inteira, visto que ao sentirmos prazer, isso ocorre a cada momento, dentro de um todo completo. Entretanto, a precarização é elemento que compromete não apenas o trabalho vivo, mas o caráter a virtude do homem que trabalha, ela é, de fato, um efeito perverso da nova forma de gerenciar o trabalho na sociedade do avanço tecnológico. Sob sua presença constata-se a perda do domínio do tempo e manifestação de doenças e asseveramento do estranhamento entre sujeito e objeto.

O trabalho passa a ser o espaço de sofrimento e penúria para o trabalhador, especialmente quando esse se desenvolve em meio à desregulamentação dos direitos e perda das condições sociais e políticas que trariam significado produtivo e autônomo para os/as trabalhadores (as).

PRECARIZAÇÃO E O SOFRIMENTO

Esse item se arvora enquanto primários passos reflexivos acerca da possibilidade de ser ter por meio da precarização um ataque aos valores humanos. Parte-se da ideia de que a agudização da precarização do trabalho avança para a vida e isso pode ser apreendido enquanto um elemento provocativo de algum tipo sofrimento.

Nesse sentido, compreende-se que precarização causa danos. Tendo sua finalidade derruir as virtudes que possuem dimensões éticas no campo das resistências diante às contradições da sociedade capitalista. Desse modo, essa relação (precarização x virtudes) é mola propulsora de um contínuo sofrimento para os trabalhadores que optam por uma defesa de sociedade distinta da sociabilidade posta pelo capital.

Nesse sentido, apresenta-se que a sociedade atravessa, nesse século, contínuo desafio: por limite aos ataques às virtudes e resistir as investidas do capital na perda dessas.

Sendo o caráter referente à bagagem ética, moral que constitui os sujeitos de geração em geração a perda dessa predisposição, representaria estar à deriva de si mesmo. Num momento em que a sobrevivência está condicionada ao trabalho assalariado como único recurso de garantia, representa um sofrimento existencial, político e social para os sujeitos.

Para Sennet (2004), a falta de controle sobre o tempo e estar submetidos às determinações do trabalho e sua nova gerência contribui para que as condições de tempo no novo capitalismo criem conflito entre caráter e experiência. Em especial, acaba por ameaçar a capacidade das pessoas transformarem seus caracteres em narrativas sustentadas (SENNETT, 2004, p.32)

Na obra de Sennett (2004), o autor pondera que a corrosão do caráter seja uma consequência inevitável. Desse modo, “não há mais longo prazo”, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento uma afirmativa que elucida o processo que a sociedade vive em seu cotidiano.

A perda da confiança nas relações de trabalho e, em especial, o distanciamento entre ideais e exigências no cotidiano do trabalho corroboram o desencadeamento de sofrimento e adoecimento. Além de disporem de um cotidiano marcado por um processo de desestabilidade física, psíquica que se corre o risco de um avanço para o campo ético-político. E, para que esse último não seja impactado, é exigido maiores esforços de resistência e constituição de estratégias de confronto. E, justamente, nesse embate que alguns grupos de trabalhadores adoecem e sofrem ora por não conseguir resistir ou por empreender um esforço tremendo de resistência. Um embate que alguns não dão conta daí os processos de sofrimento que, especificadamente, resultam justamente do duelo das virtudes e do avanço das determinações postas ao trabalho assalariado.

Destaca-se que tais situações se localizam no campo das contradições erguidas na luta de classes. E, em meio aos antagonismos, tem-se um franco processo de adoecimento e sofrimento psíquico ligado às formas de gestão do trabalho.

Diante desse contexto, entende-se a existência de uma realidade dicotômica em que o ataque as virtudes e a luta de mantê-las como necessidade de sobrevivência e dignidade humana se situam no mesmo pólo da resistência. Uma vez que o trabalho, sob os moldes que a sociedade contemporânea o coloca e exige que seja, tem criado estratégias de enfraquecimento ou destruição das virtudes e, por outro lado, os trabalhadores conscientes das determinações sofrem e seguem em luta, resistindo às formas de alienação e naturalização das violações de direitos que estão expostos e, que ao mesmo tempo, atuam para minimizar e enfrentar aquelas que estão para os usuários das políticas sociais.

Entende-se que esse quadro resulta num contínuo processo de sofrimento que é posto aos trabalhadores e, denomina-se sofrimento tanto aquele vinculado àquilo que não é desejado. O sofrimento no trabalho constitui-se uma das consequências da insistência do ser humano em viver em um ambiente que lhe é adverso. A relação do homem com o trabalho nunca foi fácil, até mesmo a etimologia da palavra denota algo penoso e, até mesmo, indesejado (“tripalium”, instrumento de tortura feito com três paus) (DEJOURS, 1998, p.29).

O sofrimento é manifesto em frustrações e insatisfações, especialmente, quando o objeto de intervenção e resposta da instituição lhe é ignorado ou desconsiderado aos sujeitos que aos seus serviços recorrem. Segundo Dejours (1998), essa situação deu-se com maior intensidade após a década de 1960, quando houve uma aceleração desigual das forças produtivas, das ciências, das técnicas e das máquinas. Todos esses fatores, aliados às novas condições de trabalho - que podem ser entendidas por meio do ambiente físico (luminosidade, temperatura, barulho); do ambiente químico (poeiras, vapores, gases e fumaças); do ambiente biológico (presença de vírus, bactérias, fungos, parasitas); pelas condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho nas indústrias; facilitaram o aparecimento de sofrimentos insuspeitos na vida dos operários.

Apreende-se por sofrimentos aqueles diretamente ligados a condições associados a fatores históricos, laborativos e àqueles favoráveis ou não para a vida do trabalhador, relacionados à própria vida humana e ao trabalho (DEJOURS, 1998, p.31).

Recorre-se as reflexões de Dejours (1998) como um recorte teórico e metodológico de análise que ajuda a perceber o sofrimento no trabalho pertencente às determinações da lógica capitalista, que define perversamente os excluídos e os incluídos. Nesse sentido, a adoção da categoria sofrimento resulta em uma compreensão que vai além do aspecto individual e biológico para ser entendido como “produto de processo histórico-político, social e econômico da exclusão” (DEJOURS, 1998, p.35)

Isso posto, compreende-se que os elementos constitutivos do sofrimento advêm do processo de dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a relação entre objeto e sujeito, do trabalho morto sobre o trabalho vivo (MARX, 1978, p. 20). Tal condição mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre as virtudes e as determinações do trabalho, inerente ao trabalho capitalista. A condição assalariada pressupõe a mediação do mercado de trabalho sobre as condições de trabalho, no entanto tais situações começam a expor os trabalhadores a fatores que causam sofrimento em virtude de um panorama de desconfiança, insegurança e distanciamento da verdade. Assim, as exigências impostas pelos distintos espaços ocupacionais ao determinar as formas de enfrentamento das demandas põem em conflito os princípios profissionais e as determinações institucionais, sendo que estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidos no âmbito do trabalho coletivo. Além disso, normas contratuais condicionam o conteúdo e estabelecem limites e possibilidades às condições de realização da ação profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 218-219).

Nesse sentido, apreende-se que a condição de assalariado e as exigências postas pelo mercado compõem o processo de precarização das condições e relações de trabalho. Os trabalhadores estáveis estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos nova gestão do trabalho que é exigente, pontual, fragmentada e descontínua. Ainda, dividem o espaço com outros trabalhadores que estão submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, que juntos não dispõem de garantias para o exercício de suas funções no campo da oferta de serviços eficientes aos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo das mudanças que trouxeram uma “espécie” de reedição da precarização como fenômeno moderno, engendrada nas relações sociais e considera-se que a intensificação do trabalho é, de certo, o maior fator agressor que gera o trabalho precarizado, uma vez que este vem de uma condição externa aos espaços de trabalho e ocupacionais, acompanhado de uma lógica de desregulamentação dos direitos

As virtudes humanas não foram alteradas ou abandonadas, no entanto, o trabalhador passa absorto pela vida em meio a luta pela sobrevivência e o embate que a dignidade exige de cada um. Segue cansado, estressado, espoliado pelo tempo ao trabalho que campeia pela sua vida no trabalho e privada. Nesse ponto, pondera-se que há uma afronta às virtudes no âmbito das gentilezas, cuidados, amor, temperança, prudência, tolerância em detrimento de que é preciso assegurar um caráter mais austero, rígido, competitivo e individualista, polivalente entre outras determinações.

O confronto entre as virtudes humanas e as de mercado promovem um esgotamento do sujeito. Corre-se um risco do estranhamento entre sujeito e objeto a passar, nesses tempos, ser do sujeito com o próprio sujeito.

O aspecto instigante que sobressai nesse estudo é a relação que a precarização promove no trabalho. Ela adentra a gestão do trabalho por meio dos processos desencadeados pela reestruturação e seus novos mecanismos de produção: privatização, flexibilização (da gestão do trabalho envolvendo o modo de produção, robótica e os direitos dos trabalhadores) e terceirização. Essa última situação será a agudização da precarização do trabalho. Modos de gestão que colidiram frontalmente com as conquistas sociais da década de 1980 que também assumiram a condução dos modos de vida da classe trabalhadora.

No bojo do agravamento da precarização no século XXI, entende-se que por mais que até então era uma ação voltada ao trabalho e as formas e modos de produção, observa-se um novo processo que até então estava vinculado à existência subjetiva dos trabalhadores – o sofrimento. O sofrimento no trabalho passa a ser comprovado e estudado como elemento “novo” da nova morfologia de um trabalho que não traz sentido, frustrante e desestimulador.

O sofrimento vinculado ao trabalho, como salienta os estudiosos citados no corpo do texto, compõe o novo quadro de reflexões do trabalho. Nesse artigo, ao objetivar estudar o impacto da precarização nas virtudes como um confronto inevitável no mundo contemporâneo, percebeu-se que o processo de ilhamento dos trabalhadores em meio às novas tecnologias, formas de gestão do trabalho têm contribuído tanto para o adoecimento quanto para o sofrimento.

O trabalhador enquanto sujeito consciente sofre por estar exposto ao confronto que as determinações do trabalho colocam no seu cotidiano. Sofre por estar em um contexto de constante perdas de seguranças sociais, sofre por perceber o acirramento das desigualdades frente o aprofundamento das contradições entre a realidade e a organização do trabalho.

Considera-se que o sofrimento transita no campo das inseguranças e da necessidade de resistir as investidas do trabalho que exige despojar das virtudes em detrimento da sobrevivência material, se submeter as determinações sem que isso represente nenhum exercício de juízo, ter postas as funções e formas de respostas às demandas num momento que isso exigiria desconsiderar princípios e valores.

A nova morfologia do trabalho campeia em desafios, desenvolve em meio às determinações que colocam o trabalhador num franco processo de resistência e isso vem sinalizando que esse confronto é causa de sofrimento dos sujeitos conscientes de sua condição, mas, que entendem que suas aspirações justas e éticas são necessárias e os únicos mecanismos de enfrentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização**. São Paulo: Praxis, 2013.

ANTUNES, Ricardo. O desenho multifacetado do trabalho hoje e a sua nova morfologia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 79. Ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002 (107-120).

ANTUNES, Ricardo. A sociedade do adoecimento no trabalho In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 123. São Paulo: Cortez, 2015 (407-427)

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. 3ª ed., Trad. Mario da Gama Kury. São Paulo. Ed. UnB, 2002.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

DEJOURS, C. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações**. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 1994

DRUCK, G. e FRANCO, T (Orgs). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. In: **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002. Disponível em: www.ufba.gov.br Acesso em: 20 de agosto de 2015.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: **A riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007

MARX, K. **O capital** (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (L. I, v. I e II.)

MESZÁROS. I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. (27-44)

SAWAIA, B.D. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

SENNETT.R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Record: São Paulo.2004



O PAPEL DA MULHER NA DIVISÃO SEXUAL E SOCIAL DO TRABALHO

OLIVEIRA, Paola Antunes¹

RODRIGUES, Marcielly Mendes²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar o papel da mulher na divisão sexual e social do trabalho, compreendendo que ainda existe uma divisão sexista que separa homens e mulheres no trabalho. O papel da mulher na história da sociedade sempre foi pré-determinado. Ela era o sexo frágil, o homem saía de casa para trabalhar e a mulher ficava responsável pelos serviços domésticos. Com o passar do tempo, a mulher foi conquistando o seu espaço de direitos em todas as dimensões. Será feito um resgate mostrando como através do movimento feminista, e a conquista em todos os espaços, a mulher foi se empoderando e buscando conquistar cada vez mais o seu espaço na divisão do trabalho posto que além dessa divisão produzir as desigualdades entre o gênero, e a mulher ainda vive em uma sociedade historicamente machista.

Palavras-Chave: Mulher; Trabalho; Gênero; Serviço Social

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of women in the sexual and social division of labor, understanding that there is still a sexist division that separates men and women at work. The role of women in the history of society has always been predetermined. She was the fragile sex, the man left the house to work and the woman was responsible for the domestic services. Over time, the woman has conquered her space of rights in all dimensions. A rescue will be made showing how through the feminist movement, and conquest in all spaces, women have been empowered and seeking to conquer their space more and more in the division of labor, since beyond this division produce inequalities between gender, and the woman still lives in a historically sexist society.

Keywords: Woman; Labor; Gender; Social Service

¹ Graduanda do 6º período do curso de Serviço Social, Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: paolaantunes1@yahoo.com

² Graduanda do 6º período do curso de Serviço Social, Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: marciellymendes8@gmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho é o fundamento ontológico do ser social. Sendo assim, é a forma como o homem garante a sua sobrevivência na sociedade, através da mediação entre o ser social e a natureza por meio do desenvolvimento de forças produtivas em um processo coletivo. Assim, o trabalho tem um importante papel na organização da vida social (ANTUNES 2007).

A inserção da mulher no trabalho teve início na I e II guerras mundiais, enquanto os homens estavam nas batalhas, a mulher cuidava dos negócios da família. Muitos desses homens no final ou estavam mortos, ou incapacitados de fazer atividades laborais, a mulher então deixavam suas casas e iam exercer o trabalho dos maridos. Só que ainda enfrentavam muitos preconceitos no mercado de trabalho. (ASSIS 2009).

Com o passar dos anos e as leis que beneficiavam as mulheres foram buscando o seu meio de se inserirem no trabalho, buscarem sua independência e liberdade visto que essa liberdade é uma pseudo liberdade, pois além de buscar o seu espaço ela ainda exerce o papel de mãe e mulher de família, do seu lar. A mulher, buscando o seu espaço encontra-se em uma esfera onde é inferiorizada social e sexualmente e, muitas vezes, tem a sua condição inferiorizada diferente do homem que mesmo tendo um cargo inferior ainda recebe mais e melhor do que a mulher.

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, mesmo a população feminina tendo maior nível de escolaridade que a masculina, a mulher ainda se encontra em desvantagem no mercado de trabalho. Sendo assim, a porcentagem de mulheres com ensino superior completo é de 12,5%, já a porcentagem masculina é somente de 9,9%.

Sobre a divisão sexual e social do trabalho:

A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens á esfera produtiva e das mulheres á esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Esta forma de divisão social tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2001, P.89).

Essa divisão é tema antigo e muito se tem a discutir. A mulher com a nova ordem capitalista foi inserida na relação produção e reprodução de trabalho. Essa divisão também fez com que surgissem configurações na esfera do público e do privado, onde o homem tornou-se responsável pela produção, apto para a esfera público sendo o único provedor da sua família. Já a mulher era responsável pela reprodução, pela esfera privada, sendo ela a única responsável pelo bem-estar do seu lar, do seu marido e pelos cuidados com os filhos.

Nessa direção, a relevância desse trabalho é desconstruir a idéia de que a mulher ainda é incapaz de fazer trabalhos tidos como masculinos. A discussão torna-se importante porque a mulher ainda vive em uma sociedade patriarcal, onde é inferiorizada, sendo tomada como frágil. No trabalho mesmo quando tem um cargo superior ao do homem, ou tem formação superior, ainda recebe menos e têm poucas condições de trabalho. Esse caso tem agravamento quando se trata da mulher negra que recebe um valor inferior ao salário da mulher branca. Procura-se relatar como desde a década de 1970 até os dias atuais, a mulher vem conquistando o seu espaço no trabalho, como os movimentos feministas foram importantes nesse processo e ainda desconstruir a imagem moral que a mulher tem na sociedade como sendo o sexo frágil, a única responsável pelos afazeres domésticos, vista como sendo submissa ao homem e incapaz de fazer trabalhos "pesados".

O artigo será feito através de pesquisa bibliográfica para a melhor compreensão desse tema. Através de dados será mostrado como a divisão do trabalho ainda é desigual para as mulheres.

FEMINISMO E GÊNERO

Muito se tem a falar sobre a divisão sexual e social do trabalho, as mulheres vem buscando o seu espaço desde os tempos antigos, buscam a sua emancipação através do trabalho, emancipação essa que pode até possibilitar a saída das mulheres de casa, onde dependiam dos seus parceiros para ajuda econômica. Todo esse movimento foi possível através do movimento feminista, onde as mulheres se mobilizaram em busca do seu espaço, sua liberdade, o movimento por si só já deixa claro que a busca de igualdade entre homens e mulheres.

Para GURGEL (2010) o feminismo tem história marcada pelo projeto de ruptura estrutural-simbólica dos mecanismos que perpetuam as desigualdades

sociais, com ações centralizadas contra o patriarcado, racismo e o capitalismo que são caracterizados como elementos das desigualdades que as mulheres sofrem todos os dias. Esse debate está vinculado à construção de uma proposta das demandas das mulheres por igualdade e liberdade e a emancipação humana, que são bandeiras do feminismo.

O processo de revolução francesa foi o primeiro cenário da expressão do feminismo como sujeito político [...] Existem registros que indicam manifestações de mulheres pelo direito ao alistamento militar e acesso às armas. Pois apesar da presença massiva delas na luta contra o poder real e o da Igreja, nas ruas e em levantes populares, as armas até então eram restritas aos homens (GURGEL, 2010, p.126).

No século XIX ocorreu a primeira onda feminista quando as mulheres se juntaram na Inglaterra para lutarem pelos seus direitos, sendo o primeiro conquistado direito ao voto, no Brasil os manifestos feministas também se deram ao direito ao voto (PINTO, p.15). Com as décadas de 1970e 1980 surgiram fatores importantes para o movimento feminista em razão de transformações sociais, econômicas e políticas: Na Europa e Estados Unidos o cenário era de movimentos libertários, as mulheres buscam o seu espaço nas indústrias, o feminismo começa a analisar sobre a divisão sexual também nos espaços acadêmicos, tem-se no Brasil a luta efervescente pelos direitos das mulheres. Outros fatores foram:

A permanência das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico mesmo tendo um trabalho assalariado; os problemas que enfrentam para responder as exigências e necessidades das duas esferas, produtiva e reprodutiva, a socialização da dificuldades da vida cotidiana foram transitando dos dilemas pessoais para os problemas dos coletivos de trabalhadoras, das impossibilidades profissionais criadas pela sobrecarga de responsabilidades para a construção de um problema político e sociólogo (ALVES, 2015. P.30-31).

Finalmente na constituição de 1988 no artº 5 tem-se a garantia de que homens e mulheres são iguais perante a lei em direitos e obrigações, apesar de garantido e de conhecimento que na prática não é exatamente assim, os cargos são mal distribuídos, as mulheres são inferiorizadas e tidas como incapazes de ocupar cargos maiores. Uma outra questão importante buscada pelo movimento feminista é o fim da violência contra o gênero, conceito ou tema que tem sido responsável por muitos debates e estudos.

Segundo Cisne (2015) os estudos de gênero surgem no século 1920 com influência de acadêmicas feministas com objetivo de desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres postas historicamente, onde naquela época, os homens eram tratados de forma diferenciada em relação às mulheres, situação que se repete até os dias atuais.

Os estudos de gênero surgem principalmente sob a influência de feministas acadêmicas, no final do século 20, entre as décadas de 1970 e 1980. Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas e nas relações sociais (CISNE, 2015, p.85).

Para Cisne (2015) foram a partir das concepções da autora Gayle Rubin (1949) que o conceito de gênero começou a ganhar força tornando-se uma referencia obrigatória na literatura feminista, Gayle Rubin restabelece uma dicotomia entre sexo/gênero, onde gênero seria a construção social de sexo, e sexo seria o que é determinado biologicamente. Ainda há uma falsa idéia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade social com os homens, se libertaram e adquiriram independência, ressaltando ainda mais que a masculinidade precisa ser trabalhada, e infelizmente muitas mulheres não tem consciência de sua condição social, e ainda se submetem a jornadas intensas e extensas de trabalho, ganhando bem menos que o homem com o mesmo cargo.

São as mulheres trabalhadoras de baixa renda, as mais atingidas por esse modelo econômico e cultural da sociedade, pois elas são exploradas, oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe, vivendo no limite da sobrevivência com relação as suas necessidades básicas, inclusive de alimentação. As mulheres pobres, em geral, priorizam a limitação do marido e dos filhos só permitindo-se a alimentação quando sobra algo sempre em acesso menor e em pior qualidade que os homens pertencentes à mesma classe (CISNE, 2015, p. 93).

A autora demonstra que as mulheres de baixa renda são as que mais são atingidas pela extensa jornada de trabalho, pois além de muitas não terem conhecimento da exploração presente no trabalho, as mesmas ainda precisam garantir a sobrevivência dos seus filhos e condições mínimas para viver.

ÉTICA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A divisão sexual do trabalho é um dos meios de exploração do capital sobre o trabalho, divisão essa que separa os trabalhos de homens e mulheres e categoriza os trabalhos de forma que classifica o trabalho feminino e os masculinos. A divisão sexual do trabalho não é fruto da existência de uma essência masculina ou feminina, pois onde uma atividade é exclusivamente feminina, em outra pode ser puramente masculina - Tomemos como exemplo o Serviço Social, que segundo Iamamoto (2000) é histórica e predominantemente feminina. O resultado de um sistema patriarcal capitalista a divisão sexual do trabalho, através da divisão hierárquica entre os sexos atribui às mulheres um pequeno prestígio social e as submetem aos trabalhos mais precarizados e conseguinte, desvalorizados.

Para Hirata e Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho é fator principal para a sobrevivência da relação social presente entre sexos, o homem é designado à esfera produtiva e a mulher a reprodutiva. O homem então se apropria de coisas que tem maior valor social, essa divisão estando presente desde os tempos antigos. Ainda segundo as autoras a divisão social do trabalho separa o “trabalho de homem e trabalho de mulher”, e tem princípio hierárquico, pois estabelece que o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher.

A escolha de um trabalho ou de uma carreira pelas mulheres está diretamente ligada com a orientação e valores sociais historicamente determinados pela sociedade em que vivem, as mulheres tendem a escolher trabalhos com a "essência" feminina, pois foi passado para elas que não teriam capacidade para exercer um trabalho com "essência" masculina.

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere as mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (CISNE, 2015, p. 177).

Com a obrigação de cuidar dos filhos e dos serviços de casa, a mulher enfrenta dificuldades para a sua inserção do mercado de trabalho dificuldade essa

por causa da sua posição e moral³ na sociedade, as tarefas domésticas impedem que as mulheres busquem tarefas importantes e qualificantes para o trabalho, como dito anteriormente fazendo a mulher ficar na posição privada e o homem na esfera pública. A falta de valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se identifiquem como trabalhadoras e assim não constrói a identidade com sua classe. E com isso algumas mulheres se acomodam não se organizam e nem participam politicamente das lutas da classe trabalhadora, isso faz com que o capitalismo explore cada vez mais e essa exploração passa despercebida devido à “natureza” de submissão da mulher e do papel desempenhado por ela.

No espaço da moral da mulher é necessária uma reflexão ética dos seus valores. A moral sendo um sistema de normas e valores que regulamentam as relações entre os indivíduos, à ética então é a teoria do comportamento dessa moral. É necessário desconstruir o valor moral da mulher na sociedade, pois com a visão da mulher apenas como submissa ao homem ela é questionada no ambiente de trabalho, por causa das “relações de sexo” o trabalho acaba sendo desigual e a mulher acaba sofrendo opressão por parte do homem.

Com essa moral questionada acaba por ser feito sobre a mulher um juízo de valor, já julgam a mulher sem conhecer o seu histórico, tudo isso porque o seu papel social na sociedade foi pré-determinado, a moral dela construída acaba por favorecer ao grupo masculino, comentários como “ela é incapaz de fazer esse serviço”, “isso é serviço de homem”, “ela é fraca para isso”, “seu serviço é dentro de casa”, só reforçam como ela vive em uma sociedade machista, contribuindo conseqüentemente em um dos vários desafios que a mulher tem quando se insere no mercado de trabalho. Para Chauí (2000) o senso e a consciência moral não podem ser separados da vida cultural, uma vez que definem para os indivíduos valores positivos e negativos. A moral do homem sobre a mulher então se torna uma moral conservadora.

Um dos fundamentos centrais da ética é a liberdade, liberdade essa que é buscada pela mulher e é uma capacidade humana, através dessa liberdade o indivíduo pode escolher conscientemente e ter condições de criar alternativas e escolhas, é um valor de importância na vida humana, pois é tida como positiva.

³ Seu valor moral é questionado por ser tida como submissa ao homem, incapaz de exercer funções historicamente masculinas, seus valores também questionados.

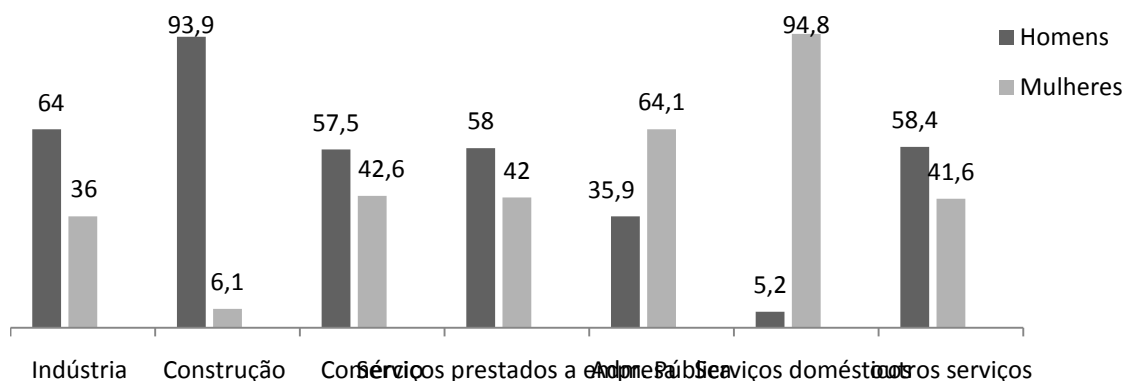
Infelizmente apesar de buscar a liberdade a mulher não tem uma liberdade absoluta, pois acaba sendo inserida na esfera pública e privada, o que acaba sendo uma pseudo liberdade, não foi escolha da mulher viver assim, foi imposto por uma sociedade que é machista e que divide sexualmente o trabalho, além disso para conseguir sobreviver na sociedade a mulher é obrigada a se qualificar, mesmo sendo uma educação de qualidade ou não, sua educação se torna mercantilizada para atender as necessidades do capital.

De acordo com Cisne (2015) há uma desresponsabilização do Estado para com as mulheres, pois não garante a elas direitos fundamentais, as mulheres desempenham funções que são fundamentais para o funcionamento do capitalismo, a naturalização dos trabalhos domésticos como obrigação da mulher e a não remuneração deste trabalho, determina o exercito industrial de reserva fazendo com que o salário mínimo seja sempre inferior do que deveria ser.

Sem o trabalho doméstico não remunerado o estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender a classe trabalhadora, outra opção seria aumentar o salário mínimo, de tal forma que o trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários á reprodução de sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativos que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2015, p.124)

Segundo o IBGE, nos agrupamentos de Indústria, Construção, Comércio, Serviços prestados a empresas, entre outros serviços, a mulher ainda ocupa pouca posição, diferente do trabalho doméstico onde ela ocupa 94,8%.

Tabela I. Participação da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo – 2011.



Fonte: IBGE

A educação sexista não orienta mulheres e homens apenas de modo diferenciado, mas também desigual, assim levando muitas mulheres a acreditarem que naturalmente são mais aptas para determinados trabalhos. E com isso incute valores e qualidades tidos como feminino para formar um modelo de mulher, adequado á atender aos interesses patriarcais capitalistas, isso mostra que essa divisão é histórica, foi ensinada e pode sim apesar do caminho ser longo ser descontraída, onde homens e mulheres podem estar em um cenário de igualdade (CISNE, 2015). As profissões consideradas de mulheres de alguma forma estão vinculadas ás práticas do cuidado, da ajuda, da caridade.

Cisne (2015) usa Bruschini como exemplo para falar sobre a entrada de mulheres no mercado de trabalho onde, configura-se em uma das mais marcantes transformações ocorridas no Brasil, percebe se então que o capital engendra estratégias ao seu favor aproveitando-se das bandeiras de luta das mulheres, não se trata somente da conquista das mulheres no espaço público do trabalho assalariado, mais sim uma conquista muita maior do capital para adquirir maiores lucros. Apesar de emancipadas elas ainda estão submetidas às condições precárias no trabalho e sobrecarregadas com a família e serviços domésticos, fazendo a mulher exercer uma dupla jornada de trabalho.

A emancipação das mulheres resultaria em conquista de igualdade entre gêneros, eliminação da exploração de mulheres entre gênero e classe social, deve ser dada em uma dimensão de totalidade em uma estrutura macro, apesar do fato de que essa desigualdade entre homem e mulher não poderá deixar de existir um dos desafios para essa emancipação é a desconstrução não somente no núcleo familiar, como também nos espaços sociais em que esses indivíduos estão inseridos, a teoria marxista é indispensável para luta das mulheres, partindo do pressuposto de que a emancipação da mulher esta ligada com a construção de uma nova sociedade.

A divisão entre o sexo masculino e feminino vem sendo colocada abaixo a partir do momento em que as mulheres vêm ocupando cargos tidos como masculinos no mercado de trabalho e no mundo dos negócios, segundo o IBGE com destaque para a construção, uma ocupação majoritadamente masculina, de 2003 para 2011 o número de mulheres aumento de 5,7 para 6,1, um crescimento ainda pequeno, mas significativo. O número de mulheres apesar de estar aumentando não

altera a divisão social do trabalho, pois o trabalho masculino ainda é mais valorizado. As mulheres ainda persistem no mercado de trabalho, o feminismo foi e ainda é de extrema importância, pois, as mulheres reivindicam debates como igualdade entre os sexos, a luta social que enfrenta dilemas políticos e desafios que exigem uma reflexão e análise crítica do seu papel na sociedade, realizam ainda ações e estratégias como coletividade das mulheres.

Uma importante reflexão a ser feita é a de Mary Wollstonecraft (1792) escritora inglesa e que também é vista como uma das fundadoras do feminismo filosófico, ela diz que: “As mulheres não são, por natureza, inferiores ao homem, mas apenas aparentam ser, por falta de educação.” É necessário refletir, pois as mulheres não são inferiores aos homens como muitas pessoas acham que são, elas imaginam ser porque por causa do trabalho em casa e a obrigação com os filhos e o marido muitas vezes não podem buscarem se educarem nos espaços educacionais.

DIVISÃO DO TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão historicamente feminina, onde antes quem atendia a população eram as damas de caridade, por isso a profissão é tida como feminina e acaba por ser desvalorizada na sociedade. Com o movimento de reconceituação e muitos anos depois esse conceito foi “quebrado”, o serviço social é então uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, e o que tem a divisão sexual do trabalho o Serviço Social?

Para Yannoulas (2015), a metamorfose da divisão sexual do trabalho e a permanência da divisão sexual são tendências que levam a recomendar o planejamento e execução de políticas sociais específicas somente para mulheres, visando atender suas necessidades e a radicalizar interesses estratégicos para que essas políticas promovam uma inserção igualitária de homens e mulheres para o mundo do trabalho. O fato de a profissão ser considerada feminina já é resultado do Serviço Social estar inserida na divisão sexual do trabalho.

Para Iamamoto (2000) o Serviço Social tem um claro recorte de gênero: é uma profissão predominantemente feminina e para o público feminino, mas não desconhecendo que existe uma parte masculina. Essa visão feminina do Serviço Social faz com que a assistente social ainda seja discriminada no mercado de

trabalho, principalmente na sua remuneração, que é desvalorizada.

Já Segundo Cisne (2015), o Serviço Social não é uma profissão de essência feminina, torna se mais procurado pelas mulheres devido à ideologia patriarcal que se reflete em uma educação sexista, que educa homens e mulheres de forma diferente, o que torna as mulheres mais aptas para desenvolver determinados trabalhos com valores e qualidades considerados femininos; As Mulheres devem ter consciência de que o sistema patriarcal capitalista se apropria do trabalho feminino.

Na verdade é preciso compreender que o serviço social está inserido não apenas na divisão sócio e técnica do trabalho, mas, também, na divisão sexual do trabalho. Problematizar, portanto, a marca de gênero da profissão exige ter em mente a análise das condições históricas a que são submetidas as mulheres no mercado de trabalho compreendendo como o capital se apropria do trabalho feminino, tanto no âmbito da reprodução como da produção social(...) é entender a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista (CISNE,2015,p.119).

É preciso entender as condições históricas que as mulheres estão inseridas no trabalho e entender a divisão social e técnica do trabalho para compreender o Serviço Social, compreender o significado histórico da profissão é porque a profissão é tida como uma profissão feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das conquistas alcançadas como o direito ao voto e á educação o caminho ainda é longo, pois a mulher ainda passa por constrangimentos no trabalho por causa das relações de sexo, há um grande caminho a percorrer, não somente para acabar com a divisão do trabalho, também para uma emancipação e liberdade da mulher. A luta pela emancipação da mulher deve ir além dos discursos formais, a igualdade tem que ser um princípio, o feminismo tem parte importante nessa luta das mulheres, através dele as mulheres realizam o movimento da luta de classe em conjunto com as análises de gênero que é fundamental para a conquista de uma sociedade melhor e mais livre. É preciso ainda desconstruir a moral conservadora imposta na sociedade, que faz com que a mulher seja desvalorizada e tida como incapaz.

Apesar de ser um movimento de mulheres para mulheres o feminismo ainda

enfrenta desafios, existem ainda mulheres que são contra o movimento por causa da sua formação moral, seus valores morais, outras por viverem em uma sociedade patriarcal acabam que são afastadas e não podem lutar pelos seus direitos na sociedade.

Por fim, assim como foi dado é preciso acabar com o discurso que existem profissões masculinas e profissões femininas, a luta contra a educação sexista tem que partir não somente de dentro de casa, tem que vir também dos diversos ambientes na sociedade que os indivíduos estão inseridos todos os dias, seja nas igrejas, nas escolas, nas universidades, a busca pela alteridade já é um passo importante a ser tomado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª edição. São Paulo, Boitempo, 2007.

ASSIS, ROSIANE HERNANDES DE. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: < http://www.convibra.org/2009/artigos/140_0.pdf> Acesso em 08 de março de 2018

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm Acessado em 14 de abril de 2017

CHAUÍ, Marilene. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**/ Mirla Cisne – 2ª Ed. São Paulo: outras expressões, 2015. 152 p.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Disponível em

Revista Serviço Social em Perspectiva – Montes Claros, Edição Especial, março de 2018. p.45-58
Anais do I Encontro Norte Mineiro de Serviço Social – I ENMSS

<<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>> Acesso em 26 de janeiro de 2018.

HIRATA, Helena, KERGOAT, Daniéle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Disponível em <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>> Acesso em 26 de janeiro de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade.** Disponível em: < <https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>> Acesso em 06 de março de 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE – Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> Acessado em 14 de abril de 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE – Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>> págs. 104-107 Acesso em 07 de março 2018

LEAL, Caroline Maria. **Divisão sexual e social do trabalho:** Reprodução das desigualdades de gênero? Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/DIVISAO_SEXUAL_E_SOCIAL_DO_TRABALHO_REPRODUCAO_DAS_DESIGUALDADES_DE_GENERO.pdf> Acessado em 14 de abril de 2017

PINTO, Celi Regina jardim. **Feminismo, história e poder.** Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acessado em 15 de abril de 2017

SOUSA. L.P. D, GUEDES, D.R. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década.** Disponível em:< <http://www.scielo.br/scielo>.

php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123> Acessado em 14 de abril de 2017

TEIXEIRA, M. ALVES, M.E.R. **Feminismo, gênero e sexualidade**: desafios para o serviço social. Marlene Teixeira, Maria Elaine Rodrigues Alves (organizadoras) – Brasília: Editorial Abaré, 2015.



OS REFLEXOS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA QUESTÃO SOCIAL

SIQUEIRA, Andressa Ângela¹

FERREIRA, Isabela T. Dias²

SILVA, Jaíne Rafaela³

RESUMO

O presente artigo, resultante de estudo bibliográfico, objetiva analisar os reflexos das desigualdades de gênero nas políticas sociais. Busca apreender como se dá o processo de subalternização da mulher na sociedade, a partir da compreensão do seu papel social. Observa como o agravamento das expressões da “questão social”, principalmente a pobreza, afeta diretamente as mulheres tornando-as o alvo mais atingido pelas relações desiguais do sistema capitalista e público predominante no uso de serviços e políticas sociais. Por meio desse trabalho, a partir de um debate ético e político, procura-se evidenciar como a moral baseada no poder patriarcal, inferioriza as mulheres, sendo necessário também a elaboração e implantação de políticas sociais que promovam a equidade de gênero, este trabalho faz-se importante por possibilitar um aprofundamento das prerrogativas que incidem sobre a vida das mulheres, que as colocam em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero, questão social, equidade.

ABSTRACT

This article, resulting from a bibliographical study, aims to analyze the effects of gender inequalities in social policies. It tries to apprehend how the process of subalternization of women in society takes place, from the understanding of their social role. She observes how the aggravation of expressions of the "social question", especially poverty, directly affects women, making them the target most affected by the unequal relations of the capitalist and public system prevailing in the use of social services and policies. Through this work, from an ethical and political debate, it is tried to show how the moral based on the patriarchal power, inferiorizes the women, being necessary also the elaboration and implantation of social policies that promote the equality of gender, this work does is important because it allows for a deepening of prerogatives that affect women's lives, which put them in a situation of social vulnerability.

Keywords: Gender inequality, social question, equity

INTRODUÇÃO

A condição subalternizada da mulher advém de um processo sócio-histórico que se dá por meio da cultura patriarcal e de valores conservadores disseminados socialmente. Neste sentido, faz-se necessário, a compreensão desse processo e dos seus reflexos na atualidade para que se possa entender também os determinantes que relegam às mulheres aos extratos mais baixos da sociedade capitalista, evidenciados nas refrações da “questão social”. Desta forma, este estudo bibliográfico analisa a situação de inferioridade econômica das mulheres, principalmente àquelas que estão em risco social, e sua consequente demanda de políticas sociais públicas.

Para tanto, é indispensável o entendimento das mazelas sociais e das expressões da “questão social”¹ que começam a manifestar-se no seio da sociedade capitalista do século XX, mas que na atualidade adquire novas roupagens, atingindo outros sujeitos sociais por meio do cruzamento de suas representações com a desigualdade de gênero que é disseminada na sociedade antes mesmo do capitalismo. Logo, compreender a construção e perpetuação desta desigualdade, implica também identificar a percepção do papel feminino no sistema capitalista que provoca e acirra os contextos de exploração das mulheres e, consequentemente aumenta a necessidade de serviços públicos prestados a elas.

O presente trabalho fundamenta-se em pesquisas bibliográficas e aborda os conceitos trabalhados por Carole Pateman (1993), Vicente de Paula Faleiros (2004) e Teresa Kleba Lisboa (2005), mediante a articulação e debate das ideias dos referidos autores. Realiza-se um estudo do contexto histórico favorável à condição subalternizada da mulher precarizando seu acesso às políticas sociais públicas na atualidade. Pretende-se também, analisar a questão da pobreza feminina a partir do debate ético discutido no Serviço Social, tendo a intenção de se entender como as reflexões presentes no campo da moral se aliam à exploração capitalista e fazem das mulheres sujeitos sociais extremamente frágeis e submissas às estruturas de poder na sociedade atual.

A DESIGUALDADE SOCIALMENTE CONSTRUÍDA: QUESTÕES NORTEADORAS SOBRE A OPRESSÃO FEMININA

A opressão sofrida pela mulher na atualidade resulta de um lento e gradual processo histórico-social que legitimou na esfera da cultura o espaço destinado ao sexo feminino. Gayle Rubin (1993) analisa Engels (1987) em seu

¹ Para Yamamoto questão social pode ser “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Yamamoto, 2000, p. 27).

estudo sobre a origem da família, e mostra como esse trabalho trouxe uma visão diferente sobre a comunidade, ao demonstrar a importância dos papéis sociais de cada integrante na manutenção das relações que propiciam a preservação da vida e da espécie. Rubin (1993) declara que seu estudo é incompleto, sendo possível perceber que as organizações sociais anteriores ao capitalismo já exerciam sobre as mulheres uma força moral capaz de torná-las meras reprodutoras dos costumes construídos.

Em alguns sistemas de parentesco, por exemplo, as mulheres são trocadas como mercadorias a fim de perpetuar as relações de poder entre os grupos de homens. Nestas comunidades específicas, elas não possuem o direito de opinar sobre suas vidas e sobre a vida de seus filhos, ocorrendo a reprodução indiscriminada da subalternidade das mulheres para as gerações futuras, com base nisso que Rubin (1993) chega à conclusão de que a subordinação das mulheres pode ser tida como um produto das relações onde sexo e gênero podem ser produzidos e organizados.

Pateman (1993), ao falar da natureza do contrato social, evidencia sua relevância no processo de confinamento da mulher na esfera privada. Esclarece também que quando os homens obtêm liberdade por meio deste contrato firmado na formação da sociedade, simultaneamente, a mulher é subordinada e tem sua vida restrita ao espaço privado. Deste modo, quando os autores defendem a formação da sociedade a partir de um contrato inicial, sem considerar o contrato do matrimônio, deixam de analisar a maneira que o homem exerce seu poder na vida da mulher e dos filhos. Assim, as atitudes de dominação e sujeição da vida privada repercutem na vida pública, posto que metade da população é descartada do ambiente público, e da participação política.

É neste sentido que o contrato social, acaba por esconder a história do contrato sexual, uma vez que o homem dispõe da liberdade de realizar-se politicamente, ao mesmo tempo em que a mulher é proibida de exercer as mesmas atividades sociais. Sucede que o patriarcado se estabelece na sociedade moderna, onde o homem ocupa o papel superior ao da mulher e converte-se em sujeito da vida pública, detentor de si mesmo. Por isso, torna-se impossível a separação entre o ambiente público e o espaço privado na história da cultura ocidental.

Ao dialogar com as análises de Marx (1988), Rubin (1993) ressalta que as necessidades biológicas do corpo, as condições físicas do espaço em que vive e ainda a tradição cultural são fundamentais para o trabalhador se reproduzir. Ao afirmar que a determinação do valor da força de trabalho possui determinante histórico e cultural, o autor sustenta a explicação de que a opressão sofrida pela mulher ocorre historicamente e é legitimada pela cultura, ou seja, é o elemento histórico-cultural que perpassa à sociedade capitalista. Sendo possível pensar que além de contribuir para o aumento da mais-valia, trabalhando sem remuneração, a

participação da mulher na vida doméstica, nos cuidados da casa e dos filhos torna-se essencial quando propicia condições de reprodução necessárias ao trabalhador para exercer suas funções no mercado, seja no desenvolvimento dos filhos que mais tarde venderão sua força de trabalho, seja na dedicação ao lar enquanto o marido ocupa outras esferas.

Desta forma, quando as mulheres ultrapassam o ambiente doméstico e são inseridas no mercado de trabalho, tendem a ocupar os piores postos de trabalho, receber salários mais baixos e viver em situações de extrema pobreza. Torna-se difícil o acesso aos bens, serviços e direitos que garantam os meios de subsistência e desenvolvimento, sendo necessária a intervenção efetiva do Estado enquanto provedor de proteção social. Este supõe através das leis a garantia de direitos pautados no princípio da igualdade e universalidade, porém, a maneira que o Estado se concretiza na sociedade é bem diferente do desenho que lhe é exposto, suas ações e políticas não são universais, a sua relação contraditória com o sistema capitalista revela seu caráter parcial: quando atua na garantia de condições necessárias à reprodução do capital e ao mesmo tempo atende as demandas sociais sob a pressão da classe trabalhadora que luta contra a exploração capitalista. (Boschetti, 2016).

SOBRE A POLÍTICA SOCIAL

A política social, em sua essência, está vinculada à vários temas que estão inter-relacionados: o Estado, a economia, a política e as forças sociais. Faleiros (1988) apresenta a articulação das políticas sociais com os referidos assuntos percebendo a sua dinâmica no desenvolvimento da sociedade capitalista:

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 2004, p.8).

Essa afirmação estimula a compreensão sobre o caráter contraditório da política social que se relaciona tanto com as exigências do capital quanto com as lutas sociais. Em geral, os programas sociais se apresentam sob a forma de um benefício ou serviço que mesmo garantidos por lei, aparecem como favores à população. O discurso apresentado é de que o Estado, e seus governantes, são bons e estão preocupados com o povo, o que é colocado pelo autor como uma bondade aparente. Os governos estimulam o ingresso no mercado de trabalho, reduzindo o valor da assistência e apresentando o discurso da igualdade. Trata-se da igualdade de oportunidade e da lógica liberal que prioriza a liberdade: o indivíduo

é livre para escolher seu trabalho e os serviços oferecidos pelo Estado. (Ibidem, 2004).

Neste processo conflituoso “o Estado deve manter os mecanismos do mercado de trabalho e as relações capitalistas de produção ao mesmo tempo em que regula as atividades do mercado e da produção e atende à prestação de serviços e benefícios como direito da cidadania” (FALEIROS, 2004, p. 26). Essa regulação é fruto das próprias contradições e conflitos do modo de produção capitalista, uma vez que historicamente, o mercado agravou consideravelmente as desigualdades inerentes ao sistema.

Segundo Faleiros (2004), todos os programas sociais que deveriam ser viabilizados por direito, por meio das políticas sociais, são pagos, financiados pelos próprios trabalhadores e pertencem a um contexto muito mais complexo que comumente é distorcido ou camuflado. Desta forma, as mulheres são sujeitos vulnerabilizados nessas relações de poder, uma vez que, ocupam postos de trabalhos precários e alimentam o Estado com impostos, mas não recebem os serviços sociais garantidos pela Constituição.

Behring e Boschetti (2009) comentam sobre a implantação de políticas neoliberais no Brasil, demonstrando que essas medidas, eram vistas como soluções aos ditos problemas de gerência do Estado, mas tinham a intenção de ruir os direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988, adquiridos com as lutas e movimentos sociais. Esta reforma levou o Estado a cessar sua atuação direta nas políticas sociais, uma vez que elas passaram a ser responsabilidade das entidades filantrópicas e Organizações Não Governamentais - ONGs, que também sofreram com cortes de gastos, por meio da corrupção do legislativo que seguia as leis do neoliberalismo.

O modo de atuar do Estado faz com que as políticas sociais sejam apenas paliativas. Dados do Senado Federal apresentados no *Relatório da Comissão Externa de Feminização da Pobreza* (2004) mostra que a proporção de mulheres que trabalham em condições precárias é de 61% e 13% superior aos dos homens. Houve aumento do número de mulheres chefes de família, tanto negras quanto brancas, sendo que em 1992 o percentual era de 19,3% e em 2002 era de 31,2% (BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

Assim, condições precárias de trabalho afetam as mulheres, levando-as a necessitarem constantemente das políticas sociais, que num contexto neoliberal, não são organizadas para atender as demanda da população, mas que elevam constantemente a precarização das relações sociais. Com isso a vida das mulheres e a de seus familiares se tornam mais vulneráveis em uma sociedade marcada por discriminações de raça, classe e gênero.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Nobre (2016) faz uma análise sobre o relatório “*Progresso das Mulheres no mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar direitos*” (tradução da autora) que foi publicado em 2015 pela Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres. Em sua abordagem enfatiza a necessidade de se enfrentar os dilemas causados pela desigualdade de gênero, por meio de políticas públicas, uma vez que na recente história do país, as políticas neoliberais implantadas em 1990 trouxeram a estratégia de *transversalizar* o gênero.

O contexto de início de utilização do termo é o de desenvolvimento das “políticas de ajuste estrutural, impostas pelas instituições financeiras multilaterais nos anos 1980 aos países endividados e à beira da insolvência graças ao aumento unilateral das taxas de juros” (NOBRE, 2016, p. 644), como foi descrito no processo de mundialização do capital pelo economista François Chesnais (1996), que em seu livro expõe os processos de adaptação dos países de terceiro mundo às medidas da política neoliberal, que tinham o objetivo de restringir os gastos públicos na área social.

Em momentos de corte de gastos públicos, a “questão social” se intensificou, e as mulheres que estão inseridas na lógica de desvalorização da mão de obra, são relegadas aos trabalhos menos remunerados, se vêem desamparadas pelo Estado, por não terem acesso às políticas sociais. Sendo assim, com a complexificação da “questão social” as mulheres que culturalmente são tratadas de maneira desigual, principalmente com relação aos homens, são afetadas pelas mazelas sociais de várias formas, e acabam por necessitar com maior urgência dessas políticas.

Segundo Lisboa (2005, p. 68), “as ideologias patriarcais têm calado profundamente as mulheres e, para muitas delas, parece paradoxal ter direitos por serem mulheres, pois para elas, recorrer a direitos específicos é o mesmo que buscar privilégios”, muitas estão acostumadas a viver em condições extremas de desigualdade, ocasionando na supressão de sua capacidade de falar em prol das próprias necessidades, tendo suas pautas excluídas dos espaços de decisão.

Neste contexto as desigualdades sociais se agravaram, e o papel do Estado direcionou-se para o gerenciamento dessas desigualdades para que permanecessem em níveis de vida mais aceitáveis. Como ocorreu a implantação de políticas de distribuição de renda no final da década de 1990, as mulheres passaram a ser protagonistas por estarem em condições mais vulneráveis de vida e possuírem a capacidade de gerir recursos escassos.

Acercadas desigualdades de renda causadas pelo capitalismo, que demandam intervenções sobre a pauperização, Lisboa (2005) demonstra em um estudo ao longo de aproximadamente dois anos, junto ao Núcleo de Serviço Social e

Relações de Gênero-NUSSERGE do Departamento de Serviço Social (DSS-UFSC) sobre políticas sociais públicas destinadas a mulheres excluídas dos direitos mínimos, como as mulheres vivem em condições precárias de vida.

A organização social da humanidade que fora historicamente construída, coloca apenas o homem como cidadão de direitos, e inibiu às mulheres de acessar aos direitos que deveriam ser de todos, restringindo-as ao deslocamento pelo espaço doméstico da sociedade, assim como retratou Pateman (1993). Logo, as relações desiguais de gênero se imbricam com as desigualdades decorrentes das desigualdades sociais capitalistas que se expressam na gestão das políticas públicas.

Por isso, a equidade de gênero precisa ser alcançada através da implantação de medidas que cessem com as desvantagens que estão impostas sobre as mulheres, posto que, os homens criam as condições favoráveis ao próprio desenvolvimento. A autora enfatiza como esta dinâmica de exclusão das mulheres influencia na elaboração e operação das políticas do Estado, que acaba perpetuando as desigualdades. Mostra como os movimentos feministas procuram se embasar na lei para exigirem igualdade de oportunidades e respeito às diferenças.

A questão de gênero não tem sido trabalhada na elaboração das políticas sociais por ausência de planejamento e aproximação com a realidade dos usuários dessas políticas. As mulheres pobres são quem mais sofrem com isso, pois não possuem suas demandas de emprego atendidas pelo Estado. Com isso “de cada sete pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo, quatro são mulheres” (LISBOA, 2005, p. 72), dado que mostra como a desigualdade de gênero reforça a privação de direitos às mulheres.

Na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, não há algo específico para as mulheres com relação a gênero: “as políticas sociais têm promovido a marginalização das mulheres, contribuindo para a reprodução da sua subalternidade” (Ibidem, 2005, p. 75), pois estas ficam sobrecarregadas com os cuidados das crianças, adolescentes e idosos que deveriam receber proteção pelos serviços ofertados pelo poder público, como no caso das creches para as crianças de 0 a 6 anos que é assegurado por lei.

Para Lisboa (2005), tanto as políticas de gênero, quanto as específicas dirigidas a famílias chefiadas por mulheres, necessitam de ações em três eixos. O primeiro diz respeito à sensibilização dos profissionais e técnicos que atuam junto às políticas públicas quanto à questão de gênero. O segundo está relacionado à transversalidade da questão de gênero nas diversas políticas públicas e o terceiro eixo refere-se a políticas específicas de gênero.

Deste modo, pensar as políticas sociais, em sua totalidade, reforça as dificuldades que o sistema patriarcal traz para as mulheres. Percebe-se a urgência

em mudar a forma de pensar que é reprodutora da desigualdade, e a urgência em implantar ações que tragam a equidade de direitos e condições às mulheres, além de autonomia nas diversas esferas de suas vidas.

Barsted (2011) destaca o avanço, nas últimas décadas, no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Devido a uma ampla e articulada ação política dos movimentos de mulheres em vários países, foi possível notar esses avanços, onde os movimentos feministas denunciaram a sociedade e o Estado como os violadores dos direitos que cabem à mulher, que vêm sendo conquistados lentamente através das lutas políticas e dos movimentos sociais. Neste sentido, as conquistas dos direitos formais pelas mulheres, é também acompanhar o avanço da própria democracia.

Na última metade do século XX, a luta das mulheres por sua cidadania fora marcada pelas lutas que buscavam, de alguma maneira recuperar o tempo perdido. Tratava-se não só da inclusão de novos direitos às mulheres, mas também da viabilização de condições capazes de abarcar novas demandas de um sujeito coletivo específico.

No ano de 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se tratou de um documento com possibilidade de obter uma ampla divulgação, pois tinha o caráter de compromisso com os princípios mínimos de respeito à dignidade da pessoa humana, além da promoção da igualdade entre homens e mulheres. Essas idéias foram disseminadas em vários países, havendo o compromisso da criação e implantação de medidas, capazes de agraciar ao público feminino, que sofria com as privações econômicas que se somam as sanções morais disseminadas cultura. Logo, o governo Federal desenvolveu O Plano Nacional de Políticas Para Mulheres - PNPM, fruto da interlocução entre sociedade civil e Estado durante alguns anos, realizando-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM) em 2004, com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. Este evento propiciou realização de outras duas conferências, a terceira sendo responsável pela criação do PNPM de 2013 a 2015 (Plano Nacional de Políticas para Mulheres, 2013).

A título de apresentação são referenciados princípios básicos do PNPM: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. A transversalidade permite o enfrentamento do problema sem a fragmentação de ações, divide as responsabilidades de casos multidimensionais, o que permite o trato do problema em sua totalidade.

No PNPM 2013-2015, a autonomia da mulher no trabalho é colocada como uma possível alternativa para a o melhoramento da desigualdade entre homens e mulheres, juntamente com o estabelecimento de ações pontuais pelos órgãos governamentais, uma vez que elas ganham apenas 73,8% do rendimento do que recebem os homens. Desta forma, as políticas que serão desenvolvidas reforçam a importância de medidas que incentivem a inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho, a promoção da organização produtiva e o acesso à renda, especialmente àquelas em situação de fragilidade nas relações sociais.

A educação ocupa um espaço rico para o desenvolvimento de ações dos grupos subalternos da sociedade, visto que pode se tratar de um meio capaz de construir a autonomia individual e coletiva, fundamentais para o rompimento de situações de desigualdade, uma vez que, o movimento feminista evidência, desde muito tempo, a reprodução do desnivelamento entre homens e mulheres no âmbito educacional. Se por um lado as mulheres têm acesso a educação, assim como os homens, as carreiras acadêmicas são divididas entre os sexos (PNPM, 2013-2015).

Assim sendo, a discussão acerca da maneira que estas políticas devem ser realizadas está para além do nível temporal do agora, uma vez que este processo de subalternização da mulher que atualmente é reconhecido pelo Estado, há pouco era visto como natural. E, por conseguinte sua inserção no mundo do trabalho refletiu a subordinação à que era submetida dentro de casa, mesmo que a mulher estivesse trabalhando ou estudando, os valores conservadores a impediam de ter a liberdade e ser considerada cidadã de direitos, assim como os homens.

Neste sentido “a história do contrato sexual é fundamental para a compreensão do patriarcado moderno, mas o mundo sobre o qual os teóricos clássicos do contrato contaram suas histórias diferia em muitos aspectos do mundo social em que vivemos atualmente”. (PATEMAN, 1993, p.175). O novo entendimento de que o lugar que a mulher deve ocupar é aquele que ela preferir, é recente. Nessa perspectiva, percebe-se que as transformações sociais são lentas, mas necessitam de aprofundamento e discussões a respeito, para que cheguem a apresentar mudanças graduais ao longo do tempo.

Como foi exposto na pesquisa realizada por Lisboa (2005), é papel dos profissionais que atuam na elaboração e efetivação das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, ir além de sua execução. Mas tratá-las em sua totalidade, interpretando a realidade histórica e social dos valores envolvidos na opressão da mulher, valores que precisam ser descobertos, debatidos e rompidos pela sociedade, objetivando a equidade de gênero e a consciência do indivíduo acerca deste processo.

Para isso, a ação profissional deve estar em consonância com os princípios que legitimam a profissão. No que tange aos valores que regem o agir profissional, deve-se basear no Projeto Ético Político e Código de Ética do Serviço

Social, a fim de não deixar-se levar pelo conservadorismo, naturalizando as situações de violência e submissão sofridas pela mulher. Sendo, o debate ético que é de suma importância para a compreensão e reflexão dos nexos que ligam os direitos, a política, a economia e a cultura, possibilita uma análise histórica e cultural, da atual situação de subalternização do sexo feminino, em diferentes espaços da sociedade. A ética então,

(...), como apreensão teórica da moral, diz respeito aos seus fundamentos e à busca do significado histórico dado aos valores: diz respeito às raízes dos problemas, à busca da essência, ou seja, é um modo peculiar de olhar determinada dimensão da realidade (BARROCO, 2008, p. 99).

Neste sentido Barroco (2008), percebe que a moral está expressa de diversas formas e em diversos espaços, e embora sua reflexão seja quase inexistente, os comportamentos morais estão presentes no cotidiano, por meio de escolhas de valor e das implicações ético-políticas na intervenção profissional. Assim, um olhar apurado deve perceber as múltiplas determinações que fazem com que a mulher seja um sujeito vulnerável nas relações sociais, por conseguinte, público alvo das políticas sociais do Estado, que se encontram fragmentadas e focalizadas.

Portanto, torna-se essencial a discussão ética com relação à condição subalternizada da mulher pela categoria profissional, não apenas para compreensão das mazelas sociais e do *ethos* profissional, mas também para o rompimento do conservadorismo na prática profissional, resultando em uma melhor articulação das políticas sociais voltadas para o atendimento das mulheres, num contexto de precarização das políticas sociais e de contestação das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a desigualdade de gênero é inserida na lógica do capital, a exploração das mulheres se expressa comumente de duas maneiras: ou estas ganham menos que os homens, mesmo no exercício da mesma função ou se dedicam ao trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças e/ou idosos. Por este motivo, as mulheres são mais vulneráveis no mundo do trabalho e tornam-se mais dependentes da proteção viabilizada pelas políticas sociais para sobreviver. Em contexto de implantação do neoliberalismo no Brasil, as políticas sociais que atendiam as mulheres em situação de vulnerabilidade, converteram-se em políticas restritivas e apenas paliativas, tornando-se um dever dos profissionais responsáveis compreender quais as determinações sócio-históricas que incidem sobre a vida das

mulheres, principalmente porque a subalternidade feminina vem sendo perpetuada por gerações, mediante valores morais que são transmitidos sem um debate ético e crítico acerca da problemática.

Segundo Lisboa (2005), é papel dos profissionais que atuam na elaboração e efetivação das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, ir além de sua execução, devendo tratá-las em sua totalidade, interpretando a realidade histórica e social dos valores envolvidos na opressão contra a mulher, valores que precisam ser descobertos, debatidos e rompidos pela sociedade, objetivando a equidade de gênero e a consciência do indivíduo sobre este processo.

Para isso, a ação profissional deve estar em consonância com os princípios que legitimam a profissão. No que tange aos valores que regem o agir profissional, deve-se basear no Projeto Ético Político e Código de Ética do Serviço Social, a fim de não deixar-se levar pelo conservadorismo, naturalizando as situações de violência e submissão sofridas pela mulher. Sendo o debate ético de suma importância para a compreensão e reflexão dos nexos que ligam os direitos, a política, a economia e a cultura, possibilita também uma análise histórica e cultural da atual situação de subalternização do sexo feminino em diferentes espaços da sociedade.

Neste sentido Barroco (2008), afirma que a moral está expressa de diversas formas e em diversos espaços, e embora sua reflexão seja quase inexistente, os comportamentos morais estão presentes no cotidiano, por meio de escolhas de valor e das implicações ético-políticas na intervenção profissional. Portanto, torna-se essencial a discussão ética com relação à condição subalternizada da mulher pela categoria profissional, não apenas para compreensão das mazelas sociais e do *ethos* profissional, mas também para o rompimento do conservadorismo na prática profissional, resultando em uma melhor articulação das políticas sociais voltadas para o atendimento das mulheres.

Por fim, em contexto de implantação do neoliberalismo no Brasil, as políticas sociais que atendiam as mulheres em situação de vulnerabilidade, converteram-se em políticas restritivas e apenas paliativas, tornando-se um dever dos profissionais que trabalham com essas políticas entender quais as determinações sócio-históricas que incidem sobre a vida das mulheres, principalmente porque a subalternidade feminina é socialmente construída e perpetuada pelas gerações, mediante valores morais que são transmitidos sem um debate ético sobre os mesmos. Desta forma, uma atuação calcada em valores que defendam a liberdade e equidade humana, precisa ser implantada em todos os espaços ligados às políticas públicas para mulheres.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social. BONETTI, Dilsea Adeodata et al. In: **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2008. p. 71-83.

BARSTED, Leila L. **Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. In: BRASIL. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 97-116.

BEHRING, Elaine Rossett; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo**. In: **Política Social: fundamentos e história**, 6 ed. São Paulo, Cortez, 2009. p. 147-191.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo, Cortez, 2016. p. 61-108.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

CHESNAIS, François. **Decifrar palavras carregadas de ideologia**, In: **A mundialização do Capital**, São Paulo, Xamã, 1996. p. 23-44.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação Profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 2004.

LISBOA, Teresa. **Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos**. *Katálysis*, Florianópolis, SC, v.8, n. 1, p. 67-77, jan.-jun. 2005.

NOBRE, Miriam. **Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 24, n. 2, p. 645-652, maio-agosto 2016.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. Recife: S.O.S Corpo, 1993.



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: um olhar para as famílias monoparentais masculinas

Samira de Alkimim Bastos Miranda¹
Adriana Medalha Perez,²
Raimara Gonçalves Pereira³
Jennyfe Sabine Batista Freitas⁴

RESUMO

As discussões contidas neste estudo abordam as famílias monoparentais masculinas beneficiárias do programa Bolsa Família. O trabalho teve como objetivo analisar a realidade destas famílias, compreendendo os desafios dos chefes destas famílias em arcarem com as responsabilidades da família. Este trabalho é de caráter qualitativo, realizou-se pesquisa de campo onde foram feitas entrevistas semiestruturadas com cinco chefes de famílias monoparentais masculinas que residem em Montes Claros -MG. Verificou-se que a associação entre a mulher e os cuidados com a família envolve conceitos e práticas que parecem estar ainda muito arraigados e representam paradigmas que subjazem as políticas cujo foco permanece nas mulheres e crianças, não inserindo o homem nesta perspectiva.

Palavras-chave: Gênero; Programa Bolsa Família; Família

ABSTRACT

The discussions in this study address the male single parent families who are beneficiaries of the Bolsa Família program. The objective of the study was to analyze the reality of these families, understanding the challenges of the heads of these families to bear the responsibilities of the family. This work is qualitative, field research was conducted where semi-structured interviews were conducted with five heads of single-parent male families living in Montes Claros-MG. It was found that the association between women and family care involves concepts and practices that seem to be still very ingrained and represent paradigms that underlie policies that focus on women and children, not inserting man in this perspective.

Keywords: Gender; Bolsa Familia Grant Program; Family.

¹Mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros –Unimontes.

²Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-RIO

³Mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes,

⁴Graduada em Serviço Social e Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Montes Claros –Unimontes.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as famílias monoparentais masculinas inseridas no Programa Bolsa Família-PBF. No Brasil, percebe-se que há um elevado número de famílias monoparentais inseridas nesse programa. Nesse contexto, muito se tem pesquisado acerca da mulher mãe e pobre beneficiária do programa, ficando de lado o sujeito pai pobre.

Realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo. O público alvo da pesquisa foram cinco homens, chefes de famílias monoparentais masculinas, que participam do Programa Bolsa família no município de Montes Claros-MG. Para garantir o sigilo em relação à identidade dos pesquisados, estes serão identificados neste trabalho por: E1, E2, E3, E4 e E5.

Foram realizadas entrevistas *semiestruturadas* com os chefes destas famílias, usando gravador, posterior à transcrição das entrevistas, o material coletado foi analisado com a técnica de análise de discurso. O mesmo foi organizado de acordo com os objetivos delineados na pesquisa, com extração dos trechos mais significativos dos depoimentos. Ainda, a análise de dados perpassou a discussão ao longo do texto.

O PBF tem como alvo as famílias pobres, mas o seu desenho coloca a mulher em destaque, uma vez que preferencialmente as mulheres são as titulares do benefício. Sabe-se que a proposta da transferência de Renda feita por Suplicy (SILVA et al 2007) era de uma renda sem focalização, toda via o que se observa é que o programa tem se apresentado enquanto política afirmativa para as mulheres. São ínfimos os estudos que discorrem sobre os homens nas políticas sociais, em especial no bolsa família.

Aqui traremos o resultado da pesquisa feita com cinco famílias monoparentais masculinas que recebem o Bolsa Família em Montes Claros MG. O conteúdo do material coletado foi dividido em três categorias: “Cuidado e paternidade”, “Pobreza e Proteção social” e “Gênero e o Bolsa família”.

CUIDADO E PATERNIDADE

Segundo Lyra (1997), a concepção e criação dos(as) filhos(as) são ainda experiências atribuídas às mulheres, incluindo muito discretamente o pai. Culturalmente entende-se que a mulher possui um instinto materno, uma característica supostamente inata que a orienta a prática diária materna, colocando-a como naturalmente apta a exercer o cuidado dos filhos. Já o homem deve assumir a paternidade e o lar no plano financeiro e econômico, ou seja, exercendo o papel do provedor.

Neste sentido, de modo geral os homens são vistos como inábeis para o desempenho do cuidado e, de certa maneira, autorizados culturalmente a não participar. Tem-se a lógica de que a mãe cuida, o pai provê. Percebemos ainda que essa suposta “inabilidade” para o cuidado com os filhos se estende para outras áreas da vida cotidiana, pois os homens muitas vezes são vistos (inclusive por eles próprios) como incapazes de cuidar de uma pessoa doente, dos objetos à sua volta, da casa e principalmente de si próprio (INSTITUTO PAPAÍ,2001). No entanto, isto foi desconstruído na pesquisa, uma vez que os entrevistados E3, E5 e E2 expuseram que possuem a preocupação de cuidarem tanto dos filhos, da casa e de si próprios.

No que tange a paternidade, de acordo com Souza (2008) nos últimos anos tem se expandido o número de pais que requisitam judicialmente a guarda dos filhos sem recorrerem a tias e avós para certificarem que a criança terá bons cuidados. A autora define que isto evidencia que a “paternagem” (enquanto capacidade de cuidar, de exercer afetividade com os filhos) pode ter a mesma particularidade que “maternagem”, notamos isso na fala dos entrevistados quando questionados sobre que é ser pai:

“Ser pai pra mim é bom demais, eu gosto mesmo. Não acho que é difícil não. É assumir as responsabilidades de tudo, de dentro de casa, com os filhos e assumir levar pra escola, tá sempre na escola, dá educação né. Não deixar faltar nada” (E2).

“Pra mim o que é ser pai é muito importante, não porque a mãe deles foi embora, mas porque se todos pais fosse igual a minha pessoa não existia tantas coisas difícil, as autoridades, a justiça brasileira não ia ter tanta dificuldade, na reeducação” (E4).

Notamos que nas falas que remetem a uma visão de paternidade pautada nas responsabilidades há o enfoque da provisão material. De acordo com Freitas et al (2009) embora a provisão não seja a única concepção da paternidade, é a mais valorizada e a mais comumente relatada por pesquisas sobre esse tema. Historicamente é entendido que a mulher está naturalmente preparada para ser mãe e que o homem não possui esse preparo, isto foi constatado no discurso do E4: *“Ser pai a primeira vez pra mim, no começo foi uma preocupação porque eu “não tava” preparado pra ser pai, mas ai no decorrer dos nove meses da gravidez ai eu fui adaptando com aquela situação...”*

Souza (2008) afirma também que as circunstâncias sociais podem impedir que um pai biológico se preocupe com os próprios filhos, da mesma maneira como o podem obrigar a cuidar deles. Ou seja, o rompimento de um casamento, a morte da esposa ou a até mesmo um abandono por parte da mesma, pode deixar o homem (de forma voluntária ou involuntária), como único cuidador dos filhos.

Na perspectiva de uma sociedade construída sob a ótica do patriarcado, ao homem caberia o papel de prover a subsistência material da família, enquanto o exercício do cuidado estaria a cargo das mulheres. Contudo, para Sousa (2008) os processos de mudanças sociais incitam os homens da atualidade a buscarem formas de aumentar as interações no âmbito familiar, estendendo as atividades para além da provisão, de modo a estreitar o relacionamento com os filhos exercendo cuidado sobre estes.

Para Freitas e Moroum (2014) atentar para uma possível invisibilidade do homem nas relações de cuidado é, talvez, desnaturalizar relações de gênero. A pesquisa deixou claro que os atributos de cuidado não são específicos das mulheres. Para Carloto e Mariano (sd, p.1), o papel social de cuidadora na ausência da mãe pode até, em algumas situações, ser desempenhado por outra mulher, como, por exemplo, a avó ou tia da criança ou adolescente. Sarti (2005) reitera isto dizendo que os papéis femininos na impossibilidade de serem exercidos pela mãe-dona-de-casa são transferidos para outras mulheres. Percebeu-se que os homens que possuem o apoio de uma figura feminina como a da mãe, não demonstram tantas dificuldades no cuidado. Conforme o E2: *“Minha mãe é a pessoa que se eu*

precisar eu sei que pode me ajudar, se eu precisar deixar com ela é ne quem eu confio.”

Não podemos desconsiderar conforme nos aponta Hammerschmidt et al (2009), que o fato de historicamente o homem ser repreendido por expressar carinho e cuidado, associando o cuidado com instinto feminino, faz com que ele não seja socialmente preparado para estar na posição de um pai ativo no cuidado com os filhos, uma vez que este papel está vinculado à mulher, o que corrobora para que que o ato de cuidar seja algo desafiador, vimos isto no discurso do E4:

“No começo **foi uma luta travada** até porque a Amásia que eu tinha (..), ela viveu onze anos comigo e nesse tempo demonstrou caráter e responsabilidade então eu levava na escola de manhã, ela buscava, e quando ela se foi eu fiquei levando e depois meus meninos pegava carona com outras pessoas, e hoje os grandes ajuda levar os pequenos e ajuda cuidar. Sempre levei todos “pra” vacinar, Os remédios fazem parte da minha despesa, da minha feira, eu sempre precepei, porque eu não podia deixar que nenhum percesse, eu assumi todo cuidado, **foi uma empreita muito difícil** mas com fé eu consegui chegar até aqui.”

Assim, notamos que aquele que não possui nenhum apoio feminino tem maiores dificuldades com o cuidado na família: *“É corrido levantar cedo, buscar, é difícil na correria, mas a gente corre atrás com Deus.” (E3)* *“Sozinho não é fácil, mas se tiver boa vontade dá conta, eu creio que tem gente que não arca a responsabilidade como eu” (E5).*

É importante elucidarmos que segundo Fonseca (1997) o cuidado também é habilidade e que se aprende ao longo da vida. Desse modo, as mulheres desde criança praticam cuidados, são estimuladas, por exemplo, a brincar de boneca, exercitando o que supostamente as espera pela frente: a maternidade. Já o menino, quando entre suas brincadeiras peças ou jogos relacionados com o lar, geralmente é recebido com chacotas e censura. Ou seja, o cuidado é aprendido.

Na perspectiva do supracitado, essa participação dos homens nos cuidados para com seus filhos, cuja foi exposto nas falas, poderá dinamizar as relações desiguais de gênero, na medida em que os filhos poderão observar o

comportamento de seus pais nestas atividades, possibilitando, assim, uma ampliação dos significados do que é masculino e feminino (LYRA,1997).

POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL

O debate acerca do conceito de pobreza é polêmico tendo em vista as diferentes abordagens: culturalistas, estruturais, liberais e aquelas que veem a pobreza como um fenômeno multidimensional e relativo (SILVIA,2001). Nesta pesquisa, buscamos identificar a percepção dos chefes de família sobre pobreza. Percebemos que há um consenso entre os homens pesquisados de que a pobreza consiste na ausência de recursos, ausência de renda: *“Ser pobre é não ter quase nada, não ter recurso” (E1.)“Em relação a ser pobre, é assim a gente não poder comer uma coisa que a gente tem vontade, passar vontade, não ter como, é não ter recurso né”(E2).“*

Na fala do E5 percebemos a pobreza associado com o desemprego: *“Pra mim é as vezes se não ter emprego, não tiver uma renda, aicê passa a perto, ai cê sofre a consequência né. Difícil é não ter nada, cê depende as vezes de ate tá pedindo ajuda, alguém na necessidade o que eu entendo é isso ai.”*

Tal percepção ratifica o pensamento de Castel (1998) de que o trabalho ocupa lugar central na vida dos indivíduos, a sua ausência então representa desproteção e exclusão. Ademais, nos chama a atenção a culpabilização que cai sobre o indivíduo por não conseguir acessar o mercado de trabalho. Na fala do E4 a pobreza é naturalizada, o indivíduo é responsável por ser pobre:

*“Ser pobre é não ter atitude, ser pobre não é falta de dinheiro no país, nem falta de alimento, eu tenho quase certeza que são tanto alimento que quase 30% vai para o lixo. Então ser pobre é não ter uma roupa para vestir, não ter lugar para descansar, não ter como alimentar, o **que traz isso é falta de atitude a pessoa esperar que só bata na porta, as vezes sabe trabalhar só espera o serviço que bate na porta.** Agente tem que sair, na correria, tentar, pegar com Deus, no outro dia sai por ai, minha irmã me dizia um ditado que “antes andar a toa do que ficar a toa”, porque você andando*

“você tem conhecimento, você conhece pessoas boas. Ser pobre é ser pobre de espírito.”

Sobre esse aspecto Castel (1998) em sua obra “Metamorfoses da Questão Social” denuncia o imaginário do desemprego como efeito do capital, e não característica individual. Além disso, Rego e Pizanni (2013) afirmam que os grupos dominantes de uma sociedade possuem a capacidade de impor sua concepção de mundo negando que a pobreza seja provocada pelo arranjo institucional e social que os coloca na posição de domínio. Assim, perpetua-se um discurso que responsabiliza o pobre por sua miséria.

Outra questão primordial a ser debatida é sobre a proteção social. Como já versamos nos capítulos I e II, a família para Castel (1998) é a proteção social primária. Isto ficou exposto no depoimento do E2 quando questionado sobre como enfrenta as dificuldades que aparecem em função da pobreza do dia-a-dia: *“Isso aí a gente vai levando, igual mesmo procurar família da gente né pra ajudar a gente.”* Ainda, as falas do E5 e do E1 expuseram que nos momentos de instabilidade os pesquisados desacreditam no Estado: *“Na realidade, enfrento na fé em Deus, deixo nas mãos de Deus, de repente ele resolve para mim, porque você não acha socorro em lugar nenhum que você vai. Principalmente de político, precisa nem procurar”*(E1).

Frente à precariedade da proteção secundária ficam latentes questionamentos acerca de quando não se pode contar com Estado. Então, essa descrença leva os indivíduos a sempre a buscarem proteção na família: *“A gente sempre vai levando, dando um jeitinho, se precisar procuro a família”* (E3). *“Quando preciso busco ajuda da minha mãe”* (E2).

Perguntamos sobre a participação em programas ou projeto em virtude do Bolsa família e os entrevistados disseram nunca terem participado. Barbosa (2013) nos traz para reflexão que nos equipamentos de proteção social básica, as equipes discursam que há uma ausência dos homens no equipamento em virtude da “feminização” da Assistência Social. Para a autora não é por desinteresse do homem que ele se torna invisível nos procedimentos relativos aos programas votados às famílias em vulnerabilidade, de um modo geral é considerada “família

atendida” aquela em que a mãe (enquanto a representante oficial do grupo familiar) comparece aos atendimentos. Por isso a supracitada atenta para um duplo risco: 1º) a total responsabilização feminina pelo sucesso ou fracasso das políticas vinculadas à família; 2º) mantém-se a invisibilidade de homens pobres na proteção social. O que pode desconsiderar o protagonismo de homens na esfera dos cuidados, tornando-os irrelevantes nos atendimentos de assistência social.

São muitos os elementos que contribuem com essa invisibilidade masculina no âmbito da assistência social como, por exemplo, a questão da “estética feminina” dos CRAS que inviabiliza que esse espaço seja em alguma medida a extensão da “casa dos homens”, e tão pouco lugar onde se encontra a companhia de outros homens (BARBOSA, 2013). Vale destacar que as famílias que recebem o bolsa família são acompanhadas pelo CRAS, e este oferece cursos voltados para a profissionalização dos beneficiários. Barbosa (2013) chama atenção que na maioria das vezes costumam ser ofertados cursos voltados para artesanato (corte e costura, pintura), e para beleza (manicure e pedicura), não contemplando os homens titulares do benefício. Nos espaços institucionais de proteção social, os homens se tornam “quase invisíveis” nos dois sentidos: são poucos, e pouco considerados.

GÊNERO E BOLSA FAMÍLIA

Antela e Barreto (2010) enfatizam que o PBF afirma e acentua a importância das mulheres na família, colocando-a como responsável legal e preferencial para o recebimento dos benefícios, - situação presente em 95% das famílias beneficiárias. Isso se justifica pela atribuição dada à mulher, a responsabilidade para com a família e criação dos filhos e pelo elevado número de famílias monoparentais femininas.

Para os autores o fato de ser responsável por uma renda monetária tem atribuído um significado importante nas vidas das mulheres, tendo em vista que as possibilita aumentar o seu poder de decisão e afirmarem a sua posição no âmbito familiar. Atribui-se também a mulher as responsabilidades no que tange as condicionalidades, colocando a mulher como a responsável pela família e isso vem colaborando com o fortalecimento dos papéis de gênero construídos socialmente. É mister atentar, conforme Soares (2011) chama atenção, que a política com

centralidade na família, especialmente nas mulheres, coloca-a como a responsável pela eficiência das políticas sociais, assim como, a ser compreendida como um instrumento de desenvolvimento social. Além disso, a autora ainda afirma que essa focalização nas mulheres:

[...]em geral, instrumentalizam os papéis sociais atribuídos às mulheres, principalmente, os relacionados à esfera reprodutiva. Assim, a transferência de bens ou atividades de capacitação, desenvolvidas por essas políticas, reforçam as habilidades consideradas adequadas às mães/donas-de casa/não-trabalhadoras (SOARES, 2011, p.07).

O MDS (2011) julga que as mulheres tomam a melhor decisão em benefício do grupo familiar, por isso a maior parte das suas políticas públicas tem foco no sexo feminino. Dessa maneira são mulheres consideradas mais responsáveis que os homens na criação e alocação do benefício para os filhos, por isso são preferencialmente as eleitas para receberem o PBF. Frente a esta realidade, todos os entrevistados tiveram que realizar transferência da titularidade do benefício. O conteúdo do depoimento do E5 certifica que as mulheres são “boas administradoras” dos recursos econômicos, e por isso são na maioria das vezes as titulares pelo benefício: *“É porque eu acho o seguinte que as mulheres em relação aos homens, pelo o que eu penso elas sabe administrar melhor.”*

Em face disso, os pesquisados foram questionados se os mesmos compreendiam o PBF como coisa de mulher. Toda via, o programa é assimilado pelos pesquisados como um direito das crianças, dos filhos. Essa compreensão corrobora para que os beneficiários tenham o entendimento de que o PBF não é específico da mulher: *“Não! De jeito nenhum. Quantos pais de família no meu caso por exemplo que trata, leva na escola, remédio, tudo. Por que eu não dependeria? Uá dependo deles sim também ué!”* (E5)

A opinião do E1 e E2 sobre a titularidade do PBF ser preferencialmente das mulheres, as falas demonstraram insatisfação e discordâncias: *“Injusto, não devia ter isso. Esse critério é totalmente errado.”* *“Eu acho errado, eu acho que o certo é quem está com as crianças receber, tanto faz o homem ou a mulher né.”*

Ao questionarmos se a condição de beneficiário de um programa de transferência de renda atingiria a autoestima do homem, constatamos que: 1º) ser beneficiário do PBF não influencia na autoestima dos homens: “*Não! Não, de jeito nenhum*” (E1) “*Não porque eu acho justo receber quem “tá” cuidando*” (E2). 2º) ser beneficiário não é uma escolha e sim uma necessidade, se houvesse inserção no mercado de trabalho, não haveria a submissão ao programa, como nos indica as falas: “*Não, na hora não pensei nisso pensei na necessidade*” (E5.) “*Eu precisava entrar no mercado de trabalho, não depender*” (E4).

Sobre o que acham de serem os responsáveis legais pelo cartão do programa, os pesquisados avaliam de forma positiva e justa uma vez que estão tendo acesso a um direito para as crianças:

“Na minha condição não é pra mim mas eu acho legal, porque eu não tinha outra opção mas se eu tivesse outra opção, teria que ser a mulher, mas como ela não tem, é um direito das crianças criado pelo poder público então eu acho que alguém teria que responder porque se não, se eu fosse abrir mão eu estaria lesando um direito deles igual eu acabei de frisar foi uma ajuda muito grande e continua sendo” (E5).

Outro aspecto importante, é que nenhum entrevistado diz apresentar dificuldades em cumprir as condicionalidades. Isso está associado com fato de que o não cumprimento das condicionalidades pode bloquear o benefício e até mesmo suspendê-lo: “*Se faiar dá problema, mas acho difícil não*” (E1).

Na perspectiva do programa as condicionalidades visam promover a emancipação das famílias, uma vez que associam o programa com o acesso a direitos sociais básicos. Dessa forma, segundo as diretrizes do PBF, a imposição das condicionalidades não objetiva punir as famílias que as descumprem, mas sim fornecer ao poder público a identificação das mesmas, para que possam ser acompanhadas no intuito de solucionar os problemas que provocaram o descumprimento (PEREIRA, 2010, p.68). No entanto é importante refletir, como nos aponta Lavinas (2004) que ao ser exigido o cumprimento das condicionalidades como condição para o exercício de um direito social, os próprios princípios de cidadania podem estar ameaçados.

É conveniente demarcar também o apoio que a escola oferece a esses pais. Observamos que a escola demonstra um papel significativo no acompanhamento dos filhos dos entrevistados. “*Os professores sempre tão cobrando, tão em cima também*” (E2). Para Carvalho (2004), a presença da paternidade na escola chama a atenção e é sempre surpreendente, pois os profissionais da educação sempre reportam à predominância das mulheres. Dessa maneira, quando se tem a ausência da mãe, os professores tendem a dar maior atenção e auxiliar, oferecendo muitas vezes uma referência materna.

As narrativas expuseram que o PBF traz, de forma imediata, melhorias às condições de vida das famílias, com possibilidade de compra de itens de alimentação, medicamentos, vestuário, material escolar: “*Bolsa família na minha vida foi extraordinário, pois foi o caderno, foi chamex, lápis, caneta, foi muita coisa, foi o mantimento dentro de casa, é uma importância muito grande na minha vida e na vida de muitos brasileiros*” (E4).

Estudos apontam que o PBF tem produzido resultados positivos na vida das mulheres, por aumentar o poder de decisão de como gerir o recurso e por apresentar muitas vezes como única fonte de renda familiar (PEIXOTO, 2010). Igualmente, vimos nas falas acima que o programa também assume lugar de destaque na vida dos homens beneficiários, uma vez que ainda sob uma condição mínima viabiliza o acesso a recursos essenciais para a sobrevivência.

Encerramos o roteiro de perguntas questionando sobre como esses homens se veem enquanto beneficiários do programa no futuro. Percebemos posicionamentos distintos, o E1 quer continuar recebendo o benefício para usar com o filho: “*Quero continuar recebendo “pra” continuar usando pra ele, “pras” coisas que ele precisa.*” O E2 e E5 demonstram o mesmo interesse, as falas revelam o entendimento do PBF enquanto um programa de governo, e não uma política de Estado, conforme vimos no capítulo I deste trabalho: “*Ah assim eu quero continuar recebendo ajuda né.. Mas com a troca de governo ai ninguém sabe né...*” Já o E5 expôs uma perspectiva diferente. Ele pretende não permanecer no programa, uma vez que busca se inserir no mercado de trabalho formal:

“As pessoas não pode ser dependente, a pessoas tem que ser independente. Em outras palavras, o bolsa família como eu disse anteriormente, é muito importante, mas não seria importante eu viver dependendo do bolsa família a vida inteira, eu não quero abrir mão desses R\$ 259,00. Duzentos e cinquenta e nove reais no meu bolso todo mês, quem não queria? Mas não seria melhor uma porta abrir ao invés de eu receber R\$259,00 todo mês? Pois eu poderia doar quem sabe 500, uma porta boa talvez eu me tornaria um grande profissional de alguma aérea, em vez de eu tirar dos cofres públicos eu tirar do meu bolso pra ajudar alguém lá na frente, contribuir com meu país, meu Estado. Essa é minha visão, eu preciso ser alguém na vida em termos profissionais, **eu preciso entrar no mercado de trabalho**. Isso é importante, viver do seu próprio trabalho, não depender do seu imposto pra poder inteirar o meu bolsa família. Eu poderia é também contribuir com alguma coisa. **Eu sou homem** eu mereço também compartilhar de alguma maneira”.

Este depoimento desconstrói o discurso que prevalece sobre os beneficiários do PBF serem acomodados. Percebemos que o interesse maior do E4 é entrar para o mercado de trabalho e sair da condição de dependente do governo. Cabe refletir que se há a porta de entrada para o programa deve haver também a porta de saída. O PBF não deve se restringir somente a alimentação e ao acesso ao básico. Se a sua proposta do programa é ser de caráter transitório, então cabe questionarmos qual o caminho para que de fato os beneficiários alcancem a autonomia preconizada pelo PBF, será que o desenho do programa tem favorecido para isto?

CONSIDERAÇÕES

Nos estudos de gênero ainda prevalece a figura da mulher como o principal objeto analisado, enquanto a figura masculina é pouco debatida, e quando é, sempre está ligada à imagem do homem tipo burguês, provedor, dominador, detentor do poder. Todavia, há homens na sociedade, que estão expostos à pobreza, à falta de emprego e as cobranças culturais que os envolve.

Ainda, a pobreza é frequentemente associada com a monoparentalidade feminina. O diagnóstico que os mais atingidos pela pobreza são as mulheres contribui para que os programas de combate à pobreza sejam voltados

principalmente a mulher, destacamos o Programa Bolsa família, que tem preferencialmente a mulher como titular do benefício.

O PBF vem contribuindo com a redução dos patamares de pobreza e tem ganhado importância no âmbito social, econômico e político. Contudo, a focalização que há no programa não garante acesso pleno a todos que estão em situação de pobreza no país.

A investigação possibilitou identificar os significados do programa para estas famílias; as responsabilidades assumidas ao cumprimento das condicionalidades e os desafios do cuidado com a família. Para isso foi importante ver a percepção dos homens beneficiários acerca da masculinidade, paternidade, pobreza e família. Tendo em vista a construção social dos papéis de gênero, em que o homem deve sempre ser o provedor e de que a sua figura está associada com mundo do trabalho, tinha-se também como hipótese que a condição de beneficiário de um programa de transferência de renda atingiria a autoestima do homem, o que não foi confirmado na pesquisa.

Percebemos, que as políticas sociais, em especial as assistenciais, ao privilegiarem a figura feminina, cede espaço para concepções conservadoras sobre as diferenças sexuais, cristalizando as posições sociais de homens e mulheres. É importante arraigar debates em torno da centralidade da pobreza e das mulheres nas políticas sociais, mas isto não deve ser mais relevante que abordar a centralidade dos direitos sociais e humanos para todos, de forma universal.

Não queremos dizer aqui, que é mister desvanecer-se as políticas focalizadas e que a crítica direcionada ao foco preferencial com corte de gênero do PBF tem o intuito de desqualificar o programa. Mas, chamamos atenção para a necessidade de que um programa que preconiza o enfrentamento da pobreza e da miséria brasileira, não deve ser tão restrito, ele deve ser abrangente, independente do gênero.

Cabe refletir que se o PBF visa combater a pobreza, é um equívoco pensar que somente mulheres estão em situação de pobreza. Ainda, vimos ao longo do trabalho que existe uma lacuna nos sistemas de proteção social no que tange à garantia de direitos dos homens pobres haja vista que normalmente as políticas

voltadas para o masculino dizem respeito à violência e ao trabalho. Assim, percebemos que há uma permanente invisibilidade masculina no campo da proteção social, e isto impõe limites à democratização do acesso aos serviços sócio assistenciais.

REFERÊNCIAS

ANTELA K. M. R; BARRETO C.M. **A realidade da família monoparental chefiada pelo homem dentro do Programa Bolsa Família do Governo Federal na cidade de Manaus.** Somanlu, ano 10, n. 2, jul./dez. 2010.

BARBOSA, D. O. **Masculinidades, gênero e pobreza: o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ** -2013. 129 f. Dissertação- Universidade Federal Fluminense, Niteói-RJ,2013.

BRASIL/MDS. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Bravas mulheres do Bolsa Família2011**, Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/marco/bravas-mulheres-do-bolsa-familia>, Acesso em julho de 2014

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Mulheres correspondem a 93% dos titulares do Bolsa Família.** Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/01/mulheres-correspondem-a-93-dos-titulares-do-bolsa-familia>> Acesso e julho de 2014.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. **As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero.** Disponível em:<<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/cassiacarlotoAsmulheresnosprogramasdetransferenciaderenda.pdf>.> Acesso em fevereiro de 2014.

CARVALHO, M. E. P. **Modos de educação, gênero e relações escola família.** Centro de Educação e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero. Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2004.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário.** 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida; SANTOS, Silvana Sidney Costa. Família: redes, laços e políticas públicas. Physis, Rio de Janeiro , v. 19, n. 4, 2009

FREITAS, R. C. S, MAROUN, N. A “Divina Arte”do Cuidar e um desafio:o protagonismo masculino nos cuidados da família IN 2º Encontro Internacional de Política Social 9º Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de agosto de 2014.

FREITAS, W. M. F. e et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 43, n. 1, Feb. 2009.

INTSTITUTO PAPAI. Paternidade e cuidado In Caderno Trabalhando com homens Jovens, 2001. Disponível em:< <http://www.promundo.org.br/wp-content/uploads/2010/04/PaternidadeeCuidado.pdf> > Acesso em: setembro de 2014.

LAVINAS, L .Universalizando Direitos. Revista Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, p. 67-74, 2004.

LYRA, Jorge - Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), São Paulo: PUC/SP. 140p, 1997

PEIXOTO, S. L. F..OS SIGNIFICADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES: um estudo na comunidade Morro da Vitória.2010.193 f.Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

REGO, W. L, Pinzani, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Unesp, 2013.

SARTI. C. A. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 3ed. São Paulo: Cortez, 2005

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil (coord) – São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SOARES, S. R. . A feminização da pobreza e as políticas sociais foczaliadas nas mulheres: um debate a ser repensado? IN V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís-MASãoLuís-MA. Universidade Federal do Maranhão, 22 a 26 de agosto de 2011.

SOUSA, Ana Paula de. Estudo Comparativo das famílias monoparentais masculinas X monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar. São Paulo, 2008. Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço social – UNESP.



O MITO DA HIPERSEXUALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA

OLIVEIRA, Claudilane Soares¹
RUAS, Maria Gabriela Soares dos Santos²

RESUMO

Nesta sumula pretende-se discorrer sobre o impacto da hipersexualização da mulher negra e como contribuir para a disseminação do racismo e decorrentes formas de preconceito. Ainda existem grupos que defendem que o racismo não existe, contudo não é o que presenciamos constantemente, principalmente quando se tratando da violência sofrida por mulheres. A violência direcionada à mulher consiste em todo ato de violência de gênero que resulte em qualquer ação física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, incluindo a ameaça. Objetiva-se então discutir acerca do racismo, violência e o mito da hipersexualização da mulher negra, sofrida desde os primórdios.

Palavra-chave: Hipersexualização, violência, preconceito.

ABSTRACT

This summary is intended to discuss the impact of black women's hypersexualization and how to contribute to the spread of racism and resulting forms of prejudice. There are still groups that argue that racism does not exist, but it is not what we are constantly witnessing, especially when it comes to violence suffered by women. Violence directed at women consists of any act of gender violence that results in any physical, sexual, psychological, patrimonial or moral action, including the threat. The aim is to discuss racism, violence and the myth of black women's hypersexualization suffered from the earliest days.

Key words:Hypersexualization, violence, preconception.

¹Claudilane Soares Oliveira graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros, email: claudilanesoliveira@hotmail.com

²Maria Gabriela Soares dos Santos Ruas graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros, email: gabiih98@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos o corpo feminino é tido como um objeto de prazer para o sexo oposto, posto constantemente sob juízos inquisitórios. Mulheres são o tempo todo objetificadas, ainda nos dias de hoje vemos a grande mídia contribuindo para este processo, contudo o movimento feminista tenta recuperar a autonomia da mulher (mostrando para a sociedade que ser mulher é mais que lavar e passar, é uma luta diária que se enfrenta). Estas pressões sobre a sexualidade feminina variam muito da interseccionalidade que é o estudo da sobreposição ou intersecção de entidades sociais e sistemas relacionados de opressão dominação ou discriminação segundo o dicionário.

Entende-se então que estas variações são reflexo de imposições culturais e sociais e é a partir, e por tal motivo que a mulher negra sofre duramente com os efeitos intrínsecos do machismo.

Nesta sumula pretende-se discorrer sobre o impacto da hipersexualização da mulher negra e como contribuir para a disseminação do racismo e decorrentes formas de preconceito. Ainda existem grupos que defendem que o racismo não existe, contudo não é o que presenciamos constantemente, principalmente quando se tratando da violência sofrida por mulheres. A violência direcionada à mulher consiste em todo ato de violência de gênero que resulte em qualquer ação física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, incluindo a ameaça.

A mulher sempre sofre com o peso e imposição do patriarcado, não somente no sentido de partilhar bens, mas também na privação dos seus desejos sexuais. A mulher demora para se descobrir sexualmente pois desde muito cedo é privada de conhecer e saciar suas vontades. Pelo longo dos anos as mulheres apenas existiam, mas não ocupavam lugar de relevância na sociedade. Mulheres negras então eram postas às margens pelas mulheres brancas que mesmo depois do período de escravidão ainda viam a mulher negra como escrava e nada além disso, é vista como alguém insignificante com uma única função: servir e servir calada. Em virtude desta cultura o preconceito toma proporções quase impossíveis de serem controladas.

Mulheres sofrem abusos constantemente, sejam eles sexuais, físicos, psicológicos morais ou outros, contudo na grande maioria das vezes as vítimas são mulheres negras e nem sempre a mídia mostra estes fatos, como quando uma mulher branca e de classe média sofre o mesmo tipo de abuso. Quando é destacada pela mídia a mulher negra sempre é colocada em um contexto onde a única coisa que é mostrada é seu corpo de uma forma extremamente sexualizada, como vemos no carnaval, com a globeleza e as passistas de escola de samba.

MATERIAL E METÓDO

Com base em uma pesquisa bibliográfica que busca embasamento teórico sobre o tema proposto, pretende-se a partir de então, coletar dados que fundamente este trabalho.

DESENVOLVIMENTO

A violência contra a mulher não está restrita a um certo meio, não escolhe raça, idade ou condição social. A grande diferença é que entre as pessoas de maior poder financeiro, as mulheres, acabam se calando contra a violência recebida, talvez por medo, vergonha ou até mesmo por dependência financeira. Mas nem todos deixam marcas físicas, existem as ofensas verbais e morais, que causam dores, que superam a dor física. Humilhações, torturas, abandono, etc., são considerados pequenos assassinatos diários, difíceis de superar e praticamente impossíveis de prevenir, fazendo com que as mulheres percam a referência de cidadania. Entre mulheres negras, os tipos de violências citadas ocorrem com maior frequência, pois, além de seu gênero existe o preconceito quanto a sua cor, ocasionando muitas vezes a objetificação das mesmas, por conta de seu legado histórico, pois desde o início dos tempos as mulheres negras são tratadas como objeto de satisfação pessoal do homem.

O racismo e o sexismo influenciaram as relações que determinaram a sociedade brasileira no seu momento fundador. Isso está no DNA de nossa sociedade, é estruturante. E hoje, mesmo considerando tudo o que já mudou em relação ao que consideramos violência, não há como discutir

violência contra as mulheres sem discutir racismo e sexismo no Brasil” (Luiza Bairros, socióloga e ex-ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)).

Se analisado o período de escravidão no Brasil pode-se perceber que além de escravizada no sentido de trabalho, estas mulheres eram obrigadas a manter relações sexuais com seus “senhores” para saciar seus desejos carnavais. “A questão de classe nunca foi questionada como um produtor de hierarquia no Brasil, o que é questionado é a capacidade de racismo e sexismo estruturarem a sociedade brasileira” (Luiza Bairros, socióloga e ex-ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)).

O corpo da mulher nunca foi tratado com respeito, sempre foi visto como um objeto para o homem, moldado em cima de discursos machistas e disciplinadores, desde as vestimentas até ao lugar onde mulheres freqüentavam. No caso da mulher negra isto se torna ainda mais triste, preocupante e revoltante, pois desde os primórdios estas são tratadas como lixo, sem qualquer respeito, como se não fizessem parte da sociedade, tinham seu direito de fala reprimidos e só podiam falar “SIM” para os exemplares pais de família que buscavam em suas mucamas um prazer que julgavam carnavais demais para suas adoradas esposas. Estas escravas que eram violentadas por seus “senhores” engravidavam e se fosse homem era mais um para sofrer com a força gratuita e desvalorizada de seu trabalho, se fosse mulher seria outra que além de cumprir com todos os deveres impostos, ainda tinham que servir de corpo aberto para dar prazer aqueles que ocupavam os lugares mais bem vistos em toda a sociedade.

Mas não pense que o abuso era causado apenas pelos homens. Suas mulheres para não ter que se deitar com os maridos colocavam as escravas para fazer este papel, por outro lado as mulheres brancas que se deitavam com maridos, quando tinham seus filhos o colocavam para serem amamentados pelas servas que viviam na senzala, aos fundos.

Ainda hoje em pleno século XXI querem calar a voz da mulher, principalmente das negras que hoje não se escondem mais, que cansaram de viver uma vida de

reclusão como se ainda estivessem em um período de escravidão, entretanto estas mulheres hoje tomaram fôlego e compram a briga de frente mesmo com todas as dificuldades diárias, mesmo com a ligação de seus corpos a imagens totalmente hipersexualizadas. Estão ocupando todos os lugares de fala possíveis, seja televisão, jornal, rádios, internet ou cinema.

A violência contra a mulher é o preconceito e a intolerância que devasta a humanidade desde seus primórdios até os dias atuais. Problema este que a mulher enfrenta em ambientes de trabalho, estudo, lazer e até mesmo no próprio ambiente familiar, vista como alvo cultural de uma sociedade machista na qual a mulher já foi considerada objeto para fins domésticos, sexuais e para a procriação. São agressões que acontecem em todo lugar independentemente da classe social, raça ou cor. Violência que faz mais de duas mil vítimas por dia. Porém acredita-se que esse número é maior já que muitas vezes amedrontadas e oprimidas pela sociedade machista e preconceituosa, não denunciam seus agressores que por motivos fúteis finalizam suas discussões com agressões.

Foi de suma importância movimentos feministas que atuaram por meio de convenções para os Direitos Humanos, como a convenção de Belém do Pará, por exemplo. Houve a necessidade de leis específicas diante do agravo. Assim, a lei nº 9.099/95 mostrou-se insuficiente, já que a lei não abrangia homicídios e lesões corporais graves e não continha efeitos imediatos (SANTOS et al, 2014, p. 72).

Sob uma nova ótica a lei nº 11.340/2006 define a violência e estipula as formas de violência, deixando para trás o paradigma que violência é apenas a agressão física. Tem-se, também, a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. As ações governamentais como a Central de Atendimento à Mulher e outros programas que visam amparar a mulher, para que haja a conscientização da população em geral, são ações que trazem aspectos conceituais e educativos, que unidos a uma legislação qualificam uma avançada e inovadora luta contra a violência direcionada à mulher.

Juridicamente falando, as consequências de atos violentos contra a mulher, sofreram modificações com o surgimento da Lei Maria da Penha em agosto de 2006. Junto com a lei, nascem novas esperanças para uma realidade mais justa, com

alicerces judiciais que penalizam o agressor e protegem a vítima. O papel da mulher no combate a agressão é de fundamental importância, pois ela melhor que ninguém sabe relatar o que vive. O ato de denunciar é importante para que a agressão não passe em puno e que encoraje outras vítimas a também denunciarem.

A referida lei assegura as vítimas apoio como ajuda psicológica e social encontrada no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), programas no qual a mulher deve solicitar ao juizado ou Ministério Público como: Programas de Assistência e de Inclusão Social dos Governos Federal, Estadual e Municipal e tem também, os Programas de Qualificação Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho (SANTOS et al, 2014, p. 77).

Partindo do pressuposto que o ato de violência e preconceito contra a mulher é baseado nas relações sociais de gênero, principalmente quando se trata da mulher negra, a violência contra as mesmas em suas várias formas, vem assumindo proporções alarmantes em nossa sociedade. Os mecanismos legais, como a Lei Maria da Penha, têm contribuído para o enfretamento de parte dos atos violentos, mas a grande maioria das mulheres que sofrem violência, principalmente nas classes econômicas menos favorecidas, não recorrem à justiça, seja por desconhecimento de seus direitos, seja por medo, ameaça ou por sentimentos de desamparo pessoal e de incapacidade de se defender sozinha, devido ao que lhe foi ensinado desde a infância, que a mulher depende do homem e que nunca seria independente, mas esse cenário vem mudando com a luta e enfrentamento de mulheres guerreiras que não querem mais serem dominadas por ninguém.

A lei Maria da Penha foi um marco de grande relevância para uma luta igualitária entre homens e mulheres, uma luta para a liberdade e a justiça. Considerada pela sociedade como sexo frágil, que na verdade, muitas vezes foi vítima de graves lesões, ameaças, preconceito, racismo, abusos sexuais e tornou-se frágil para enfrentar tal situação, vem hoje de forma brilhante mostrando sua força e determinação para lutar por seus direitos, tornando-se exemplo para outras mulheres.

Entende-se o quanto é importante para uma criança, uma menina negra, a representatividade de outras mulheres em lugares improváveis. Atualmente presenciamos o orgulho destas crianças ao verem heroínas de pele escura como a

noite, no filme Pantera Negra, tomando as grandes telas e saltando para fora das margens e indo para Hollywood. Há quem diga que representatividade não importa e seria no mínimo hipocrisia dizer que concordamos, pois acreditamos na representatividade. Acreditamos que as meninas negras que estão crescendo merecem alguém para representá-las dignamente, merecem mais que seios de fora e corpo a mostra para conquistar o seu lugar, merecem mais que globelezas, passistas de escolas de samba, ou seja o que for, merecem estar onde elas quiserem estar.

Durante toda a infância de uma criança negra do sexo feminino, que nasceu no Brasil, a mídia vendia a imagem de mulheres da mesma raça delas como objeto do carnaval, quando cresciam ou alimentavam o pensamento de que para serem bonitas deviam se adequar a esses padrões ou se distanciavam o máximo possível deste estereótipo, se fechando para o descobrimento de sua sexualidade e se trancafiando mais uma vez na senzala, se pretende ao pelourinho, usando mordanças, levando chicoteadas, só que desta vez o agressor não era mais o capataz e sim elas mesmas. A menina negra cresce ouvindo que o que é bonito é o corpo branco, que as genitálias negras não agradam aos olhos, que os mamilos escuros não são agradáveis, o que faz com que elas percam a sua identidade e comecem a se odiar, sem perceber que foram obrigadas a isso.

O que torna ainda mais triste esta realidade, quando dentro de um relacionamento estas mulheres que são inibidas de sua sexualidade acabam sofrendo violência e abuso por parte de seus parceiros, sejam elas físicas, verbais, morais ou psicológicas. Por muitas vezes estes homens não entendem a dificuldade de aceitação que estas mulheres sofrem.

A taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas, isto na média nacional, pois existem estados onde a desigualdade racial é maior. Além da questão da mulher indígena que muitas vezes é ignorada na elaboração destes índices, com justificativa no baixo volume das mortes desta população. Quando calculamos a proporção destas mortes para mulheres indígenas observamos que o índice vem aumentando, aproximando-se do das mulheres negras, demonstrando que ser vítima de homicídios tem relação com as desigualdades étnico/raciais (Jackeline Aparecida Ferreira Romio, mestre e doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp)).

Com tamanha violência há uma significância enorme para a sociedade o surgimento da Lei Maria da Penha em Agosto de 2006. Com ela nasceu a esperança da eficácia jurídica que penalize o agressor e proteja a vítima. A criação da lei se consolidou após a terrível realidade que ocorreu entre 1988 e 2008, período esse em que se constatou que cerca de 42.000 mulheres foram mortas no Brasil, conforme dados constatados na pesquisa do Instituto Sangari (2011). A lei busca promover uma real mudança nos valores sociais, que naturalizam e banalizam a violência que ocorre nas relações domésticas e familiares em que os padrões de supremacia masculina e subordinação feminina, durante séculos foram aceitos por toda a sociedade. Essa objetiva caracterizar a violência doméstica e familiar como violação dos direitos humanos das mulheres e garantir proteção e procedimentos policiais e judiciais para as vítimas.

Atualmente existe a Delegacia de Defesa da Mulher, que recebe todas as queixas de violência contra as mulheres, investigando e punindo os agressores. Como em toda a Polícia Civil, o registro das ocorrências, ou seja, a queixa é feita através de um Boletim de Ocorrência (BO), que é um documento essencialmente informativo, contendo todas as informações sobre o ocorrido visando instruir a autoridade policial, qual a tipicidade penal e como proceder nas investigações.

Vivemos em uma sociedade racista que objetifica tudo o que pode alcançar, porém mulheres são fortes, são garra, são luta. Não se pode achar normal viver em uma sociedade que te exclui e te lança às margens da sociedade. Existem os que dizem que racismo não existe, os que dizem que as “negrinhas são fogosas” e existem as mulheres resistentes que não se calam diante de atos machistas, que não ficaram caladas diante de assédios, de elogios que excedem o normal e passam a ser agressão. Não é novidade pra ninguém que o Brasil nasceu do estupro, mas esta cultura tem que acabar, uma nação não pode ser construída em cima de lágrimas de sangue de uma vítima sem qualquer capacidade de defesa. É necessário não se conformar com o lugar onde se vive e ser realmente uma geração inconformada que vai a luta, que permanece na luta até que todas sejam livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A própria sociedade racista e machista, sexualiza a mulher negra para depois discrimina-la. E o preço que elas pagam por isso é altíssimo, pois são excluídas do seio da sociedade e jogadas às margens como se fossem meros objetos. São privadas de um bom emprego, por exemplo, em uma loja, pois acham que a imagem de uma mulher branca seria mais lucrativa para o estabelecimento.

A sexualidade da mulher negra vem sendo cada vez mais, colocada sob uma ótica repressora que é passada para a sociedade em geral através de uma mídia injusta, que vê na mulher branca direitos de se expressar sexualmente como ela quiser, já a mulher negra quando se expressa é vista como uma mulher que precisa ser policiada e controlada. Essa é uma prática preocupante, quando paramos para analisar, como os movimentos negros e feministas vão ganhar voz, sendo que, o maior meio de comunicação não apoia esse tipo de movimento, pelo contrário, só passam para a sociedade como uma imagem ruim, o que gera muitas vezes, críticas destrutivas que enfraquecem o movimento. O que se deve compreender é que a mulher negra é uma pessoa sexual (humanamente falando) como qualquer outra pessoa, independentemente da sua raça, cor ou cultura são todas iguais.

A partir desse debate, percebe-se que nenhuma mulher está livre das imposições culturais machistas. A necessidade de se fazer enxergar a objetificação, exploração e violência cometidas contra qualquer mulher, mas acima de tudo a grande necessidade é de saber que há diversidade nos contextos e que é preciso lidar diretamente com as especificidades de cada grupo, promover discussões mais abrangentes, expondo os valores racistas e machistas já enraizados na sociedade desde muito cedo e estabelecer um ambiente onde as mulheres negras possam se empoderar.

REFERÊNCIAS

- Tavares, Joyce da Silva (2017).
Sena, Isabela (2015).

VIOLENCIA e racismo. Disponível

em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>>.

Acesso em: 22 janeiro 2018.

Luiza Bairros, socióloga e ex-ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Violência contra a mulher, PORTAL DA FAMÍLIA. Disponível em: <www.portaldafamilia.org/artigos/artigo323.shtml>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

Violência doméstica contra mulher, Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais Unit/Aracaju/v.1/n.2/p.71-78/Março.2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/984/705>.

Acesso em 28 de janeiro de 2018.

Jackeline Aparecida Ferreira Romio, mestre e doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).



DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS: UMA VISÃO MARXIANA

Matheus Pedro de Carvalho¹

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar as possibilidades e as mudanças que causam o desenvolvimento das forças produtivas, destacando como esse fator afeta a classe trabalhadora e a classe capitalista, também ressaltar como a participação do Estado em uma economia capitalista afeta a relação entre as classes e a quem ele favorece.

Palavras-chave: forças produtivas; desenvolvimento; classe trabalhadora; classe capitalista.

ABSTRACT

This text aims to analyze the possibilities and changes that cause the development of the productive forces, highlighting how this affects the working class and the capitalist class, also to emphasize how the participation of the State in a capitalist economy affects the relation between classes and whom he favors.

Keywords: productive forces; development; worker class; capitalist class.

INTRODUÇÃO

As mudanças que vão ocorrendo no sistema de produção de mercadorias, ao passar do tempo, possibilitam que novas técnicas possam ser utilizadas para aumentar a eficiência da produtividade. Esse incremento de novas técnicas impulsiona o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, que é dividido em duas classes (a trabalhadora e a que detém os meios de produção), e muda

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros.

completamente o modo de vida dos trabalhadores, que antes eram os proprietários de seus meios de produção, bem como do resultado de seu trabalho.

O desenvolvimento de novas máquinas muda o processo histórico do sistema econômico (quando ela é usada para acumulação, ou em outras palavras: quando elas são apropriadas apenas por uma parcela da população (propriedade privada)), fazendo com que o trabalhador, que só possui sua força de trabalho como meio de produzir, tenha que a vender para conseguir sobreviver, surgindo então os assalariados ou como é preferível chamar de “classe trabalhadora”, que logo mais entrará em constante atrito com a classe dos possuidores de capital. Os trabalhadores foram expropriados de seus meios de produção precedentes (a terra, sobretudo), o que deu origem a que eles próprios se encontrassem no mercado, “livres”, como força de trabalho (que deve ser vendida, trocada). É o fato de sua exploração, que acontece nesta “troca” com o capitalista, onde ocorre a apropriação da mais-valia que permite, ao capital, a acumulação e, por consequência, o investimento do excedente em renovação das máquinas. A perspectiva adotada neste artigo é de mostrar as formas de evolução do sistema capitalista com foco nas forças produtivas, observando que são elas as principais “armas” do capitalista contra os trabalhadores, como uma forma de substituição da força de trabalho humano. O processo de trabalho agora é conduzido por equipamentos desenvolvidos que substituem a atividade do homem. Também, mostrar as consequências que este sistema gera para a população, e como permite que cada vez mais as classes dos exploradores forcem a classe dos explorados a aceitar que esta maneira de viver seja a única possível.

Além desta introdução, o artigo está dividido em uma seção que mostrará como o desenvolvimento das forças produtivas foi fundamental para que o sistema capitalista pudesse progredir, utilizando de forma cada vez mais eficiente do seu principal elemento de acumulação, o desenvolvimento de maquinaria que possibilitou maior exploração da classe operária. Na segunda seção, será observado como a participação do Estado em um sistema de produção capitalista favorece ainda mais o acúmulo de capital, também auxiliando a dissimular as contradições do capital, dando assim um novo método de incentivo para que se continue a

exploração da classe trabalhadora, pois o Estado atua somente a favor da classe de maior poder econômico.

DESENVOLVIMENTO DA MAQUINARIA

Com o desenvolvimento e a utilização da maquinaria na produção de mercadorias, se supera o modo de produção manufatureiro de mercadorias, e com essa superação, o capital moldou o trabalho a sua maneira. A produção manufatureira possuía como referência a força de trabalho viva. Marx esclarece, em sua obra *O Capital* (2013), a diferença entre a ferramenta e a máquina. Para ele, a *ferramenta* é um instrumento de trabalho, do qual o homem seria a força motriz, enquanto a *máquina* é usada como um instrumento movimentado por força natural, força animal, dentre outras. A máquina também é acionada pelo homem além de ser também resultado de trabalho humano, mas no contexto capitalista, com a máquina, o homem se coloca como elemento secundário no processo de trabalho. Ou seja, o trabalho humano continua necessário, mas o homem não domina completamente o processo de trabalho.

Com o aperfeiçoamento da maquinaria alterou-se o que era visto como o centro da produção na manufatura (o homem), o que ocasionou uma verdadeira mudança no modo de vida da população, pois causou uma certa autonomia do processo de trabalho com relação ao trabalho vivo (sendo ainda necessário este último, inclusive na produção de máquinas). Na grande indústria, o capital mostra seu poder inteiro sobre o trabalhador comandando o modo de trabalho: o operário se torna apenas um supervisor das máquinas (NETTO; BRAZ, 2007, p.112).

Segundo Benedito R. Moraes Neto:

Como observa Marx, com a introdução da máquina o capitalismo transforma a produção material numa aplicação tecnológica da ciência, explicitando o caráter brilhante do capitalismo no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas. [...] É dessa constatação que se desdobra a conhecida noção da contradição entre forças produtivas e relações de produção, coisa que pode ser sintetizada na ideia de que a forma social capitalista impede que se difundam socialmente os benefícios da desescravização do homem frente ao trabalho (na forma de trabalho abstrato) necessário à reprodução material. (MORAES NETO, 2002, p. 55-60).

Por isso, o entendimento sobre a mudança da manufatura para a maquinaria moderna é uma condição fundamental para a compreensão das principais mudanças

produtivas impostas pelo capital, bem como dos conflitos de classe resultantes destas modificações na sociedade.

Marx, mostrou os impactos da maquinaria moderna sobre a forma de produção (manufatureira e os resultados para a população. Previu que o sistema capitalista, ao aumentara produtividade, por meio do desenvolvimento das tecnologias, com a imposição da máquina usada durante a produção, iria apropriar-se continuamente o espaço de trabalho do homem, fazendo deles cada vez mais ultrapassados e dependentes do capital.

A manufatura pode ser caracterizada como uma das formas evoluída do sistema capitalista, pois conduziu a divisão do trabalho, impulsionando, de modo significativo uma evolução na produção e circulação de mercadorias. No entanto, ainda era restrita a partir das habilidades e do conhecimento dos trabalhadores que estabeleciam o nível a ser produzido, pois ela baseava-se, unicamente sobre o rendimento de cada trabalhador em sua função particular na realização de sua atividade. Segundo Marx:

A produtividade do trabalho depende não apenas da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas. Ferramentas do mesmo tipo, como instrumentos para cortar, perfurar, pilar, bater etc., são utilizadas em diversos processos de trabalho, e no mesmo processo de trabalho o mesmo instrumento serve para diferentes operações. Mas assim que as diferentes operações de um processo de trabalho são dissociadas umas das outras e cada operação parcial adquire nas mãos do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e, portanto, exclusiva, torna-se necessário modificar as ferramentas que anteriormente serviam para outros fins diversos. (MARX, 2013, p. 517).

Um dos conceitos próprios da manufatura é a sua excessiva divisão do trabalho, favorecendo as inúmeras fases da produção e constituindo uma certa independência entre os muitos trabalhadores. Assim, se torna fundamental uma ligação, de um trabalhador para o outro, que possibilite a contínua correnteza na produção de mercadorias, como uma forma de cooperação entre a própria classe trabalhadora, que depende do *próximo* trabalho de outro indivíduo para dar continuidade a mercadoria a ser produzida. Desse modo Marx analisa,

Por ser o produto parcial de cada trabalhador parcial apenas um grau particular de desenvolvimento do mesmo artigo, cada trabalhador ou grupo de trabalhadores fornece ao outro sua matéria-prima. No resultado do trabalho de um está o ponto de partida para o trabalho do outro. Assim, um trabalhador ocupa diretamente o outro (MARX, 2013, p. 522).

Na manufatura, uma maior produção, se choca com sua própria limitação da divisão social do trabalho e das técnicas empregadas na produção de mercadorias, pois está inteiramente submetida às qualidades e conhecimentos de cada trabalhador e às técnicas que são usadas (suas ferramentas), para que tenha um aumento na cadeia produtiva.

A maquinaria específica do período da manufatura permanece sendo o próprio trabalhador coletivo, que resulta da combinação de muitos trabalhadores parciais. As diversas operações que o produtor de uma mercadoria executa alternadamente e que se entrelaçam na totalidade de seu processo de trabalho colocam-lhe exigências diferentes. Numa ele tem de desenvolver mais força, noutra, mais destreza, numa terceira, mais concentração mental etc., e o mesmo indivíduo não dispõe dessas qualidades no mesmo grau. (MARX, 2013, p.527).

A ferramenta principal na manufatura era o trabalho humano, e este impunha fronteiras à produção que são de ordem física e racional (conhecimento do processo produtivo por parte do trabalhador). Encontra-se logo numa situação em que não é mais praticável explorar as habilidades do trabalhador e, com isso, o aumento do capital sofreria uma estagnação, contrariando os próprios propósitos do capitalismo. Fica claro, por conseguinte, que a submissão em relação ao trabalho vivo, enquanto dependência quanto à habilidade do trabalhador manual define-se como um empecilho para o império do capital. Era crucial para o modo de produção capitalista se *independentizar* do trabalho vivo. (MORAES NETO, 1989, p.27).

Com esse cenário, pode-se afirmar que as novas imposições colocadas pela mudança social (imposições da acumulação de capital) fizeram possível a ultrapassagem da produção manufatureira. E que, assim, a implementação de novas técnicas, constituída na construção de maquinarias, era primordial aos interesses do modo de produção capitalista. A produção manufatureira propiciou as formas materiais para se realizar a revolução industrial e eliminou os obstáculos para que o modo de trabalho fosse supervisionado pela lógica do capital.

Por isso, segundo Marx:

Na manufatura, tal como no regime de cooperação simples, o corpo de trabalho em funcionamento é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. Por isso, a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital. (MARX, 2013, p. 539).

Por fim, o surgimento de uma outra classe social que, por estar separada dos seus meios de produção, não tem mais outro modo para continuar existindo senão a venda da sua força de trabalho à classe que monopolizou os meios de produção² (ERNEST MANDEL, 2005, p.25).

Essa mudança, ou seja, a separação dos trabalhadores com relação a seus meios de produção, alcançou um nível elevado conforme novos meios de produção vinham sendo desenvolvidos. A maquinaria alcançava cada vez mais níveis elevados de tecnologia e também como produzir mais produtos em menos tempo, comparativamente as máquinas anteriores, assim, chegou-se na Revolução Industrial. Esta deve ser compreendida como um aglomerado de modificações que aconteceram não só na indústria, mas nos meios transportes, comércio, etc. Fez em essência, o processo de mecanização das indústrias e a consolidação do modo de produção capitalista, aprofundando ainda mais a divisão da sociedade em duas classes novas: a burguesia, dona dos meios de produção, e o proletariado, que só tinha sua força de trabalho.

A maquinaria tornou-se a maneira mais adequada para os capitalistas produzirem mais valor (MARX, 1987, p. 424), pois no sistema anterior não era mais possível obter os lucros que queriam e, com ela, torna-se possível explorar ainda mais a força de trabalho, já que o trabalhador vem sendo obrigado a vender sua força de trabalho por uma quantia de subsistência. Segundo Marx: —“o emprego da maquinaria, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias” [...] (MARX, 2004, p. 427) e não melhorar as condições de vida do trabalhador. Isso é compreendido, pois é da maneira de funcionamento desse modo de produção o aumento dos lucros com a acumulação privada para o capital. Neste contexto, era preciso transformar os instrumentos de produção, de manufatura para maquinofatura, para que o capital tivesse condições de se reproduzir livremente. Nesta mudança, aconteceu uma inversão nas posições necessárias para a produção de mercadorias, colocando-se o trabalhador como um simples instrumento no modo produtivo e a máquina tomando o seu lugar. Marx, ao explorar este processo, usa as seguintes palavras: — “na manufatura, o ponto de

²Esse surgimento da classe trabalhadora separada de seus meios de produção não se deu com a manufatura, nem com a maquinaria. Esta separação deu-se já com a expulsão dos camponeses de suas terras e com a cooperação simples. A manufatura aprofundou tal separação.

partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho” (MARX, 1987, p.424).

Com a introdução da máquina-ferramenta, nasce a necessidade de substituir a força humana por uma energia motriz (ou seja, introduzir trabalho mecânico), tornando-se inevitável revolucionar a geração de energia que iria ocupar o lugar da força humana, pois esta restringia o funcionamento da grande maquinaria. A criação da máquina a vapor consolidou esse processo, pois o ser humano sendo visto apenas como um elemento numa máquina, passa a ser trocado por outro tipo de força (vento, vapor, etc). As novas criações tecnológicas fazem com que o trabalho do homem venha a ser obsoleto, e assuma o caráter de secundário na produção. O trabalho não é visto mais como necessário, muito embora o seja (já que não há mais-valia ou capital sem trabalho humano).

A máquina-ferramenta é, assim, um mecanismo que, após receber a transmissão do movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes o trabalhador executava com ferramentas semelhantes. Se a força motriz provém do homem ou de uma máquina, portanto, é algo que não altera em nada a essência da coisa. A partir do momento em que a ferramenta propriamente dita é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta. (MARX, 2013, p. 551).

Transformando o modo de produção com a inserção da máquina-ferramenta, a produção agora é realizada por uma máquina e não é mais dependente, exclusivamente, do trabalho humano e das suas ferramentas. No modo de produção mecanizada, o trabalhador é ainda mais exigido, pois a maquinaria exige ainda mais atenção e tensão do trabalhador mesmo quando este se torna um mero ‘vigia’ da máquina pela própria organização da produção. (ARRUDA ANDRADE, 1988, p. 50).

Nesse sentido, Marx considerou:

A máquina da qual parte a Revolução Industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez e é movido por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma (MARX, p.553).

Assim, na produção mecanizada, o trabalhador não possui o controle da realização do trabalho. A ele, é imposto de se moldar ao modo de produção (e não mais o contrário, como ocorria na manufatura). A máquina é quem agora passa a

determinar o ritmo do trabalho. Também, a quantidade de produção e o tempo de trabalho necessário para a realização de um produto param de ser determinados pelo trabalhador. Ao investigar profundamente a produção mecanizada e suas consequências para a classe trabalhadora, Marx ressalva nos Grundrisse que:

A assimilação do processo do trabalho como simples momento do processo de valorização do capital também é posta quanto ao aspecto material pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, como meio de sua ação. Como vimos, a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria (MARX, 2011, p. 931).

Desse modo, o modo de produção capitalista retirou da posse dos trabalhadores quase que completamente o poder de produção, pois superou a base da manufatura, que era a princípio a força de trabalho. Na maquinaria moderna, o trabalhador tornou-se um mero instrumento de trabalho e é absorvido pelas novas criações. Na indústria moderna, o trabalhador serve à máquina, não possuindo mais o controle da produção, pois ele deve obedecer (obrigatoriamente) ao tempo e a velocidade que a maquinaria coloca, se quiser garantir seu salário de subsistência para continuar vivendo.

Ademais, na medida em que a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social, da força produtiva como um todo, o trabalho social geral não é representado no trabalhador, mas no capital. (MARX, 2011, p. 932).

Assim, pode se dizer que a introdução das máquinas na produção foi ofator fundamental para que o capitalismo fizesse com que a força humana empregada diretamente no processo de trabalho não fosse mais tão necessária quanto antes. Dado isso, pode-se compreender que a mudança da produção manufatureira para o modo de produção industrial em massa foi um fator definitivo para a consolidação do poder socioeconômico da classe da burguesia e para o endurecimento do modo de produção capitalista.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO BURGUEÊS

PRODUÇÃO INTENSA DE MERCADORIAS SEM DEMANDA EFETIVA

Ao longo do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, diversas mudanças ocorreram no modo de produção, tanto do ponto de vista da constituição técnica das forças produtivas, quanto das relações de trabalho como já mostrado na primeira parte.

É neste sentido de suas evoluções que percebe-se a mudança no modo de produção, com mercadorias sendo feitas não para consumo imediato próprio trabalhador³, mas sim como uma forma de utilização sem necessidade, diferente de como era quando produzida por um artesão, que depende apenas de si só para produzir um bem e essas mercadorias possuíam demanda efetiva (Mészáros, 2011). É preciso que a produção nunca pare, mesmo que não seja para utilização no mesmo instante das mercadorias feitas, mesmo que este processo favoreça crises de superprodução, ou seja, excesso de mercadorias não utilizadas. Deste modo, o próprio Mészáros define bem a taxa de utilização decrescente na economia capitalista

...mesmo no sistema produtivo do artesanato urbano (onde o valor de troca já desempenha um papel importante) “o objetivo direto e principal dessa produção é a subsistência como artífice, como mestre-artesão, por conseguinte, como valor de uso e não riqueza, não valor de troca como valor de troca. A produção é sempre subordinada a um dado consumo, fornecimento a demanda, e se expande apenas lentamente”. (MÉSZÁROS, 2011, p.659).

Assim, a taxa de utilização dos bens precisa ter um valor praticamente nulo para os indivíduos, para que novas *necessidades* sejam estabelecidas e as pessoas voltem a comprar produtos sem que precisem dele, ou que não precisem para utilização imediata. Dessa maneira, o único beneficiado por este excedente de produção é o capitalista, que continua girando sem parar a engrenagem do modo de produção capitalista.

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO BURGUÊS A FAVOR DO CAPITAL

Engels (1979) permite-nos questionar que o Estado é a consequência de uma inevitabilidade de classe do poder burguês. Ele tem como objetivo regular a contradição de ambições no modo de produção capitalista notada pelas suas contradições. Deste modo, a dominação do Estado corresponde à dominação da classe com mais poder econômico, classe esta que por intervenção deste

³No toyotismo, tem-se esse aspecto: produção sob demanda.

mecanismo se torna também classe superior nas esferas políticas do corpo social. Assim se constitui a sociedade capitalista, cada vez mais marcada pelas desigualdades econômicas e sociais e exploração da classe oprimida, ou seja, a classe trabalhadora.

A partir de uma rápida retomada na história, nota-se que nas sociedades apoiadas no valor de troca, a vida do trabalhador é empregada como ferramenta de extensão do capital para a explorar o trabalhador e o aumento da mais-valia. No que diz Marx,

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2011, p.960).

Para Marx e Engels, o Estado, se determina como “a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca da sua propriedade e de seus interesses ” (Marx e Engels, 2007). O Estado exerce as tarefas que condiz ao interesse do capital ao usar a lei em privilégio da classe burguesa.

Porém, pode ser ressaltado que o Estado não regula o fundamento de como o capital se acumula, lembrando que o sentido de reprodução do capital é antes do próprio modo de produção e acumulação capitalista. Assim, para Mészáros,

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2011, p.96).

Além disso, para o autor, os detentores de capital são capazes de controlar sua unidade produtiva, mas subjugados aos controles estabelecidos pelo capital (MÉSZÁROS, 2011, p.99).

Desse modo, a continuação da dominação e os atritos entre as classes aumenta e o papel do Estado com seu poder é essencial para guiar os comportamentos que auxilia para defender a propriedade privada e a sua produção, bem como da formação de uma perspectiva de coerência no convívio das classes na sociedade capitalista. Assim, o Estado ao mesmo tempo em que é uma unidade que dá ordens políticas continua obediente ao capital (Mészáros, 2011, p.697).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o avanço tecnológico, utilizado a favor do capital, teve elevada eficiência para permitir que uma classe (a burguesa) conseguisse explorar a outra (a trabalhadora), aumentando cada vez mais a taxa do mais-valor para que a reprodução e acumulação de seu capital fosse possível. Para tanto, pode-se contar com a ajuda do Estado burguês, que somente favorece aos interesses da minoria, ou seja, a classe burguesa, porém fazendo com que esse método prejudique cada vez mais os trabalhadores, os colocando em situações precárias e miseráveis.

Ressaltando também que para o capitalismo se manter em uma espécie *saudável* ele deve sempre estar em ritmo contínuo de produção, mesmo que não haja consumo de seus produtos imediatamente, por isso que ele não se sustenta sem a ajuda do Estado, que faz com que as crises sejam menos impactantes e que o capitalismo continue avançando e seu nível de acumulação, enquanto que a classe trabalhadora só sofre com seus avanços e sem a representatividade dos que seriam a voz do povo

REFERÊNCIAS

ARRUDA ANDRADE, José Jobson de. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1988.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Lenandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MANDEL, Ernest. **Introdução a Teoria Econômica Marxista**. Campinas: ILAESE, 2005.

MARX, Karl, **1818-1883 A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas** (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano CaviniMartorano. - São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.
MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2007.



A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: CATEGORIA PROFISSIONAL OU RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA?

Juliano Zancanelo Rezende¹

RESUMO

RESUMO: O presente trabalho busca apresentar a discussão acerca da organização sindical dos assistentes sociais no Brasil, considerando a relação do movimento sindical da categoria, imerso na efervescência política de reabertura democrática, com o movimento que provocou acúmulo para o processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Também pretende analisar o processo de transição da organização sindical dos assistentes sociais, de categoria profissional para ramo de atividade econômica, apresentando a tentativa de tal transição, caracterizada como inconclusa, dada não somente as questões particulares da categoria profissional, mas também os impactos neoliberais para o sindicalismo no Brasil.

Palavras-chave: assistente social; organização sindical; transição.

ABSTRACT

ABSTRACT: This article shows the discussion about the social assistant's syndical organization in Brazil, considering the relation of syndical movement in the category, immerse in the democratic reopening, with the movement that provoked accumulation for the rupture with conservative Social Work. Also, it's intended to analyze the transition process of social assistant's syndical organization, from categories to branch of economic activity, showing that transition, categorized as unfinished, given not only particular questions from professional category, but also the neoliberal impacts to the syndicalism in Brazil.

Keywords: social assistant; syndical organization; transition.

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Eixo temático: 3 – Lutas de classes e Movimentos Sociais. e-mail: julianozancanelo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico busca analisar a organização político-sindical dos assistentes sociais no Brasil, de modo a problematizar a discussão sobre o modelo de organização sindical por categoria profissional, o qual vem sendo impulsionado pela Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), atualmente. E ainda, pretende abordar a decisão histórica e estratégica da própria categoria sobre a transição da organização sindical dos assistentes sociais para ramo de atividade econômica.

Para tal, é necessária uma contextualização sócio-histórica sobre as contribuições das entidades sindicais de assistentes sociais para o processo que resultou em uma nova compreensão teórico-metodológica e ético-política da profissão, referenciada nos conceitos marxistas de análise do real. Tais contribuições realizaram-se durante a emergência do conhecido novo sindicalismo, quando diversos movimentos sociais da classe trabalhadora pulsavam em suas reivindicações e defendiam interesses coletivos em uma perspectiva de classe.

A implementação de políticas neoliberais durante os anos da década de 1990 no Brasil, provocou retrocessos complexos para toda a classe trabalhadora devido à nova forma de acumulação do capital, caracterizada como flexível. São expressados nos movimentos sociais de trabalhadores os impactos gerados pela reestruturação produtiva, especialmente no movimento sindical por estar essencialmente envolvido com as relações de trabalho. Diante esse cenário, desafios de resistência são colocados para toda a classe trabalhadora. O processo em curso solapou conquistas daqueles que somente são possuidores de sua força de trabalho e, nos dias atuais demonstram a continuidade de suas refrações. Sendo uma delas, a tentativa de manutenção do caráter corporativista e desmobilizador de parte do sindicalismo brasileiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O sindicalismo no Brasil, ao longo da história, passa por diversos momentos de assenso social provocados pela resistência e lutas políticas do conjunto da classe trabalhadora, bem como também é caracterizado por momentos de dissenso social

causados através da intervenção e repressão do Estado, expressadas nos interesses da classe dominante.

Períodos relevantes para o movimento sindical no Brasil, conforme ANTUNES (1985), por exemplo, foi na década de 1930 quando a Lei de sindicalização, promulgada por Getúlio Vargas, provocou uma grande estagnação sindical. Outro marco de dissenso do sindicalismo no Brasil foi o golpe civil militar de 1964 que se utilizou do aparato coercitivo do Estado, através da força e da lei, para protagonizar o que ficou conhecido como “a longa noite do sindicalismo brasileiro” (ANTUNES, 1985, p.75). Já em 1978 consolida-se o chamado novo sindicalismo, marcado pelas grandes greves das áreas industriais, principalmente organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, passando por cima da lei que proibia as greves e mostrando seu caráter combativo frente ao Estado e ao patronato.

Assim como expressam os grifos de ABRAMIDES (2009), o novo sindicalismo foi um dos principais pilares que impulsionou a ação política articulada dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora. Por exemplo, rebatendo toda essa nova movimentação conjuntural nas ações políticas das entidades sindicais de Assistentes Sociais a partir da década de 1970.

No contexto da ambiência político-social e cultural, do final dos anos 1970 aos anos de 1980, as vanguardas profissionais, com militância político-sindical e profissional na categoria se inserem nas lutas sociais em curso na sociedade brasileira, no momento histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora organizada, sob a autonomia e independência de classe. (ABRAMIDES, 2009, p.89)

Todo esse viés sindical classista, combativo e autônomo deu forma na atuação política de boa parte dos assistentes sociais enquanto militantes e sindicalistas, provocando uma nova reflexão no que se refere tanto à atuação político-sindical dos profissionais quanto à compreensão teórico-metodológica do Serviço Social, questionando as amarras do Serviço Social tradicional. O que culminou em um relevante debate interno da profissão acerca de um novo projeto profissional que potencializasse o polo da classe trabalhadora na balança da contradição entre capital e trabalho. Foi nesse cenário que as entidades sindicais da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), embutidas na

perspectiva do sindicalismo de novo tipo, foram extremamente necessárias no que se refere ao processo de intenção de ruptura com o conservadorismo para o Serviço Social.

A expressão dessas ações sindicais organizadas pela CENEAS e ANAS se consolidou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A articulação dessas entidades sindicais junto ao forte movimento sindical e popular combativos e expressou em condições objetivas para a determinação do caráter de ruptura com o conservadorismo do III CBAS, batizado de Congresso da Virada. (ABRAMIDES, 2009)

ABRAMIDES (2009) expressa, que aconteceu também um movimento por dentro das entidades sindicais de disputa política pelas direções dos conselhos regionais e conselho federal de assistentes sociais, com o objetivo de conquistar hegemonia política no viés de ruptura com o conservadorismo, visto que a maioria das direções das entidades do exercício profissional possuía posição política referente à conservação e modernização do caráter profissional.

Essas entidades sindicais da CENEAS e da ANAS, majoritariamente, compuseram comandos de greves unificados com outras entidades sindicais de diversas categorias profissionais, e variadas lutas conjuntas em defesa dos direitos trabalhistas de maneira solidária a outros trabalhadores, participando também do processo de construção da Central Única dos trabalhadores (CUT).

[...] o polo combativo dos assistentes sociais com militância político-sindical esteve majoritariamente inserido. De um lado, na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – Anamos e, posteriormente no Novo Sindicalismo Classista, por intermédio da Central única dos Trabalhadores – CUT, fundada em 1983, e de outro lado, no acompanhado dos movimentos populares, posteriormente organizados na Central dos Movimentos Populares – CMP, fundada em 1993. (ABRAMIDES, 2009, p.89)

Nos grifos de ABRAMIDES (2009), sob a convicção de uma necessária articulação do conjunto das entidades sindicais da profissão, foi realizado na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, na perspectiva de elaboração de uma estratégia política unitária e interventiva para o III CBAS, compreendendo de antemão o caráter conservador do congresso pela linha modernizadora da comissão organizadora, posto o projeto

profissional em disputa e a intenção dessas entidades sindicais combativas de romper com a lógica do conservadorismo na profissão. O caráter conservador do III CBAS se manifesta inicialmente pela instituição de uma comissão de homenagem aos dirigentes do regime autocrático, e pela dinâmica do congresso que não proporcionava uma análise ampla do momento político do país e por consequência, das refrações da questão social de maneira concreta.

Segundo os escritos de ABRAMIDES (2009), as entidades sindicais interviram também diretamente nas assembleias permanentes do congresso, causando alterações na programação pré-estabelecida do III CBAS, massificando a participação de profissionais da base dessas entidades nos espaços de incidência na dinâmica de todo o congresso. Como exemplo, essas ações organizadas resultaram na suspensão das visitas a instituições, passando o recurso financeiro do fretamento dos ônibus que transportariam os congressistas até às instituições, para o fundo de greve dos trabalhadores do ABC paulista e de demais categorias. Além de ser aprovado um determinante manifesto do III CBAS que denunciava expressamente o caráter antidemocrático e conservador no congresso, e propunha a direta intervenção das entidades sindicais da categoria nos espaços do III CBAS, reconhecendo a participação dos movimentos sociais e sindicais da classe trabalhadora no evento. Como fato político a comissão de honra proposta pela comissão organizadora foi trocada por uma homenagem “a todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas” (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.67), que foi composta por representações das entidades democráticas e populares.

O III CBAS foi caracterizado pela forte e organizada intervenção das entidades sindicais que conduziram estrategicamente as direções políticas do evento, mas para além da questão episódica do congresso o seus desdobramentos:

[...] se farão sentir no processo de democratização das demais entidades das categorias, na própria identificação dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados, e na legitimação e fortalecimento das entidades sindicais e no compromisso histórico com a classe trabalhadora na perspectiva emancipatória. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.68).

De acordo com ABRAMIDES (2009), o processo de disputa de hegemonia na perspectiva de um projeto político-profissional crítico e atrelado às lutas sociais da classe trabalhadora é forjado no auto reconhecimento do assistente social, inserido nas lutas sindicais e populares, enquanto trabalhador assalariado e pertencente à classe explorada na sociabilidade dada pela contradição entre capital e trabalho.

A imersão desses assistentes sociais nas lutas dos movimentos sindical e popular se desdobrou pelo viés classista, em um crescimento da quantidade de entidades sindicais de assistentes sociais, o que possibilitou uma articulação política planejada no que se refere, por exemplo, a disputa de hegemonia política por um projeto ético-político da profissão reconhecido nos interesses históricos da classe trabalhadora.

Conforme ABRAMIDES e CABRAL (2009), no segundo Congresso da Central Única dos trabalhadores, que aconteceu em 1986, foi deliberada pelo conjunto das entidades sindicais uma alteração da estrutura sindical brasileira, de categoria profissional para ramo de atividade econômica. A ANAS e suas entidades sindicais filiadas decidiram pela construção da deliberação da CUT, de modificação da estrutura sindical fragmentada para uma estrutura que aglutinasse grandes números de trabalhadores por ramo de atividade econômica. Porém, essa transição da estrutura sindical, devido à várias intercorrências políticas e organizativas, não pôde ser concluída pelo conjunto dos sindicatos filiados à CUT.

Encerra-se, o ciclo de organizações político-sindical dos assistentes sociais por categoria profissional. O fato de sindicalmente os assistentes sociais se inserirem por ramo de atividade econômica não deixa de colocar uma questão: a profissão continua tendo o seu significado social no interior da divisão sociotécnica do trabalho. (ABRAMIDES, CABRAL e FARIA, 2000, p.4 apud ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.101.)

Como escreve CARDOSO (2016), nos anos da década de 1980 as entidades sindicais de assistentes sociais realizaram significativas lutas econômicas da categoria, e possuíam reconhecimento diante outros sindicatos, haja vista a constante articulação entre essas entidades sindicais. Afinal, as reivindicações das diversas categorias profissionais, por mais que essas possuem particularidades, seguiam as mesmas tendências referentes às relações de compra e venda da força de trabalho, como salário e condições de trabalho por exemplo.

Portanto, essa articulação do movimento sindical dos assistentes sociais com as lutas de outros movimentos sociais de trabalhadores contribuiu para uma reflexão coletiva sobre a importância de aderir à nova estrutura sindical proposta no II Congresso da CUT. Ou seja, a relação de solidariedade de classe entre esses diversos movimentos da classe trabalhadora proporcionou uma reflexão do conjunto da categoria, de forma hegemônica, para a deliberação estratégica de transição da organização sindical para ramo de atividade econômica.

Mesmo com a posição política hegemônica da profissão pela transição da estrutura sindical, alguns sindicatos de assistentes sociais, pouco expressivos, se mantiveram ou encerraram suas atividades temporariamente e retornaram seu funcionamento tempos depois. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009)

Em concordância com CARDOSO (2016), mesmo que o processo de transição “inconclusa” da organização sindical dos assistentes sociais foi caracterizado por particularidades da profissão, como o esvaziamento dos sindicatos de categoria pela adesão da maioria dos assistentes sociais aos sindicatos por ramo de atividade econômica, e pela manutenção de algumas entidades sindicais da categoria por não levarem em consideração a deliberação estratégica da IV Assembléia Sindical, a qual concluiu a necessidade de transição da organização sindical para ramo de atividade econômica, também devemos atentar para as modificações estruturais das relações socioeconômicas do mundo do trabalho.

OS IMPACTOS NEOLIBERAIS E O SINIDCALISMO DE CONCILIAÇÃO

Como expressa a autora ABRAMIDES (2009), a investida neoliberal no Brasil, a partir dos anos de 1990, e todos os rebatimentos da flexibilização e precarização das relações de trabalho contribuíram para a substituição de um sindicalismo combativo e classista, que tornavam públicas e políticas suas reivindicações através da ação política direta, em um denominado sindicalismo cidadão com ilusão esperançosa na democracia burguesa, e que priorizava as lutas institucionais e as conquistas meramente imediatas, sem protagonizar a luta independente e combativa da classe trabalhadora.

Nos grifos de BADARÓ (2009) é possível constatar que, a partir de um grande acordo nacional entre forças políticas conservadoras durante os anos da década de 1990, o Estado gerenciando os interesses do capital, provocou uma série de retrocessos para os trabalhadores, dentre os quais cita o autor:

[...] privatizações em larga escala; redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir os gastos com funcionários e implantar a lógica do Estado mínimo); reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista. (BADARÓ, 2009, p. 131)

Como cita o estudioso BADARÓ (2009), todo o cenário dado a partir da acumulação flexível do capital, impactou diretamente sobre o sindicalismo brasileiro, como todos os ataques aos direitos sociais dos trabalhadores e uma profunda precarização das relações de trabalho, provocou desemprego estrutural e gerou um significativo processo de diminuição da filiação sindical.

Observa-se, portanto, um quadro de condicionantes extremamente negativos para o movimento sindical brasileiro, resultante tanto das consequências do processo de reestruturação produtiva, quanto dos problemas decorrentes da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista. (BADARÓ, 2009, p.135)

Além das modificações no âmbito produtivo e econômico, e também da estrutura sindical brasileira, acontece uma alteração no que se refere ao caráter político das lideranças sindicais durante a década de 1990. A criação da Central Força Sindical expressa um giro no caráter combativo e autônomo de parte do sindicalismo brasileiro para uma perspectiva sócio-política de alinhamento com o capital e o Estado, objetivando uma relação de conciliação entre capital e trabalho. A Central Única dos Trabalhadores sofre um processo de transformação ao longo dos anos da década de 1990, sendo colocada como postura política da Central a negociação com o capital e a colaboração de classes. (BADARÓ, 2009)

No primeiro semestre de 1999, a grande bandeira política dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição dos impostos incidentes sobre a produção e comercialização de veículos. Ou seja, para supostamente defender empregos, tais lideranças apontaram como saída a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas [...] A isso chamaram 'sindicato cidadão', pois diziam que agora as entidades eram capazes de discutir políticas públicas, econômicas nesse caso, e 'propositivamente' apresentar alternativas. (BADARÓ, 2009, p.140)

Com grande parte do sindicalismo brasileiro pautado estritamente nas reformas da ordem burguesa a CUT abandonou sua perspectiva classista, que foi forjada em um grande momento de efervescência política durante o ápice do novo sindicalismo, e abraçou o que ficou conhecido como sindicalismo cidadão ou propositivo.

A intenção, ao menos no discurso, era oferecer condições para que os sindicatos propusessem alternativas concretas aos problemas da política econômica no país, e não apenas se restringissem às reações defensivas. De certo modo, o argumento serviu de arcabouço para substituir a estratégia de ruptura com o corporativismo – que se apoiava na política de denúncia referente ao atrelamento dos sindicatos ao Estado e imprimi-lhes um caráter classista – pelo de conciliação. (CARDOSO, 2016, p. 317)

Assim como escreve CARDOSO (2016), o oitavo congresso da CUT demonstrou o aparecimento de setores oposicionistas dentro da própria central, que discordavam da política de conciliação de classes da CUT e do abandono das bandeiras classistas que deram gênese à Central. Esse mesmo congresso expressou também o afastamento da campanha pela transição da organização sindical para ramo de atividade econômica, visto a conjuntura política e o interesse financeiro de maior arrecadação para a própria central sindical.

Em uma conjuntura neoliberal, e de crescimento de setores de oposição à parte majoritária e direção da CUT, somado ao processo de desfiliação de entidades sindicais por discordarem dos rumos da Central Única dos Trabalhadores, no ano 2000, com a permanência de cinco entidades sindicais de assistentes sociais, é criada a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) de modo a engrossar as fileiras da CUT e do sindicalismo corporativista.

Conforme CARDOSO (2016), ao contrário do que aconteceu no surgimento da ANAS, quando através de um amplo debate da categoria profissional a criação da entidade foi deliberada e legitimada de forma coletiva, a FENAS além de ter tido em sua fundação somente cinco sindicatos de categoria e ter uma inexpressiva representação, os seus fundadores desconsideraram o que foi orientado pela categoria por meio do CFESS.

O próprio discurso que fundamentava a criação da FENAS, ao afirmar que não havia tolerância para o debate acerca das questões sindicais por parte do conjunto CFESS/CRESS, desfez-se quando o Conselho (2001), em seu

texto: “A contribuição do CFESS para o debate sindical”, relata que a discussão aconteceu pouco tempo antes da criação da FENAS e que, nela, a categoria não orientou o retorno dos seus sindicatos, tampouco sua reinserção nestes espaços. (CARDOSO, 2016, p.323)

Observando os materiais da Federação disponíveis em seu próprio site², podemos verificar a manutenção do corporativismo sindical operado pela FENAS. A defesa meramente dos interesses imediatos e econômicos da categoria dos assistentes sociais em espaços governamentais, os quais muitas das vezes são esvaziados da concepção crítica sobre a intervenção profissional do assistente social, ditam o cotidiano da entidade. Ainda, cabe salientar questionamentos sobre a representação da categoria profissional pela Federação em tais espaços sem as devidas deliberações coletivas.

Além das ações sindicais da FENAS girarem entorno de questões corporativistas, e ao invés de compreender o papel do sindicato para além de sua função essencial, a qual é a de regular a compra e venda da força de trabalho, não demonstram uma consciência de classe no que tange a luta contra os ataques do grande capital. A Federação também é caracterizada por práticas burocráticas, assim como fala CARDOSO (2016). Para exemplificar, CARDOSO (2016) relata que uma dirigente sindical ocupou a presidência da FENAS do ano 2000 até 2012, e ao observar o site da Federação, através de seu link³, pode-se verificar que a mesma dirigente sindical está eleita como Presidenta da entidade federativa até o ano de 2019⁴.

De acordo com o site eletrônico da FENAS, atualmente existem dezenove entidades sindicais de assistentes sociais em todo território brasileiro, e destes, onze sindicatos estão filiados à FENAS. Também existem algumas outras entidades que estão em processo de reabertura como nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

[...] a análise cuidadosa da sua prática sindical evidencia que essa Federação foi gestada a partir de uma avaliação reducionista e precipitada, pautada nos marcos da crise do sindicalismo no Brasil e aliada à tentativa de recuperação do sindicalismo cutista, considerando-se o aprofundamento da sua crise de legitimidade. A (re)abertura de novas entidades filiadas à CUT proporcionaria o aumento do número

² Site da FENAS disponível em: <http://www.fenas.org.br>

³ Ao acessar o link - <http://www.fenas.org.br/diretoria.php> pode-se verificar a composição da diretoria da FENAS, atualmente.

⁴ Federação Nacional dos Assistentes Sociais - Gestão 2015-2019.

de sindicatos na sua base, bem como do quantitativo de verbas repassadas para a sua existência e manutenção. (CARDOSO, 2016, p.325)

De acordo com BADARÓ (2009), em conseqüência á todo esse processo de alteração e precarização das relações de trabalho, intensificação das políticas neoliberais, e transformação da posição política de grande parte das lideranças sindicais, é refletido em uma necessidade de reorganização sindical no Brasil.

CONCLUSÃO

O sindicalismo brasileiro no tempo e na história sofreu diversos momentos de modificação em sua estrutura organizativa e em sua posição sócio-política, devido ao movimento da realidade pautado estruturalmente nas relações sociais da ordem societária do capital, e conseqüentemente devido à constante luta de classes e suas correlações de forças.

Com o marco da reestruturação produtiva do capital e com a implementação das políticas neoliberais, as relações de compra e venda da força de trabalho, as quais as entidades sindicais desempenham função reguladora lutando pela garantia de condições de trabalho e de reprodução da vida social da classe que vive do próprio trabalho, sofrem estruturalmente um processo de flexibilização e precarização crescente. O perfil do trabalhador assalariado, estando o assistente social incluído neste perfil de assalariamento, também passa por modificações, como a polivalência e a adaptação às mudanças, se tornando um trabalhador flexível, ainda mais precarizado e pertencente à uma classe social hifenizada, assim como fala AGUENA (2008).

Com os ditames da internacionalização do capital e da acumulação flexível, as táticas e estratégias de lutas sindicais não são nada fáceis, sendo somado um processo de retrocessos organizacionais e políticos de parte dos sindicatos brasileiros, o que, atualmente, colabora para um refluxo da mobilização social da base de trabalhadores.

Sendo levado em consideração todo esse cenário, pautar a organização político-sindical por categoria profissional é contribuir para uma maior fragmentação das lutas sindicais/sociais e para um distanciamento da classe trabalhadora no que

se refere o seu reconhecimento enquanto classe que sofre a exploração do trabalho por outra classe que detém a riqueza socialmente produzida. Se o trabalhador assalariado está inscrito sob a divisão sócio-técnica do trabalho e participa de um processo de trabalho coletivo e socialmente combinado, suas reivindicações e formas de lutas referentes às relações de trabalho devem estar situadas em seu ramo de atividade econômica e organizadas por sindicatos de tais ramos.

No caso do conjunto profissional dos assistentes sociais, que também sofrem com todo o processo supracitado, a heterogeneidade dos espaços sócio-ocupacionais os quais esses profissionais estão inseridos é mais um elemento que comprova a necessidade da organização da categoria profissional em entidades sindicais por ramo de atividade econômica.

É correto que as entidades sindicais de assistentes sociais, principalmente durante o período dos anos da década de 1980, tiveram grande contribuição para as lutas sociais da classe trabalhadora, estimulando e participando da construção da CUT com um viés combativo e classista. E que também contribuíram para com a reflexão da categoria sobre a necessidade de um projeto profissional hoje referenciado a partir da vertente cunhada por NETTO (1988) como intenção de ruptura com o conservadorismo. Porém, nos dias atuais o movimento da realidade é distinto ao do passado recente. A própria categoria decidiu historicamente por efetuar a transição da organização sindical de categoria profissional para ramo de atividade econômica, reconhecendo sua necessidade estratégica.

O que a conjuntura necessita não é a reafirmação de um sindicalismo corporativista e fragmentado, como a FENAS propõe com a retomada das entidades sindicais dos assistentes sociais por categoria profissional, sem a devida legitimidade da categoria de forma hegemônica ou majoritária, posto sua inexpressividade nas lutas sociais da classe trabalhadora. E ainda, considerando que os assistentes sociais estão organizados em sindicatos de acordo com o espaço sócio-ocupacional em que estão inseridos, haja vista a similaridade das demandas e reivindicações econômicas das diversas categorias que fazem parte do mesmo ramo de atividade econômica, a organização por categoria profissional provocaria uma

fragmentação da força política dos trabalhadores do mesmo ramo para os processos de lutas, mesmo que econômicas e imediatas.

É necessário que o conjunto da categoria dos assistentes sociais reafirme a organização sindical por ramo de atividade econômica, sendo compreendida a importância da atuação político-sindical em um organismo societário estabelecido pela contradição entre capital e trabalho. Estando a organização sindical por ramo de atividade econômica articulada com uma atuação político-sindical a partir de uma perspectiva combativa e classista, que defenda de maneira intransigente não somente as reivindicações do coletivo de trabalhadores que cada sindicato representa, mas também os interesses históricos da classe trabalhadora, estabelecendo rompimento com a estrutura sindical corporativista e pelega.

Em tempos como o atual, o movimento sindical combativo precisa disputar a base de trabalhadores dos sindicatos que estão sob a direção corporativista e estadista. Estar atrelado aos movimentos sociais de igual tendência, conformando frentes classistas que combatam as investidas do capital, e buscando a emancipação política como meio para um horizonte pautado em um projeto societário que não seja caracterizado pela exploração e opressão dos homens e das mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria B. C. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.

_____, Maria B. C. e CABRAL, Maria do Socorro. **A organização política do serviço social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do serviço social brasileiro**. Brasília: CFESS, p.55-78, 2009.

_____, Maria B. C. **Movimento Sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional**. Ed. Cortez, São Paulo, p.230-244, 2014.

AGUENA, Paulo. **O Marxismo e os Sindicatos – Marx, Engels, Lênin e Trótsky**. Ed. Sundermann, São Paulo, 2008, p. 63 – 92.

ANTUNES, Ricardo L.C. – **O que é sindicalismo**, Ed. Abril S. A. Cultural, São Paulo, 1985. 95 p.

BADARÓ, Marcelo Mattos. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. 160 p.

CARDOSO, Renata de Oliveira. Notas sobre a organização político-sindical dos assistentes sociais na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.32, jul/dez. 2016.

Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/>
- Acesso em 29/08/2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64** – 4. Ed – São Paulo: Cortez, 1998. 309 p.



SEGREGAÇÃO URBANA: uma análise sobre a falácia do desenvolvimentismo

Juneo Carlos de Carvalho Boas¹
Fabíola Francielle de Jesus²
Ana Emília Gonçalves Araújo³
Jacqueline Silva Soares⁴

RESUMO

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre os direitos sociais que o cidadão deve usufruir, dentre eles estão a moradia, o lazer, a saúde, a educação. O processo de industrialização e modernização, trazem consigo um aparato de prioridades que se suprime os direitos conquistados, provocando assim mudanças até mesmo no espaço geográfico, produzindo assim mais uma mutação da “Questão Social”, a segregação sócio espacial. Correlacionando a legislação vigente com o processo de industrialização no norte de Minas esse estudo proposto tem característica sócio – histórica, descritiva, exploratória e análise qualitativa, cujo objetivo é pesquisar os motivos oficiais que contribuíram para o processo de divisão do espaço geográfico entre as camadas sociais. A sensibilidade dos autores bem como a visão atenta as mazelas que se formam no entorno das indústrias no município de Montes Claros, trazem a este trabalho um olhar crítico, fundamental para a análise do material bibliográfico. É preciso entender como se deu o processo de formação dos aglomerados urbanos, bem como tendo o fator predominante da migração, chegando a modernidade ao norte de Minas Gerais, aquelas pessoas que residiam antes na zona rural, se mudariam para a cidade para trabalhar nas indústrias.

Palavras-chave: Segregação; Sócio-Espacial; Desenvolvimentismo; Falácia.

¹Graduado em Serviço Social pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas(FUNORTE), já trabalhou em unidades de acolhimento institucional no município de Montes Claros/MG e atualmente é Assistente Social no CREAS Pirapora/MG como técnico do Serviço de Medidas Sócio educativas em Meio Aberto.

²Graduada em Serviço Social pelas Faculdades Santo Agostinho, pós-graduanda em educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), especialista em Análise da violência, criminalidade e Segurança Pública pela Universidade Estadual de Montes Claros, mestra em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES, doutoranda em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES. Atualmente é docente no Curso de Serviço Social da FUNORTE, docente no curso de Serviço Social da UNIMONTES e Assistente Social em unidade de acolhimento no município de Montes Claros/MG.

³ Graduada em Normal Superior pela UNIMONTES e em Serviço Social pela UNOPAR, especialização em docência do ensino superior com ênfase em EAD e em psicopedagogia. Já trabalhou como Assistente Social no CRAS de Montes Claros/MG e atualmente é professora de educação básica do Município de Montes Claros/MG.

⁴Graduada em Serviço Social pela UNIMONTES. Já trabalhou no CEAPA no programa de cumprimento de medidas alternativas, atualmente trabalha no CREAS Pirapora/MG como técnica do PAEFI.

ABSTRACT

Article 6 of the Federal Constitution of 1988 provides for the social rights that the citizen should enjoy, among which are housing, leisure, health and education. The process of industrialization and modernization brings with it an apparatus of priorities that suppresses the rights conquered, thus provoking changes even in geographic space, thus producing another mutation of the "Social Question", the socio-spatial segregation. Correlating current legislation with the process of industrialization in the north of Minas Gerais, this proposed study has a socio - historical, descriptive, exploratory and qualitative analysis, whose objective is to investigate the official reasons that contributed to the process of division of geographic space between the social strata. The sensitivity of the authors as well as the attentive vision of the ills that are formed around the industries in the municipality of Montes Claros, bring to this work a critical look, fundamental for the analysis of the bibliographic material. It is necessary to understand how the process of formation of the urban agglomeration took place, as well as having the predominant factor of the migration, arriving the modern in to the north of Minas Gerais, those people who previously resided in the rural zone, would move to the city to work in the industries.

Keywords: Segregation; Socio-Spatial; Developmental; Fallacy.

INTRODUÇÃO

O tema proposto para este estudo refere-se ao processo de desenvolvimento, urbanização e expansão territorial e sua relação direta com a exclusão social no espaço urbano e ainda seus impactos na sociedade como um todo, provocando uma segregação⁵ sócio espacial entre as classes sociais, limitando sua região. Abrangendo tal conceito Bourdieu (1989) retrata que:

A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos (BOURDIEU, 1989, p. 118).

Tal artigo tem como objeto de estudo a Vila Castelo Branco dentre outros bairros e aglomerados em Montes Claros/MG dessa forma pretende-se debater e aproximar-se do que vem a ser exclusão social, não somente de forma conceitual,

⁵ Segundo Gottschalg (2012) segregação é entendida como o grau de aglomeração de determinado grupo social em um dado território do espaço urbano marcadamente constituído por população de baixa renda tendo como principal fator o recorte econômico.

mas o que viria a ser exclusão tendo como ponto de vista o olhar dos moradores de localidades onde ocorreu e ocorre o processo de segregação urbana.

O olhar dos pesquisadores sobre o recorte sócio espacial urbano foi o ponto de partida para o início da pesquisa, nota-se a realidade dos moradores de diversas localidades onde o território foi habitado tendo como parâmetro a condição social e tal observação o fez levantar diversos questionamentos sobre o modo de vida da população, tendo em vista que os bairros ou vilas que se encontram nesta condição parecem deslocados da cidade, ou que não existe um diálogo com o restante do contexto urbano, tal análise é confirmada por Leite, Brito e Leite (2009) que expõem sobre a Vila Castelo Branco:

[...] está localizada na franja urbana e é de ocupação recente (final da década de 1980), sendo que maior parte da população (55%) é proveniente da zona rural ou cidades vizinhas. A infra-estrutura dessa favela é precária, as ruas não são asfaltadas e o esgoto sanitário assiste 68% dos domicílios. A população dessa área apresenta um modo de vida semelhante ao da zona rural, o que torna comum encontrar nessa área criação de animais, como cavalo, bode, porco (LEITE, BRITO, LEITE, 2009).

Os autores ao localizarem o surgimento da Vila Castelo Branco temporalmente nos anos 1980, apontam a ligação com processo de desenvolvimento que se iniciou por volta de 1970, a constituição do bairro que se deu através principalmente da migração revela que devido ao processo de industrialização que se intensificou na região a busca por emprego nas indústrias, contribuiu significativamente para a consolidação da “favela”, nomenclatura utilizada por Leite, Brito e Leite(2009)

Tendo essa análise como base, podemos perceber que outros bairros, favelas e vilas surgiram com as principais características idênticas, tiveram como ponto inicial o desenvolvimentismo. Desta forma é possível questionar, qual seria o papel da urbanização decorrente da industrialização neste processo de segregação sócio espacial? Outro ponto importante é como se deu o processo de migração, qual a influência da especulação imobiliária?

Para Tanto, este artigo apresenta uma exposição panorâmica sobre a história do desenvolvimentismo no Norte de Minas, bem como os impactos da urbanização e industrialização na região para se chegar a um consenso mínimo e

dessa forma tentar responder às questões levantadas alcançando uma conclusão fiel ao contexto social, histórico e econômico.

É de suma importância discutir alguns conceitos para o enriquecimento da pesquisa, assim deve ser dada uma atenção especial ao termo exclusão social, pois é necessário construir certo limite para que tal termo não se esvazie de sentido, como pontua Oliveira(1997) chamar de excluídos todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contra censos, o que pormenoriza aqueles que realmente vivem como mais uma sangria da “Questão Social”⁶.

O trabalho em questão tem como objetivo principal entender como o processo de industrialização decorrente do desenvolvimentismo, acarretou uma rápida urbanização e assim ocasionou o processo de segregação urbana, ainda compreender fatores que ocasionaram a fixação dos habitantes em uma região mais afastada da cidade, e entender como se dá a atuação do poder público no âmbito das políticas públicas.

Entende-se que tal estudo possui relevância de natureza teórico-prática, uma vez que existem poucos estudos recentes sobre a expansão territorial da cidade Montes Claros/MG, e, sobretudo evidenciando que o plano diretor do referido município foi atualizado no ano de 2015, sendo necessário a realização de estudos recentes utilizando os dados da última atualização do plano diretor e também escopo teórico recente.

Quanto à metodologia destaca-se que se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa e explicativa de acordo com Gil (2002). Sua operacionalização foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico com vistas a selecionar as literaturas correlatas ao objeto de estudo bem como delinear de modo mais consistente o problema de pesquisa. Atinente à coleta de dados houve o emprego de pesquisa documental a fim de investigar como se deu a ocupação do território de Montes Claros/MG. Tais documentos foram pesquisados no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bem como literatura correlatas com o tema. Estes dados foram

⁶ “Questão Social” é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2002, p.26).

interpretados à luz da análise de conteúdo e sistematizados por meio do Programa Word/2016.

EXCLUSÃO EM QUESTÃO

Um ponto importantíssimo que será abordado neste trabalho é a discussão de exclusão social, que apesar de não haver consonância entre os autores sobre sua definição ou até mesmo pelo fato de o próprio termo não ter uma definição exata e nem se fechar em si mesmo, é impossível deixar de pontuar o olhar de alguns estudiosos sobre o assunto. Nascimento(1994) tenta se aproximar da conceituação do termo dizendo que:

O conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura, do de vínculo social. Por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menos, do de desvio. Neste caso, entre outras, a diferença reside no fato de que o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, como o desviante. A condição de excluído é lhe imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente(NASCIMENTO, 1994,p.30).

De acordo com Leal (2010) muitos autores que tratam do tema exclusão social se esquivam em conceituar tal termo, mesmo que muitos contenham no centro dos seus trabalhos no referido tema, este é somente sondado sem se preocupar em defini-lo de fato. Serge Paugam (1996) ao tentar explicar essa dificuldade em conceituar tal termo, ele o define como “conceito-horizonte”, se resumindo desta forma em um ponto de apoio inicial para o debate dos problemas que sustentam a exclusão social.

Tentando definir tal termo de forma conceitual e empírica Escorei(1999) em uma pesquisa sobre moradores de rua alcança a seguinte aceção:

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material, mas, principalmente porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nem um lugar social, o não pertencimento a nenhum topo social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária (ESCOREL, 1999, p.81).

Percebe-se que o termo exclusão é abrangente não se restringindo a uma definição simplista, de um momento ou espaço, apesar dos contrapontos entre os autores é possível notar que existe um ponto em comum entre os mesmos, ou seja, a exclusão é abarcante.

O DESENVOLVIMENTISMO COMO FALÁCIA

É de fundamental importância para o presente projeto fazer um resgate sócio histórico para entendermos o contexto regional e local, assim como debater a realidade do desenvolvimentismo tão presente na região em meados de 1970. É notório indagar para quem é o desenvolvimento? Para quem seria uma conquista? Quem usufruiria de suas benesses? Segundo Sampaio Jr.(2012):

O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica de forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional (SAMPAIO JR, 2012, p.674)

Frutos de tal ideologia utópica da burguesia latino-americana segundo Sampaio Jr.(2012), foram a pobreza e a miséria que se tornaram o que mais precioso poderiam extrair do desenvolvimento e do capitalismo que deixara a ilusão de domesticado para colocar a sua verdadeira máscara, a de selvagem.

No anseio pelo desenvolvimento de nações subdesenvolvidas, e seu interesse de chegar ao patamar de nações de primeiro mundo, elas não medem esforços e tais energias são ao alicerce do sacrifício da população que vive a beira da miséria, e tal sonho nunca será alcançado pois é a base de tal utopia que as nações desenvolvidas se enriquecem cada vez mais, pois de acordo com Arrighi(1997)

As doutrinas pró-capitalistas sustentaram que o pequeno grupo de nações que estabelece o padrão de riqueza da economia mundial é um “clube” aberto, pronto a admitir qualquer nação que prove o seu valor mediante políticas e esforços adequados de desenvolvimento (ARRIGHI, 1997, p.261).

As políticas e os esforços de que trata Arrighi seria um desenvolvimento a qualquer custo, e com o advento da industrialização o discurso do desenvolvimentismo se tornou mais veemente, a chegada da indústria aumentaria o acirramento da Questão Social. Sendo feita tais considerações e conceituações, podemos localizar tal contexto cronologicamente e regionalmente.

O processo de industrialização que chegou a cidade de Montes Claros no norte de Minas Gerais no final de 1960 e início de 1970, trazido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), acarretou também no fomento da urbanização. Em relação a SUDENE existem algumas correntes de opinião que se divergem sobre tal desenvolvimento que deveria ser protagonizado. Cardoso (2000) traz o seguinte ponto de vista:

Um grupo que vê as ações do Estado, especialmente através da SUDENE, como o grande caminho que levou o Norte de Minas a superar, em grande medida, a barreira do isolamento e subdesenvolvimento. E, outro grupo que vê tais intervenções como estimuladoras de um processo de expansão capitalista, que apesar de ter proporcionado algum crescimento para a Região, de uma forma geral, intensificou as suas desigualdades internas motivando e/ou agravando outros problemas econômicos e sociais (CARDOSO, 2000, p.223).

Tendo em vista que a atividade predominante na cidade até 1970 era a agropecuária e o comércio que paulatinamente deram espaço ao crescimento da indústria local, fazendo com que houvesse um intenso fluxo migratório do meio rural para o urbano, a esse respeito Pereira (2005) aponta que:

De acordo com a intensa urbanização e a conseqüente expansão territorial houve na cidade um crescimento também de sua periferia. Assim como em outras cidades brasileiras também em Montes Claros o processo de ampliação da malha urbana ocorreu sem obedecer um planejamento efetivo o que deu origem a um tecido urbano que se apresenta hoje, bastante fragmentado (Pereira, 2005, p.7477).

A industrialização e a conseqüente urbanização de forma rápida e sem planejamento acarretaram o surgimento das mazelas sociais e a intensificação e solidificação da pobreza. A industrialização e a expansão territorial além de desenvolvimento para a cidade norte mineira também ocasionaram o agravamento da “Questão Social”.

As desigualdades sociais provocadas pela sociedade capitalista madura conforme assinala a autora, provocam mudanças no espaço social, Milton

Santos(1988) nessa mesma sintonia mostra como o processo produtivo impacta no meio social:

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa e passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas (SANTOS, 1988, p.11).

Este autor aponta que o processo de produção, fez surgir no meio social a segregação sócio ocupacional, o espaço habitado passa a ser dividido de forma seletiva, onde sua importância e valor é estabelecido de acordo com suas potencias naturais e sociais, sua localização, entre outros fatores.

A crescente urbanização no Brasil e a conseqüente metropolização provocaram fortes mudanças tanto na demografia e na paisagem urbana, mas em muito na sociedade e no meio ambiente, manifestando-se na ocupação de áreas impróprias à moradia, ou os denominados aglomerados subnormais⁷, em consonância com Gottschalg (2012).

Fazendo um olhar sobre a história recente de Montes Claros no que concerne ao cenário a ser pesquisado Pereira (2005) destaca que sua expansão territorial se deu de forma efetiva após a instalação do Distrito Industrial, sendo que na região norte, onde se localiza houve o surgimento de vários bairros e inclusive diversas favelas, assim podemos citar o objeto de pesquisa desse projeto que surgiu dessa extensão do território, o bairro Vila Castelo Branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Harvey(2008) a cidade que queremos não passa por uma escolha individual, mas é sim uma agregação de laços sociais, relação com a

⁷ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no CENSO 2010 define aglomerado subnormal como um conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas em geral, de forma desordenada e/ou densa (CENSO DEMOGRAFICO, 2010, pg.18)

natureza, estilos de vidas, que dão contorno a cidade que almejamos, e o direito a tal cidade não passa pelo caminho da liberdade individual.

Outro fator que deve se destacar quando se trata de expansão territorial, valorização e desvalorização de terras e regiões é a especulação imobiliária. A esse respeito Pereira (2005) reforça que tal especulação é responsável por estabelecer onde cada setor de camada social vai residir determinando assim a expansão territorial, pois influencia na valorização das regiões determinando na instalação de infraestrutura. O controle do mercado de terras é sem dúvida parte determinante na segregação socioespacial nas estruturas das cidades. Esta expansão territorial segregacionista acaba por fazer das cidades conforme Gottschalg (2012):

[...] territórios de concentração de pobreza, segregação espacial e exclusão social, traduzindo a dualidade urbana: a cidade informal, contrapondo-se à cidade formal, esta recebedora dos benefícios da urbanização e do desenvolvimento: atendimento de bens e serviços em infraestrutura básica e equipamentos públicos condizentes, legalidade fundiária, ambiente natural preservado (GOTTSCHALG, 2012, p.8).

Entende-se dessa forma que a segregação do espaço dentro das cidades vai muito além de uma divisão territorial, tendo em vista que aquele espaço delimitado para as classes sociais dominantes é o local que usufrui dos benefícios do desenvolvimento e recebe a infraestrutura e os equipamentos públicos.

O olhar dos pesquisadores sobre o espaço geográfico em que habita o levou a refletir sobre como a Vila Castelo Branco dentre outros bairros que parecem isolados da cidade de Montes Claros, como se não dialogasse com todo o restante. O que nos leva a indagar, como o serviço público é oferecido a população? Como o desenvolvimento alcança esta população? Como a industrialização afeta de forma direta os moradores dos bairros próximos as indústrias? Tais questionamentos mostram que tal pesquisa não se esgota o tema, sendo assim o intento era trazer apontamentos para contribuir com a compreensão do assunto abordado.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petropolis/RJ; Vozes, 1997.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRITO, Jorge Luiz Silva; LEITE, Manoel Reinaldo; LEITE, Marcos Esdras. **SIG APLICADO AO ESTUDO COMPARATIVO DE FAVELAS: O caso de uma cidade média**. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, n.2, p.20-34, jul. 2009.

CARDOSO, José Maria Alves. **A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GOTTSCHALG, Maria de Fátima S. **Segregação Sócio-Espacial Urbana e Intervenção Estatal: Uma abordagem geográfico-social**. Belo Horizonte. CRESS, 2012.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. New York. New LeftReview, nº53, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais Informações Territoriais**. 2010. [online] disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>, acessado em 03 junho de 2016.

JUNIOR, Joaquim Martins. **Como escrever trabalhos de conclusão de cursos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes. 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2003.

LEITE, Marcos Esdras. PEREIRA, Anete Marília. **Expansão Territorial e os Espaços de Pobreza na Cidade Montes Claros**. In: X Encontro dos Geógrafos da América Latina, 2005

NASCIMENTO, Elimar. **“Hipóteses sobre a nova exclusão social”**. Cad. CRH, n.21.p.29-47. 1994.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo. Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº33, p. 49-61, fevereiro de 1997.

PAUGAM, Serge. **La desqualificationsociale: essai sul a nouvelle pauvreté**. Paris: PressesUniversitaires de France, 1994.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. In: VERÁS, Maura PadiniBicudo(ed). *Por uma sociologia da Exclusão Social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo, p.126-138, 1999.



O SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE TEMPO, HISTÓRIA E MEMÓRIA.

Juliana Viana Ford¹

RESUMO

Esse texto expõe um questionamento sobre a abordagem do tempo, da história e da memória pelo Serviço Social na análise da dinâmica das forças sociais que compõem a realidade. O objetivo é retomar conceitos utilizados para fazer a crítica das estruturas sociais percebendo-os como construções culturais, socioeconômicas e político-ideológicas cujos sentidos variam conforme o lugar, a época e a classe que os elabora, de modo que uns se sobrepõem aos outros. Então, com qual entendimento de tempo, de história e de memória trabalha o Serviço Social? François Hartog contribui para problematizar as formas dominantes desses conceitos na contemporaneidade, e através do ensaísta Walter Benjamin propomos um exercício de reflexão sobre o sentido revolucionário de tais categorias.

Palavras-chave: Tempo; História; Memória; Serviço Social.

ABSTRACT

This text exposes a questioning about an approach of time, history and memory by Social Service in the analysis of the dynamics of social forces that make up reality. The objective is to retake concepts used to make a critique of social structures perceiving them as cultural constructions, socioeconomic and political-ideological whose senses vary according to place, a time and a class that is what is one elaborates, so that it is not override the others. So, with what understanding of time, history and work does Social Service work? François Hartog contributes to problematize as dominant forms of concepts in reality, and through the essayist Walter Benjamin we propose an exercise of reflection on the revolutionary meaning of such categories.

Key Words: Time, History, Memory, Social Work.

¹ Mestre em Serviço Social, Professora Substituta do Departamento de Serviço Social UFF – Campos dos Goytacazes/RJ

INTRODUÇÃO

*“E o que foi feito é preciso
Conhecer para melhor prosseguir
Falo assim sem tristeza,
Falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
Que nós iremos crescer
Nós iremos crescer,
Outros outubros virão
Outras manhãs, plenas de sol e de luz.”
Milton Nascimento e Fernando Brant²*

A música brasileira é lugar de memória, de visitar nossa trajetória, de nos reconectar com as sensações, as emoções e os sentidos do passado. A canção “*O que foi feito de vera*”, de autoria de Milton Nascimento e Fernando Brant, me fez pensar sobre as memórias que acessamos e sobre a importância de trazê-las conosco não apenas como lembranças do passado. A memória é mais que isso. Ela nos recoloca o presente a partir do passado e aponta para o futuro, para o devir. Em seus versos, a canção trata da necessidade de se voltar ao passado sem sentir saudades, retomando-o com atenção às possibilidades que se efetivaram como presente, tendo em vista o desafio de construir o futuro a partir das condições existentes. Memória e história se articulam na elaboração do tempo futuro, mas também na compreensão do presente, permitindo afirmar a dramaticidade deste início de século XXI.

Tal dramaticidade é entendida à luz da perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético no bojo das relações sociais capitalistas em sua fase madura. O desenvolvimento das estruturas sociais forjadas para a produção e reprodução do capital teria atingido o seu ponto alto e entrado em colapso. A crise atual ocorre em função de alterações na composição orgânica do capital, com a redução da quantidade de trabalho humano empregado no processo de produção de capital. Pois, é na exploração do trabalho excedente, mais precisamente do tempo de trabalho humano excedente, que o capital enquanto relação social se torna

² NASCIMENTO, M.; BRANT, F. *O que foi feito de veras*. In: Clube da Esquina 2, 1978.

possível. O capital depende do trabalho, ou seja, do não capital para se objetivar, mas é chegada uma fase do desenvolvimento das forças produtivas - impulsionado pela necessidade natural, porém incontável, do capital de se expandir - em que o trabalho morto – trabalho objetificado em matéria-prima e insumos para a produção de mercadorias – se sobrepõe ao trabalho vivo. Este é, portanto, um limite inerente à própria dinâmica capitalista, para o qual não há uma solução definitiva. Ou seja, a forma de reprodução social em decadência consegue se manter, mesmo profundamente abalada, devido a ausência de alternativas reais a ela.

A dificuldade enfrentada pelo capitalismo para superar seu entrave estrutural fica evidente diante da lógica destrutiva assumida pelos processos sociais nas últimas décadas, a qual vem sendo apenas administrada a nível dos governos democráticos. A gestão da barbárie, como afirma Menegat (2016) parece se escorar em uma ideia de futuro sem futuro, ou que se limita ao presente. Esse é o modo como o historiador francês François Hartog entende a questão da recente construção histórica e elaboração teórica no Ocidente. Seus estudos se concentram no desenvolvimento do conceito de presentismo: a perda de expectativas quanto ao futuro cria um movimento de simples manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas já conhecidas. O passado é abandonado, e com isso nos limitamos a conservar o presente. As sociedades ocidentais sob a influência da cultura europeia estariam vivendo sob um regime de historicidade em que as experiências do passado são evitadas, desprezadas devido às terríveis experiências produzidas no último século (os regimes fascistas e o Holocausto, por exemplo), e o futuro parece tão incerto, assombrado pelos fantasmas do passado, que as práticas sociais se concentram em atualizar as experiências do presente, em estender essas experiências ao máximo.

A reflexão de Hartog sobre a forma como a história é registrada (de maneira linear e numa perspectiva evolucionista) e legitimada como a história universal da humanidade, bem como sua interpretação do tempo presente em grande parte do mundo ocidental é um convite para pensar a memória neste processo de perda de horizonte futuro. Ou seja, entendendo a sua potencialidade, a sua capacidade de alçar práticas cujo olhar para o passado reflete o futuro que se quer. O momento,

para as forças de resistência à dominação social, é de produzir soluções criativas para as questões do presente. Superar tal desafio exige, na perspectiva histórico dialética, a análise crítica do passado, na qual se observa os usos da memória não como lembrança apenas, mas como possibilidade de ressignificação das práticas sociais a partir das experiências que nos antecederam e que conferem sentido à forma contemporânea de existência social que se quer conhecer e ultrapassar. Porém, o caminho da crítica tem seu rigor e demanda ferramentas apropriadas para ser exitosa e não cair em armadilhas. Afinal, submeter as próprias verdades a questionamento é um movimento necessário à superação dos obstáculos à consciência livre.

Tempo, História e Memória: Uma aproximação inicial.

História e memória são categorias cuja abordagem no meio acadêmico se torna ainda mais necessária em tempos de conhecimento fragmentado e desistoricizado. A valiosa contribuição de François Hartog a respeito do tema, e que fornece novo fôlego para estas discussões, está no questionamento sobre a concepção de história a qual nos referimos em nossas análises. Pois enquanto conceito, uma abstração da realidade, a história possui lugar, tempo, recortes de classe e de gênero. A história não é neutra destas questões, e isso precisa ser observado em sua construção teórica. Rompendo com a perspectiva dominante de história submetida à noção de tempo dos relógios e calendários, um tempo alheio à humanidade e que a representa de forma reduzida e homogênea, o autor afirma que “[...] o tempo da história vem a se decompor em uma multiplicidade de tempos parciais, locais ou específicos, já que não apenas cada processo, mas também cada prática que o historiador decide estudar estão dotados de uma temporalidade própria ou, ainda melhor, não são dela separáveis” (HARTOG, 2013, p. 168-169). E conclui que as múltiplas temporalidades e efeitos produzidos por essas diferenças conferem a noção de contemporâneo e não-contemporâneo em todos os níveis.

Essa compreensão antropológica da história está na base do pensamento de Hartog, entendendo-a nas relações entre passado, presente e futuro. A ordem do tempo varia conforme a ênfase é colocada no passado, no futuro ou no presente. O modo como diferentes formações sociais realizam a experiência do tempo produz o

que o autor denomina regimes de historicidade. A história universal, aquela vivida pela Europa moderna e naturalizada pelos países do ocidente como a medida da história, tem como característica a ênfase no futuro. É futuro-centrada. A ideia de progresso está por trás dessa construção da história, cujo sentido foi atribuído pela filosofia idealista. Porém, este sentido perde força na medida em que o século XX é feito de acontecimentos que vão na contramão do futuro. O progresso vinculado ao avanço da modernidade mostrou-se o combustível para grandes avanços em termos técnicos, científicos, e de conhecimento, mas também para provocar guerras, destruição em massa, regimes fascistas, perseguições e morte de populações. Começam, então, a surgir críticas à ideia do processo de civilização entre os pensadores da história, as quais questionam o progresso como categoria universal.

O declínio da perspectiva futurista toma contornos mais definidos por volta dos anos 1970, quando houve o refluxo dos movimentos de esquerda no mundo, a crise da economia capitalista e a escalada do desemprego estrutural como sua consequência, e a dissolução do Estado de Bem-Estar Social nos países em que essa experiência foi possível. O que se observa após a crise do futurismo é a expansão do presente. O presente passou a ser a noção de tempo que mais interessa à humanidade nas últimas décadas. O passado, nesse contexto, é considerado obsoleto, e o futuro tornou-se motivo de preocupação, sendo temido, visto com desconfiança e sem muitas esperanças. Pois enquanto desconhecido, o futuro é a incerteza do amanhã, é a possibilidade de que as experiências catastróficas do passado, as quais tanto desprezamos, se repitam. As relações se voltam para o tempo presente, para a ampliação dessa dimensão, em detrimento das experiências do passado e da elaboração de um futuro. O presentismo, portanto, faz-se na ausência de expectativas sobre o devir e de referências ao antigo. O presente é o passado e o futuro de que precisa. Valoriza o imediato. Hartog relaciona o presentismo à mercantilização da vida e seus efeitos.

Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado, é bem claro que o papel motriz foi desempenhado pelo desenvolvimento rápido e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápidos tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa. Produtividade, flexibilidade, mobilidade tornam-se as palavras-chave dos novos administradores. Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero. [...].

Esse tempo coincide também como o do desemprego em massa que as sociedades europeias começaram a sofrer nessa época. Para o desempregado, um tempo cotidiano, sem projetos possíveis, é um tempo sem futuro. Para esses “homens sem futuro”, como os denominava Pierre Bourdieu, “o tempo parece se aniquilar”, pois “o trabalho assalariado é o suporte, senão o princípio, da maior parte dos interesses, das expectativas, das exigências, das esperanças e dos investimentos do presente, assim como no futuro ou no passado que ele envolve. O desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado. (HARTOG, 2015, p. 147-148).

Hartog cita Pierre Nora ao afirmar que a aceleração do tempo presente cria múltiplas memórias coletivas não relacionadas, que são fragmentadas, bem como a ruptura com o passado, o que quer dizer o próprio desaparecimento da memória. Nesse sentido, a memória tem sido tão mencionada na atualidade exatamente por que já não existe mais enquanto conexão entre passado e futuro. Hartog compara as formas antiga e atual de elaboração da memória.

“Nossa” memória não é mais aquela, ela que agora só é “História, vestígio e triagem”. Preocupada em fazer memória de tudo, ela é apaixonadamente arquivística, contribuindo a essa cotidiana historicização do presente, já observada. Inteiramente psicologizada, a memória tornou-se um assunto privado, que produz uma nova economia de “identidade do eu”. “Pertence a mim [doravante] a atividade de lembrar-me e sou eu que me lembro.” Assim, ser “judeu é lembrar-se de ser, mas essa lembrança irrecusável, uma vez interiorizada, exige pouco a pouco uma dedicação integral. Memória de quê? No limite, memória da memória”. Enfim, essa memória opera a partir de uma relação com o passado na qual sobrepuja a descontinuidade. O passado não está mais “no mesmo plano”. Por consequência, fomos “de uma história que se procurava na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história”. Tal como se define hoje em dia, a memória “não é mais o que se deve reter do passado para preparar o futuro que se quer; ela é o que se faz com que o presente seja presente para si mesmo”. Ela é um instrumento presentista (HARTOG, 2015, p. 162-163).

Todavia, como o próprio Hartog destaca, o presentismo e a quebra da relação entre passado e futuro no regime moderno são percebidos no campo da experiência europeia do tempo. As variações geográficas, sociais, econômicas, culturais, políticas, ideológicas, religiosas possibilitam que a experiência do tempo em outras regiões do mundo tenha contornos diferentes daqueles da Europa, com aproximações e distanciamentos. O que significa outras formas de convivência social sendo produzidas e resistindo ao processo civilizatório. Formas mais orgânicas e autênticas de produção e de estabelecimento das relações sociais são atribuídas a povos originários da América Latina, cujas tradições mantêm o sentido da satisfação das suas reais necessidades, distanciando-os da lógica mercadológica

dominante. Também os movimentos sociais fincados nos espaços urbanos e que questionam o seu uso e acesso querem retomá-los e atribuir-lhes um outro sentido, diferente do que é conferido à cidade na modernidade. Essas formas de luta popular dotadas de autenticidade revolucionária que se contrapõem ao modo de ser produzido e reproduzido na esteira do processo histórico de consolidação da forma moderna das relações sociais tem na memória uma ferramenta valiosa para enfrentar e resistir aos avanços das forças conservadoras de dominação social.

Mesmo que o capitalismo tenha se expandido pelo mundo e se consolidado diante de tradições locais, não é possível afirmar que estas foram completamente esquecidas, eliminadas da memória dos indivíduos e grupos. Também, que não existam ou que não estão sendo produzidas estratégias de resistência a essa forma de dominação, baseadas na autenticidade das experiências populares e comunitárias. A leitura de Walter Benjamin sobre os tempos modernos nos ajuda a pensar qual são os sentidos de tempo, história e memória por trás da construção de práticas de resistência aos *status quo*.

Benjamin desenvolve um conceito dialético de história em que passado e futuro estão íntima e necessariamente relacionados como possibilidade de construção do novo, invocada pela memória. Em tempos de fixação do presente, esvaziamento das experiências humanas e do redesenho de uma nova barbárie, esse pensamento ajuda a identificar outros caminhos às forças revolucionárias e ao debate da luta anticapitalista. E mais: tem a lucidez e a maturidade para examinar o pensamento crítico e apontar seus limites e dificuldades. Interpreta, por exemplo, como o passado da luta de classes é frequentemente reduzido, até mesmo pelos historiadores vinculados à tradição marxista, como o eterno triunfo da classe dominante sobre a classe dominada. Mas olhando para essa história evolucionista ao lado dos “vencidos”, os novos combates travados pelos oprimidos colocam em questão a dominação do presente e as vitórias do passado.

As lutas atuais colocam em questão as vitórias históricas dos opressores, porque minam a legitimidade do poder das classes dominantes, antigas e atuais. Benjamin se opõe, nesse caso, implicitamente, a uma certa concepção evolucionista do marxismo - já presente em algumas passagens de Marx (entre outras, no Manifesto Comunista e nos artigos sobre a Índia dos anos 1850) - que justifica as vitórias da burguesia no passado pelas leis

da história, a necessidade de desenvolver as forças produtivas ou a imaturidade das condições para a emancipação social.

A relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente (LÖWY, 2005, s/p).

A experiência do presente limitado em si mesmo, que não retorna ao passado nem almeja o futuro, e que é fruto do desenvolvimento do progresso e da ideia de modernidade é objeto da análise crítica do pensador alemão Walter Benjamin, tendo se dedicado entre 1920 e 1940, ano da sua morte, à elaboração de um conceito de história que se coloca na contracorrente do avanço do progresso e da ideia de que a humanidade se move em um tempo linear e homogêneo. Benjamin questiona a ruptura entre passado e presente ao desenvolver uma concepção de tempo que, “[...] partindo do presente, traz o passado à atualidade do presente, o guarda, tomando por sua base a noção de Jetztzeit e lidando com o que ele denomina ‘rememoração’ (Eingedenken)” (HARTOG, 1996). Em *Sobre o conceito de história*, afirma que como um relâmpago, cujo clarão não dura mais do que um instante, o passado se torna aparente porém, como imagem irrecuperável. Apreendê-lo significa apoderar-se de uma recordação que surge súbita e instantaneamente num momento de perigo. A ameaça consiste na possibilidade de nos transformarmos, e as nossa tradições, em instrumentos das classes dominantes. “Ao materialismo histórico interessa-lhe fixar uma imagem do passado tal como ela surge, inesperadamente, ao sujeito histórico no momento do perigo” (BENJAMIN, 2012, s/p).

Para o autor, lidar com o passado implica projetar-se ao futuro. O passado aponta para o futuro, que no momento é passado: olhando para um se enxerga o outro. O futuro é realização das possibilidades apresentadas no passado, é a concretização do devir que existe como tempo passado. E quando afirma que o acesso ao passado só é possível por meio da recordação, Benjamin deixa claro o estreito laço entre tempo, história e memória. “O conceito de “dialética” é, aqui, extraído por Benjamin da linguagem hegeliana-marxista: ele tenta dar conta da natureza de uma imagem “salvadora” que se propõe à superação - *Aufhebung* - das contradições entre o passado e o presente, a teoria e a prática” (LÖWY, 2005). Através do

conceito de ruína o filósofo alemão não apenas expõe a sua compreensão dos processos envolvendo tempo, história e memória, como apresenta o caráter radical e utópico do seu ponto de vista sobre essas relações no século XX. Walter Benjamin é um crítico das transformações produzidas sob o avanço do capitalismo, o qual impulsiona e é impulsionado pelo desenvolvimento acentuado das forças produtivas. O aprimoramento das técnicas e dos instrumentos de produção assume nesta etapa da história da humanidade um ritmo acelerado, ditado pela necessidade cada vez maior de expansão dessa forma econômica, política, social, cultural e ideológica. Mas esse processo não ocorre sem a necessária transformação do homem, fonte do trabalho que dá substância ao capital, em sujeito subordinado à realização de interesses alheios aos seus reais interesses.

Pois o trabalho é a atividade na qual o homem movimenta a sua energia, a sua força de transformação, para modificar a natureza criando produtos com os quais satisfaz as próprias necessidades, transformando a si mesmo. “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2011, p. 211). Atingida a fase das relações sociais capitalistas, aquela em que segundo Marx é abandonada a pré-história da humanidade, o domínio do homem sobre a natureza se submete ao domínio da forma social do capital. Uma forma de dominação impessoal, cuja raiz está nos processos sociais realizados sob o fenômeno da alienação promovida pelo fetiche da mercadoria. Este consiste no ocultamento do caráter social do trabalho e dos produtos que realiza sob a forma de mercadoria, de modo que esses produtos parecem figuras autônomos, com vida própria, independentes dos seus produtores. Não obstante, o homem sofre um processo inverso: na aparência, não se reconhece enquanto sujeito produtor de valores; a sua capacidade de transformação da natureza lhe foi ocultada, o que o assemelha às coisas, aos objetos inanimados (Ibid., p. 94).

Os indivíduos se formam e são formados na e pelas relações sociais capitalistas, submetendo-se a uma forma histórica de existência que desconsidera suas identidades, neutraliza seus afetos, suas emoções, e os homogeniza, padroniza

seus comportamentos, seus corpos, seus gostos, tornando-os úteis e funcionais à reprodução dessas relações. Essas transformações avançam também sobre o espaço físico, convertendo “[...] os espaços-tempos em formas lisas, equivalentes a si mesmas” (ABREU, 2016, p. 48). Nesse cenário de pleno desenvolvimento do progresso, da modernidade e da civilização, Walter Benjamin pensa as suas ruínas. Ou seja, os vestígios de produtos e relações anteriores às que se colocam na atualidade, portanto, pouco acabadas do ponto de vista da modernidade, e que ressignificados podem trazer novos sentidos às experiências. Para o autor, “Uma miséria totalmente nova se abateu sobre o homem com esse desenvolvimento monstruoso da técnica” (BENJAMIN, 1986, p. 95). Tal miséria se expressa como a produção de um patrimônio cultural que não se vincula aos seus produtores. A pobreza das experiências não é particular, mas uma pobreza da humanidade e que configura uma espécie de nova barbárie tomada como um conceito positivo, em que o vazio das experiências na modernidade serve de mola propulsora para os homens. Trata-se de entender a ausência como condição e/ou motivação para a criação de algo que nasce como novo, para o estímulo à criatividade e à invenção, de modo a produzir formas autênticas de estar no mundo. Conforme afirma Abreu (2016, p. 48), “A crítica de Benjamin ao capitalismo moderno é crucial para os estudos de memória social, uma vez que reabilita outras formas temporais”.

Considerações Finais

A história é um elemento fundamental do pensamento crítico marxista, pois através desta categoria se observa o movimento dos processos sociais, a sua construção entre continuidades e rupturas, para entender sua conformação atual. As elaborações sobre o futuro, o devir, são também compreendidas pela dimensão histórica, uma vez que o presente se apresenta como a concretização de possibilidades postas no passado, e o futuro será de realizações hoje colocadas como expectativas. O novo se contrapõe ao velho porém, não o elimina. Ao contrário: um só existe como a negação do outro. Uma outra forma de sociabilidade diferente desta do presente não pode existir desconectada das estruturas que supera, como produto de si mesma, sem referências históricas. São

estas estruturas que conferem as condições materiais e espirituais para tal superação. Nesse sentido, a dimensão histórica dos processos sociais abarca as ideias de tempo, da elaboração espaço-temporal, e de memória enquanto lugar de articulação entre passado, presente e futuro.

A relação do Serviço Social com a história, utilizando-a para entender a realidade na sua complexidade, para ir além da aparência dos fenômenos e percebê-los na sua essência, é indispensável à formação e ao desenvolvimento de profissionais críticos e questionadores. Esse ponto de vista assumido pelo Serviço Social vai de encontro à forma hegemônica como a história é entendida entre os países cultural e intelectualmente submetidos às ideias da Europa Ocidental, ou simplesmente dos países civilizados. Uma história universal linear e progressiva se sobrepõe a outras formas de narrá-la. Identificar esta ameaça ao pensamento crítico é de fundamental importância para que se possa ultrapassá-lo. Em outras palavras, mais do que comprometer-se com o desenvolvimento de uma análise histórica da realidade social e da própria profissão, o Serviço Social deve atentar-se sobre como fazê-la. Deve se perguntar se a história a qual é acessada para discutir os processos sociais consegue dar conta de percebê-lo sob uma perspectiva de não subordinação de um povo sobre o outro, ou de uma nação sobre outra menos desenvolvida economicamente. Se esse referencial teórico questiona os parâmetros culturais, sociais e econômicos de classificação dos atores sociais, e se apresenta o ponto de vista dos que tiveram os seus costumes e as suas tradições resignificados sob a lógica do avanço da civilização. Sem discutir tais questões, a história se mantém coerente com o movimento de reprodução do *status quo*.

A discussão sobre tempo, história e memória pelo Serviço Social tende a resultar relevante contribuição à forma como a profissão enxerga a realidade, pois trata-se de um esforço no sentido de qualificar seus fundamentos teóricos, negando o conhecimento acrítico e se munindo de interpretações que possibilitem alcançar um outro patamar na discussão sobre a historicidade das relações sociais. Enxergar a memória como um campo de possibilidades para a prática revolucionária, o qual o Serviço Social pode entender melhor, significa criar nova frente para a pesquisa em Serviço Social em que a memória não aparece como coadjuvante no processo de

investigação da realidade, mas como instituto que aproxima os sujeitos da luta anticapitalista.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. **Memória social**: itinerários poético-conceituais. In: Revista Morpheus (edição especial) v. 9, n. 15 – Rio de Janeiro : Híbrida, 2016.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito da História**. In: Walter Benjamin o anjo da história. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2012.

_____. **Experiência e pobreza**. In: Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos – São Paulo : Cultrix : Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 195 – 198.

HARTOG, F. **Experiências do tempo**: da história universal à história global? In: História, histórias. Brasília, vol.1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/view/837>>. Acesso em 13 de setembro de 2017.

_____. **Time, History and Writing of History**: the order of time. Conferência pronunciada em Stocolmo em 1996 (KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996). Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_%281%29.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

_____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015.

_____. **Tempo e patrimônio**. In: Varia história – Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: Aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história” - São Paulo, Boitempo, 2005.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. livro I, vol. 1 - 29 ed. Rio de Janeiro/RJ :

Civilização Brasileira, 2011.

MENEGAT, M. O fim da gestão da barbárie. Disponível em: <<https://arlindenor.com/2016/01/06/o-fim-da-gestao-da-barbarie-marildo-menegat/>>. Acesso em: 26/02/2018.

FORD, J.V.
O serviço social e o debate sobre tempo, história e memória.



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E GARANTIA DE DIREITOS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Danielle Alves Cantuário¹

RESUMO

A temática em questão trata das condições de trabalho e garantia de direitos no Sistema Único de Assistência Social - SUAS e considera a crescente regressão social vislumbrada na contemporaneidade, em relação aos direitos já constituídos e no que se refere ao entendimento do indivíduo como detentor de direitos. A abordagem dos desafios encontrados pelos trabalhadores do SUAS no espaço de trabalho foi o objetivo central, pautado pela necessidade de repensar os desafios diários para uma intervenção que viabilize a garantia de direitos sob a ótica de projeto coletivo. É necessário que haja um enfrentamento das violações de direitos e limitação do exercício profissional nos espaços de deliberação e em outras instâncias de defesa para garantir uma atuação sem resquícios de coação institucional.

Palavras-chave: Direitos; trabalhadores; Assistência Social; trabalho; precarização.

ABSTRACT

The issue in question deals with the conditions of work and guarantee of rights in the Unified System of Social Assistance - SUAS and considers the growing social regression envisaged in contemporaneity, in relation to the rights already constituted and with regard to the understanding of the individual as a rights holder. The approach to the challenges encountered by SUAS workers in the workplace was the central objective, based on the need to rethink the daily challenges to an intervention that makes possible the guarantee of rights from the point of view of collective design. It is necessary that there is a confrontation of violations of rights and limitation of the professional exercise in the spaces of deliberation and in other instances of defense to guarantee an action without remnants of institutional coercion.

Keywords: Rights; workers; Social Assistance; job; precariousness.

INTRODUÇÃO

O presente estudo vem elucidar a temática referente às condições de trabalho e garantia de direitos no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, considerando que na contemporaneidade há uma crescente regressão social, tanto em relação aos direitos já constituídos, quanto voltada para a ideologia que fundamenta o entendimento do sujeito, enquanto detentor de direitos.

Objetiva-se assim, abordar os desafios encontrados pelos trabalhadores do SUAS nas condições de trabalho vivenciadas diariamente, abordando as influências engendradas no Sistema vigente.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de refletir sobre os desafios diários encontrados para execução de um trabalho efetivo e de qualidade, que garanta direitos aos usuários e condições dignas e adequadas de trabalho aos próprios trabalhadores, numa lógica de projeto coletivo.

Diariamente são identificados fatores impactantes e desafiadores na atuação no SUAS, e esses fatores necessitam ser avaliados com reflexão crítica e compromisso na busca de estratégias de superação para que esse Sistema possa garantir o que lhe compete, provendo de recursos necessários sua estrutura funcional.

A institucionalização do SUAS foi um marco normativo de ruptura com o clientelismo e com a lógica assistencialista que perdurava nas ações de Assistência Social no Brasil. Segundo José Crus (2015, p. 15) “Essa área de política pública era mantida refém de procedimentos incompatíveis com o processo democrático, com a igualdade de trato entre os brasileiros e com a dignidade humana”.

A partir de 2003 começou a serem fundamentadas as estruturas que viriam romper com o modelo assistencialista, trazendo uma nova roupagem de atuação e visão do público a ser atendido, conforme descrição de Crus (*ibidem*):

A opção pelo SUAS reflete a alternativa por uma política pública de responsabilidade de Estado, voltada àqueles em situações de vulnerabilidades, de riscos sociais e pessoais, àqueles com direitos violados por situações pobreza, de violência, de exclusão, em situação de rua, sem acesso a oportunidades educacionais, de trabalho e renda ou de autonomia.

O SUAS que possui uma organização complexa, detém seu objetivo no atendimento de famílias e indivíduos com oferta de serviços e benefícios sócio assistenciais que promoverão a possibilidade de alcance de autonomia e dignidade.

Mediante todas as mudanças estruturais ocorridas nesse campo de atuação, pode-se verificar que o país possui uma política pública de Assistência Social organizada, com uma rede de equipamentos públicos presente em todo o território nacional, e uma expressiva rede privada vinculada a esse sistema, visando à garantia de atenção, cuidados e proteção em caráter continuado.

A PNAS é clara em descrever que essa temática “não tem sido matéria prioritária de debate e formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera pública do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população” (PNAS, 2004: 53). Cabe aqui refletir acerca da necessidade de uma política de recursos humanos com dimensão estratégica para o setor, uma vez que se reconhece que o direito sócio assistencial é materializado pelos trabalhadores atuantes nesse Sistema.

No âmbito da Gestão do Trabalho do SUAS, registra-se a criação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), a Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que trata dos princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, a Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, que reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificações do SUAS e ainda a Resolução nº 09, de 15 de abril de 2014, que reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Dirce Koga (2014, p. 31) traz à reflexão que “Apesar de todos os avanços no campo das políticas sociais, continuamos sendo um país com alta desigualdade social, o que rebate também nas condições de trabalho, que se encontram cada vez mais precarizadas”.

Não obstante, a mesma ainda afirma:

Reconhecemos a necessidade e a importância da regulação para a efetivação dessa política, porém, muitas vezes, essa regulação é utilizada ou apontada como um empecilho para que a realidade venha em primeiro

lugar. Nesse sentido, costumamos dizer que o texto vem antes do contexto, e o texto passa a ser o regimento da gestão de forma desconectada do contexto, onde se dão as demandas e as ofertas da política. (KOGA, 2014, p. 33)

DESENVOLVIMENTO

DIREITOS E DEVERES

As condições de trabalho no campo da Assistência Social desde os seus primórdios são instáveis, inseguras e limitadamente constrangedoras. Apesar de esta ser uma política de garantia de direitos, os seus trabalhadores, poucas vezes os tem garantidos para sua intervenção cotidiana. Não apenas garantidos para si enquanto trabalhadores, mas garantia de intervenção e oferta adequada de serviços aos usuários da Assistência Social.

Este estudo não visa detalhar as limitações na oferta de serviços ou o desmonte dos direitos garantidos aos usuários, entretanto, cabe destacar que a falta de condições de oferecer aos usuários adequadamente os serviços e benefícios de que eles necessitam, incide ao trabalhador numa transgressão de sua autonomia e gera constrangimentos que superam a *práxis* individual.

É salutar estabelecer que, os deveres dos trabalhadores do SUAS estão diretamente subordinados a seus princípios éticos, normativa e ideologicamente instituídos. O reconhecimento dos direitos e oferta dos serviços e benefícios de qualidade fazem parte deste arcabouço de princípios ético norteadores da atuação profissional no SUAS.

Jucimeri Isolda Silveira afirma que:

Considerando a reflexão ética sobre o cotidiano de trabalho, é preciso reconhecer que o exercício profissional é condicionado por determinações da sociedade desigual, sendo constrangido por determinações da formação social, com rebatimentos diretos na vida da população atendida, na cultura política identificada no cotidiano do trabalho social, nas instâncias e dinâmicas institucionais (SILVEIRA, 2014, p. 226).

Desse modo, pode-se entender que o trabalho é, majoritariamente, realizado em condições adversas, influenciado pelas ideologias prevalentes do

privado, da redução do Estado sob a cultura neoliberal, o que produz, por sua vez, a fragilização das possibilidades de ampliação dos direitos.

Boa parte dos campos de atuação dentro da política de Assistência Social são abertos por uma exigência normativa, no entanto não significa que os campos mantêm as condições éticas e técnicas para o trabalho do profissional conforme o seu código de ética.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, forneçam meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, *a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social*. Ela organiza o trabalho do qual ele participa (IAMAMOTO, apud PRATES, 2012).

Assim o é, não apenas com os profissionais dessa categoria, mas todos os trabalhadores dessa política vivenciam a realidade cotidiana de interferências, exigências e manobras institucionais que interferem diretamente na oferta de serviços.

Negociar as condições materiais para a realização de seu trabalho, implica numa relação de forças que muitas vezes são opostas e conflituosas, assim, o profissional lida com a falta de recursos físicos e materiais para a execução de suas atividades.

NORMATIVOS E CRITÉRIOS

Em virtude de exigências legais os contratantes precisam garantir espaços suficientes, adequados e materiais necessários para o trabalho do profissional que propiciem condições favoráveis para que haja um atendimento individual ou coletivo de qualidade e especialmente que possibilite o atendimento ético profissional do usuário inclusive com a guarda sigilosa dos documentos que lhe são inerentes.

É freqüente que o profissional esteja sob grande sobrecarga de trabalho na execução de serviços, especialmente quando as demandas são numerosas e imediatas e como tais requerem uma resposta profissional de igual urgência.

Em diversas pesquisas realizadas sobre a atuação nas políticas sociais percebe-se que:

nem todas as instituições possuem ambientes propícios para a realização dos atendimentos, em que seja respeitada a privacidade e o sigilo das informações compartilhadas entre profissional e população. Isso fragiliza as relações de trabalho e exige dos profissionais enfrentamentos cotidianos para garantir e assegurar os princípios fundamentais do código de ética. (GUIRALDELLI, *et al*)

Considerando isso, o sigilo nem sempre é adequadamente respeitado no espaço institucional, e assim surge a violação deste preceito ético fundamental do exercício profissional dentro da política de Assistência Social. Vê-se então, mais uma violação de direitos intrinsecamente vinculada à intervenção profissional.

É importante estabelecer que problematizar a intervenção profissional na atualidade supõe pensá-la como fração da dinâmica da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, sujeito às violações e aos constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados.

Muitos dos trabalhadores dessa política não trabalham em regime estatutário, ou seja, não são concursados, sendo assim, estão atuando por meio de contratos temporários e precários que violam os direitos trabalhistas. Nesse sentido, grande parte dos trabalhadores do SUAS vivenciam cotidianamente a fragilização dos vínculos com seu empregador, sendo que suas condições de trabalho são por vezes, precárias, temporárias, flexibilizadas e que não dão segurança ao trabalhador e, conseqüentemente, inserem no contexto a insegurança na relação com os usuários que precisam desenvolver vínculos de confiança com os profissionais.

A NOB-RH/SUAS estabelece que a atuação profissional na Política de Assistência Social deve ocorrer pela via do concurso público. No entanto, pesquisas acadêmicas como a realizada no Paraná e publicada na Revista Serviço Social por Angela Prates, demonstram boa parte dos trabalhadores têm condições de trabalho precarizados, o que reflete a “fragilidade de efetivação da norma, e,

conseqüentemente, da implementação do SUAS, pois os trabalhadores da área social tem direitos trabalhistas que precisam ser respeitados”(PRATES, 2012).

Para Faermann e Mello (2016), a precarização “repercute tanto nas condições materiais quanto na subjetividade dos trabalhadores”. Isso ocorre quando da exploração, inserção precária no mundo do trabalho, sofrimento e adoecimento profissional dentre tantos outros aspectos. Todo esse processo determinado por movimentos e por ações objetivas do capitalismo contemporâneo incide no Serviço Social.

E assim constata-se, por sua vez que as transformações no mundo do trabalho impactam diretamente a classe trabalhadora, moldando mudanças materiais e subjetivas (ANTUNES, 2009; RAICHELIS, 2010 Apud. SILVEIRA, 2014, p 227).

Cumpre salientar que não é suficiente instituir regulações se não houver compromisso por parte dos gestores das políticas sociais para que as transformações e adequações se efetivem na prática. Raichelis (2010, p. 750) nos ensina que “as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho no âmbito das políticas sociais”.

CONFLITOS E ARTICULAÇÃO

Todas as violações de direitos e limitação do exercício profissional, conforme as determinações normativas e éticas dos trabalhadores do SUAS devem ser enfrentados coletivamente nos espaços de deliberação e em outras instâncias de defesa para garantir um funcionamento adequado do Sistema e uma atuação sem resquícios de manobras de coação institucionais.

Nesse sentido é importante que haja, conforme Stela da Silva Ferreira (2014, p. 106) “uma forte demanda de articulação entre os espaços de controle social e a finalidade da política pública”. A mesma indica ainda, que “a necessidade de acompanhamento dos conselhos profissionais na fiscalização do cumprimento dos códigos de ética e das condições de trabalho por parte dos administradores públicos” (FERREIRA, 2010, p. 23 Apud. Ib. 2014, p. 106).

Há diversos conflitos existentes entre empregadores e trabalhadores do SUAS, dentre estes pode-se destacar, melhores condições materiais para o trabalho que está vinculada à garantia de acesso a serviços e benefícios, e superação da precarização dos vínculos trabalhistas. As duas situações incorrem diretamente na continuidade e permanência da oferta de serviços aos usuários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em todo o processo de trabalho no SUAS muitos são os desafios encontrados, dada a presença constante de precarização, seja na ausência e, ou, insuficiência de concursos; remuneração e quantidade insuficiente dos trabalhadores do quadro próprio; seja na falta da educação permanente e de valorização do trabalhador; seja na burocratização e rotinas que trazem morosidade ao desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços; seja na influência maçante da lógica burocrática/gerencialista e patrimonialista; seja por outras indefinições na relação político-institucional.

Precarizar as condições para o exercício do trabalho baseado nos princípios éticos incorre diretamente na manipulação de sua transgressão pelo trabalhador.

Isto posto, a atuação profissional dentro da política de Assistência Social realiza-se na contramão do projeto societário vigente. Os trabalhadores do SUAS tecem seu cotidiano numa relação de conflitos entre a defesa dos direitos sociais e os ideais e conceitos muitas vezes impostos por quem ocupa cargos de chefia que gerencia a estrutura e provê as condições de trabalho.

Essas relações muitas vezes encerram na tomada de decisões deste profissional que precisa negociar condições de trabalho para execução do seu trabalho e materialização de sua ação profissional.

O processo de flexibilização do trabalho e dos direitos interentes a este são partes relevantes no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, e estão engendradas nas suas consequências a intensificação da exploração e o retrocesso dos direitos.

Problematizadas e sistematizadas essas limitações, que nos desafiam coletivamente, é necessário trazer à reflexão a importância de construção de uma

agenda coletiva de lutas e defesa que defina possibilidades de superação bem como, a importância do fortalecimento do diálogo nas instâncias do SUAS, com gestores, trabalhadores, usuários, sociedade civil organizada e suas respectivas organizações.

A estruturação institucional da Política de Assistência Social é uma realidade e o SUAS contribuiu para isso. Mas as condições de trabalho ainda estão muito distantes do razoável. No entanto, ainda é possível perceber que os trabalhadores têm possibilidades de garantir a efetivação e ampliação de seus direitos. Atuando de maneira coletiva, essas possibilidades se avolumam. Por meio da capacidade de ação coletiva e organizada é possível buscar com mais efetividade a defesa dos direitos dos trabalhadores e menos retrocesso na atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta cotidiana dos trabalhadores do SUAS é de extrema importância para superação dos desafios históricos e dos dilemas contemporâneos.

Segundo CFESS-CRESS (CFESS, 2011), *a luta por condições de trabalho, expansão dos direitos, na perspectiva da ampliação da proteção social brasileira, com perspectiva emancipatória, requer o fortalecimento e articulação às lutas mais gerais da classe trabalhadora.*

Nesse sentido há que se alcançar as instâncias de defesa e apoio, para que, tanto a política pública quanto os seus atores, possam com esforços coletivos, sair do lugar de subalternidade e recolocar-se na centralidade do trabalho social, com condições condignas, éticas e técnicas.

Silveira (2014, p. 229) ressalta que “É preciso criar espaços dialógicos, inovadores, coletivos, capazes de explicitar uma ética que interpela a realidade em suas contradições, fortalecendo o trabalho social crítico [...]”.

O projeto coletivo construído no SUAS, possui a finalidade de romper com a situação vigente, de modo que superando as marcas históricas pode, com um

trabalho comprometido, influenciar na expansão dos direitos e conquista da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. **Resolução nº 09**, de 15 de abril de 2014.

_____ CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. **Resolução nº 17**, de 20 de junho de 2011.

_____ CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. **Resolução nº 269**, de 13 de dezembro de 2006.

_____ **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, DF: MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

_____ **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, DF: MDS/SNAS, 2012.

_____ **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da seguridade social: Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social**. Brasília, 2011.

_____ **Resolução nº 493/06**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.

CRUS, José. **Gestão do trabalho e vigilância sócioassistencial: inovação na gestão pública da Assistência Social**. *In*. Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. *et al.* - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª ed. Brasília: MDS, 2014, p. 13-28.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO Cássia Camila Val De. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p.

96-113, jan./jul.2016. Disponível em:
file:///C:/Users/Casa%20dos%20Conselhos/Downloads/23035-100055-1-PB.pdf.

FERREIRA, Stela da Silva. **Educação permanente: diálogo comprometido com a direção ética do SUAS.** *In.* Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. *et al.* Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª ed. Brasília: MDS, 2014, p. 101-128.

_____ Stela da Silva. **A construção do lugar dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social: uma análise da Norma Operacional de Recursos Humanos. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social.** São Paulo, PUC-SP, 2010. *Cit. In.* FERREIRA, Stela da Silva. Educação permanente: diálogo comprometido com a direção ética do SUAS. *In.* Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. *et al.* Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª ed. Brasília: MDS, 2014, p.101-128.

GUIRALDELLI, R. et al. **Condições de trabalho dos assistentes sociais de BH: espaços ocupacionais, formação e exercício profissional.** III Simposio Mineiro de Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/CONDI%C3%87%C3%95ES%20DE%20TRABALHO%20DOS%20ASSISTENTES%20SOCIAIS%20DE%20BH_ESPA%C3%87OS%20OCUPACIONAIS,%20FORMA%C3%87%C3%83O%20E%20XERCICIO%20PROFISSIONAL.pdf.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9. ed. São Paulo, Cortez, 2005. *In:* PRATES, Angela Maria Moura Costa. A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava - PR. *SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 14, N.2, P. 188-213, JAN./JUN. 2012.* Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8743/11643>.

_____ **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

KOGA, Dirce. **Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial: integração e possibilidades.** *In.* Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em

Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. *et al.* Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª ed. Brasília: MDS, 2014, p. 29-38.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no SUAS**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 104, p. 750-772, São Paulo, 2010.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Profissões e Trabalho Social no Sistema Único de Assistência Social: significado histórico e projeto construído**. *In. Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. et al.* Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª ed. Brasília: MDS, 2014, p. 215-232.



A INCIDÊNCIA DA DIVISÃO DO TRABALHO NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Priscila Keiko Cossual Sakurada¹

RESUMO

Este presente artigo tem o objetivo de tratar sobre a supervisão de estágio no processo formativo do Serviço Social. Iniciaremos com a constituição do trabalho no capitalismo e a reprodução da divisão entre trabalho manual e intelectual. Em seguida, trataremos da Supervisão de Estágio, onde, discutiremos a concepção de supervisão que se coloca na categoria, como se processa a relação entre os supervisores e quais expressões da divisão do trabalho manual e intelectual estão presentes neste momento. Por fim, entendendo que a supervisão se constitui enquanto momento de construir alternativas concretas para o fortalecimento da classe trabalhadora traremos sugestões de como fortalecer a indissociabilidade da supervisão.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to deal with the supervision of internship in the Social Work training process. We Will Begin with the constitution of labor in capitalism and there production of the division between manual and intellectual labor. Next, we will deal with the Supervision of Internship, where we will discuss the conception of supervision that is placed in the category, how the relationship between supervisors is processed and which expressions of the division of manual and intellectual work are present at the moment. Finally, understanding that supervision is a time to construct concrete alternatives for the strength ening of the working class, we will come up with suggestions on how to strength en the indissociability of supervision.

Keywords: Social Work; Professional qualification; Supervised internship; Work.

¹ Assistente Social (UFES), doutora em Serviço Social (UFRJ) e docente do curso de Serviço Social da UFF-Niterói. E-mail: keikooo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Partindo o entendimento teórico marxista que não há indissociabilidade entre o agir e pensar, no primeiro momento nos centraremos na discussão de como se apresenta a divisão entre trabalho manual e intelectual na era flexível-neoliberal. No segundo momento trataremos sobre como o conjunto da categoria entende a Supervisão de Estágio em Serviço Social. Articulado a isso, trataremos da expressão da cisão entre trabalho manual e intelectual na supervisão de estágio a partir das falas das assistentes sociais-docentes do Rio de Janeiro. O nosso objetivo é tratar como essa questão acaba reproduzindo no Serviço Social uma divisão entre os trabalhadores.

A DIVISÃO DO TRABALHO NA ERA FLEXÍVEL-NEOLIBERAL

A partir do século XX o capitalismo assume sua faceta “mundializada” (CHESNAIS, 1996), que para além de ocasionar uma crescente divisão social do trabalho, também impôs uma reorganização da divisão internacional do trabalho entre as nações, que, em última instância, significa o lugar que os países irão ocupar nas relações de domínio e exploração. Daí porque há uma dupla característica do capitalismo: desigual e combinada² (FERNANDES, 2005; 2008).

Caracterizado pelo surgimento de novos setores de produção, novos mercados e novas formas de fornecimentos financeiros, a acumulação flexível permitiu uma rápida mudança “dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas” (HARVEY, 2012, p. 140), ao passo que a reestruturação produtiva incorporou o gerenciamento “just in time”, a desterritorialização da produção e busca de novos espaços territoriais de exploração da força de trabalho – principalmente em países onde as legislações são brandas ou inexistentes e que tenha uma baixa tradição de luta sindical -, acentuando, desta forma, o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (HARVEY, 2012;).

² A teoria do desenvolvimento desigual e combinado utilizada por Fernandes (2005; 2008) é uma contribuição teórica de Trotsky à tradição marxista, que trata sobre as formas particulares que o modo de produção capitalista assumirá nos países onde subsistem relações pré-capitalistas, denominados como países periféricos.

Ademais, ao incorporar a ideologia neoliberal³, o que se viu foi uma modificação da forma como os indivíduos interpretam, vivem e entendem o mundo, atingindo diretamente a capacidade criativa do homem. Considerando que uma das características do capitalismo é a mediação do valor de troca de mercadorias (MARX, 2015), “o neoliberalismo [vai] enfatiza[r] a significação das relações contratuais do mercado. [...] procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado” (HARVEY, 2014, p. 13).

E isso não será diferente no campo da educação. Conforme Marx e Engels (2007), o trabalho, bem como a educação, se constitui enquanto uma atividade exclusivamente humana, isso porque, “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente sua própria vida material” (IDEM, IBIDEM, 87).

Desta feita, “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25). Assim, a constituição do homem em homem, por meio da categoria trabalho, também dependerá da formação do homem a partir do processo educativo, isso porque, “a aprendizagem é a nossa própria vida” (IDEM, IBIDEM, 48).

Contudo, com o aprofundamento do modo de produção e reprodução capitalista por via da acumulação flexível e ideologia neoliberal, o que se verifica é a intensificação do trabalho fragmentado e seu afastamento do ato educativo enquanto conhecimento das propriedades do mundo real, seu domínio e a produção do saber (LUKÁCS, 2003; MÉSZÁROS, 2008; SAVIANI, 2011; MARX, 2008).

Com isso, o que se percebe é uma dificuldade do homem entender que seu trabalho se trata de uma atividade que parte do real, mediada pela ação teleológica (projeção dos meios, escolha de valores, técnicas e instrumentos) para responder a determinada necessidade. Ao converter a exterioridade numa mera utilidade que pode ser apropriada privadamente, o que percebemos é que o homem se torna objetivo para si, ao mesmo tempo em que se torna um objeto estranho e inumano⁴, perdendo-se o domínio da efetividade humana no “seu

³ A ideologia neoliberal, ainda que não tenha inaugurado determinadas perspectivas, ela colabora para a sua intensificação, ao passo que verificou-se a adoção de hábitos, padrões de consumo e circulação voltados para uma cultura do consumo onde tudo é passível de se mercantilizar (HARVEY, 2014).

⁴ A objetivação alienada aparece enquanto uma coisa/objeto de existência externa, “que existe fora dele [trabalhador], independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele e estranha a ele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX 2008, p. 81).

comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto” (MARX, 2010, p. 108),

Assim, ao evidenciar a divisão entre possuidores e não possuidores de propriedade privada e o estabelecimento do controle da força de trabalho, a atividade e o resultado do trabalho realizado pelo homem no capitalismo passa a sofrer uma cisão entre “interesse particular e interesse comum” (MARX; ENGELS, 2007).

Esta cisão vai se expressar na divisão entre trabalho material e intelectual, que conforme Marx e Engels (2007) gera uma aparente divisão e fragmentação de níveis de conhecimentos na divisão de trabalho, permitindo, no modo de produção capitalista, criar uma falsa idéia de que existem diferentes níveis de conhecimentos. Ademais, essa fragmentação cria dificuldades do trabalhador se reconhecer enquanto partícipe do processo de produção, seu reconhecimento enquanto classe para si, além de reforçar a “possibilidade” da consciência se dar despartada das condições materiais de produção e reprodução social (MARX, 2015), ou seja, o agir pode se descolar do pensar.

Somado a isso, ao afirmar a existência e possibilidade de ter aqueles que “só pensam” e os que “produzem”, reforça-se que é possível à consciência se dar como apartada das condições materiais de produção e reprodução social, como se o “eu” (singularidade) não tivesse nenhuma relação e não realizasse nenhuma mediação com o “nós” (particularidade e universalidade).

Na forma particular do desenvolvimento da sociedade brasileira, essa hierarquia também será mediada arcaicamente pela elitização⁵ dos indivíduos, conferindo um certo “status” e ratificando a dominação de uma minoria em detrimento da maioria (FERNANDES, 2005; MINTO, 2014).

Contudo, se estamos tratando a atividade humana e seu produto como resultado da exteriorização prático-objetiva, não há como falar em uma divisão entre trabalho material e espiritual.

O indivíduo é o ser social. [...] A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal. Como consciência genérica o

⁵ Esta particularidade é percebida na hierarquização dos trabalhadores segmentados pelos por cargos e diplomação, e na representação que determinados cargos e postos de trabalho confere dentro do imaginário da sociedade brasileira. Um exemplo disso é a conhecida frase: “você sabe com quem está falando?”.

homem confirma sua vida social real e apenas repete no pensar sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser perante em si (MARX, 2010, p. 107).

E no que se refere especificamente a divisão dos homens por campo de atividade e especialização na divisão do trabalho capitalista, esta falsa dicotomia ganha reforço com um determinado projeto de educação, a saber: “internalizar as onipresentes pressões externas, [...] [adotando] as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais e suas aspirações pessoais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Desta feita, o que verificamos é que esse processo de transformação tende a velar, de acordo com Dias (2011), a existência de um conjunto de subjetividades, historicidade e lutas antagônicas entre as classes, em que a única realidade é o mercado, “como deus *exmachina*” (p. 47). Ou seja, este projeto educacional não pode funcionar “adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 43).

Mas contraditoriamente, no processo de mediação entre as particularidades e singularidades, esses interesses não são estáticos ou predestinados, do contrário estaríamos validando uma concepção idealista de existência da cisão entre o agir e pensar. Aqui vale pontuar que as determinações mais gerais da classe dominante necessariamente precisam contar com a adesão dos sujeitos singulares a partir das relações reais que estão inseridos e que estabelecem entre si.

Isso nos leva para a compreensão que essa adesão dependerá da “forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 50) e que o leque de escolhas daqueles que se colocam contrários ao processo de dominação dependem das condições materiais e objetivas para sua organização e nas possibilidades de criar alternativas de mudanças⁶.

Assim, considerando que há uma reprodução ideológica de cisão entre trabalho manual e intelectual no sistema capitalista, a seguir, iremos tratar sobre

⁶ Esse cuidado é necessário, pois, do contrário, estaremos afastando de nossas análises que o ser social se constitui enquanto ser ativo, capaz de alterar a base de interesses hegemônicos que se fazem presentes na sociedade. Sociedade esta que é mediada pelo caráter contraditório entre as classes no modo de produção capitalista.

como se constitui a supervisão de estágio em Serviço Social, identificando quais são os aspectos desta cisão se fazem presentes na categoria.

A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO DO SERVIÇO SOCIAL

A partir da década de 1990, quando a categoria profissional formula as exigências mínimas necessárias para a inserção dos estudantes nos campos de estágio (ABEPSS, 1997), o que se buscava era garantir que a Supervisão não se constituísse apenas enquanto um espaço de treinamento instrumental da força de trabalho do estudante, mas que fosse capaz de movimentar os três sujeitos envolvidos – supervisor de campo, acadêmico e estudante – para pensar formas de qualificação e intervenção alinhados com os pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos preconizados pelo projeto profissional hegemônico.

Ao tratar da articulação entre formação e exercício profissional, o que se propõe com a Supervisão de Estágio é a inserção do estagiário no campo, de forma a vivenciar a realidade profissional, identificando as condições objetivas em que se materializam a intervenção, construindo, juntamente com os supervisores, mecanismos de fortalecimento sistemático de alternativas de enfrentamento crítico das expressões da Questão Social e na defesa de uma intervenção profissional que supere as requisições mais imediatas e tradicionais postas ao Serviço Social.

O processo de degradação das condições de trabalho e vida que estão submetidos a classe trabalhadora no modo de produção e reprodução capitalista, que fragmenta a vida, deseconomizando, despolitizando e desistoricizando-a, vão também se refletir, como já apontado por autores da área⁷, nas políticas sociais públicas e privadas, que passam a operar por meio de setores fragmentados.

Partindo do entendimento que a intervenção profissional somente pode ser concebida na e sobre a realidade (GUERRA, 2011), e que a defesa de um projeto de formação exige da categoria um olhar atento de como se processa a realidade na dinâmica capitalista, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) formulou

⁷ Sobre as expressões da fragmentação, mercantilização e precarização das políticas sociais sugerimos Behring (2008); Behring e Boschetti (2007); Mota (1995); Iamamoto (2011).

as resoluções nº 533/2008⁸, nº 572/2010⁹ e nº 582/2010¹⁰ e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a Política Nacional de Estágio (PNE) do Serviço Social em 2010. Dentre os objetivos destes documentos estava a criação de mecanismos legais que amparassem o estágio supervisionado em Serviço Social enquanto parte constitutiva do processo de formação profissional e enquanto atribuição privativa do assistente social.

Assim, a supervisão de estágio em Serviço Social deve ser realizada conforme preconizam as legislações vigentes¹¹ e orientada pelo Código de Ética da Profissão de Assistente Social de 1993 na defesa de um perfil profissional crítico.

Em nossa pesquisa sobre o processo de formação do Serviço Social, juntamente com as assistentes sociais-docentes¹² do Rio de Janeiro que desenvolvem atividades acadêmicas no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (SAKURADA, 2018), dentre as diversas condições de precarização e sucateamento que incide no trabalho docente e no processo formativo, houveram questões que se expressam diretamente na Supervisão Acadêmica de Estágio e que acreditamos serem dados importantes para pensarmos como fortalecer a discussão e intervenção neste momento de inserção do estudante nos campos de estágio.

Assim quando perguntamos sobre o como entendem a Supervisão de Estágio as docentes fizeram menção a importância de desenvolver atividades que busquem instigar o debate da criticidade, investigação e proposições sobre as realidades dos espaços sócio-ocupacionais que os estudantes estão inseridos.

A partir desta resposta, perguntamos como as docentes desenvolvem a Supervisão de Estágio Acadêmica. E dentre as respostas, a maioria das docentes a estrutura em formato de disciplina com o objetivo de acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estagiário por meio de instrumentos avaliativos como plano de

⁸ Resolução que versa sobre a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

⁹ Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, que contratados sob nomenclaturas de CARGOS GENÉRICOS e dá outras providências.

¹⁰ Dentre as regulamentações que passam a vigorar está a exigência de comprovação de cumprimento do estágio curricular (Inciso III, Art. 28, CFESS, 2010).

¹¹ No Serviço Social o processo de supervisão de estágio é orientado pela Lei nº 8.662/1993 – Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social -, as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1997), Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social, pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS e pela Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o Estágio Supervisionado.

¹² Esta pesquisa é parte constitutiva da nossa tese de doutoramento. Das 45 assistentes sociais-docentes de 8 (oito) Unidades de Formação Acadêmica (UFA) do Rio de Janeiro que responderam ao questionário, 24 profissionais se identificaram como supervisoras acadêmicas de estágio.

estágio, diário de campo, relatórios semestrais e avaliação final. Também identificamos docentes que, mesmo desenvolvendo a supervisão em forma de disciplina, buscam constantemente realizar as atividades pedagógicas junto com os supervisores de campo por meio dos Fóruns de Supervisores, aulas nos campos de estágio e integração de supervisores de campo na execução da disciplina.

Considerando que a supervisão direta de estágio em Serviço Social deve se constituir pelo princípio da “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo” (ABEPSS, 2011, p. 13), quando analisamos o contexto em que as assistentes sociais-docentes se inserem e desenvolvem as atividades de supervisão, a partir das falas das mesmas, identificamos alguns limites que dificultam a integração destes sujeitos.

Dentre os fatores que estão ligados com a estruturação do trabalho e educação no capitalismo, temos a organização acadêmica e de trabalho das docentes, como a ausência de suporte da instituição para realizar as visitas aos campos, falta de carga horária para realizar as atividades de supervisão, elevado número de alunos sob sua responsabilidade, resistência de alguns docentes para assumir a supervisão e/ou ausência de docentes para realizar a atividade e retração no número de campos de estágio (SAKURADA, 2018). E dentre os aspectos que envolvem diretamente a relação conjunta de Supervisão de Estágio, foram identificadas as dificuldades de estabelecer uma relação mediada dos profissionais inseridos na UFA e o campo de estágio (IDEM, IBIDEM).

Destacamos a fala de uma docente que identificou dificuldades no acompanhamento da supervisão. Conforme docente, há uma “resistência dos supervisores de campo na relação com a Universidade”.

Com base nesta fala, uma das primeiras questões que os dados nos revela é a presença de uma reprodução da divisão entre trabalho manual e intelectual, que no processo formativo aparece na supervisão de estágio em casos em que os profissionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem do estudante desenvolvem atividades distintas, como se a mediação pudesse ser traduzida apenas no momento da elaboração dos instrumento avaliativos ou apenas com dois dos três sujeitos envolvidos neste processo – supervisor (acadêmico ou de campo) e estagiário.

Das 24 profissionais que assumem a atividade de supervisão acadêmica, 13 informaram que mantem algum tipo de contato com o supervisor de campo, seja por meio de visitas ao campo, encontros nos Fóruns de Supervisão de Estágio ou encontros durante o semestre para debater as atividades do estagiário. Esses dados são importantes para demonstrar que, mesmo diante do processo de precarização em que estão sujeitos os dois profissionais, existem tentativas de superar esta lacuna entre academia e campo.

Outro dado que nos chamou a atenção e que está articulado com as novas configurações do mercado de trabalho, é a resistência de assistentes sociais-docentes em assumir a supervisão acadêmica. Considerando que a supervisão de estágio em Serviço Social se constitui atribuição privativa do Assistente Social, a supervisão acadêmica somente pode ocorrer se o docente possuir graduação em Serviço Social e estiver com o registro ativo no seu Conselho Regional, o que implica diretamente a necessidade de ser um profissional da área, não sendo, portanto, uma atividade que possa ser realizada por qualquer docente do curso de graduação do Serviço Social.

Para além das questões que fazem parte do processo de precarização e sucateamento da educação superior, que atinge diretamente o enxugamento do corpo docente nos cursos, devemos também nos questionar por que há uma resistência das assistentes sociais-docentes em assumir a supervisão de estágio acadêmica¹³.

Isso nos leva diretamente para a discussão que a ABEPSS vem fomentando por meio da campanha “Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio”, lançada na Oficina Nacional da ABEPSS realizada em novembro de 2017 em Niterói.

Conforme a ABEPSS (2017), a supervisão de estágio se constitui enquanto um momento de fortalecimento e defesa da própria profissão, devendo, para além de uma atribuição privativa do assistente social, ser entendida como um compromisso político, e, portanto, ser defendido enquanto um processo indissociável entre “unidade teoria e realidade” (IDEM, IBIDEM, p. 2).

¹³ Entendendo o limite deste artigo e que esta discussão demandaria a análise de outros fatores que incidem diretamente a este questão, não será possível aprofundar esta questão neste momento.

A partir da campanha da ABEPSS, percebemos que as problemáticas identificadas em nossa pesquisa não se tratam de uma característica exclusiva do Rio de Janeiro, mas são percebidas também em outros estados, especificamente quando, dentre as bandeiras de luta da campanha, temos a necessidade de superar a visão reducionista do estágio supervisionado como uma mera disciplina formal do currículo, a dicotomia entre supervisão de campo e estágio, que diretamente nos leva para o que ao longo deste artigo temos tratado: a divisão entre trabalho manual e intelectual.

Insistimos nesta questão porque, apesar da indissociabilidade não significar identidade (ABEPSS, 2017), o que corresponde entender que as atribuições privativas dos assistentes sociais inseridos no campo de formação e no campo de estágio não podem ser entendidas como idênticas, existem elementos que os unem: ambos são profissionais que têm suas atividades regidas por um Código de Ética e Lei de Regulamentação Profissional, conferindo uma particularidade no seu trabalho profissional.

Ou seja, ainda que os espaços sócio-ocupacionais lhes determinem atribuições que requeiram acionar distintas intervenções profissionais, ambos se encontram inseridos numa determinação que esta posta pela divisão do trabalho no capitalismo, que é a necessidade de conhecimentos específicos do Serviço Social¹⁴ para desempenhar suas funções. E considerando que estamos falando de dois sujeitos que fazem parte de um mesmo processo¹⁵, é preciso que estejamos atentos sobre quais bases vamos construir esta relação de indissociabilidade, garantindo assim, a defesa de um perfil crítico.

Trazer a discussão das particularidades do profissional de Serviço Social no estágio supervisionado é pensar em alternativas concretas para superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual tão bem difundida pela ideologia dominante, que por vezes aparecem reproduzidas no cotidiano da formação profissional, especialmente quando os assistentes sociais envolvidos reforçam o distanciamento entre a Unidade de Formação e Campo de Estágio.

¹⁴ Ainda que compareçam na divisão social e técnica do trabalho uma retração de cargos de Assistente Social, o que temos observado, frente a flexibilização é a instauração de cargos genéricos, que dentre as competências temos o domínio de técnicas, teorias, instrumentos e execução/gerenciamento de funções tradicionalmente requisitadas ao Serviço Social.

¹⁵ Não estamos desconsiderando a importância do estudante no processo de estágio. Contudo, por estarmos tratando especificamente sobre sujeitos que estão na condição de supervisores, não exploraremos, neste momento, o papel que o estudante assume no estágio supervisionado.

O papel das Unidades de Formação não deve se restringir a função atribuída pelo projeto de educação do capital, que é ser o campo de formulação teórica e de treinamento de uma mão de obra especializada em nível superior. O projeto de educação que defendemos - para dentro e fora da profissão - é de uma educação que esteja em constata articulação com a realidade cotidiana da população, que seja capaz de articular o tripé ensino, pesquisa e extensão, aproximando cada vez mais os diversos sujeitos, tornado o espaço cada vez mais democrático e plural.

Sabemos, que a categoria profissional é composta por sujeitos coletivos e não-homogêneo, em que estão presentes projetos individuais e coletivos diversos (NETTO, 2006), e que a forma como se constitui o modo de produção e reprodução social capitalista não serão resolvidos no interior – e muito menos exclusivamente – do Serviço Social.

Contudo, é imperativo que pensemos na organização do corpo profissional, superando a cisão ideológica da força de trabalho, que no Serviço Social aparece entre aqueles que estão no campo da formação e aqueles que estão no campo da execução e gestão das políticas sociais. Pois, do contrário, “o processo de debate e elaboração, investigação teórico-prática (inclusive a análise da relação entre conhecimento e formas de intervenção) (NETTO, 2006, p. 7)” continuará a reproduzir, na supervisão de estágio, a dicotomia já identificada pelas profissionais que são supervisoras acadêmicas (SAKURADA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos em trazer a discussão sobre a incidência da divisão entre trabalho manual e intelectual no Serviço Social, primeiramente buscávamos demonstrar que, ainda que a profissão tenha incorporado o arcabouço teórico de perspectiva marxista e marxiana¹⁶, ela não estava imune a reprodução ideológica do modo de produção capitalista.

Desta feita, a escolha da supervisão de estágio como uma das expressões da divisão do trabalho manual e intelectual no Serviço Social se deu por

¹⁶ Por marxiana entendemos as obras originais de Karl Marx e Engels e marxistas todas as obras produzidas pelos autores que incorporaram o método e deram continuidade ao desenvolvimento da teoria marxiana.

considerarmos que ela apresenta uma das contradições que o modo de produção sujeita aos trabalhadores: a dificuldade de se reconhecer enquanto sujeitos coletivos.

Ao mesmo tempo, a nossa singela contribuição não tem o objetivo de individualizar o problema na figura de um determinado sujeito, pelo contrário, o que buscamos é demonstrar que as dificuldades que os profissionais – da academia e do campo – identificam, não se tratam de uma característica do Serviço Social, mas se constitui enquanto uma característica estrutural do modo de produção capitalista que é reproduzir uma falsa dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

E mais, ao trazer esta problemática, buscamos reafirmar a supervisão de estágio enquanto um espaço coletivo e propício para que os profissionais envolvidos, juntamente com o estudante, possam realizar uma sistematização do cotidiano profissional e pensar alternativas concretas, atendendo ao objetivo da formação profissional, além de fomentar este espaço como uma atividade para o Serviço Social construir alternativas, possibilitando ampliar as lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Por fim, como sugestão para o fortalecimento da supervisão de estágio enquanto processo coletivo, indicamos como estratégias: a criação/fortalecimento dos Fóruns de Estágio Supervisionado; realização de eventos locais, regionais e nacionais organizados com vistas a publicizar o trabalho desempenhado na supervisão; criação/fortalecimento de núcleos locais e/ou regionais de supervisores de estágio com a participação de representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), ABEPSS e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) para debater a realidade da supervisão e quais alternativas de enfrentamento são possíveis para superar o processo de precarização e sucateamento do trabalho e formação profissional, e por fim, que pensemos em momentos de construção coletiva do Plano de Estágio e avaliação final por meio de encontros previamente agendado com todos os profissionais e estudantes envolvidos na supervisão de estágio.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. “Sou assistente social e supervisiono estágio”. Brasília: ABEPSS, 2017.

_____. Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2011. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> . Acesso: 10 jan 2018.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. “**Educação, luta de classe e revolução.**” **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, fev. de 2011: 43-49.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil - Ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora, 2008.

GUERRA, Yolanda Demétrio. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; Friedrich ENGELS. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O Capital: crítica da economia política – Livro I – o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”: particularidades capitalistas e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

NETTO, José Paulo. “**A construção do projeto ético-político do Serviço Social.**” **In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. MOTA, A. E. e et al. (Org.), 1-22. São Paulo: Cortez, 2006

SAKURADA, Priscila Keiko C. **Serviço Social e Formação Profissional: o ensino dos fundamentos do trabalho profissional em Serviço Social no Brasil.** 2018. 244 f. Tese (doutorado), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados, 2011.

TONET, Ivo. **“Educação e Formação Humana.”** In: Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.



ESTAGIO SUPERVISIONADO DESAFIOS E LIMITES NA ATUAL CONJUNTURA DE CRISE

Daiana dos Santos Clementino¹
Lilian Luiz Barbosa²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os desafios e limites do estágio obrigatório supervisionado, fundamental no que diz respeito à formação profissional dos estudantes, pois, é nele que se põem em prática os saberes apreendidos em sala de aula, assim como a atuação do profissional no campo e academia na atual conjuntura de crise e precarização do trabalho. Os insumos que foram utilizados para que se chegasse à finalização das linhas que se seguirão foram um estudo de bibliografia e as vivências de estágios das autoras.

Palavras chaves: Formação profissional, precarização do trabalho, estágio curricular

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the challenges and limits of the supervised compulsory internship, fundamental in regard to the professional formation of the students, because it is in him that the knowledge learned in the classroom is put into practice, as well as the professional performance in the field and academia in the current crisis and precariousness of work. The inputs that were used to arrive at the finalization of the lines that will follow were a study of bibliography and the experiences of the authors' stages.

Keys words: professional training, precariousness of work, curricular internship

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vinculada ao grupo de Estudo, Ensino e Extensão Carlos Nelson Coutinho (NEPEM)

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vinculada ao grupo de Estudo, Ensino e Extensão Carlos Nelson Coutinho (NEPEM)

³ O materialismo histórico dialético de Marx. Para Marx o método de pesquisa propicia-se o conhecimento teórico, partindo da aparência visando chegar a exigências dos fenômenos aprendidos na realidade.

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho busca fazer uma reflexão sobre a razão instrumental e a razão dialética no contexto do campo de estágio e no cotidiano do estagiário em seu local de atuação em Guerra (2011) O estudo utiliza referencial teórico crítico ³ que tem por objetivo analisar a realidade e desafios vividos no campo, a partir da análise conjuntural de crise em que vivemos.

Destarte, tem-se como finalidade pensar o estágio supervisionado como momento da formação dos estudantes, no qual se coloca em prática o que foi aprendido durante a graduação. Sendo assim, trataremos neste trabalho da importância do estágio no processo de formação, bem como a importância do estágio supervisionado e a supervisão no campo do Serviço Social. Pretende-se refletir sobre as instrumentalidades aplicadas no fazer diário, e a relação teoria e prática no cotidiano da prática profissional; relacionando a diversidade de posicionamento - tendo em vista a visão por vezes deturpada da relação teoria e prática - que vem sendo reforçada nos campos de estágio.

Na atual conjuntura de crise política-econômica em esfera mundial, acentuou-se as medidas neoliberais de Estado mínimo, iniciadas nos países da Europa e Estados Unidos nos anos 80, e que o seguimento no Brasil chegaram na década de 90. Mas, a crise no capitalismo que é cíclica, também começa a se tornar estrutural nestes novos tempos que estamos vivendo, assim uma nova fase do capital, um capitalismo tardio⁴, em que respostas que são propostas para sua saída são o aprofundamento de sua própria condição, a saber: a contra reforma do Estado, flexibilização trabalhista, privatizações, políticas sociais focalizadas, o estímulo ao terceiro setor e o mercado livre, fazem o mote da nova era.

³ O materialismo histórico dialético de Marx. Para Marx o método de pesquisa propicia-se o conhecimento teórico, partindo da aparência visando chegar a exigências dos fenômenos aprendidos na realidade.

⁴ O Estágio de desenvolvimento contemporâneo do capitalismo caracteriza pelo fortalecimento sem precedentes da contra tendência a tendência fundamental de expansão da produção de mercadorias, o próprio motor do desenvolvimento capitalista. O estágio contemporâneo, ou simplesmente capitalismo contemporâneo se designa também de capitalismo tardio. (...) Além da continuada expansão da intervenção do Estado, a tremenda expansão da capacidade produtiva via desenvolvimento tecnológico resultando ao mesmo tempo em superprodução e em diminuição da força de trabalho empregada na indústria (que tem sido chamada impropriamente de desindustrialização) e sua realocação em serviço (terceirização) colocando a questão adicional a medida em que a provisão da expansão pode ser produzida enquanto mercadoria. Com intuito de contribuir para consolidar uma prática profissional.

NASCIMENTO, M, I .T Campos gerais –PR Universidade Estadual de Ponta Grossa. UEPG http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_capitalismo_tardio.HTML Acesso 31/01/2018

No atual momento em que os direitos sociais são suprimidos, ao máximo, reduzidos em políticas sociais focalizadas, que tem rebatimentos no cotidiano da prática profissional. Logo incide no processo de ensino aprendido dos estagiários e demais sujeitos envolvidos, que precisa analisar de maneira ampliada e dialética este movimento. O desafio posto é, entender que a teoria e a prática se complementam, isto dar-se – á no entendimento do processo histórico da profissão, e sua inserção nos espaços ocupacionais e na divisão sócio técnica do trabalho.

É nesta complexa relação do espaço sócio ocupacional, do profissional e do estagiário que vem analisar. O assistente social está inserido na divisão sócio técnica de trabalho, sendo assim uma profissão liberal e onde o mesmo possui uma “relativa autonomia”, segundo Iamamoto (2012):

Tornam necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil. O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p. 15)

Os limites e desafios que este profissional enfrenta, é determinado pela sociedade capitalista, pois, sendo estes empregados inseridos em diversas condições⁵, seja no serviço público ou privado. Desde modo, “este vínculo de assalariamento, ao mesmo tempo, é resultante das funções sociais atribuídas ao profissional, interdita suas ações às funções para as quais sua força de trabalho foi adquirida.” (GUERRA, 2011, p. 156). Na nota de rodapé desta página fala-se de outro ângulo sobre o mesmo fenômeno.

Diante desta determinante, os profissionais da categoria no exercício legal de sua profissão, podem sofrer com rebatimentos das políticas neoliberais, flexibilizações trabalhistas, haja vista que, este mesmo sofre com as precariedades e pode não conseguir de forma mais qualificada, exercer a profissão, devidos os limites que lhe são impostos no decorrer da realidade que se encontra. Isto com

⁵Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder, delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que operam os atendimentos assim como seus efeitos nas reproduções das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização dos conjuntos de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade de classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2010, p.215).

certeza tem rebatimentos nos estágios supervisionados, que podem reduzir os estudantes em meras forças de trabalho precarizado, que implica em ser um mero reproduzidor das demandas da instituição e não do usuário ferido o próprio código de ética de 1993.

ANÁLISES DAS LEGISLAÇÕES SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

Há um conjunto de leis que explicitam que o Estágio Supervisionado é um momento da formação em que o estudante vai ter o primeiro contato com a realidade do campo institucional. Para o Serviço Social é nesta fase de observação em que há uma série de questões a serem aprendidas e captadas na realidade daquele campo, bem como suas peculiaridades. A Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, mostra a importância no campo de formação profissional no caso do Serviço Social mais específico, que nos compete no papel de direitos e deveres de ambas as partes, que se referem à Supervisor e Estagiários na execução das funções.

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não- obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. (Lei nº11.788, 2008. p1)

Em concordância ao parágrafo supracitado, o estágio tem suas particularidades da documentação e no período próprio que se deve estar obrigatoriamente no campo formativo. Os estudantes são submetidos às seleções devastadoras em que ficam em plena competição, posta por esta sociedade atrás de uma vaga de estágio. Nisso temos algumas obrigações respaldadas por essa

mesma lei. O Art. 3º diz que o estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, entretanto observar-se os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino; II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. (Lei nº11.788, 2016, p1).

A contribuição dessa legislação para o estágio, além da Lei nº11.778/2016, a política nacional nos trás o diálogo direto dessas determinações e atribuições à Supervisão de estágio. No aprofundamento de um debate coletivo que discutido em Maio de 2009 ⁶ o referido documento encaminhou como propostas para a versão final da PNE⁷, pensando a atual conjuntura e tendo uma urgência na defesa de um projeto de profissão vinculado ao projeto de sociedade, como horizonte que se espera chegar. Portanto, tem com finalidade mostrar o caráter mobilizador e estratégico, em defesa do projeto de formação profissional que busque refletir atualmente os desafios e dilemas que estão postos nos campos de Estágio.

De acordo com Resolução do CEFESS Nº 533, de 29 de Setembro de 2008, há uma direção política com os representantes das entidades da área do Serviço Social como está posta na Política Nacional de Estágio, código de Ética de 1993. Somam-se a esse documento a necessidade de normatização do ensino Superior aos campos de Estágio nas instituições, o reconhecimento e o valor desse documento que coloca diversas questões no processo de formação. No que coincide os seguintes aspectos no que tange a Política Nacional (2010) e trás destaques muito interessantes: a utilização do (a) estagiário(a) como força de trabalho barata, bem como a não existência de acompanhamento didático-pedagógico no processo do estágio supervisionado curricular não obrigatório (PNE, 2010, p.6). Desse modo há um dilema que coloca o estagiário, como mão de obra barata, que pelo mesmo viés também que se enquadra o estudante do estágio obrigatório e que recai, sobre ele inúmeras atividades, além das atividades acadêmicas que precisar dar conta.

⁶O debate sobre esta política teve início com o lançamento deste documento em Maio de 2009, tem objetivo de fortalecer a ampla a discussão coletiva ocorrido em todo país em eventos realizados entre os meses de maio e outubro deste mesmo ano.

⁷Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira De Ensino Pesquisa Em Serviço Social – (ABEPSS /2010, P2).

No entanto é requisitado a ele fazer inúmeras coisas que são do próprio do supervisor de campo que acaba demandado ao estagiário a realizar o que, muitas das vezes é submetido a diversos assédios por conta dessa relação à PNE. Essa relação sinaliza os rebatimentos estruturais e conjunturais do processo de acumulação do capital - através de uma lógica de atendimento as novas requisições do mundo do trabalho - no desenvolvimento da formação profissional, sobretudo, na atividade de estágio (PNE, 2010, p.7).

A importância do estágio supervisionado na formação do profissional do Serviço Social, não está apenas no âmbito da explicação e entendimento da resolutividade de demandas, mas trata-se também do processo de formação ético-política dos indivíduos inseridos nesse processo.

É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam – se às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Ainda que, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho (GUERRA, 1995, p.2).

Entende-se aqui que o processo de formação se dá de maneira dialética, onde ambos – supervisora e supervisionado – contribuem igualmente para o processo de ensino-aprendizagem um do outro. No entanto, as relações que se estabelecem nos campos de estágio, nem sempre são relações de trocas facilitadas. É preciso ressaltar, o lastro histórico de cada um dos indivíduos inseridos na dinâmica de troca prevista no estágio, estabelece um processo ainda mais complexo no que diz respeito a leitura e compreensão da realidade. Sendo assim, as tensões das relações dentro desses espaços é uma constante, visto que antecede a um

processo de troca de conhecimento, um reconhecimento de disparidade de compreensão de uma mesma realidade, no livro “Na prática a teoria é outra?” Santos (2012), tem por objetivo desvendar o motivo pelo qual diversos alunos e profissionais, conservadores ou não, tendem a utilizar duas frases colocadas pela autora: 1) na prática a teoria é outra; 2) a teoria social marxista não instrumentaliza para a prática.

Entende-se que tais frases mostram a dificuldade de discernir a relação que há entre teoria e prática, assim como da relação entre as três dimensões que compõem a prática profissional. Se há um espaço aberto no tocante ao tema instrumentos e técnicas dos assistentes sociais e precariedade quanto ao debate sobre a dimensão técnico-operativa, isto provém de “uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético” (SANTOS, 2012, p. 4), como assegura a autora. E é por essas questões que o livro busca explicar e analisar os conceitos de teoria e prática no referencial marxista, visto que este é o maior alvo de críticas e também ser esta a teoria social que orienta o projeto ético-político da profissão. Santos (2012)

Em relação à teoria e aos equívocos do qual envolvem, esta é vista como algo que pode ser imediatamente transformada em prática (teoria de ruptura corresponde a prática de ruptura). Em segundo lugar, acredita-se que a própria teoria pode oferecer “os procedimentos para a intervenção, [...] da teoria se retira, também de forma imediata, instrumentos próprios a ela” Santos (2012). E em terceiro, que a teoria se assemelha à formação profissional. Já a prática é reduzida a utilização de instrumentos e técnicas, e até mesmo à prática profissional é análoga ao mercado de trabalho. Além destes equívocos listados acima, pode-se também requisitar modelos prontos para a intervenção profissional, dificultar a criação de novos instrumentos e técnicas que possam se adequar à realidade e apropriar-se dos instrumentos provenientes da tradição profissional de forma errônea.

Na realidade o que ocorre é que os instrumentos e técnicas não podem ser derivados diretamente de um referencial teórico, pois não é esse o objetivo da teoria, embora ela seja condição importante na escolha do instrumental técnico-operativo, sendo assim, demonstram as especificidades de cada uma, a teoria e a prática no qual seus objetivos e aplicabilidades são distintos, porém compõem o mesmo par

dialético. Nisto há uma relação em que a prática sempre reafirma uma teoria e uma teoria sempre se propõem sobre uma ação na realidade. Porém, no entanto, a análise sobre a realidade compreendendo o caminho que a realidade não é a mesma, que os mecanismos que a fazem movimentar, mas é de suma importância entender esta relação para sua efetivação.

Há pontos de confluência nas análises abordadas das autoras Guerra (2011) e Santos (2012) embora em conceituação tenham linguagens bem próximas. Ambas identificam divisão de concepções, dentre elas pode-se resumir: O 1º pensamento afirmar que o conhecimento da realidade e o conhecimento teórico são necessários aos instrumentos necessários para a intervenção profissional, sem precisar de uma disciplina específica. Isto far- sé - a perante a dimensão técnica - operativas se dá por meio da compreensão correta das áreas teórica -metodológica mais o ético-política. A 2ª concepção, chamada tecnicista, não enxerga a conexão entre a dimensão técnico-operativo e as dimensões teórico- metodológica e ético - política. Em suma, o último ponto de vista, evidencia que faz necessário o conhecimento da realidade e o conhecimento teórico, ou seja, a importância do conhecimento acerca das particularidades dos instrumentos e técnicas.

DESAFIOS E LIMITES NA ATUAL CONJUNTURA DE CRISE

Somando-se a isto deve ser levado em conta o processo histórico da década de 90. Com a expansão ofensiva neoliberal e as mudanças significativas ocorridas no mundo do trabalho, teve impactos diretos nas políticas sociais e no Serviço Social. Almeida (2013) trás esta reflexão acerca dessas mudanças ocorridas no ano de 1993. Nesse ano é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que caracteriza a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. No entanto, nos anos 90, o marco histórico das transformações ocorridas no mundo do trabalho que incidiram no contexto social e econômico daquele momento têm consequências que vão rebater no exercício profissional do Assistente Social.

O contexto de precarização, desregulamentação, flexibilização do trabalho e as perdas de direitos, é muito importante destacar nesse cenário a discussão sobre o estágio supervisionado, que coloca-se, ainda como estratégias em defesa do

projeto de formação em concordância com projeto ético político do Serviço Social.conforme PNE(2010).

Entender nesta dinâmica fragilização desses profissionais que estão na ponta, vivenciando no seu ambiente de trabalho, que muitas das vezes são atropelados pelas demandas institucionais e para isso precisamos captar essa realidade que está posta essa dinâmica dos processos que perpassam os profissionais. ⁸

A dinâmica que o capital nos coloca, em face à contemporânea barbárie, Netto (2010), faz com que lidemos com recursos parcos à minimalização das políticas sociais focalizadas, pontuais, com o caráter de atender o mais pobre dos pobres. Mediante ao fato, no âmbito do trabalho, se quer o trabalhador tem o tempo para repensar o seu fazer profissional, e nem consegue fazer a chamada suspensão da cotidianidade⁹, por que, precisa atender no seu imediato, vislumbrando a aparência não a essência do fenômeno. Isso nos faz refletir a Supervisão de estágio e como fazer uma supervisão que contribuía para formação qualificada desse estudante, reformula estratégias a curto e médio prazo, que são necessárias no âmbito da formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a premissa de pensar os limites em que temos enquanto futuros profissionais. Por fim apresenta - se, dois pontos a ser debatido que ainda se mostram perceptíveis no âmbito acadêmico. A dicotomia “na prática a teoria é outra” e “o que o Serviço Social faz”? São inquietações que permeiam os estudantes. Na iminência de chegar ao campo de estágio se depara com o choque de realidade que não é aquilo que realmente aprendeu na Universidade; há então um problema que se chama leitura de realidade a partir do referencial teórico metodológico crítico que desvele a realidade na perceptiva de totalidade, que capturado nos fenômenos que a realidade nos mostra, não em sua aparência, mas sim, na essência. Portanto, é

⁸Logo para Guerra (2010) as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, transformam as relações e condições de trabalho mais precárias. As determinantes são: salários baixos, contratos temporários, necessidade dois empregos e desespecialização no trabalho. São essas as tendências que reforçam a chamada subalternidade da própria profissão na divisão social técnica do trabalho na sua condição de profissão interventiva no âmbito do enfrentamento das expressões da questão social do trabalho. Há, portanto, uma precarização da vida e das condições de trabalho dos assistentes sociais e dos demais trabalhadores, que resulta em processo massivo, resultante do aumento exponencial e diversificação das demandas que chegam diretamente ao profissional pela instituição e pelo usuário.

⁹É o momento em que profissional reflete sobre as demandas que ele atendeu.

um equívoco e limite do profissional no exercício de supervisão, que atende várias demandas em que é requisitado, relata para o estagiário que “prática e teoria são coisas diferentes”.

Incide na instrumentalidade do Serviço Social pela Lei de Regulamentação nº 8.662, de 7 de junho de 1993, **chamada lei de atribuições e competências, que deixa claro que na intervenção na expressões da questão social, há várias mediações para a prática qualificada.**

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;(Lei 8.662,2/1993, p.1)

O grande desafio destas instrumentalidades é: “consiste em formar profissionais capazes de atuar na realidade por meio de identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas” (FORTI; GUERRA, 2009, p.12). Logo sem uma formação crítica de desvele esta realidade, fica pouco provável captar o que esta no cerne a aparência. O que implica a não apropriação desta realidade de pensar novas estratégias de avanço .

Assim como, considerar que há uma lacuna existente hoje, que é a questão dos instrumentos e as técnicas dos assistentes sociais no Brasil advém de uma incorporação desvirtuada na relação teórica e prática, na concepção do materialismo histórico- dialético conforme afirmar Santos (2012). Nesse sentido, a PNE destaca:

A partir da apreensão dialética da totalidade histórica e das particularidades sócio- econômicas e políticas que formam a realidade social em sua concretude, por meio do *Trabalho* no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material, nos marcos da sociedade capitalista, o Serviço Social contemporâneo encontra os elementos indispensáveis para compreensão do movimento dinâmico de formação e transformação da sociedade (PNE, 2010, p.10).

E, nessa concepção há um momento em que a Supervisão precisa suspender as atividades para estudar mais os textos relacionados ao campo, fazer pesquisa sobre determinado perfil do usuário que acessa aquele serviço social e trabalha mais em conjunto com o seu estagiário, pois ambos têm direitos e deveres, e é importante tentar sanar os possíveis equívocos incontestáveis na profissão.

Um fator importante a ser destacado e que gera polêmica é designar que o estagiário dever fazer o trabalho do supervisor, mas não é isso. Em sala de aula aprende-se nos níveis de Orientação Profissional – OTP que os estagiários estão em formação, e que eles não são profissionais formados, com registro no conselho regional da profissão. Logo, de acordo com o código de Ética de 1993¹⁰ não se deve exercer a função ilegal.

Outro determinante é o estágio como um dos momentos da formação, segundo o PNE (2010) que se institui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que compõem realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social.

As problematizações supracitadas que envolvem as relações de estágio podem proporcionar uma experiência laboral ao estudante e prepará-lo para que se possa desenvolver no setor de atividade associado à sua futura profissão. A remuneração do estágio frequentemente é nula ou baixíssima, o que, em muitos casos, é aproveitado pelas instituições para contratar força de trabalho barata. As instituições fazem as seleções nas quais, submetem semestralmente, ao ano.

A remuneração é um fator importante, pois majoritariamente as vagas disponíveis, não tem um auxílio, e a mesma coloca em xeque a realidade dos estudantes, principalmente aquele que precisa de remuneração para custear sua sobrevivência na concretude da vida. Dentre as determinantes, a dificuldade de trabalhar ou fazer estágio, que é obrigatório, e faz parte do processo de aprendizagem.

No movimento da realidade as instituições devem fazer com que este aluno tenha o estágio garantido, sem que o mesmo seja prejudicado na sua vida. Existem ainda poucas vagas de estágios a noite ou no final de semana. Profissionais que no seu campo de trabalho esteja disponível para supervisionar de maneira que o mesmo também não fique sobrecarregado com as demandas da sua intervenção profissional, e sua competência privatiza de supervisionar. Com isto há uma luta

¹⁰Art. 4º - É vedado ao assistente social: d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;

desumana nos pré-requisito para dar continuidade nos espaço sócio ocupacional da instituição.

Assim, o processo tem um desgaste para os estudantes da graduação, haja vista que, o estágio implica a formação do estudante. Quando as instituições chamam os estudantes para um estágio e fazem um contrato sem se preocupar com a formação, trata-se de uma violação do espírito do conceito e do direito laboral. É importante, por conseguinte, ter em vista que, algumas instituições se aproveitam dos estágios para cortar nos gastos nesta relação, o que chega a ser violento, pois as tensões na qual se deixa o real propósito de uma formação qualificada.

Cabe aos estagiários prestar atenção em tudo. Fazer as anotações devidas e os questionamentos para saber como faz? Para que faz? E por que faz? Conhecer os instrumentos de trabalho tem uma grande relevância, bem como identificar as dimensões: técnico operativo, teórico metodológico, ético político a dimensão investigativa e formativa. Porém, ao adentrar no estágio supervisionado o estagiário encontra alguns percalços pelo caminho na relação com supervisor de campo e a criticidade aprendida na universidade.

Não basta somente um olhar enviesado nesse momento, é preciso entender a atual conjuntura de crise, e qual modelo empregatício em que esse supervisor se encontra: se é concursado, ou contratado. Por quê? isso pode este relacionado às transformações societárias do mundo do trabalho, a relação das horas de trabalho se ainda são 30h ou 40h. Isso também coloca empecilho nas relações de trabalho e tensões que podem ocorrer durante o caminho da formação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio**, 2010.

_____. **O Estágio Supervisionado**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008. Institui Definição, Classificação e Relações de Estágio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm> Acesso: 19/02/ 2018

_____, Lei nº 8.662, de junho de 1993. Institui sobre a Profissão de Assistente Social e da Outras Providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jul 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm Acesso: 19/02/2018

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. 1993.

FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra? In: Forti e Guerra (Org). Serviço Social: Temas, Textos e Contexto**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2009.

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: **dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento**. In: **Costa, Gilmaisaet alli. Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió: EDUFAL, 2010. PP 85–110.

_____, **A instrumentalidade do Serviço Social**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1995. (PP.101- 107)

_____, **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NASCIMENTO, I. M .T **Campos gerais –PR Universidade Estadual de Ponta Grossa**. UEPG

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_capitalismo_tardio.H
TML Acesso em 31/01/2018

NETTO, José Paulo. **Uma Face Contemporânea da Barbárie**. In: III Encontro Internacional “Socialismo ou Barbárie”. Serpa/ 2010. Disponível em: www.pcb.org.br
Acesso: 19/02/ 2018

_____, **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

SANTOS, Claudia Monica. **Na Pratica a teoria e outra? Mitos e dilemas na relação entre a teoria, prática instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris editora, 2012.



SERVIÇO SOCIAL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM NÚCLEOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INDICATIVOS A PARTIR DO NEPISS / UNIMONTES

LOPES, Noêmia de Fátima Silva¹;
NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e²;
NOBRE, Edvânia Maia³
RODRIGUES, Marcielly Mendes⁴;

RESUMO

O presente trabalho apresenta considerações sobre a formação profissional e as particularidades do Serviço Social, correlacionadas às atividades desenvolvidas por professores – assistentes sociais – e estudantes, no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Serviço Social – NEPISS, enquanto Projeto de Extensão implementado na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, desde o ano de 2009. Nessa direção, a partir dos referenciais bibliográficos utilizados, situam-se os seus principais elementos basilares, seus indicativos sócio-históricos e algumas análises mais direcionadas sobre as atividades desenvolvidas por profissionais e acadêmicos do Serviço Social, entre outros parceiros, em distintas áreas da formação profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social. Extensão Universitária. Questão Social. Formação Profissional.

¹Mestre em Economia Doméstica pela UFV; graduada em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Caratinga. Professora Pesquisadora do NEPISS.

²Mestre em Desenvolvimento Social e graduada em Serviço Social pela UNIMONTES. Coordenadora do NEPISS.

³Estudante do 6º período do curso de Serviço Social da UNIMONTES. Estagiária (bolsista) do NEPISS.

⁴Estudante do 6º período do curso de Serviço Social da UNIMONTES. Estagiária (bolsista) do NEPISS.

INTRODUÇÃO

Pensar o Serviço Social, situando o contexto sócio-histórico e político vivenciado, as determinações socioeconômicas regidas pela égide do capital financeiro, a necessidade de elaborar estratégias coletivas para o fortalecimento da profissão, para qualificação da formação profissional e melhor entendimento sobre as suas particularidades é de fato um desafio.

Nessa direção é que são apresentadas algumas análises que versam sobre o trabalho profissional de professores – assistentes sociais – e estudantes, do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, considerando as possibilidades de desenvolvimento de atividades extensivas que, certamente, podem contribuir com a qualificação profissional desse público, e de outros tantos que atende, em parceria com organizações públicas, privadas, de entidades e movimentos ligados à sociedade civil.

Mesmo partindo de análises mais específicas, não se desvencilha do “princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão”, da missão, dos objetivos, intencionalidades e do “sentido de existir da universidade”, até por compartilhar da defesa de sua integralidade e importância para a formação acadêmica e profissional. Assim sendo, demarca-se que além de projetar “novas possibilidades epistêmicas e pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos”, essa defesa favorece a superação de dicotomias historicamente construídas e enraizadas, tais como as da “teoria/prática, sujeito/objeto, empiria/razão” (PUHL, 2017, p.1-5).

Com base nesses argumentos, e considerando as legislações e Diretrizes Curriculares vigentes espera-se que, particularmente, a formação bacharelada em Serviço Social oportunize a aquisição de conhecimentos e habilidades diversas para que o profissional entenda, compreenda e intervenha nas expressões da questão social, indissociáveis dos processos de acumulação capitalistas, e que estão na base relacional e exigível de políticas públicas e sociais.

Como fundamentação, situa-se a emergência da questão social não como um fenômeno social e político espontâneo, mas determinado pelas leis de acumulação capitalista que, progressivamente, e de forma intencional e perversa, “produzira a acumulação da pobreza e a generalização da miséria”(MARTINELLI, 2011, p.76). Mesmo não fazendo referência nominalmente a ela, infere-se que o

pauperismo⁵ sinalizado por pensadores como Karl Marx demarca, muito bem, as bases originárias da questão social, e sua correlação com a precarização das condições de vida e de trabalho provocadas pelo sistema de produção vigente.

Iamamoto (2001, p. 10) aponta que a questão social é parte constitutiva das relações capitalistas. Deste modo, pode ser apreendida como:

expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses da grande maioria.

Sustentados nesses entendimentos e argumentos é que se vislumbra uma formação profissional de assistentes sociais cuja intervenção incida nas expressões da questão social. É perante a compreensão da questão social como um “estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação capitalista” que distintas profissões se posicionam “a favor ou contra o seu mérito” participando “do controle das respostas políticas que serão dadas a ela nas arenas decisões, gestoras e executivas” (NETTO, 2001, p.60).

Mesmo não sendo um objeto particular, cujo enfrentamento dependa exclusivamente da atuação desses profissionais, não se desconsideram as determinações socialmente postas e a necessidade coletiva de problematizar quais são as possibilidades e contribuições do Serviço Social nos processos de formulação, implementação, execução e avaliação de políticas públicas e sociais direcionadas por distintos órgãos, organizações e entidades. É nesse contexto que se destaca a importância de se pensar e criar estratégias para qualificação do processo de formação profissional dos e das assistentes sociais.

Dentre as competências e habilidades apreendidas pelos assistentes sociais, em seu continuado processo de formação profissional, espera-se que adquiram capacidades de análises que permitam compreender os movimentos

⁵De acordo com Marx (MARX, 2013, p.209), “o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence aos *fauxfrais* (falsos custos) da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média”.

sócio-históricos, as determinações do capital e do capitalismo, acrescidas de capacidades “teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade” (ABEPSS, 1996).

Tal entendimento permite afirmar que o Serviço Social é uma profissão que se legitima com a formação de profissionais capazes de intervir no contexto das múltiplas manifestações da Questão Social, na defesa dos direitos sociais e da dignidade humana, na ampliação da participação popular em espaços democráticos e na qualificação do controle social enquanto mecanismo de fortalecimento da cidadania.

A criação do Núcleo de Formação, Capacitação e Práticas Permanentes em Serviço Social, denominado NEPISS, no ano de 2009, por profissionais defensores desse entendimento, sustentou-se nesses ideários e na necessidade de o Curso de Serviço Social da UNIMONTES fomentar discussões que perpassam as dimensões do Ensino, Pesquisa e Extensão acadêmica, referentes aos principais dilemas e desafios sócio-políticos e profissionais contemporâneos. O fortalecimento sócio histórico dessa profissão, particularmente no Norte de Minas, reforçava as diretrizes da ABEPSS (1996) que sinalizava a necessidade de o assistente social ser propositivo e não somente executivo. Por meio de ações interdisciplinares, e que contribuiriam para a qualificação do processo de formação em Serviço Social, reforçava-se a importância de o profissional ser capaz “de decifrar a realidade e de construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar os direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Nesse interim, apresentam-se, nesse trabalho, considerações sobre o NEPISS, enquanto núcleo extensivo, que congrega as dimensões do ensino e da pesquisa, necessárias para a formação profissional do assistente social. Atento às orientações do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIMONTES (2007, p. 28), visa congrega professores e acadêmicos, supervisores acadêmicos e de campo de estágio, e pesquisadores, reunindo-os em função de especializações teóricas, pesquisas, atividades de extensão e atividades complementares que perpassam o tripé do processo de formação universitária-profissional.

Certamente, pode-se dizer que entre os maiores desafios do Serviço Social, na contemporaneidade, é o aprimoramento de a sua capacidade de ver, entender, compreender e se articular com a realidade social concreta, em sua complexidade, numa perspectiva da totalidade social. Assim, a aproximação do NEPISS com essa mesma realidade é realizada através de canais essenciais como os estudos sistematizados, as experiências de estágios, a promoção de eventos para qualificação e formação profissional, os diagnósticos sócio situacionais realizados, as atividades de pesquisa-ação e as extensões universitárias viabilizadas pelas capacitações, assessorias/consultorias e pela produção de conhecimentos sobre a realidade a qual se insere e intervém. Desde a sua criação, tem-se uma intensa articulação dessas iniciativas em prol de um processo formativo que legitima o compromisso ético-político do Serviço Social enquanto profissão comprometida com a defesa dos direitos humanos.

O TRABALHO DO NEPISS E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

A Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como ressalta o Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social, é uma das Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior (senão a única) que oferece o curso de Serviço Social, na modalidade presencial, na região Norte de Minas Gerais.

Constantemente atento às demandas existentes na sociedade, que anseia pela formação de quadros profissionais que deem conta de intervir em contextos adversos, por meio de políticas públicas e ações que incidem na melhoria das condições sociais existentes, o Curso de Serviço Social dessa instituição de ensino superior vem apoiando, desde o ano de 2003, os trabalhos empreendidos por professores e acadêmicos, em distintas áreas, como a do ensino, da pesquisa e extensão universitária.

Tais questões são pontualmente destacadas quando se considera o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIMONTES (2012) que, dentre seus principais elementos, sinaliza a necessidade da formação de profissionais críticos, com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e

ético-política, dotado de habilidades como criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidade de negociação, resolução e argumentação, habilitado para o trabalho interdisciplinar, e para atuar no campo da pesquisa, consultoria, assessoria, na elaboração e implementação de planos, programas e projetos nas áreas do Serviço Social e afins.

Em consonância com as Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996), bem como com as propostas do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIMONTES (2012), faz-se necessária à existência de um “lugar”, como um Núcleo, que seja elemento agregador, para que as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, adensadas e interdisciplinarmente potencializadas, possam consubstanciar-se, contribuindo para que as intenções, anseios e objetivos outrora citados sejam alcançados.

É nesse sentido que se apresenta, nesse presente trabalho, o NEPISS, criado em 2009, que se tornou uma importante referência para o curso de Serviço Social; para a própria UNIMONTES e, também, para os mais diversos órgãos públicos e organizações do terceiro setor, no que diz respeito à formação profissional e no desenvolvimento de atividades que estimulam a produção de conhecimentos e a qualificação da intervenção social.

Ao se vislumbrar o trabalho e as mais diferenciadas possibilidades de intervenção de assistentes sociais, de estudantes e acadêmicos supervisionados em atividades de estágio, traçam-se caminhos e estratégias que incidem numa formação acadêmico-profissional com maior qualidade, pois esta é demandada pelo cotidiano e pelas necessidades de se atentar, sempre, para as demandas e mudanças sociais.

Timidamente, os profissionais do NEPISS, desde a sua criação, vislumbraram possibilidades para a sua institucionalização na UNIMONTES e para a sua divulgação na sociedade norte-mineira. Foi a partir desse movimento que esses professores, que também viabilizaram a participação efetiva de acadêmicos, envolveram-se em várias atividades como palestras, capacitações, assessorias e

consultorias, destacando-se também os estudos, diagnósticos e demais pesquisas realizadas.

A esse exemplo citam-se as capacitações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para educadores, em parceria com a Coordenadoria das Promotorias Regionais da Infância e Juventude do Norte de Minas (2010); as inúmeras palestras sobre temas relacionais a segmentos social vulneráveis e às políticas sociais, em vários municípios norte - mineiros; capacitações sobre temas diversos, como projetos sociais e captação de recursos, em parceria com organizações montesclarenses; citam-se os ciclos de estudos realizados, as palestras e pesquisas sobre o Bullying (2010-2011), em parcerias com a Polícia Militar e escolas privadas de Montes Claros; assessoria na elaboração do Plano Municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária de Montes Claros (2013-2014); entre outras atividades direcionadas para os profissionais inseridos na rede socioassistencial dessa cidade mencionada.

Particularmente, a experiência obtida com a realização de 03 (três) capacitações, entre 2012 e 2013, nos municípios de Montes Claros/MG e Francisco Sá/MG, por exemplo, oportunizou trocas de experiências, compartilhamento de saberes teóricos e práticos sobre uma realidade bastante semelhante (CARLONI et al, 2014). Ao disponibilizar o saber acadêmico com as vivências desses profissionais um novo leque de possibilidades foi construído para melhoria das políticas sociais vigentes e, conseqüentemente, para melhoria das condições de vida da população atendida.

Outras mudanças também foram fomentadas, desde 2013, a partir das ações interativas do NEPISS/UNIMONTES com escolas públicas localizadas em territórios considerados violentos. Por meio do Projeto “Temas Itinerantes e Interativos junto à comunidade escolar” fortaleceu-se a interlocução entre a Universidade e as Escolas para estímulo e promoção de uma prática transformadora. Essa ação conjunta aprimorou a aprendizagem dos estudantes do EJA – Educação de Jovens e Adultos, elevando o conhecimento desses sujeitos sobre a realidade social concreta e sobre cidadania. Os temas trabalhados

dialogicamente partiram de “um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo” (FREIRE, 1985, p.29).

Não obstante, o NEPISS tem apoiado eventos do curso de Serviço Social como as aulas magnas, as Semanas inaugurais e atividades realizadas em comemoração ao dia do assistente social; as mostras de estágio, entre outros importantes eventos realizados, como mini cursos e oficinas, inclusive com apoio e em parceria com outros departamentos da UNIMONTES e de movimentos sociais de Montes Claros.

Ao tratar de assuntos afeitos à Ética profissional, através de programas de leituras e discussões de textos, de livros e do próprio Código de Ética vigente do Assistente Social - Resolução CFESS nº273/93 ofereceu-se, desde 2014, um suporte teórico-metodológico na formação profissional considerando-se que a problematização da Ética sob ponto de vista pragmático torna-se um dos instrumentos precípuos para compreensão dos limites e possibilidades da própria atuação profissional.

Para autoras como Barroco (2005), o estudo em ética ultrapassa o conformismo e contribui para um posicionamento consciente dos indivíduos na efetivação das suas escolhas. Deste modo, o homem, através de escolhas conscientes, projeta e objetiva finalidades de valor, realizando a sua práxis. Neste aspecto, a reflexão ética nos remete ao enfrentamento das contradições postas ao Serviço Social e que demandam um posicionamento ético-político profissional onde o Dever Ser retratado no Código de Ética, implícito no projeto profissional, expressa a consciência profissional servindo como mediação entre os saberes teórico-metodológicos e os limites da prática profissional.

Diante de todas as ações que foram realizadas, sempre demarcando a importância da correlação entre teoria e prática, destaca-se o esforço no sentido da identificação, articulação e potencialização das ações realizadas por diferentes áreas do saber, desenvolvidas dentro e fora dos espaços físicos da UNIMONTES objetivando, numa perspectiva multidisciplinar, a construção de possibilidades de ações favoráveis à requalificação do processo ensino – aprendizagem e dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à comunidade em geral. Por meio do

trabalho desenvolvido pelos profissionais e estudantes inseridos no NEPISS, reforça-se o comprometimento profissional “com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2012).

O referido Núcleo figura-se como uma instância que viabiliza a articulação do tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão legitimando a necessidade de potencializar, quantitativa e qualitativamente, as ações pertinentes à formação profissional em Serviço Social. Como projeto de extensão tem o compromisso de identificar, analisar e acolher as demandas que lhe são socialmente apresentadas, destacando o papel da formação universitária atenta aos compromissos éticos e políticos que norteiam essa profissão.

Ao dar visibilidade ao NEPISS, como um Projeto que futuramente se tornará um Programa de Extensão, dada a sua capilaridade e necessidade de sua ampliação, intenta-se integrar “projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica), inclusive de Pesquisa e Ensino” (UNIMONTES; PROEX, 2015). Nesse sentido é que se aponta a necessidade de uma melhor estrutura e condições adequadas para um qualitativo funcionamento do NEPISS enquanto núcleo agregador da área do Serviço Social na UNIMONTES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação do Serviço Social com a realidade pode ser realizada através de sua melhor compreensão, de entendimentos sobre sua complexidade e dinâmica, indispensáveis para análise do cotidiano e dos processos sócio-históricos. A indissociabilidade entre as dimensões do ensino, pesquisa e extensão; e entre a teoria e prática, por exemplo, são indispensáveis para que quaisquer atividades sejam realizadas.

Com base nisso, acredita-se que o NEPISS, enquanto Núcleo fomentador e agregador de saberes é uma referência interessante para o desenvolvimento de estudos sistematizados, pesquisas, capacitações, extensões universitárias, acompanhamento de estágios supervisionados, além de sua referência em processos de assessoria e consultorias, numa atmosfera de articulação destas iniciativas com as demais dimensões da formação profissional.

Por meio dos argumentos apresentados, é possível reconhecer que o NEPISS, desde 2009, estimula a formação docente, discente e profissional continuada quando desenvolve essas e outras atividades, tais como: diagnósticos sociais; palestras; oficinas; cursos; grupos de estudos; ciclos de debates; rodas de conversas; organização de eventos diversos; além da intervenção social em municípios com baixo IDHM do Norte de Minas, em parceria com a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio de projetos como o “10envolver”.

É pela extensão de sua funcionalidade, importância e demandas que, em 2016, verificou-se a urgente necessidade do NEPISS tornar-se um programa, abarcando em si outros projetos, até porque, as propostas em desenvolvimento requerem maior autonomia para sua realização, além de recursos humanos, entre outros, necessários para a sua consecução. Ao tornar-se um Programa de Extensão reforça-se a ênfase dada à integralidade do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão).

Por entender que o controle social se revigora com fortalecimento da “capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas” (PÓLIS, 2008) é que as ações do NEPISS/UNIMONTES junto às Secretarias, órgãos públicos e conselhos municipais são potencializadas sendo, constantemente, priorizadas as correlações entre a teoria e a prática, e a necessidade da formação profissional qualificada (IAMAMOTO, 1992, p.163).

Para o ano de 2018, por exemplo, tem-se o envolvimento de seus profissionais e acadêmicos em trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria Regional das Promotorias da Infância e Juventude do Norte de Minas, nos processos de formação continuada de Conselheiros Tutelares; a participação em pesquisas e diagnósticos sobre a realidade do trabalho infantil e sobre o trabalho dos Assistentes Sociais em Montes Claros/MG (que está entre as cidades com maiores índices de trabalho infantil em todo o Estado de Minas Gerais); o desenvolvimento de Projetos de Intervenção como o “Estatutando”, que se propõem debater e criar estratégias lúdicas de trabalho e socialização de informações relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, entre tantas outras ações e atividades profissionais.

Ao se trabalhar com temas diversificados, afeitos à área e às subáreas do Serviço Social, fomenta-se a realização de atividades capacitações, assessorias, grupos de estudos, ciclos de debates, além das inúmeras atividades de formação profissional direcionadas para o curso de Serviço Social. Certamente, o NEPISS, hoje, é referenciado como um Projeto de Extensão valoroso pelos trabalhos realizados e pelo seu papel instigador das múltiplas inteligências (criativa, lógica, intuitiva, social) dos acadêmicos, na busca de um processo de formação profissional capaz de identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas para o enfrentamento da Questão Social, considerando as novas articulações entre os setores públicos, privados e a sociedade civil organizada.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. ABEPSS: Rio de Janeiro, 1996.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Código de ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CARLONI, André Ramos; etall. Qualificação profissional e fortalecimento do controle social no Norte de Minas: apreensões a partir do NEPISS/Unimontes. **Revista Intercâmbio**. Vol. V. Montes Claros: Unimontes, 2014. p.125-138.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 3ª ed. Brasília: CFESS, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **A Questão Social no capitalismo**. In.: **Temporalis**. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001).Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. p.9-32

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In.: **Temporalis**. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001).Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. p.51-62.

PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Controle social das políticas públicas. Repente – Participação popular na construção do poder local**. no 29 - Agosto/08. São Paulo: Pólis, 2008. Disponível no site <www.polis.org.br>

PUHL, Mário José. **O conhecimento e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 16, n. 69, p. 222-232, fev. 2017. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645281/15138>>. Acesso em: 09 mar. 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/rho.v16i69.8645281>.

SOUZA, Rosany Barcellos de; AZEREDO, Verônica Gonçalves. O assistente social e ação competente: a dinâmica cotidiana. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº80. São Paulo: Cortez, 2004.

UNIMONTES. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Montes Claros: UNIMONTES, 2012.

_____; PROEX. **Manual de Extensão**: procedimentos e orientações básicas para a Institucionalização - Normatização - Regulamentação de todas as ações da Pró-Reitoria de Extensão da Unimontes. Montes Claros: UNIMONTES, 2015.



A EXPRESSÃO DA INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

RODRIGUES, Marcielly Mendes¹
LOPES, Noêmia de Fátima Silva²
NASCIMENTO, Geusiani Pereira Silva e³

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar de que forma a instrumentalidade se expressa no trabalho do Serviço Social. Para isso, discutir-se-á a cerca das categorias: Instrumentalidade, Serviço Social e Trabalho, compreendendo o que é a instrumentalidade no exercício profissional e de quais resultados ela é produtora. Tendo em vista que, é através da instrumentalidade que se desenvolve a capacidade de organizar e articular as três dimensões da profissão para alcançar seus objetivos.

Palavras-Chave: Instrumentalidade. Serviço Social. Trabalho.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze how instrumentality is expressed in the work of Social Work. For this, we will discuss about the categories: Instrumentality, Social Service and Work, understanding what is the instrumentality in the professional exercise and of what results it is producing. Given that, it is through instrumentality that the ability to organize and articulate the three dimensions of the profession to achieve its objectives is developed.

Keywords: Instrumentality. Social Work .Work.

¹Universidade Estadual de Montes Claros; Acadêmica 6º Período do curso de Serviço Social - Unimontes marciellymendes8@gmail.com

²Universidade Estadual de Montes Claros; Prof.ª Mestre em Economia Doméstica pela UFV. Graduada em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Caratinga. Professora Pesquisadora no Curso de Serviço Social - Departamento de Política e Ciências Sociais - Unimontes nfslopes@yahoo.com.br

³ Universidade Estadual de Montes Claros; Prof.ª Mestre em Desenvolvimento Social. Graduada em Serviço Social pela UNIMONTES. Professora Pesquisadora no Curso de Serviço Social - Departamento de Política e Ciências Sociais Unimontes geusisocial@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A instrumentalidade se expressa na capacidade que a profissão tem de rever e identificar seus compromissos e de conseguir alcançar efetivamente os seus objetivos e só se alcança os objetivos com a total clareza de quais são. A instrumentalidade também tem a ver com as relações de meios e fins, pois vivemos em relações contraditórias entre capital e trabalho. O assistente social deve estabelecer meios e fins, voltados para atender mais os interesses dos trabalhadores e menos os interesses do capital, pois, o Assistente Social também está na condição de trabalhador (Guerra 2000).

O interesse em estudar a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social surgiu por algumas inquietações e reflexões geradas durante processo de formação em Serviço Social e pelo estágio extracurricular no Núcleo de Estudos Pesquisas e intervenções em Serviço Social (NEPISS), além da busca de se compreender melhor esta temática tão relevante para a profissão.

Segundo Cassimiro (2011), a relevância do debate desta temática no serviço social pode ser explicada sob diferentes análises porém, entende-se que o uso de instrumentos e técnicas, do qual o Serviço social se apropria, merece uma atenção especial balizada pela perspectiva da totalidade, a luz de uma perspectiva crítico-dialética. Desta forma, as construções teóricas sobre a instrumentalidade evidenciam-se, pelas poucas publicações acerca desta temática também reforçada por Guerra:

a instrumentalidade do Serviço Social é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional[...]. A ausência ou a insuficiência da tematização desta dimensão da profissão produz por um lado o discurso que a nega; por outro, intervenções que se reduzem a ações finalísticas, repetitivas, modelares (2007, p. 38).

Na elaboração do estudo buscou-se fundamentação na pesquisa bibliográfica, metodologia escolhida para construção deste estudo o qual foi constituído em introdução, desenvolvimento e considerações finais.

A INSTRUMENTALIDADE E O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Guerra (2000), a instrumentalidade é uma propriedade ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que se concretizam

objetivos, possibilitando que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais, é através desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações.

Para Yolanda Guerra (2000), instrumentalidade a primeira vista parece ser algo referente ao uso de instrumentos necessários para o agir profissional, onde os assistentes sociais podem objetivar suas finalidades em resultados profissionais, mas em uma reflexão mais aprimorada sobre o termo instrumentalidade perceber-se-ia que o sufixo “idade” remete a capacidade, qualidade ou propriedade de algo.

Os instrumentos e técnicas de intervenção não podem ser mais importantes que os objetivos da ação profissional. O diferencial do profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa no seu cotidiano. E como a realidade é dinâmica, é necessário compreender quais são essas mudanças para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz possível, e, de fato, possa alcançar os objetivos desejados pelo Assistente Social.

Devido a isso, se afirma que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas, mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico, e por ser uma propriedade sócio-histórica a instrumentalidade possibilita o atendimento das demandas e o alcance de objetivos profissionais, constituindo uma condição concreta de reconhecimento social da profissão do serviço social.

Segundo Moraes e Martinelli (2012) são constantes os questionamentos feitos pelos Assistentes Sociais sobre como atuar criticamente e de modo transformador em um meio profissional, onde há uma predominância das forças conservadoras, alienadoras e burocratizadas. O desafio então é entender essa realidade tão

complexa associando dialeticamente teoria e a prática. Não há como atuar criticamente e de modo transformador sem o uso de categorias, que não são apenas lógicas, são categorias ontológicas.

A concepção ontológica a partir de Lukács baseia-se na constatação de que o homem é um ser que responde às condições objetivas, dando saída às questões vitais para sua sobrevivência, o que incide sobre o que realmente existe transformando a si mesmo.

[...] a recuperação da ontologia na perspectiva lukacsiana é a afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza é capturável intelectualmente. E, na medida em que é capturável de ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem. Postular, desse modo, a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade. (MARTINS Apud VAISMAN. 2010 p. 45).

Desta forma, cabe refletir a categoria mediação como uma possibilidade crítica de resolver o combate de forças sociais presentes no cotidiano profissional do Assistente Social e como possibilidade de imprimir um direcionamento à sua prática profissional.

O Profissional que tem a instrumentalidade em suas ações consegue mobilizaras três dimensões da profissão: a dimensão técnico operativa, a dimensão ético política, e a teórico metodológica. Através da instrumentalidade que o profissional terá a capacidade de organizar as dimensões para alcançar os objetivos, articulando as três dimensões e tendo clareza das finalidades as quais se quer alcançar.

De acordo com Santos (2013), a dimensão teórica de uma intervenção trata-se das diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade. Realidade com a qual o assistente social vai trabalhar e que se expressa no cotidiano profissional. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. Já a dimensão técnico-operativa é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real.

Segundo Cassimiro (2011), a instrumentalidade do Serviço Social pode ser compreendida como a capacidade e o conjunto de habilidades, que os sujeitos sociais adquirem para responder as demandas que se apresentam a profissão e constrói-se sócio historicamente em um conflito de teleologias, mediações e causalidades unindo com as dimensões prático formativas da profissão.

De acordo com Costa e Madeira (2013), entende-se que a capacidade teleológica consiste na capacidade do homem em projetar sua própria existência. A categoria mediação é a capacidade de transformar a realidade. O objetivo do desenvolvimento das causalidades é a organização dos sujeitos e de seus comportamentos, seja pelo convencimento ou repressão, interferindo na consciência das pessoas, visando a uma determinada finalidade.

Segundo Costa (2008) o Serviço Social se institucionalizou no Brasil como uma profissão estratégica no processo de controle racional dos conflitos entre capital e trabalho e conseqüentemente, da questão social. A instrumentalidade do Serviço Social, expressa no exercício profissional, demarcando suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. A partir dos anos 80 a profissão aprofundou seu processo de rompimento, com o pacto conservador estabelecido entre a profissão e o projeto desenvolvimentista burguês, desta forma através dos setores progressistas, se incorporou uma modalidade de razão onde conferiu um patamar crítico-dialético diferenciado ao projeto profissional.

De acordo com Yamamoto e Carvalho (1993), No desempenho de sua função intelectual, o assistente social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Podendo se tornar intelectual orgânico a serviço da burguesia ou a serviço das forças populares emergentes; pode orientar sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, que, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilita maior controle e direção dentro de limites socialmente estabelecidos.

Segundo Montano (2009), o Serviço Social ocupa na divisão sociotécnica do trabalho no início de uma sociedade capitalista basicamente no início da fase monopolista. Assim esse assistente social legitima-se profissionalmente enquanto executor terminal das políticas sociais, ou seja, legitima-se a partir do desempenho de papéis e funções a ele atribuídos pelo estado, onde essas políticas sociais são criadas e implementadas.

Os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações, a partir do momento em que modificam seu cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção profissional, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os transformando em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, enxergando além da imediatividade, na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade.

Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho, a instrumentalidade é condição de reconhecimento social da profissão. Todo trabalho social, possui instrumentalidade, a qual é construída e reconstruída na trajetória das profissões pelos seus agentes. Esta condição inerente ao trabalho é dada pelos homens no processo de atendimento às necessidades materiais (comer, beber, dormir, procriar) e espirituais (relativas à mente, ao intelecto, ao espírito, à fantasia) suas e de outros homens (GUERRA 2000).

Segundo Guerra (2000), este movimento de transformar a natureza é o trabalho. Através do processo de trabalho os homens transformam a realidade, transformam aos outros homens e a si mesmo, desta forma os homens reproduzem material e socialmente a própria sociedade, a ação transformadora que é a práxis, cujo modelo privilegiado é o trabalho. Este detém a capacidade de conversão dos objetos em instrumentos que atendam as necessidades dos homens e de transformação da natureza em produtos úteis.

Mas a práxis necessita de muitas outras capacidades/propriedades além da própria instrumentalidade. Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido

como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas.

Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades, este processo implica, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis.

Segundo Antunes (2005) a categoria ontologicamente central, presente no processo de trabalho é anunciada, através do trabalho, uma posição teleológica é realizada no interior do ser material, como nascimento de uma nova objetividade. A primeira consequência disso é que o trabalho se torna protoforma de toda a práxis social, sua forma originária desde que o ser se constitui, o simples fato de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é para todos uma experiência elementar da vida cotidiana.

O trabalho é a relação homem-natureza, e práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens inclusive o próprio trabalho; em ambos os homens realizam a sua teleologia. Toda postura teleológica acaba em instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, na intenção de as converterem em instrumentos/meios para alcançar suas finalidades. Transformar os objetos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos é um processo teleológico, o qual necessita de um conhecimento correto das propriedades dos objetos, nisso consiste o caráter emancipatório do trabalho. Porém, tal conhecimento seria insuficiente se a ele não se acrescentasse a operatividade propriamente dita, a capacidade dos homens alterarem o estado atual de tais objetos. (GUERRA 2000).

De acordo com Guerra (2000), ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições,

meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade.

Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho, a instrumentalidade é condição de reconhecimento social da profissão.

Para Marx (1890) o trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade. Agindo sobre a natureza externa e a modificando por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, e desenvolve as potências que nela fazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Desta forma em um sentido mais amplo Marx acrescenta que:

o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto[...].O processo de trabalho, em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX 1890).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o trabalho social deve ser portador de instrumentalidade, a qual é construída e reconstruída na trajetória das profissões pelos seus agentes. Esta condição inerente ao trabalho é dada pelos homens no processo de atendimento às necessidades materiais e espirituais, suas e de outros homens. A

instrumentalidade no trabalho do assistente social, por ser uma propriedade sócio-histórica da profissão, possibilita o atendimento das demandas e o alcance de objetivos profissionais, constituindo uma condição concreta de reconhecimento social da profissão, é através desta capacidade, adquirida no exercício profissional, com a equipe multidisciplinar, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes no cotidiano.

O grande desafio posto diante da realidade encontra-se em atuar criticamente, o assistente social assume o compromisso de intervir de maneira que possa contribuir para o enfrentamento da relação entre capital e trabalho. É neste processo das relações sociais que o Serviço Social se destaca por ser uma profissão norteada por um Projeto Ético-Político com princípios e objetivos voltados para o estabelecimento de uma nova ordem social, embasada na emancipação humana, caracterizando-o como um profissional de natureza criativa e propositiva no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Entretanto, o que se propõe nesta correlação de forças na qual pauta-se a atuação do assistente social é um perfil profissional que reconheça a importância de uma análise conjuntural, a compreensão do seu papel, diante das relações estabelecidas e na luta pela transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boi tempo. São Paulo, 2005.

CASSIMIRO, Hury Milhomem. **Instrumentalidade e Serviço Social: O estudo social como um viabilizador de acesso a direitos para crianças e adolescentes institucionalizados**, Brasília DF. 2011.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Trabalho, práxis e Serviço Social**. In: Revista katálysis. vol.16. Nº1. 2013.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo da profissão e exercício profissional**, Natal/ RN, 2008.

- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**, 2000.
- IAMAMOTO, M.V. RAUL. C. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação Histórico- metodológica**, 9º edição. São Paulo: Cortez, 1993.
- MARTINS, Fillipe Perantoni. **Teleologia e causalidade na práxis política: momento ideal do partido frente às manifestações de junho de 2013, MG**. 2015.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**, boi tempo, 1890.
- MORAES, J; MARTINELLI, M. L. **A Importância da categoria mediação para o Serviço Social**, São Paulo, 2012.
- MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese a “especificidade” e sua reprodução**. 2ºed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, Claudia Monica dos. **A dimensão técnico operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. In: Revista conexão geraes. Nº3. 2º semestre de 2013.
- VAISMAN, E. Resenha ao livro: **Gyorg Lukács, socialismo e democratização – escritos políticos 1956 -1971**. [José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.)]; In: Crítica Marxista, n.28, 2009; p. 177



O DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO SOBRE AS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL

Luciana Gonçalves Pereira de Paula¹

RESUMO

O debate sobre a construção de estratégias e táticas profissionais no Serviço Social ainda não ganhou a expressividade que merece entre as produções teórico-metodológicas publicadas no Brasil. Mesmo assim, configura-se enquanto um campo onde expressam-se importantes disputas em torno da busca pela hegemonia de projetos de profissão. O presente trabalho apresenta, portanto, um levantamento acerca dos principais debates travados nos campos da pós-modernidade e da tradição marxista a respeito do debate acerca das estratégias e táticas em Serviço Social. Problematiza algumas questões que perpassam essa temática e oferece reflexões sobre as estratégias e táticas enquanto mediações na conformação da intervenção profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social, Estratégia e Tática, Empowerment, Projeto ético-político.

ABSTRACT

The debate about the construction of strategies and professional tactics in Social Work has not yet gained the expressiveness it deserves among the theoretical-methodological productions published in Brazil. Even so, it is set up as a field where important disputes are expressed around the search for hegemony of profession projects. The present paper therefore presents a survey of the main debates in the fields of postmodernity and the Marxist tradition regarding the debate about strategies and tactics in Social Work. It problematizes some issues that pervade this theme and offers reflections on strategies and tactics as mediations in the conformation of professional intervention.

Keywords: Social Work, Strategy and tactics, Empowerment, ethical-political project.

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pelo programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; professora adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas constituem resultados parciais da pesquisa intitulada “*A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do/a assistente social*”, realizada no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social –GEPEFSS – na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – FSS/UFJF. Tais reflexões foram formuladas a partir de um processo investigativo realizado junto às principais produções teóricas publicadas no campo do Serviço Social, no Brasil, – especialmente a partir da década de 1980² –, procurando detectar a presença do debate sobre as estratégias e táticas político-profissionais.

As décadas de 1980 e 1990 apresentam-se como o momento mais fértil para os debates em torno das estratégias e táticas no Serviço Social. Nessas décadas, identificamos produções que construíram reflexões significativas acerca dessa temática. No presente artigo destacaremos: Faleiros (1985 e 1997), Netto (1986) e Iamamoto (1992). Entretanto, ressaltamos, desde já, que esses autores não encontram-se todos no mesmo campo teórico-metodológico. O debate acerca das estratégias e táticas, no Serviço Social, desenvolvido ao longo dessas duas décadas divide-se, essencialmente, em dois campos: o do pensamento pós-moderno e o da tradição marxista.

No primeiro campo o debate tem sido realizado por meio da defesa do *empowerment* – discussão construída por Faleiros (1997), onde o autor procura situar a relação do profissional do Serviço Social com a população no “campo da política do cotidiano, isto é, nas relações entre mudanças societárias e aquelas que têm lugar na vida cotidiana” (IAMAMOTO, 2007, p. 299). Segundo Iamamoto (2007, p. 300), “a preocupação do autor com as relações entre sujeito e estrutura desdobra-se, atualmente, para situar, no marco do paradigma da correlação de forças, o *empowerment* como objeto do Serviço Social”.

Num segundo campo, não tão bem estruturado quanto o primeiro, o debate das estratégias e táticas profissionais tem sido sinalizado em obras de diversos autores que trabalham na perspectiva do materialismo histórico-dialético –

² Temos como um marco dessas publicações o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, publicado em 1982.

destacamos aqui, as produções de Netto e Iamamoto, como as mais fecundas. Não encontramos nesse campo, nenhuma obra que se debruce especificamente sobre a temática das estratégias e táticas, tendo-as como objeto central de investigação, mas elas apontam para a importância da realização desse debate e nos oferecem aportes importantes.

Compreendemos que o debate teórico-metodológico acerca da construção de estratégias e táticas político-profissionais, no campo do Serviço Social, faz-se hoje crucial para a defesa dos projetos profissionais existentes e em disputa em nosso país. Assim como, revela-se fundamental ao processo de disputa pela hegemonia crítico-marxista em nossos projetos acadêmico-pedagógicos e político-institucionais.

DESENVOLVIMENTO

No primeiro campo mencionado o debate em torno das estratégias tem sido formulado a partir da defesa do *empowerment*. Esse debate possui como principal expoente o autor Vicente de Paula Faleiros³ e como principal referência a sua obra intitulada *Estratégias em Serviço Social*. Entretanto, faz-se necessário destacar que essa obra, de fato, sintetiza as preocupações de Faleiros com o tema das estratégias e táticas. Mas, essa temática vem sendo perseguida pelo autor ao longo do seu processo reflexivo-produtivo e expressa-se em várias partes de outras obras por ele publicadas.

Segundo Faleiros (1985), dentro das instituições, os/as profissionais do Serviço Social podem desenvolver diferentes estratégias profissionais na condução de sua atuação. Essas estratégias podem objetivar a transformação das correlações de forças institucionais, através da formação de alianças entre os técnicos, os profissionais e o público alvo destes espaços de atuação.

Encontramos em Faleiros (1985) uma indicação estratégica interessante. O autor aponta para o/a assistente social a possibilidade de, por meio de uma análise institucional, identificar aliados e construir frentes de trabalho coletivas que visem alterações nas correlações de força. O autor ressalta, ainda, que esse processo vai

³ Faleiros possui doutorado – Université de Montreal (1984) – e pós-doutorado pela EHESS –Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – Paris (1991) e Université de Montréal (1996). Atualmente é pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília. Tem experiência na área de Políticas Públicas, Políticas Sociais e Serviço Social. Seu grupo de pesquisa do CNPq é Geracionalidade, Imaginário e Violência – GEVIM.

dependem das reais condições objetivas em que se encontra o/a assistente social dentro das instituições. Com base nessas reflexões, o autor apresenta a sua compreensão em torno dos termos estratégia e tática:

A estratégia e a tática não são o resultado de uma opção. A gente não faz a guerra conforme quer. Elas são o resultado de forças em presença, de recursos disponíveis, e “mobilizáveis”, e de interesses e objetivos a atingir num momento dado. A estratégia se refere aos objetivos a atingir num período mais longo da história e mais geral. A tática se refere a objetivos particulares num período mais curto e subordinados à estratégia (FALEIROS, 1985, p. 81).

Os elementos aqui destacados compõem para Faleiros a base da sua “teoria do fortalecimento” que será apresentada de maneira mais clara na obra de 1997. Segundo o autor, o/a assistente social construiria, dessa forma, estratégias de fortalecimento dos seus usuários, não servindo apenas às estratégias dominantes.

Em seu livro *Estratégias em Serviço Social*, Faleiros (1997) nos apresenta um conjunto de onze textos que foram produzidos entre os anos de 1985 e 1997 e possuem como “tema comum a questão das estratégias de ação em Serviço Social” (FALEIROS, 1997, p. 07). Nesse sentido o autor aborda temáticas como: o objeto do Serviço Social, a relação entre teoria e prática, metodologia, entre outras que julga necessárias para realizar as mediações com a questão das estratégias.

Em Faleiros (1997) a abordagem da estratégia se vincula ao debate do empoderamento, na medida em que a classifica como possibilidade, que surge em meio às contradições e dificuldades existentes na correlação de forças, que pode favorecer “[...] o processo e o projeto de vida do sujeito, no sentido de buscar o que ele quer e pode construir a partir das forças de que dispõe [...]” (FALEIROS, 1997, p. 59).

Defendendo a utilização do *empowerment* como estratégia para o Serviço Social, o autor em questão está indicando a realização de um trabalho com foco nos indivíduos sociais para que eles possam realizar mudanças comportamentais que os levem a uma mudança em suas trajetórias de vida. Na análise do autor, as relações de poder perpassam o cotidiano dos indivíduos e, por isso, a intervenção profissional do/a assistente social deve voltar-se para o fortalecimento do poder de seus usuários que se encontram, na maioria das vezes, fragilizados. E essa postura profissional envolve “a construção de estratégias para dispor de recursos, poder, agilidade, acesso, organização, informação, comunicação” (FALEIROS, 1997, p. 41).

Portanto, é para que o assistente social possa atuar no fortalecimento do patrimônio de seu usuário que Faleiros (1997) lança mão do *empowerment* enquanto estratégia de ação profissional. A ênfase dessa estratégia recai sobre a proposta da mudança de trajetória, o que significa favorecer alterações no processo e no projeto de vida dos usuários. A estratégia do *empowerment* exige, portanto, que o indivíduo busque “o que ele quer e pode construir a partir das forças de que dispõe, através da construção de apoios mobilizáveis na conjuntura, em confronto com as oportunidades e forças que o fragilizam” (FALEIROS, 1997, p. 59).

O termo *empowerment* utilizado por Faleiros (1997), em sua tradução literal, significa “empoderamento” e possui em seu núcleo central a partícula “poder”. No entanto, esse termo possui um vasto leque de significados, definições e interpretações, possuindo, assim, um caráter profundamente polissêmico.

O termo *empowerment* é um conceito utilizado pela Psicologia e pela Filosofia, mas foi no campo da Administração que ele encontrou espaço para se destacar como um dos elementos centrais na busca por uma gestão eficaz das empresas. Portanto, o *empowerment* é hoje uma ferramenta da Administração de Empresas que significa “compartilhar poderes”, no intuito de transferir poderes de decisão também aos funcionários e às equipes de trabalho. Segundo Oliveira e Krom (2013), o *empowerment* é “um estilo gerencial em que se dividem com os demais funcionários as possibilidades e consequências do processo de tomada de decisões. É uma forma de gestão participativa” das empresas.

Com a crise do modelo clássico de administração taylorista/fordista na década de 1970, surge a proposta toyotista que defende uma relação mais horizontalizada entre os diversos setores que compõe a grande indústria. Nesse sentido, o *empowerment* apresenta-se como a ferramenta perfeita para se construir uma gestão de recursos humanos que possa propiciar o real envolvimento dos funcionários com os objetivos empresariais. O *empowerment* consiste em uma forma diferente de trabalhar em conjunto, onde os empregados sentem-se melhor, mais valorizados por serem também responsabilizados pelo funcionamento de toda a empresa. Estabelece-se, assim, um sentimento de propriedade em relação ao todo. Esse sentimento de propriedade é extremamente funcional à lógica do capital, pois encobre as relações de exploração do trabalho baseadas justamente no fato de o trabalhador não ser proprietário dos meios de produção e possuir apenas a sua

força de trabalho para vender. Através de um sentimento forjado de propriedade, o trabalhador sente-se também “dono” da empresa, responsável por ela e não se percebe como classe expropriada pelos reais detentores dos meios de produção.

No discurso oficial proferido pelo *empowerment* “o novo acordo empregado-empregador é de reciprocidade, onde as duas partes concordam em trabalhar juntas para alcançar um resultado” (SCOTT; JAFFE, 1998, p. 48). Nesse sentido, busca-se que o trabalhador acredite que as responsabilidades, bem como as recompensas, são compartilhadas.

Essas alterações não possuem outro sentido senão provocar mudanças significativas na subjetividade dos trabalhadores, fazendo com que eles incorporem ao máximo os valores, as atitudes e os comportamentos mais favoráveis ao processo de acumulação do capital. Nesse sentido, o *empowerment* forja, junto aos trabalhadores, a ilusão da possibilidade do controle sobre o próprio trabalho. Essa mesma lógica transmuta-se para outras áreas que adotam a estratégia do empoderamento como se fosse possível que, nessa sociedade capitalista, as pessoas tivessem o pleno controle de suas vidas.

É dessa forma que se constrói o *empowerment* dentro da literatura de auto-ajuda. Nesse caso, o empoderamento auxilia as pessoas na melhoria da sua auto-estima seja no trabalho ou em qualquer outro ambiente da vida. Pois, de acordo com esses autores, “em situações onde as pessoas não são livres para trabalhar com a máxima eficiência e onde sua auto-estima é constantemente atacada, surgem reclamações de stress, doenças e ocorre o absenteísmo” (SCOTT; JAFFE, 1998, p. 46).

Nesse ponto encontramos um nítido processo de psicologização das expressões da questão social que são tratadas como distúrbios individuais específicos, transfiguradas em problemas pessoais privados. Utilizando palavras de Abreu (2010, p. 86), “a esfera privada é reduzida às suas expressões individuais psíquicas, uma vez que as demais instâncias da vida privada são invadidas e subsumidas à manipulação e ao controle dos movimentos do capital (...)”.

Também, junto aos “novos” movimentos sociais – especialmente os surgidos ou ressurgidos nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil – o *empowerment* foi largamente adotado. Em grupos que lutam contra a discriminação – seja pela questão racial, de gênero, sexualidade, entre outras – o empoderamento dos

sujeitos tem sido levantado como uma estratégia capaz de aumentar a força política e social desses indivíduos. Assim, o *empowerment* tem sido muito utilizado como metodologia dentre esses movimentos.

No entanto, essa é também a concepção de *empowerment* que prevalece hoje no campo das políticas sociais nacionais, bem como da União Europeia e nas Declarações de princípios e de ações internacionais (PINTO, 2011). Nessas políticas e documentos o *empowerment* tem aparecido como estratégia de combate à pobreza, como instrumento de mobilização dos indivíduos nos processos de inclusão social. Com isso, a intenção é aumentar o poder das pessoas para que possam reforçar suas próprias capacidades.

Essa concepção de *empowerment* possui grande influência da noção de poder construída por Michel Foucault. Em Foucault, o poder se constitui em meio a uma teia de relações, não sendo algo que se venha a possuir, mas uma relação que é exercida. Desse modo, o poder só existe nas relações humanas, sendo, por essência, intersubjetivo e constituindo-se em um conjunto de estratégias que pretendem exercer algum tipo de dominação.

Foucault, por sua vez, é um teórico cujas reflexões aproximam-se de uma análise estruturalista, “(...) fundamentalmente da análise do discurso como ‘sistema’, ou, mais precisamente, como ‘segmentos funcionais, formando, pouco a pouco, um sistema’” (IASI, 2002, p. 143). Segundo Iasi, (2002) encontramos também em Foucault a influência do pensamento de Nietzsche, especialmente em sua concepção de história.

De acordo com Iasi (2002), é nítido em Foucault alguns questionamentos explícitos às ideias de Marx e a alguns pressupostos que sustentam seu pensamento. Em relação à noção de “sujeito histórico”, por exemplo, há um claro distanciamento entre Marx e Foucault na medida em que apresentam concepções distintas sobre o conceito de “totalidade” (IASI, 2002). Outro elemento que merece destaque é o fim do sujeito único – que para ele perde o sentido – mas, que não elimina a existência de “sujeitos” concretos e múltiplos – sempre no plural – que se chocam com as ordens tentando transformá-las (IASI, 2002).

Desse modo, a proposta de Faleiros (1997), pautada nas reflexões de Foucault, não se sustenta em uma perspectiva crítica, materialista-histórica e dialética, que traz como pressuposto a perspectiva da totalidade, mas em uma

perspectiva teórico-metodológica com nítidas influências do campo pós-moderno. O autor não trabalha com projetos de emancipação coletiva dos trabalhadores, nem com a perspectiva revolucionária de transformação da sociedade. Ele “sugere um enfoque na capacitação individual dos sujeitos na sua relação com as estruturas sociais opressoras” (AMARO, 2008, p. 74). Percebemos, assim, que Faleiros (1997) não aponta para a necessidade de transformação das estruturas sociais, mas para a mudança de postura dos indivíduos considerados oprimidos para que esses possam romper com a sua condição de opressão.

De acordo com Faleiros (1997), são as mudanças instituídas nas vidas dos sujeitos oprimidos que podem instaurar transformações nas estruturas sociais. Nesse sentido caberia ao assistente social atuar como “mediador” nos processos de fragilização ou fortalecimento de seus usuários (AMARO, 2008). Assim, a teoria da correlação de forças dirige-se para os indivíduos e não para as estruturas sociais. Portanto, cabe ao assistente social trabalhar no enfoque individual, concentrando seus esforços na alteração do comportamento dos seus usuários. Esses elementos descartam uma análise materialista-histórica da realidade social, assim como uma percepção dialética das relações sociais.

Com o exposto acima percebemos que, embora afirme por diversas vezes ao longo de sua obra ser contrário ao ecletismo teórico, é exatamente nele que o autor incorre. Utilizando categorias do campo do pensamento marxista, Faleiros as perpassa e, por vezes, até as preenche de conteúdos não-marxistas, utilizando-se com profundidade de referenciais teóricos do campo da pós-modernidade. Corroboramos, assim, com Santos (2007), quando identifica Faleiros como um dos autores que tem trazido para o campo do Serviço Social as influências do pensamento pós-moderno.

As críticas pós-modernas vêm desqualificar todos os suportes da direção social que se construiu no Serviço Social contra o conservadorismo. “A recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria totalidade etc., vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o micros social, no máximo as ‘teorias de médio alcance’” (NETTO, 1996, p. 118). Esta lógica do fragmento vem se refletindo no Serviço Social através de uma busca por atualização teórico-instrumental focada aos campos de atuação profissional, tratada de maneira isolada.

Em Netto (1986), as estratégias de intervenção não podem ser pensadas como método ou modelo de atuação, pois o Serviço Social não possui metodologia própria, da mesma forma que não possui uma teoria própria. Segundo o autor,

[...] a teoria social não é uma matéria, uma disciplina ou uma ciência específica; ela concerne à compreensão da totalidade social, dessa totalidade em movimento que supõe objetividade, indivíduo, cultura, sociedade, economia, constituindo a substância da história (NETTO, 1986, p. 52).

Por isso, Netto (1986, p. 50) afirma categoricamente que “[...] nós não temos uma teoria do Serviço Social”. Desse modo, o autor afirma que a teoria não pode ser confundida com qualquer “sistematização abstrata da prática”. Segundo Netto (1986, p. 55), “[...] a sistematização da prática é mais do que necessária para que ela não se reitere aleatoriamente, mas isso não é teoria”.

Do mesmo modo, Netto (1986) sinaliza para a confusão – muito presente no Serviço Social, na década de 1980 – entre método e estratégia de intervenção. Segundo o autor, os assistentes sociais podem até escolher as suas estratégias de ação, mas isso não é método. Nesse sentido, as estratégias de intervenção são compreendidas como:

[...] um conjunto de procedimentos prático-empíricos, prático-imediatos, implementados para atingir determinados resultados. E é evidente que aí há um elenco a escolher, e o profissional é tanto mais competente quanto mais controla esse elenco sobre o qual ele pode optar. Porém, isto não é metodologia (NETTO, 1986, p. 56).

Corroborando com Netto (1986), outra autora que nos oferece significativas contribuições ao debate das estratégias e táticas é Iamamoto (1992). Em sua obra, destaca uma necessária distinção entre “concepções teórico-metodológicas e as estratégias, técnicas e procedimentos da intervenção profissional” (IAMAMOTO, 1992, p. 173). Na concepção da autora as estratégias de atuação profissional são elementos imprescindíveis para a construção do trabalho do assistente social, mas não devem receber estatuto de “metodologia”. Segundo Iamamoto (1992), é a partir de um determinado referencial teórico-metodológico que se constroem as estratégias de ação para a realização do fazer profissional. Mas, essas estratégias não se configuram enquanto metodologias específicas do Serviço Social.

O debate formulado e apresentado por Iamamoto (1992, p. 172) possui por objetivo realizar uma crítica à dicotomia entre “metodologia do conhecimento” e

“metodologia da ação” – distinção entre as grandes correntes do pensamento social e a dimensão da ação profissional que exigiria uma “metodologia específica”. Essa tendência esteve presente nos debates da categoria, ao longo dos anos de 1980, levando segmentos profissionais a defenderem a existência de uma “metodologia do Serviço Social”.

De acordo com Iamamoto (1992), a metodologia constitui uma forma de conhecimento da realidade. É o caminho que se escolhe para a compreensão do ser social historicamente dado. E, desta forma, é a metodologia que vai orientar a intervenção profissional do assistente social na vida social. No entanto, ela não se confunde com essa intervenção, nem se conforma enquanto estratégia, compreendida como “metodologia de ação”.

Na compreensão de Iamamoto (1992) a perspectiva teórico-metodológica – e aqui estamos falando do campo marxista – possui a capacidade de revelar as possibilidades de ação, campo onde devem ser construídas as estratégias de atuação profissional.

Nesse sentido, partindo de um referencial teórico-metodológico marxista que deseja não apenas compreender a realidade, mas, especialmente, intervir nela, provocando alterações, o assistente social deve se fazer competente. E isso implica o desenvolvimento de

[...] uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer, recusando os espontaneísmos, os voluntarismos, os determinismos e demais “ismos” que cindem o exercício profissional, desviando as rotas desejáveis da ação. Em outros termos, é preciso estabelecer os rumos e estratégias de ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível (IAMAMOTO, 1992, p. 184 e 185).

E, finalizando suas reflexões, Iamamoto (1992) destaca a importância de se desenvolver mais estudos e pesquisas sobre a construção das estratégias e táticas de ação profissional, como caminhos relevantes para o enfrentamento dos desafios postos pelo cotidiano.

Em sua mais recente obra, a autora confirma essa necessidade ao ressaltar que, atualmente, tem voltado seus esforços reflexivos para o “processo de

realização do projeto profissional, em suas dimensões técnicas, políticas e éticas, nas condições sociais em que opera o trabalho do assistente social (...)” (IAMAMOTO, 2007, p. 255). Segundo Iamamoto (2007, p. 230), “a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena sócio-histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade (...)”.

Apontamos, com isso, a urgência da realização de alguns debates fundamentais acerca da intencionalidade de *materialização do projeto ético-político do Serviço Social*. Embora corroboremos com as reflexões realizadas por Iamamoto, acreditamos que a última citação aqui destacada, se não bem compreendida, pode suscitar uma apreensão enviesada do nosso projeto profissional.

Consideramos equivocada a intenção de se “operacionalizar” ou “materializar”, ou ainda, “concretizar” os princípios defendidos em nosso projeto ético-político. Nesse sentido, a materialização do projeto profissional nos parece muito mais colocada como um meio do que como um fim. A possível materialização dos objetivos construídos por um determinado projeto de profissão necessita de mediações, e mesmo essas não garantem a sua realização. Um projeto é sempre uma projeção, um horizonte que nos revela uma intencionalidade. Entre a esfera da intencionalidade e o campo da efetividade existem inúmeras mediações que incidem sobre a pretensa realização do que se intenciona.

Nesse sentido, se estamos defendendo um projeto ético-político pautado na tradição marxista, compreendemos que o fundamento teórico-metodológico desse projeto possui uma clara intencionalidade transformadora – “(...) a teoria de Marx se distingue das demais por intencionar a transformação social (...)” (SANTOS, 2010, p. 36). Mas o processo de transformação da sociedade exige a construção de uma práxis social coletiva que tenha como resultado uma nova formação econômico-social.

Portanto, devemos pensar nas táticas e nas estratégias enquanto possíveis mediações entre o que se projeta e o que se pode realizar. Assim, defendemos a construção de estratégias político-profissionais e táticas técnico-operacionais para a realização das mediações necessárias entre a intencionalidade posta por um projeto profissional e a realidade que se apresenta a essa categoria – compreendida enquanto um determinado segmento da classe trabalhadora. Tendo clareza de que

essas mediações são perpassadas por uma série de elementos que podem alterá-las, limitá-las ou, até mesmo, inviabilizá-las.

Desse modo, as táticas e as estratégias são as mediações, ou seja, realizam as intermediações necessárias e/ou possíveis entre o campo da projeção com o da realização. Por isso, estratégias e táticas não podem automaticamente “materializar” intenções ou projetos. Considerar que esses elementos possam ser capazes de operacionalizar o projeto ético-político do Serviço Social é considerar que uma “teoria de ruptura” possa se converter em uma “prática de ruptura”, apenas por meio da vontade e da intenção de seus agentes.

Por fim, se considerarmos os valores expressos no nosso projeto ético-político como princípios defendidos pelo campo do pensamento marxista, certamente não haverá mesmo possibilidade de concretizá-los, plenamente, em meio a nossa realidade. Vivemos, hoje, em uma sociedade capitalista, onde não são realizáveis os princípios defendidos pela tradição marxista – princípios relacionados ao fim de todo o tipo de opressão e exploração, princípios articulados ao processo de emancipação humana dos sujeitos sociais. Esses princípios são a projeção de uma nova sociedade que se deseja construir. Portanto, o assistente social, em seu exercício profissional não é capaz de materializar esses princípios – não é capaz de realizar a liberdade, a justiça, a plena democracia, etc. O que ele pode construir são ações profissionais estrategicamente elaboradas que expressem a defesa desses princípios, sinalizando a necessidade da ruptura com essa ordem societária regida pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação de táticas e estratégias de atuação profissional compõe uma das muitas mediações necessárias a um exercício profissional que se quer competente e qualificado de acordo com os princípios do projeto ético-político. Entendendo que outras mediações incidem a todo o tempo no processo de intervenção dos assistentes sociais. Entre essas mediações, destacamos os valores, princípios, crenças e concepções ídeo-políticas dos próprios profissionais. Esses elementos também configuram-se enquanto mediações que perpassam, influenciam e, por vezes, direcionam a ação profissional dos assistentes sociais.

Destacamos, assim, a importância não apenas da elaboração das estratégias e táticas político-profissionais, mas, também da reflexão teórica sobre esses elementos não como uma predeterminação do fazer profissional, um manual a ser seguido, mas como orientações que indicam possibilidades de se alcançar – ou pelo menos se aproximar – de determinado objetivo. Pois tanto as estratégias quanto as táticas elaboradas podem encontrar limites e impasses colocados pelo espaço institucional, pela relação com outros profissionais, pelas escolhas dos usuários, entre tantas outras questões. Entretanto, certamente, qualificam o exercício profissional do assistente social oferecendo-lhe possibilidades de maior planejamento, organização e sistematização do seu trabalho.

Ao mesmo tempo, são também, as táticas e as estratégias político-profissionais elementos reveladores das concepções e dos valores que perpassam a atuação profissional do assistente social. Pois, encontram-se articuladas às táticas e às estratégias construídas pelos assistentes sociais, no seu cotidiano de trabalho, as três dimensões que compõem o exercício profissional do assistente social. Desse modo, estratégias e táticas também informam os referenciais teórico-metodológicos e os princípios ético-políticos que sustentam determinada atuação profissional.

Tomamos, assim, as táticas e as estratégias como elementos articuladores das dimensões que compõem o exercício profissional do assistente social expressando-se através do momento técnico-operativo dessa intervenção e oferecendo a ela um caminho que se propõe a aproximar a intenção da ação. Desse modo, pensar em estratégias e táticas supõe pensar na organização do trabalho sistematicamente realizado e na busca da superação do instituído no cotidiano profissional.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

AMARO, M. I. **Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença**. In: Locus Social, nº 01, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, M. L. **O dilema de Hamlet – o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Teoria, método e história na formação profissional**. In: Cadernos ABESS, n. 01. São Paulo: Cortez, 1986.

OLIVEIRA, C. P.; KROM, V. **O Empowerment nas Organizações**. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0020_0208_01.pdf. Acesso em: 20/08/2013.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Um debate sobre estratégias e táticas – Problematizações no campo do Serviço Social**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

PINTO, C. C. G. **Representações e Práticas do Empowerment nos trabalhos sociais**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais na Especialidade de Política Social – Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SCOTT, C. D.; JAFFE, D. T. **Empowerment– um guia prático para o sucesso**. Tradução de Eliana Chiocheti. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1998.



NEOLIBERALISMO E POBREZA NO BRASIL

Leni Maria Pereira Silva¹
Luciney Sebastião da Silva²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as implicações do neoliberalismo sob a pobreza. Nesse sentido, elaborou-se um percurso analítico que se inicia pelas discussões conceituais acerca do neoliberalismo, da pobreza e análises sobre a realidade brasileira. Sobre o neoliberalismo esboçou-se reflexões acerca de sua historicidade tendo como ponto de partida as contribuições de Hayek (1983/1985) para sua disseminação e no contraponto apropriou-se das obras de Marx (2013); Santos (2009); Siqueira (2013) e outros. Trata-se de um estudo assentado em pesquisa bibliográfica seguida de coleta de dados secundários em sites oficiais que apresentam o crescimento ascendente da pobreza nos últimos 19 anos. Considera-se que nos últimos 19 anos houve uma diversidade de elementos que corroboram para a agudização da pobreza, sendo seu desencadeador a ideologia neoliberal que implanta uma política austera nos gastos sociais; desregulamentação dos direitos sociais e acirramento da pobreza.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Pobreza. Focalização.

ABSTRACT

This article aims to analyze the implications of neoliberalism under poverty. In this sense, an analytical course was elaborated that begins with the conceptual discussions about neoliberalism, poverty and analyzes about Brazilian reality. On neoliberalism, reflections on its historicity were sketched out as a starting point for Hayek's contributions (1983/1985) for its dissemination and on the counterpoint appropriate to the works of Marx (2013); Santos (2009); Siqueira (2013) and others. It is a study based on bibliographic research followed by secondary data collection on official websites that show the ascending growth of poverty in the last 19 years. It is considered that in the last 19 years there was a diversity of elements that corroborate for the exacerbation of poverty, being its trigger the neoliberal ideology that implants an austere policy in social expenses; deregulation of social rights and deepening poverty.

Keywords: Neoliberalism. Poverty. Focusing.

¹ Doutora em Ciências Sociais -UERJ. Professora do Curso de Serviço Social Unimontes. leni_25@outlook.com

² Mestre em Filosofia (Estética e Filosofia da arte). Professor do Departamento de Filosofia da Unimontes. luciney.sebastian@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Estudos sobre o neoliberalismo acumulam-se nos últimos tempos. Entender seus fundamentos e implicações no campo das ciências tem trazido valiosas contribuições, especialmente, quando se trata de seus impactos no âmbito das seguranças sociais destinadas à classe trabalhadora.

Considera-se como pressuposto delineador desse estudo a afronta aos direitos sociais baseada num frenético reordenamento da proteção social, especialmente nos países latinos americanos, o que tem sido uma expressiva contribuição do neoliberalismo para o processo de acumulação capitalista do século XX e, conseqüentemente responsável pelo aprofundamento da pobreza no cotidiano da classe trabalhadora. Compreender a relação entre neoliberalismo e intensificação da pobreza corroborará para esclarecer as transformações que estão ocorrendo na realidade social e, em especial, decifrar quais têm sido os impactos sob a pobreza que, mormente se atribui à classe trabalhadora os desequilíbrios econômicos e sociais dessa conjuntura.

Isso posto, o presente artigo analisa as implicações da ideologia neoliberal na agudização da pobreza brasileira dos últimos anos. Para tanto, as reflexões empreendidas partem das teses apresentadas por pensadores contemporâneos de tradição histórico-crítica e amparadas em dados secundários coletados em sítios oficiais como IBGE e PNAD, órgãos que nos últimos anos têm produzido dados que apontam o agravamento da pobreza diante da quebra de direitos e perda da capacidade de provimento de sobrevivência via trabalho frente à era neoliberal. Dessa forma, autores como Hayek (1987); Laurell (2002); dentre outros, são os fundamentos teóricos analíticos dessa temática.

Nos estudos sobre a pobreza apropria-se das reflexões desenvolvidas por Schwartzman(2004) e outros expressivos autores. Destaca-se que o entendimento sobre pobreza se situa no histórico de dimensões contraditórias desencadeadas pela exploração da classe trabalhadora.

NEOLIBERALISMO DE ESTADO

Partindo dos ideários liberais da era iluminista o neoliberalismo, surge na década de 1970, como mais um fenômeno de combate à crise e fortalecimento da economia mundial. Seu principal interlocutor é Frederick Von Hayek (1899-1992), economista e filósofo austríaco. Defensor do [liberalismo clássico](#) que procurou sistematizar o pensamento liberal clássico para o [século XX](#) apontando que a saída da crise seria uma política de Estado recuada, austera e de desregulamentação dos direitos.

Na perspectiva de Laurell (2002), o neoliberalismo tanto se atem à austeridade dos gastos públicos como promove uma ampla reforma no tocante ao desenvolvimento das privatizações, desregulamentação financeira, abertura externa, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, reestruturação das políticas sociais somadas a uma ampla plataforma de mercantilização das políticas sociais.

Para Toledo (2002), Estado neoliberal pode significar Estado menos proprietário e interventor na economia e na previdência social, mas não necessariamente Estado politicamente fraco. Para o autor é possível:

Tanto o ajuste como o funcionamento neoliberal da sociedade (de mercado) podem requerer uma restrição da democracia – elemento exógeno – que podem perturbar o equilíbrio econômico. Na prática, o ajuste neoliberal tem significado muitas vezes a ruptura de formas anteriores de fazer o Estado funcionar por meio de pactos de corporações. Neoliberal pode significar marginalizar as corporações sindicais do Estado (Inglaterra) ou utilizar as organizações como mecanismo de controle do descontentamento (México) frente às políticas salariais restritivas, à diminuição do gasto social ou mesmo mediar estatalmente o conflito operário-patronal em favor da empresa e da flexibilidade não ajustada das relações trabalhistas (TOLEDO, 2002, p.82)

A análise de Toledo (2002) destaca um aspecto importante que ocorreu na América Latina, o que para Laurell (20002) se manifesta em medidas ortodoxas de cunho liberal, mas, ao mesmo tempo em que instrumentalizam não somente os postulados de política econômica, mas também, radicalmente, os de política social.

Representa a retração do Estado e a cessão de espaços ao privado. Situação que ocorre tanto na esfera econômica como na do bem-estar social.

POBREZA EM PERSPECTIVAS

Esse item é dedicado a levantar as reflexões acerca da tentativa de autores em conceituar a pobreza. Destaca-se que predomina, numa linha mais crítica, que a base das definições de pobreza se vincula à desigualdade de condições, à incapacidade de suprimento dos mínimos necessários para a sobrevivência, como também às formas determinadas de viver em sociedade. Desta forma os pobres são todos aqueles com renda abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda não consegue atender sequer às necessidades nutricionais. Em última instância, ser pobre significa ter renda insuficiente e não dispor dos meios para operar adequadamente o grupo social em que se vive (ROCHA, 2006, p.10).

Na perspectiva de Sen (2000) a pobreza deve ser entendida como privação de capacidade se não reduzida a ausência de renda. Posto isto,

A pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza com privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda pode ser uma razão primordial da privação das capacidades de uma pessoa (SEN, 2000, p.109).

Em estudos datados da década de 1970 é possível identificar a presença dos dois núcleos de identificação da pobreza: o primeiro que vincula a pobreza à ausência de renda (unidimensional) e o segundo que considera a pobreza a partir do não acesso a bens e serviços, voltado para as necessidades básicas (multidimensional). As análises empreendidas pela visão unidimensional da pobreza se amparam na máxima de que é por meio da renda que se pode aferir a

capacidade dos sujeitos de assegurar suas necessidades e prover sua sobrevivência.

Para Carneiro (2005), a principal vantagem do uso do enfoque baseado na renda consiste na possibilidade de se identificar o universo alvo da intervenção e gerar indicadores para a construção de ações de enfrentamento. Por outro lado, por considerar meramente o enfoque econômico, implica entender que para erradicar a pobreza bastaria distribuir renda entre os pobres, fato que nem sempre se observa dessa maneira.

Na perspectiva multidimensional a pobreza é entendida como o não acesso a outras circunstâncias que ampliariam a capacidade de se alcançar uma vida com qualidade. Os fatores determinantes da pobreza estão para além da ausência de renda e se vinculam à cidadania.

Nas concepções levantadas pelo autor acerca do fenômeno da pobreza existem três planos teóricos que buscam elucidar o surgimento ou as dimensões da pobreza e da exclusão social, são eles:

No plano sócio histórico o encadeamento causal de processos que conduzem às situações de precariedade. A pobreza aparece assim explicada ao nível do próprio sistema social que se revelaria incapaz ou pouco eficiente na correção de algumas disfunções. No plano sócio institucional procuram dar conta das dinâmicas de produção da pobreza e da exclusão considerando a orientação dos dispositivos ou instituições em torno dos quais se produzem, no interior de uma formação social determinada, as relações sociais de desigualdade. No plano sócio antropológico procura-se dar conta, essencialmente, das formas como as situações se enraízam e se exprimem em situações e em percursos singulares, através do recurso as histórias de vida individuais, familiares ou de grupos. Procura-se, através destes estudos, interrogarem o modo como a pobreza e as suas dimensões se ancoram nas biografias de vida ou como são vividos e geridos os acontecimentos susceptíveis de gerar situações de pobreza ou de exclusão (BALSA, 2006, p.22).

Os três planos apresentados pelo autor revelam o caráter multidimensional da pobreza, reforçando a necessidade das explicações que cercam o fenômeno estarem vinculadas a uma causa histórica, societal e cultural. Assim, trataremos a seguir de algumas abordagens vinculadas às teorias sociológicas e antropológicas que tentam no campo empírico entender como a pobreza surgiu e como vem sendo “experimentada” pelos sujeitos.

A leitura malthusiana³ a respeito da pobreza aponta para uma reflexão extremada de culpabilização. Para Malthus, a causa principal da pobreza era a grande velocidade em que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos.

Outra versão desta associação entre pobreza e indignidade era apresentada pelo Protestantismo, que via na riqueza material um sinal do reconhecimento, por Deus, da virtude das pessoas, e na pobreza uma clara marca de sua condenação (SCHWARTZMAN, 2007, p.14).

Neste contexto, a pobreza toma conotação de fenômeno que demanda estudos devido ao seu aumento e agravamento. Buscava-se averiguar se o aumento da pobreza e de sua forma extrema, o pauperismo, vinculava-se à questão natural, se era uma herança da sociedade anterior, ou decorrência da nova sociedade que se organizava com base no capitalismo (STOTZ, 2005).

Segundo a última tese, a chegada do sistema capitalista e as mudanças aplicadas para o desenvolvimento deste como modo de produção (emprego da maquinaria, acumulação a partir do crescimento econômico e a desigualdade instalada a partir dos antagonismos da sociedade) fez da pobreza seu primeiro fruto. Em meio à transição do modo feudal para o sistema capitalista e mediante o surgimento de um elevado número de pessoas oriundas do meio rural (sem emprego e renda), devido ainda à perda do emprego e ao asseveramento da luta de classes, surge o pauperismo que representa na era capitalista a perda total da capacidade que a pessoa tem de prover seus mínimos necessários para garantia de sua sobrevivência. O processo desencadeado pelo capitalismo após introduzir a base industrial superando a base agrícola de subsistência provocou, em escala planetária, uma mudança nos modos de vida das pessoas.

A pobreza se asseverou em virtude da perda da condição de provimento das necessidades, pela queda na renda e pelo aparecimento do desemprego. Com o

³Imbuído dos ideários evolucionistas, Malthus declara sua opção pela classe dominante e sugere medidas extremas para o controle e erradicação da pobreza. Em seus dizeres o controle da pobreza se não fosse por uma ordem natural, seria então pela iniciativa de métodos controladores da população por meio da combinação de controles positivos (que aumentavam a taxa de mortalidade como a fome, a miséria, as pragas, a guerra) e os controles preventivos (aqueles referentes à redução da taxa de natalidade; incluíam a esterilidade, a abstinência sexual e o controle de nascimentos) (HUNT, 2005). A partir da aplicação destes controles seria possível reprimir o poder superior da população e manter um coeficiente populacional compatível com a subsistência necessária. Para ele, se a riqueza de alguns aumentasse, a grande maioria reagiria, tendo muitos filhos, e isso seria danoso à ordem social e, com certeza, recuaría o nível de vida à subsistência. Ademais, considerava que a diferença entre rico e pobre centrava-se no alto nível moral do primeiro e o baixo nível moral do segundo. Por meio da contenção moral, a população seria contida pelo vício ou pela miséria e que ações públicas como as "leis dos pobres", tendiam a piorar a situação dos pobres por contribuir para o aumento da população, tornando a quantidade de alimentos não suficiente para alimentar uma parte da sociedade mais útil.

advento do desenvolvimento econômico e o processo de industrialização, erguido pelo sistema capitalista, aumentou-se a pobreza em virtude da perda do trabalho, meio pelo qual as pessoas tinham formas de subsidiar suas necessidades. Em decorrência disso, pode-se inferir que. Pauperismo é, portanto, a forma absoluta de que se reveste a pobreza no capitalismo (STOTZ, 2005, p.55).

Cabe destacar aqui que a sociologia clássica no século XIX buscou compreender a origem da pobreza a partir de dois pressupostos: o primeiro, sob a influência de Weberiana, possuía um cunho moral, entendendo ser a pobreza consequência da falta de ética no trabalho e sentido de responsabilidade dos pobres. O segundo, construído a partir da perspectiva marxista, considerava a pobreza um efeito inevitável do desenvolvimento da economia industrial e de mercado que fez acirrar a luta de classes, comprometendo a sociabilidade a partir do momento que o trabalho deixa de ser espaço para a satisfação das necessidades e passa, exclusivamente, a fabricar necessidades. Sem contar que neste Sistema a acumulação é o espaço que detém a força de trabalho e a forma de manter as desigualdades.

À luz da concepção marxista o processo de acumulação de capital ocorreu em direção oposta à equidade social. Não há espaço no mundo capitalista para condições de igualdade entre patrões e empregados. Uma vez instaurada a mais-valia, não há como reverter para a ampliação das capacidades através de um salário que colocasse trabalhadores com as mesmas condições de vida que a classe que os domina por meio do salário. A superação da desigualdade e da pobreza só se daria a partir da aplicação de novos mecanismos de renda, políticas sociais e socialização dos meios de produção.

O processo de acumulação de riqueza gera uma relação contraditória que não pode ser pensada sobre o prisma da equidade e/ou igualdade, mas, sim da desigualdade e da pobreza. Até mesmo porque não há segurança de renda e trabalho para os trabalhadores, uma vez que, a manutenção da ordem, muitas vezes, sustenta-se no crescente desemprego. Tal realidade caracterizou o início do século XX quando mudanças erguidas no sistema econômico acabaram por reduzir postos de empregos e a crise mundial de 1929 colocou milhões de pessoas em situação de pobreza, independentemente de seus valores morais e éticos do trabalho. Nasce com esse episódio da economia mundial uma problemática que

ganha conotação de problema de ordem não mais individual, mas social e estrutural: o *desemprego*, que acirra a relação entre Estado e sociedade, desnudando uma situação de apatia do Estado frente aos problemas oriundos da *questão social*⁴.

Para Schwartzman (2007), a pobreza tem se tornado nos últimos tempos um grande problema para os países de base industrial, que mesmo implantando propostas de enfrentamento à pobreza, não conseguiram obter grandes resultados. Outra situação refere-se aos problemas relacionados à pobreza que se intensificaram, principalmente, com as crises do capitalismo e com o processo de globalização que tem sido umas das maiores representantes da capacidade de mudança e acumulação do próprio Sistema e tem acelerado a precarização das relações de trabalho.

A pobreza traz em sua expansão a marca do sistema capitalista, pois, já se sabia que não haveria espaço para todos trabalhadores agrícolas no mundo industrial, que não haveria possibilidade de inserção de todos os sujeitos nos modos de produção garantindo a acumulação e o lucro, por sua vez, não haveria possibilidade de adquirir renda e consumir se não houvesse o trabalho. Portanto, se a pobreza algum dia pôde se vincular às questões naturais, com o advento do capitalismo, mais do que determinada por esse, ela é necessária à sua manutenção e ampliação.

Entende-se que a existência da pobreza é histórica, mas seu agravamento e construção social se dão com a chegada do sistema capitalista. Asseverada sob os modelos econômicos e redimensionada a partir da perda do poder aquisitivo com a chegada do desemprego a milhares de famílias, no último século, ela é entendida como um problema de ordem estrutural e se manifesta em todos os cantos do planeta.

POBREZA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

As análises que se seguem, por meio dos dados coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), têm sua relação direta com causas da pobreza que segundo Schwartzamn está estritamente vinculadas ao modo de

⁴Para a compreensão do sentido epistemológico da questão social assenta-se da defesa de Iamamoto (1998) a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998,p.27)

produção capitalista. Em se tratando do Brasil o autor aponta que as causas não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital, o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos, e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que impedia que elas tivessem consciência de seus próprios problemas e necessidades.

Estritamente condicionada pelo processo excedente de produção que favorece um continuo processo de exploração do homem pelo homem e, é exatamente sob essa condição se acirram as contradições sociais tornando-as inconciliáveis (LESSA e TONET, 2011).

No Brasil, a entrada do Neoliberalismo se dá nos vindos da década de 1990, quando então o governo brasileiro sob o comando de Fernando Collor de Mello inicia o processo de privatização das riquezas nacionais e concomitante se tem uma austeridade salarial e uma retração dos gastos sociais. Nesse mesmo período, **os estudos sobre a pobreza avançam no reconhecimento da complexidade e multidimensionalidade do termo. Historicamente predominou-se a definição da pobreza como ausência material para provimento da subsistência, ou como enfoque** absoluto na conceituação da pobreza o qual se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza

Considera-se que tanto a leitura da pobreza como fenômeno “relativo” o como “absoluto” estiveram sob a condução da teoria liberal, sendo resultante da livre concorrência do mercado, em que os “perdedores” tinham total responsabilidade pelo insucesso na vida. Para Siqueira (2013), essa perspectiva aponta que a desigualdade é necessária, pois ativaría os indivíduos a buscarem o desenvolvimento e, conseqüentemente a soltura das armadilhas da pobreza.

No entanto, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apontam um crescimento vertiginoso da pobreza no Brasil nos últimos anos. Especialmente entre os mais miseráveis, com renda per capita de até R\$70,00 (setenta reais). Cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre **(IBGE,2017).**

Em relação à questão da renda, a proporção daquelas que viviam com até ½ salário mínimo em 2009 era de 22,9%. É importante mencionar que, do total de famílias de baixa renda em todo o país, quase a metade vive na Região Nordeste (48,5%) que concentra o maior índice de desigualdades de renda além de extremas diferenças territoriais como o acesso aos serviços públicos, emprego, renda, escolaridade e alimentação

O Instituto de Pesquisa e PEA destaca três momentos na redução da desigualdade social entre 1995 e 2009 no Brasil: no primeiro (de 1995 a 2001), há uma estabilidade, sem mudanças na distribuição nem na renda média; no segundo (de 2001 a 2005), fica clara uma tendência de queda da desigualdade, embora sem mudança expressiva na renda média; e no terceiro (de 2005 a 2009), o Brasil, diz o IPEA, passa a ter “grandes aumentos de renda”, paralelamente a uma queda sustentada da desigualdade. Para o IPEA, os dados divulgados de 2010 alertam que a pobreza está vivendo uma redução nos dados desde 2003 e divide a pobreza no país em três faixas: meio salário mínimo de 2009 (R\$ 232,50); linha de pobreza quando da criação do programa Bolsa Família (R\$ 100,00 em 2004); e a linha de pobreza extrema também à época da criação do Bolsa Família (R\$ 50,00 em 2004).

No entanto os dados divulgados pelo IBGE em junho de 2017, apontam uma redução do número de pobres no grupo dos miseráveis. De certo, a tônica neoliberal de enquadrar no atendimento residual e focalizado a um pequeno estrato da classe trabalhadora surge como dado consolidado. No entanto isso não reverte os dados da pirâmide social que se mantém desigual. Ou seja a permanência do poder de renda total apropriada pelos 10% com mais rendimentos (R\$ 6,551 mil) em 2016 era de 3,4 vezes maior que o total de renda apropriado pelos 40% (R\$ 401) com menos rendimentos, embora a relação variasse dependendo do Estado.

Apesar do decréscimo da desigualdade, os dados brasileiros sobre a pobreza ainda indicam o grau de vulnerabilidade em que estão inseridas parcela significativa da população. A pesquisa considera que, dos 191,2 milhões de brasileiros, 56,8% tinham renda familiar entre zero e R\$ 465. Das pessoas residentes em domicílios

particulares, a pesquisa mostra que 29% viviam com menos de R\$ 232,50 (meio salário mínimo). Em relação ao grupo que ganha de um a dois salários mínimos (R\$ 930,00), o número de pessoas chegava a 22,5% da população. Outros 15,8% ganhavam a partir de dois salários mínimos. Já 2,3% da população não tinha renda alguma, enquanto 3,2% não declararam quanto ganham. Em valores, o grupo formado pelos 10% mais ricos tinha renda média de R\$ 3.293,08, segundo a pesquisa do IBGE. Na ponta de baixo da pirâmide, os 10% mais pobres ganhavam R\$ 82,28 por mês – ou 40 vezes menos do que o rendimento dos ricos. Comparando com o valor do salário mínimo, os 10% mais ricos ganhavam 7,08 salários, enquanto os pobres levavam uma fatia de 0,18 do mínimo. Os altos índices de desigualdade se concentram na renda que incide em déficits na escolaridade dos componentes da família. Para o IBGE a partir dos dados apurados pelo SIS as desigualdades estão diminuindo no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional, mas o nível do rendimento familiar ainda é uma fonte de desigualdade importante, sobretudo nos ciclos de ensino não obrigatórios.

No período entre 1999 e 2009, a educação infantil (0 a 5 anos de idade), foi o nível de ensino que mais cresceu em termos de frequência (de 32,5% para 40,2%), mas, nessa faixa etária, apenas 30,9% das mais pobres frequentavam creche ou pré-escola, se comparado com os mais ricos esse índice chega a 55,2% entre os 20% mais ricos. Na faixa dos 6 a 14 anos, que corresponde ao ensino fundamental, o acesso à escola (97,8% em média) era praticamente igual em todos os níveis de rendimento. Na faixa de 15 a 17 anos (82,6% em média), a diferença entre os mais pobres (81,0%) e os 20% mais ricos (93,9%) chegava a quase 13 pontos percentuais.

Para o grupo de 18 a 24 anos (31,3% em média), essa diferença era de 26 pontos percentuais e, mesmo entre os 20% mais ricos, metade dos jovens (49,6%) frequentava estabelecimento de ensino. Entre as pessoas de 18 a 24 anos de idade, 14,7% declararam somente estudar, 15,6% conciliavam trabalho e estudo, 46,7% somente trabalhavam, 17,8% informaram realizar afazeres domésticos e 5,2% não realizavam nenhuma atividade. No grupo de 16 a 24 anos, 22,2% recebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no mercado de trabalho. No Nordeste, esse percentual dobrava (43,5%). Além disso, 26,5% das pessoas nessa faixa etária trabalhavam mais de 45 horas semanais.

Entre os jovens de 15 a 24 anos, quase 647 mil, o que correspondia a 1,9% eram analfabetos, e a maioria deles estava no Nordeste (62%), vindo em seguida o Sudeste (19%). Em se tratando da renda, os índices de desigualdade foram reduzidos apesar do hiato entre pobres e ricos. A desigualdade de renda caiu entre 1999 e 2009, em decorrência da melhora no mercado de trabalho e do incremento dos programas de distribuição de renda como o PBF e o BPC-LOAS, que vêm contribuindo para uma redistribuição interna entre as diversas partes componentes do rendimento familiar total.

O dado acima também repercute nos programas de transferência de renda, exemplo o Programa Bolsa Família (PBF) em que o aumento dos beneficiados está nos estratos que possuem até R\$70,00 reais per capita o que aponta a focalização do atendimento e retração da universalização do direito de acesso a renda. Bem como seu caráter celetista que ancora pelo critério do ter ou não ter renda.

No entanto, o que parece ser uma intervenção estratégica de enfrentamento traz em si uma lógica emergencial, focalizada, privatizante e descentralizada. Ou seja, a opção por ações que interferem no periférico do problema acaba por apresentar uma explícita substituição das características de universalização das políticas sociais por princípios de restrição aos mais pauperizados. Essa seletividade é ponto analítico desse item, especialmente, por considerar que na primeira década do século XXI exige uma ascendência significativa da pobreza conforme indica os dados das agências nacionais.

CONSIDERAÇÕES

A fim de sinalizar as primeiras considerações acerca da temática, elege-se cinco pontos iniciais, a saber: O primeiro traz a consideração que perdura a concepção, no âmbito dos programas sociais, da pobreza relativa quando se analisa os dados das agências oficiais que mensura a superação da pobreza por meio do acesso a renda; O segundo considera-se que a pobreza no Brasil tem suas causas assentadas no processo de colonização e decanta para o acirramento da polaridade

entre “ricos” e “pobres” orquestrados pelo Estado neoliberal; O terceiro situa o contexto neoliberal que ao introduzir um movimento de restrição dos gastos sociais, desmonte das seguranças sociais conquistadas pela classe trabalhadora opera num movimento de esgarçamento da proteção social provocando uma aceleração da agudização da pobreza.

Quarto ponto traz o reconhecimento da pobreza enquanto um instrumento importante de controle da classe trabalhadora em tempos de financeirização globalizada. E nesse contexto entende-se que ao passo que se acumula em larga escala assevera-se na produção da pobreza. Uma vez que riqueza produzida não é socialmente partilhada desta forma ao não gerar distribuição as desigualdades tensionando as contradições. Esse contexto contribui para que expressões da questão social que se vinculem ao contexto da pobreza por meio da ingerência econômica e social do Estado.

Situações alarmantes de violências, drogadição, perda de direitos em detrimento da derruição dos postos de trabalho e, em especial, do desmantelamento do sistema de proteção social se juntam em um mesmo projeto de consolidação da acumulação capitalista.

Quinto ponto se assenta na necessidade de apreender o desenvolvimento histórico da pobreza como um fenômeno específico da humanidade, mas, que com o advento do capitalismo se apresenta enquanto aliado tanto para a consolidação do capitalismo quanto para a expansão e fortalecimento da ideologia neoliberal. Desta forma, não se trata de uma “nova pobreza”, mas de um redimensionamento agudo e volumoso advindos de um franco processo de desregulamentação das seguranças sociais, aumento do desemprego e perda da capacidade produtiva e reprodutiva da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAYEK, F.V. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1985.
_____. **os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983
IBGE. **Síntese de indicadores sociais**2017. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>
LAURELL. A.C. **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. 3ªed. São Paulo: Cortez. 2002.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

MARX, Karl. **O capital**. 11 eds. São Paulo: Editora Difel, livro 1, vol 1. 1987 (40-67; 626765)

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil afinal**, de que se trata? 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STOTZ, Eduardo Navarro. Pobreza e capitalismo. In: **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro. Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública. 2005 (53-72)

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1999



O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO: retomada do conservadorismo religioso

Alejandra Pastorini Corleto¹
Gabriele Gomes Faria²
Jessika Lopes de Oliveira³
Olívia Ramos da Penha⁴

RESUMO

Este trabalho objetiva-se analisar as ações sociais que estão sendo implementadas no atual governo Crivella, na cidade do Rio de Janeiro. Ao abordar essa gestão, é necessário aduzir influência da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na esfera pública; essa incidência vê-se refletida na escolha das instituições executoras das ações sociais, no discurso oficial acerca da assistência social, nos mecanismos de implantação dos programas etc. reforçando o caráter moralizador e conservador no método de atendimento das manifestações da questão social. Com isso, objetiva-se analisar as características das ações sociais executadas na cidade, buscando desvendar o influxo da IURD nas decisões políticas, sobretudo, aquelas vinculadas aos programas sociais fadadas às populações mais empobrecidas.

Palavras-chave: Política Pública; Desigualdade; Controle; Conservadorismo religioso

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar las acciones sociales que implantadas en el actual gobierno Crivella en la ciudad de Rio de Janeiro. Para abordar esa gestión municipal, es necesario aducir la influencia de la Iglesia Universal del Reino de Deus (IURD) en la esfera pública; esa incidencia puede ser percibida en la selección de las instituciones ejecutoras de las acciones sociales, en el discurso oficial sobre la asistencia social, en los mecanismos de puesta en práctica de los programas etc. reforzando el carácter moralizador y conservador del método de atención de las manifestaciones de la cuestión social. De esa forma, este texto busca analizar las

¹Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: alejapasto@yahoo.com.br.

²Assistente Social da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios. E-mail: fwgf20@gmail.com.

³Discente da modalidade de bacharelado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Serviço Social. E-mail: jessikaloliveirah@gmail.com.

⁴Discente da modalidade de bacharelado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Serviço Social. E-mail: oliiviaramos@outlook.com.

características de las acciones sociales ejecutadas en la ciudad, buscando entender la afluencia de la IURD en las decisiones políticas, en especial, aquellas vinculadas a los programas sociales predestinados a las poblaciones más empobrecidas.

Palabras claves: Política Pública; Desigualdad; Control; Conservadurismo religioso

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das atividades desenvolvidas no projeto de pesquisa “A política de assistência social no capitalismo contemporâneo”, que integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão LOCUSS da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) e objetiva analisar a lógica da intervenção do Poder Público na cidade do Rio de Janeiro, notadamente as ações direcionadas às populações mais empobrecidas, especialmente a partir do início da gestão do prefeito Marcelo Crivella (PRB-RJ), bispo licenciado na Igreja Universal do Reino de Deus.

Para o desenvolvimento da pesquisa, que se encontra em andamento, tomou-se como referência o levantamento dos programas de assistência social e segurança pública implementados no mesmo município, entre os anos de 2015 e 2017, realizado pelo conjunto dos integrantes do grupo de pesquisa.⁵ A partir de tal feita, buscamos identificar as principais características nas ações e programas sociais implementados por Marcelo Crivella, em seu primeiro ano de governo, que vem apontando para uma gestão com uma forte presença das instituições religiosas e protagonismo de sujeitos vinculados às mesmas, fato que estaria indicando um retrocesso na perspectiva laica e democrática que deve estruturar o processo de atendimento das manifestações da questão social por parte do poder público. Também incluímos no universo da pesquisa os programas na área de segurança pública implementado no Rio de Janeiro.

O trabalho fora organizado a partir de estudos teóricos conjuntamente com uma pesquisa documental que consiste na análise das normatizações e documentos

⁵Além das autoras do texto o grupo está integrado por Isabella Carvalho (ESS/UFRJ) e Georgia Jantorno (ESS/UFRJ).

oficiais relativos aos programas selecionados (na área de assistência social e de segurança pública), assim como as normatizações e regulamentações aprovadas nos anos 2017-18 pelo atual prefeito Marcelo Crivella.

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, parte-se do pressuposto que as ações do Poder Público direcionadas a atender as necessidades dos setores mais pauperizados do município do Rio de Janeiro contêm fortes traços conservadores que se materializam em ações higienistas, controladoras e moralizadoras. Concomitante a esse ponto, pode-se observar que a partir do governo Crivella, essas características tornam-se intensificadas com a presença de instituições religiosas, em especial a IURD, na dinâmica do cenário político municipal.

Para realizar o mapeamento dos programas, tomou-se como referência o período de 2015 a 2018. Dentre o conjunto de programas públicos selecionamos cinco (5) para aprofundar nosso estudo, dois (2) na área de assistência social, sendo eles: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP) e o Programa de Atendimento Integrado à Família (PAIF); e três (3) na área de segurança pública: Operação Verão,⁶ Segurança Presente⁷ e Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).⁸ Para realizar essa escolha levamos em consideração: a abrangência da implementação, visibilidade dos programas, público alvo e objetivos declarados.

Sendo assim, nos concentraremos aqui, em um primeiro momento, em sistematizar algumas descobertas vinculadas a estes 5 programas, para

⁶ Este programa municipal busca coibir “atos de vandalismo”, furtos, roubos e “desordens urbanas” através de abordagens individuais e coletivas nos ônibus e principais vias de acesso à orla carioca.

⁷ O programa responsabilidade da FECOMERCIO, Prefeitura do Rio de Janeiro e SEAS-DH do estado do Rio de Janeiro se coloca como objetivo elaborar estratégias de Segurança Pública para combater a violência, os roubos e furtos em áreas específicas da cidade que concentram atividades comerciais e turísticas. As principais ações desenvolvidas são: rondas, abordagens individuais e coletivas.

⁸ O objetivo deste programa estadual consiste em recuperar os territórios controlados pelo tráfico e consolidar o controle estatal sobre essas comunidades sob influência de grupos criminosos ostensivamente armados.

posteriormente analisar de forma mais detalhada as particularidades das ações sociais a partir de 2017.

Os programas de Assistência Social estudados são federais. O PAIF⁹ é implantado em todo o território Municipal, mas desenvolvido com maior destaque nas zonas norte e oeste, regiões que concentram os setores populacionais mais pauperizados. O CENTRO POP¹⁰ concentra suas ações nas zonas Sul e Centro, regiões residenciais e comerciais que reúnem uma grande quantidade de população em situação de rua. Uma questão a ser salientada é que as ações vinculadas a esses programas assumem, na prática, um notado caráter controlador, fiscalizador e moralizador das famílias e usuários, seja quando buscam a reeducação destes através das atividades desenvolvidas nas oficinas e cursos vinculados ao PAIF, seja quando se exige a comprovação do cumprimento das condicionalidades para acessar e/ou permanecer nos programas sociais, ou mesmo quando realizam ações de abordagem de rua com forte teor higienista. Também, a identificação e redução das manifestações da questão social à situação de pobreza e fragilidade dos vínculos sócio-familiares é um elemento que contribui com a culpabilização e responsabilização dos sujeitos (vítimas das desigualdades sociais) pelas suas necessidades materiais concretas.¹¹

No que se refere às áreas de implantação dos programas de segurança pública constatamos que os mesmos concentram suas ações em o Centro, Lapa, Região Portuária e Zona Sul da cidade, localidades de maior atividade turística e comercial, essa realidade se faz mais evidente no caso dos programas Operação Verão e Segurança Presente. Com relação às UPPs é possível perceber que elas se localizam nas mesmas regiões (Zona Sul, Centro e Lapa), entretanto, conforme o Mapa da Violência da cidade do Rio de Janeiro, não seriam essas áreas que concentram os maiores índices de violência e criminalidade.

Também entendemos importante mencionar que os documentos oficiais e normatizações que dão forma a esses programas, por um lado, definem como

⁹ Este programa federal busca fortalecer as funções protetivas da família em situação de risco e vulnerabilidade social e prevenir o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de atividades sócio educativas.

¹⁰ Reduzir as violações de direitos sócio assistenciais e preservar a integridade e autonomia da população em situação de rua é o principal objetivo deste programa federal. Para atingir esses objetivos desenvolvem-se ações como: acompanhamento e articulação com a rede de serviços, promoção de oficinas, reforça-se a alimentação e acesso a espaços de guarda de pertences.

¹¹ Essa discussão pode ser aprofundada em "Programas Sociais no Rio de Janeiro: Entre o Controle e a Proteção" (Jantorno, G et al, 2018 - no prelo) que sistematiza parte dos resultados da pesquisa maior desenvolvida pelo grupo acima referenciado.

objetivo: prevenir atos de vandalismo, furtos, roubo e desordens, combater a violência na cidade etc.; e por outro lado, dirigem suas ações (abordagens individuais e coletivas em linhas de ônibus e nas vias de acesso às praias, encaminhamentos para equipamentos de assistência social e abrigos de adolescentes desacompanhados de seus responsáveis etc.) prioritariamente às populações mais empobrecidas, jovens negros e moradores das periferias. Dessa forma, seria possível afirmar que esses programas vinculam de forma direta a esses grupos populacionais com atividades criminosas transformando-os em “potenciais criminosos”, sujeitos “desintegrados” e “perigosos”. Essa vinculação entre pobreza e crime se constitui em elemento fundante do processo de “criminalização da pobreza” e elemento central para justificar as ações punitivas por parte do Poder Público.

Essa lógica moralizadora, controladora e punitiva se aguça com a chegada ao governo Municipal de Marcelo Crivella, que tem uma importante participação política desde 2002 como Senador. Crivella foi eleito prefeito do Rio de Janeiro, em outubro de 2016, com 59% dos votos. Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho do bispo Edir Macedo, é filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), partido que lhe permite assumir esse cargo executivo no Município. Sua ligação com essa instituição religiosa levantou denúncias e acusações, não comprovadas, de propaganda eleitoral na IURD. Ainda candidato, seu discurso já se confundia entre pessoa política e religiosa, em um tom populista/paternalista e caridoso, o que indicava no levantamento feito pelo Ibope (2016) que o então candidato aparecia com 52% das intenções de votos entre as pessoas que estudaram até a 4ª série do ensino fundamental e entre jovens que não estavam nas universidades. Pode-se correlacionar a essa intenção de voto: o descrédito na política, o aumento do desemprego, a crise financeira que vivia o estado do Rio de Janeiro, entre outros. Neste contexto, um discurso que inspire esperança em consonância com o apelo religioso (a caridade, a fé e o amor) pode ser determinante na disputa eleitoral, retomando como ponto factual que o slogan “**cuidar das pessoas**” dava tom à sua campanha para prefeito. Desta forma, torna-se possível compreender a fundamentação que orienta suas ações, analisando imprescindivelmente em qual figura está representada o prefeito Marcelo Crivella, tal como seu projeto de governo para o município do Rio de Janeiro.

No que tange às ações desenvolvidas e decisões tomadas pelo atual gestor municipal identificamos uma forte presença e incidência das instituições religiosas e, em especial, uma articulação com o neopentecostalismo¹², ou seja, desde início da gestão do atual Prefeito é perceptível uma junção entre as instituições e sujeitos neopentecostais e a esfera pública que pode ser evidenciada em várias das deliberações e ações mais recentes (proibição de rodas de samba, limitação das verbas destinadas ao Carnaval, atos de intolerância religiosa, Censo Religioso na Guarda Municipal etc.).

Diante disso questionamo-nos: de que forma o predomínio das ações sociais embasadas e sustentadas no credo religioso em face do assistencialismo representam uma perda do caráter constitucional dos direitos?

Cabe aqui salientar que a partir de 2017 quando se inicia a gestão Crivella percebe-se uma íntima articulação da IURD com a prefeitura e influência dessa instituição religiosa na esfera pública; dessa forma, o atual Prefeito busca reconfigurar a dimensão pública do Estado tornando-o permeável aos interesses e preceitos religiosos específicos da Igreja Universal, reforçando os traços conservadores, moralistas e controladores na sua gestão. Essa estratégia se consolida com a participação das mídias (internet, redes sociais, jornais), instituições de ensino, instituições religiosas etc. Os quais propagam sua “verdade” e suas escolhas ancoradas nesses preceitos que transcendem o espaço do privado e impregnam o espaço público, colocando limites reais à diversidade, ao pluralismo e ao caráter laico do Estado. Podemos assim dizer que há traços em que as ações sociais desenvolvidas pela prefeitura do Rio de Janeiro se apresentam “convertida” a uma ideologia religiosa, onde se confunde a política e religião.

Dentro do conjunto de ações executadas pelo atual prefeito, têm-se a continuidade dos programas mencionados anteriormente (na área de Assistência Social e de Segurança Pública) que se articulam com a elaboração de novas ações propostas por sua gestão, com o intuito de reduzir a vulnerabilidade social das famílias. Como por exemplo, o programa Primeira Infância Carioca (PIC) e o Territórios Sociais, que de acordo com o prefeito, têm por iniciativas acompanhar o

¹²O prefixo “neo” é utilizado para apresentar um caráter de novidade dentro do protestantismo, mas especificamente do pentecostalismo. Assim o Movimento de renovação e readaptação propõem o abandono de hábitos e estereótipos pelo qual os “crentes” eram conhecidos trazendo novos ritos, arranjos modernos que permeiam a evangelização pelos meios de comunicação e até mesmo pela via política. (SILVA, 2007)

desenvolvimento de crianças, desde o pré-natal até os seis anos de idade, e reduzir a vulnerabilidade social de famílias que vivem em áreas de baixo IDS (Índice de Desenvolvimento Social). Esses programas assumem o mesmo caráter de controle e moralizador, com um recorte direcionado às populações mais empobrecidas da cidade. Outra ação de intervenção, direcionada às pessoas em situação de rua, expressa forte caráter moralizador ao firmar “convênios” com igrejas evangélicas para viabilizar as ações de abrigamento - elemento este caro à política de assistência. Sendo assim, é importante ressaltar como essa perspectiva de gestão particular se manifesta nessa direção, remetendo ao privado a função protetiva do Estado e trazendo à tona, uma prática que se constitui como um retrocesso à política de Assistência Social.

Outro elemento não menos importante diz respeito à organização do aparelho estatal municipal e utilização do público em geral com fins privados. Desde 2017, diversos cargos na Prefeitura do Rio de Janeiro estão sendo disponibilizados a representantes da IURD, instituição religiosa da qual o Prefeito faz parte e/ou a familiares, a exemplo: a nomeação de Fabio Macedo primo do bispo Edir Macedo líder da Igreja Universal – para a gestão do Centro Administrativo São Sebastião —, e de Marcelo Hodge Crivela filho do prefeito – proposto para o cargo de secretário-chefe da Casa Civil do Município. Essas nomeações foram denunciadas como práticas de nepotismo.

Também é importante mencionar os diversos pronunciamentos públicos do atual Prefeito posicionando-se contrário à despenalização do aborto e do uso de drogas e à ampliação dos direitos das mulheres denominada como “ideologia de gênero”; essas posições indicam o caráter conservador e moralizador da atual gestão.

Ainda sobre este protagonismo das instituições religiosas nos Estado, é interessante trazer as reflexões da pesquisadora Christina Vital acerca do protagonismo dos grupos evangélicos na política, que anseiam alcançar a Presidência da República e dessa forma, cumprir não só o “desejo divino” de ser “cabeça” na política – exercer o poder de comando, fazendo uma alusão a um trecho

bíblico –¹³, como também, segundo um vídeo publicado pelo próprio Crivella, “eleger um presidente da República que vai trabalhar por nossas igrejas para cumprirmos a missão de levar o evangelho a todas as nações da Terra”.

Outro exemplo do cunho moralizador e coercitivo presente nesta gestão é o uso de aparelhos coercitivos, como a Guarda Militar, para inibir o uso do espaço público por parte dos cariocas. Essa estratégia limita diretamente a diversidade cultural e coíbe as manifestações culturais de matriz africana incorporadas à cultura da cidade. Pode-se citar como exemplo dessa interferência às proibições das rodas de Samba na “Pedra do Sal” e a reorganização da disponibilização de recursos para as Escolas de Samba, que para a visão da Christina Vital (2017), reflete em toda a ação política do prefeito uma estratégia política a qual desmistifica a intenção religiosa. Esta intenção velada torna-se explícita no caso do veto à exposição “Queermuseu”.

Outro elemento que reforça o caráter repressor e punitivo da atual gestão municipal é a intervenção do Governo Federal na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro dando plenos poderes ao interventor que passa a gerir a segurança fluminense e controlar a Polícia Civil, Polícia Militar, os bombeiros e a administração penitenciária. Tal intervenção apresenta uma concussão explícita e ameaçadora para comunidades cariocas mais empobrecidas, concebidas pelo Poder Público e pela Polícia Militar como espaços de risco.

É considerável destacar a importância que possuem na atualidade as bancadas: religiosa dos evangélicos e armamentista, defensoras ambas da necessidade de enrijecer as penas e intensificar o papel punitivo do Estado. Essas bancadas totalizaram 134 votos dos 340 apoiadores da intervenção militar no Rio de Janeiro; ou seja, esses parlamentares conservadores protagonizaram, conjuntamente com outros aliados do presidente Michel Temer, o apoio à intervenção, e justificaram seu voto: como “Deus mandou votar”.

Tendo como denominador comum a ideia da existência de um “inimigo em comum” – o “crime organizado” – e o comprometimento da ordem pública produto do caos e da violência urbana, diversas bancadas apoiaram tal medida, expressando a

¹³ “E o Senhor te porá por cabeça, e não por cauda; e só estarás em cima, e não debaixo, se obedeceres aos mandamentos do Senhor teu Deus, que hoje te ordeno, para os guardar e cumprir”. (Deuteronômio 28:13). Trecho bíblico apropriado para reforçar a importância da centralização política por parte da bancada evangélica.

representação quase hegemônica de setores conservadores, que atendem aos interesses da classe dominante.

Demonstrando uma postura favorável à intervenção militar, Marcelo Crivella se pronunciou com entusiasmo em apoio à determinação do presidente Michel Temer, afirmando já haver feito o pedido de tal medida e parabenizando o ato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a garantia de direitos sociais se vincula com lógica democrática, fica evidente o grande retrocesso refletido nas ações que entrelaçam os âmbitos estaduais, federal e municipais que ameaçam o caráter democrático em face da constante defesa de uma agenda regressiva de direitos humanos e sociais que se encontram não obstante a um possível triunfo de uma agenda mais conservadora e autoritária daqui em diante.

Conclui-se desta forma, que para pensar o governo Crivella se faz necessário levar em consideração três grandes pilares que se entrelaçam: o conservadorismo religioso, controle das populações/territórios e assistencialismo. Dessa forma, ancorado nesses pilares o projeto do atual governo municipal traz para dentro do Estado as instituições religiosas, em especial Igreja Universal do Reino de Deus, e diversos sujeitos que se vinculam institucionalmente à IURD. Podemos ousar dizer, ao olhar para a dinâmica política no Brasil e para a importância que a bancada evangélica vem adquirindo nos últimos anos, que talvez seja o Rio de Janeiro uma importante experiência piloto desse grupo conservador no país.¹⁴ Mas que para além disto, sustenta as velhas concepções: satanização do público em detrimento do privado e a valorização de uma moral cristã, propagada pela Igreja Universal.

¹⁴ Um exemplo dessa experiência piloto materializada em uma das ações da prefeitura é o episódio do censo religioso, realizado em agosto de 2017, através de um questionário direcionado aos servidores da Guarda Municipal, de caráter obrigatório, o qual resultou uma insatisfação coletiva por parte dos agentes e o pedido de suspensão ao Ministério Público, por alegação de medida inconstitucional e constrangedora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **Unidade de Polícia Pacificadora**. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp> Acesso em: 10 de Agosto de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua - Centro Pop**. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop>> Acesso em 14 de Setembro de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Disponível em <<http://mds.gov.br/acesso-ainformacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-socialbasica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>> Acesso em 14 de setembro de 2017.

BRASIL. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Operação Verão**. Disponível em <<https://pmerj.rj.gov.br/operacao-verao/>> Acesso em 14 de Setembro de 2017.

CARTA CAPITAL. **Crivella entre a Igreja e a gestão pública**. Disponível <<https://www.cartacapital.com.br/politica/crivella-entre-a-igreja-e-a-gestao-publica>> Acesso em 27 de janeiro de 2018.

JANTORNO, Georgia et al. **Programas sociais no Rio de Janeiro: entre o controle e a proteção**. Rio de Janeiro, UFRJ (No prelo)

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2008.

SILVA, Wagner Gonçalves. **Neopentecostalismo e Religiões Afrobrasileiras: Significados do ataque aos Símbolos da Herança Religiosa Africana no Brasil Contemporâneo**. In: *Mana* [online]. 2007, vol.13, n.1, pp.207-236. ISSN 0104-9313. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132007000100008>>. Disponível em <<https://br.boell.org/pt-br/2017/11/01/ha-calculo-politico-nas-afirmacoes-de-crivella-afirma-christina-vital-em-entrevista>> Acesso em 22 de Janeiro de 2017.

UOL – **Discurso populista ajuda Crivella**. Disponível em <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/09/27/discurso-populista-ajuda-crivella-com-menos-escolarizados-na-eleicao-do-rio.htm>> Acesso em 28 de novembro de 2017

VITAL, C. e LEITE, P. V. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/publicacao_religiao_e_politica_chris_vital_e_paulo_victor_14mar_webfinal.pdf> Acesso em outubro de 2017

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Paris: Raisons d'Agir, 1990.



CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO

Letícia Pereira Dourado ¹
Lilian Fernanda Silva ²
Richardson Nicola Pontone ³

RESUMO

O presente artigo pretende abordar as relações entre o crescimento econômico e o desenvolvimento, enfatizando as controvérsias entre eles. Tem o objetivo de conceitua-los, e analisar alguns dos inúmeros adjetivos acrescentados ao termo desenvolvimento. A partir de pesquisa bibliográfica, este artigo busca oferecer subsídios teóricos que contribuam para o debate acerca do conceito de desenvolvimento, que pode ser considerado um dos assuntos mais discutidos pelos autores das Ciências Sociais. Por fim, o presente artigo pretende ainda iniciar a discussão a respeito da assistência social e suas políticas governamentais enquanto estratégia de desenvolvimento humano e social.

Palavras-chave: Crescimento econômico, desenvolvimento, políticas sociais, Serviço Social.

ABSTRACT

The present article intends to approach the relations between the economic growth and the development, emphasizing the controversies between them. It aims to conceptualize them, and analyze some of the numerous adjectives added to the term development. Based on bibliographical research, this article seeks to offer theoretical subsidies that contribute to the debate about the concept of development, which can be considered one of the subjects most discussed by the authors of Social Sciences. Finally, this article intends to begin the discussion about social assistance and its governmental policies as a strategy for human and social development.

KeyWords: Economic growth, development, social policies, Social work.

¹ Letícia Pereira Dourado. Assistente social, mestre em Desenvolvimento Regional pela FUNEDI/UEMG. Docente do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG em Divinópolis MG.

² Lilian Fernanda Silva. Assistente social, residente no Programa Multiprofissional em Saúde do Adolescente da Universidade Federal de São João del-Rei UFSJ, Campus Centro Oeste Dona Lindu.

³ Richardson Nicola Pontone. Publicitário, mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pela UNA. Docente e coordenador do curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG em Divinópolis MG.

INTRODUÇÃO

Para iniciar a abordagem da relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, julga-se pertinente considerar a necessidade de explicar, ainda que de forma breve e a título de contextualização, a respeito da sociedade e do modo de produção capitalista, uma vez que é neste modelo que se desenvolvem as questões econômicas, humanas e sociais que serão analisadas no presente artigo.

O início da ciência e a descoberta de novos continentes no século XV representavam a aurora dos tempos modernos. O enfraquecimento do sistema feudal favoreceu o desenvolvimento urbano e o crescimento do comércio e da industrialização.

O fato mais significativo para as alterações que vinham ocorrendo não só na técnica do trabalho, mas principalmente na economia e no âmbito social e político eram as Revoluções Industriais, que segundo Bottomore (2001, p.53) tiveram início com o aparecimento de máquinas movidas por energia não humanas, surgiram na Inglaterra nas indústrias de algodão e posteriormente se expandiram por outras indústrias e continentes, universalizando principalmente o uso da máquina a vapor. Seus maiores efeitos na sociedade foram percebidos na primeira metade do século XIX, fazendo instituir-se o modo de produção capitalista.

O capitalismo surgiu originalmente na Europa Ocidental sendo a denominação de um modo de produção profundamente antagônico e repleto de contradições que consiste em:

[...] um modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido estrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção. [...] produção para a venda e não para uso próprio, por numerosos produtores [...] existência de um mercado onde a força de trabalho é comprada e vendida, em troca de salários em dinheiro (BOTTOMORE, 2001, p.51 – 52).

Karl Marx e Friedrich Engels⁴, os principais teóricos a construir uma crítica ao capitalismo, sempre o analisaram em um contexto mais amplo enfatizando a luta de classes como a chave para a compreensão da história e como o principal instrumento de transformação da sociedade. Com a ascensão do capitalismo instituiu-se uma nova sociedade de classes que Martinelli define:

[...] como uma forma peculiar de sociedade de classes fundada sob a compra e venda da força de trabalho, revelou desde logo sua força opressora em relação ao proletariado. Com o capitalismo se institui a sociedade de classes e se plasma um novo modo de relações sociais, mediatizadas pela posse privada de bens. O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa (MARTINELLI, 2007, p.54).

Surgem duas novas grandes classes, a classe proletária formada por trabalhadores que vendem sua força de trabalho, e a classe burguesa formada pelos donos das fábricas, máquinas e capital.

Outra forte característica desta sociedade dividida em classes é a distribuição extremamente desigual da produção e renda. O modo de produção capitalista caracteriza-se pela produção coletiva a partir da força de trabalho vendida pelos indivíduos, e pela apropriação privada dos lucros destes produtos por parte do proprietário dos meios de produção. Esta característica define a principal contradição acerca do conceito de desenvolvimento.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO

É neste contexto de antagonismos que se pretende analisar a relação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano.

Muitos autores atribuem o crescimento econômico e o aumento no nível de renda ao conceito e à condição indispensável para alcançar o desenvolvimento,

⁴ Karl Marx (1818-1883) pensador alemão que produziu estudos principalmente sobre o sistema capitalista a partir do que chamou de materialismo histórico dialético. Autor de “O Manifesto do Partido Comunista” de 1848; e “A ideologia alemã” de 1846; importantes leituras no processo de formação em Serviço Social. Friedrich Engels (1820-1895) teórico alemão que produziu estudos junto com Karl Marx, sendo co autor de várias de suas obras, inclusive de “O Manifesto do Partido Comunista” de 1848, que como já foi dito é uma importante leitura no processo de formação em Serviço Social. Após a morte de Marx, seu amigo e colaborador, Engels ajudou a publicar os dois últimos volumes de “O capital”.

porém, não analisam como esta renda é distribuída entre os membros da sociedade participantes deste processo de crescimento.

Segundo Paul Singer o desenvolvimento na sociedade capitalista se molda pelos valores próprios deste modo de produção como a competição, o individualismo e o Estado mínimo, e “uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos” (2004, pg. 11), mas apenas para alguns selecionados social e geograficamente, excluindo grande parte do povo trabalhador, e os moradores das áreas que não se desenvolvem.

No período pós Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) até a década de 1960 não havia distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, inclusive percebia-se muitas vezes que mesmo com o crescimento econômico as condições de vida pioravam (DENARDI, 2000).

Os debates sobre desenvolvimento se intensificaram no período posterior à Segunda Guerra Mundial com o objetivo principal de organizar os recursos para que os países pudessem garantir o progresso e a melhoria nas condições de vida (GOULART, 2010).

Segundo Oliveira (2002), o documento mais importante relacionado às questões de desenvolvimento neste período pós-guerra é a Carta das Nações Unidas de 1945.

Em 25 de fevereiro de 1948 foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC, a Comissão Econômica para América Latina – CEPAL, uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas – ONU, que surgiu para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico, e mediar as relações econômicas entre os países da América Latina. Apenas alguns anos depois a CEPAL incorporou ao seu trabalho o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Desde então, a controvérsia entre crescimento econômico e desenvolvimento vem sendo amplamente pensada e discutida.

Poucos são os conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento (SCATOLIN, 1989, pg. 06).

A discussão ampla sobre desenvolvimento o define como um conceito multidimensional que considera, além do viés econômico, as dimensões sociais, políticas, humanas, culturais e ambientais, bem como suas escalas espaciais, como local, regional, nacional, global, etc.

O crescimento econômico conceitua-se basicamente pelo aumento de produtividade, industrialização, comércios, serviços, entre outros. Ou seja, trata-se de um aumento nos números que considera os indicadores econômicos.

O Produto Interno Bruto – PIB é um dos principais indicadores para medir a atividade econômica do país. Configura-se como um bom indicador do crescimento econômico, mas não é útil para indicar desenvolvimento, uma vez que para tal índice seria necessário analisar distribuição de renda, e investimentos realizados em saúde, educação, habitação, etc.

Para Oliveira o PIB é “o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo” (2002, pg. 40).

O PIB é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE desde 1990, antes disso a responsável por contabilizar tal indicador era a Fundação Getúlio Vargas – FGV. Este cálculo é feito através da soma de todas as riquezas produzidas dentro do país, tanto por empresas nacionais, quanto por empresas internacionais, localizadas em território nacional. Outra forma de calcular o PIB é pela demanda e consumo (IBGE, 2011).

A economia, isto é, o produto, cresce desde que ocorra: 1) acumulação de capital: através do aumento de máquinas, indústrias, etc.; da realização de obras de infraestrutura: estradas, energia etc.; e do investimento em recursos humanos: melhor preparação da mão de obra e etc. 2) crescimento da população: um aumento da população implica um aumento da força de trabalho e da demanda interna. (...). 3) progresso tecnológico (...) (MILONE, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2002, pg. 41)

Para Scatolin (1989), o crescimento econômico se restringe a um processo de mudança quantitativa de determinada estrutura, enquanto desenvolvimento refere-se a mudanças qualitativas na estrutura e na sociedade.

Para que se possa denominar e caracterizar uma situação como desenvolvimento econômico é necessário analisar em um período contínuo a existência de uma variação positiva de crescimento econômico, que pode ser medido pelos indicadores econômicos como o PIB, por exemplo, e a partir deste

crescimento a redução nos níveis de pobreza, desigualdade e desemprego, e a melhoria nos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia, transporte, entre outros (MILONE, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2002).

O conceito de desenvolvimento, por sua vez, é amplo e bastante variável, e vem sendo cada vez mais utilizado nos mais diversos contextos.

Cada área de atuação aborda e conceitua o termo desenvolvimento de maneira distinta e específica, e associa-o a diversos termos dando-lhe sentido e interpretações próprias.

A ONU, entre outras definições e variações, conceitua desenvolvimento como sendo a satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida (GOULART, 2010).

Os ecologistas associam o termo desenvolvimento à ideia de sustentabilidade. Destaca-se a premissa de que “os sistemas sociais estão submetidos à trajetórias indissociáveis dos processos evolutivos dos ecossistemas” (ARAÚJO, 2012, pg. 213), o que explicita a relação entre crescimento econômico, desenvolvimento humano e o meio ambiente.

As inúmeras discussões a respeito do tema nos mais diversos âmbitos são de extrema importância, e muitas vezes tais discussões resultam na ideia de pensar o desenvolvimento de maneira sustentável.

Thomas R. Malthus, em sua obra *An Essay on the Principle of Population*, de 1798, foi o primeiro autor a abordar a questão ambiental a partir da teoria econômica.

A importância de ter uma economia de sustentabilidade é fundamental para criar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. (...) O desenvolvimento econômico de nada adiantará, sem que exista um ambiente saudável para a humanidade e suas gerações futuras (ARAÚJO, 2011, pg. 215 – 216).

Conceitua-se desenvolvimento sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, *apud* BELO HORIZONTE, 2007, pg. 32).

É o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural das sociedades, garantindo mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos

naturais do planeta. Para isso, todas as formas de relação do homem com a natureza devem ocorrer com o menor dano possível ao meio ambiente. As políticas, os sistemas de produção, transformação, comércio e serviço _agricultura, indústria, turismo, serviços básicos, mineração etc._ e o consumo têm de existir preservando a biodiversidade e as próprias pessoas, enfim protegendo a vida no planeta (BELO HORIZONTE, 2007, pg. 32-33).

Em contrapartida, alguns autores criticam de maneira veemente a associação dos termos desenvolvimento e sustentabilidade, e partem do princípio de que desde a sua interpretação semântica até suas aplicações práticas eles não podem se associar.

Herculano (1991) *apud* Lima (1997, pg. 215) analisa a contradição semântica destes termos, uma vez que, sustentabilidade, enquanto um conceito da ecologia significa tendência à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas. Desenvolvimento, por sua vez, enquanto um conceito econômico, diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas.

Boff (2012) também reforça a teoria de que desenvolvimento e sustentabilidade não podem se associar, defendendo a ideia de que se é desenvolvimento não é sustentável, uma vez que a degradação ambiental é intrínseca ao desenvolvimento.

Souza (1993) apresenta duas correntes de pensamento econômico sobre a controversa relação entre crescimento econômico e desenvolvimento. A primeira corrente, a partir dos pensadores economistas clássicos e neoclássicos define o crescimento econômico como sinônimo do desenvolvimento. A segunda corrente, a partir dos economistas de formação crítica marxista, ou que seguem os ensinamentos da CEPAL, defende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Esta visão começou a ser difundida no final da década de 1940 pelos economistas ligados à CEPAL.

Enquanto este (crescimento econômico) era entendido como um processo de mudança 'quantitativa' de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança 'qualitativa' de uma estrutura econômica e social. O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades

do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, pg. 40-41).

Assim como o PIB contabiliza o crescimento econômico, o desenvolvimento é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que parte do pressuposto de que para mensurar desenvolvimento é necessário ir além do viés exclusivamente econômico e considerar dimensões da vida humana tais como saúde, educação, moradia, emprego, e também a renda.

O IDH foi criado com o objetivo de oferecer um contraponto ao PIB abordando dimensões que estão além da econômica. É apresentado junto ao Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e contou com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998.

Segundo o PNUD (2012), o IDH não inclui todos os aspectos necessários para o desenvolvimento, não representa o grau de felicidade das pessoas, e nem indica o melhor lugar no mundo para se viver, mas são apenas dados numéricos que quantificam o desenvolvimento a partir de questões consideradas importantes para a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

O IDH é constituído por três pilares: saúde, educação, e renda, que são mensurados a partir de análises específicas de cada um deles.

Saúde se configura como uma vida longa e saudável, e por isso é medida pela expectativa de vida. Educação se configura pelo acesso ao conhecimento, e por isso se contabiliza pela média de anos de educação recebidos pelas pessoas durante a vida, sendo contadas as pessoas a partir de 25 anos, e pela expectativa de anos de educação a serem recebidos pelas crianças que estão iniciando a fase escolar. E a renda, que se configura pelo padrão de vida, sendo medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* (PNUD, 2012).

Para Scatolin (1989), “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos elas se completam” (pág.24). Nesta perspectiva, e relacionado crescimento econômico ao desenvolvimento, os pilares do IDH representam um bom exemplo, uma vez que reúnem indicadores humanos e sociais como saúde e educação, a indicadores econômicos como renda.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Historicamente, percebe-se que foram exatamente nos momentos de maior crescimento econômico, industrial e de produção nas sociedades que mais se fizeram necessária a atenção às questões sociais.

O Serviço Social, por exemplo, foi uma das profissões que nasceram com as “inquietudes sociais que surgiram do capitalismo” (ESTEVÃO, 1999, p.9). Durante as grandes revoluções industriais europeias, que representam um importante marco no que diz respeito ao crescimento econômico das sociedades, a situação de miserabilidade, opressão e exploração a que foi submetida a classe operária era, por um lado, a garantia de obediência aos patrões e de execução do trabalho sem questionamentos, e ao mesmo tempo, representavam a possibilidade de emersão de problemas sociais e políticos que ameaçavam a ordem, devido ao descontentamento dos trabalhadores.

Esta ameaça, e a iminência de manifestações por parte dos operários fez com que a classe burguesa, recém-chegada ao poder, começasse a se preocupar e a dar atenção à situação dos trabalhadores, visando minimizar seus sofrimentos e insatisfações, como forma de defesa do poder e manutenção da ordem. O crescimento econômico, por si só, não garantia o desenvolvimento humano e social dos indivíduos envolvidos neste processo, ao contrário, explorava-os de forma tal, que passou a ser necessária uma intervenção de âmbito social para garantir a continuidade da produção.

A atenção às questões sociais que até então sempre fora de responsabilidade da Igreja passaram neste momento, pela primeira vez, a receber atenção do Estado, uma vez que estas duas instituições compartilhavam dos interesses da burguesia, e portanto, assumiram junto à sociedade a responsabilidade de manter a ordem.

O Estado exerceu sua tarefa através da imposição da paz, ainda que por meio da violência, e a Igreja fez sua parte através de suas obras sociais. Assim surgiram as primeiras manifestações do que mais adiante iria se tornar a profissão Serviço Social, quando deixaria de lado as obras sociais e práticas de caridade, para

realizar um trabalho técnico, embasado teoricamente, que resulta atualmente, entre outras práticas, na elaboração e execução das políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crescimento econômico e desenvolvimento não são a mesma coisa e por isso não podem ter o mesmo significado, mas eles podem ser considerados interdependentes, ainda que de bastante controversos.

O crescimento econômico é importante para o desenvolvimento uma vez que são necessários recursos para que haja investimentos financeiros nas questões humanas e sociais. Por outro lado, não se pode acreditar na ideia de que o crescimento econômico por si só é suficiente para a constituição de uma sociedade desenvolvida, no sentido amplo da palavra, principalmente se considerarmos a forma como se organiza a sociedade no modo de produção capitalista, onde não impera a ideia da socialização e democratização da riqueza socialmente produzida, e onde a desigualdade social configura-se como fator indispensável para a manutenção do sistema.

Diante de tais reflexões, podemos considerar o Serviço Social como uma profissão que trabalha pelo desenvolvimento humano e social, afinal ele surgiu para trazer respostas às mais diversas expressões da questão social agravadas pelo crescimento econômico desigual.

Atualmente o Serviço Social opera pela via da elaboração, implementação, e execução de políticas públicas sociais, além de ser uma profissão que faz a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CRESS, 2013, p.107), acreditando que mesmo um enorme crescimento econômico não contribui efetivamente para o desenvolvimento quando ocorre em uma sociedade que não garante a universalidade de acesso em condição de igualdade aos frutos que este crescimento pode gerar.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Guilherme Dias. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma abordagem histórica e conceitual**. In: História e Memória do Centro-Oeste Mineiro - Perspectivas 3: Confluências entre o Urbano e o Rural/Organizadores: 1ª ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2012.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. Vozes, 2012.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da Assistência Social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CRESS, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. **Contribuições para o exercício profissional de assistente social: coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2013.
- DENARDI, Reni A. *et all.* **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. Curitiba: EMATER, 2000.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GOULART, Sueli *et all.* **Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para formação de políticas públicas para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE. BR, v.8, n.3, p.388-403, set. 2010.
- IBGE. Contas nacionais – número 35. Contas Regionais do Brasil, 2005 – 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br
- KAPLAN, Allan. **O processo social e o profissional de desenvolvimento**. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social e Editora Fundação Petrópolis, 2005.
- LIMA, Gustavo F. da Costa. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**. In: Revista eletrônica Política e Trabalho, p. 201-220, set. 1997. Disponível em: www.ifsp.edu.br
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: 11ª ed. Cortez, 2007.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: 2ª ed. Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Curitiba: Revista da FAE, v.5, n.2, p.37-48, mai/ago. 2002.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o estado do Paraná**. Porto Alegre: 1989. Dissertação (Mestrado em economia). Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos avançados, v.18, n. 51, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

www.pnud.gov.br – Acesso em 16 de agosto de 2012.



DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA E A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV

Raimara Gonçalves Pereira,¹
Anete Marília Pereira,²
Samira de Alkimim Bastos Miranda³

RESUMO

A criação do Programa Minha Casa Minha Vida manifestou-se enquanto um marco no que tange a expansão territorial, considerando seu aspecto econômico e o fim social com que foi difundido. O presente estudo visa compreender o percurso da Política habitacional no Brasil, tendo por objeto os meandros que engendram a criação do Programa em questão. a pesquisa bibliográfica exploratória, abrangendo a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos e outros documentos. Observou-se que os padrões difundidos pela globalização e pela lógica da produtividade econômica marcam o desenvolvimento urbano, em que as rápidas transformações da sociedade, do território e da cidade exigem novas infraestruturas físicas, econômicas, sociais e institucionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial; Política Habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

The creation of the Minha Casa Minha Vida Program manifested itself as a landmark in terms of territorial expansion, considering its economic aspect and the social purpose with which it was disseminated. The present study aims to understand the course of the Housing Policy in Brazil, aiming at the intricacies that engender the creation of the Program in question. the exploratory bibliographical research, covering the reading, analysis and interpretation of books, periodicals and other documents. It was observed that the patterns spread by globalization and by the logic of economic productivity mark the urban development, in which the rapid changes of society, territory and city demand new physical, economic, social and institutional infrastructures.

KeyWords: Territorial Development; Housing Policy; My Home My Life Program.

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social UNIMONTES, rhaymara2009@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social UNIMONTES, anete.pereira@unimontes.br

³Mestranda em Desenvolvimento social pela Universidade Estadual de Montes Claros,-Unimontes, bolsista CAPES, samvalkimim@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O conhecimento acerca da trajetória histórica da política habitacional brasileira se manifesta como essencial para compreensão da formação territorial do país na atualidade.

Assim, buscou-se nesta pesquisa compreender o percurso da Política habitacional no Brasil, tendo por objeto os meandros que engendram a criação do Programa Minha Casa Minha Vida. Inferindo que, a criação deste programa, manifestou-se enquanto um marco no que tange a expansão territorial, considerando seu aspecto econômico e o fim social com que foi difundido.

Deste modo, optou-se pela utilização do método qualitativo, sendo empregado como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica exploratória, abrangendo a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos e outros documentos. Foram utilizadas as contribuições do Ministério das Cidades, e dos autores Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Milton Santos, Gabriel Andrade, entre outros. Percebe-se, a partir do estudo realizado, que a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, manifesta-se como de grande importância no que diz respeito ao desenvolvimento da Política habitacional no país. Entretanto, verifica-se que os padrões difundidos pela globalização e pela lógica da produtividade econômica marcam o desenvolvimento urbano, em que as rápidas transformações da sociedade, do território e da cidade exigem novas infraestruturas físicas, econômicas, sociais e institucionais.

BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRO

Para compreensão da política habitacional brasileira, torna-se imperioso o entendimento acerca do processo de como se deu o desenvolvimento deste território.

Percebemos, entretanto, que são variados os conceitos de desenvolvimento territorial trazidos pela literatura, desta forma, objetiva-se neste trabalho analisar a ótica de desenvolvimento enfatizando a noção de território a partir da percepção de

HAESBAERT&LIMONAD (2007, p. 42), que dita que, no que se refere à ideia de território,

- primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro.
- o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);
- o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica.

Assim, inferimos que a dinâmica que engendra o desenvolvimento territorial, perpassa pelas construções históricas e sua dinâmica de apropriação tendo por base a materialização de identidades num determinado tempo e espaço, no caso específico, tentaremos compreender a formação do território brasileiro, até o processo que se deu a criação da Política de habitação brasileira.

De acordo com Maricato (1997), em meados do século XVIII, o país era pouco urbanizado sendo que até este momento, no que se refere ao processo de formação das cidades, não havia nenhuma preocupação com normas urbanísticas e de saneamento básico. Cabe ressaltar que, nesta época, o Nordeste era considerado a região mais urbanizada do Brasil. Entretanto, com o desenvolvimento do ciclo do ouro houve um avanço das cidades rumo ao interior do país, sendo que, apenas entre 1750 e 1777 tivemos a instituição de uma política de urbanização no território brasileiro, sendo, pois, esta liderada pelo Marquês de Pombal.

O processo de industrialização do país que ocorreu integrado a expansão da cultura cafeeira, é apontado, também, enquanto mecanismo que auxiliou no processo de expansão territorial da nação, ao passo que, desencadeou a instalação de fábricas a partir dos anos de 1830 auxiliado pela exportação do capital acumulado do café, bem como pela a utilização de mão de obra barata (MARICATO, 1997).

Este processo de urbanização nos permite visualizar que, desde os seus primeiros resquícios o desenvolvimento territorial se organiza aliado à perspectiva de desenvolvimento econômico, haja vista a preocupação do Estado na formação das

estruturas necessárias para o crescimento do país, tendo no início de sua formação a implantação de diversas políticas territoriais que tinham por foco a ocupação do país“ através da colonização, construção de infraestrutura para modernização do território e a viabilização da integração nacional, formulando planos nacionais de desenvolvimento com enfoque regional” (BECKER e EGLER, 1992; COSTA, 2001, apud NETO, 2009, s/p), que era justificado pela premissa de desenvolvimento junto a busca pela coesão com a economia nacional.

No processo de desenvolvimento territorial do Brasil, de acordo com BURZTYN (1987), o Estado assumiu, por vezes, a aplicação de ações com caráter centralizado e autoritário, utilizando-se da execução de intervenções verticais e fragmentadas na formação territorial do país, em que os projetos eram executados sem compreensão da realidade a qual estavam sendo impostos. Cabe ressaltar que, esta perspectiva autoritária de desenvolvimento territorial foi preponderante, especialmente, na década de 1960, momento em que se tinha como premissa Teoria dos Polos de Crescimento, que difundia que “O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em que pontos ou polos de crescimento, propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, apud, LIMA, 2009, p.07).

Assim, de acordo com Coelho (2004), conformava-se um modelo desenvolvimentista em que as decisões se concentravam na valorização das características exógenas, desconsiderando as potencialidades regionais e locais. VILLAÇA (1999) aponta que o desenvolvimento do território brasileiro, foi concebido numa perspectiva que segmentava a sociedade no que diz respeito à condução da política.

Ressalta-se que no período que compreende entre 1971 e 1992, criavam-se os planos diretores, que eram fundamentados no formato de lei, sem utilização de muitas informações ou mapas. Nesse sentido, temos como marco, na perspectiva do planejamento urbano, a criação da Lei 7.688 de 1971, que foi o primeiro resquício legal de gestão territorial e que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo (PPDI), sendo este elaborado por técnicos da administração pública, sem muito rigor ou especialização (VILLAÇA, 1999).

No período que compreende as décadas de 1980 a 1990, observa-se, de acordo com MARICATO (2015), que o processo de globalização trouxe às metrópoles brasileiras queda no crescimento econômico, desencadeamento do desemprego e ajustes fiscais, que ocorreram, concomitantemente, com as modificações no padrão de urbanização, como a aceleração no crescimento das cidades de porte médio e cidades litorâneas, que cresceram com maiores taxas do que as metrópoles em relação aos seus núcleos centrais. Incidindo assim, no aumento da população pobre e diminuição populacional que é uma resposta à diminuição da taxa de natalidade, ainda de acordo com a autora este movimento se mantém até a atualidade. De acordo com Villaça (1999), entretanto, este cenário desencadeia o surgimento das revoltas populares, sendo consolidados neste período os movimentos nacionais pela reforma urbana. Estes movimentos, segundo Maricato(2013), tiveram papel preponderante nos anos de 1980 no que tange a defesa de uma reforma urbana, que resultou na inserção de questões relacionadas ao direito à cidade no corpo da Carta Magna de 1988.

Evidencia-se que o cenário histórico do país, no que se refere ao desenvolvimento territorial, se perpetuou até o processo de redemocratização do Brasil, que teve como marco a Promulgação da Constituição Federal de 1988, momento em que de acordo com Villaça (1999), houve um esforço no processo de redefinição nos modos de condução das políticas territoriais, afirmando a necessidade do planejamento na gestão pública, arraigado a participação social. Trazendo a exigência de elaboração do plano diretor para as cidades que tivessem mais de 20 mil habitantes. O texto constitucional representava ainda um avanço, no que tange ao reconhecimento da função social da propriedade, estabelecendo que,

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do

proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, e visando regular o uso da propriedade urbana e o estabelecimento de diretrizes para aplicação da política de desenvolvimento urbano e tendo por fundamento os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, conforme supracitado foi aprovada a Lei de nº 10.257 de 2001, que vem estabelecer as diretrizes gerais da política urbana. Assim, faz-se possível perceber, de acordo com Maricato (2013), que após variadas lutas dos movimentos sociais visando o bem coletivo na utilização do espaço urbano, neste período compreendido desde a promulgação da Constituição Federal até a aprovação da Lei 10.257/2001, houve um processo de maior afirmação e regulamentação da política urbana no país, tendo desde então ações isoladas no que tange a questão urbana ou territorial.

Assim, apenas a partir de 2003, especificamente, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a questão habitacional foi novamente colocada em pauta, e nesse sentido tivemos a criação do Ministério das Cidades, que passou a difundir o desenvolvimento de metodologias participativas de gestão social, como o Conselho das Cidades em 2004, e a criação de instâncias de participação social por meio das Conferências Nacionais, considerando-se assim o conceito de desenvolvimento territorial, tendo como aporte o desenvolvimento de políticas públicas.

Entretanto, para Vilaça (1999), mesmo em meio à criação e desenvolvimento de políticas destinadas à gestão do desenvolvimento territorial, verifica-se que estas ações se materializam enquanto ações fragmentadas e pontuais, haja vista que a

responsabilidade efetiva dos Estados, que não constam nos planos diretores, passa a incidir diretamente na produção da segregação nas cidades.

Nesse sentido, cabe ressaltar que no que tange a produção do espaço, que ainda segundo Villaça (1999), as cidades se organizam e se formam sobre o reflexo de um desenvolvimento territorial pautado na subordinação à lógica dos negócios, em que,

[...] na maior parte das capitais do país, verifica-se recorrentemente um eixo de desenvolvimento produzido pelas elites em seus deslocamentos em busca das áreas mais privilegiadas para se viver. Em uma clara inversão de prioridades, os governos municipais investem quase que exclusivamente nessas porções privilegiadas da cidade, em detrimento das demandas urgentes da periferia. O resultado disso é visível para todos: ilhas de riqueza e modernidade nas quais se acotovelam mansões, edifícios de última geração e shoppings centers, e que canalizam a quase totalidade dos recursos públicos, geralmente em obras urbanísticas de grande efeito visual, porém de pouca utilidade social. Para além desses bairros privilegiados, temos um mar de pobreza, cuja marca é a carência absoluta de investimentos e equipamentos públicos. Se considerarmos que a dinâmica de mercado imobiliário e dos investimentos em infraestrutura acontecem apenas na cidade formal (embora exista até nas favelas um mercado imobiliário informal bastante ativo) temos que 50% ou mais do território se reproduzem sem nenhum controle ou regulação, e esse é um problema estrutural central de nossa realidade urbana. (ROLNIK, 2008, p. 16)

Esse processo evidencia a segregação social, que tem se arraigado na implantação dos empreendimentos habitacionais brasileiros, a exemplo temos o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tem propiciado distribuição seletiva das camadas sociais, em que a população de baixa renda tem sido assentada em áreas distantes dos serviços e equipamentos públicos, enquanto as áreas mais centrais são objetos de investidores e segmentos da população de renda mais alta, contribuindo, concomitantemente, para a especulação imobiliária (AMARAL, 2009). Assim, torna-se imperioso no âmbito da discussão acerca da Política habitacional brasileira a compreensão acerca do processo de constituição deste Programa, haja vista que de acordo com variados autores esta se materializa enquanto aspecto de efetivação de uma política pública habitacional que visava à promoção do bem-estar e da justiça social no tocante ao desenvolvimento territorial do país.

POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

A construção da política habitacional brasileira tem sido marcada, ao longo da história, por mudanças na concepção e no modelo de gestão desta por parte do poder público.

Desde o período colônia vislumbramos que o processo de urbanização do Brasil se constituiu sobre um histórico marcado pela exclusão e segregação sócio espacial, em que o problema habitacional, se perpetuou tendo como marca os altos índices de insalubridade, epidemia, violência e o crescimento da taxa de densidade dos bairros mais populares (DEL RIO, 1990).

Ao decorrer do tempo a questão habitacional foi singularmente discutida no país, com políticas, eminentemente, pontuais. Sendo que, de acordo com Andrade (2012), até meados do ano de 1930 a sociedade brasileira era marcada pela presença da população, em sua maioria, agrária. A questão do déficit habitacional começou a ser tratada no Brasil somente a partir do ano de 1942, com a criação da Lei do Inquilinato e, posteriormente, com a criação da Fundação Casa Popular, em 1946, o que se materializou, enquanto os primeiros traços da Política Nacional de Habitação. Posteriormente, ocorreram outras iniciativas, singulares, no âmbito da Política Nacional de Habitação como a instituição do Sistema Financeiro Nacional de Habitação (SFH), que tinha como gestor financeiro o Banco Nacional de Habitação (BNH), sendo este extinto em 1986, tendo subsequentemente, a operacionalização regida por parte da caixa Econômica Federal (CEF).

Ainda de acordo com Andrade (2012), adiante, nos anos de 1990 a questão habitacional obteve avanços limitados e com poucos resultados como a criação do Habita Brasil e o Morar município, que por problemas de gestão de recursos não obtiveram grandes resultados. Já nos anos 2000, especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, o que se viu, no que tange a questão habitacional foram iniciativas apenas no âmbito institucional, sendo marcado, neste sentido, apenas pela criação do Estatuto da Cidade, conforme a Lei Federal 10.257 de 2001. Assim,

Num quadro em que todas as questões econômicas tornaram-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas na

estratégia de desenvolvimento nacional, o problema da moradia emergiu como aspecto crucial das condições de vida do operariado, pois absorvia porcentagem significativa dos salários e influía no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores (BONDUKI, 2002, p.73).

Nesse sentido, no que tange a questão habitacional, verifica-se que, esta apenas ganha destaque de forma mais incisiva, quando, questões como a crise econômica internacional passou a assolar a nação e influenciar diretamente nas questões internas, somado ao déficit habitacional, que sempre fora apontado como um antigo problema brasileiro. Nesse sentido, de acordo com Maricato (2000), a questão habitacional ganha destaque, e passa a ser de fato implementada no país a partir do ano de 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, momento em que a esta questão passou a ser vislumbrada pelo governo enquanto oportunidade de responder, não somente às demandas populares, mas, principalmente, enquanto um meio de aceleração da economia nacional privilegiando o setor da construção civil.

A partir de 2003, e com o argumento de retomar democraticamente a política urbana, institui-se o Ministério das Cidades e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental. Vale ressaltar, também, a criação dos espaços direcionados à participação social como as Conferências Nacionais das Cidades e a criação, em 2004, do Conselho Nacional das Cidades (MARICATO, 2015).

Em 2009, no segundo mandato do governo do presidente Lula, obtivemos um amplo destaque, no que diz respeito ao desenvolvimento da Política Habitacional Brasileira, com a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Sendo a criação deste programa apresentado enquanto resposta a todos os anseios arraigados na questão habitacional do país, cabendo destaque, o fato deste programa ser implementado com a promessa da entrega de milhões de moradias, além da geração de emprego, renda e sustentação econômica para um país temeroso à crise (ANDRADE, 2011).

Em seus objetivos o Programa visava, entre outros, atender às demandas da Política Nacional de Habitação, primando à universalização do acesso à moradia digna, em especial, para a população de baixa renda, a partir do manejo de uma política de subsídios, bem como o reforço da capacidade institucional dos agentes públicos, privados e sociais, buscando a ampliação da fonte de recursos (ANDRADE, 2012).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), obteve continuidade no governo da presidente Dilma Rousseff, com maior impacto sobre a dimensão habitacional e econômica. Nesse sentido, tínhamos o financiamento da estrutura econômica a partir da viabilização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, e a construção da visão empresarial no que diz respeito à Política habitacional com o financiamento das moradias a partir do Programa Minha Casa minha Vida (PMCMV) (MARICATO, 2015).

Cabe ressaltar, que, conforme apontamentos de Oliveira e Benaduce (2011), para o manejo adequado de uma política urbana, a infraestrutura do território e das cidades devem ser organizados com base num sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento destas funções, com vistas a assegurar os aspectos social, econômico e institucional, permitindo a plena realização do desenvolvimento da população. Assim, a infraestrutura urbana, a partir da criação de programas habitacionais, deve visar a promoção de adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança, proporcionando meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas. Entretanto,

Distante destas questões fundamentais, o debate recente sobre a política de habitação no Brasil ressalta o protagonismo do principal programa de provisão habitacional, o Minha Casa, Minha Vida, na configuração das cidades brasileiras, acentuando tendências passadas de segregação e exclusão das populações inseridas nas faixas de renda representativas da base da pirâmide socioeconômica. Este debate revela, com razão, as grandes limitações de um programa habitacional enquanto instrumento majoritário de política urbana e no processo de construção de cidades mais equitativas e sustentáveis, ressalta igualmente a grande dificuldade encontrada pelo país para superar as mazelas históricas de nossa sociedade (OTERO; SILVA, 2014, p.53).

Verifica-se assim que, pesar de ter obtido efetiva expressão no que diz respeito ao crescimento econômico do país, segundo Maricato (2015), o Programa Minha Casa Minha Vida resultou num intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promovendo a majoração nos preços dos imóveis e da terra. Os estudos realizados, entre eles o de Andrade (2011), mostram que o Programa Minha Casa, Minha Vida tem realizado significativa construção de conjuntos e condomínios habitacionais, em sua maioria, nas regiões periféricas das cidades, onde o preço da terra é mais baixo, e em regiões em que há pouca ou nenhuma oferta de transporte

público, infraestrutura e equipamentos adequados e preparados para o atendimento otimizado de toda a demanda pelos serviços públicos presentes no território.

Ressalta-se nesse sentido, que, variados são os trabalhos no campo das políticas públicas, que tem analisado a questão habitacional no país desde sua implantação até os dias atuais, com evidências de que o Estado ainda não se manifestou enquanto capaz de lidar satisfatoriamente com os impasses postos pela questão habitacional, haja vista a incapacidade de atender de forma otimizada a população de baixa renda, uma vez que esta política foi construída com cunho mais economicista, dispensando o seu aspecto social, o que, em muitas regiões brasileiras, tem resultado numa segregação social e territorial, com infraestruturas inadequadas e ausência políticas de saúde, assistência social e educação nas regiões onde são criados os conjuntos habitacionais (MARICATO, 2009).

CONSIDERAÇÕES

A partir da pesquisa realizada fez-se possível inferir que a Política habitacional brasileira se desenvolveu ao longo da história sobre um processo permeado de práticas limitadas que não tinham continuidade e com aspectos meramente institucionalistas. Sendo que, apenas a partir de 2003, e objetivando responder, prioritariamente, às questões econômicas é que a questão habitacional passa a ser vista e materializada a partir da criação de uma Política de habitação que visava atender aos anseios sociais e principalmente financeiras do país. O que culminou, em 2009, na criação do Programa Minha Casa Minha Vida, que tender às demandas da Política Nacional de Habitação, primando a universalização do acesso á moradia digna, em especial, para a população de baixa renda, a partir do manejo de uma política de subsídios, bem como o reforço da capacidade institucional dos agentes públicos, privados e sociais, buscando a ampliação da fonte de recursos.

A partir da pesquisa realizada, fez-se possível inferir que análise do processo de construção da Política de habitação brasileira é essencial para compreensão da dinâmica que rege o território na atualidade. Haja vista a lógica de produção do espaço que se tem materializado no território nacional, bem como os impactos desta no cotidiano da população. Ressalta-se que, a partir da materialização desta

Política, em especial, no tocante à criação do Programa Minha Casa Minha Vida, houve avanços institucionais.

Entretanto, o que se verifica é que o Estado ainda tem manifestado incapaz de prover um território equilibrado, em que são assegurados os padrões de direito equânime à cidade, uma vez que a sua produção ainda se materializa enquanto arraigada à lógica do mercado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008**. Brasília, 2009. 133p. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2009. Disponível em:http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5434 Acesso em 07 de Julho de 2017.

ANDRADE, Luis Aureliano G. de. **Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2011.

ANDRADE, Gabriel Vieira Marx. **Política Habitacional Brasileira: Críticas ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

BECKER, Bertha, K; EGLER, A. G. Cláudio. **Brasil: uma nova potência regional na Economia-mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: a produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BURZTYN, Marcel. **O Poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Editora Pini, 1990.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização**. etc..., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: O caso do Brasil.** Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT19042012200458.pdf>. Acesso em 31 de Julho de 2017.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.** In: ARANTES, O. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NETO, Agripino Sousa Coelho. **As repercussões espaciais das políticas de irrigação no Vale do São Francisco:** uma análise do Perímetro Irrigado Formoso no município de Bom Jesus da Lapa (BA). 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

NETO, Agripino Sousa Coelho. **Da região ao território: pensando a territorialidade no semi-árido baiano.** In: VIII Encontro Nacional da ANPEGE, 2009, Curitiba. Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEGE. Curitiba : ANPEGE/UFPR, 2009. v. 1.

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de; BENADUCE, Gilda Maria Cabral; EDLER, Marco Antonio Ribeiro. **Reflexões Sobre a Infra-Estrutura e a Influência desta na Qualidade de Vida da População Urbana de Tupanciretã/RS.** 2011. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/seminario/artigos/sociais/reflex%20sobre%20a%20infraestrutura%20e%20a%20influ%20ancia%20destas%20na%20qualidade%20de%20vida%20da%20popula%20urbana%20.pdf>. Acesso em 29 de Julho de 2017.

OTERO, Ruben; SILVA, Luis Octavio de Faria e. **Habitação e Cidade.** 5 ed. São Paulo: Editora da cidade, 2014.

PERROUX, François. **A Economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.

ROLNIK, Raquel. **Acesso ao solo urbano: limites e possibilidades.** In: **BRASIL. Ministério das Cidades/Universidade Federal de Santa Catarina.** Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena/PINHEIRO, O. M. (et al.). Florianópolis – UFSC; Brasília: Ministério das Cidades 2008.

RONILK, Raquel. **O que é cidade.** 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, Milton Almeida dos. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton Almeida dos. **O espaço do cidadão**. 5 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

VILAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DÉAK, C./SCHIEFFER, S.R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo, SP: Edusp/Fupam, 1999.



CAPITALISMO MONOPOLISTA, “QUESTÃO SOCIAL” E AS POLÍTICAS SOCIAIS: RELEITURAS SOBRE O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

BARBOSA, Mariana Alves¹
PRATES, Scarlet Gomes²
BARROS, Suzana Alves dos Santos³
VELOSO, Thainara Soares⁴

RESUMO

O Serviço Social historicamente, desde seu advento teve como base de atuação a Questão Social, e com o desenvolvimento do capitalismo na era Industrial ouve um maior acirramento das expressões da Questão Social, devido à total exploração do trabalhador, da pauperização, das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários. Onde os capitalistas para poderem obter seus lucros necessitavam explorar cada vez mais do trabalhador. Ao passo que o sistema capitalista se desenvolve se consolida ele vai acirrando cada vez mais as expressões da Questão Social, apresentadas pela forma de exploração, desemprego, do exercito industrial de reserva, que para o sistema capitalista gera muitos benefícios. E historicamente o Serviço Social foi chamado pelo Estado para resolver ou amenizar tais questões referentes ao conflito entre as classes burguesia e proletariado, que em primeiro momento surge como forma assistencialista tendo suas bases de atuação vinculadas a igreja e ao Estado, mas que aos poucos começam a questionar suas próprias formas de atuação.

Palavras-chave: Capitalismo; Questão Social; Serviço Social.

ABSTRACT

Since its advent, Social Service has historically been based on the Social Question, and with the development of capitalism in the Industrial Age it hears a greater intensification of the expressions of the Social Question, due to the total exploitation of the worker, the pauperization, the poor conditions of Low wages. Where capitalists needed to earn their profits needed to exploit the worker more and more. As the

¹Acadêmica do 4º Período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes
E-mail: marianaalvesbarbosa@hotmail.com

²Acadêmica do 4º Período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes
E-mail: Scarlet.prates@gmail.com

³Acadêmica do 4º Período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes
E-mail: suzymgmoc@yahoo.com.br

⁴Acadêmica do 4º Período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes
E-mail: thainarasoares23@gmail.com

capitalist system develops it consolidates itself, it is increasingly stirring the expressions of the Social Question, presented by the form of exploitation, unemployment, of the industrial reserve army, which generates many benefits for the capitalist system. Historically, Social Service has been called by the State to resolve or to alleviate such questions concerning the conflict between the bourgeois and proletarian classes, which at first appears as a form of assistance and its bases of activity are linked to the church and the State, but which gradually begin to question their own ways of acting.

KeyWords: KeyWords: KeyWords: Capitalism; Social Question; Social Service.

INTRODUÇÃO

O capitalismo teve sua parcela de contribuição no surgimento do Serviço Social, pois a emergência da profissão origina-se da necessidade de mediação na relação historicamente estabelecida entre a burguesia e o proletariado, entre o capital e o trabalho. Segundo Santos (2012) a “questão social” surge através do capitalismo. Esse novo sistema é um grande marco para a sociedade, pois surge obrigando todos a aceitarem esse novo regime. A autora fala sobre o desenvolvimento das máquinas e desmitifica a ideia de que as máquinas é que tiram o emprego dos trabalhadores, na verdade, quem traz o desemprego é o próprio sistema, pois na lógica capitalista o que vale é apenas o lucro. O capitalismo é um sistema que contribui para o surgimento e o acirramento inúmeras expressões da “questão social”. De acordo com Josiane Soares Santos (2012), consideram o termo “questão social” como as expressões das desigualdades sociais surgidas após o capitalismo, em pleno século XIX. É importante destacar aqui duas questões: a primeira delas é que não se está designando “questão social” como a desigualdade a pobreza indistintamente e sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista (...). (SANTOS, 2012, p.28).

No Brasil, inúmeras foram às expressões da “questão social” que se acentuaram após o capitalismo por isso, é importante entender como foi o processo da expansão capitalista nesse país e, por consequência, como se processou o acirramento das desigualdades sociais. É importante, também, frisar o papel da profissão de Serviço

Social em meio a esse cenário tão conturbado que precariza as condições de vida da população e viola os direitos humanos e sociais dos trabalhadores.

Este artigo tem como intuito ampliar o conhecimento teórico quanto a emersão da “questão social” frente ao desenvolvimento do capitalismo. Por tanto, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica. Sendo assim, utilizou-se o primeiro capítulo do livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* de José Paulo Netto (2011), O primeiro e segundo capítulo do livro “Questão Social”: particularidades no Brasil, da Josiane Soares Santos (2012), o capítulo cinco do livro *Pensamento social no Brasil* de Octavio Ianni (2004), o livro *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social* e o livro *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, ambos da mesma autora, Marilda Vilela Iamamoto, e livro *o que é Política Social*, escrito por Vicente de Paula Faleiros.

Nesse trabalho, objetiva-se entender qual é a relação existente entre o surgimento do Serviço Social, como profissão, com o capitalismo, percebendo como se deu o agravamento das desigualdades sociais e o surgimento da “Questão Social” no Brasil, posteriormente caracterizado como objeto de trabalho dos Assistentes Sociais. Pois as transformações do capitalismo incidiram no surgimento do Serviço Social enquanto profissão, já que a “questão social” advém da contradição entre capital e trabalho.

ELEMENTOS PARA ENTENDER A CONCEPÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

O capitalismo surgiu no século XV e tem como principal objetivo a acumulação de riqueza. Entender o capitalismo é muito importante para entender a gênese da “Questão Social”, pois estes estão intimamente ligados. A “questão social”, segundo Santos (2012) é vista como decorrentes do agravamento das desigualdades sociais que são causadas pelo capitalismo, manifestas no chamado pauperismo.

A autora explicita como a “Questão Social” surge através desse novo sistema que é imposto na sociedade, a “Questão Social” surge então pelo processo de acumulação do capital.

[...] na mesma medida em que se desenvolve o modo de produção especificadamente capitalista, ou seja, aquele que, sob o formato da grande indústria, aprofunda a vigência e capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo. Tem-se então o marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera aqui como gênese da “Questão Social”. (SANTOS, 2012, p.28)

Com esse sistema sendo imposto começam a surgir às novas tecnologias em forma das grandes indústrias, o que vai ocasionar desemprego, mas é importante ressaltar que o desemprego não é causado pela implementação da tecnologia, mas pela lógica da acumulação capitalista, a tecnologia poderia até ser benéfica para o trabalhador, mas como é usada em uma lógica somente do lucro essa tecnologia acaba por atrapalhar o trabalhador, pois quem continua trabalhando, e não é dispensado, trabalha muitas horas por dia, o que faz com que reduza o número de trabalhadores, tirando o emprego de muitos operários. Os capitalistas não se importam em nenhum momento em diminuir o trabalho dos operários, mas sim em aumentar ainda mais a produtividade.

Segundo Santos (2012) as grandes indústrias começam a se constituir e o trabalhador é constantemente explorado e acaba não recebendo o que precisa para viver bem. Surge, então, o pauperismo enquanto gênese da Questão Social. Segundo, a autora, existia pobreza antes do capitalismo, mas essa pobreza não era causada pela exploração de uma classe sobre a outra, como é no capitalismo. É importante destacar a lógica do pauperismo, que é quando a pobreza é causada por um novo modo de produção que visa somente o lucro, o capitalismo. Têm-se condições de resolver a pobreza, mas em contrapartida os trabalhadores vão ficando cada vez mais pobres resultando da exploração dos grandes capitalistas, que, exploram da classe trabalhadora para obter lucro.

Santos (2012) também aborda a lei da acumulação primitiva do capital e fala também sobre os cercamentos, que obrigaram os trabalhadores a deixarem de trabalhar nas suas terras para venderem a sua força de trabalho em troca de um salário, eles não produzem mais o seu produto, trabalham para os donos do capital e agora eles são alienados e não compreendem mais qual é o fruto do seu trabalho.

Os conhecidos “cercamentos” das terras se fizeram objetivando gerar uma oferta de trabalho adequada às necessidades do capital que, para dar lucro, precisa, necessariamente, explorar a força de trabalho. Ante os níveis de desemprego atuais chega a ser difícil imaginar que algum dia a oferta de força de trabalho tenha sido um problema para os capitalistas. No entanto devemos lembrar que, nesse momento, o acesso á terra por parte dos camponeses supria suas necessidades de modo que era preciso apartá-los desses meios de produção para que tivessem dispostos a trabalhar em troca de um salário. (SANTOS, 2012, p.32)

Os trabalhadores não mais produziam seu produto, agora eles trabalhavam para os donos do capital, e a partir disso, foram se alienando e não sabiam mais o que eles produziam, foram criados diversos artifícios para garantir que o sistema prevalecesse. Essa lógica de produção capitalista em que os trabalhadores são explorados e recebem salários que não garante a vida com um mínimo de dignidade, de acordo com Santos (2012) faz surgir inúmeras expressões da Questão Social, como por exemplo, os bairros operários que surgem com as indústrias, onde os operários habitam, ou seja, em lugares insalubres e com péssimas condições de vida, é preciso lembrar também das péssimas condições de trabalho enfrentadas por crianças, mulheres e homens e isso tudo contribui para doenças, mortalidade infantil e outras várias expressões da Questão Social. Devido a essa exploração os trabalhadores vão se organizando, eles então começam a lutar pelos seus direitos e a se organizar como classe, é então que surgem os movimentos dos trabalhadores como as lutas sindicais, o Ludismo e o Cartismo. Sendo assim, de acordo com Santos (2012) O ludismo foi um movimento que ocorreu na Inglaterra no século XIX formado por trabalhadores que eram contrários aos avanços que a revolução Industrial, e o Cartismo também foi um movimento que deu ênfase as condições de trabalho, entretanto, este optou pelas vias políticas, desta maneira conquistou alguns direitos para os trabalhadores.

O capitalismo então vai ganhando forças, apesar da luta dos trabalhadores e vai se expandindo passando da fase concorrencial para a fase do capitalismo monopolista.

“Ao passo em que se intensificavam as condições de exploração, foram emergindo e/ou se fortalecendo outras formas de organização e difusão das lutas operárias, como os sindicatos, manifestações públicas, a imprensa operária e as greves gerais, (SANTOS, 2012, p.40)”.

O capitalismo, em contrapartida, vai se desenvolvendo cada vez mais e passa da fase concorrencial para o capitalismo monopolista. É importante ressaltar que o capitalismo monopolista se intensifica no início do século XX.

“A crise de superprodução, desencadeada por volta de 1870 que se estende até 1930, contraditoriamente, vai levar à nova fase de expansão do capital, conhecida com Capitalismo Monopolista, superando a fase concorrencial hegemônica até então. (SANTOS, 2012, p.44).”

Dessa forma Netto (2011) salienta as diferenças da “questão social” no capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, pois, ao que tangencia acerca do capitalismo concorrencial, este, possibilitou a criação de unidades fabris, o qual nesta época, a “questão social” passa a ser objeto da ação estatal, na proporção o qual ocasionava a mobilização trabalhadora, afinal, ameaçava a ordem burguesa, colocando em risco o provimento da força de trabalho que abastecia o capital. Ainda neste contexto Netto (2011) deflagra inserções quanto o acirramento do capitalismo monopolista, pois, a “questão social” neste momento, “se internaliza na ordem econômico- política: não apenas o acrescido excedente que chega ao exercito industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”“. (NETTO, 2011, p.29-30).

No Brasil, o capitalismo também vai se desenvolvendo cada vez mais, ao analisar toda a história brasileira observar-se a expansão do capitalismo e como as desigualdades sociais vão crescendo junto com o sistema. No livro da Josiane Soares Santos (2012), a autora vai fazendo um resgate histórico do país, para que seja possível a compreensão dessa trajetória de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É importante entender que esse olhar histórico sobre o Brasil é essencial para compreendermos como as relações entre capital X trabalho, se desenvolveram no Brasil e como esse cenário proporcionou a gênese da Questão Social.

Em todo o texto, Santos (2012) aborda os processos históricos brasileiros, sobre os vários governos existentes, e sobre as dificuldades econômicas que existiam no país. Esse resgate na história brasileira é muito importante para que se compreenda a gênese da “questão social” no Brasil como decorrência da instalação

do capitalismo no país. O desemprego nessa época no Brasil era crescente, pois com a mecanização de varias atividades muitos trabalhadores acabam por perder o emprego e são substituídos pelas máquinas. É importante reafirmar que a “Questão Social” é vista pela autora, a todo o momento, como fruto do sistema capitalista, são as desigualdades sociais nascidas com o sistema capitalista.

Outro autor que explora o conceito da “questão social” é Octavio Ianni (2004), e segundo ele a “questão social” deve ser compreendida através das relações entre sociedade civil e Estado, o autor traz consigo uma análise histórica da construção da Questão Social brasileira e mostra os aspectos políticos e sociais.

Para Ianni (2004) é possível ver a dualidade do país a qual por uma vertente encontra se atrasado e a base de subsistência rural, e por outro lado um país moderno e industrial, observando como as expressões da “questão social” se fazem presentes, como a “toma de terras, as migrações internas, o problema indígena, o movimento negro, a liberdade sindical, o protesto popular, o saque ou a expropriação, a ocupação de habitações, as revoltas populares e outros temas da realidade nacional”.

Essas questões acirram quanto ao surgimento de “novas expressões” da “questão social”, outro fator que fica em evidencia segundo Ianni (1965, p.75) “conforme a época e o lugar, a “questão social” mescla aspectos raciais, regionais e culturais juntamente com o econômico e o político”. Sendo assim visualiza se os diferentes aspectos a qual a “questão social” apresenta-se no âmbito econômico, político e cultural.

CAPITALISMO MONOPOLISTA E POLÍTICAS SOCIAIS

Sabe se que as políticas sociais partem do pressuposto de “bem estar dos cidadãos”, ou seja, visam melhorar as condições de vida de uma parcela da sociedade, nesse sentido, a partir da ordem monopólica constitui-se o Serviço Social como profissão o qual ocorre a intervenção do estado burguês na “questão social”. É deflagrado por Netto (2011) que o Serviço Social é como um executor de políticas sociais. Em relação ao Estado é imprescindível dizer que este, é funcional ao

capitalismo monopolista, sendo, o comitê executivo da burguesia, pois, desempenha as condições precisas para que ocorra a valorização e acumulação do capital, e além de financiar o próprio aparelho estatal, o estado por sua vez busca a legitimação política.

Segundo Netto (2011), devido às mudanças sofridas pelo capitalismo, o mesmo se recoloca em um patamar mais alto, o qual “o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”. Desta forma percebe-se que com a elevação da concepção do capital aumenta as contradições entre sociedade burguesa, emanando a “questão social”.

Ao discorrer sobre as políticas sociais, que buscam administrar as expressões da “questão social” procurando atender as demandas da ordem monopólica. O autor insere que:

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistema de consenso variáveis, mas operantes. (NETTO, 2011, p.30)

Deste modo, ainda de acordo com as concepções de Netto (2011) é importante deflagrar que as políticas sociais de certo modo, asseguram as condições para que o capitalismo se desenvolva.

De acordo com Faleiros (2004), para abordar o tema política social, teve que fazer uma mesclancia de assuntos dentre eles: as políticas sociais, forças sociais, estados e crises econômicas. Devido as grandes desigualdades sociais, ou seja, as classes políticas sociais, ainda não são de acesso universal.

Segundo Faleiros (2004), as políticas sociais são formas de sustentação da força do trabalhador, elas se desenvolvem e se articulam a inclusão, a reprodução e exclusão da mão de obra no processo produtivo com as lutas de classes.

No Brasil, existem varias políticas sociais como a previdência social, onde o trabalhador consegue repor a fadiga da sua força de trabalho, obstina benefícios que contribuem para o sustento de sua família, quando estiver fora do mercado de trabalho. Também há no banco de habitações e atualmente programas sociais como Minha Casa, Minha Vida dentre outros.

Os sindicatos tem por finalidade, pressionar os capitalistas (patrões) e o Estado para atender aos interesses do trabalhador, desenvolvendo o conflito de classes da sociedade capitalista.

Percebe-se que as políticas sociais são financiadas e pagas pelo próprio trabalhador, onde há um contexto mais complexo do que os discursos que camuflam e distorcem.

SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Iamamoto (2011), o Serviço Social no Brasil, se emerge enquanto profissão e associa-se às circunstâncias das grandes mobilizações da classe operária nas primeiras décadas do século XX. Pois com o acirramento das expressões da Questão Social surge a emergência do assistencialismo, onde legitima-se o Serviço Social como profissão. Deve ressaltar que o Serviço Social se emergiu como uma prática profissional “da igreja” onde foi vista como algo “caritativo”, entretanto visando a partir do processo histórico social, é perceptível ver como o Serviço Social emerge enquanto profissão na variação de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais. Os primeiros cursos de Serviço Social possuíam a incorporação de atividades filantrópicas. Entretanto o que passa a ser fundamental para a profissão é a criação de um espaço sócio-ocupacional onde o agente técnico movimenta-se se estabelecendo em condições histórico-sociais no mercado de trabalho.

AS DEMANDAS PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Iamamoto (2011), faz uma crítica ao fazer profissional do Serviço Social, onde segundo a mesma os assistentes sociais vem mantendo seu olhar mais atento ao

estado na efetivação das políticas sociais , e deixando de lado a sociedade , que são os usuários que dependem e para qual essas mesmas políticas devem ser efetivadas.

É nessa mesma sociedade em que estão inseridas as diversas classes; e dentre elas a classe trabalhadora que sendo subordinada atendem aos interesses do capital, onde visando cada vez mais o lucro, exploram ao máximo os trabalhadores.

Segundo lamamoto (2011), é nesse espaço no processo de trabalho onde se dão as varias relações sociais, onde o corpo dos trabalhadores é formado por cada individuo com a sua particularidade , é nas relações urbanas que se agravam devido aos problemas rurais visto as mudanças ocorridas no meio rural, pois o estado que sendo um estado burguês e atendem aos interesses do capital ao incentivar e dar condições para o desenvolvimento industrial em torno do processo de cultivo e venda dos produtos, retirou muitos postos de trabalho, e obrigando também os pequenos produtores a migrarem para os meios urbanos, resultando no inchaço dos grandes centros e também no acirramento da pauperização.

De acordo com a autora o assistente social necessita estar atento a essas questões, pois é necessário que o profissional conheça a sociedade para qual essas mesmas políticas serão implementadas.

lamamoto (2011) chama a atenção da relação do estado com o capitalismo e como essa relação tem influencia na sociedade, visto que o estado tendo um poder regulador e que assim tem influencia em todos os setores da sociedade , a classe menos favorecida sofre as consequências das medidas que serão adotadas pelo estado.

Conforme o capital se refuncionaliza, o estado precisa se refuncionalizar também seja para manter e apaziguar a classe trabalhadora, seja para manter as condições necessárias para o capital se desenvolver. Medidas como os ideais neoliberais que visam a mínima intervenção do estado, principalmente na economia, significou um total retrocesso para a classe trabalhadora visto que com a adoção dessas medidas tem-se um corte de investimentos para as áreas de bem estar

social dentre elas a educação, saúde, e assim investindo em setores privados. Representando assim o corte nas condições mínimas de sobrevivência das classes pauperizadas.

Dentro de tantos desafios que são diários estão os assistentes sociais, que como profissionais que tem no estado o seu contratante e sendo também classe trabalhadora tem a sensibilidade para apreender e interpretar esses desafios para assim realizar um melhor atendimento, visto que o assistente social também esta inserido nesse mesmo contexto embutido nessa cotidianidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das diferentes matrizes teóricas de autores como Josiane Soares Santos (2012), Jose Paulo Netto (2011), Octavio Ianni (2004) Marilda Villela lamamoto (2011) e Faleiros (2004), é possível elencar, que conforme a conjuntura política e social no contexto do desenvolvimento do capitalismo e pela forma de acumulação na fase monopolista, as expressões da Questão Social, se ampliaram devido a tamanha pauperização da crescente insatisfação da classe trabalhadora, tendo em vista os aspectos observados, surge o Serviço Social que através do Estado aparece com o intuito de intermediar a relação entre as classes.

Em virtude dos fatos mencionados é possível observar que a partir das análises da “questão social” como expressão do antagonismo presente entre capital e trabalho, este artigo pautou se em frisar as concepções quanto ao surgimento do Serviço Social, deste modo, visa ponderar acerca das políticas sociais que são medidas que tencionam a melhoraria das condições de vida da sociedade, em vista disso, aspiram uma progressiva consciência frente aos direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Coleção Primeiros Passos, 168)

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21.ed. São Paulo; Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 11.ed. São Paulo: Cortez , 2011.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez,2011 .

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012, v.6.



ORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DE LULA À TEMER- UM AVANÇO DA OFENSIVA NEOLIBERAL E DA CONTRARREFORMA ESTATAL

Thais Luiz Vargas¹

RESUMO

O presente artigo tem como proposta desvelar a conformação da ordem administrativa brasileira, apresentando a imbricação do patrimonialismo com a burocracia no processo que instaura o pacto de dominação conservadora no Brasil. É apresentada a conjuntura dos anos 1990 como um marco histórico que delimita o avanço da ofensiva neoliberal no país com a proposta de contrarreforma administrativa, seus rebatimentos e suas implicações. O artigo contextualiza, em linhas gerais, a gestão administrativa de cariz gerencial dos ex-Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e Dilma Rousseff (2011-2016) e o golpe de Estado engendrado pelo atual governo ilegítimo de Michel Temer. Tal trabalho permite concluir e elucidar o caráter insulado da burocracia, esse que viabiliza o continuísmo e o aprofundamento do processo de contrarreformas de cunho neoliberal, com medidas extremamente regressivas no campo dos direitos sociais, como é o caso da PEC 55/2016.

Palavras-chave: Administração Pública; Neoliberalismo; Contrarreforma.

ABSTRACT

The present article has the proposal to unveil the conformation of the Brazilian administrative order, presenting the imbrication of patrimonialism with the bureaucracy in the process that establishes the pact of conservative domination in Brazil. It presents the conjuncture of the 1990s as a historical landmark that delimits the advance of the neoliberal offensive in the country with the proposal of administrative counterreformation, its repercussions and its implications. The article contextualizes, in general terms, the administrative management of the former Presidents Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) and Dilma Rousseff (2011-2016) and the coup d'état engendered by the current illegitimate government of Michel

¹ Possui graduação em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2007) e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF (2007). MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF. Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná- Unopar. Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF. Atualmente é doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

Temer. This work allows us to conclude and elucidate the insular character of the bureaucracy, which enables continuity and deepening of the process of neoliberal counter-reforms, with extremely regressive measures in the field of social rights, as is the case of PEC 55/2016.

KeyWords: Public Administration; Neoliberalism; Counter Reformation.

INTRODUÇÃO

Para iniciar o presente artigo, torna-se relevante explicitar a conformação da ordem administrativa brasileira, é necessário fazer um breve recorte histórico que se situa no contexto da administração colonial, essa que segundo Lima (2006), favoreceu o estabelecimento das relações dos governantes com o setor privado, configurando-se como o tempo das desigualdades e dos privilégios que deixou uma negativa e pesada herança na história brasileira, fundamentalmente, segundo a autora, no tocante à relação do Estado com a sociedade na esfera dos direitos.

Ainda de acordo com a autora supracita, no ano de 1822 tem início a organização da administração pública brasileira, demarcando o fim do estatuto da colônia e o início do Estado Nacional, instaurando na estrutura do Estado a administração pública patrimonialista, essa que corresponde ao primeiro tipo de ordem administrativa do Estado brasileiro. Assim, torna-se relevante destacar que o patrimonialismo² como ordem administrativa foi predominante no Brasil em todo o período imperial e durante a República Velha – que com o passar dos anos acabou se articulando com a estrutura burocrática³ nascente, configurando, portanto, a base da administração pública brasileira.

² De acordo com a análise do conceito de patrimonialismo de Max Weber (1999a), esse pode ser utilizado para caracterizar formas de dominação política tradicional em que não há uma separação visível entre as esferas pública e privada; em que esses dois domínios se misturam nas concepções do governante, que entende e controla o Estado como se fosse uma extensão do seu próprio domínio privado. Vale destacar também, conforme Lima (2006) que o patrimonialismo constitui práticas despóticas de apadrinhamento, nepotismo e clientelismo.

³ Segundo Weber (1999a, p.32-34) a burocracia implica na dominação na medida em que ela é uma estrutura administrativa e, ainda, toda administração é dominação, pois remete à obediência para ordens específicas dentro de determinado grupo de pessoas, sendo assim, o autor define a burocracia como sendo a forma de dominação legítima de caráter racional, a dominação legal.

Vale ressaltar ainda que, o sociólogo alemão Max Weber foi um dos estudiosos que mais se deteve na compreensão do fenômeno burocrático, contudo é um teórico que apresentou um sistema de pensamento e análise contraditória e excludente no tocante aos estudos e produções de Marx. Contudo, é relevante esclarecer que o objetivo em apresentar algumas categorias trabalhadas por Weber não deve ser compreendido como uma mistura eclética de dois métodos, mas, sobretudo, verificar nos estudos weberianos aqueles elementos que efetivamente estão presentes no real e submetê-los à crítica materialista dialética.

Assim, de acordo com Souza Filho e Gurgel (2016), o Estado patrimonialista brasileiro constitui-se como um produto advindo da colonização portuguesa, essa que traz para o Brasil sua estrutura estatal e administrativa, organizando a sociedade colonial a partir do padrão patrimonialista vigente. Dessa forma, torna-se correto afirmar que o Estado, durante o período colonial, será a expressão do poder da nobreza, da burguesia comercial e do poder senhorial. Nesse mote, os autores enfatizam que a dimensão patrimonialista da administração brasileira advém, de um lado, do poder do Rei de Portugal, que controla o reino a partir de uma organização centralizada e de outro lado, da tradição descentralizada da estrutura patriarcal dos proprietários rurais (ibidem, 2016, p. 154).

Nesse sentido, é possível elucidar, de acordo com Souza Filho (2006), que a administração pública brasileira nasce, desenvolve e se consolida (até os dias atuais) a partir de uma “espinha dorsal” que combina o patrimonialismo com a burocracia – fato que acaba por configurar uma unidade contraditória, mas que atende a particularidade do capitalismo periférico brasileiro e da “revolução burguesa não clássica” que aconteceu no país. Sendo que a revolução burguesa de 1930 constitui um marco de inflexão na trajetória histórica do Brasil, justamente por conformar um novo projeto de industrialização e urbanização para a sociedade, sob o comando da intervenção estatal, a partir do pacto conservador entre a oligarquia agrária e a burguesia emergente.

Nesse sentido, é correto afirmar que o processo de implementação da lógica burocrática no país é marcado por características e injunções políticas ainda permeadas por um viés patrimonialista muito intenso. Isto é, pode-se identificar no Brasil o processo de imbricação do patrimonialismo com a burocracia, como resultado da relação entre as frações senhoriais/oligárquicas e burguesas. Tal relação constituiu a base estrutural do pacto de dominação conservador que viabilizou a industrialização brasileira e que culminou "na necessidade de uma ordem administrativa que combinasse a burocracia [com seus aspectos racionais-legais] com o patrimonialismo [elementos tradicionais]" (SOUZA FILHO, 2006, p.30).

Fernandes (1974) aponta que no Brasil consolida-se uma forma de articulação da dominação burguesa com o uso sistemático do Estado e do poder político estatal, permitindo verificar as constantes transações entre "velhas" e

"novas"⁴ oligarquias, entre grupos do passado e do presente. O Estado precisa se converter, nas palavras do autor: "numa verdadeira arena de conciliação dos interesses convergentes ou divergentes das classes possuidoras". (ibidem, 1974, p. 269).

Iamamoto (2008) situa o fato de que a burguesia brasileira tem suas raízes profundamente articuladas às bases do poder oligárquico e à sua renovação diante da expansão dos interesses comerciais, financeiros e industriais. Pontua também que a velha oligarquia agrária recompõe-se, moderniza-se economicamente, refaz alianças para se manter no bloco do poder, influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa no Brasil. Assim, a relação intrínseca entre o setor agrário e o setor industrial determinará uma dominação de classe composta pela burguesia industrial e a oligarquia tradicional agrária, sendo que tal dominação necessitará de elementos burocráticos e patrimonialistas para a sua materialização e realização.

De acordo com Fernandes (1991), o desenvolvimento no Brasil se processa a partir de uma dupla articulação: "1) internamente, através da articulação do setor arcaico ao moderno (...); 2) externamente, através do complexo econômico agroexportador às economias capitalistas centrais" (ibidem, 1991, p. 241). Assim, o processo de industrialização e urbanização do país se processa a partir da aliança entre a burguesia industrial emergente e a oligarquia agrária.

Mediante o exposto torna-se importante mencionar que no primeiro período da industrialização (até os anos 1950) a oligarquia agrária situava-se como classe hegemônica e, num segundo momento histórico – de 1950 até 1980, essa perde hegemonia para a burguesia industrial, apesar de continuar compondo a elite dominante. Mesmo diante da perda da referida hegemonia, é relevante destacar que a "oligarquia agrária não é excluída da participação no poder, uma vez que ocorre apenas um deslocamento no seu posicionamento de dominação a partir da década de 1950". (SOUZA FILHO, 2006, p.174).

Assim, cabe ressaltar que a partir da década de 1950 será consolidado o Estado desenvolvimentista brasileiro, que tem como marco inicial a inflexão econômica, política e social ocorrida no Brasil a partir da Revolução de 1930. No

⁴ Souza Filho e Gurgel (2016) apontam que não há entre o "novo" e o "velho" uma relação dual, os autores defendem (e corrobora-se com tal análise) que o novo se imbrica com o velho e o velho é funcional ao novo.

tocante à ordem administrativa brasileira, essa deverá se adequar a esse contexto de aceleração do desenvolvimento industrial e de início da "irrupção do capitalismo monopolista", para operar o projeto em voga.

Frente a tal conjuntura, de acordo com o autor supracitado, a ordem administrativa brasileira deverá se adequar ao processo de expansão capitalista em questão, não perdendo de vista a mencionada dependência mútua (capital agrícola e capital industrial), mantendo os segmentos populares mais uma vez excluídos desse processo – uma vez que a classe trabalhadora não participou das definições e dos rumos da expansão capitalista em voga.

Já no contexto do regime militar, de acordo com Nogueira (2008), a administração pública brasileira sofreu um processo de intensas transformações, sendo possível inferir que no Brasil, com o aumento da intervenção do Estado no sentido de viabilizar o desenvolvimento industrial a administração pública passou por um rearranjo ou modernização, visando assegurar o sucesso e a efetivação das novas atribuições, quais sejam: operacionalizar a expansão do capitalismo periférico brasileiro (dependente e associado), iniciar efetivamente o processo de industrialização e incorporação precária dos segmentos populares do processo decisório e participativo no âmbito do Estado.

Torna-se pertinente destacar que o padrão de reforma presente na década de 1930 (especialmente em 1936) se repetiu em 1967 em dois pontos significativos. Primeiramente, a natureza autoritária do regime político – aspecto que contribuiu para implantação da (contra) reforma – e segundo, na divisão da administração em segmentos distintos e desiguais. Neste marco histórico – dos anos de 1967 –, buscando atingir uma "modernização"⁵ estatal entra em vigor o Decreto Lei nº200/67, o qual estabelece as diretrizes para a (contra) reforma administrativa de cunho gerencial, que desencadeia um caráter dissociativo entre burocracia e a política, além da expansão da administração indireta para flexibilizar a administração do Estado.

Assim, é possível afirmar que o referido decreto representou o ordenamento legal e institucional da estrutura administrativa desenvolvida na década de 1950 com

⁵ Corrobora-se com a análise de Florestan Fernandes (1986), que conceituou a "Nova República" e a operação de "conciliação pelo alto", que lhe deu sustentação como: "interrupção da contrarrevolução preventiva", desencadeada em 1964, com o objetivo de minar qualquer possibilidade de uma revolução nacional democrática alimentadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo dependente em sua fase monopólica.

a finalidade de viabilizar o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Como afirma Souza Filho (2006), tal decreto não apresenta inovação substantiva em relação à estrutura da ordem administrativa que já vinha sendo adotada desde a década de 1940 e que foi intensificada na década de 1950.

Em linhas gerais, o significado da ditadura militar e seu processo de modernização conservadora⁶ implicou uma liberalização da administração pública (via Decreto-lei nº 200/67), um enrijecimento burocrático e fortalecimento do Estado para o capital e uma expansão de baixa qualidade (com burocracia precária) para a área social (SOUZA FILHO, 2006, p.241).

Em 1973 tem-se um momento histórico marcado pela crise do milagre brasileiro, no contexto de crise mundial do capitalismo, marco em que o controle imposto pela ditadura no Brasil começa a entrar em declínio. De acordo com Souza Filho e Gurgel (2016), o cenário dos anos 1970 abriu um campo de potencialidades significativas para a redefinição da correlação de forças no Brasil, uma vez que têm-se um momento marcado por profunda insatisfação econômica e política com o sistema ditatorial, fazendo emergir as pressões da sociedade sobre o governo civil militar.

No âmbito internacional, na década de 80 vivia-se um momento de violenta crítica ao padrão sistêmico de integração social que conduziu o capitalismo à sua "época de ouro", contudo, diferentemente do que acontecia nos países centrais, no Brasil a referida década é marcada pelo revigoramento das forças democráticas da sociedade civil e a ampliação das lutas sociais, em que os movimentos sociais organizados protagonizaram um cenário de forte mobilização popular, visando a participação no processo de elaboração da nova Constituição Federal.

Dessa forma, torna possível afirmar que no período pós-ditadura militar e de reabertura democrática, a administração pública se conforma buscando garantir uma ordem burocrática para o Estado brasileiro parametrada pela impessoalidade, pelo mérito e na proteção do cargo, expandindo instrumentos de controle democrático – visando evitar a burocratização, ou seja, o excesso de normas, regras e rigidez administrativa.

⁶ De acordo com Netto (1991, p.31), a modernização conservadora conduzida no interesse do monopólio tinha como objetivo o favorecimento ao capital estrangeiro e aos grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis, tanto no repertório operativo quanto normativo.

Ainda segundo Souza Filho (2006), a Constituição Federal de 1988 representou um campo rico de propostas democráticas também no âmbito da administração pública, com uma série de medidas voltadas para o fortalecimento de sua dimensão burocrática.

Contudo, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, nos anos de 1990 o Brasil passa por um contexto de grandes transformações estruturais, sendo essas parametradas pelos postulados neoliberais que reconfigura o Estado brasileiro. De acordo com Netto e Bráz (2008) o neoliberalismo prevê que os Estados nacionais desenvolvam um processo de (contra) reforma de seu aparato social e político, objetivando a diminuição dos Estados nacionais nas funções sociais em nome de um ajuste fiscal responsável por tornar o “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (ibidem, 2008, p. 227).

É nesse cenário que a década de 1990 marca um amplo processo de contrarreformas no seio da administração pública brasileira, para atender os preceitos e as recomendações do Consenso de Washington, esse que definiu as diretrizes que deveriam ser adotadas pelos governos dos países latino-americanos segundo o ideário neoliberal, com ações que preconizam: a abertura comercial, superávit fiscal, privatizações de empresas estatais, enxugamento da máquina pública e desregulamentação.

DE LULA AO GOLPE DE ESTADO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Estudos acerca da gestão administrativa do ex-Presidente Lula (2003-2010), permitiu inferir, a partir da minuciosa análise documental do governo federal, o cariz gerencial predominante na gestão administrativa estatal petista. Em outros termos, com o estudo aprofundado dos documentos da contrarreforma administrativa do governo Lula, tornou possível identificar a proximidade do teor, do conteúdo e das medidas dos mesmos com as determinações legais presentes nos seguintes documentos: o Decreto lei n. 200/67 (contrarreforma da administração no período militar, com ampla descentralização⁷ administrativa para consolidar o desenvolvimento do capitalismo monopolista no país) e o Plano Diretor da Reforma

⁷ De acordo com Torres (2004), a referida descentralização ocorre na própria administração direta com a distinção entre direção e execução; na relação entre administração federal e unidades da federação e ainda, na transferência para administração indireta e iniciativa privada de determinadas ações.

Administrativa do Estado- PDRAR, de 1995 de caráter gerencial, seguindo os preceitos neoliberais.

Com base em uma análise comparativa dos documentos supracitados e os da gestão de Lula, foi possível apreender e comprovar a adesão, o continuísmo e aprofundamento aos preceitos e aos ditames do modelo gerencial de administrar outrora operacionalizados pelo governo neoliberal do ex-Presidente FHC. Cabe afirmar que na gestão de Lula observa-se uma reatualização dos documentos da contrarreforma engendrada em 1995, mantendo o teor central das medidas da administração neoliberal. Vale ressaltar ainda que os documentos da contrarreforma administrativa de Lula foram mantidos em vigência⁸ durante os governos da ex-Presidente Dilma, o que permite inferir o continuísmo gerencial no âmbito da administração pública federal na gestão da petista.

Tais considerações ratificam a afirmação de que a gestão do ex-Presidente petista foi marcada pela ampla manutenção do pacto com o grande capital financeiro que proporcionou a irrupção de uma série de contrarreformas que golpeou (e continua golpeando) os trabalhadores no que diz respeito a seus direitos. Apesar dos autores sinalizarem medidas de cariz neodesenvolvimentista, como foi o caso dos programas de transferência de renda (como o Bolsa Família), que retirou muitas famílias da miséria, ambos confirmam que a gestão petista não foi capaz de promover uma mudança estrutural na sociedade capitalista brasileira, apenas engendrou formas de conquistar o consentimento dos segmentos vulnerabilizados, para tornar viável o projeto de expansão capitalista do Estado brasileiro, sem embates políticos.

Iasi (2015), ao argumentar teoricamente acerca das metamorfoses do PT, contribui com a análise supracita, ao afirmar:

(...) o transformismo do PT e sua opção por um governo de conciliação de classes, desarmou a classe trabalhadora para o cenário previsível de acirramento da luta de classes. A posição rebaixada e defensiva de um "reformismo de baixa intensidade" como diz André Singer (eu acredito que não chegou a ser nem isso), colocou o centro do governo na dependência econômica do mítico crescimento "sustentado" e politicamente refém da aliança com o PMDB. O zeloso compromisso com o ajuste "necessário" para garantir a acumulação capitalista, condição expressa para que o plano de governo petista se desenvolvesse adequadamente, produz o

⁸ Os documentos (vide nota de rodapé 21), continuam em vigência, com irrisórias modificações. Os mesmos podem ser consultados no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do governo federal.

ingrediente que o bloco da oposição necessita: um governo que se apresenta como de "esquerda" operando o ajuste brutal contra os trabalhadores para salvar os lucros dos grandes monopólios. (IASI, 2015, p.04, grifo do autor).

A análise supracitada se estende para o governo da ex-Presidente Dilma, que apesar de seguir uma gestão também pautada na efetivação de medidas que asseguram o cumprimento dos acordos com o capital internacional (principalmente nos que concerne aos ajustes econômicos para viabilizar a austeridade neoliberal), o seu governo foi tangenciado por uma série de particularidades, que culminaram com a queda de sua popularidade e com o fim de seu mandato, entre os meses de agosto-setembro de 2016, através de um golpe de Estado.

De acordo com o sociólogo Martins (2016), alguns elementos são fundamentais para compreensão da gestão de Dilma e para o cenário que culminou no *impeachment* da petista. O autor elucida que a forte elevação das taxas de juros e o corte de gastos públicos contribuíram para o aumento do desemprego, desencadeando a significativa baixa na confiabilidade do povo brasileiro à gestão da então Presidente, ainda no primeiro semestre de 2015. De acordo com dados levantados pelo autor:

Se no primeiro mandato, o governo Dilma reduziu as taxas de juros de 12,50% a 7,25%, entre julho de 2011 e março de 2013, e o peso dos juros da economia de 5,4% a 4,5% do PIB de 2012 a 2013, a partir de março e principalmente das jornadas de junho de 2013 reverteu este movimento, acelerando fortemente a nova tendência após eleições de outubro de 2014, quando as taxas de juros saltaram de 11% para atingir 14,25% em Julho de 2015. O resultado foi a abrupta elevação nas despesas com juros que chegaram a 8,5% do PIB em 2015, a recessão econômica, a elevação do desemprego de 4,3% em dezembro de 2014 para 7,5% em julho de 2015 e 11,3% em maio de 2016, e a queda dramática da popularidade da Presidente de 46% em outubro de 2014 para 13% em abril e 9% em julho de 2015. (MARTINS, 2016, pg. 01).

O governo Dilma, manteve e em alguns setores agravou o processo de contrarreformas, com a observância: do corte orçamentário para saúde (com a transferência dos hospitais universitários para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- EBSEH), educação (privatizações do ensino em todos os níveis - da educação básica ao ensino superior- esse último que passou a ser financiado via crédito estudantil), reforma da previdência do setor público, criação de fundações estatais, transferências de serviços públicos sociais para as Organizações Sociais

(OS), programas de demissão voluntária de funcionários públicos (Caixa Econômica, Banco do Brasil, Correios, etc), diminuição de ministérios, repasse dos recursos financeiros do fundo público para o custeio dos dividendos da dívida pública, dentre outras.

Tais medidas levam a destruição e/ou subordinação do ordenamento democrático popular ao campo da regressão de direitos, sendo que tal processo foi gestado por um governo que primou pelos interesses corporativos do grande capital em detrimento de qualquer possibilidade de emancipação da classe trabalhadora, em que a participação cidadã nas decisões do Estado se tornou inviável diante da hegemonia do capital globalizado, esse que conta ainda com o forte apelo manipulatório das corporações midiáticas. Assim, torna-se pertinente inferir que os governos neoliberais de FHC, Lula e Dilma deixam a "herança" de um país privatizado, endividado (interna e externamente), mais desigual, mais violento e diante de uma crise social, política, econômica e moral de proporções imensuráveis.

Neste ínterim, torna-se relevante explicitar que, o marco histórico em que se ordenou a gestão da ex-Presidente Dilma, foi permeado por um conjunto de fatores que contribuíram para o golpe de Estado, sendo assim, na tentativa teórica de explicitar as possíveis causas do mesmo, torna-se viável expor os seguintes aspectos: 1) Uma política econômica recessiva (com ajustes e cortes de gastos, principalmente sociais) adotada a fim de manter e cumprir os ditames do pacto com o capital financeiro internacional e a governabilidade de sua gestão; 2) as diversas alianças políticas (entre os diferentes partidos - com a distribuição de cargos e ministérios) realizadas pelo governo visando permitir o prosseguimento da referida governança - decisão política que culminou no avanço da direita; 3) a manipulação arquitetada e ministrada pelas corporações midiáticas, essas que influenciam significativamente no desenvolvimento da consciência social, política e econômica dos brasileiros; 4) o consentimento do Congresso Nacional somado ao corporativismo do poder Judiciário (o Supremo Tribunal Federal- STF- garantiu legalidade ao golpe em sua total ilegitimidade) e ainda, contudo não menos importante: 5) o enfraquecimento do PT, que ao agregar alianças com a direita acabou atacando sua própria base social e não conseguiu agregar forças políticas e sociais (mobilização popular já enfraquecida) para reagir ao golpe de estado que culminou no *impeachment* de Dilma. (MARTINS, 2016, pg.2).

O autor supracitado elucida que o *impeachment* da Presidente Dilma é marcado por um contexto de profunda ilegalidade, essa que fica evidenciada na decisão do Senado de lhe cassar o mandato, sem lhe atribuir crime de responsabilidade ao preservar seus direitos políticos. E ainda, assevera que a ausência de legalidade do ato não pode ser justificada pelo atual governo "usurpador", como um momento de necessária renovação do país (com a afirmação por parte de Temer de que o Brasil em seu mandato passará por mudanças que visam garantir a retomada da estabilidade social, política e econômica). Contudo, o que de fato se observa na conjuntura atual é uma momento histórico extremamente regressivo, em que os brasileiros tem no poder um governo provisório ilegítimo e instável que vem agudizando ainda mais o retrocesso no país com medidas contrarreformistas (dentre elas, a PEC 55/2016⁹), que agravam ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora, acirrando as expressões da "questão social".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando percorrer os meandros de uma análise que tornasse possível desvelar a ordenação da administração pública brasileira, inicialmente procurou-se apreender as determinações constitutivas da ordem administrativa brasileira, evidenciada através de seu movimento e condução interna, de suas conexões, estruturas e contradições – buscando, dessa maneira, captar os elementos essenciais constituintes desse fenômeno e atingir, dentro da perspectiva crítico-dialética, o objeto em sua totalidade.

No contexto da ofensiva neoliberal dos anos 1990, têm-se um cenário que marca um amplo processo de contrarreformas no âmbito da administração pública federal, essas que tem como propósito reestruturar a burocratização da sociedade enquanto mecanismo de administração/dominação da sociedade de massas, buscando para tanto, "monocratizar" cada vez mais a burocracia nas mãos do grande capital financeiro e inserir elementos de flexibilização gerencial no restante da cadeira

⁹ O Projeto de Emenda Constitucional - PEC 241/16, que tramitou no Senado como PEC 55/16- essa que tem como determinação o congelamento dos gastos públicos primários por vinte anos, corrigindo-os apenas pela inflação do ano anterior, tendo como base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA

administrativa, promovendo assim "agilidade" e à redução de custos (essencialmente junto às políticas sociais e acirrando as expressões da "questão social"), que contando com um patrimonialismo em transformismo, inviabiliza o fortalecimento da dimensão formal, meritocrática e impessoal da burocracia, consolidando assim uma racionalidade burocrática voltada para o capital e não para ampliação de direitos.

Outro ponto de análise refere-se à gestão administrativa do governos neoliberais, em especial da gestão do ex-Presidente Lula (2003-2010) e da ex-Presidente Dilma (2011-2016), petistas que recebem e em muitos aspectos aprofundaram a "herança" neoliberal do governo anterior (FHC), esse que implementou uma série de "contrarreformas" que "atacam" os interesses democráticos, populares e nacionais, introduz drásticas mudanças na Constituição Federal de 1988 (com várias medidas provisórias de cunho neoliberal), atendendo e implementando o receituário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e adotando uma legislação estratégica refratária às oscilações das vontades presentes nos setores progressistas da sociedade civil.

O presente artigo perpassa também o adverso momento histórico vivido pela democracia brasileira com o golpe de Estado engendrado por Michel Temer (vice-Presidente de Dilma e atual Presidente da República) e seus aliados, no segundo semestre de 2016. Finalmente, o artigo tem como finalidade demonstrar o continuísmo do caráter insulado da burocracia no âmbito da administração do Estado brasileiro no cenário da gestão do governo ilegítimo de Temer, mais especificamente, no que concerne o Projeto de Emenda Constitucional, também conhecida como "PEC do fim do mundo" (PEC 241/16 na Câmara e atual PEC 55/2016 no Senado), sendo essa mais uma medida que demonstra o fortalecimento da gestão administrativa do núcleo central do governo para validar os interesses do capitalismo financeiro mundializado no bojo da agudização do processo de contrarreformas.

Em outras palavras a referida PEC constitui mais uma ação do governo projetada "de cima para baixo", com o uso desmedido da administração pública gerencial para atingir os fins esperados para o capital na era dos grandes monopólios. Configura-se assim, um processo altamente excludente e antidemocrático, uma vez que (novamente, no curso da história brasileira) é possível

averiguar a exclusão dos setores populares de qualquer participação político-social nas decisões governamentais, delimitando um cenário de profundo retrocesso histórico e uma grande barbárie no campo dos direitos sociais jamais vistos na história do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Exposição de Motivos Interministerial-** EMI n. 00083/2016, de 15 de Junho de 2016.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. SP: Difusão européia, 1974.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, M. **Senso comum e conservadorismo:** o PT e a desconstrução da consciência. São Paulo, 25 de Abr. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 15/06/2014.

_____. **Três crises...falta uma**. São Paulo, 12 de Ago. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 27/12/2015.

LIMA, A. M. C. A. **Administração Pública Brasileira e o Sistema Universitário Federal:** A Ética Deformada do Patrimônio. 2006. 157 fls. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, C. E. **A democracia sob censura:** Golpe de Estado, nova era de dominação burguesa e horizontes da esquerda no Brasil. São Paulo, 20 de Out. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em: 30/10/2016.

NETTO, J. P.; BRÁZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, M.A. **A PEC do teto e a hora da política**. São Paulo, 14 de Out. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br>. Acesso em: 30/10/2016.

SOUZA FILHO, R. de. **Estado, Burocracia e Patrimonialismo no Desenvolvimento da Administração Pública Brasileira**. 2006. 395 fls. Dissertação

VARGAS, T. L.

Ordenação da administração pública brasileira: de lula à temer- um avanço da ofensiva neoliberal e da contrarreforma Estatal

(Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA FILHO, R. de; GURGEL. C. **Gestão Democrática e Serviço Social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo, Cortez, 2016.

WEBER. M. **Economia e Sociedade.** Volume I. Brasília: UNB, 1999a.



NOTAS SOBRE O PERÍODO DO PÓS-LULISMO NO BRASIL ¹

Bruna Figueiredo Oliveira²
Euliny Araújo Mota³
Wesley Helker Felício Silva⁴

*É o fundo do poço
É o fim do caminho
No rosto um desgosto
É um pouco sozinho...*

Tom Jobim

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apontar elementos da conjuntura que se abriu após a restauração neoliberal no Brasil. Especificamente, busca compreender elementos da dinâmica interna do Partido dos Trabalhadores que, em nome do processo eleitoral, o levaram a adaptar-se à ordem e, por outro lado, tem como objetivo apontar a forma pela qual o fim de um ciclo político-econômico no Brasil aprofundou na sociedade brasileira a barbárie tardo-capitalista, uma vez que, ao retirar de cena a gestão do existente realizada pelo Partido dos Trabalhadores, destravou-se as peias para o aprofundamento da miséria no Brasil.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Fim do lulismo; Barbárie

ABSTRACT

This paper aims to point out elements of the conjuncture that was opened after the neoliberal restoration in Brazil. Specifically, it seeks to understand elements of the internal dynamics of the Workers' Party that, in the name of the electoral process, led it to adapt to order and, on the other hand, aims to show how the end of a political-economic cycle in Brazil, deepened the late-capitalist barbarity in Brazilian society, once, by removing from the scene the management of the existing one carried out by the Workers' Party, the foundations for the deepening of misery in Brazil were unlocked.

KeyWords: Neoliberalism; End of Lullism; Barbarism

¹ Este trabalho é um resultado parcial do Projeto de Pesquisa *o Colapso do Lulismo e o caminho seguro à barbárie*.

² Acadêmica Voluntária de Iniciação Científica e graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

³ Acadêmica Voluntária de Iniciação Científica e graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

⁴ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve seu início em 1978, mas se oficializa em 1980, sendo que somente nos anos 1990 torna-se uma oposição institucional relevante dentro do aparelho do Estado. Este caminho selava as “deformações burocráticas” do partido e rompia de vez com as possibilidades de consolidar-se como uma necessidade histórica que poderia unir os trabalhadores nas batalhas que buscasse superar a mera administração da ordem. Em outros termos, os impulsos sociais evidentes desde a sua criação e que ainda se fazia presente, e até certo ponto o animava, entrava em contradição com a sedutora integração à ordem, sem as definições programáticas de outrora; o que, do ponto de vista da sua dinâmica interna, evidenciou-se na passagem de uma agremiação predominantemente militante a uma predominantemente burocrática.

Como demonstrou Secco (2011), trata-se do primeiro partido de massas, criado realmente de baixo para cima, constituído pela igreja progressista, pelos remanescentes de grupos da luta armada, do novo sindicalismo, e apoiado por estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares. Nesse sentido, o PT propunha mudanças que visavam o fortalecimento do movimento social e uma real transformação da ordem existente. Porém, ao se afirmar como uma oposição institucional, à custa da participação nas eleições, da exaltação do modo petista de governar para adquirir a confiança dos eleitores e da aceitação do poder “em benefício da Nação” (FERNANDES, 1991), construíram um discurso econômico em torno do projeto democrático e popular que não passava de “boas intenções abstratas”. Na prática, isso funcionou através de um conjunto de políticas sociais minimalistas, da defesa de um mercado interno de massas e do compromisso cada vez maior de evitar rupturas com o capital financeiro (SECCO, 2011).

Sua adesão à mera administração do existente foi coroada através da famigerada “Carta ao Povo Brasileiro” de junho de 2002, quando investidores nacionais e estrangeiros brindaram o compromisso oficial do PT com o mercado. Em outros termos, a carta expressava o aumento da influência eleitoral e a moderação ideológica que sofrera o PT desde os anos 1990; o que, nas palavras de Fernandes (1991, pag. 7), indicava a “entrega da cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados”. Por isso, a incorporação de uma agenda que visava “valorizar o

agronegócio”, reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e controlar os gastos públicos através da manutenção do superávit primário, acompanharam os governos petistas desde sua eleição em 2002.

Constituiu-se a partir daí a estratégia de desenvolvimento levado a cabo no Brasil, cujo principal objetivo era promover o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que garantia a igualdade de oportunidades. Suas formulações logrou êxito no período em que o cenário externo era favorável a exportação de produtos primários, favorecendo a balança comercial do país e, com isso, a implementação de políticas que garantisse o acesso das massas mais pauperizadas a certo patamar de consumo.

Todavia, no contexto em que a crise passou a abater o Brasil, a estratégia de desenvolvimento petista passou a definhir, e as frações do capital nacional que gozavam de altas taxas de lucro no período de elevado crescimento entraram num ativismo empresarial, voltado para escorraçar o Partido dos Trabalhadores do poder⁵.

DESENVOLVIMENTO

A trajetória de resistência do PT, e a história singular de sua formação reacenderam as esperanças de uma refundação da sociedade, apoio e ampliação na luta dos trabalhadores, após tempos difíceis da ditadura militar, por isso, a vitória do partido em 2002 era sinônimo de mudanças. Todavia, a continuidade da política econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) jogou pelos ares a esperança de mudanças profundas na sociedade brasileira (PAULANI, 2008).

A adesão do partido à mera administração da ordem, indo de encontro com os valores que outrora o orientava, expressou-se no raio de alianças por ele realizadas, uma vez que, nele, couberam setores dos mais variados espectros políticos, a exemplo de José de Alencar, um empresário e senador de direita. Em outros termos, ao curvarem-se às exigências postas pelo capital financeiro, os

⁵ Para uma competente análise cronológica do ativismo empresarial que foi fundamental para aprofundar, através de um golpe institucional-parlamentar, uma agenda de contrarreformas no Brasil, ver Hoelever (2017).

governos do PT reafirmaram a dominação da forma mercadoria, inibindo o país de passar por uma transformação mais profunda na sua estrutura social.

Por esse aspecto que os governos Lula não romperam totalmente com a política econômica liberal do governo de FHC e, conseqüentemente, unificou os programas de transferência de renda existentes no Programa Bolsa Família, considerado o carro-chefe da sua política social, ao mesmo tempo em que criou o programa “luz para todos”, aumentou o salário mínimo, manteve e ampliou o sistema de seguridade social – embora, vale dizer, promovendo sua “assistencialização⁶” – lhe garantindo apoio popular. Embora houvesse a defesa de que essa adesão do PT ao canto da sereia neoliberal fosse apenas uma forma de “fazer a travessia” e realizar uma “transição sem traumas” para uma sociedade emancipada das amarras do capital, ao fim e ao cabo o que se verificou foi uma dócil adequação do partido ao modelo já existente (PAULANI, 2008).

Em outros termos, os governos Lula, ao manter o legado de FHC, reafirmou a lógica da lei geral da acumulação capitalista, acentuando um processo de pauperização relativa das massas trabalhadoras, tendo em vista que, no compasso de uma pequena melhoria das condições de vida dos mais pobres, os mais ricos ficaram intactos, ou seja, não houve uma verdadeira política de redistribuição de riqueza ou renda no Brasil, uma vez que, regido pela cartilha neoliberal, o principal alvo foi o combate à pobreza extrema.

Para Perry Anderson (2016), o que de fato aconteceu foi uma considerável melhoria nas condições de vida dos mais miseráveis, porém de forma individualizada, através de políticas sociais focalizadas que tinham como objetivo a inserção dos mais pobres no mundo do consumo. Nesse sentido, como sumariou Secco (2011), no Brasil os muito pobres foram contemplados por programas sociais, enquanto a burguesia brasileira mais se beneficiou do período de crescimento que vivenciou o país, enquanto que a classe média não foi diretamente beneficiada.

A eleição de Lula, junto com a criação do Programa Bolsa Família, borraram, por conseguinte, as barreiras do preconceito de classe, uma vez que o lulismo, com sua política do “ganha ganha”, e da adesão de diversos setores da

⁶ Por “assistencialização” da proteção social brasileira compreende-se o fenômeno em que, diante do crescimento da pobreza, a assistência social, compondo o tripé da Seguridade Social, junto com a política de previdência e saúde, ganhou centralidade como principal mecanismo de combate à pobreza e, por conseguinte, à desigualdade social. Com isso, a Seguridade Social brasileira passou a assumir uma unidade contraditória, tendo em vista que, ao passo em que avançou a mercantilização das políticas de saúde e previdência, a assistência social se amplia tornando-se a principal política de proteção social brasileira, focalizada na extrema pobreza através dos programas de transferência de renda. Sobre esse processo ver Mota (2008).

sociedade brasileira, despolitizou a questão da pobreza e da desigualdade, transformando-as em problemas de administração, conforme destacou Oliveira (2010). Em outros termos, o lulismo funcionalizou a pobreza como uma questão administrativa, através do combate à pobreza extrema, em conformidade com as contradições do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a ênfase nas políticas de transferência de renda, junto com os louvores ao deus do mercado financeiro, liquidava as possibilidades de defesa e garantia dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras e criava-se uma forma de hegemonia apoiada num “consentimento passivo” das massas e num “consentimento ativo” das direções, em consonância com as principais características do neoliberalismo (BRAGA, 2010; 2016).

Nos termos de Coutinho (2010), o PT não governou para uma maior ampliação e construção de uma sociedade igualitária como se almejava na década de 1980, mas apenas garantiu mudanças superficiais no intuito de que as classes subalternas, mesmo fora da produção, sejam inseridas no consumo, sem que alcancem um patamar de vida superior. Dito de outra forma, o partido que já foi reconhecido como maior partido de esquerda do mundo, que trazia em suas bases o fortalecimento do novo sindicalismo, as demandas da classe trabalhadora, e como direcionamento buscava melhorias e transformações concretas para que de fato acontecessem mudanças na vida da classe trabalhadora, curvou-se ao consenso baseado na aceitação do existente como algo natural e abriu mão da luta pela mudança do que estava estabelecido. Ao deixar, portanto, de pensar a política como uma arena de lutas de diferentes propostas de sociedade, visando grandes transformações, e reduzir-se a propostas cada vez mais rasas, sem grandes mudanças substantivas para as classes subalternas, o lulismo baseou-se na “hegemonia da pequena política”, calcada no consenso passivo.

Nesse contexto, vale ainda destacar que forjou-se no país a concepção de um novo desenvolvimentismo que buscava conciliar uma agenda de crescimento econômico com redução das desigualdades. Tratava-se de uma agenda de desenvolvimento levada a cabo pelos governos do PT que na sua concepção buscava contrapor-se tanto ao neoliberalismo como ao socialismo. Ela ganhou fôlego a partir das publicações do economista Bresser-Pereira (2003; 2004) e,

posteriormente, com a adesão de intelectuais alinhados à perspectiva keynesiana como Sicsú, Paula e Michel (2007).

Ao buscar uma alternativa de política econômica para o desenvolvimento, passaram, portanto, a propor estratégias que visassem “crescimento econômico com equidade social, buscando estimular o debate em torno da constituição de um programa alternativo ao projeto neoliberal” (Sicsú, Paula e Michel, 2007, p. 508). Sendo assim, a proposta girava em torno de construir uma alternativa denominada novo-desenvolvimentista, visando a complementaridade entre Estado e mercado, de tal forma que as medidas macroeconômicas favorecessem o crescimento econômico continuado e a redução da desigualdade social através de programas sociais que promovam a igualdade de oportunidades. Em resumo, suas teses acerca do novo-desenvolvimentismo afirmam:

(i) Não haverá mercado forte sem Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e Mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo de redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas (SICSU; PAULA; MICHEL, 2007: 509).

Nessa perspectiva que o lulismo priorizou as políticas sociais de combate à pobreza e, ao mesmo tempo em que induzia o consumo das massas, fortalecia o papel do Estado no desenvolvimento econômico; ou seja, o giro na consciência de classe pelo qual passava o partido refletia-se desde as últimas resoluções do final dos anos 1990, a exemplo das Resoluções do II Congresso Nacional de 1999, nas quais, no afã de construir uma agenda alternativa ao neoliberalismo, enfatizava um Estado forte no processo de reprodução da vida social. Por conseguinte, a proposta de uma alternativa de desenvolvimento ao neoliberalismo baseava-se numa interpretação da relação entre Estado e mercado, na qual o Estado teria maior capacidade de iniciativa. Por esse aspecto, os governos Lula buscavam distinguir-se dos governos de FHC, afirmando conferir prioridade às políticas sociais no lugar das políticas fiscais.

Convém destacar, todavia, que o balanço teórico desse debate parte de conceitos imprecisos sobre o Estado e, por isso, o enxerga como um poder demiurgo para intervir na economia como se não sofresse as determinações atuais

da valorização do capital. Consequentemente, o novo-desenvolvimentismo defendido pelo PT baseava-se em propostas macroeconômicas ecléticas para fortalecer simultaneamente o Estado e o mercado, de tal modo que, para usar os termos de Fiori (2011: 2), aparece “como se tratasse de uma gangorra que ora aponta para o fortalecimento do mercado, ora para o fortalecimento do Estado”.

Dito de outro modo, na medida em que esta concepção de Estado não considera seu lugar na dinâmica da produção e reprodução da acumulação capitalista contemporânea, as postulações do novo-desenvolvimentismo funcionaram mais como uma operação de propaganda ideológica dos governos do PT para diferenciá-los dos governos FHC, do que um corpo de doutrina responsável por orientar a ação do Estado. Por isso, toda propaganda em relação à redução da desigualdade de renda, veiculada no país nos períodos áureos do lulismo, ocultava o fato de que o Brasil permanecia como um dos países mais desiguais do mundo. Somado a isso, a propaganda novo-desenvolvimentista omitia o fato de que a concentração funcional de renda permaneceu inalterada no Brasil e, se considerada a divisão do bolo entre salários e lucros, o país não apresentou nenhuma alteração substantiva; continuando uma das piores do mundo (SAMPAIO JR., 2012a).

Com isso, o crescimento econômico verificado na melhor fase do lulismo, após 3 décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, após décadas de arrocho, uma ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial, foi o suficiente para garantir o apoio popular e, ao mesmo tempo, as atenções do mercado. Em virtude disso, conforme Sampaio Jr. (2012b), forjou-se no país um mito do crescimento como solução para os problemas do Brasil, causando uma ilusão nas massas, através de políticas sociais compensatórias que permitiram por um lado atender certas aspirações da classe subalterna e, por outro, ampliar a base social do lulismo através da incorporação passiva das massas ao seu arranjo político.

Mas, a entrada do segundo decênio do século XXI trouxe consigo a exigência de que o lulismo precisaria mudar sua feição.

Diante de uma crise de sucessão presidencial no PT, Dilma Rousseff foi apresentada como a continuadora do arranjo político lulista, expondo nas eleições de 2010 um programa de governo cujo objetivo central era a eliminação da miséria. A feição do lulismo, porém, não se alterou em virtude da mudança de presidentes,

mas sobretudo por causa da ressaca da crise do final da década passada que agora alcançava com mais força os países periféricos, ou seja, a alegria do consumo permitida pelos tempos áureos do lulismo apontava para a angústia de uma crise que se aproximava ⁷.

Assim, a partir de 2011 a crise internacional intensificou-se, diminuindo o ritmo do crescimento econômico da economia mundial, afetando também os países emergentes. No mês de agosto deste ano, por exemplo, o mercado mundial é agitado pela fuga em massa de capitais para títulos norte-americanos e alemães; pelo rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela Standard & Poor's; pelo pânico das principais bolsas e mesas de operações financeiras, deslocando seu epicentro de Washington para o meio do continente europeu. Os países europeus credores, liderados pela Alemanha, impuseram uma política de austeridade aos países devedores como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, provocando uma redução das atividades na zona do euro, de tal modo que em 2014 o produto da região era menor que o de 2008. A contração da economia mundial, portanto, afetou o resto do mundo, levando a China a decidir voltar-se para o mercado interno, diminuindo sua taxa de expansão. Em síntese, o crescimento mundial diminuiu de 4,1%, em média ao ano, entre os anos 2000 e 2008, para 2,9% de 2009 a 2014 (SINGER, 2015).

Isso afetou em cheio os governos Dilma, exigindo da sua gestão a adoção de uma política macroeconômica que divergia do seu antecessor, a exemplo da redução da taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano, entre agosto de 2011 e abril de 2013, chegando ao seu valor mais baixo desde 1986. Os efeitos das medidas tomadas, no entanto, não foram suficientes para manter o crescimento da economia, visto que, de um crescimento medíocre de 3,9% em 2011, depois de crescer 7,5% em 2010, a economia desacelerou para 1,9% em 2012. A pressão inflacionária fez com que em Abril de 2013 o Banco Central iniciasse uma escalada de aumento da taxa de juros, encerrada apenas dois anos depois.

O aumento dos preços impulsionou a insatisfação popular e jogou combustível nas ruas para aumentar o fogo das manifestações que reivindicavam o

⁷ Isso pode ser observado no discurso de abertura proferido no Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2011, a presidente, indicando que os tempos eram outros, já sinalizava sua preocupação com o agravamento da crise mundial para o Brasil. Ver: ROUSSEF (2011).

direito à cidade, através da contestação contra o aumento das passagens, a exemplo do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo. Crescia a partir daí a crise política que, junto com a crise econômica, entornou o caldo do fim do lulismo. Dito de outra forma, a partir daí com a confluência cada vez mais forte entre a crise econômica e a crise política, o governo Dilma, depois de chacoalhado pelas manifestações de junho de 2013, viu sua popularidade despencar de 75% para 30%, abrindo-se um período de cansaço da gestão lulista.

A eleição de 2014 foi um retrato de que o lulismo estava em crise. Ao vencer a eleição a duras penas, Dilma se reelegeu na base do voto no “mal menor” com uma margem de apenas 51,64% dos votos, tornando-se a menor diferença de votos desde que Lula foi eleito em 2002. O resultado das eleições mostrava, portanto, que o cenário que se abriu no Brasil, a partir de junho de 2013, dissolvia no ar o período de “paz” social que marcou o lulismo.

Nesse sentido, o fim do lulismo viria a partir do momento em que, após reeleita, Dilma abraçou com força a agenda neoliberal ao tomar como imperativo o corte nos gastos sociais, a redução do crédito dos bancos públicos, o leilão de propriedades do Estado e o aumento das de juros, tendo em vista a manutenção do superávit primário (ANDERSON, 2016). Neste período, portanto, houve redução de recursos para as políticas sociais como o corte de 11,3% para a saúde e 19,3% para a educação, enquanto direcionava o fundo público para garantir a lucratividade do capital financeiro através do mecanismo da dívida pública. Em outros termos, ao abraçar a austeridade neoliberal, o governo Dilma jogou nas conta dos trabalhadores as consequências da crise, enquanto mantinha a lucratividade dos grande bancos através do aumento das taxas de juros, tendo em vista que, no período, os bancos tiveram um crescimento, na sua lucratividade, de mais de 40% no primeiro trimestre de 2015⁸.

Em suma, a combinação de um desgaste político, junto com o aprofundamento da crise econômica, catapultou o colapso do lulismo, abrindo caminho para o fim da administração da pobreza e o aprofundamento da desigualdade. Vale destacar que nesse mesmo contexto grupos empresariais, banqueiros, entidades de comércio, agricultura e serviço etc., passaram a defender

⁸ Cf. CURY, Anay. “Mesmo diante de crise lucro dos bancos não param de crescer”. **G1**, 14/08/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/08/mesmo-diante-de-crise-lucro-dos-bancos-nao-para-de-crescer.html>. Acesso 19/08/2016.

o *impeachment* de Dilma, uma vez que passaram a apoiar o discurso de que o fim da crise no Brasil só seria possível após a saída da Presidente.

Por isso, desde abril de 2015 ganharam força as manifestações “verde e amarelo” contra o atual governo, que só pararam em 31 de agosto de 2016 onde o após julgamento aprovado no Plenário, Michel Temer, vice de Dilma, assumiria para terminar o mandato. Dito de outro modo, o conluio de diversos setores da burguesia brasileira, respaldados pela mídia e por uma atuação seletiva do judiciário derrubou com facilidade o governo Dilma e depositou suas “fichas” no programa político-econômico “ Uma Ponte para o Futuro”, apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, em síntese, significava a constitucionalização do ajuste fiscal ⁹, a exemplo das propostas de corte ou eliminação de programas governamentais, da restrição ao máximo da vinculação dos gastos públicos e a (contra)reforma da previdência (HOEVER, 2017).

Em suma, após adotar as medidas de austeridade em 2015, o governo Dilma, mesmo atendendo docilmente às demandas dos capitais, aplicando um programa contrário ao apresentado em sua campanha, foi escoraçada do poder, junto com o pacto lulista, abrindo caminho para o aprofundamento inescrupuloso do ajuste fiscal e, com ele, a barbárie social. Por isso, em 2016 entre 2,5 a 3,6 milhões de pessoas passaram a engrossar a fileira das massas pauperizadas, aumento a taxa de pobreza e extrema pobreza no Brasil; o desemprego havia crescido 72% até 2016; o trabalho infantil cresceu 11% entre 2014-2015; a arrecadação brasileira teve queda de 11,3%, e o orçamento geral da União foi consumido em 47% pelos serviços da dívida pública, comprometendo o financiamento da proteção social brasileira (ANDERSON, 2016; IBGE, 2016).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Com o esgotamento das gestões do PT, a miséria continua como um grande desafio para a sociedade brasileira, sobretudo no contexto de colapso dos mecanismos que favoreceram uma mobilidade social na base da pirâmide. A tendência diante desse cenário, então, é o aprofundamento da violência dos atores

⁹ A exemplo da Proposta de Emenda à Constituição – PEC – 241, apresentada em outubro de 2016 à Câmara dos Deputados, pela equipe econômica de Michel Temer, que prevê um novo regime fiscal e tem como objetivo limitar os gastos com saúde, educação, assistência social e previdência, pelos próximos 20 anos. Essa proposta foi posteriormente aprovada como Emenda à Constituição n. 55.

sociais, tendo em vista que o crescimento da desigualdade pode impossibilitá-los cada vez mais de conviverem em harmonia. Por isso, a violência pode tomar novas direções, como também afirmou Menegat (2015), a exemplo dos casos da barbárie do “justiçamento” e do ato irracional dos linchamentos promovidos pelos cidadãos “de bem” contra os “bárbaros”, cujos episódios vêm crescendo no país, de tal forma que na última década entre 1 milhão e 1,5 milhão de brasileiros já participaram como agressores de um linchamento ¹⁰.

O *impeachment* da gestão lulista, portanto, visa colocar em curso a forma pela qual o capitalismo passou a responder aos efeitos da grande desvalorização assistida a partir da crise de 2008, tanto no centro como na periferia do sistema, a saber, a radicalização do neoliberalismo. As políticas de ajustes visando seu aprofundamento tem como escopo inibir o patamar civilizatório dos trabalhadores, através da redução das obrigações do Estado com gastos em saúde e educação, por exemplo. O que significa que, além da redução do número de escolas, creches e de verbas para as universidades públicas e para o aprimoramento da construção do Sistema Único de Saúde – SUS – está em curso a consumação de uma época erigida a partir da Constituição de 1988, que desafia as gerações atuais a construir uma luta civilizatória com potencial de oposição histórica à barbárie do capitalismo contemporâneo, mas que, para tanto, vá além da experiência petista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry (2016). **Crise no Brasil**. Tradução: Fernando Pureza. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/crise-no-brasil/>. Acesso 17/04/2016.

ARANTES, Paulo Eduardo (2015). **A fórmula mágica da paz social se esgotou**. Disponível em: http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10949%3Amanchete150715&catid=34%3Amanchete. Acesso 16/07/2015.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: SINGER, André [et. al.]. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Apresentação. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹⁰ Cf. Sodré, Raquel. “Um milhão de brasileiros já ajudaram a linchar alguém”. **IG - Minas Gerais**, 09/08/2015. Disponível em: http://minasgerais.ig.com.br/?url_layer=/2015-08-09/11081668.html. acesso 09/08/2015.

_____. BIANCHI, Álvaro (2015). **Hegemonia e crise: noções básicas** para entender a situação brasileira <http://blogjunho.com.br/hegemonia-e-crise-noco-es-basicas-para-entender-a-situacao-brasileira/>. Acesso 07/03/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 19/09/2004. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412>. NovoDesenvolvimentismo.pdf acesso 02/04/2014.

COUTINHO, C.N. A Hegemonia da Pequena Política. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

CURY, Anay. “Mesmo diante de crise lucro dos bancos não param de crescer”. **G1**, 14/08/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/08/mesmo-diante-de-crise-lucro-dos-bancos-nao-para-de-crescer.html>. Acesso 19/08/2016.

FERNANDES, Florestan. **O PT em Movimento: Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Atores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 43).

FIORI, José Luis. **A miséria do “novo desenvolvimentismo”**. 2011. Disponível em <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/12/02/a-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-por-jose-luis-fiori/> acesso em 03/01/2012.

HOEVER, Rejane Carolina. **Cronologia da Campanha Golpista e Contrarreformista no Brasil (Março/2015 – Agosto/2016)**. Disponível em: https://www.academia.edu/Documents/in/Historia_do_Tempo_Presente . Acesso 28/01/2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Junho de 2016**. disponível:<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3223&busca=1&t=pnad-continua-taxa-desocupacao-11-3-trimestre-encerrado-junho-2016>. Acesso 06/08/2016.

MENEGAT, Marildo (2015). **O fim da gestão da barbárie**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/300341304/Menegat-2015-Fim-da-gesta-o-da-barba-rie>. Acesso: 18/01/2016.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda, 1954. Brasil Delivery: **servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROUSSEF, Dilma. **Discurso da Presidente da República, Dilma Roussef, na abertura do debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso: 09/08/2016.

SAMPAIO JR. Plínio A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 112. São Paulo: Cortez, 2012b.

_____. **Vivemos um processo de reversão neocolonial**. 2012a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509442-neodesenvolvimentismo-uma-estrategia-de-propaganda-dos-governos-lula-e-dilma-entrevista-de-plinio-de-arruda-sampaio-jr>. acesso 28/10/2012.

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978 – 2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? In: **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/07.10.Sicsu-REP.pdf>. Acesso 02/04/2014.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). In: **Novos Estudos**. N. 102, julho de 2015. novos estudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf. Acesso: 05/07/2016.



A “CONTRARREFORMA” DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: entre a precarização do sistema público e a ampliação do setor privado

Camila de Lima Gil Vieira¹
Jéssica Narciso Mendes²
Silvina Verônica Galizia³

RESUMO

Trataremos, neste trabalho, das quatro faces da “contrarreforma” que o sistema previdenciário brasileiro vivencia, desde 1998 até hoje, como expressões da precarização que os sistemas de política sociais públicos experimentam. Deste modo, dão lugar aos capitais privados se incorporarem e valorizarem através de investimentos em setores de política sociais públicas como os Fundos de Pensões. Abordar-se-á, também, como esta dinâmica é implementada pelos sucessivos governos e legitimada pela maioria da população, mesmo caminhando em direção contrária à defesa de direitos sociais dos interesses dos trabalhadores.

Palavras-chave: “Contrarreforma” da Previdência Social; Neoliberalismo; Fundos de Pensões.

ABSTRACT

In this paper will be discussed the four faces of the counter-reform that Brazilian Welfare System faces since 1998 until today as expressions of the failure that the public social policies system experiences and give way to the private sector to incorporate and increase through investments in the public social policies field as the Pension Funds. It will also be discussed how this trend is implemented by the successive governments and legitimized by the majority of the population even moving against the defense of the social rights and workers interests.

KeyWords: “counter-reform” of Social Welfare; Neoliberalism; Pension Funds.

¹ Estudante de graduação em Serviço Social, pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Estudante de graduação em Serviço Social, pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Prof^a. Dra. do Dpto. de Política Social e Serviço Social Aplicada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto preliminar dos estudos no interior do Projeto de Pesquisa: “A atual “contrarreforma” da Previdência” na ESS da UFRJ. O projeto forma parte de uma pesquisa mais ampla que acompanha e trata das mudanças mais gerais do sistema de Proteção Social brasileiro, a partir da “contrarreforma” do Estado e do Sistema de Seguridade Social, desde meados da década de 1990.

Seguimos as “reformas” denominadas de “contrarreformas” do Sistema de Seguridade Social, entendendo-as como parte da dinâmica mais ampla e estrutural do sistema capitalista atual que, como estratégias de valorização de capitais para superar a crise de superacumulação, reduz cada vez mais a gestão estatal pública na oferta de políticas sociais à população em geral, através de privatizações, e favorece uma maior presença de setores privados da sociedade civil (lucrativos e/ou não lucrativos) participando da oferta dos equipamentos e serviços sociais. Neste sentido, entendemos que, para que os setores privados possam ampliar a sua presença em espaços sociais ocupados tradicionalmente pelo Estado, este deve diminuir a sua oferta em quantidade, qualidade e eficiência.

Segundo Harvey (2003, p.123), esta dinâmica pode ser entendida como uma nova onda de *expropriações* a partir do fato de que estão se devolvendo, incentivando e ampliando o atendimento à saúde, serviços de educação e aposentadorias e pensões desde setores privados lucrativos, sobretudo em regiões onde existe capital ocioso. Segundo o autor, o “capitalismo por espoliação” faz liberar um conjunto de ativos a custo baixo ou zero dando-lhes um uso lucrativo (Idem, 124). Assim, o Estado é usado para impor estes processos que vão contra os interesses da maioria da população já que envolve a diminuição de direitos sociais através de políticas de ajuste neoliberais.

A princípio, discutiremos as principais reações do capital, que vão embasar as “contrarreformas” e atingem a Previdência Social brasileira desde 1998 até hoje. Segundo, observamos as sucessivas medidas de “contrarreformas” que precarizam o sistema de previdência público mesmo, como trataremos no terceiro item, quando há criação de novos programas previdenciários que incluem novos beneficiários/contribuintes. Em quarto lugar, abordamos a lógica e estratégias

político-ideológicas utilizadas para induzir à população a aceitar a retirada de direitos e cogitar a possibilidade de migrar para planos de investimentos privados.

AS MUDANÇAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Após o esgotamento do modelo de desenvolvimento seguido pelo modo de produção capitalista no segundo pós-guerra mundial, que ocasionou uma das mais profundas crises econômicas mundiais, o mundo passa por grandes transformações nos mais variados espaços sendo necessário se reorganizar através de um conjunto de respostas articuladas.

Há pelo menos quatro planos de reestruturação das classes dominantes ante o esgotamento do modelo econômico baseado no keynesianismo⁴ ocorrido no pós-segunda guerra mundial que fez com que o mundo capitalista passasse por uma profunda crise não só no seu aspecto econômico, mas também, político e social. Cada uma das reações burguesas afeta direta e/ou indiretamente a política social da área da Previdência Social.

Um dos campos de reestruturação do capital em tempos de crise é a intensificação do processo de *reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho*. Embora não seja exclusivo do capitalismo em momentos de crise, Mandel (1990 apud Mota, p. 66. 1995), explica que a crise no mercado mundial gera esforços por parte do capital na reestruturação tanto na esfera da produção, quanto na dos mercados, a fim de superar tal crise. Segundo Mota (p. 66, 1995), essas medidas na esfera da produção tem por objetivo a elevação da taxa de lucro, por meio de modificações nos padrões tecnológicos ou aumentando a produção de mais-valia, ou até superando obstáculos sociopolíticos que atingem a produtividade da força de trabalho. Já no âmbito dos mercados, as iniciativas interferem na esfera da circulação das mercadorias, por meio de criação de novos nichos econômicos e da redivisão dos mercados consumidores tradicionais.

A partir de 1970, a grande reestruturação na esfera da produção foi a mudança do sistema americano de produção fordista/taylorista para o modelo

⁴ Política econômica, criada por John Keynes (1936), que questionava a não intervenção do Estado econômica e socialmente. Segundo essa perspectiva, o Estado deveria agir diretamente no estímulo à economia, por meio de mecanismos que evitassem uma crise de superprodução.

japonês toyotista⁵. Observa-se cada vez mais uma precarização das relações trabalho, com objetivo claro de alcançar maiores taxas de mais-valia, aumento das taxas de desemprego e, conseqüentemente das relações informais de emprego.

Essas modificações, tanto no plano do mercado quanto da produção, possuem rebatimentos diretos na estrutura da previdência social. À medida que as relações de trabalho são precarizadas, os efeitos nessa política são imediatos, visto que diminuirão os trabalhadores formais influenciando diretamente na quantidade de contribuintes ao sistema.

Outra das reações das classes dominantes é a implementação dos “*Ajustes Estruturais neoliberais*” baseados nas recomendações das Agências Multilaterais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), entendidas como indispensáveis para a superação de mais um período de crise do capital.

As orientações baseiam-se em políticas de estabilização econômica e monetária para a retomada do crescimento e alcançar o superávit primário que permite o pagamento dos juros da dívida externa através de: controle da inflação, liberalizações comerciais e financeiras, privatizações, ajustes fiscais e redução social do Estado. As sugestões do FMI para os sistemas Previdenciários são: a desarticulação dos sistemas públicos, conservação desses só para os que não podem pagar e a promoção, incentivo dos investimentos em pensões privadas, “previdência complementar”, para os trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho. Embora a proposta formulada pelo FMI seja mais ampla, segundo Motta(1995), não altera os princípios da Seguridade Social que foram estabelecidos na CF de 1988, no entanto, as alternativas que os setores ligados ao grande capital encontram para alcançar as metas estabelecidas no plano internacional acabam por desconfigurar o sistema de proteção tal como foi idealizado. Iniciando com a desvinculação das fontes de custeio separando novamente as áreas de saúde, assistência e previdência e favorecendo os capitais para abrir oportunidade ao setor privado lucrativo.

Para as políticas sociais em geral, o Banco Mundial, sugere a ampliação das políticas voltadas para a pobreza nos países periféricos, alterando o padrão de proteção social recém-inaugurado. O Estado desloca a sua responsabilidade para a

⁵ Mudança no modelo de produção, difundida pelo mundo a partir de 1970, que possui como modificação fundamental a flexibilização da produção, preconizando a adequação do estoque conforme a demanda do mercado.

sociedade civil organizada no terceiro setor, o que acaba por reduzir e/ou retirar o caráter de direito dessas políticas.

Estas recomendações se relacionam diretamente com outra reação de cunho teórico e político-ideológico que ganhou terreno nesse contexto de crise estrutural do capital: o *neoliberalismo*, que começa a ter maior protagonismo na década de 1970. Segundo Perry Anderson (1995), o neoliberalismo surge como uma reação teórica e política contra qualquer limitação do Estado sobre os mecanismos de mercado. Os principais teóricos do neoliberalismo⁶ defendiam que a crise que o capital sofria tinha o seguinte motivo: o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário corroeu, com suas pressões e reivindicações, as bases da acumulação capitalista. No Brasil, essa lógica não adentrou de maneira diferente, criou-se todo um aparato ideológico e político que demonstrava que o Estado brasileiro não poderia comportar todas as funções que ele se propunha a realizar, principalmente na área social. Porém, não foi apenas a lógica neoliberal, que prevê um Estado mínimo, que o país absorve neste momento. A superação de crises no sistema capitalista exige do capital respostas que vão além do campo ideológico-político. Essas respostas também precisam garantir ao capital o retorno a altas taxas de lucro.

Além das já citadas, outra resposta do capital foi o aprofundamento da *financeirização* especulativa entendida como produto da superacumulação de capitais e queda da taxa de lucro do setor industrial e outros setores produtivos. Os capitais parasitários ocupam cada vez mais espaços tradicionalmente identificados como pertencentes às políticas sociais públicas e, portanto se apropriando de parte dos fundos públicos e dos trabalhadores de financiamento dessas. Os exemplos mais claros são o aumento dos Fundos de Pensão (abertos e fechados), a proliferação do ensino universitário e planos de saúde privados, entre outros nichos econômicos.

No Brasil, os rebatimentos da crise começam a aparecer de forma mais profunda no final da década de 1970 e início de 1980, época que o país começava, de forma lenta e consensual, se reabrir democraticamente após o período da ditadura civil-militar.

⁶ Segundo Anderson (2003), o principal teórico foi Friedrich Hayek, que teve apoio de outros teóricos, de: Milton Friedman, Karl Popper, Leonel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Euoken, Michel Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

Finais dos anos 1980 e 1990 vivemos uma série de mudanças no país. A construção da democracia junto à Constituição Federal de 1988 é um dos grandes marcos dessa mudança. A chamada “Constituição Cidadã”, traz uma relevante ampliação de direitos, principalmente, na área social através da criação do sistema de Seguridade Social que pretendeu um novo padrão de proteção social amplo, redistributivo, pautando-se na solidariedade social, expandindo a inclusão de novos trabalhadores, fixando um piso mínimo para os benefícios e inaugurando novas e diversas formas de financiamento.

Como Faleiros (1991) e outros autores clássicos nos mostram, as políticas sociais são resultado da luta de interesses de forças sociais no interior das classes sociais, possuem um duplo caráter, contribuem, ao mesmo tempo, para a reprodução da força de trabalho e a valorização do capital. Desta forma, podemos observar que no processo da Constituinte o capital absorve algumas demandas da classe trabalhadora, até por que precisa se legitimar perante a mesma, e os trabalhadores ampliam seus direitos sociais. Mas deixa algumas brechas que permitem a incorporação de setores privados na oferta de bens e serviços sociais. No início dos anos de 1990, quando o país continua com tentativas de implementar estratégias para superação da crise econômica, as burguesias econômico-financeiras⁷ conseguem se reorganizar através de um conjunto articulado de respostas econômicas, político ideológicas e sociais que acabam ignorando grande parte das conquistas e afetando, de forma negativa, as políticas sociais de forma ampla.

A reorganização dos grupos de poder irá se expressar em diversificados planos de ação que implicam em mudanças diretas nas formas de responder às manifestações da questão social. São estes planos que discutiremos na primeira etapa deste trabalho.

O que percebemos é que a partir de tal contexto, o sistema de Seguridade Social é, cada vez mais, incorporado à lógica do capital como uma forma funcional à acumulação e ao processo de construção de hegemonia em um regime democrático. E que aquilo que havia sido idealizado como um novo modelo de proteção amplo e

⁷ Capitais financeiros internacionais, grandes grupos econômico-financeiros nacionais associados a estrangeiros, capitais produtivos nacionais e internacionais. (Cf. Filgueiras, L. - Gonçalves, R., 2007)

democrático vai se fragmentando novamente, e tais perspectivas vão sendo desmontadas.

AS ESTRATÉGIAS DE PRECARIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA

As “contrarreformas” da previdência social

Foi possível perceber que diante do conjunto de transformações, as diversas Políticas Sociais sofrem rebatimentos das mais diversas formas. A partir de 1998, no então Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), inicia-se o processo de “Contrarreforma”⁸ na área da Previdência Social. A “contrarreforma”, além de ser um instrumento político para efetivar as mudanças, é uma estratégia que resulta na diminuição da quantidade, qualidade e aumenta a dificuldade de acesso aos serviços.

As mesmas demonstram que, mesmo sem alterar a Constituição Federal, foi possível, através das Emendas Constitucionais (EC). Desta forma, poderíamos dizer que começa o processo de precarização da Previdência Social pública abrindo espaços rentáveis ao capital privado. As modificações estão fundamentadas em argumentos falsos, que trataremos mais a frente, que dizem respeito, especialmente, ao déficit previdenciário e problemas demográficos.

O primeiro capítulo do desmonte se dá com a EC nº 20 de 1998, no Governo de FHC. Com a implementação do Plano Real (1994), a Previdência Social é colocada como uma das principais áreas a contribuir para a diminuição do déficit fiscal e para gerar mais confiança dos organismos financeiros internacionais e atrair capitais externos. As modificações irão atingir, de forma mais direta, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Um de seus eixos é a mudança na condição de acesso à aposentadoria, que passa do tempo de serviço para o tempo de contribuição e a alteração na fórmula do cálculo que dificultará o acesso aos benefícios e serviços. Outro fator importante é a criação do Regime de Previdência Complementar e do fator previdenciário.

⁸Entendemos, a partir da reflexão das autoras Behering e Boschetti (2007), que a categoria “Contrarreforma” deve ser utilizada por se tratar de diminuição de direitos que são historicamente conquistados pela sociedade através de suas lutas e por compreender que nunca houve uma Reforma completa.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade a este processo, através do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 40 (2003), aprovado como EC nº 41/03, voltada para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), composto por trabalhadores do setor público, entendidos então como os causadores do déficit. Suas principais medidas foram: eliminar o direito à aposentadoria integral; estabelecer o mesmo teto para ambos os regimes; colocar sob entidades fechadas a operação do Regime de Previdência Complementar, por entender que esses trabalhadores têm maiores condições e estabilidade financeira, tornando-se uma área atrativa para o mercado financeiro. Percebe-se aqui um aprofundamento na busca pela maior convergência entre regimes que formam uma grande massa de recursos e que juntas podem ser manejadas e alteradas de maneira mais simples. Elizeu Serra (2009) demonstra que tal fato não leva em conta as especificidades de cada regime e que se busca nivelá-los por baixo. Podem-se assim observar, cada vez mais, novas formas de precarização do serviço público e a abertura para o privado.

A ex-presidente Dilma Rousseff, entre 2015-2016, deu continuidade ao processo e geriu o que se chamou de “mini Reforma da Previdência”, cujos objetivos são o aumento da arrecadação e o ajuste dos “generosos” benefícios para diminuir o “déficit”. Suas principais medidas foram o aumento do tempo para o acesso ao seguro desemprego (de 6 para 18 meses); redução no valor das pensões por morte e transformação nas regras de acesso e aumenta o prazo (30 dias) para o pagamento do auxílio doença pelo INSS ao segurado.

Mais uma vez, o atual governo de Temer retoma, como tema central da agenda, junto à reforma trabalhista, novas medidas de “contrarreforma” da Previdência Social, através da PEC nº 287, final de 2016, onde se reiteram as justificativas da crise geral e o falso déficit do sistema. Os pontos principais a serem modificados são o aumento de tempo de contribuição e a idade mínima para o brasileiro se aposentar (65 anos e 25 anos de contribuição para receber 76% do valor da aposentadoria), fim da aposentadoria por contribuição e novas regras de transição, o que denota novamente o aumento da dificuldade de acesso aos benefícios e eliminação de direitos estabelecidos historicamente.

Criação de novos programas

É necessário observar que mesmo diante de um cenário de “contrarreforma” da Previdência Social os benefícios previdenciários se expandiram desde 2011. Não podemos negar que nesse aspecto houve um avanço positivo na consolidação de direitos previdenciários para novas categorias de trabalhadores. Porém, faz-se necessário analisarmos de que forma essa inserção se realiza, pois foi possível identificar que os novos programas nascem de forma precarizada sob um conjunto de novas condições de acesso.

Tomaremos como exemplo três dos novos programas para analisarmos de que forma essa lógica acontece. As *Empregadas Domésticas* passam a gozar de novos direitos a partir de 2015, com a EC nº72. A partir daí, passam a ter direito ao FGTS, seguro desemprego e salário família. Para ser considerada empregada doméstica é necessário trabalhar mais de duas vezes por semana.

Donas de casa (homens/mulheres), outro grupo incluso e podem se inscrever na Previdência Social como segurados facultativos de baixa renda, mas que para serem configurados em tal categoria não podem ter renda superior a dois salários mínimos (R\$ 1.576) e precisam estar inscritos no Cadastro Único.

Outro programa inclui o *microempreendedor individual*(MEI) que é o segurado que trabalha por conta própria e que se configura como pequeno empresário. Para ser contribuinte precisa alcançar o faturamento máximo até 60.000,00. Além disso, o MEI se insere no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais.

Tanto as donas de casa quanto o empreendedor individual têm direito a se aposentar por idade, por invalidez; auxílio-doença; salário maternidade; pensão por morte e auxílio-reclusão. Mas não tem direito ao auxílio acidente, salário família e aposentadoria por tempo de contribuição.

Confirmamos que estes programas nascem com condições inferiores e limitados em seus benefícios. Mesmo assim, possuem a capacidade de alargar os níveis de legitimação dos sucessivos governos ante grande parte da classe trabalhadora e ampliam a arrecadação ao incluir novos contribuintes.

Os falsos argumentos para a atual “contrarreforma”

A “contrarreforma” da Previdência, novamente, é uma das principais metas já anunciadas pelo governo do atual presidente Temer. Diante de tal fato, reiteram-se mais uma vez os diversos argumentos que vêm sendo difundidos desde meados da década de 1990, discutidos e divulgados pelos mais diversos canais de comunicação.

Faz-se necessário entendermos que argumentos são esses e de que forma atingem a Previdência Social, assim como aos trabalhadores e seus direitos. Pelo menos dois conjuntos de argumentos são constantemente apresentados pelos sucessivos governos e difundidos pela mídia aliada: *financeiros* e *demográficos*. Os consideramos uma construção de “mitos”.

Um dos argumentos mais difundidos é a questão da crise de financiamento da Previdência Social. Neste ponto se estabelece a questão do déficit da Previdência. Em primeiro lugar, faz-se o cálculo da Previdência Social de forma isolada, como única área com recursos próprios que compõe a Seguridade Social, sem levar em conta as fontes de custeio da Saúde e a Assistência Social. A construção desse “mito” gera cada vez mais insegurança na população. A partir disto, como nos mostra Denise Gentil (2007), e o documento da Frente Parlamentar mista em defesa da Previdência Social (2016), são desconsideradas as receitas de outras fontes de financiamento responsáveis pela composição do orçamento da Seguridade Social, incorporadas pela CF de 1988, excluem-se também as renúncias previdenciárias, isenções fiscais dadas às empresas e desonerações fiscais e ignoram-se também valores deslocados para a Desvinculação das Receitas da União(DRU). Atualmente, 30% das receitas da Seguridade Social são utilizados pela União para alcançar o “superávit primário” e pagar parte dos juros da dívida externa. Ainda assim, os empresários reclamam das altas contribuições e impostos pagos por eles à Previdência. Além disso, segundo dados estatísticos do Boletim da Previdência Social de Dezembro de 2015, menos de 60% da população economicamente ativa estão contribuindo ou são segurados do Regime Previdenciário, isso nos mostra que tal fato diminui a receita gerada e deixa milhões de trabalhadores brasileiros sem proteção social e os afasta de acessar um direito.

O outro argumento que aparece com muita força é a *questão demográfica*, diretamente ligada ao aumento da idade média do brasileiro. Ao se falar disto, usa-se o argumento de que a população está envelhecendo, adoecendo mais tarde e que os níveis de natalidade têm diminuído. Porém, não se leva em consideração o fato do crescimento da população economicamente ativa e que a questão do envelhecimento demanda melhoria das condições de vida. Além disso, com o passar do tempo e o desenvolvimento da tecnologia e dos meios de produção, deveria levar-se em conta que o tempo de produção diminui. Em relação à idade, considera-se a expectativa de vida da população que, segundo o IBGE no ano de 2016 está em 75,7 anos. Vale ressaltar que tal fato não leva em conta as especificidades dos Estados brasileiros e das populações locais diante das diferentes condições de vida. Pautam-se nesse ponto a chamada inversão da pirâmide demográfica, onde o topo estará maior que a base sem ponderar que tal fato deixaria uma mão de obra envelhecida e dificultaria o acesso dos jovens ao mercado de trabalho.

Indução política ideológica da população para aceitar as reformas e migrar para a Previdência Privada

Foi possível percebermos que tais processos não se dão de forma isolada e sim através de uma lógica que procura o consenso social necessário para possibilitar a aceitação das “reformas”. A dinâmica que se dá atualmente na Previdência Social faz parte de um processo que vêm se gestando em outras áreas de Políticas Sociais. Podemos perceber que na Saúde e na Educação tal processo vá diminuindo suas ofertas públicas, assim como, precarizando a sua qualidade, de forma que, quem tem condições materiais suficientes, paga pelo serviço como os planos de saúde, escolas e universidades particulares e, como aqui discutido, planos de Previdência Privados.

Nesse aspecto não podemos deixar de trazer o que a Mota (1995) vem demonstrando desde os anos de 1990, a “Cultura da Crise” que de forma geral busca, a partir de um contexto conturbado, se colocar como “o” argumento que faz com que os trabalhadores confiem em que mudanças sejam necessárias para a superação da mesma e, até mesmo, que as defendam por receio ao aumento do desemprego, diminuição de salário, etc. Além disso, como nos demonstra a mesma

autora, nesse processo fomos constituindo, cada vez mais, a passagem do cidadão - pobre para o cidadão- consumidor.

Os principais instrumentos utilizados pelos sucessivos governos para sustentar político e ideologicamente este processo foram a da grande mídia aliada e a cooptação de entidades de trabalhadores e movimentos da sociedade civil incluindo estratégias violentas de controle desses movimentos.

CONCLUSÃO

Desde início dos anos 90, num quadro de profunda crise, a reorganização das burguesias dominantes promove um conjunto articulado de respostas econômicas, político-ideológicas e sociais que negam as conquistas populares e impactam diretamente as políticas sociais. Nos anos 1990 e 2000, o sistema de Seguridade Social se reincorpora à lógica do capital como mecanismo funcional à acumulação e ao processo de construção de hegemonia neoliberal conservadora em regime democrático através de fundamentalmente duas estratégias: a precarização da estrutura pública e o aumento da oferta privada de bens e serviços sociais.

Considerando que o capital constantemente procura inaugurar novos espaços lucrativos no interior da sua lógica expansiva, observamos que na contemporaneidade, ele aumenta a oferta de serviços financeiros chamados de Fundos de Pensões apropriando-se de parte dos salários dos trabalhadores. Para que a oferta privada possa dispor desses capitais, necessariamente o Estado precisa desqualificar os espaços públicos.

Buscamos, no decorrer do trabalho, demonstrar a dinâmica construída para alcançar este objetivo. Ela se expressa através de movimentos em vários campos: as modificações nas legislações existentes (diversas Emendas à Constituição Federal), que precarizam o sistema diminuindo e dificultando o acesso aos auxílios e benefícios existentes e retiram direitos já conquistados pelos trabalhadores; a inauguração de programas precários de acesso a benefícios e auxílios; e a construção político-ideológica de falsos argumentos difundidos para ganhar a aceitação passiva da população no âmbito político-ideológico.

O entendimento desta lógica nos obriga a repensar os princípios e funções nos quais se assentará a proteção social brasileira no futuro.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. “As reformas da Previdência de FHC e LULA e o sistema brasileiro de proteção social”. in: *Revista de Políticas Públicas* de São Luis. V.13, nº1, 31-4. São Luis do Maranhão: jan/jun, 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 1 de março de 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Modifica os Arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do Art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm>. Acesso em: 1 de março de 2017.

_____. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp108.htm>. Acesso em: 1 de março de 2017.

_____. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm>. Acesso em: 1 de março de 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. “Seguridade Social no Brasil e perspectivas do governo Lula”. In Rev. Universidade e Sociedade do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES/SN. Brasília: Jun/2003. Ano XIII, nº 30. (p. 9-16).

FALEIROS, Vicente de Paula. “Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil”, in: Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3, Política Social Brasília. CFESS - ABEPSS – CEAD/NED – UnB, 2000.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Desmistificando o Déficit da Previdência. Brasil. Maio, 2016.

GENTIL, Denise L. A política fiscal e a falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil: análise financeira do período recente. in: SICSÚ, J. (org.) *Arrecadação de onde vem? E gastos públicos, para onde vão?* / São Paulo: Boitempo, 2007 (p. 29-35) Brasil.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

SALDANHA, J. M. – GRANEMANN, S. “Os falsos argumentos da contrarreforma previdenciária do governo Lula” e “Os fundos de pensão e a acumulação capitalista”. In: *Cadernos AdUFRJ*. Rio de Janeiro: maio de 2003.



O CONTEXTO DAS REFORMAS TRABALHISTAS DO GOVERNO TEMER: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL.

Aurora Maria de Morais¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo consiste em demonstrar que a reforma trabalhista aprovada em 14/07/2017 é uma forma de acentuação da mais-valia absoluta. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completou 74 anos em 1º de maio de 2017. Durante este período, a CLT, como ficou conhecida entre os brasileiros, foi submetida a várias reformas, entretanto tais reformas não são todas iguais. Muito recentemente, a lei 13.467/2017, que entrou em vigor em 11/11/2017, tem sido criticada por muitos autores que ressaltam o óbvio prejuízo para os trabalhadores e os objetivos escusos do governo, que não poupou esforços para aprová-la. Acusando a CLT de ultrapassada, os defensores da reforma levantaram sua bandeira sem discutir seus efeitos em sua totalidade. Nessa perspectiva, este trabalho é norteado pelos seguintes questionamentos: Quem seriam os favorecidos pela reforma em questão? A reforma trabalhista não seria apenas uma forma de intensificar a mais-valia na relação capital-trabalho no Brasil? A mais-valia relativa envolve transformações e aprimoramento dos modos capitalistas de produção, desencadeando a desvalorização da força de trabalho. Já a mais-valia absoluta se concretiza na exacerbação da jornada de trabalho (mantendo o mesmo salário). Para comprovar a hipótese, que a reforma trabalhista é unilateral e representa apenas uma forma de acentuar a acumulação de capital, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada na literatura especializada através da consulta de artigos científicos no banco de dados do Scielo, bem como em outros textos cuja busca foi aleatória, com afinidade ao tema. Ainda realizou-se a análise de notícias sobre a reforma trabalhista veiculadas pelas revistas Exame, Folha de São Paulo digital e Veja. Após a realização deste trabalho, é possível concluir que debalde os esforços de acudir a economia, a reforma trabalhista representará apenas mais um esforço de defesa dos interesses unilaterais de espoliação dos trabalhadores com a desregulação dos direitos anteriormente conquistados.

Palavras-chave: Reformas Trabalhistas; Precarização do Trabalho no Brasil; Mais-valia Absoluta; Mais-valia Relativa.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Psicóloga especialista em Gestão de Pessoas. Professora Universitária das Faculdades Santo Agostinho – Montes Claros.

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate that the labor reform on 07.14.2017 is a way of emphasize the absolute surplus value. The Consolidation of Labor Laws (CLL) turned 74 on May 1, 2017. During this period, the CLL, as it became known among Brazilians, was subjected to several reforms, however, such reforms are not all the same and, very recently concluded, the Law 13,467 / 2017, which entered into force on November 11.2017, has been criticized by many authors who point out the obvious injury to workers and ulterior objectives of the government spared no effort to approve it. Accusing the CLL as outdated, reform advocates, have raised their flag without discussing its effects in its entirety. As explained, this work is guided by the following questions: Who would be favored by the reform in question? The labor reform would not be a way to enhance the surplus value in the capital-labor ratio in Brazil? The relative surplus value involves transformation and improvement of capitalist modes of production, triggering a devaluation of the workforce, the absolute surplus value is realized in the exacerbation of the working day (keeping the same wage). To prove the hypothesis conducted a literature search in the Scielo database and other random searches texts affinity with the topic, as well as news analysis on labor reform propagated by the magazines Exame, digital Folha de São Paulo and Veja. Concluding that the efforts to attend the economy, the labor reform will only represent one more effort to defend the unilateral interests of the spoliation of workers with the deregulation of the rights previously won.

KeyWords: Labor reforms; Precarization of Labor in Brazil; Absolute surplus value; Relative surplus value.

INTRODUÇÃO

Contabilizar quantas vezes falou-se ou se executou reformas nas leis trabalhistas ao longo de sua existência no Brasil seria uma tarefa longa. Entretanto, as reformas não são todas iguais e, muito recentemente, a reforma gerada pela aprovação da Lei 13.467/2017 entrou no cenário das discussões dos direitos trabalhistas. Os defensores dessa última reforma justificam a necessidade da lei supracitada como prerrogativa essencial à superação da crise econômica do país. Alegam que a modernização das relações trabalhistas desonerará a mão de obra e permitirá a geração de mais postos de trabalho. Ainda levantam a bandeira da reforma sem discutir possíveis efeitos contrários aos objetivados.

Porém, mesmo sob o emblema da modernização das instituições de trabalho, tal lei está recebendo severas críticas. Autores, endossados pela Organização Internacional do Trabalho, argumentam que a aprovação da referida lei acentuará as condições de precarização do trabalho no Brasil. Assim, os principais

questionamentos sobre o tema resumem-se em: Quem seriam os favorecidos por tal lei? A reforma atenderia ao seu suposto objetivo de criar novos postos de trabalho? Ou seria apenas uma forma de acentuar a mais-valia?

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar que a reforma trabalhista aprovada em 14/07/2017 é uma forma de acentuação da mais-valia absoluta e que os principais beneficiados são os capitalistas. Para tanto, afim de comprovar a que a reforma trabalhista é unilateral, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada na literatura especializada através da consulta de artigos científicos no banco de dados do Scielo, bem como em outros textos cuja busca foi aleatória, com afinidade ao tema. Ainda realizou-se a análise de notícias sobre a reforma trabalhista veiculadas pelas revistas Exame, Folha de São Paulo digital e Veja.

O presente artigo, está dividido em mais cinco seções além desta introdução, a segunda faz um breve histórico desde a escravidão às propostas de reforma da CLT; a terceira trata do contexto da América Latina e da demanda por reformas do Estado; a quarta discorre acerca da crise econômica como ponto de partida para as reformas da CLT; e a quinta aborda os conceitos marxistas pertinentes ao tema e faz um comparativo com a reforma trabalhista do governo Temer. Por fim, apresenta-se os últimos apontamentos sobre a temática nas considerações finais..

UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA REGULAMENTAÇÃO DA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO NO BRASIL

A história do Brasil carrega o peso de quatro séculos de escravidão e uma abolição, em 1888, que se limitou à libertação da massa escravizada, sem nenhuma medida adicional, ou seja, sem definições de direitos além do fim do cativo. O ex-escravo amargou uma libertação abandonada, destituído de local para se abrigar ou se alimentar minimamente, vagou em busca de sobrevivência. Em 1889, havia cerca de um milhão de recém-libertos buscando uma oportunidade de trabalho que lhes garantisse o sustento, porém sem força política e sem direitos. Os imigrantes, diferentemente dos ex-cativos, desde os primeiros grupos - de 1870 a 1914 - conseguiram influenciar a definição de algumas poucas regras de direitos aos trabalhadores, definidas como as primeiras leis. (FERNANDES, 2017; MARINGONI, 2013).

Desde a abolição, em 1988, o país pouco evoluiu em termos de direitos dos trabalhadores, pois as ideias liberais reinantes mantinham o Estado longe destes assuntos. No entanto, o movimento conhecido como “Revolução de 30” trouxe novos rumos e o presidente Getúlio Vargas logo no primeiro ano criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em março do ano seguinte, promulgou o decreto nº 19.770, identificado como a primeira Lei brasileira regulamentar das atividades sindicais. Esta regulamentação buscava reconhecer e, simultaneamente, controlar as reivindicações trabalhistas. Em sequência cronológica, surgiram leis a cerca de direitos e de fiscalização do trabalho. Em 1º de maio de 1943, essa coletânea de leis foi promulgada por meio do decreto nº 5243 (FERNANDES, 2017).

O conjunto dos 922 artigos da CLT passou por 500 modificações desde a promulgação, além da somatória de 67 artigos gerados pela constituinte de 1988. Dentre as ampliações de 1988, destaca-se a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais. (BRASIL, 2003; FERNANDES, 2017). Ainda de acordo com Fernandes (2017), a CLT, como ficou usualmente conhecida pelos brasileiros, parecia ter consciência própria e atenção a qualquer tipo de improbidade na relação capital-trabalho e foi keynesianamente adequando-se aos novos rumos do mercado de trabalho. Destaca-se, por exemplo, a legislação para estagiários criada em 2009, o trabalho a distância, o trabalho do menor e dos deficientes físicos em 2011 e, recentemente, a igualdade de direitos aos empregados domésticos em 2012. De modo geral, as reformas trabalhistas no Brasil tenderam à geração de benefícios para o trabalhador. (FERNANDES, 2017; MARINGONI, 2013).

Acusando a CLT de ser uma legislação ultrapassada, os defensores da reforma justificam tal necessidade como uma solução para a geração de empregos, prerrogativa essencial à superação da crise econômica do país. Alegando que a modernização das relações trabalhistas desonerará a mão de obra e permitirá a geração de mais postos de trabalho, os interessados unilaterais defendem e levantam a bandeira da reforma sem discutir possíveis efeitos contrários aos objetivados. (PASTORE E ZYLBERSTAJN, 2017).

Peter Poschen, diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirma que não há evidências de que a reforma trabalhista promoverá a geração de empregos no Brasil, tampouco melhorará a situação do mercado de trabalho. Comentou, em sua entrevista para a revista Exame, na edição de Maio de 2017, que

os casos internacionais de reformas dessa natureza ilustram claramente que nem sempre a alteração da legislação promove novos empregos. Ainda destacou que, geralmente, o ciclo econômico é o vetor mais importante de recuperação e criação de novos postos de trabalho. Em sua fala, também ressaltou que os objetivos da reforma em curso não são claros (EXAME, 2017). Diante do exposto, cabe perguntar: em qual contexto as reformas estão inseridas?

OS ESTADOS LATINOS E AS DEMANDAS DE REFORMAS

Há várias décadas, está em evidência a reforma do Estado como condição para o enfrentamento da crise que se espalha por quase todos os países do mundo. Tal debate fixa-se em torno da dimensão e das despesas públicas, principalmente, dos Estados latinos e vem sendo utilizado como forma de incriminá-los na seriedade da crise do sistema capitalista que, apesar das tentativas infrutíferas de recuperação do mercado, apresenta um movimento retilíneo e uniforme de agravamento (SARTIM, 2009).

Uma fase de desenvolvimento econômico, permitida pela reconstrução do rastro de destruição ocasionado pela II Guerra Mundial, atingiu as nações periféricas. As regiões focadas em sua reconstrução no pós-guerra abriram espaços para o surgimento de novas oportunidades lucrativas, em especial, para os países latinos. Os Estados assumiram novas posições sociais de inspiração keynesiana, em uma combinação de políticas fiscais e monetárias, cujo principal objetivo era atender às demandas sociais compatíveis com o ritmo de acumulação de capital. Os sindicatos foram reconhecidos por lei, especialmente nas negociações dos direitos coletivos, e conseguiram significativos benefícios como o salário mínimo, acordos salariais de categorias, seguridade social, benefícios de saúde e o seguro desemprego (BORON, 2003; LYRA, 2010).

Porém, esse período de prosperidade foi atravessado pela crise dos anos 1970, que tornou notórias todas as contradições do sistema capitalista. Nas décadas anteriores, o Estado, que era visto como uma instituição merecedora de crédito para resolver os desequilíbrios e instabilidades do mercado, foi apontado como seu gerador. Acumulou críticas e acusações, muitas vezes centradas nos seus projetos de ações sociais de saneamento das demandas da população e foi transformado em

réu, acusado de intervencionismo excessivo e pesado em sua estrutura.(BORON, 2003).

Ainda de acordo com Boron (2003), mesmo a crise sendo compreendida como estrutural, a reforma do Estado está no centro dos debates sobre as alternativas de enfrentamento. No Brasil, o rol de reformas é extenso, mas com argumentos que implicam a legislação do trabalho brasileira como fator limitador de produção e entrada de investimentos/recursos estrangeiros, o que tem acelerado sua reforma. No entanto, um olhar mais cuidadoso verificará um discurso em prol da flexibilização, bem como da estimulação do diálogo direto entre capital e trabalho em uma nítida sinalização do enfraquecimento e decréscimo dos direitos trabalhistas. Sartim e Macedo (2009) acrescentam que é preciso olhar de muito perto para compreender o estratagema da reforma trabalhista e sua relação com a crise econômica.

A CRISE ECONÔMICA, PONTO DE PARTIDA PARA AS REFORMAS DA CLT

Embora não exista concordância ao explicarem as causas, todas as vertentes teóricas admitem que as economias capitalistas alternam períodos de prosperidade e de crise econômicas. (LYRA, 2010). O próprio Marx não cogitou asseverar sobre suas causas ao referir-se à inexistência das condições capitalistas de produção durante suas investigações. Mais especificamente, faz menção apenas às possibilidades das crises capitalistas.

De acordo com Marx (1989),

[...] A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas, - essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. Para a conversão dessa possibilidade em realidade é mister todo um conjunto de condições, que não existem ainda, do ponto de vista da simples circulação das mercadorias. (MARX, 1989, L. I, V. 1, p. 127).

Para compreender a crise do capitalismo, é necessário estar atento às suas

diversas contradições. Se por um lado o capitalismo procura sempre difundir a relação de trabalho assalariado, criando assim mais consumidores, contraditoriamente, também produz obstáculos que impede os assalariados de adquirirem as mercadorias produzidas (MARX, 1989).

Advindo da constante luta pela acumulação do capital, dentre os estratégias do capitalismo está a apropriação de um volume cada vez maior de trabalho não pago (mais-valia), desvalorizando a mão de obra, reduzindo a sua capacidade de consumo e gerando um excedente ainda maior de mercadorias. Interpretando de maneira simplista, se não há salário não há consumo, se não há consumo não há produção, se não há produção não há emprego e não há salário. Se por um lado cria consumidores e necessidades para eles, por outro, os impede, através das forças destrutivas da busca ao lucro de satisfazerem as suas necessidades, e é este o cerne da crise, expresso através da contradição fundamental do capitalismo, que é produzir para quem não pode consumir.

Dentro desse cenário, o sistema capitalista, de maneira cíclica, atinge periodicamente uma superprodução não apenas pelo fato de produzir acima das necessidades, mas também porque os consumidores não podem adquirir os bens e serviços produzidos em decorrência das situações criadas pelo próprio capitalismo. (MARX, 2014).

A crise funciona como um mecanismo de destruição do capital produzido em excesso. É acionada automaticamente quando o lucro é insuficiente para remunerar todos os capitais da sociedade. Tal fenômeno se repete destruindo os capitais em excesso e essa crise, alojada há muitas décadas, configura-se como estrutural. Boron (2003) não se exime de apresentar sua visão:

Se há uma crise de Estado, inoculável tanto na periferia e como no centro, é porque o capitalismo como modo de produção está em crise [...] É certo que o capitalismo não vive uma crise terminal, como foi periodicamente profetizado no seio da tradição marxista só para sofrer renovados desenganos [...] Mas, pode alguém seriamente subestimar a magnitude dos reajustes que estão tendo lugar no sistema capitalista internacional? Não se trata de prognosticar uma derrocada ali onde é evidente que existe ainda capacidade suficiente para contornar obstáculos levantados pela conjuntura atual. Mas como ignorar que estamos em presença de uma série de transformações que colocaram sombrias questões acerca da estabilidade do sistema a médio prazo? (BORON, 2003, p.189).

A questão mais perigosa da crise estrutural do capitalismo corresponde às suas interferências na esfera das instituições políticas, às transformações dos partidos e ao possível fim das assistências do Estado. As garantias políticas adequadas e necessárias em tempos de precariedades socioeconômicas, não ofertadas pelo Estado, parecem confirmar a natureza estrutural da crise. Na mesma direção, no mundo do trabalho, observa-se o renascimento do mais-valor absoluto em países de economia central, nas chamadas democracias ocidentais, e se intensificou nos países de economia periférica, onde sempre esteve em evidência. (MEZAROS, 2014). A Lei 13.467/2017, que entrou em vigor em 11/11/2017, parece ilustrar bem a notória ênfase dada a mais-valia absoluta na atualidade.

AS FORMAS DE MAIS-VALIA E AS REFORMAS NO GOVERNO TEMER

Após a definição apresentada por Marx de magnitude constante enquanto “a parte do dia que apenas produz um equivalente do valor que o capital paga pela força de trabalho” (MARX, 2014, p. 363) e de mais valia “ como o tempo de trabalho excedente ao equivalente ao necessário para a produção do valor de seu salário” (MARX, 2014, p 181), as derivações do conceito de mais-valia conseguem esclarecer ainda mais a relação de exploração capital/trabalho.

A mais-valia relativa envolve transformações e aprimoramento dos modos capitalistas de produção como, por exemplo, a introdução de máquinas ou automatização, que reduzem o tempo, aumentam a produtividade e remetem ao aumento dos lucros, pois o equivalente ao salário do trabalhador é obtido com mais rapidez. Já a mais-valia absoluta é distinguida pela ampliação da jornada de trabalho. A relação entre mais valia relativa e a absoluta fica clara quando verifica-se que a redução do tempo do trabalho necessário para produzir o equivalente ao salário não implica em redução da jornada de trabalho, uma vez que o trabalhador permanece produzindo e gerando mais lucro dentro da empresa.(MARX, 2014)

Não importa qual a mais-valia “esteja no palco”, a força do trabalho sempre será direcionada ao lucro do capitalista. De modo que a mais-valia absoluta se dá através da extensão das horas de trabalho (mantendo o mesmo equivalente de salário) e a relativa com a redução do valor da força de trabalho. (MARX, 2014)

Revistos os conceitos de mais-valia, faz-se necessário discorrer sobre a Lei 13.467/2017, que conforme o texto “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho”. (BRASIL, 2016, p.1).

Em 1º/08/2017, a matéria que foi sancionada pelo Presidente da República em exercício, o deputado Rodrigo Maia, modifica 58 artigos e muitos de seus diversos parágrafos. São alterações e revogações, algumas muito simples, outras,, no entanto, representam grandes impactos sobre as conquistas até então asseguradas ao longo da história da regulamentação do trabalho. De modo que a acentuação da mais-valia absoluta e/ou da precarização do trabalho ficam claras .

Segundo a Folha de São Paulo (2007), acordos, convenções coletivas e negociações vão prevalecer sobre a CLT quando se tratar de temas como: jornada, intervalo para refeição, planos de cargos/salários/funções, organização da Jornada de Trabalho, banco de horas individual, intervalo intrajornada, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente, Plano de cargos, salários e funções, regulamento empresarial, representante dos trabalhadores no local do trabalho, modalidade de registro de jornada de trabalho, troca do dia de feriado, remuneração por produtividade, gorjetas e remuneração por desempenho, enquadramento do grau de insalubridade, prorrogação de jornada em ambiente insalubre sem licença prévia do Ministério do trabalho, prêmios de incentivo em bens ou serviço e participação nos lucros das empresas. É importante destacar que o que for negociado entre sindicato e patrões terá efeito de lei aplicada sobre a CLT (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Ainda de acordo com a Folha de São Paulo, as empresas terão mais facilidade para negociar acordos e situações mais benéficas para si e somente os sindicatos que estiverem melhor organizados terão mais força para negociar o que melhor lhes interessar, do contrário pode-se esperar que ocorram perda de espaço e benefícios para os trabalhadores. O Jornal do Comércio (2017) aponta que as jornadas parciais foram ampliadas em até 5 horas, ou seja, as 25 horas do antigo trabalho parcial passaram para 30 horas e ainda serão aceitas 6 horas extras, o que implica em perda proporcional de salário e mais tempo dentro da empresa.

Home office, agora nomeado de teletrabalho, passa a ser regulamentado, mas muitos direitos, condições de trabalho, remuneração e estrutura dependerão da negociação do contrato entre trabalhador e empregador. A demissão pode ser acordada e negociada, quando for do desejo do trabalhador, nos termos 50% da multa e 80% do FGTS. Assim, o trabalhador pode sofrer pressão e, mesmo sendo demitido, sem sua vontade ou sem justa causa, pode ser obrigado a negociar seus direitos indenizatórios. As homologações de demissão não precisam acontecer no sindicato, porém o trabalhador perderá os alertas e orientações da conferência dos cálculos feitos pelos técnicos dos sindicatos e poderão ter dificuldades para identificar eventuais irregularidades, as quais poderão passar despercebidas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

De acordo com o E- Diário Oficial (2017), ex-sócios não terão que arcar com as obrigação de negócios dos quais já saíram há mais de dois anos, mesmo que a empresa e os sócios atuais não tiverem como pagar. Sendo assim, o trabalhador ficará no prejuízo e sem recurso. O banco de hora extra poderá ser negociado individualmente, fora do acordo coletivo. Desse modo, as negociações caso a caso permitem à empresa atingir arranjos favoráveis a ela e o trabalhador sozinho pode não ter forças para impor seus direitos.

Já as férias poderão ser divididas em até três vezes e não poderão começar antes de feriados ou finais de semana. Pode ser positivo para quem não tira férias por dificuldades em se ausentar da empresa por muito tempo, mas quem deseja férias de uma só vez pode ter dificuldades em negociar. Diante desse cenário, é muito fácil perceber o aumento da tensão entre capital e trabalho. Não é preciso ser especialista na área para perceber que a situação demandará muitas estratégia e organização por parte dos trabalhadores para vencer o parcial cabo de força instalado entre capital/trabalho. Na lei verifica-se uma única vantagem para a força de trabalho, diz respeito às condições de trabalho dos profissionais tercerizados terão “que ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos da empresa, como uso de ambulatório, alimentação e segurança” (ELPAÍS , 2017,p.2).

Por fim, nas palavras de Mézáros (2006), “os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo, podem ser resumidos em duas palavras: flexibilização e desregulamentação” (MÉSZÁROS, 2006, p.33). E neste artigo pode-se afirmar que futuro já chegou no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a lei aprovada, é fácil compreender a insegurança e tensão da classe trabalhadora em relação às perdas de direitos trabalhistas ocasionadas pela reforma trabalhista. O crescente desemprego representou o argumento oportunista para permitir que a flexibilização e desregulamentação da relação entre capital e trabalho alcançasse o trabalhador brasileiro. A Crise parece realmente possuir todas as características para ser nomeada como estrutural, pois, analisando com cuidado, percebe-se que produção, consumo e circulação não conseguem interagir com harmonia há muito tempo no Brasil. Apensar das intervenções governamentais para que o capital siga sua trajetória de acumulação, o êxito não tem sido alcançado.

A classe empresarial, muito mais organizada que os trabalhadores e com recursos financeiros para sua guerrilha, mobiliza-se com rapidez buscando ajustar-se e sobreviver. Também defende com audácia a acumulação de capital que lhe favoreça. As instituições políticas encontram-se entravadas em defender seus interesses pessoais, barganham posições com os capitalistas e não ofertam as garantias necessárias aos trabalhadores nestes tempos precários, o que acaba por intensificar a dificuldade do consumo do trabalhador sustentando o ciclo de realimentação da crise estrutural, que nesse contexto parece não ter fim.

Assim, todos os argumentos justificatórios da reforma trabalhista na nação brasileira, em especial a falácia da geração de mais postos de trabalho, caem por terra quando são estudados minimamente e sua verdadeira natureza é vislumbrada. A defesa dos interesses de uma classe cuja realidade rotineira não lhe permite ver o desequilíbrio ocasionado por sua forma plutocrata de conduzir as equivocadas soluções para os problemas que lhe atingem focaliza a espoliação do trabalhador e acentua ainda mais a crise.

REFERÊNCIAS

BORON, A. A. **Filosofia Política Marxista**. Tradução: Sandra Tabuco. Editora Cortez: São Paulo, 2003.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. **História: A Criação da CLT**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://trt24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt>>. Acesso em 25 agos 2017.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DecretoLei/Del5452compilado>. Acesso em agos 2017.

E-DIARIO OFICIAL, Jornal. **Entenda ponto a ponto as mudanças da Reforma Trabalhista**. Exemplar do mês de Julho (Versão On-Line). Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2017/07/11/entenda-ponto-a-ponto-as-mudancas-na-reforma-trabalhista-294832>>. Acesso em: agos 2017.

ELPAIS, Jornal **Reforma trabalhista: saiba o que pode mudar**. Exemplar do mês de Abril (Versão On-Line).disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/25/politica/1493074533_442768.html> Acesso 27.08.2017 as 22:22 Acesso em mar 2017

FERNANDES, C. **Consolidação das Leis Trabalhistas na Era Vargas**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/consolidacao-das-leis-trabalhistas-na-era-vargas.htm>>. Acesso em agos 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO, Jornal. **Temer Sanciona a Reforma Trabalhista e matem a edição da Lei**. Exemplar do mês de Julho (Versão On-Line). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/07/1900530-temer-sancionara-reforma-trabalhista-e-deve-manter-edicao-de-mp.shtml>>. Acesso em: Agos 2017.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a Dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

JORNAL DO COMÉRCIO, Jornal. **Reforma Trabalhista exige atenção das empresas**.Exemplar do mês de Julho (Versão On-Line). Disponível em:<http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/07/cadernos/jc_contabilidade/573826-reforma-trabalhista-exige-atencao-das-empresas>. Acesso em: agos 2017.

LYRA, D. M. **A Crise Econômica e o Mercado de Trabalho**. Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5039/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: agos 2017.

MARANGONI, G. A Longa Jornada dos direitos Trabalhistas. **Revista de informações e** em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23>. Acesso em agos 2017.

MARX, K. **O Capital** – Critica Economica Politica, Livro I – O processo de Produção do Capital. v.1, 13 ed. Bertrand Brasil S.A.: Rio de Janeiro, 1989.

MARX, K. **O Capital** – Critica Economica Politica, Livro I – O processo de Produção do Capital. v.2, 13 ed. Bertrand Brasil S.A.: Rio de Janeiro, 2014.

MÉSZÁROS I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda.

In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil I**. Capítulo 2. Boitempo: São Paulo, 2006.

MÉSZÁROS I. Marx: nosso contemporâneo e seu conceito de globalização. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. Capítulo 2. Boitempo: São Paulo, 2014.

PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H. **Reformas trabalhistas não são iguais**. Correio Brasiliense. Blog do Servidor, 2017. Disponível em: <<http://blogs.correiobrasiliense.com.br/servidor/reformas-trabalhistas-nao-sao-iguais/>>. Acesso em agos 2017.

SARTIM, M. M. N. **A Reforma Trabalhista e Sindical do Brasil no Contexto de Contra-Reformas Neoliberais: Flexibilização de Direitos ou (Des) Ajuste Social?** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio. Dezembro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=12873@1>. Acesso em 25 agos 2017.



O MUNDO DO TRABALHO E A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES DA CATAÇÃO, UMA BREVE ANÁLISE

José Ribeiro Gomes¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Buscou-se compreender os diversos rebatimentos desta forma de trabalho e a capacidade organizativa que estes trabalhadores possuem para fortalecer a categoria na defesa e ampliação dos direitos e do enfrentamento como classe, diante da correlação de forças vividas na sociedade. Utilizou-se para desenvolvimento do artigo, pesquisa bibliográfica e análise documental. Este artigo buscou demonstrar as particularidades e determinantes das condições deste trabalho na vida social, econômica e política deste público, e se esta forma de trabalho abarca os ativos mínimos para se fundamentar como atividade laborativa, em consonância com as legislações que regulamentam o trabalho no Brasil.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, mundo do trabalho, catadores.

ABSTRACT

In this paper will be discussed the four faces of the counter-reform that Brazilian The objective of this study is to analyze the working conditions of waste pickers and understand the changes occurring in the world of work. He sought to understand the various repercussions of this form of work and organizational capacity that these workers have to strengthen the category in the defense and expansion of rights and coping as a class, on the balance of forces experienced in society. It was used for article development, literature and document analysis. This paper aims to demonstrate the characteristics and determinants of conditions of work in the social, economic and political life of the public, and this form of work includes the minimum assets to be based as labor activity, in line with the laws regulating the work in Brazil.

KeyWords: productive restructuring, the world of work, collectors.

¹Graduado em Serviço Social -Centro Universitário Una. Pós Graduado - Gestão de Programas e Projetos Sociais - Centro Universitário Una. Pós Graduado em promoção da Igualdade Racial. Especialização em Relações Étnico Racial - Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Membro integrante da Mesa de Diálogo, Negociação, Conflitos Urbanos, Agrários e Sócios Ambientais – Governo de Minas. Diretor de Comercialização – Sedese. Conselho Regional do Serviço Social - CRESS-MG – Diretor conselheiro - Secretário executivo do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária. <http://lattes.cnpq.br/1485511037558265> - citações bibliográficas GOMES, J. R. – E-mail: joseribeiroq@yahoo.com.br / joseribgomes88@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a elaboração do presente artigo é o mundo do trabalho e a condição de vida dos trabalhadores da catação, e tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Buscou-se compreender os diversos rebatimentos desta forma de trabalho e a capacidade organizativa que estes trabalhadores possuem para fortalecer a categoria na defesa e ampliação dos direitos e do enfrentamento como classe, diante da correlação de forças vividas na sociedade no contexto das relações de trabalho.

Visto que diversas determinações, inicialmente, eram desconhecidas pelo pesquisador, e que estas conforme esclarecidas, são cada vez mais complexas, tornaram-se imprescindíveis as leituras e compreensões de autores que analisam a constituição do modo de produção capitalista, cujos processos incidem diretamente nas condições de trabalho e de reprodução da classe trabalhadora.

A ampliação da pobreza e da desigualdade social, decorrentes da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, levou um grande contingente de trabalhadores à marginalização e as formas extremas de exploração do trabalho. Uma parte desta massa que não conseguiu se inserir nos postos de trabalhos fragmentados e pauperizados, se constituiu às margens da sociedade sobrevivendo, dentre as diversas alternativas, da catação do material reciclável nos lixões e nos grandes centros, sendo estes também, moradias e sustento. Isto é, o convívio social desse trabalhador.

Considera-se, a este respeito, as análises do Código Brasileiro de Ocupações (2002), que reconhece a categoria profissional de catador de material reciclável; o Decreto nº 5.940/2006 que dispõe sobre a instituição da Coleta Seletiva Solidária, com destinação para os catadores dos materiais recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta; a Lei nº 11.445/2007 que dispõe sobre a permissão do poder público municipal contratar cooperativas e associações de catadores, com dispensa de licitação, para a realização de serviço de coleta de resíduos sólidos nos municípios e o Decreto nº 7.405/2010 que institui o Programa Pró-Catador, redimensiona o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais

Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) e prevê, entre outras, a adesão voluntária dos entes federados ao Programa Pró-Catador. Legislações, estas, que se tornam indispensáveis para o esclarecimento dos rebatimentos enfrentados por esta categoria.

Partindo dessa reflexão, buscou-se referenciais teóricos pertinentes ao tema para descrever a violação dos direitos destes associados no contexto da catação que têm grande dificuldade em acessar seus direitos. Os mesmos sofrem severa exploração de sua força de trabalho. Estes, em sua maioria inserida informalmente, além de muito mal remunerados, não possuem acesso aos direitos trabalhistas garantidos na CLT, configurando um trabalho precarizado e subumano. Tratando-se de um trabalho nessas condições, estes trabalhadores necessitam de total dedicação de tempo e força física para garantir o sustento. Esses trabalhadores se encontram em um ambiente insalubre, e para além das dificuldades enfrentadas, o que talvez gere mais constrangimento sejam o preconceito e a discriminação social devido às condições e padrões de vida impostos socialmente.

Para sistematizar a abordagem de tais questões, esse estudo foi estruturado, que de tal maneira são desenvolvidas análises panorâmicas sobre a organização contemporânea do trabalho e a fragilização dos direitos sociais. Busca-se analisar as transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade, a sua precarização e seus rebatimentos, bem como a fragilização dos direitos da classe trabalhadora em face do Estado neoliberal e transformações ocorridas nos modos de produção, tendo como principais autores como Ricardo Antunes, José Paulo Netto e David Harvey.

Buscou-se também, uma abordagem sistematizada sobre a informalidade como alternativa ao desemprego estrutural contemporâneo. É demonstrada a expansão do trabalho informal no Brasil e suas consequências para a classe trabalhadora, bem como subsídios para discussão, surgimento e evolução da catação de materiais recicláveis no Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa, inicia-se ancorado na teoria social crítica como método, entendendo que a dialética, de acordo com Marx, é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das ideias. O que leva a entender a sociedade de forma mais ampla, evidenciando as suas contradições e transformações, sendo

necessário retratar o modo de relações de dominação, ao qual na sua gênese se implantou e desenvolveu um modo de produção, com suas várias transformações e contradições advindas do seu próprio movimento.

Portanto, em razão do contexto mencionado, percebe-se que o cenário contemporâneo se complexificou e intensificou as formas de exploração do trabalho, sobretudo para aqueles que sobrevivem da catação e do lixo. A relevância desta pesquisa está fundamentada na necessidade de conhecer e discernir o processo de trabalho e a realidade enfrentada por estes sujeitos. Destaca-se a importância social, política, econômica e cultural, na averiguação da subsistência desse contingente em sua totalidade, em que se apreendem quais os direitos positivados e efetivados desses sujeitos e se há violação dos mesmos.

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E A SUA PRECARIZAÇÃO.

Observa-se nas últimas duas décadas do século XX uma metamorfose no mundo do trabalho, ocasionando um conjunto de mudanças, tanto no âmbito da produção, como também na reprodução social da força de trabalho. Até o final da década de 1960 o fordismo vigorou como modelo soberano por se constituir como uma forma hegemônica de dominação e controle social no chão da fábrica e “fora da fábrica”, cuja premissa básica era a adesão dos trabalhadores por meio da capacidade de persuasão, associada a uma impulsão policialesca do trabalhador à máxima produtividade.

Este modelo consolidou-se, como, ao mesmo tempo, alternativo e complementar ao Taylorismo. De acordo com Ferreira (2008), este se constituiu como o primeiro modo de gestão de trabalho caracterizado pela fragmentação das atividades dos trabalhadores; pela divisão entre planejamento e execução e pelo controle dos tempos e movimentos durante o processo de trabalho. Essas estratégias foram desenvolvidas pelo taylorismo para evitar a perda e o desperdício de tempo, tendo em vista aproveitar ao máximo a capacidade produtiva do coletivo de trabalhadores.

Para Oliveira (2012, p.22), o taylorismo também se caracterizou como uma forma de gestão autoritária, baseada no poder coercitivo que se restringiu ao local

de trabalho, não chegando a ser um modelo hegemônico da gestão do trabalho e da sociedade. Desta maneira, para que o taylorismo se tornasse hegemônico era necessário romper com práticas sociais e hábitos culturais vigentes, era preciso conduzir toda a sociedade a aderir a uma cooperação necessária entre patrões e empregados.

Uma mudança que ganhou destaque foi o expressivo avanço tecnológico, sendo que, segundo Ferreira (2008 p. 30), nos países periféricos, como o Brasil, as formas modernas passam a conviver com as formas arcaicas, já que a alta tecnologia soma-se ao trabalho infantil, escravo, informal, a mão de obra barata, maior inserção das mulheres no mercado, as terceirizações e etc., radicalizando a questão social.

Os trabalhadores em geral vivenciam a insegurança no mundo do trabalho, estão vulneráveis ao desemprego, precarização, perda dos direitos sociais e não conseguem se organizar e se fortalecer como classe trabalhadora, havendo um desmonte das organizações sindicais e das políticas sociais.

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

Devido às mudanças no padrão de produção e de acumulação capitalistas ocorridas no final da década de 1970, muitas profissões consideradas estáveis passaram por processos de externalização, terceirização, subcontratação e jornadas temporárias, sazonais e parciais, alinhando-se ao surgimento de novas ocupações. Como consequência, muitas pessoas perderam seus empregos, encontrando-se diante da necessidade de buscar alternativas de geração de renda. Neste contexto, a rua e o trabalho da catação apareceram como meios para garantir o sustento desses trabalhadores desempregados (BOSI, 2008).

Segundo Alencar (2007), as origens da atividade de catação de material reciclável são incertas. Sabe-se que alguns escritores e poetas utilizaram esse tema como inspiração, de modo que o poeta brasileiro Manoel Bandeira, em 1947, escreveu o poema “O Bicho”, expondo sua indignação com a situação de pessoas catando para se alimentar. Segue um trecho do referido poema:

“O Bicho não era um cão,

Não era um gato,

Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.”

De acordo com Alencar (2007), esta atividade intensificou-se alguns anos após a Revolução Industrial – Sec. XVIII, com a geração de objetos de consumo e embalagens em larga escala, aumentando significativamente a quantidade de resíduos sólidos nas áreas urbanas. No Brasil, o problema do lixo envolve o êxodo rural, principalmente nos anos de 1940 e 1950, de modo que no início da década de 1960, metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, com 3,7 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, já conviviam com grandes contingentes de catadores em lixões.

Bosi (2008) chama atenção para o fato de que a maioria destes trabalhadores não foi catador a vida toda e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão a qual não pôde mais exercer, fosse pela determinação do mercado, fosse pela diminuição de sua capacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho. Isto posto, observa-se que o trabalho dos catadores de recicláveis está integrado ao processo de acumulação de capital. Desta forma, o desemprego, a baixa escolaridade, a faixa etária elevada os qualifica para esse tipo de ocupação.

Na cartilha “O Catador é Legal” desenvolvida pelo Ministério Público de Minas Gerais e considerada um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais recicláveis, catador é definido da seguinte forma:

Os Catadores de Materiais Recicláveis são profissionais que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis. São profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas e associações com diretoria e gestão dos próprios catadores.

A partir da década de 1980, os catadores formaram uma força de trabalho mais visível em todo o país. Em 1986 foi fundada a primeira cooperativa de catadores no Brasil, localizada em São Paulo, a Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE, formada a partir da luta dos catadores contra a perseguição da prefeitura que havia proibido a atuação deles na cidade. Este processo de luta foi vivenciado em outras cidades brasileiras, as quais possuem o mesmo modelo econômico (ALENCAR, p.7, 2007).

Ainda de acordo com Alencar, nessa década surgiram outras entidades de catadores em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em Porto Alegre/RS, a Associação das Mulheres Papeleiras da Ilha dos Marinheiros, Associação das Mulheres Papeleiras da Santíssima Trindade, Associação dos Recicladores de Resíduos do Aterro Zona Norte ARRAZN e Associação de Catadores da Restinga; em Novo Hamburgo/RS a Cooperativa dos Recicladores da Grande Porto Alegre. Além dessas, em Canoas/RS a Associação dos Carroceiros e Catadores de Canoas; em Santos/SP a Associação dos Carrinheiros de Santos; em Piracicaba/SP o Grupo de Catadores do Aterro do Pau Queimado e em Belo Horizonte/MG, já no início da década de 1990, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis - ASMARE.

Apesar da luta constante dos catadores, foi a partir do ano de 1992 que suas articulações políticas e organizações foram mais incisivas. Em maio do respectivo ano foi realizado em Santos/SP o 1º Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis, tendo como principais reivindicações o reconhecimento profissional e a articulação nacional. Em novembro de 1999, em Belo Horizonte, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, que serviu como um preparatório para um evento maior (ALENCAR, p.13, 2007).

Segundo o autor referido acima, o marco definitivo na vida dos catadores foi o Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que aconteceu em junho de 2001 em Brasília. Este evento contou com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua e de diversas entidades, como a Organização de Auxílio Fraternal - OAF e a “United Nations Children's Fund” - UNICEF (em português: Fundo das Nações Unidas para a Infância). Neste congresso foram definidas as bases do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, devidamente registradas na Carta de Brasília.

Esta carta ressalta os serviços prestados pelos catadores e cobra das autoridades e da sociedade brasileira a regulamentação da profissão, ~~bem como~~ um espaço digno de trabalho, cidadania e erradicação do trabalho infanto-juvenil na catação. A partir do Congresso Nacional, houve um grande aumento de cooperativas e associações de catadores no Brasil (ALENCAR, 2007).

Em janeiro de 2003, em Caxias do Sul, ocorreu o 1º Congresso Latino americano de Catadores. Entre as principais conclusões deste encontro estava a necessidade de organização e articulação latino-americana dos catadores. Em dezembro, o MNCR com o incentivo de instituições, como a OAF, Pastoral de Rua, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA, e a Fundação AVINA, conquistou a adesão do Governo Federal, que instituiu uma Comissão Interministerial de Apoio à Inclusão Social dos Catadores e determinou que cada ministério procurasse contemplar os catadores nos seus programas e ações. Em dezembro de 2004 foi assinado convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fundação AVINA, objetivando a estruturação política para o trabalho do MNCR em todo o Brasil (ALENCAR, 2007).

Como resultado desse processo de luta do MNCR, em 2002 os catadores conquistaram o reconhecimento da categoria profissional, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sob o código de registro nº5.192-05. Outra conquista dessa categoria ocorreu em 2011, com a Lei Estadual nº 19.823 que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis (Bolsa Reciclagem). Trata-se de um valor a ser repassado trimestralmente para as associações e cooperativas de catadores, sendo que 90% desse valor são destinados aos catadores e o restante para todo o grupo.

Entretanto, estes devem comprovar que estão trabalhando e que seus filhos estão na escola. A Bolsa Reciclagem é uma forma de reconhecer o benefício que esses trabalhadores trazem para a sociedade. (MPMG, 2013)

Ainda de acordo com a cartilha “O Catador é Legal”, em 2010, os catadores se beneficiaram com a criação da Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os governos devem incluir os catadores na efetivação da política, devem incentivar a formação de cooperativas, associações e à estruturação de seus galpões e equipamentos, podendo conceder financiamentos e incentivos. Nos municípios onde há organização de catadores, eles terão preferência na contratação para a atividade de reaproveitamento de resíduos e da coleta seletiva.

Percebe-se, assim, que o recente processo de organização dos catadores vem ganhando notoriedade perante os agentes públicos. Porém, mesmo diante ao avanço nas legislações e na legitimação da profissão, as relações de trabalho dessa categoria permanecem, em sua maioria, na informalidade.

Segundo Medeiros e Macedo (2007), as condições em que os catadores desenvolvem seu trabalho são extremamente precárias. Eles são desprovidos de garantias trabalhistas que os amparem, principalmente em relação a acidentes de trabalho, a doenças, à aposentadoria, 13º salário e seguro desemprego. São mal remunerados, vítimas de preconceitos e não são reconhecidos pela sociedade; sem falar nos riscos à saúde existentes na atividade. Conforme as autoras (apud Birbeck, p.79, 1978) “os catadores se auto empregam, mas, na realidade, eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho”.

Desta forma, faz-se necessário a constante organização do MNCR para a efetivação e permanente busca de seus direitos enquanto cidadãos e enquanto categoria profissional, além do merecido reconhecimento e respeito do poder público e de toda sociedade.

Ao analisar os rebatimentos da precarização do trabalho via informalidade, nota-se que os trabalhadores neste meio de produção, inseridos no mercado informal, são expostos a uma jornada de trabalho exaustiva. Tais rebatimentos expõem estes trabalhadores a um regime laboral bem diferente do praticado no mercado formal. Desta forma, fica evidente a fragilização dos mesmos frente à nova realidade imposta pela informalidade, onde o tempo de trabalho não é mais pré-definido e o salário por este tempo não é mais pré-fixado.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que a informalidade pode significar possibilidades para alguns, pode também determinar as dificuldades e condicionamentos de um mercado de trabalho cada vez mais excludente e seletivo. Assim, ficam evidentes as dificuldades que enfrentam os trabalhadores que vivem da catação de materiais recicláveis, em seu cotidiano laboral, tanto na perspectiva de emancipação do cidadão, quanto na desconstrução dos direitos dos mesmos. Percebe-se que estes trabalhadores recorrem à catação de material reciclável por se encontrarem em situação de desemprego e falta de opção no mercado de trabalho. O mesmo pode ser verificado quando se percebe que parte deles já trabalhou em outras atividades laborais anteriores a atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o trabalho e a condição de vida dos trabalhadores da catação é algo que vai muito além da simples dimensão da reinserção deste público na sociedade por meio da renda. Percebeu-se ao longo da pesquisa que este público em sua trajetória sócio histórica carrega as manifestações da questão social, pois o preconceito, a desigualdade, a exclusão social e a negação dos direitos estão presentes na trajetória de vida destes trabalhadores. Tais fatos são resultados do modelo de acumulação capitalista e de um processo de industrialização desigual, tornando a catação uma alternativa de sustento para as pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Apesar de esta função proporcionar benefícios sociais, econômicos e ecológicos para a sociedade, constatou-se que os catadores ainda são vistos com ~~muito~~ preconceito, pois, em sua maioria, é um público que já esteve ou se encontra em trajetória de rua, fazendo da catação um meio para a sua sobrevivência. Esse preconceito, ainda latente em parcela da sociedade, se evidencia pela opinião construída no contexto histórico e cultural, voltada para o senso comum e higienista dos grandes centros urbanos. Considera-se a aglutinação destes trabalhadores em associações ou cooperativas como ferramentas de fortalecimento da coletividade dos catadores, principalmente para a venda de seus produtos, como um grande avanço diante do monopólio de preços colocados pelos atravessadores. Entretanto, a processualidade e metodologia do trabalho apresentam várias expressões da contradição e exploração da relação entre capital e trabalho, com destaque para a informalidade.

O processo de construção de políticas públicas avançou nesta temática, com conquistas significativas para os catadores de materiais recicláveis. Porém, as mesmas ainda estão longe de reparar a dívida histórica que o Estado tem para com estes trabalhadores. Outro fator agravante advém da falta de efetividade dos direitos e garantias fundamentais promulgados na Constituição Federal de 1988. Ou seja, pensar a superação da precarização do trabalho dos catadores seria menos angustiante se de fato efetivassem as políticas qualitativamente, ou seja, promovendo e garantindo aos trabalhadores da catação o acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Em suma, desmistificar alguns paradigmas sobre o trabalho com materiais recicláveis é essencial para todos. A dimensão unilateral ecológica desse tipo de trabalho se revela com maior facilidade pela sua ênfase na contemporaneidade e interesses do capital travestidos nesse discurso. No entanto, igualmente importante é compreender estes trabalhadores em sua totalidade, como pertencentes a uma classe, bem como as expressões da questão social inerentes ao trabalho e refletidas na vida dos catadores inseridos na sociedade. Para, desta forma, promover ações contínuas e integrais de promoção e garantia e dos direitos e melhoria nas condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**, n.3. Brasília, ABEPSS. 2001, p. 41 – 50.

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. **Novos protagonistas no espaço urbano: Origem, Estrutura e Emergência da Organização dos Catadores no Brasil**. XII Encontro Da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - 21 a 25 de maio de 2007. Belém - Pará - Brasil

ANTUNES, Ricardo e POCHMANN, Marcio. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Ed Cortêz. P.195-209.

ANTUNES, R.A **desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais**. EvocatiRevistan. 19, Jul 2007. Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=134>. Acesso em: 16/03/2014.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7ed. São Paulo: Cortez, 1999B. In: VIDAL, MARINA VALERIA. **Pressupostos políticos-ideológicos e características do “terceiro setor” no âmbito das Políticas Sociais na Argentina**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2006.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M^a O da S e, YASBECK, C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. (Orgs.) **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MESSIAS DE. **Prazer e sofrimento no trabalho de psicólogos em um hospital público da região norte do Brasil**. Porto Velho, Rondônia, 2012.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, ERIKA. **Fordismo, taylorismo e toyotismo**: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. 2008. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf - Acesso em 20 de outubro de 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 7.ed. São Paulo : Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho “informal”**. O caso dos catadores de recicláveis. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 23 No. 67. 2008 (Pág 101 a 191)

DIAS, Sonia Maria. **Coleta seletiva e inserção cidadã – a parceria poder público/ASMARE**. Belo Horizonte, 2014. In: JACOBI, P. Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos: Inovação com Inclusão Social. São Paulo: Annablume, 2006.

DIAS, Sonia Maria. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte. 2002

FERREIRA, JOSÉ WESLEY. **Questão social**: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1230 - Acesso em 21 de outubro 2013.

MINAS GERAIS. Belo Horizonte. **Outra Economia é necessária e urgente**, 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Edições Loyola, Rio de Janeiro, 1992.

MACEDO, Kátia Barbosa. MEDEIROS, Luiza Ferreira de Rezende. **Profissão catador de material reciclável**: entre o viver e o sobreviver. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR v. 3, n. 2, p. 72-94, mai-ago /2007

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos na contramão do capital**: a geografia do (des)trabalho. São Cristóvão/SE: Dissertação de Mestrado/ NPGeo-UFS, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova Fábrica de Consensos**: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social – 5ª Edição – Editora Cortez - 2010

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais. **O Catador é Legal**. Um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais Recicláveis. SIC – Superintendência de Comunicação Integrada MPMG. Belo Horizonte, 2013.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social** - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, in Serviço Social e Sociedade, Cortez Editora, Ed. 50, 1996, (p. 87-132).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. PUC-SP (Faculdade de Serviço Social). Disponível em:

<http://www.galizacig.com/actualidade/200306/cmn_a_feminizacao_no_mundo_do_trabalho.htm>. Acesso em 27/03/2014.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **A informalidade do/no mundo do trabalho e os trabalhadores informais precarizados em Itabaiana/SE**. GEONORDESTE, n. 2: Ano XXII – Artigos, 2011.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da ASMARE em Belo Horizonte (MG)**. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo. 2011.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.



A GESTÃO ESTATAL BRASILEIRA: A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO, A DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA, OS REBATIMENTOS NA QUESTÃO SOCIAL E NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Thais Luiz Vargas¹

RESUMO

O artigo em voga consiste na apresentação de um estudo que corresponde a um desdobramento de análise que teve seu marco na produção da dissertação de mestrado intitulada: "O Governo Lula e a Administração Pública Federal: Uma Análise Crítica", esta que teve como proposta central analisar, apreender e desvelar a conformação da Administração Pública estatal brasileira em seu modelo patrimonial, burocrático e gerencial. Tem como proposta abordar em linhas gerais, o processo de privatização do público, a despoliticização da política e os rebatimentos na questão social e nas políticas sociais.

Palavras-chave: Gestão estatal; despoliticização; questão social e políticas sociais.

ABSTRACT

The current article consists of the presentation of a study that corresponds to a breakdown of analysis that had its mark in the production of the master's dissertation titled: "The Lula Government and the Federal Public Administration: A Critical Analysis", which had as central proposal analyze, apprehend and unveil the conformation of the Brazilian State Public Administration in its patrimonial, bureaucratic and managerial model. Its purpose is to approach broadly the privatization of the public, the depoliticization of politics and the refutation of social issues and social policies.

KeyWords: State management; depoliticization; social issues and social policies.

¹ Possui graduação em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2007) e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF (2007). MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF. Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná- Unopar. Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF. Atualmente é doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

INTRODUÇÃO

A proposta do artigo ora apresentado segue um percurso de análise sócio-histórica que concentra-se no estudo mais amplo da gestão estatal percorrendo os meandros da Administração Pública no contexto do sistema capitalista, visando buscar compreender como se processa a privatização do público, a destituição da fala e a anulação da política, nos termos do sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira, que permite compreender como o Estado brasileiro contemporâneo vem se ordenando e promovendo uma despolitização da questão social- com o revigoramento de práticas conservadoras destinadas ao trato da questão social com a perda da dimensão de universalidade de acesso às políticas sociais- e ainda, a busca desenfreada pela harmonização de antagonismos levadas a cabo pelos governos neoliberais² (especialmente os governos do PT Lula e Dilma e atualmente o aprofundamento das contrarreformas pela gestão do golpista Michel Temer do PMDB), que esvazia e redefine, na cena política, as pautas e as agendas que postas pelos movimentos sociais, comprometendo de maneira geral, sua legitimidade e autonomia para a denúncia da realidade social marcada pelo refluxo da luta de classes, pelo esvaziamento da esfera pública, pelo desmonte das políticas sociais e, conseqüentemente, com a violação e intransigência no que concerne aos direitos sociais.

Para tanto, visando desenvolver uma análise do tema proposto, acredita-se ser de suma relevância remeter, sucintamente, a estudos teóricos já realizados, que servirão de embasamento e norte para o desdobramento do objeto de estudo em questão. Assim, considera-se importante, o resgate da perspectiva marxista que tornou possível decifrar, primeiramente, em que consiste a administração em um sentido geral e, posteriormente, dentro do modo de produção capitalista e ainda, compreender a organização e a estrutura interna do Estado burguês e do funcionamento da ordem administrativa.

A produção teórica da dissertação e seus resultados tornou-se um elemento central para que fosse possível pensar a Administração Pública brasileira em suas

² De acordo com Chesnais (2002), o neoliberalismo constitui uma estratégia ideo-política das classes dominantes na busca de reversão da crise do capital nos anos 1970, que atingiu movimentos progressistas e ainda, o debate sobre desenvolvimento econômico e social deu lugar à agenda política neoconservadora sobre liberalização e desregulamentação dos mercados, estabilidade dos preços e privatização dos bens públicos.

múltiplas facetas, a partir da análise da crise capitalista e das transformações neoliberais (processo de contrarreformas) - parametradas pelo Consenso de Washington³. E ainda, permitiu elucidar, em linhas gerais, os atravessamentos que permeiam as contradições presentes na relação capital e trabalho e finalmente, contudo não menos relevante, viabilizou a apreensão de como as mudanças ocorridas no âmbito do Estado, da Sociedade e da Administração Pública brasileira, encontram-se imbricadas ao cenário de transformação dos interesses hegemônicos do capital financeiro, em um contexto determinado das lutas de classes.

Resumidamente, dentre os aspectos apreendidos com o estudo supracitado, torna-se relevante destacar: a) a compreensão das razões históricas, sociais e políticas que culminaram na **imbricação** da burocracia com o patrimonialismo na organização e constituição da ordem administrativa brasileira, b) a apreensão acerca dos aspectos que conformaram o pacto de dominação conservadora no Brasil, c) a análise do processo de abertura democrática no Brasil (pós-ditadura militar), e) as conquistas advindas da Constituição Federal de 1988, f) e ainda, na conjuntura histórica dos anos 1990, têm-se no Brasil a consolidação desmedida do processo de contrarreformas neoliberais do Estado e no seu bojo a contrarreforma administrativa de natureza gerencial, esta que implica remeter a todos os governos neoliberais⁴ (Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva), inclusive e essencialmente o governo Lula (a partir da extensa análise documental da reforma administrativa de sua gestão - 2003-2010).

Desta forma, a partir do conhecimento acerca das especificidades da constituição histórica da Administração Pública brasileira, fundamentalmente no contexto de imbricação do patrimonialismo com a burocracia e os determinantes desta relação (com a reposição do patrimonialismo sobre bases racional-legais) e ainda, a implicação da lógica gerencial no âmbito administrativo do Estado, nota-se a presença de uma questão de fundo que requer uma análise minuciosa, qual seja: o processo de privatização do público, a destituição da fala, a anulação da política e

³ De acordo com Paes de Paula (2007), a reunião realizada em Washington em 1989, com representantes do governo estadunidense, organismos financeiros internacionais e economistas de diversos países culminou no "consenso" sobre a eficiência das reformas de Estado orientadas para o mercado, tendo como alvo países emergentes como o Brasil.

⁴ No evento em voga, estará disponível um artigo de autoria de Thais Luiz Vargas, que aborda a seguinte questão: "Ordenação da Administração Pública Brasileira: De Lula à Temer- um avanço da ofensiva neoliberal e da contrarreforma estatal", a fim de dar prosseguimento aos estudos das gestões pós Lula.

os rebatimentos de tal processo no âmbito das políticas sociais e dos direitos sociais no Brasil.

De acordo com Oliveira (2007), no Brasil encontra-se um arraigado patrimonialismo que não cede lugar à modernização das relações sociais; ao contrário, para o autor, o patrimonialismo, ou em outros termos nas palavras do autor "cordialidade" é permanentemente atualizada pela abissal desigualdade social, que torna a democracia uma "quimera".

É possível afirmar que a problemática ora proposta, concentra-se no processo de esvaziamento da esfera pública, esta que situa-se no âmbito da Administração Pública Federal e que vem sendo permeada pela lógica gerencial de gestão estatal (de cunho neoliberal), implicando em um perverso cenário de contrarreformas, estas que criam um campo fértil para a ampliação dos programas sociais⁵ voltados para o atendimento às necessidades mínimas da população, em plena sintonia com as determinações neoliberais de reforço do mercado, gerando assim, um cenário que vem favorecendo amplamente o processo de privatização do público, essa que vem acompanhada do que Oliveira (1999), chama de cooptação, destituição da fala e anulação da política que expressa-se essencialmente na pulverização dos movimentos sociais e a ampliação do terceiro setor, que acaba por culminar na unicidade das lutas e organização de classe, no refluxo das lutas sociais, no ideário de solidariedade que fomentou a filantropização do social e de identificação do direito como produto do mercado.

Desta forma, entende-se que o processo de privatização do público associado ao processo de destituição da fala, anulação da política e refluxo na organização e na luta de classes, vem culminando em uma ampla desresponsabilização Estatal no tocante às expressões da questão social⁶. De acordo com Braga (2010), a cooptação dos movimentos sociais momento esvazia o conteúdo político da questão social, engendrando o processo de sua despolitização.

⁵ Oliveira (2010) analisa que a criação do Programa Bolsa Família, por exemplo, despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade, transformando as mesmas em problemas resolvíveis na gestão pública. De acordo com Braga: "sob Lula, a política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes"(BRAGA, 2010, pg. 08).

⁶ De acordo com Yamamoto e Carvalho (2004) a questão social é a expressão da dominação entre os homens na sociedade capitalista. Ou seja, decorre da contradição capital x trabalho, e é um desdobramento da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, do reconhecimento dos seus interesses por parte do Estado, em que a produção da mercadoria é coletiva, mas a sua apropriação é privada.

De acordo com Barison (2014, pg.24), a despolitização da questão social "abre brechas" para reforçar representações do senso comum que entende suas expressões como problemas isolados e fragmentados das relações sociais mais amplas, o que as conecta, segundo a autora, ao campo da ordem privada na medida em que sua gênese é inscrita no plano da subjetividade dos indivíduos. Nas palavras da autora:

(...) Despolitizar a questão social implica ainda em favorecer a compreensão de que as manifestações da questão social são problemas resolvíveis no âmbito do planejamento e da gestão de programas sociais (...) Por fim, despolitizar a questão social assegura a ampliação de mecanismos que traduzem as ações coercitivas do Estado. (BARISON, 2014, pg. 24)

Nesse mote, o que pode-se observar é um apelo desmedido do Estado à solidariedade social, reforçando as noções de filantropia, caridade e assistencialismo, resultando na fragmentação e despolitização junto às políticas sociais. Vale ressaltar, que todo esse processo se gesta no âmbito da conformação do Estado capitalista brasileiro, mais especificamente no âmbito de sua administração pública, essa que ao longo do processo sócio-histórico, estrutura-se da seguinte maneira: sua gestão é constituída de um "mix" de patrimonialismo, burocracia e gerencialismo (imbricados) que, seguindo os preceitos neoliberais, favorecem amplamente o processo de privação do público e o desmonte das políticas sociais, culminando no agravamento da questão social na contemporaneidade.

Para apreender os meadros da problemática em voga, torna-se relevante, portanto, elucidar em linhas gerais a conformação da Administração Pública brasileira, para que seja possível buscar às múltiplas determinações de um Estado que conforma-se na contemporaneidade com uma marca que pauta-se na ampla privatização da gestão pública, que somado ao esvaziamento da luta de classes (expressa fundamentalmente no refluxo e cooptação e institucionalização dos movimentos sociais), tem um reflexo e impacto no tocante ao agravamento da questão social e suas diversas expressões.

Dessa forma, é possível ressaltar, com base em estudos prévios, (a partir da análise documental da reforma administrativa dos governos neoliberais, em especial do governo Lula em seus dois mandatos), um quadro em que a gestão estatal

encontra-se pautada no enfraquecimento da esfera pública e na desresponsabilização do Estado para com a sociedade.

É possível afirmar, em linhas gerais, que os governos neoliberais no Brasil vem fortalecendo e consolidando uma gestão administrativa que vai ao encontro dos processos elencados acima, em que torna-se possível constatar um cenário em que a referida gestão vem desenvolvendo uma ampla política de isenção junto às demandas das classes subalternas, e as políticas sociais tornam-se um tema relevante e complexo, uma vez que expressa relações tensas entre Estado e sociedade, economia e política, e entre o princípio da liberdade, igualdade e equidade ou justiça social, desvinculados da anulação política e da fala e com o refluxo da representatividade de classe, vem gerando um processo de passividade perversa por parte da classe que vive do trabalho, essa que torna-se cada vez mais espoliada do debate político, da luta de classes na sociedade brasileira.

Sendo assim, frente à atual conformação da Administração Pública Federal brasileira e suas várias (contra) reformas, faz com que o Estado pareça uma "objetividade subjetivada" nos termos de Oliveira (1999, pg.72). O antropólogo elucida ainda que o ex-Ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira é o que melhor encarna essa proposta reducionista do Estado, essa que vem se materializando de forma perversa desde 1995 (Plano Diretor da "Reforma do Estado"). O quadro reforça o contexto em que a ênfase recai no processo de uma pseudo corresponsabilidade entre os atores públicos e privados, que na essência do processo recai sob a sociedade civil, mais especificamente sob a classe que vive do trabalho. Esse processo de desresponsabilização estatal (e de uma administração que reforça o mesmo) encontra-se na base de muitas políticas sociais, que enfatizam o papel da família, da comunidade e do "terceiro setor", que vem ocorrendo, como já mencionado, no contexto de contrarreformas do Estado, diminuindo a responsabilidade pública que vem sendo substituída pela "eficiência privada" (discurso gerencial) na gestão administrativa do atual Estado neoliberal.

A conformação da gestão administrativa brasileira (pelos diversos governos neoliberais pós década de 90), vem rompendo com a universalidade e o princípio da uniformidade e equivalência dos direitos, preconizados, essencialmente, na Constituição Federal de 1988, que somado ao processo de destituição da fala, da

anulação da política e refluxo da organização de classe (luta de classe), que vem culminando na ampla destituição de direitos socialmente conquistados e distante de uma democracia como valor estratégico, uma vez que a funcionalidade ao avanço do processo democrático dependerá sempre, nas palavras de Netto (1990), das condições históricas em que se opera a luta política.

AS ESPECIFICIDADES DO ESTADO BRASILEIRO E A CONFORMAÇÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Torres (2004), enfatiza que desde a descoberta do Brasil até a Revolução de 1930, o Estado brasileiro pode ser descrito como a grande instituição garantidora dos privilégios sociais e econômicos de uma elite rural, “aristocrática e parasitária” (ibidem, p. 77). Sendo que esse tipo de relação entre a elite agrária e o Estado brasileiro configura o patrimonialismo – este último, para o autor, predominou na Administração Pública de forma absoluta até 1930, momento histórico em que há uma reordenação política do Estado.

Contudo, ampliando a concepção do autor, considera-se relevante destacar que o patrimonialismo como ordem administrativa foi predominante no Brasil em todo o período imperial e durante a República Velha – que com o passar dos anos acabou se articulando com a estrutura burocrática nascente, configurando, portanto, a base da Administração Pública brasileira.

Nesse sentido, de acordo com Souza Filho (2006) a Administração Pública brasileira nasce, desenvolve e se consolida (até os dias atuais) a partir de uma “espinha dorsal” que combina o patrimonialismo com a burocracia – fato que acaba por configurar uma unidade contraditória, mas que atende a particularidade do capitalismo periférico brasileiro e da “revolução burguesa não clássica que aconteceu no país” (ibidem, 115).

Assim, no contexto impresso pela Revolução de 1930, com o primeiro governo de Getúlio Vargas, o patrimonialismo passa a dividir os espaços e a cultura da Administração Pública com o modelo burocrático que vai sendo gradativamente implantado no Brasil. Reitera-se que até a Revolução de 1930, o Estado brasileiro estava totalmente sob domínio e controle da elite agrária. Sendo assim, em decorrência do processo de urbanização e industrialização que o Brasil passou a

vivenciar a partir da década de 30, têm-se um rearranjo político do Estado, no sentido de atender as pressões modernizantes de uma incipiente burguesia nacional que buscava seu lugar de destaque no cenário mencionado.

Neste mote, torna-se possível compreender que o processo de implementação da lógica burocrática no país é marcado por características e injunções políticas ainda permeadas por um viés patrimonialista muito intenso. Isto é, pode-se identificar no Brasil o processo de imbricação do patrimonialismo com a burocracia, como resultado da relação entre setores não-capitalistas e capitalistas da economia. Tal relação constituiu a base estrutural do pacto de dominação conservador que operou a industrialização brasileira e que culminou na necessidade de uma ordem administrativa que combinasse a burocracia [com seus aspectos racionais-legais] com o patrimonialismo [elementos tradicionais] (SOUZA FILHO, 2006, p.30).

Assim, a análise de Souza Filho (2006) vai ao encontro da realizada por Nogueira (1998), na medida em que o último afirma o Estado brasileiro tornou-se racional-legal sem deixar de ser patrimonialista, passando a existir no âmbito administrativo uma imbricação do patrimonialismo com a burocracia, momento em que a competição econômica politizou-se intensamente, sendo que a concorrência ao invés de buscar sua afirmação no mercado, transformou-se em luta pela conquistas de espaços junto ao poder estatal. Assim, o aparelho do Estado foi progressivamente fragmentado, vinculando-se aos vários privatismos, conseqüentemente, tornando-se relativamente incapacitado para responder às múltiplas demandas sociais.

Conforme elucida Faoro (1975, p.736), o "estamento administrativo", agente do patronato político nacional passa de aristocrático à burocrático sem perder os vínculos tradicionais, com o "patrimonialismo pessoal" convertendo-se em "patrimonialismo estatal". Por outro lado, a competição econômica politizou-se intensamente: a "concorrência", ao invés de buscar afirmação no mercado, transformou-se em luta pela conquista de espaços junto ao poder estatal, posições de onde se poderia participar vantajosamente do jogo político e econômico.

Além do aspecto mencionado, vale enfatizar que o contexto sócio-histórico que demarca a imbricação da burocracia com o patrimonialismo no país é delineado por uma conjuntura em que o emergente processo de industrialização no Brasil

surge e se desenvolve fortemente integrada aos interesses agrários. Para Oliveira (1998), "a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo articulando assim uma relação **desigual e combinada** (ibidem, 1998, p.36, grifo nosso).

De acordo com Souza Filho (2006), a relação intrínseca entre o setor agrário e o setor industrial determinará uma dominação de classe composta pela burguesia industrial e a oligarquia tradicional agrária, sendo que tal dominação necessitará de elementos burocráticos e patrimonialistas para a sua materialização e realização. Como as elites rural e oligárquica constituem a gênese do capital industrial – ou elemento fundamental para o processo de crescimento urbano-industrial –, "a expansão das relações capitalistas no Brasil não pode ser realizada rompendo com a oligarquia tradicional", uma vez que os laços genéticos e estruturais e os privilégios dessa relação constituem os aspectos determinantes das estruturas de dominação do país (ibidem, 2006, p.171).

Neste mote, o início do processo de industrialização no Brasil, que se conforma mais especificamente na década de 50, é marcado por uma coalizão dominante passa a ter como objetivo central conduzir a economia brasileira a um novo patamar de desenvolvimento capitalista, com um processo de industrialização que tinha como objetivo central acelerar a capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis, marcando assim a irrupção do capitalismo monopolista no Brasil. Deste modo, a partir da década de 1950 será consolidado o Estado desenvolvimentista brasileiro, que tem como marco inicial a inflexão econômica, política e social ocorrida no Brasil a partir da revolução de 1930.

No tocante à ordem administrativa brasileira, essa deverá se adequar a esse contexto de aceleração do desenvolvimento industrial e de início da emergência do capitalismo monopolista visando operar o projeto em voga.

Mediante tal contexto, a ordem administrativa brasileira deverá se adequar ao processo de expansão capitalista em questão, não perdendo de vista a mencionada dependência mútua (capital agrícola e capital industrial), mantendo os segmentos populares mais uma vez excluídos desse processo – uma vez que a classe trabalhadora não participou das definições e dos rumos da expansão capitalista em voga.

Para tanto, com a finalidade de acelerar o processo de industrialização no Brasil, em termos políticos e técnicos, foi imprescindível a constituição de uma burocracia insulada⁷ – esta última que acaba por evitar a interferência clientelista e populista no mencionado processo de desenvolvimento industrial que emergia no país. Ou seja, os contornos centrais do projeto desenvolvimentista eram determinados político e ideologicamente pelo pacto conservador com o respectivo apoio total do Estado no sentido de corresponder à dominação existente.

Desta forma, pode-se afirmar que a expansão da burocracia insulada tem como finalidade política a privatização do Estado pelas classes dominantes, constituindo, assim, a gestão racional capitalista – uma vez que privilegia-se neste processo a burguesia, utilizando recursos públicos para promover a acumulação. Souza Filho (2006) destaca que as ações legais desenvolvidas pelo Estado são racionais e não patrimonialistas, mesmo beneficiando privadamente determinado setor, grupos ou pessoas.

No tocante ao contexto da ditadura militar, de acordo com Nogueira (2004) que os acontecimentos de 1964 constituíram um ponto de inflexão na história brasileira. No referido ano, segundo o autor, não houve apenas um golpe no Brasil, mais uma alteração nas formas do Estado e na qualidade do processo sócio-político. Exatamente por isso, não se configurou uma ditadura militar em sentido estrito, ou seja: embora tenha sempre dependido decisivamente dos militares, o regime ditatorial foi muito mais complexo e "sofisticado".

A ditadura fez uso indiscriminado e irresponsável do Estado como agente do desenvolvimento e regulação, mas não conseguiu organizá-lo de forma mais eficiente e muito menos de forma democrática, culminando por esses motivos em uma sociedade que acabou se revoltando contra tal forma de governar. Frente à conjuntura apresentada, de acordo com Nogueira (1998) cristalizou-se, nesse momento, o paradoxo de uma administração direta enfraquecida e marginalizada convivendo com uma administração indireta reforçada sem qualquer sinergia ou planejamento e atravessada pelo espírito da concorrência.

⁷ As determinações centrais da expansão capitalista têm no insulamento burocrático a forma técnica e política para se processar o capitalismo monopolista, mantendo o controle da classe trabalhadora em relação à sua participação política e seu acesso às riquezas produzidas.

Neste ínterim, no contexto de fim da ditadura e abertura democrática, têm-se um quadro em que a década de 80 no Brasil foi marcada por manifestações e pressão pública de organizações da sociedade civil, as quais defendiam uma lógica global de política social pautada pelo padrão democrático, visto que a conjuntura histórico-estrutural caracterizava-se pelo processo de abertura política com a luta pela ampliação e garantia de direitos sociais, culminando na promulgação da Constituição Federal em 1988.

Entretanto, o marco histórico que funda no Brasil, o processo de reabertura democrática (1984) que tinha como proposta estruturar burocraticamente o Estado e democratizá-lo – abrindo caminhos para que as classes subalternas e suas organizações pudessem de fato, criar condições políticas que viabilizasse a ampliação de direitos normatizados pela Carta Magna– acabou, no final da década de 90 (pós Constituição de 88), configurando um quadro de retrocessos, tendo em vista a implementação do modelo neoliberal no país.

Assim, ao invés de haver a ampliação e consolidação de direitos, pautados nos princípios constitucionais, o que observou-se foi um processo ampliado de contrarreformas (fundamentalmente no âmbito das políticas sociais). Desta forma, as condições econômicas e objetivas se reduzem significativamente no tocante ao processo de consolidação de uma contra-hegemonia ao capital.

De acordo com Nogueira (1998), é nesse marco histórico que o Estado brasileiro enfrenta uma série de dificuldades, as quais adquiriram transparência em alguns aspectos: intensa centralização administrativa; uma situação organizacional hipertrófica e distorcida – por meio do empreguismo, da sobreposição de funções e competências e da feudalização –, ineficiência na prestação de serviços e na gestão, privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos e na estrutura de benefícios e subsídios fiscais, reforço do executivo em detrimento dos demais poderes. Assim, todos esses aspectos reforçam o discurso da necessidade da reforma administrativa do Estado com a efetivação do projeto neoliberal no país.

PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO E A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: A DESTITUIÇÃO DA FALA E ANULAÇÃO DA POLÍTICA

De acordo com Habermas apud Lubenow (2012), o desenvolvimento do conceito de público e privado exige uma definição mais precisa no tocante à conformação dos mesmos no âmbito da sociedade burguesa. Segundo o autor, a gênese da esfera pública burguesa se constitui no contexto do pré-capitalismo industrial, momento em que se formam novos elementos de uma nova ordem social.

Sendo assim, a acepção supracitada de público e privada é que servirá de base norteadora da argumentação em voga. Nesse contexto, apropria-se da discussão do sociólogo Francisco de Oliveira (1999), em que o autor narra a privatização do público exerce um poder sem partilha, anula as falas, desmoraliza as demandas da sociedade. Agrega-se a tal contexto um refluxo dos movimentos sociais e da luta de classes que agrava ainda mais a questão social em suas múltiplas expressões, além dos rebatimentos no âmbito das políticas sociais na medida em que essas são sempre resultado que envolve mediações complexas, tais como: sociais, econômicas, culturais e políticas; atores, forças, classes sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal e privada. (PEREIRA; SILVA E PATRIOLA, 2006, pg.07).

De acordo com Oliveira (1999, pg.59), a formação sócio-histórica da sociedade brasileira é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia, em síntese, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento.

A ANULAÇÃO E ESVAZIAMENTO DA POLÍTICA: OS REBATIMENTOS NA QUESTÃO SOCIAL E NAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Iamamoto (2008), elucida que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista, e ainda, que sua gênese na sociedade capitalista deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessárias à sua realização e mais ainda, de

seus frutos. É inseparável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como forma de satisfazer suas necessidades vitais.

Behring e Rossetti (2006) elucidam que as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se no Brasil de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais. Assim, cabe afirmar com base nas autoras mencionadas acima que, as marcas da formação social brasileira e a consolidação do capitalismo no país desde tempo longínquos é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente de direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca “*indelével*” da nossa formação, fato central para pensar a configuração da questão social e suas formas de enfrentamento.

E é justamente no contexto histórico de derrocada dos anos 90 no Brasil, frente ao contexto neoliberal, que as políticas sociais (que constituem uma das formas de enfrentamento das diversas expressões da questão social), acabam incorporando e sendo parametradas por princípios paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho e devem ser acessadas via mercado (BEHRING, 2003, pg. 65). Assim, elas deixam de ser direito social, num contexto de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social.

Sendo assim, a questão social, essencialmente no contexto neoliberal, passa a ser objeto de ações filantrópicas e de benemerência, deixando de ser responsabilidade do Estado. As “redes” de proteção social acabam sendo “comunitárias” e “locais”. As políticas sociais passam a ser substituídas por “programas de combate à pobreza”, que visam, nos termos de Soares (2003), “minimizar” os efeitos do ajuste sobre os “mais pobres” ou “mais frágeis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que, compreender e develar a constituição e a conformação (e as respostas) contemporânea das políticas sociais em sua essência só é possível compreendendo os meandros da gestão administrativa estatal (gerencial por excelência), que reiteira no campo do discurso e da execução um processo ampliado de privatizações e desresponsabilização estatal para com as expressões da questão social na contemporaneidade. Além de ser de suma relevância

apreender como o processo que envolve a privatização do público, a destituição da fala e anulação da política vem refletindo na ausência da luta de classe e no reflexo dos movimentos sociais, culminando no que aqui foi tratado como "passificação perversa" da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARISON. M.S. **A Judicialização e a despolitização da questão social:** duas faces de uma mesma moeda. In: O Social em Questão. Ano XVIII, n.31. 2014.

BEHRING, E. **O Brasil em contra-reforma.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I. BEHRING, E. et alli. (orgs.). **Política Social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2006.

FAORO. R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo; São Paulo. Editora da USP, 1975.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUBENOW. J.A. **A Despolitização da Esfera Pública em Jurgen Habermas Sob a Perspectiva Sócio-Política.** In: Problematap Rev. Int. de Filosofia, vol.03, n.01, 2012.

NETTO. J.P. **JHC e a Política Social:** um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação – Balanço do Governo FHC. Rio de Janeiro:Vozes, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **As Possibilidades da Política,** São Paulo, Paz e Terra, 1998.

_____. **Um Estado para a sociedade civil.** São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F; PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e a hegemonia global. Organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos de Cidadania- NEDIC. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PEREIRA, J.D; SILVA, S.S. de S; PATRIOLA, L. M. **Políticas Sociais no Contexto Neoliberal:** focalização e desmonste. In: Qualitas. Universidade Estadual da Paraíba. v.05, n.03, 2006.

SOUZA FILHO, R. de. **Estado, Burocracia e Patrimonialismo no Desenvolvimento da Administração Pública Brasileira.** 2006. 395 fls. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VARGAS, T. L.

A gestão estatal brasileira: a privatização do público, a despolitização da política, os rebatimentos na questão social e nas políticas sociais

SOARES, L.T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003. pgs 19-39.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.



POLÍTICAS SOCIAIS, A FAVOR DE QUEM?

Suzane Dalla Rosa¹

RESUMO

Sendo as Políticas Sociais campo de destaque para atuação dos Assistentes Sociais e havendo assim, uma relação intrínseca ao seu fazer profissional, este trabalho busca trazer aspectos relativos ao Estado e às Políticas Sociais. Demarca-se que estas nasceram dentro do contexto capitalista, carregando em sua essência, interesses antagônicos aos da sociedade, de forma a não haver um compromisso efetivo com a emancipação dos indivíduos envolvidos. Ressalta-se que as políticas sociais nos países periféricos tendem a ser mais expressamente imediatistas e minimalistas em suas características, pois agem de forma superficial diante das demandas sociais. Nesse sentido, se fazem pertinentes a defesa e a efetivação das políticas sociais de modo amplo e integral, empenhada no comprometimento com os direitos sociais da sociedade.

Palavras-chave: Estado; Políticas Sociais; Setor Econômico.

ABSTRACT

Since Social Policies are a prominent field for the work of Social Workers and there is therefore an intrinsic relation to their professional practice, this article seeks to bring about aspects related to the State and Social Policies. It is claimed that these were born within the capitalist context, carrying in their essence, interests antagonistic to those of society, so that there is no effective commitment to the emancipation of the individuals involved. It should be emphasized that social policies in peripheral countries tend to be more expressive and minimalistic in their characteristics, because they act superficially in face of social demands. In this sense, the defense and implementation of social policies in a comprehensive and integral manner, committed to the commitment to social rights of society, are relevant.

KeyWords: State; Social Policies; Economic Sector.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado com o intuito de contribuir teoricamente ao Primeiro Encontro Norte Mineiro de Serviço Social – ENMSS, o qual discutirá a Formação e o Trabalho em Tempos de Regressão Social, a ser realizado na cidade de Montes Claros/MG.

Para tanto, este artigo busca contemplar uma breve discussão acerca do tema Estado e Políticas Sociais, tema este que traz pontos históricos distintos, porém fundamentos singulares. Tendo em vista a forma residual e descontinuada com que as políticas sociais têm se colocado diante das demandas sociais, o presente trabalho busca fomentar discussões e não abre mão de contribuições e aprofundamentos contínuos. O objetivo, portanto, é passar por questões de relevância para compreensão de como se deu o contexto e a natureza que propiciaram o nascimento das políticas sociais, assim como também os atravessadores que perpassam estas iniciativas e seus posteriores impactos.

Para tanto, foram utilizadas contribuições teóricas de autores como Anderson (1995), Behring e Boschetti (2008), Polanyi (2000), Pereira (2011) Faleiros (2007), Sadeck (2011), Salvador (2012) e Soares (2002), os quais trazem subsídios fundamentais para a compreensão e articulação do tema.

DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em obra, Behring e Boschetti (2008) ressaltam a dificuldade de se definir uma data que demarque o início das políticas sociais, mas pontuam que as primeiras ações vistas como tais se gestaram na convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento das atuações do Estado. Pontuam também que a difusão destas políticas acontece na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista², especialmente em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial.

Ainda no pré-capitalismo, foram identificadas iniciativas do Estado a serviço da sociedade, cujas foram materializadas por meio de legislações sociais as

²Em obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, José Paulo Netto (1996) apresenta a ideia de que o capitalismo monopolista representa uma fase onde acontece fusão entre empresas. O objetivo é o aumento dos lucros, deixando expresso por consequência, um sistema totalizante de contradições onde se destacam a exploração e alienação em patamares mais elevados.

quais apresentavam um caráter propriamente punitivo e que preconizavam o trabalho forçado, tendo em vista que a pobreza e a desigualdade social eram compreendidas como infortúnio e responsabilidade pessoal. Dessa forma, Behring e Boschetti (2008) colocam que as legislações sociais instituídas no pré-capitalismo – a exemplo da Lei dos Pobres, Lei de Domicílio, Speenhamland Act e Nova Lei dos Pobres – ofereciam uma restrita assistência ao indivíduo, porém sob o julgo do trabalho forçado.

Essa situação ganhou uma conotação diferente, quando juízes de Berkshire, no sudeste da Inglaterra, se reuniram para um encontro em Speenhamland, (também na Inglaterra) datado em 06 de maio de 1795 e decidiram que os soldos (antiga moeda romana) deveriam se adequar a um nível mínimo e conforme o preço do pão. Instaurou-se então um regime em que havia um complemento ao salário do indivíduo, apresentando uma *inovação social e econômica*, que perdurou até o ano de 1834.

Polanyi (2000) ressalta que essa foi uma alternativa emergencial e inclusive vigorou como lei em grande parte do campo e posteriormente em distritos manufatureiros, apesar de não ter sido promulgada oficialmente a tabela de valores que cada pessoa receberia conforme o preço do quilo do pão. Sobre este período o qual antecede a Nova Lei dos Pobres, Pereira coloca:

Agora, não só os impotentes e desempregados, mas também os empregados tinham de ser sustentados, em vista da presença ameaçadora da fome e do aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade. Por falta de uma direção nacional, as localidades introduziram subsídios como complementação de salários, que se tornaram mais sistemáticos à medida que a pobreza se alastrava (PEREIRA, 2011, p 67).

Considerando as primeiras iniciativas citadas, tem-se que as políticas sociais nasceram, portanto, em contextos de fortes demandas sociais, de modo que o aparelho Estatal buscava medidas para respondê-las. Contudo, o caráter das ações/iniciativas do Estado voltadas a sociedade nunca foi neutro, uma vez que foi constituído por interesses adversos. Por um lado, as políticas sociais se faziam (e fazem) necessárias à sociedade – historicamente marcada pela desigualdade de classes e violação de direitos – por outro, estas ações se tornaram aliadas do

Estado e de outros setores, uma vez que legitimavam o governo e favoreciam o setor econômico.

Ao analisar os fundamentos da política social, atrelados ao seu contexto histórico, nota-se que ela esteve ligada ao suprimento de necessidades básicas dos indivíduos e aos poucos se articulava a medidas que possibilitassem, de maneira pífia, a reprodução da classe trabalhadora. Assim, considerados os impactos que as crises econômicas capitalistas traziam ao mercado e à sociedade, as ações do Estado buscavam, sobretudo, garantir a supremacia financeira.

Pereira (2011) relaciona o caráter institucional das políticas sociais aos efeitos da revolução industrial e das mobilizações sociais, ligados ao acirramento das necessidades sociais, as quais ficaram bastante evidentes e eram sustentadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Na década de 1880 o governo alemão, por meio de Otto Von Bismarck admitiu a pobreza inserida e resultante do sistema capitalista. Para que o capitalismo não entrasse em colapso, Bismarck percebeu a necessidade de apoiar o trabalhador quando houvesse ausência de renda, como em casos de envelhecimento, acidentes ou doenças, de modo que o indivíduo não perdesse seu poder de compra e conseqüentemente não afetasse o desenvolvimento do sistema. Diante deste contexto, a lógica do seguro social ganhava notório destaque.

A autora destaca que tal iniciativa alemã teve grande significado para as políticas sociais, sendo a lógica do seguro contributivo presente até os dias atuais. Contudo, tal mecanismo de proteção social não dispunha de ampla cobertura aos indivíduos, pois atendia somente a um público específico, no caso, o trabalhador que tivesse condições de garantir um seguro contributivo através do seu trabalho.

Como se verifica, o contexto político e econômico traz grande influência na condução e características das políticas sociais. Nesse sentido, ao decorrer da história, marcos como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), assim como também as singulares crises financeiras vividas pelo capital foram trazendo especificidades às ações do Estado voltadas a sociedade.

Neste contexto, destaca-se o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), o qual defendia que a demanda no mercado deveria existir para que a economia e a produção não regredissem, onde para isso o Estado deveria criar

estratégias de pleno emprego para que as pessoas pudessem, através do seu salário, consumir os bens e serviços ofertados pelo mercado. Defendia também que o Estado devia tomar a frente de questões como o controle da moeda, crédito, poupança entre outros.

Segundo Behring e Boschetti (2008), a crise de 1929/1932 sinalizou uma significativa mudança no desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa Ocidental. Defendem que, apesar do período entre as duas Guerras Mundiais não ter deixado nítida ampliação das políticas sociais, é reconhecido como momento de expansão tanto de instituições como de intervenção das práticas estatais. Na França o modelo assistencial se principiou com asilos e hospitais em geral, os seguros foram instituídos em categorias e épocas distintas. Já no contexto Americano, por exemplo, nos Estados Unidos foi instituído seguro social para desemprego e velhice no período de 1935, durante a grande crise, mas a saúde continuava privatizada.

Diante de um contexto de crises e efeitos da Segunda Guerra Mundial, ficou explícita a necessidade de intervenção estatal para regulação e enfrentamento da conjuntura estabelecida, que se deu de maneira conjunta com alguns fatores. Behring (2008), então, coloca uma ordem destes indicativos, que tiveram como objetivo o reestabelecimento da economia, como o estabelecimento de políticas keynesianas³ visando o pleno emprego e automaticamente o crescimento econômico face ao sistema capitalista liberal, instituições de serviço e políticas sociais visando a geração de demandas e ampliação do mercado de consumo e por último, uma aliança entre esquerda e direita, entre capital e trabalho.

Neste contexto, o Estado de Bem Estar, (Welfare State, Estado de Providência ou até Estado Assistencial), representa o rol de iniciativas que abarcavam direitos trabalhistas, previdenciários, acesso à saúde e aos direitos sociais.

Apesar de não haver pleno consenso em relação às autoras supracitadas, Faleiros (2007) também traz contribuições sobre estes períodos. O autor coloca que ao final da Primeira Guerra Mundial, mais precisamente através do Tratado de Versalhes e, posteriormente, no final da Segunda Guerra Mundial, foram períodos

³Políticas Keynesianas defendem a interferência do Estado para equilíbrio da economia e medidas que visam a garantia do pleno emprego. Política adotada em países após crise ou 2ª Guerra Mundial, na tentativa da reestruturação.

onde se destacaram iniciativas de proteção social. Estas iniciativas primordialmente amparavam o indivíduo quando este perdesse a capacidade de se sustentar, necessitasse de um amparo temporário ou ainda em razão de preparo para iniciar no mercado de trabalho, necessitando de contribuições prévias.

Percebe-se, portanto, a atuação do Estado a fim de responder às demandas pertinentes da sociedade, visando, sobretudo, que o setor econômico não tivesse ônus. O poder público passa a trabalhar com medidas que assegurassem, de maneira mais específica, o direito dos indivíduos, primeiro por meio de seguros contributivos e viabilizados para algumas categorias de trabalho, que posteriormente foram sendo ampliadas. O aparelho estatal se vê então, pressionado a criar alternativas que atendam as demandas dos trabalhadores, de modo a não prejudicar o ritmo do mercado e conseqüentemente garantir a mão de obra assalariada.

Dentro desta ótica, ainda com especificidades e cenários distintos, compreende-se que foi a partir do acirramento da questão social⁴ e pressão dos trabalhadores diante do modo capitalista de produção – marcado por rudes relações de trabalho e acumulação de capital pela burguesia – que foram gestados os primeiros modelos de políticas sociais reconhecíveis da época. A desigualdade social acarretada pelo sistema propiciou então, terreno para lutas sociais por melhores condições de vida e de trabalho.

Behring e Boschetti (2008) destacam em seu texto questões acerca de uma nova direção econômica e seus efeitos para as políticas sociais. Pontuam que a ascensão do liberalismo, com sua marca principal do trabalho como mercadoria e regulação pelo livre mercado é vista no período que compreende meados do século XIX até a terceira década do século XX. Mas de que se trata o liberalismo?

Segundo as autoras, o liberalismo traz princípios como o do individualismo, a busca do bem estar para si e sua família através do trabalho, liberdade e competitividade como formas autônomas de cada indivíduo; naturalização da miséria, onde o indivíduo é o responsável por sua situação; predomínio da lei da necessidade como instrumento de controle populacional;

⁴ Entendemos questão social como fruto da relação desigual entre capital e trabalho. Sendo ampla a referida discussão, recomenda-se a leitura da obra: CASTELL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário (1998).

Estado mínimo, onde sua ação deve ser direcionada a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e o livre mercado; negação das políticas sociais, pois estas estimulam a pobreza e o ócio e, por fim, afirmação de um aparato estatal somente para segmentos como crianças, idosos ou pessoas com deficiência, considerados não aptos ao mercado.

Cabe aqui destacar a especificidade trazida por países periféricos, onde são caracterizados pelo desenvolvimento econômico e social tardio, o qual se desenvolve lentamente impactando inclusive na dificuldade do acesso as políticas sociais; assim se contrapõe aos países centrais, onde são mais desenvolvidos. Faleiros (2007) coloca que há uma vulnerabilidade maior nestes países, pelo fato de serem mais desiguais e economicamente pobres, onde tendem a ser mais seletivos e fragmentados em suas políticas, além de limites governamentais e tratos clientelistas serem bastante difusos. ligados ao interesse econômico, seja o país periférico ou central.

Laura Tavares Soares (2002) explica que, por consequência da crise global de um modelo social de acumulação, medidas de recuperação produziram transformações estruturais que dão lugar a um novo modelo, o *neoliberal*. A autora ainda coloca que este modelo remete a *informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma “nova” pobreza*. Não entraremos na discussão dessa última categoria (nova pobreza), pois se trata de uma discussão ampla e divergente entre autores.

Em 1980, vive-se então, a ascensão da ideologia neoliberal. Nesta fase, busca-se a estabilização do mercado financeiro e o fim do Estado interventor. Perry Anderson (1995) destaca que o neoliberalismo nasceu após a Segunda Guerra Mundial, em posição contrária ao Estado interventor de bem-estar social. Foi, portanto, determinante no direcionamento econômico de vários países a partir de então.

A partir desse novo direcionamento político-econômico, sem dúvidas, houve impactos diretos para as políticas sociais, as quais demonstraram um maior descompromisso com as causas sociais, fundamentadas pela ideia do Estado mínimo.

A estabilidade de preços e a adoção de políticas neoliberais baseadas na abertura econômica e no aumento da concorrência não resultaram em menos pobreza ou melhoria na distribuição da riqueza. Na verdade, o desemprego aumentou e pioraram as condições de trabalho (SADECK, 2011, p. 227).

As políticas sociais que temos hoje em nossa sociedade são de cunho neoliberal. Cabe destacar inclusive, a expansão de políticas de transferência de renda, porém com ausência de uma estrutura calcada em objetivos concretos para a autonomia e emancipação do indivíduo. Nesse sentido, Sadeck (2011) argumenta:

Quando as políticas compensatórias não são acompanhadas de medidas estruturantes, tornam-se ineficazes, visto que há um limite para o impacto redistributivo das políticas de transferência de renda às famílias, caso não ocorra aumento no valor dos benefícios nem nos graus de cobertura e atendimento. Quando são cessados os pagamentos, os beneficiários voltam à situação original. Então, as políticas de transferência de renda devem trazer consigo ações que promovam oportunidades para que as famílias beneficiadas busquem sua autonomia frente à definição do seu bem-estar particular (SADECK, 2011, p.235).

Diante dos aspectos e características mencionados até então, compreende-se que a demanda da sociedade por acessar direitos – tais como Educação, Assistência Social, Habitação entre outras – é histórica e traz às políticas sociais um caráter político-social importante, pois elas surgem como medidas que tendem a atuar dentro destas necessidades. Entretanto, é indispensável compreender que as atuações do Estado voltadas ao âmbito social têm em sua raiz, uma predominância fortemente econômica.

Em artigo, Sadeck (2011) dialoga sobre a elaboração e execução de políticas sociais e ressalta sobre a influência – fortalecida principalmente por instituições internacionais financeiras como o Banco Mundial – do crescimento econômico como saída para a resolução dos problemas sociais.

Contudo, o autor defende que para haver desenvolvimento deve-se trabalhar em questões diretamente ligadas ao cotidiano e vida da população, como por exemplo, o combate às desigualdades sociais e a defesa dos direitos humanos. Defende ainda, a necessidade de haver oportunidades amplas para toda população. Dessa forma as políticas sociais teriam condições de serem projetadas para as reais demandas da população e encontrariam espaço para se desenvolver de forma mais eficiente.

O crescimento econômico também se mostrou insuficiente para combater a pobreza no Brasil. Cenários de intenso crescimento econômico como o da década de 1970, ou durante o período de implantação do Plano Real, trouxeram a tona que essa expansão não se traduz, necessariamente, em um maior acesso a bens materiais e culturais pela população mais pobre (SADECK, 2011, p. 225).

Com relação à condução das políticas sociais, é de grande relevância dar destaque a discussão acerca do fundo público, responsável por financiar estas ações. Em artigo, Salvador (2012) pontua que no capitalismo há uma disputa por recursos orçamentários no âmbito do Estado. Sobre o fundo público e a correlação de forças nele presente, o autor pontua:

No capitalismo contemporâneo o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo. Ao mesmo tempo que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica (SALVADOR, 2012, p 124).

O autor observa que o fundo público representa amplamente a capacidade de aplicação de recursos do Estado para intervir na economia, seja através de empresas públicas, pelas políticas monetária e fiscal ou ainda pelo fundo público. Ressalta ainda, que entre as principais formas de construção do fundo público, a maior delas se dá por meio da arrecadação de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições ou taxas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar tais características, compreende-se que o surgimento e a expansão das políticas sociais estão pautados na busca constante pela superação de crises, acúmulo de capital e estabilidade de governo.

Alicerçadas pelo direcionamento político-econômico, as políticas sociais são impactadas diretamente na forma com que são projetadas e conduzidas. A partir de

influências concernentes ao desenvolvimento econômico como base para solução dos problemas sociais – que ainda são perceptíveis nos modelos de políticas sociais presentes na contemporaneidade – aliadas ao não reconhecimento e compromisso com os direitos sociais, são produzidas políticas compensatórias e minimalistas, que atuam nas margens da “questão social”.

Logo, são produzidos efeitos mais associados à dependência dos indivíduos ao Estado, do que a emancipação destes sujeitos. Isso se torna mais evidente a partir do predomínio neoliberal, e se agrava consideravelmente em países periféricos – caracterizados pelo desenvolvimento econômico e social tardio – como o caso do Brasil, que é fortemente marcado pela desigualdade social e profuso desemprego.

Ao considerar essa carga negativa que recai sobre as políticas sociais, pautada, sobretudo pelo descompromisso do Estado, são de grande necessidade a defesa e a construção de políticas mais abrangentes, adequadas e comprometidas com as reais demandas da sociedade, assim como o incentivo ao controle social cada vez mais efetivo, sob o viés da despersonalização do caráter mercantil predominante às políticas sociais.

A partir de seu fazer profissional – vinculado às várias políticas sociais – e direcionamento ético-político da profissão, espera-se dos Assistentes Sociais, a compreensão dos atravessadores que perpassam e influenciam o planejamento e a condução das políticas sociais. Com este entendimento a partir de uma visão teórico-crítica e, junto às demais categorias, cabe a luta e a defesa por políticas que signifiquem, além de amplo acesso, em reais impactos transformadores na vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;

BEHRING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI. Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2008;

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5 Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos, nº 168;

PEREIRA, Potyara. Amazoneida Pereira. **Política Social: Temas e Questões**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2011;

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. pp. 99-100;

SADECK, Francisco. A Elaboração e a Execução de Políticas Sociais no Combate às Desigualdades Sociais. (org.) In: **Orçamento e Políticas Públicas: Condicionantes e Externalidades**. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2011;

SALVADOR, Evilásio da Silva. Financiamento tributário da política social no pós-Real. (org.) In: **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012;

SOARES, Laura Tavares. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78).



SERVIÇO SOCIAL, CLASSES SUBALTERNAS E SAÚDE MENTAL – ELEMENTOS PARA UM DEBATE SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL NO NORTE DE MINAS (HUCF)

Luci Helena Silva Martins¹

RESUMO

Esse trabalho propõe elencar elementos para um debate do Serviço Social com outras áreas de conhecimento, unidas pela crítica social da cultura. Com foco na transformação das relações sociais assentadas na desigualdade, o Serviço Social tem como projeto ético-político capacitar sujeitos sociais inseridos nas relações sociais em que o direito se vê submetido a um político antagonico, num cotidiano em disputa movido por interesses contrários aos dos trabalhadores e grupos subalterizados. A reflexão é focada no campo da saúde mental, onde a subjetividade dos pacientes psiquiátricos já se encontra comprometida, sendo o atendimento hospitalar um “folêgo” para as tentativas de autodomínio dos sujeitos. Contudo, a política de assistência à saúde mental na cidade é insipiente nos seus modos de organização da rede de atenção à saúde mental.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, desigualdades, saúde mental, crítica social

ABSTRACT

This paper proposes to list elements for a Social Service debate with other areas of knowledge, united by the social critique of culture. With the focus on the transformation of social relations based on inequality, the Social Service has as an ethical-political project to qualify social subjects inserted in social relations in which the right is subjected to an antagonistic politician, in a daily in dispute driven by interests contrary to the workers and groups. The reflection is focused on the field of mental health, where the subjectivity of psychiatric patients is already compromised, and hospital care is a "loophole" for the subjects' self-mastery. However, the city's mental health care policy is insipient in its ways of organizing the mental health care network.

KeyWords: interdisciplinarity, inequalities, mental health, social criticism.

¹ Professora Doutora em Serviço Social (UNESP-FHDSS), Professora do Magistério Superior, lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais, curso de Serviço Social e Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS)

INTRODUÇÃO

Esse trabalho propõe abordar a percepção da Autora a partir de seus estudos e experiência acerca da dificuldade de consolidar direitos humanos e sociais em contextos de desigualdade e injustiça social. Construído a partir de uma realidade específica observada nas reuniões com familiares e pacientes internados na ala de saúde mental do Hospital Universitário Clemente de Faria (HUCF), busquei organizar reflexões que tentassem pensar a política de assistência à saúde mental, incômodo a que fui apresentada pela primeira vez quando da experiência como assistente social nesse espaço de trabalho, orientadora de campo de estágio, e de duas monografias resultantes do campo proposto pelo Serviço Social da Unimontes. Retornei ao hospital geral, para curso de Capacitação em Saúde Mental, acompanhada de pesquisas de cientistas sociais e de pesquisadores do Serviço Social, tendo por objetivo a compreensão do trabalho interdisciplinar da equipe de saúde mental do HU, coordenada pelo médico psiquiatra Wender F. Teixeira, especialmente pelo interesse de compreensão da realidade, e pelo compromisso com a excelência da prática proposta pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Maria Carmelita Yazbek já avaliava, no seu livro *Assistência social e Classes subalternas* (2010) que a realidade das classes assistidas é um rico campo para reflexões, registradas na sua tese de doutoramento (1992), pautada nas falas e representações de cinco indivíduos escolhidos por viverem unicamente da assistência e da solidariedade de vizinhos na capital do Estado de São Paulo. Foi por meio da apresentação das falas desses sujeitos que me aproximei da tese de Yazbek (2010), realizada sob influência teórica de Gramsci e de inúmeras outras referências, as quais estudei no meu próprio processo de formação, já que a tese da professora Yazbek foi objeto de meu trabalho de monografia denominado *Refazendo o Caminho*, em co-autoria com a colega Carmem Cintra (MARTINS e CINTRA, 1993). Yazbek aludiu nesse trabalho à compreensão de como a assistência social serviu para conformar a identidade subalterna dos sujeitos assistidos nos anos anteriores à existência da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), considerando-se a data da defesa da tese de doutorado de Yazbek (1992).

Para o estudo de sua obra hoje, poderíamos fazer paralelo entre as classes subalternas e o conceito de “ralé brasileira” de Jessé de Souza (2006), conceito relativo a pessoas que não se veem como classe, não agem como classe, e não tem a segurança do trabalho e da seguridade social conquistada pela classe. Desse paralelo podemos aventar no HUCF algumas situações já amplamente observadas pelos estudos e teorias sociológicas sobre esse objeto de reflexão.

Em rápidas considerações é possível afirmar que o tempo de internamento no Hospital Clemente de Faria varia de 15 a 30 dias, com um caso da paciente que “mora” no Hospital por abandono dos familiares.

Os pacientes, após a alta hospitalar, levam receitas e encaminhamentos para a rede substitutiva, formada pelos Centro de Atendimento Psicossocial- CAPS da região. Ressalte-se que a rede substitutiva no norte de Minas Gerais está longe da estruturação das redes de atenção de cuidados terapêuticos, se comparada com o desenho institucional da política de assistência à saúde mental preconizada pela reforma psiquiátrica, e pelo retrato existente nas capitais brasileiras. Pode-se dizer que a realidade social dos pacientes em alta hospitalar recebe-os de forma a neutralizar as potencialidades da rede, que ignora as desigualdades socioeconômicas dos sujeitos, imaginando que todos terão condições de se locomover encaminhando-se para os serviços terapêuticos por suas próprias forças ou comprometimento familiar. Alguns não tem esse apoio nem ao menos para tomar as medicações e ter acesso a alimentação.

Assim, foi possível perceber situações agravadas, pacientes retornando com os mesmos sintomas, fazendo questionar as interações entre a rede de cuidados de saúde mental. Alentador saber também que os profissionais envolvidos nos serviços substitutivos da cidade estão mobilizados para implementar programas e tecnologias de cuidado que qualifiquem melhor a assistência à saúde mental, de acordo com estudos de referência (BRANDÃO e BARBOSA, 2018).

A experiência vivenciada contudo, reclama, pela crítica da política social construída para os sujeitos assistidos, no caso de necessidade específicas de internamento em hospitais gerais, para tratamento mais especializado, cuja assistência não pode ser realizada no âmbito estritamente familiar ou nos CAPS, por tratar-se de urgência psiquiátrica, que na ausência de atendimento especializado é conduzida para a esfera penal, esta última atentando contra a dignidade do

paciente, mas sendo a única a proceder ao atendimento, na ausência de políticas sociais acolhedoras do sofrimento de pacientes e familiares.

O conjunto da obra torna a realidade desses sujeitos penosa, reificando a condição de inexistência dos sujeitos portadores de transtornos crônicos ou recorrentes.

DESENVOLVIMENTO

A equipe de saúde mental do HUCF é formada por dois psiquiatras e dois psicólogos fixos, e demais médicos residentes e estudantes. A intervenção do Serviço Social do HUCF na equipe da saúde mental, deve-se ressaltar, dá-se de forma pontual, no momento em que é solicitada, não havendo assistente social na equipe de Saúde Mental. A experiência de acolhimento assistencial ao sujeito portador de sofrimento psíquico é, portanto, feita pela equipe de saúde mental antes citada, e nela não há assistente social por uma ausência de concursos para a área.

Aprovada em edital interno para servidores, para curso de Capacitação em Saúde Mental pela Unimontes, era pacífico que o método interdisciplinar suporia que se utilizasse instrumentos de cada uma das profissões para garantir acolhimento e acompanhamento psico-social aos pacientes internados no HUCF. Participei, portanto, de abril de 2014 a maio de 2016 do Curso de Capacitação, centrado na rotina da equipe interdisciplinar e nos casos atendidos no HUCF. Durante duas vezes na semana ocorrem os Seminários sobre a Clínica da Saúde Mental e os Seminários sobre a Clínica dos Sintomas, como meio de aproximação da equipe com a realidade dos pacientes e familiares, momento em que se ouve os envolvidos e a opinião técnica da equipe, buscando construir uma abordagem terapêutica singular, focada na individualidade do sofrimento mental apresentado. Esses seminários ocorrem na sala de multi-meios do HUCF, seguindo o método de interação entre pacientes e equipe, ou entre familiares e equipe, e encontra-se aberta à participação da sociedade civil, sendo constante a presença de um representante da Pastoral da Saúde, de Montes Claros.

A política de assistência social depois da LOAS e a política de saúde existente após a conquista do Sistema Único de Saúde(SUS) encontram entraves de excelência devido aos níveis de desigualdade socioeconômicas existente no Brasil.

Yazbek (2010) propiciou refletir a partir do seu trabalho de pesquisa de doutorado, que os sujeitos assistidos no Brasil, nos inícios dos anos 1990, relacionavam seu sentimento de cidadania aos direitos sociais, tais como, e essencialmente o trabalho, o lar, a assistência social, a alimentação, e os cuidados essenciais com a saúde, preconizando nesse trabalho estudos sobre as percepções dos atendidos quanto à assistência social. Os sujeitos da pesquisa preferiam o direito ao trabalho ao direito à assistência, o que levou a pesquisadora a concluir que a assistência social conformava a identidade subalterna dos assistidos. Outros laços e condições materiais de vida tornavam-se essenciais para que os sujeitos mantivessem a estabilidade da vida emocional e financeira.

O sentimento de cidadania, podemos afirmar, como Yazbek, exige pertencimento e satisfação das necessidades básicas de sobrevivência. A mesma dignidade que clama os pacientes de transtornos mentais e seus familiares atendidos pelo SUS. Além da assistência básica à saúde que acessam quando do internamento, outros direitos seriam também essenciais para se garantir a cidadania desses sujeitos, tais como as condições ligadas a continuidade do atendimento extra-muros, e a qualidade do vínculo que se estabelece com os profissionais da saúde; e os direitos de cidadania implicados na ideia de igualdade, pluralidade e liberdade dos sujeitos serem e estarem no mundo: direitos de pensar, ir e vir, e ter laços de pertencimento para modificar o sentimento de si, pois a doença, os estigmas, a segregação deteriora as condições sobre as quais se ancoram as relações sociais.

Com o foco na transformação das relações sociais assentadas na desigualdade, o Serviço Social tem como projeto ético-político capacitar sujeitos sociais, inseridos nas relações sociais em que o direito se vê submetido a um político antagônico, em que o cotidiano em disputa é movido por interesses contrários aos dos trabalhadores e grupos subalterizados. Parafraseando Habermas (2010) quanto a ideia de que mercado e estado uniram-se em sub-sistemas econômicos e políticos contra os trabalhadores e desempregados; tomando por base que, no Brasil, há um “alto custo da vida pública” devido a sociedade colocar-se “contra o social” (RIBEIRO, 2000) compreende-se porquê os projetos de governo submetem as políticas sociais a determinismos econômicos, o que também favorece o desenvolvimento e agravamentos de distúrbios emocionais e psíquicos nos

indivíduos e grupos mais fragilizados, cronificando transtornos desencadeados em função da má adaptação social e da segregação do mundo do trabalho e da sociabilidade comum.

Entende-se que as condições de vida sob forte humilhação e estigma são mais propícias para destruir a capacidade dos sujeitos (e de seus familiares) de agirem como sujeitos políticos, em defesa de si e da sociedade. Nesse sentido, entende-se que a desigualdade que se vê inculcada nas relações sociais não somente desencadeia a concentração de renda e o domínio de uma classe sobre a renda e o emprego, mas também desencadeia aspectos psíquicos que desestabilizam os sujeitos e retira-os da cena pública das disputas por reconhecimento. Por sua vez, a desigualdade que atinge índices alarmantes no Brasil decorre da concentração e apropriação dos recursos simbólicos, resultado de anos de investimentos e acesso a tecnologias e pesquisas científicas, mostrando-se deflagradora de processos de (des) subjetivação e desconstrução de identidades. As famílias e os portadores de sofrimento mental atendidos no HUCF sempre estiveram, via de regra, dentre os mais apartados das condições de cidadania expressa pelos direitos sociais.

A primeira condição para a integração social desses sujeitos estará sob a hipótese de que quanto maior a interação entre classes subalternas e mundo do trabalho, melhores serão as condições para a saúde física e emocional dos sujeitos. No caso, a única paciente crônica, institucionalizada no hospital geral, veio de família abastada, tem boas condições financeiras, mas é negra e fruto de uma adoção, e depois de desenvolver esquizofrenia foi abandonada pela família no Hospital. Caso que aguarda decisão judicial e o hospital aguarda, com base no assistencialismo, adaptando um quarto para recebê-la até que a justiça determine a solução mais humana e justa.

A segunda condição para a integração e acolhimento desses sujeitos, pode-se aventar, é a de que, na ausência do trabalho, como no caso dos pacientes internados por doenças psíquicas, ou por doenças recorrentes relacionadas ao alcoolismo e abuso de drogas, houvesse o apoio familiar, ou matricial no lugar de residência do sujeito (BRANDÃO e BARBOSA, 2018). O papel da família é, contudo, paradoxal. A quebra de vínculos familiares e de interação comunitária vem a ser fator agravante para a integração social dos sujeitos com sofrimento psíquico. É

comum ouvir relatos de familiares sobre brigas com vizinhos, delírios com namoros que não existem, corpos mutilados por instrumentos cortantes que diminuem a dor invisível, casos de tentativas de suicídio, caso de violência familiar no momento do surto psicótico, casos de adolescente que já moram na instituição de acolhimento desde a infância mas que em fuga envolveu-se em problema nos Tribunais de Justiça, e foi encaminhado para o hospital. Situações-problema em que pudemos perceber que, ao mesmo tempo em que os laços de pertencimento podem confortar o pacientes, quando da alta hospitalar e nos momentos essenciais da vida, também podem ser o motivo da fuga da realidade, podendo atrapalhar no momento em que estão internados, pois aumentam o gozo e o sofrimento mental do sujeito em crise.

As mães, a figura do feminino, veio estar na origem do transtorno de alguns jovens, por alguma causa desconhecida, talvez descoberta por meio de sessões de psicanálise e de apoio psicológico fundado em teorias psicossociais e sócio-históricas que possam desvelar a realidade do sujeito, visando o autocontrole de sua vida depois do internamento.

Pacientes crônicos, com o direito à proteção social garantida aos assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BCN) são raros, somente para pacientes impossibilitados pela doença, e em condição de renda familiar inferior, com casos contendo conflitos com o familiar que administra os benefícios.

Nos estudos de caso para conformar a perspectiva terapêutico singular para os casos clínicos e o procedimento de assistência à saúde do paciente, são buscados elementos para perceber se houve um momento específico em que um trauma possa ter desencadeado a ruína dos sujeitos, ainda que antes do trauma, tenha havido estabilidade. O objetivo do acolhimento hospitalar é, portanto, trazer o sujeito em crise para uma certa estabilidade que possa levá-lo a maior autonomia de si, de forma a retornar o tratamento extra-muros, de modo a estar apto ao trabalho ou de forma a aceitar o apoio familiar, nem sempre, tranquilo.

DISCUSSÕES

O direito à vida, como aspirado por Hobbes, o direito à liberdade, como aspirado por E. Kant, John Stuart Mill, e outros liberais, submeteram-se aos direitos de propriedade, como predisposto nos tempos modernos, desde as lições de

economistas como Adam Smith e David Ricardo. O desenvolvimento da racionalidade moderna mostrou que o sonho de autonomia de um democrata de primeira linha, como Marx, viu-se submetido à realidade do século XX, atualizado nos mitos das Revoluções (LOWY, 2014), e na violência ilimitada como regime de guerra no totalitarismo (ARENDR, 2001). Nas democracias liberais de fraca tradição democrática como no Brasil, as conquistas das classes sociais, que já existiam com seus conflitos antes de Marx, veem-se, por sua vez, submetidas a retrocessos por decisões unilaterais de grupos específicos que tomaram o poder político e administrativo dos estados-nação. Nesse mesmo sentido, as gestões das organizações sociais públicas e privadas funcionam ainda na base do governo local, e não do poder local.

O Estado, em suas particularidades e nos seus aparelhos, em seus braços e eixos políticos, foi tomado pela disputa entre um projeto expansivo dos direitos humanos e o espírito dos mandatários unilaterais. Na esfera do poder central, nas sedes dos palácios dos governos, não cabem “os sem lugar”, como os pacientes de transtornos mentais graves. Sob o comando do capital estrangeiro e da relação entre cultura e política, o mandatário local, por sua vez, não respeita a autodeterminação dos povos e dos trabalhadores, como aspirava Marx. Mesmo essa união para a autodeterminação dos povos não pode prescindir da “elevação cultural das massas” como apontara Gramsci, como bem avaliam os estudos de E. Dagnino (2000, 2004) e outros como os de Yazbek (2010). Por fim, caberia aspirar, enquanto homens, no plural, que caminhássemos focados em superar os desafios e obstáculos em direção a um estágio mais elevado na escala democrática, qual seja, a democracia deliberativa, como um *continuum* da democracia participativa, e representativa, conforme o nível de democratização as instituições apresente no momento das pesquisas.

No centro desse que ocupa o “não lugar”, estão os pacientes portadores de transtornos mentais, descartados dos processos de racionalização da sociabilidade burguesa. São eles, os servos da modernidade, e carregam esse paradoxo, de portar consigo a questão social. É imprescindível que os ruídos que esses sujeitos portam traduzam-se em discursos políticos, de modo a ressoar a voz dos interessados, trazendo contributos para o avanço e alargamento das lutas sociais.

Identificamos, no quesito da política em questão o ódio à democracia, como o ódio às oportunidades negadas à “parcela-dos-sem-parcela” (Rancière, 1996).

Os desafios da “parcela-dos-sem-parcela”, dos “sem lugar”, dos “inexistentes”, são enormes, ao conceber se tratar de luta para além da sobrevivência, que implique na liberdade do sujeito no trabalho e na vida comunitária, para que seja possível almejar o “social” como espaço público de acolhimento das diferenças, espaço comum, plural, social e político. A realidade social, ao mesmo tempo, apresenta o alto custo da cidadania no país: ao mesmo tempo que seleciona os melhores e descarta os inúteis para o mundo produtivo, pode, em momentos de crises, levar os sujeitos a dividir os desafios e a responsabilidade pelas ações de respeito pelos direitos dos homens no plural, e dentro de suas especificidades.

O sentimento de cidadania disperso, não especificamente, na sociedade civil, nos movimentos sociais e nos profissionais da saúde destacam o princípio da proteção aos direitos das pessoas privadas de liberdade. Ocorre que a tortura naturalizada nos presídios, e nos manicômios, durante séculos, é um símbolo da barbárie já permitida fora dos presídios e manicômios, na sociabilidade doentia e violenta. Por detrás dos casos de negligência estatal, na ausência de tratamento especializado, familiares sem alternativa ou por maldade deixam pacientes psiquiátricos presos em arames nos fundos do quintal. Aquilo que cultiva a sociedade explode a olhos vistos em estupros das mulheres, na violência sexual contra as crianças, o que vilipendia para os crimes de linchamento e do desrespeito à biodiversidade e aos direitos bioéticos e coletivos. Essa cultura da violência resvala para a indiferença com os casos de doença mental no país.

O campo da doença e saúde mental é formado por gradações de sofrimento. Há os casos que solicitam tratamento e assistência à saúde da família toda, com acesso a médicos psiquiatras e psicólogos nos programas de saúde da família (PSF), e nos CAPS dia e noite, antes de ver agravados os quadros de internamento em hospitais gerais. No entanto, o que ficou claro nos nossos estudos de observação e atendimento no HUCF é que a política pública de acolhimento e assistência à saúde é falha e sem continuidade. Tanto melhor se os sujeitos assistidos contassem com organização política e inserção no mundo do trabalho, mas esses sujeitos dependem de serviços sociais e bens públicos que não se

completam, dado o desenho insipiente da política para os portadores de sofrimento psíquico que procuram assistência à saúde nos hospitais gerais no interior do país, como no caso do HUCF da Unimontes, onde há apenas 12 vagas nos leitos muito disputados em Montes Claros e no norte de Minas Gerais.

RESULTADOS

Em termos teóricos, decorre desse debate, na sua vertente crítica, que hoje se fale de uma sociologia política do reconhecimento (MATTOS, 2006) como paradigma próximo das experiências históricas de se tentar compreender e dar voz às lutas por reconhecimento e o papel do Eu, do *self*, do sujeito pensante para as lutas coletivas, e da importância dos estados emocionais para fortalecer experiências de trocas intersubjetivas e consciência de direitos.

É importante na atuação do assistente social, a reflexão de que a posição diante das classes influencia, condiciona ou até mesmo determina o nível de consciência das lutas sociais. A pobreza da cidadania das massas populares é condição incapacitante para a participação política. O analfabetismo anula as possibilidades coletivas da política, em contextos em que a pluralidade é reduzida e pende para a segregação. Índices de desigualdade colocam o Brasil entre os de maior concentração de renda do mundo e, em quantidade, de pessoas analfabetas, e também são fartas as hipóteses de analfabetismo funcional e político no país. Os pobres, sobreviventes da miséria do cotidiano, acessam às duras penas os mínimos sociais, ou os serviços de saúde, que oferecem um “fôlego” (Castel, 2010) na luta contra a desesperança, o tráfico ou a prostituição, o que demonstra a fraqueza dos programas sociais governamentais diante dos objetivos de assistir, acolher e acompanhar os usuários dos serviços.

O direito ao trabalho, que possibilitaria alguma dignidade e, talvez, autorrealização é rotineiramente negado pelos mecanismos de seleção da sociedade salarial (Castel, 2010).

Trabalho é obrigação, mas salário é privilégio, como avalia Josué Pereira da Silva (2008). Além de um direito social, o trabalho é um direito político, pela possibilidade latente de autorrealização.

As condições de vida da população pobre e doente no Brasil, contudo, são indignas e alarmantes. É esse o público de pacientes internados no HUCF. Os casos de pacientes internados estão tomados por história de vida em que se apresentam relatos de mulheres pobres, de famílias desestruturadas, da irresolúvel questão étnica brasileira traduzida na violência que explode sob a forma da segregação social e familiar, da automutilação, e nos casos crônicos de alcoolismo e abuso de drogas no campo e nas cidades, em geral tratados como casos de polícia.

A violência da pobreza se alastra na ausência de qualquer vínculo mais duradouro com o trabalho e a sociedade, e resvala para o desrespeito face à alteridade nos quesitos opinião, modo de ser e se trajar, viver a sexualidade ou a religião, motivos de disputas, *bullyng* e morte social do sujeito, ocasionadas pela perda da liberdade ou da sanidade mental.

Tudo isso decorre em uma sociabilidade burguesa marcada pelo caráter competitivo, e impositivo, seja resultante do “sociometamobilismo” do capital que atinge o sistema-mundo (MÉSZAROS, 2011), seja pela incapacidade demonstrada pela sociedade civil e pelas lideranças políticas, de interagir e integrar o Outro, num leque de diversidade que configuraria a classe, os sujeitos sociais, ou “o social”, propriamente dito, como espaço das diferenças e lutas por reconhecimento (HONNETH, 2009).

Imperativo retomar a capacidade de ação de sujeitos já no limite da sanidade. Fica claro que esses não se resumem aos internados no HUCF ou atendidos pela rede substitutiva de CAPS. Há muito mais doentes mentais do que as estatísticas demonstram. O próprio trabalho docente, em condições degradantes, implica nos processos de trabalho e resvala na sanidade mental dos professores e pesquisadores.

Que a classe subalterna exista, parece claro. O que pensa, não é muito claro. Mas mesmo que não saiba ou pense, ela existe. Em Psicanálise dir-se-ia, parafraseando Lacan: “Não sabemos que sabemos”. Familiares e pacientes com transtorno mental, por sua vez, tem um discurso recortado por faltas, silêncios, desejos, sintomas de pouca compreensão para os mesmos e para a sociedade. Ficou claro para essa Autora, que a psicanálise, como várias outras abordagens psicossociais, podem contribuir para nomear esse lapso, a partir da voz dos sujeitos, contribuindo assim para a emancipação humana e política dos sujeitos e familiares,

permitindo alargar as chances de implementar o projeto ético-político do Serviço Social para esses pacientes, por meio da qualificação e o alargamento das políticas públicas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ético-político da profissão se alinha a um projeto societário que critique o modelo de apropriação de transferência de valor e riquezas produzidas pelo trabalho. Em termos estratégicos seria importante considerar a relação entre cultura do trabalho, fetichismo e alienação, pois a ética do trabalho também é uma expressão dessa relação, que pode estar na base da estabilidade dos sistema e da instabilidade dos sujeitos cujo vínculo com o trabalho é inexistente.

O trabalho, pode ser também, dada a complexidade das relações sociais, uma das dimensões da condição humana, das mais despolitizadas de sua condição de criação e resistência, pois substituída pela condição do *laborans* (Arendt, 2001), qualidade dos homens jogados ao sísifo jogo do trabalho forçado.² O capital conseguiu a universalização de seus processos de aniquilação de resistência dos sujeitos, conquanto reconheça direitos de uns, e ignore os sobrantes. Aos integrados, os prêmios da integração que estabiliza o sistema, desde que submetidos a ideia de solidariedade primária que reflita que o “meu próximo é o meu próximo” (Castel, 2010).

No Brasil, após a Proclamação da República chegam-nos relatos de filhos de pacientes com diagnósticos de lepra, tuberculose e esquizofrenia que foram separados dos pais e criados em educandários, no início do século XX; famílias tiveram os filhos recolhidos de seus pais, ao menor sinal da doença. Esses doentes seriam caçados e encerrados em campos de concentração nos regimes de Hitler e Stalin por terem pouca utilidade para o trabalho, assim como foram encerradas nos porões do Brasil, as pessoas não mais desejadas pela família e sociedade, como muito bem narrado pelo documentário e livro da jornalista Daniela Arbex (2013).

A precariedade das políticas sociais, no seu aspecto assistencialista, não tem permitido ao Serviço Social obter excelência na prática, no sentido de emancipar os

² Rancière na Noite dos Proletários (1988) colocava na vida noturna o sonho do proletariado. Era livre do trabalho que o proletário se autorrealizava e era livre para explorar outras expressões e possibilidades de si.

sujeitos assistidos pela ação profissional interdisciplinar dos assistentes sociais. Estudos como de Ana Elizabeth Mota (2008), sobre o mito da assistência social, e também o estudo clássico de Yazbek e as pesquisas recentes dessa autora mostram que a filantropização da política social reforça práticas descontinuadas e pontuais, sem alcance político emancipador, pois restrita à ordem da sobrevivência e aos “mínimos sociais” que colocam esse sujeitos num plano abaixo da dignidade, mas que funcionam como um “fôlego” para os sujeitos assistidos, os quais se inserem na sociedade de forma precária e sob efeito da má integração social (Castel, 2010). Casos extremos de vulnerabilidade estarão situando o sujeito em condições de inexistência social, em condições de apatia, morte da palavra, e da política, como no caso dos doentes mentais.

Os desafios são enormes, ao conceber se tratar de luta para além da sobrevivência, que implique na liberdade no trabalho e na vida comunitária, para que seja possível participar do “social” como espaço público de acolhimento das diferenças, espaço comum, plural, social e político, ao mesmo tempo degenerado pelo alto custo da cidadania no país, mas rico nas possibilidades de dividir os desafios e a responsabilidade pelas decisões coletivas implementadas sob forma de políticas públicas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX, D. **O Holocausto Brasileira**. São Paulo, Editora Geração, 2013

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
_____. **A condição Humana**. Brasília, Forense Universitária, 2001.

BRANDAO, Viviane B. G, BARBOSA, Amanda S. **Projeto Terapêutico Singular e Apoio Matricial**: práticas e vivências na residência multiprofissional em Saúde Mental. Goiânia, Editora Espaço Acadêmico, 2018

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 10ª. Edição, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2010

DAGNINO, E. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte, 2000.

FOUCAULT, M. **A História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo, Editora Unesp, 2010.

HONNETH, A. **Lutas por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2009

LOWY, Michel. **Revoluções**. Boitempo Editorial, 2009.

MARTINS, Luci H.S, CINTRA, Carmem. **Refazendo o Caminho**. Unesp, Trabalho de Conclusão de Curso, 1993

MATTOS, P. **Sociologia Política do Reconhecimento**. São Paulo, Anablume, 2006.

MESZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2011

MOTA, Ana Elizabeth. **O mito da assistência social**. São Paulo, Cortez, 2008.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. Filosofia e Política. São Paulo, Ed.34, 1996

RIBEIRO, R. J. **A sociedade contra o Social**. O alto custo da vida pública no Brasil. Editora, 2000.

SILVA, J. Pereira da. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. São Paulo

SOUZA, J. **A ralé brasileira**. Quem é e como vive. Belo Horizonte, UFMG, 2009

YAZBEK, M. Carmelita. **Assistência Social e Classes subalternas**. São Paulo, Cortez, 2010.



SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE MENTAL E O APOIO ÀS FAMÍLIAS

Tharcísio Barbosa de Souza Prates¹
Tathiane Paraiso da Silva Prates²
Ellen Cristiane Borges Martins³

RESUMO

O presente trabalho busca discutir o cuidado com a família dos pacientes atendidos nas instituições de saúde mental pós reforma psiquiátrica no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde buscou-se embasamentos necessários para a consecução das análises. A ênfase na família se dá pelo fato desses serem os principais cuidadores, onde a realidade socioeconômica e cultural brasileira, muitas vezes não permite o que se espera da reforma psiquiátrica. Portanto, a rede e os equipamentos de saúde disponíveis para atender esse paciente devem atentar-se na importância que os membros familiares têm no tratamento e posteriormente na convivência e socialização desses no meio familiar e em sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social; Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Família.

ABSTRACT

This study aims to discuss care with the family of patients attended at mental health institutions after psychiatric reform in Brazil. It is a bibliographical research where we searched for the basics necessary for the accomplishment of the analyzes. The emphasis on the family is due to the fact that they are the main caregivers, where the Brazilian socioeconomic and cultural reality often does not allow what is expected of the psychiatric reform. Therefore, the network and the health equipment available to care for this patient should pay attention to the importance that the family members have in the treatment and subsequently in the coexistence and socialization of these in the family environment and in society

KeyWords: Social Service; Mental health; Psychiatric Reform; Family.

¹Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental - UNIMONTES; Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES.

²Mestre em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGDS/UNIMONTES; Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Assistente Social da Diretoria de Habitação, Trabalho e Emprego da Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

³Assistente Social do Hospital Universitário Clemente de Faria – UNIMONTES; Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

INTRODUÇÃO

A reforma psiquiátrica no Brasil é um movimento de caráter político e social que ganhou força na década de 1970 fundamentando-se na experiência de reforma psiquiátrica italiana liderada por Franco Basaglia⁴. É de suma importância analisar o processo dessa reforma e as consequências sobre o paciente e sua família, já que, com o fim das instituições manicomiais, o indivíduo portador do sofrimento mental, passa a conviver mais com seus entes e esses passam a ter mais responsabilidade acerca do tratamento deste familiar. Busca-se, portanto, discutir o cuidado com a família dos pacientes atendidos nas instituições de saúde mental pós reforma psiquiátrica no Brasil.

Percebe-se atualmente que a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS tende a focalizar suas ações somente nos pacientes e que pouco se faz de efetivo para os membros familiares. A rede e os equipamentos de saúde disponíveis devem atentar-se na importância que os familiares têm no tratamento para posterior convivência e socialização desses no meio familiar e em sociedade. Através da experiência da residência multiprofissional em saúde mental foi possível compreender a necessidade de atenção e cuidado que as famílias dos pacientes em acompanhamento possuem, pois a conduta dos serviços ainda se baseia nos sintomas dos pacientes, deixando de lado as dificuldades que familiares encontram ao lidar com a doença, dificultando assim o tratamento e o processo de inserção ou reinserção social.

A reforma psiquiátrica, no entanto, rebate diretamente sobre a família, pois é nesta que se dá o embate com as dificuldades cotidianas do cuidado com o paciente mental. Esperar uma autonomia e reintegração desse sujeito à família e a sociedade vai muito além de simplesmente os tira-los de clínicas e hospitais psiquiátricos. Os muros, ora físicos, tornam-se invisíveis pela intolerância e desconhecimento da sociedade em lidar com essa questão. Importante ressaltar que a família é um espaço de cuidado, mas também de conflitos, por isso a necessidade de uma análise mais profunda e crítica desse segmento no que tange o cuidado na saúde mental pós reforma psiquiátrica.

⁴médico e psiquiatra, e foi o precursor do movimento de reforma psiquiátrica italiano conhecido como Psiquiatria Democrática. Nasceu no ano de 1924 em Veneza, Itália, e faleceu em 1980 (Temas atuais – Luta antimanicomial. Disponível em - http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas_atuais/luta-antimanicomial-franco.html, acesso setembro 2017.

Dessa forma o presente trabalho pretende refletir sobre essas questões dividindo-se em dois momentos de discussões, onde busca-se primeiramente uma breve contextualização sobre a atuação do Serviço Social no campo da saúde mental e posteriormente faz-se uma análise do papel e o cuidado da família com o doente mental.

É sabido que a família possui um importante papel social e histórico, seja como instância de cuidado, seja como respostas aos interesses e ideologias de cada época, com o propósito de dar base à sociedade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), apresenta a família como espaço de contradição, sendo mediadora entre os sujeitos e a coletividade, mas também um espaço de conflitos marcados por desigualdades. Contudo, quando se dá o adoecimento mental de um indivíduo do grupo familiar, essa desigualdade e conflitos podem se acirrar, devido às dificuldades que o próprio adoecimento gera não só para quem está doente, mas também com todos os membros do ambiente familiar.

Entendendo que as famílias dos pacientes da rede de saúde mental, estão pouco preparadas e amparadas para com o cuidado, o serviço social aparece como apoiador e mediador nos conflitos e dificuldades existentes, não só no meio onde a família se insere, mas também na rede de saúde onde o paciente será cuidado, lembrando também em uma atuação que deve enfatizar na quebra de uma cultura de exclusão e preconceito com pacientes da saúde mental, fazendo com que ele tenha acesso a todos os dispositivos de tratamento, garantindo a igualdade de direitos explícitos na PNAS.

A residência em saúde mental proporcionou um olhar mais aprofundado do trabalho desenvolvido na rede de atenção psicossocial. Essa experiência possibilitou perceber que não há trabalhos desenvolvidos com as famílias dos pacientes em tratamento. A falta de conhecimento dos familiares em lidar com essas questões muitas vezes era vista pelos próprios profissionais com intolerância, pois para estes, “a família causava a crise do paciente”. Com essa culpabilização da família no adoecimento psíquico, ocorre um afastamento natural entre paciente e familiar, o que torna o desafio de fortalecimento e inserção social ainda maior.

Pretende-se portando, com essas breves considerações, chamar a atenção para os momentos de angústia e tensão que esses familiares também sentem ao conviver com entes queridos que sofrem com algum tipo de transtorno mental.

O SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL

O Serviço Social está inserido na saúde mental desde os meados da década de 1940, nos chamados serviços sociais psiquiátricos. De acordo com Vasconcelos (2000), os assistentes sociais já trabalhavam junto com a família, tendo as primeiras práticas nos Centros de Orientação Infantil e Centros de Orientação Juvenil. As ações se davam por meio de levantamento de dados sociais das famílias dos pacientes, da preparação da alta médica e encaminhamentos. A atuação era reduzida e os assistentes sociais realizavam práticas de “serviço social clínico”, em que predominavam abordagens higienistas (VASCONCELOS, 2000).

O crescente aumento da inserção de assistentes sociais na saúde mental acompanhou o progresso da profissão em outras áreas e como nas demais ficava explícita a necessidade do Estado em ter essa profissão como meio de controle da questão social. Para Bisneto (2007), o grande problema nos hospícios no fim dos anos 1960 não era a loucura, pois essa poderia ser facilmente controlada por psiquiatras e psicotrópicos mas sim a pobreza,

o abandono, a miséria, que saltavam à vista e que geravam contestações da sociedade, principalmente após a incorporação do atendimento aos trabalhadores e seus dependentes na rede previdenciária de assistência mental. O assistente social veio para “viabilizar” o sistema manicomial no seu ponto mais problemático. O Serviço Social foi demandado pelo Estado ditatorial como executor terminal de políticas sociais na área de Saúde Mental, repetindo sua contradição histórica, de uma demanda pelas elites para atender aos “necessitados” (BISNETO, 2007, p.25).

Concomitante a esse processo, muitos profissionais já defendiam a ideia de um atendimento mais humanizado e com uma abordagem social, onde o Serviço Social pôde colaborar com um olhar voltado ao contexto familiar e social.

A reforma psiquiátrica trouxe avanços significativos para o cuidado em saúde mental, dispondo de serviços substitutivos para o tratamento mais humanizado, através da desinstitucionalização e uma desconstrução progressiva dos manicômios. A lei 10.216 de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, representa um marco à dignidade humana das pessoas com transtornos mentais no Brasil.

A reforma reconhece o paciente com transtorno mental como cidadão e detentor de direitos e direcionou a partir de então uma rede de serviços e projetos substitutivos ao modelo manicomial existente, instaurando Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), residências terapêuticas e leitos psiquiátricos em hospitais.

Apesar dos avanços, a proposta da reforma ainda é um campo complexo e desafiador. Por mais que não existam mais os manicômios, a simples transferência do paciente para “fora dos muros” não resultou no resgate de sua cidadania.

Se o Serviço Social cresceu na busca de uma fundamentação e consolidação teórica, poucas mudanças consegue apresentar na intervenção. Sem dúvida, para se avançar hoje na profissão, se faz necessário recuperar as lacunas da década de 80. E a intervenção é uma prioridade, pois poucas alterações trouxeram os ventos da vertente de intenção de ruptura para o cotidiano dos serviços. Este fato rebate na atuação do Serviço Social na área da saúde – o maior campo de trabalho (BRAVO & MATOS, 2004, 08).

A reinserção familiar e social como finalidade permanente do tratamento tem sido um desafio ainda a ser superado, pois não são todos que receberam a proposta da reforma como algo positivo. Na visão de muitos profissionais e familiares, o novo modelo não oferece todas as condições preconizadas e os serviços estão aquém de uma proposta tão ampla de ressocialização, tendo em vista ainda que, após esse processo de desinstitucionalização pode-se afirmar que a família se tornou a principal instituição de responsabilidade do cuidado para o paciente com sofrimento mental, e não se sabe quais são as reais condições para tamanha responsabilidade, pois não são avaliadas as múltiplas determinações do processo saúde-doença, como as condições sociais, econômicas, culturais e religiosas por exemplo.

De acordo com Bisneto 2007, a conjuntura do movimento de reforma psiquiátrica introduz novas variáveis que afetam o Serviço Social. Como é seguida uma linha contrária a da institucionalização, é sabido que as famílias dos doentes mentais vão ser os principais responsáveis pela promoção à saúde desses pacientes. Porém, de acordo com Vasconcelos,

nem todas as famílias estão aptas a prover cuidados em função da crise econômica e das transformações no mundo do trabalho que atingiram diferentemente as várias classes e segmentos sociais desencadeando mudanças na estrutura familiar (2010, p.275)

A situação socioeconômica de boa parte das famílias brasileiras é um agravante não só pela questão social, mas também pelos seus reflexos na saúde de

uma maneira geral. Para os pacientes da saúde mental é ainda mais preocupante, pois necessitam de excessivos cuidados, de modo a contribuir com uma assistência de qualidade, que fomente e determine o bem estar do paciente.

Observa-se que os atendimentos realizados na RAPS ainda mantém o foco voltado ao modelo biomédico, ou seja, predomina o tratamento da doença através de medicamentos e a efetivação de um modelo de atenção biopsicossocial ainda tem sido um desafio a ser implementado às ações da equipe.

Tendo em vista as novas técnicas e a criticidade da realidade compromissada com a cidadania que a reforma exige, o Serviço Social tende a contribuir ainda mais, por ser um profissional que trabalha diretamente com os determinantes da questão social.

O trabalho do assistente social no campo da saúde mental abrange a compreensão das questões sociais imbricadas no processo de saúde/doença e de sua configuração nas relações, familiares, culturais e econômicas dos sujeitos envolvidos, objetivando sua inclusão social, através da atenção integral dispensada a eles (BRAVO, 2000, p. 232).

O assistente social portanto, é um profissional indispensável à composição da equipe dos Centros de Atenção Psicossociais, pois deve exercer um papel fundamental tanto na reinserção do paciente a comunidade quanto no cuidado com as famílias desses pacientes para que elas consigam acolhe-los da melhor forma possível.

A FAMÍLIA COMO PRINCIPAL INSTANCIA DE ACOLHIMENTO AO PACIENTE COM SOFRIMENTO MENTAL

A família possui um importante papel social e histórico e é eixo estruturante de várias políticas públicas sociais, como por exemplo, a Política Nacional de Assistência Social que assume a centralidade sociofamiliar no âmbito de suas ações.

Podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família (PNAS, 2004, p.41)

A política a apresenta como uma instancia de cuidado e também de contradições e conflitos, marcada muitas vezes por desigualdade, sendo mediadora entre sujeitos e a coletividade, portanto para todas as atividades que requerem o trabalho com a família, deve-se considerar os novos arranjos familiares e considerar que são funções básicas das famílias

prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004, p. 19-20)

Para os serviços da saúde mental, essas funções são importantes para o processo de reabilitação social, pois a família deve ser a principal parceira do serviço, o que nem sempre é visto dessa forma. É importante considerar que por muito tempo a relação da família com o portador de transtorno mental era permeada por conflitos e um certo afastamento, incapaz de ser geradora de acolhimento, fato que ainda persiste nos dias de hoje.

Antes mesmo da reforma psiquiátrica, Freud já destacava a importância das relações familiares

Ao penetrar no universo familiar, identificam na determinação da doença ou das disfunções a maneira como os pais conduzem a educação dos seus filhos. A ação psiquiátrica tendia a culpabilizar os pais pelas inadequações do comportamento da criança, orientando sua interpretação de conduta para a má educação ou para a doença (ROSA, 2003, p. 59).

Essa relação da família com o paciente passou por várias etapas, relações historicamente construídas e utilizadas nas diferentes fases de atenção e tratamento, ora como estratégia de intervenção, ora como carente de cuidados. Quando se dá o adoecimento mental de um indivíduo do grupo familiar, as desigualdade e conflitos podem se acirrar, devido as dificuldades que o próprio adoecimento gera não só para quem está doente, mas também com todos os membros do ambiente familiar.

Um estudo realizado no serviço ambulatorial de saúde mental de São Paulo

demonstra que todos os cuidadores identificados eram familiares dos pacientes e a idade média foi de 46,6 anos. As mães eram as principais cuidadoras em 38% dos

casos. Casados ou amasiados representaram 61,9% dos cuidadores e apenas um cuidador não tinha filhos. A principal fonte de renda foi trabalho eventual para 28,6%. Conhecer quem são os cuidadores dos pacientes egressos de internação psiquiátrica, hoje, possibilita identificar características que podem fomentar a determinação do melhor tratamento e suporte profissional ao cuidado dessa clientela (CARDOSO, GALERA, 2009, p.687)

Tais dados apontam e evidenciam a importância desse segmento no cuidado do paciente e demonstram que essas famílias também precisam de suporte e amparo necessários para lidar com esse cuidar.

A Realidade socioeconômica e cultural brasileira, muitas vezes não permite o que se espera da reforma psiquiátrica pois

espera-se, muito mais, o resgate ou o estabelecimento da cidadania do doente mental, o respeito a sua singularidade e subjetividade, tornando-o sujeito de seu próprio tratamento sem a ideia de cura como o único horizonte. Espera-se, assim, a autonomia e a reintegração do sujeito à família e à sociedade (GONÇALVES; SENA, 2001, p.51)

Para conquistar essa autonomia, a rede e os equipamentos de saúde disponíveis para atender esse paciente devem atentar-se para a importância que os membros familiares tem no tratamento e posteriormente na convivência e socialização desses no meio familiar e em sociedade, pois o desejo de muitos familiares é que os pacientes possam ficar o maior tempo possível nos serviços substitutivos, muitas vezes não por uma questão de abandono mas sim por não ter um suporte necessário em casa.

O paciente quando chega ao serviço é acolhido por uma equipe multidisciplinar, após a escuta, se necessário, é encaminhado para atendimento médico e também se necessário para permanência no CAPS. A partir de então o paciente tem todo aparato da equipe composta por médicos, psicólogos, assistentes sociais entre outros. Contudo, observações feitas durante o período de Residência na Rede de atenção psicossocial de Montes Claros permitiu analisar que, diferente de outras regiões, não há nenhum trabalho sendo desenvolvido com as famílias, como por exemplo, a realização de grupos familiares. Infelizmente é um problema político e estrutural, pois não há recursos humanos suficientes para desenvolver ações que ultrapassem as demandas espontâneas tão pouco uma atenção maior do poder público para que isso aconteça.

As atividades com as famílias são importantes para transpor discussões sobre o sintomas, auxilia para elevar as possibilidades de recursos que a família apresenta, até mesmo para facilitar o acesso a outros benefícios sociais que muitas famílias necessitam, tendo em vista a dificuldade dos pacientes, quando se tem condições, de arrumarem empregos, e até mesmo dos cuidadores que em sua maioria acaba tendo que abdicar de seu trabalho, pois o paciente requer cuidado integral. Seria um momento oportuno pra se discutir também outras questões que envolvem o cotidiano de quem convive com pessoas com transtorno mental, como a questão da agressividade, medos e angustias.

Percebe-se que a sobrecarga sobre a família muitas vezes é maior do que se pode suportar. Por isso não é incomum ver familiares desejando a volta dos manicômios, pois o desgaste físico e o esgotamento mental atinge a todos e sem um maior suporte pelo poder público torna-se algo ainda maior do que se pode assumir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves considerações apresentadas nesse trabalho não teve a pretensão de fazer um resgate histórico da reforma psiquiátrica nem tampouco da atuação do Serviço Social na saúde mental. Pretendeu-se a partir de alguns conceitos e passagens históricas discutir o cuidado com a família dos pacientes atendidos nas instituições de saúde mental pós reforma psiquiátrica, tendo em vista sua importância com o fim das instituições manicomiais.

A crítica apresentada, de forma alguma se rebate a reforma psiquiátrica em si, mas a sua pouca efetividade no que diz respeito para amenizar a sobrecarga familiar através dos seus serviços, contextualizando o que de fato tem-se de efetivo nas ações preconizadas pela reforma psiquiátrica no que diz respeito a dignidade humana das pessoas com transtornos mentais no Brasil.

Construir uma rede de cuidado onde possa integrar pacientes e familiares é essencial e se faz urgente. Todas as questões levantadas no decorrer do texto são importantes para análises da prática profissional nos serviços e como novas estratégias devem ser pensadas para maior integração do paciente a sociedade e a convivência familiar.

Para Pereira (2002)

é a interação das pessoas na sociedade, a criação de laços de amizade, culturais, de comunidade, de trabalho ou de estudo, que se constituem como importantes bases de apoio ao indivíduo e à família em momentos de crise (apud SANTIN e KLAFKE, 2011, p. 10)

As ações apresentadas devem ser revista e discutida com pacientes, familiares e profissionais para que haja uma ampliação das possibilidades de intervenção e responsabilidades, pois não há como atribuir compromissos a somente uma das partes.

É sabido que para realizar tais mudanças, é indispensável uma série de transformações, de forma que o Estado ofereça condições para que os serviços tenham melhor estrutura física e toda a equipe multidisciplinar seja especializado a atender e compreender todos os determinantes que perpassam o processo saúde-doença.

Os avanços são evidentes mas ainda há muito que prosseguir e os desafios são vários considerando todos os setores envolvidos e principalmente a disponibilidade do poder público de investir nessa área, importante mas que se mantém com tão pouco investimento e atenção que lhe é devida.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. 2004.

BRAVO, M. I. Políticas brasileiras de Seguridade Social: Saúde. In. **Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 3**. Brasília: UNB-CEAD, 2000., p. 103-116.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Reforma Sanitária e Projeto ÉticoPolítico do Serviço Social: Elementos para o Debate**. In: Saúde e Serviço Social BRAVO, M. I. S et alli (Orgs). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CARDOSO, Lucilene; GALERA, Suely Aparecida F. **O cuidado em saúde mental na atualidade**. Revista enfermagem USP. 2009. São Paulo –SP.

Gonçalves AM, Sena RR. **A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família.** Rev. Latino-americana Enfermagem. 2001. Disponível em <www.eerp.usp.br/rlaenf> acesso dia 25 de fevereiro de 2017.

ROSA, Lúcia. **Transtorno Mental e o cuidado na família.** São Paulo: Cortez, 2003.

SANTIN, Gisele; KLAFKE, Teresinha Eduardes. **A família e o cuidado em saúde mental.** Barbaroi, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 146-160, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010465782011000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 mar. 2018.

VASCONCELOS, Eduardo Morão. **Desafios políticos no campo da saúde mental na atual conjuntura: uma contri-buição ao debate da IV Conferência Nacional.** São Paulo: Hucitec, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2000.



O ENVELHECIMENTO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Izabel Cristina Rodrigues¹
Wesley Helker Felício Silva²

RESUMO

Este artigo busca desenvolver um estudo a partir da sociabilidade que estão inseridos os idosos no processo de envelhecimento. Todavia o sistema capitalista tem contribuído no afastamento simultâneo dessa categoria no mundo do trabalho, uma vez que estes cidadãos e considerados uma força de trabalho improdutivo, ineficiente sem considerar que este autor em determinada época tenha contribuído para este sistema desigual. No entanto percebemos os desencontros que a própria dinâmica da vida tem sujeitado, a partir do momento que o homem não consegue ser o “protagonista” da sua própria história e o momento que a um desligamento das forças físicas para determinada ação, principalmente dentre a relação de trabalho.

Palavras-chaves: capitalismo; sociabilidade; idosos

ABSTRACT

This article seeks to develop a study from the sociability that are inserted the elderly in the process of aging. However, the capitalist system has contributed to the simultaneous removal of this category in the world of work, since these citizens and considered an unproductive, inefficient workforce without considering that this author at a certain time has Contributed to this uneven system. However, we perceive the mismatches that the very dynamics of life have subjected, from the moment that man cannot be the "protagonist" of his own history and the moment that a shutdown of physical forces for a particular action, especially Among the working relationship.

KeyWords: capitalism; sociability; Elderly

¹ Graduação em andamento, no qual está no 8º período de serviço social pela universidade estadual de Montes Claros.

² Graduado pela universidade Estadual de Montes claros, onde atualmente atua como professor, cursou mestrado pela UFJF, e doutorado pela UFRJ.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o processo de envelhecimento, deve se considerar o contexto que o envolve, por isso é preciso considerar as necessidades em todos os seus aspectos, no que tange os fatores políticos, econômicos, culturais e sociais. Dentre este processo perpassa várias modificações societárias nas quais não a uma linearidade, desse modo o consenso entre classes está numa relação de poder, cultural e grupal (FALEIROS, 2014). O processo de envelhecimento implica compreender a sociabilidade que está inserido a população idosa, visto que o objetivo maior desta pesquisa é contribuir para que estas pessoas tenham uma melhor condição de vida na terceira idade, mas o que se percebe neste contexto atual, foi que o aumento expressivo da população idosa tenha contribuído ainda mais para as desigualdades sociais.

O sistema capitalista se fundamenta na competitividade dos mercados, assim a longevidade tornou uma conquista num projeto imaginário desta população vulnerável. Portanto percebemos a diminuição da natalidade, cujas consequências se dá de forma direta para o aumento da população idosa. Desse modo, percebemos uma busca de garantia dos direitos para esta população tão necessitada de políticas sociais, assim adquirem uma maior autonomia. A gerontologia, por tanto explica a velhice a partir dos seguintes aspectos, não sendo uma fase terminal da vida ou assunto isolado, mas como um processo de resultado que desencadeou uma vida individual e social de desigualdades nas relações e práticas estruturadas no processo de correlação de forças (FALEIROS, 2014).

Diante destas afirmações é preciso compreender o lugar do idoso no modo de produção capitalista, dessa modo o cidadão se percebe num processo de exclusão devido à perda das suas forças físicas. O envelhecimento da população é tendência mundial, seu início se desenvolveu na revolução industrial durante o século XVIII na Inglaterra, atualmente o principal desafio encontrado tem contribuído de maneira negativa para o alargamento e exclusão dessa população idosa. Assim compreendemos a participação da pessoa idosa no mercado de trabalho de modo

pelo qual irá depender das suas habilidades físicas e cognitivas e sua vontade de trabalhar, no entanto percebemos idosos tanto em setores públicos quanto privados.

DESENVOLVIMENTO

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A velhice é um processo tido como algo negativo, de difícil compreensão, por não ser considerado como assunto relevante perante a sociedade, visto que em muitos contextos o assunto tem trazido várias incógnitas, ou mesmo tratado como insignificante diante da sociedade em questão, na qual a real finalidade é o lucro. O Idoso que não possui condição para o trabalho e não possui nenhuma fonte de renda, não consegue fazer valer seus direitos perante a lei, pois é considerado improdutivo, ineficiente para uma sociedade, ficando a mercê da própria sorte (BEAUVOIR, 1990).

Houve em um dado momento da história em que os idosos eram reconhecidos por seus sabedores populares, eram tratados como pessoas de grande conhecimento, não era sabedoria de filósofos, mas de experiências adquiridas por longas datas, visto que estes saberes o elevava a ser um cidadão de grande respeito, ou mesmo considerados verdadeiro sábio. No mundo moderno a população acima dos sessenta anos tem crescido consideravelmente, contribuindo para o genocídio das condições precária de vida desta população, pois muitos desses idosos não possuem nenhuma condição física para se manterem nos empregos. Assim não o considera mais o detentor da sabedoria como foi no passado, onde as condições sociais eram mais propícias a somente aos afazeres domésticos, o cuidado da casa, dos animais ou mesmo das pequenas plantações, cultura perene que nos dias de hoje persistem nas pequenas cidades mas não com as mesmas proporções, desse modo muitos consideravam que os mais velhos fossem de fato os mais sábios (PAULA, 2016).

Atualmente os idosos vivem mal e poucos conseguem ser reconhecidos dignamente como cidadãos de direitos, devido ser ausente a suas ocupações, ou mesmo a perda das forças físicas. A modernidade impossibilita qualquer relação dos idosos com a sabedoria, onde há uma separação a partir da entrada do conhecimento científico, através do qual o homem se torna mais técnico. O que de

fato determinou esta separação foi o campo econômico, ou seja, o advento do capitalismo que ocorreu durante a idade média, mudando toda a lógica do saber. Desta forma, o capital expande-se sobre duas formas de extração da mais-valia, a relativa e a absoluta. O aumento das forças produtivas dá lugar ao desenvolvimento científico, assim dão lugar aos novos conhecimentos adquiridos na modernidade. Portanto, as forças produtivas geram uma nova consequência, na contradição capital e trabalho que a chamamos de questão social, contribuindo assim com o alargamento das expressões da questão social, um mundo de várias desigualdades, pobreza, exploração e violência, elevando ainda mais com a produtividade do capital (PAULA, 2016).

Portanto, a produtividade dos mercados não tem contribuído para que a vida dos trabalhadores melhorasse, contribuem para uma maior desigualdade social, exclusão social, desemprego, fome. Nos países desenvolvidos tem desencadeado uma onda de suicídios entre a população idosa, visto que muitos não aceitam estar imersos nesta condição de submissão imposta pelas condicionalidades que a idade apresenta, a maneira que este sistema capitalista explora os trabalhadores, principalmente os idosos (PAULA, 2016). É sabido que a exploração dos trabalhadores tem contribuído com vários problemas patológicos ao longo de suas vidas, afetando a população pauperizada que são sujeitas a qualquer modelo de trabalho, uma vez que são os mais explorados durante todo período no mercado de trabalho.

Ao empreender este estudo sobre o envelhecimento, devemos primeiramente partir de dois conceitos para melhor compreender o objeto em questão, ou seja, o fenômeno biológico, e o psicológico. O homem a todo momento é moldado para ser conforme o sistema determina, e quando este cidadão não mais contribui com sua força de trabalho, muitas vezes ele é taxado de inútil, improdutivo (FREITAS; QUEIROZ; SOUSA; 2010).

É de grande importância compreender de que modo podemos contextualizar a velhice diante de uma sociabilidade que exalta a juventude, que determina que o homem deve ser proativo, do consumo, que necessita de trabalho para se manter nesta sociedade capitalista, por fim uma sociedade que o desconhece quando este perde sua capacidade para o trabalho. Ainda que seja indiscutivelmente tratado de maneira irrelevante, é um sujeito que necessita de

apoio, por isso não deve ser de maneira imediatista, mas tenha como fator determinante o ser vulnerável com direitos e deveres como qualquer outro cidadão.

A velhice é um processo natural do curso da vida, com perdas biológicas ao longo do desenvolvimento humano e de suas funcionalidades, tanto sociais, culturais e de trabalho, implicando assim, numa diminuição da sua capacidade funcional. O envelhecimento está centrado numa transição demográfica mais acentuada nas faixas de mais idade, todavia, nas condições econômicas, quanto nas discussões políticas-jurídicas, também na garantia de direitos e de proteção social, da transição epistemológica, e finalmente abordado a transição nas relações sociais e familiar (FALEIROS, 2017). Ao pensar as perdas funcionais e nítido a vontade de ser um cofacilitador de atividades corriqueiras, mesmo que as condições físicas não sejam suficientes para assim fazer, é como uma espécie de utilidade, e para muitos a possibilidade de uma melhor qualidade de vida.

Como afirma Beauvoir (1990), ser velho é algo tão incrível, que desacreditamos que seremos “contemplados”, pois para muitos é algo vergonhoso, desse modo quebramos a conspiração do silêncio ocasional perda irreversível. Na França há um número altíssimo de idosos, principalmente com mais de 65 anos de idade, muitos destes idosos são condenados a viver; na miséria, na solidão, são deficientes, vivendo em meio a um descaso total. A uma certa culpabilização por meio da família e pela sociedade em geral, uma vez que estes idosos são tratados de maneira irrelevante, onde são considerados desnecessários perante a sociedade do consumo.

O modo como a sociedade compreende os idosos é predominante ambíguo, permitiu entender sobre vários aspectos o sentido da velhice, portanto passa a ser compreendida durante o século XIX como uma forma de decadência, associado a deterioração do corpo. Desde então passou a ter uma abordagem antropológica permitindo assim vários estudos e diagnósticos com maior precisão, principalmente em contribuição da pesquisa empírica e a pesquisas de campo (MINAYO, 2002).

Numa sociedade capitalista de valores patriarcais persistentes, o que prevalece é o poder do rico sobre o pobre, e para o trabalhador só resta sua força de trabalho, uma vez que em muitas dessas casas necessita que o idoso trabalhe para que desta maneira tenha condições de contribuir com as despesas da casa. E

quando este trabalhador perde sua capacidade de trabalho em virtude da idade avançada, a perda das forças físicas tende reforçar ainda mais as desigualdades entre a população mais vulnerável. Portanto é necessário que se invista em pesquisas para compreender esta dinâmica do cidadão velho que tem suas forças ausentes para o mercado de trabalho e necessita de apoio dos familiares, amigos, vizinhos, e tantos outros. Assim contribuir no desenvolvimento e na capacidade de intervenções que de maneira particular viabilizará uma política capaz de ressocializar estes idosos nesta sociedade desigual.

Ser velho é uma conquista da sociedade, em decorrência dos avanços tecnológicos, onde celebra a busca pelo conhecimento, com tudo a um alargamento do trabalho morto em detrimento dos avanços que ocorreram no mundo. Desse modo coletivo traz a cena pública a verdade sobre o que de fato seja o envelhecimento neste sistema tão desigual; fome, miséria, descaso com a população, e todos os tipos de preconceito com a população idosa. Portanto, os idosos são vistos como cidadãos de direitos, assegurado por leis direitos e deveres como qualquer outro cidadão. Uma vez que esta condição de cidadão precisa ser realçada, principalmente em países subdesenvolvidos, pois é preocupante o abandono que estão sujeitos aos idosos (SILVA, 2016).

A França por exemplo é um país que se encontra saturado pelas populações idosas, contabilizando um total de 12% de idosos com mais de 65 anos, são idosos que vivem em condições de extrema vulnerabilidade social. Nos Estados Unidos - EUA, os idosos nem se quer eram reconhecidos como homens, em todas as fases da vida há uma certa aceitação, mas se é sobre a velhice muitos desconhecem o assunto (BEAVOIR, 1990).

No entanto, o sistema capitalista ignora os idosos, pois visam a sua dependência diante das impossibilidades que lhes são conferidas, pois, muitos não possuem qualquer força econômica, são dependentes de familiares ou mesmo de órgãos governamentais, onde recebe o mínimo para sobreviver

Os Países economicamente movido pelo lucro, uma vez reproduzido pela mídia, vê nos idosos, como sendo a escória da sociedade capitalista, o homem de modo geral só tem valor neste sistema quando está inserido no mercado de trabalho visto que tudo necessita de capital, e injusto dizer que 65 anos é o tempo

determinante para que este trabalhador seja descartado do sistema, desse modo condena a sua força devido a perda físicas (BEAUVOIR, 1990).

Na medida em que o desenvolvimento capitalista avança, ocorre várias mudanças societárias, dentre as quais envolvem também o envelhecimento populacional. “Para o futuro próximo, espera-se um crescimento de taxas elevadas da população idosa, como resultado das altas taxas de natalidade observadas no passado recente e da continuação da redução da mortalidade nas idades avançadas” (LEITE *et al*, 2005). Diante disto, há uma necessidade da criação de mecanismos para o cuidado dessa população, cujas forças para o trabalho já chegou ao fim devido a todos os fatores patológicos e biológicos.

O Estado, no entanto, deve garantir que estes idosos tenham uma velhice com mais qualidade de vida; com saúde, alimentação e moradia, porém este se torna ausente. A velhice é um processo considerado frágil, relacionada a vários fatores adquiridos ao longo da vida, diminuição das forças biológicas, são totalmente dependentes de seus familiares, pois estão doentes, dementes, acamados e sem nenhuma condição física de se manterem sozinhos, dentre estas enfermidades existem também as psicológicas. Contudo percebemos a negligencia do poder público para com os cidadãos envelhecidos, principalmente no que se refere a direitos, a família se vê totalmente obrigada e dependente no cuidado com o idoso, deste modo se consideram impotente com as responsabilidades inseridas, principalmente relacionadas as questões financeiras (CALDAS, 2003).

Este processo retoma a luta de classe dos anos de 1930, onde os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e direito a aposentadoria. Assim a velhice passa a ter maior visibilidade e observação, o estado passa a operar através de políticas públicas, rompendo com a lógica de filantropia que adotará na ocasião em questão (BERNARDO, 2017). Contudo, percebemos através de estudo a preocupação que se alastra sobre o processo de envelhecimento. Visto que este é um assunto que remetem a muitos questionamentos, principalmente sobre o descaso que esta população vem acompanhando.

Instituída na Constituição de 1988, o direito a aposentadoria se efetivou neste mesmo ano, permitindo que idosos desfrutassem da velhice com um pouco de

tranquilidade, deste modo contribuiu de maneira satisfatória com o rompimento de idosos abaixo da linha da pobreza, mas é de modo preocupante o número de idosos que sobrevive com $\frac{1}{4}$ do salário mínimo no mundo (FALEIROS, 2014). É importantíssimo que ainda na juventude possamos contribuir com a previdência social, desta maneira garantirá seu direito quando chegar a velhice. O benefício de prestação continuada, foi estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993; não é contributivo e atende pessoas com mais de 65 anos. Desta maneira atende camadas mais pobres da população idosa, sendo o único benefício de um salário mínimo ofertados a essas populações vulneráveis (FALEIROS, 2014).

A partir dessa aposentadoria passamos a compreender o quando que os idosos se tornam dependente, é um conceito pertinente, muito utilizado na geriatria. Atualmente são pessoas com mais de 65 anos ou jovens que necessitam de ajuda devido algum tipo de doença, ou mesmo o grau de enfermidade que diz a real dependência, leve parcial ou total. A dependência é um processo dinâmico, hora o indivíduo pode necessitar ou não (CALDAS, 2003). Existem vários idosos que convivem com seus familiares e com parentes, visto que o benefício que recebe mal dar para se manterem, principalmente se estes idosos necessitem de cuidados particulares, referentes a saúde.

Logo, falar de dependência podemos considerar que seja um método muito utilizado, mas que se revela sensível e relevante diante das necessidades do outro, sua função se define ao se adaptar aos problemas cotidianos de modo imediato. Portanto, compreendemos a partir de vários conceitos, que muitos idosos são dependentes devido a sua fragilidade física, motora, ou devido sofre de transtorno mental e tantos outros problemas cognitivos que afetam sua vida, desta forma necessita de apoio, de parentes, amigos. Muitas vezes a dependência não é um estado de permanência, existem casos que se modifica com o tempo, mas é importante que aja uma melhora na assistência diante dos fatos determinados (CALDAS, 2003).

A VELHICE E A “QUESTÃO SOCIAL”

Para Potyara (2004), a questão social expressa uma relação entre estrutura e ação, pois os sujeitos envolvidos assumem papéis políticos fundamentais

nas transformações das necessidades sociais. Portanto se os riscos e necessidades não carecem de problemáticas, não estaríamos diante de uma questão latente.

“No entanto, a inexistência de forças sociais incorpora na agenda pública, torna se cada vez mais progressistas. Desse modo a uma elevação do desemprego estrutural baseados em valores herdados do iluminismo” Potyara (2004). Porém ao ingressar em outra civilização os valores são rechaçados partido para uma outra lógica. O desemprego na contemporaneidade não prevê a incorporação de todos os cidadãos no mercado de trabalho e de consumo.

Em contrapartida o que se pregava durante o iluminismo é um esvaziamento da sociedade salarial contribuindo ainda mais para as inseguranças sociais crescentes. Contrapondo os direitos existentes e aumentando a pobreza relativa e absoluta, substituindo o perfil histórico de proteção social pela ignorância do desemprego.

Portanto, é considerável que os problemas que afetam a humanidade sejam mais evidentes, uma vez que a correlação de forças seja estratégia hegemônica da ordem dominante. Percebemos um estado interventor, com capacidade de regular e garantir direitos, mesmo que de maneira minimamente favorável principalmente com o advento do neoliberalismo, uma vez que se dá na perda dos direitos já existentes, privatizações de empresas estatais, estrangeiros quebrando assim as indústrias nacionais. Estas ponderações surgiram na Europa no século XIX, no marco da revolução, dentre embates políticos determinados por estas contradições.

A QUESTÃO DA “NOVA” QUESTÃO SOCIAL

Estamos diante de uma nova conjuntura. Durante muito tempo o Estado era o grande regulador e mediador entre as relações capital e trabalho principalmente na garantia de direitos e de cidadania. Em detrimento a globalização e a construção da economia e a desnacionalização, o Estado é afetado na sua capacidade decisória interna, de modo que contribuem para o sucesso dos movimentos organizados em sua luta pela cidadania e pela melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora. Atualmente este conceito sobre estado se encontra submersos por uma escala mundial.

Portanto as forças produtivas correspondem os determinantes para a economia, uma vez que traz novas perspectivas, assim fortalece as mudanças nas relações de produção, onde geram provocações a uma substituição de paradigmas e alterações significativas nas relações dentre o capital / trabalho e Estado /sociedade. Trazida de uma época denominada, de informalidade, onde a desigualdade de renda, alcance limitados das leis trabalhistas e das intervenções governamentais que preste assistência aos trabalhadores.

A questão social foi constituída a partir da acumulação capitalista, onde expressa na sociedade uma desigualdade social e econômica, desta forma com o advento do aumento da população idosa contribuirá com demandas urgentes, pois, essa população são uma das classes que mais necessitam das políticas sociais como saúde, assistência e previdência.

Em meados dos anos de 1990 a uma naturalização da questão social no mundo, tornando o de certo modo um assunto que afetar o indivíduo de maneira individual sobre uma abordagem coletiva, onde a um processo de culpabilização do homem, uma vez que este trabalhador necessitará se ausentar desse sistema, devido à perda das suas capacidades física que não permita contribuir para exercer tais funções, desse modo o próprio mercado de trabalho se encarregará de expulsá-lo, no entanto o trabalhador passa a ser considerado a escória da sociedade devido não compor as forças de trabalho do sistema capitalista, passa a necessitar de políticas públicas que o acompanhará até o findar de suas vidas. Contudo a classe trabalhadora sempre foi alvo de inquietude, pois a reestruturação produtiva e incisivo principalmente a ofensiva neoliberal.

De acordo pesquisa realizadas por Netto (2004) a expressão da questão social vem datar aproximadamente a pouco mais de um século, uma vez que está expressão passou a ser usada durante o século XIX. Este fenômeno nos remete a história ocidental, especialmente na Inglaterra durante o século XVIII em meio ao capital concorrencial, constituindo assim o berço da questão social principalmente com o advento do pauperismo, fenômeno este que de maneira direta veio afetar a vida dos trabalhadores, principalmente com o avanço da pobreza.

Compreendemos também de modo bem diversificada a importância que o sistema adota para manter os trabalhadores nas empresas, uma vez que estes

trabalhadores contribuem para o avanço da riqueza no mundo, desse modo são submetidos e obrigados a vender sua força de trabalho para assim se manterem, e contribuir na produção de riqueza. No entanto, as empresas em parcerias com nossos governantes poderiam articular ou mesmo criar fontes de trabalhos capazes de controlar o aumento de desemprego que de modo direto contribuem para as desigualdades no mundo, visto a importância que este trabalhador possui para o desenvolvimento e no avanço econômico deste sistema capitalista, assim vão contribuindo com o controle das desigualdades sociais, fortalecimento do pauperismo e principalmente em desagravo da população idosa.

Para Netto (2004) a segunda metade do século XIX, a expressão da questão social passa a ser compreendida com mais propriedade, especialmente por críticos sociais de várias regiões, visto que este período histórico em questão nos remete a compreender o que de fato ocorreu em meio ao grande aumento da pobreza no mundo. Sendo assim, percebemos uma preocupação em articular uma melhor compreensão entre economia e sociedade, permitindo uma articulação para se romper com o pauperismo que assolava o país na atual conjuntura.

Desse modo, no ano de 1848 percebemos vários aspectos principalmente no plano intelectual, sendo, porém, uma preocupação dos conservadores em investir no plano de ensino, contudo apropriaram de uma melhor obtenção de lucro, uma forte estratégia para se romper com a pobreza que assolava o país na conjuntura do período em questão.

CONCLUSÃO

Dentre as análises relacionadas, a sociabilidades destacadas por pensadores laicos, compreende das seguintes maneira sobre a questão social, é vista como algo de insignificância na sociedade contemporânea. Uma vez que o sistema capitalista seja o principal financiador das desigualdades sociais; principalmente para uma melhor obtenção de lucro, e visto que este sistema desumaniza o trabalhador, o submetendo a tal processo produtivo a ponto de lhes tornarem alienantes incapazes de se vê nestas condições, sendo assim, percebemos o quanto que a exploração do trabalhador o sujeita a esta condição desumanizadora.

Para Netto (2004) o conservadorismo trata questão social de maneira natural, uma vez que este sistema capitalista prevê a necessidade em questão social somente para o desenvolvimento da propriedade privada e dos modos de produção. O sistema capitalista, vê a questão social como principal objeto de moralidade e não percebe a obrigatoriedade de investir em políticas públicas, uma vez que a ordem vigente visa somente a ordem econômica.

O ser político é todo trabalhador que por meios metodológicos procura entender como surge os processos que se leva o surgimento da questão social. No entanto, ao analisar a sociedade em sua totalidade Marx pode compreender como a produção da questão social tem contribuído para o desenvolvimento do sistema capitalista, e de modo bem desigual contribui para o avanço do pauperismo.

O Sistema Capitalista, segundo Netto (2004), determina a exploração como sendo um aspecto necessário para a acumulação de riquezas. Diante destas ponderações sintetizamos o antagonismo que incidem sobre os trabalhadores neste modo de produção capitalista. Todavia, se faz necessário analisarmos como o desenvolvimento do capitalismo tem contribuído para as desigualdades social, de modo que seja necessário que este o acompanhem no desenvolvimento das forças produtivas ou se sujeite a qualquer manifestação imposta para obtenção de riqueza. Como resultado compreendemos a questão social a partir da sociabilidade que estar direcionada ao sistema capitalista para a obtenção de riquezas.

Desse modo, protestamos numa perspectiva de reivindicar melhores condição de trabalho em prol de lutar contra as opressões do capitalismo, e amenizar as desigualdades entre os homens, numa sociedade onde os recursos estão nas mãos das minorias, diante dessas argumentações, talvez seja necessário uma maior articulação entre os povos; investirmos na conscientização do trabalhador para que de certa maneira não deixe de exercer suas obrigações, que tenha o mínimo de consciência para que não se sujeite as mazelas capitalista inconsequentemente. Contudo é importantíssimo que estes desafios partam dos próprios trabalhadores para que de fato este objetivo seja alcançado.

É de conhecimento geral, que em meados dos anos de 1939 a 1945 durante a segunda guerra mundial, ocorra vários desastres ocasionando perdas irreversíveis em várias regiões do mundo, principalmente em setor político, econômico e sociais. No entanto o sistema capitalista passa a vivenciar três

décadas gloriosas; larga conjuntura do crescimento econômico, surgimento do Welfare state na Europa Ocidental. Diante destas considerações, o mundo se volta para a questão social, acentuada principalmente nas periferias capitalistas, em meio aos grandes centros urbano. Durante os anos de 1970 houve uma redução das taxas de lucro, tudo isso devido ao acesso democrático vitoriosos. No entanto ocorreu uma retaliação por parte dos capitalistas, onde certificam não possuir nenhum compromisso social (NETTO, 2004).

A chegada do welfare state no mundo possibilitou uma melhor transparência para a população trabalhadora, uma vez que este estado de bem social traz uma nova expectativa em prol dos direitos das classes trabalhadoras, principalmente no que tange os direitos econômicos, político e sociais, ocorreu neste período o pleno emprego.

Netto (2004), ao analisar a questão social esclarece as seguintes maneiras, não possui uma clareza de fato, mas há uma representação das crises, tensões, desafios, vulnerabilidades, discriminação e tantas outras questões, principalmente a não participação popular. Portanto, nos deparamos com a emergência da questão social a partir da revolução industrial, uma vez que o nosso sistema passa por um processo de divisão de classes. Onde consideram a exploração exercida pelo sistema capitalista um modelo de obtenção de lucro para sua própria sobrevivência. Desta forma a lei geral de acumulação considera suas pesquisas a partir da compreensão da sociedade em sua totalidade, visto que esta lei opera de maneira independente. Todavia é preciso suprimir o sistema capitalista para que seja superada a questão social e que de fato o trabalhador seja reconhecido por seus méritos.

Ocasionalmente Pastorini (2007) nos apresenta um estudo sobre a questão social, deste modo a problemática levantada pela autora será analisada a partir das transformações políticas, econômicas e sociais durante o estágio monopolista. Ao se compreender a questão social, percebemos que nunca existiu uma nova questão social, se falarmos desse modo estaríamos negando as nossas próprias histórias ou mesmo as nossas raízes.

Todavia, o sistema capitalista nos apresenta diferentes estágios referentes à questão social, visto que o capitalismo busca estabelecer a manutenção deste sistema, que de certo modo tem contribuído para a desigualdade entre os

povos. Portanto apesar das contradições impostas pelo sistema apresentamos a questão social da contemporaneidade. Assim esclarecemos o lugar de diálogo na passagem do tempo, como modo de entender as mudanças no marco das determinações históricas, desse modo contribuirão para melhor compreensão da questão social em sua universalidade como parte do movimento da sociedade capitalista (PASTORINI, 2007).

O processo de globalização gera no mundo mudanças econômicas, políticas, social e cultural. Principalmente no mundo do trabalho. O capitalismo contemporâneo surgiu no século XIX em meio a um cenário de pobreza, desigualdades sociais e exclusão na Europa Ocidental. Em meados dos anos 70 entram em cena novos autores sociais, desta forma contribuirá na transformação do capitalismo. Uma vez que este sistema passa a ser alimentado pelo trabalho morto, sendo substituído pela máquina, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma grande massa de desempregado.

A questão social é produto da sociedade capitalista, onde se constitui objeto do trabalho do assistente social. A relação capital e trabalho geram diferentes expressões da questão social. Em relação ao crescimento do envelhecimento demográfico, pesquisas mostram que o Brasil será majoritariamente de idoso, porém as desigualdades têm atingido diferentes formas, pois a velhice estar se tornando um processo heterogêneo (TEIXEIRA, 2017).

Compreender o processo de envelhecimento torna-se um desafio, pois considera que a sociedade Brasileira é heterogênea, onde sinalizamos também uma extensa desigualdade social, onde o torna uma expressão da questão social.

Diante das ponderações aqui apresentadas, a dinâmica da sociedade revela novas expressões da questão social. O século XXI foi o marco do pauperismo na Europa, uma vez que a resolução industrial foi a principal fonte das expressões da questão social onde o próprio trabalhador se torna vítima no sistema capitalista.

É fundamental compreendermos como a sociedade capitalista gera a desigualdade a partir da dominação que impera em sociedade, onde é o único detentor dos meios de produção, desta maneira o trabalhador se vê totalmente impotente, pois o que lhe compete é apenas a força de trabalho. Conseqüentemente a origem da questão social surge durante a produção, numa relação antagônica e

contraditória entre capital e trabalho. É necessário que os trabalhadores reconheçam de fato enquanto classe e lute pelos seus direitos.

A questão social é reconhecida a partir do momento em que a classe trabalhadora reivindica seus direitos. Em 1930 a um reconhecimento desses direitos sociais e trabalhistas, desta forma o objetivo se dá de modo a preservar a ordem e assim continuar no poder. Nesta conjuntura, o estado contrata o serviço social para intervir diretamente com as políticas sociais, mediando as duas classes sociais.

A contradição entre capital e trabalho na contemporaneidade desenvolve várias formas de desigualdades. No entanto, a classe operária juntamente com os movimentos sociais deve pressionar o estado para que assim consiga alcançar as suas reivindicações. Muitos direitos conquistados são estabelecidos na constituição federal de 1988, tais como; saúde, educação, alimentação, moradia, previdência social e tantos outros.

A promulgação de 88 regulamenta algumas leis que garante o direito a saúde através da lei no 8.080 de 1990, organização e funcionamento de outras providências; a Lei no 8.742, onde se refere a assistência social; A Lei no 10.741 de 2003, que trata também do estatuto do idoso. Todos estes direitos são frutos da luta de movimentos sociais na década de 1980. Contudo nos anos de 1970 houve uma grande reestruturação do estado, pois o neoliberalismo que operava gerou grandes perdas no campo das políticas sociais.

Em 1990 a uma naturalização da questão social no Brasil, pois a expressão da questão social tornou-se uma questão individual onde a um processo de culpabilização do indivíduo. A classe trabalhadora sempre foi o alvo de inquietude, pois a reestruturação produtiva e incisiva principalmente nos baixos salários, principalmente a ofensiva neoliberal.

Desta forma, a população idosa através de reivindicações conquistou um pequeno número de direitos. No entanto a conjuntura política Brasileira leva-nos a indagar sobre a crise que se alastrou no Brasil retirando verbas das políticas sociais.

ENVELHECIMENTO E VELHICE NA SOCIEDADE CAPITALISTA COMO EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Em relação ao crescimento de idosos no Brasil, percebe-se uma imensa quantidade de pessoas nesta faixa etária. Diante destas afirmações o país possui os aspectos para que se torne o sexto lugar com maior número de idosos, eventualmente esta população seria a expressão da questão social. A nossa sociedade caracteriza o idoso por uma visão utilitária do ser humano e pela ênfase do ter e não do ser, percebe o idoso como sendo um material improdutivo, limitado que ao longo do processo passa a perder sua própria identidade.

A existência de problemas sociais atinge a uma fração da população idosa. Os trabalhadores, portanto, são os mais vulneráveis, pois os problemas adquiridos na velhice, em geral, são provenientes adquiridos no longo processo de trabalho, pois vendem sua força de trabalho ao longo da vida e de maneira silenciosa passa a contrair vários problemas de saúde, dessa forma passa a não corresponder as necessidades do capital (TEIXEIRA, 2017).

Nesta perspectiva, destacamos a exploração que submete os trabalhadores em prol de uma remuneração mensal para a sua sobrevivência e principalmente na obtenção de lucro e satisfação do capitalismo, assim ao chegar a velhice passa a enfrentar várias expressões da questão social. A sociedade capitalista, porém, enaltece a juventude uma vez que esta classe representa uma força com maior barganha para este sistema. A mídia em suas argumentações a todo momento tem reforçado que os próprios especialistas em assunto sobre a velhice, os gerontólogos, os geriatras têm reforçado opiniões sobre essa lógica, uma vez que tenta retardar o processo de envelhecimento (TEIXEIRA, 2017). Além disto, não devemos generalizar o processo de envelhecimento, tendo em vista em seu segmento heterógeno, adquiridos durante sua vida econômica e social.

Devemos compreender o processo de envelhecimento em sua totalidade social, de modo que, abordaremos sobre a esfera de produção e reprodução, onde o indivíduo é o espectador de sua própria história. Desse modo, é essencial para os trabalhadores entender o envelhecimento como expressão da questão social. No entanto, se percebe uma verdadeira problemática relacionados aos problemas sociais em virtude dos trabalhadores.

Formação em Serviço Social, Política Social e o fenômeno do envelhecimento

Vários são as visibilidades empíricas que instigam as universidades em estudos, e pesquisas. Tem se compreendido que os cursos de serviço social têm se interessado por metodologias voltadas para este público específico que se trata o envelhecimento. Desta forma, a autora discute trazendo três argumentos sobre o trabalho em questão; a gerontologia, as dimensões biológicas e as psicológicas, e as questões econômicas e sociais (POTYARA, 2005). Durante o último estágio do século XX, os cidadãos eram reconhecidos de modo que ainda precipite com os dados estáticos.

Atualmente o Serviço Social de maneira direta e indireta busca compreender a população idosa de modo que possa fazer algo em prol de viabilizar políticas sociais para este público em questão, uma vez que estes estudos abarca quase todos os processos de vida desse povo em especial. Desde 1980 que os profissionais de serviço social atuam sobre um modelo sociopolítico global, chamado de neoliberalismo. Aonde vai contra qualquer extensão e autonomia a propagação das políticas públicas.

É necessário que os profissionais de serviço social atualizem constantemente seu arsenal analítico e operante, desta maneira o possibilitará mudanças principalmente em relação ao desenvolvimento de seus trabalhos por meio das políticas sociais proporcionando condições dignas a população. Compreender os riscos sociais como sendo os gastos sociais de modo favorecer a população mais vulneráveis, onde demanda várias preocupações, mas que presta ao cidadão o modo mais fácil para se chegar. Mesmo que seja uma obrigatoriedade em aumentar os direitos sociais, a uma certa diminuição no ato dos direitos, sendo a proteção social pública, optando por políticas sociais focalizada (POTYARA, 2005).

Necessitamos de políticas de proteção social para todos os cidadãos em especial a população idosa. Desta maneira compreendemos que o estado age de modo perverso para com todos os cidadãos, assim tratam os assistidos em princípio os idosos, os chamados inúteis da sociedade com estigma.

Atualmente é visível que o público feminino compõe o maior número de idosos no mundo, visto que este público tende a viver muito mais tempo, mais para que esta população tenha seus direitos garantidos é necessário que esta população tenha em sua abrangência. Percebemos assim que os idosos tendem a ser uma

população considerada desfavorável em relação às mulheres negras e outros seguimentos.

O processo de envelhecimento tende a favorecer um leque de possibilidade no campo dos estudos e pesquisas, visto que de forma direta favorecerá nos desafios nos desafios intelectual, social e político.

Na atualidade os idosos estão se tornando força política, visto que este cidadão luta em prol da população de modo geral, onde poderá ser usada de modo que venha favorecer o bem comum. É perceptível que o Serviço Social está nos espaços sócio – ocupacional, com maior relevância no mundo de maneira mais ampla, entenda a necessidade de estudos no âmbito.

Há uma predisposição do serviço social por meio de conhecimentos empíricos, induz vários estudos sobre o envelhecimento, principalmente a partir de vários estudantes estarem motivados a querer uma vaga nas universidades. É um tema que instiga o desenvolvimento na área de pesquisa, sendo objeto de análise e práticas profissionais cada vez mais utilizados pelos docente e discentes do curso e em especial nos projetos de extensão. Contudo criam-se o núcleo de estudos sobre o envelhecimento em vários departamentos (POTYARA, 2005, p. 10).

Além de ser considerado um assunto pertinente, percebemos um certo despreparo para que estes profissionais possam fazer um atendimento de qualidade para com este idosos, visto que muitos destes professores ou mesmo pessoas ligadas a saúde, educação, tem uma certa rejeição ou mesmo dificuldade em inserir a velhice na pauta de ensino. Mas ao longo da vida percebemos uma certa aproximação do contexto. Porém devemos considerar que existem um certo esforço em criar módulos livres para que se deem conta de assuntos emergentes. Nota se, que o curso de serviço social passa por uma investigação constante da a vida.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 5. Ed. Rio de Janeiro, 1990, p. 9-20.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A velhice da Classe Trabalhadora e a Naturalização dos Cuidados Familiares. **Envelhecimento na sociabilidade capitalista**. São Paulo, ed, papel social, 2017, p. 61.

CALDAS, Célia Pereira. **Envelhecimento com Dependência: Responsabilidades e demandas das famílias**. Caderno saúde pública, Rio de Janeiro. Disponível em <file:///C:/Users/lzabel/Documents/texto%20sobre%20idoso.pdf>. 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. In: Revista brasileira de estudos de população. Vol. 27. N. 1. São Paulo janeiro. / Junho de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/14.pdf>. Acesso 31/01/2017.

FALEIROS, Vicente de Paulo. **Envelhecimento no Brasil no século XXI: Transições e Desafios**. Vitória(ES). Disponível, file:///C:/Users/lzabel/Documents/texto%20de%20Faleiros%20para%20o%20primeiro%20capitulo1.pdf. 2014.

FREITAS, M. C. de QUEIROS, T. A. SOUZA, J. A. V. de. **O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos**. Escola de enfermagem USP. Disponível em <www.scielo.br/pdf/reeUSP/v44n2/24.pdf>, 2010.

LEITE, ET AL. A situação Social do Idoso no Brasil: Uma breve consideração. São Paulo, act Paul. **Enfermagem**. Artigodisponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>>. 2005.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. / Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. Rio de Janeiro: Editora, 2002.

PAULA, Marcos Ferreira de. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. **Serviço social e sociedade**. São Paulo, 2016, p. 262, 272.

SILVA, Maria do Rosário de Fatima e. **Envelhecimento e Proteção Social: Aproximação entre Brasil, América Latina e Portugal**. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, p. 215, 216.

WHITAKER, Andreatta. **O idoso na contemporaneidade**: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse “novo” ator social, titular de direitos. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/campinas>, 2010.



A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Mizzaely Suianny Lacerda de Sales¹

RESUMO

Este artigo versa sobre a trajetória histórica das políticas sociais e dos ordenamentos jurídicos para a infância e adolescência no Brasil, desde a criação do primeiro Código de Menores – Código de Mello Mattos – de 1927 até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Destarte, aponta-se o distanciamento dos dois códigos de menores, tanto o de 1927 quanto o de 1979, com a promoção, defesa e controle dos direitos da infância e adolescência. No geral, percebeu-se que havia uma preocupação voltada, unicamente, para a manutenção da ordem social. Tal doutrina repressiva e excludente só irá ser rompida com ECA, ao considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, possuindo absoluta prioridade no acesso aos seus direitos fundamentais. Delineia-se, portanto, a necessidade de se ter um conjunto de serviços, em uma rede articulada, a qual virá a se chamar Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Palavras-chave: Políticas Sociais; Ordenamentos Jurídicos; Infância; Adolescência.

ABSTRACT

This article deals with the historical trajectory of social policies and legal systems for children and adolescents in Brazil, from the creation of the first Code of Minors - Mello Mattos Code - from 1927 until the creation of the Statute of the Child and Adolescent, in 1990. Thus, it is pointed out that the two codes of minors, both 1927 and 1979, are distant from promoting, defending and controlling the rights of children and adolescents. In general, it was perceived that there was a concern solely for the maintenance of the social order. Such repressive and exclusionary doctrine will only be broken with Statute, when considering the child and the adolescent as subjects of rights in a peculiar condition of development, having absolute priority in the access to their fundamental rights. Therefore, it is necessary to have a set of services, in an articulated network, which will be called the Child and Adolescent Rights Guarantee System.

KeyWords: Social Politics; Legal Orders; Childhood; Adolescence.

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Estagiária do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN).

INTRODUÇÃO

A trajetória das políticas e direitos sociais na área da infância e da adolescência é caracterizada, sobretudo, por intensas violações de direitos que se legitimam através de aparatos legislativos, criados de acordo com as demandas apresentadas, em consonância com os aspectos político, econômico, social e cultural de um determinado período. A lógica que permeia nesse campo de violações assenta-se em uma perspectiva conservadora e moralista, na qual afirma a doutrina menorista para controlar, disciplinar e reprimir crianças e adolescentes que estão “desequilibrando a suposta ordem social”.

Nessa esteira, a solução para resolver as situações sociais desses segmentos é colocada por meio da força, da tortura e do isolamento social, considerando-os como uma arma perigosa para toda a sociedade. Para servir de exemplificação de aparatos jurídicos que legitimam esse caráter temos o Código de Menores de 1927 e, posteriormente, o Código de Menores de 1979, os quais afirmam medidas repressivas que expressam, nitidamente, violações de direitos, principalmente, para aqueles sujeitos de classes populares.

Nesse cenário, percebe-se a relevância de permear sobre a discussão da história das políticas sociais e dos ordenamentos jurídicos para crianças e adolescente, mais especificamente a nível de Brasil, no sentido de compreender como se deu o processo de criação das políticas e legislações; quais eram os serviços oferecidos; para quem se destinavam; e quem, na realidade concreta, era atendido. Ao traçar esse trajeto, chegaremos até o ECA e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

AS POLÍTICAS SOCIAIS E OS ORDENAMENTOS JURÍDICOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS

Em nível de Brasil, as primeiras iniciativas no âmbito das políticas públicas para crianças e adolescentes estavam embebidas por um viés assistencialista/religioso que escamoteava a tentativa de se estabelecer um equilíbrio na ordem social do século XVIII, ameaçada pelo alto índice de crianças

abandonadas. A causa do abandono estava intimamente vinculada à situação de pobreza de suas famílias, mas não somente, pois os filhos nascidos fora do casamento, em sua maioria decorrente das relações entre senhores e escravas ou índias, também eram abandonados por serem considerados ilegítimos e dissonantes à moral.

Nesse sentido, de acordo com Faleiros (2004), esse quadro preocupou as autoridades do país, levando o vice-rei a propor, em 1726, duas medidas: a coleta de esmolas na comunidade para socorrer às crianças; e as internações. No que concerne às internações, foram criadas as Santas Casas, implantando um mecanismo denominado Roda de Expostos, que impedia a identificação das pessoas que não mais desejavam aquelas crianças. A Roda tinha o formato cilíndrico e foi adaptada no muro das Santas Casas. Com a janela aberta para o lado externo, um espaço que recebia a criança após rodar o cilindro para o interior dos muros a fazia desaparecer aos olhos externos. Contudo, essas instituições não tinham condições físicas e financeiras suficientes e muitas crianças acabavam morrendo.

Em 1875 foi criado o asilo para meninos “desvalidos”. Após a Proclamação da República, em 1889, os asilos se expandiram por iniciativa privada e com subsídio público, tendo como objetivo recolher e educar meninos pobres, órfãos e abandonados de seis a doze anos, permanecendo no local até completarem 21 anos. Segundo Souza (2006), nessas instituições o ensino era dividido em dois níveis: o nível primário estimulava a leitura, escrita e aritmética, instrução moral e religiosa. Já o nível secundário visava à formação profissional, cujos jovens aprenderiam ofícios mecânicos de encanador, alfaiate, carpinteiro, marceneiro, torneiro e entalhador, funileiro, ferreiro, serralheiro, serrador, correeiro e sapateiro.

Era preciso, dessa maneira, tornar esse segmento útil para a sociedade, ou melhor, para a nova organização política e econômica que estava se moldando com a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, no século XIX. Dessa forma, muitas crianças se inseriram no mercado de trabalho como forma de complementar a renda da família, já os patrões justificavam que se fazia necessário, pois estavam protegendo-as ao retirá-las das ruas.

No século XX, as políticas e legislações eram voltadas, por um lado, aos “menores”² vinculados à infância pobre – considerada potencialmente perigosa –, à infância abandonada e à infância delinquente, e, por outro, às crianças oriundas de classe média e alta. Percebe-se que existia o recorte de classe e, conseqüentemente, distintos modos de tratamento, visto que as leis eram criadas para controlar e punir os considerados “desvirtuados”, que eram em específico os filhos dos pobres. Assim, instituiu-se um aparato médico-jurídico-assistencial que, segundo Rizzini, tinha objetivos:

[...] de prevenção (vigiar a criança, evitando a sua degradação, que contribuiria para a degeneração da sociedade); de educação (educar o pobre, moldando-o ao hábito do trabalho e treinando-o para que observe as regras do “bem-viver”); de recuperação (reeducar ou reabilitar o menor, percebido como vicioso, através do trabalho e da instrução, retirando-o das garras da criminalidade e tornando-o útil à sociedade; de repressão (conter o menor delinquente, impedindo que cause outros danos e visando a sua reabilitação, pelo trabalho) (2008, p. 26).

Dessa forma, em 1927 é criado o Código de Menores, o Código de Mello Mattos, considerado o primeiro diploma legal de proteção³ às crianças e aos adolescentes que, ao invés de criar um arcabouço de direitos e garantias a esse segmento, visou estabelecer diretrizes à infância e à juventude excluídas, com o objetivo exclusivo de afastá-las da delinquência. A partir disso, os Juizes de Menores receberam poderes legais para adotar ações civis, trabalhistas, penais, tutelares e assistenciais nas causas envolvendo crianças e adolescentes.

Posteriormente, no período do Estado Novo, mais especificamente em 1941, instituiu-se o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), pelo Decreto 3.799/41 – decretado por Getúlio Vargas, na época presidente da república– que atribuía ao Estado poder para atuar junto aos “menores”.

Tratava-se de um órgão do Ministério da Justiça que tinha como finalidades sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores; realizar investigação social e exame médico-psicopedagógico; recolher os menores em estabelecimentos

²Denominação conferida pela legislação vigente à época (Código de Menores – Lei n.17.943-A, de 12 de outubro de 1927), para referir-se à criança e ao adolescente envolvidos na intervenção social e judicial. Segundo Rizzini (2008), constrói-se uma categoria específica - a do menor - que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa.

³Embora esse código não tenha apresentado a defesa real de crianças e adolescentes, significou um importante avanço do ponto de vista de despertar o olhar para esses segmentos que, até então, não eram vistos como passíveis de intervenção no âmbito da proteção.

adequados, a fim de ministrar-lhes educação instrução e tratamento sômato-psíquico; estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; e realizar pesquisas na área da infância e juventude (BRASIL, 1941).

Contudo, a ação do SAM é marcada, sobretudo, pelo autoritarismo e pela repressão, apresentando condutas de maus-tratos⁴ com os “menores”. Um ano após a criação do SAM, cria-se, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), um órgão assistencial voltado, inicialmente, para crianças órfãs de família de soldados enviados à Segunda Guerra Mundial.

Em 1949, é criado o Serviço de Colocação Familiar, no Estado de São Paulo, pela Lei N° 560, de 27/12/1949. Este serviço consistia numa assistência aos “menores” de 0 a 14 anos de famílias em situação de pobreza, colocando-os temporariamente em um lar substituto, de forma gratuita ou remunerada até que a família de origem se “reajustasse”. Segundo o Art. 8º da Lei, “em se tratando de colocação remunerada, o juiz, atendente ao custo de vida na região e às condições especiais de cada caso, fixará o auxílio a ser pago às pessoas que receberem os menores, em quantia não superior a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros)” (BRASIL, 1949).

Na década de 1960, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi extinto e se estabeleceu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que foi instaurada pelo governo militar – através da Lei 4.513/64 –, introduzindo a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Conforme Faleiros,

A FUNABEM estabeleceu um sistema de conluio público/privado, com ênfase nos convênios com estados, alguns municípios e com entidades privadas, cuja maioria visava possibilitar internações e distribuição de *per capita*s. Nos Estados foram criadas as FEBEMs (Fundações do Bem-Estar do Menor), que se transformaram em centros de internamento tanto para os abandonados como os considerados perigosos, não raro após passagem pelos Centros de Recepção e Triagem. Ao contrário do que propunha, a política da FUNABEM não reduziu o processo de marginalização (2004, p. 08).

⁴ No SAM as crianças desapareciam no meio de um verdadeiro presídio (com muros para metralhadoras e holofotes). Eram violentadas e permaneciam como ainda aconteceu uma década depois, inadaptadas. Havia aliciamento de menores para corrupção, desmazelo e falta de vigilância. As perseguições, os espancamentos e a fome, como armas de castigo, aconteciam diariamente (LUPPI, 1987, p. 53).

Em suma, essa política buscava assegurar programas de integração ao menor carente, por meio de assistência às famílias. Todavia, esta se insere em uma década marcada, sobretudo, por um forte teor repressivo, ou seja, em um período de ditadura militar que, por sua vez, desarticulou a proposta educativa, integrativa e menos repressiva voltadas às famílias (PEREZ; PASSONE, 2010).

Ainda no período ditatorial, paradoxalmente, o país firmou acordo com o Fundo das Nações Unidas para Infância, em 1968, assumindo formalmente os preceitos da Declaração Universal dos Direitos da Criança. No entanto, na prática isso não se efetivou, mas, em contramão à Declaração, houve a criação de um novo código de menores, ainda mais repressivo. O Código de Menores de 1979 tinha como base o antigo Código de Menores da primeira República, consolidando a Doutrina de Situação Irregular do menor. Para Silva, há duas críticas importantes feitas ao Código de Menores de 1979,

A primeira delas é que crianças e adolescentes chamados, de forma preconceituosa, “de menores” eram punidos por estar em “situação irregular”, pela qual não tinham responsabilidade, pois era ocasionada pela pobreza de suas famílias e pela ausência de suportes e políticas públicas. A segunda era referente às crianças e adolescentes apreendidos por ato infracional, os quais eram submetidos à privação de liberdade sem que a materialidade dessa prática fosse comprovada e eles tivessem direitos para sua devida defesa, isto é, inexistia o devido processo legal. Nesse sentido, era “regulamentada” a criminalização da pobreza (2005, p. 33).

Assim, é importante destacar que tanto o código de 1927 quanto o código de 1979 não foram criados para proteger as crianças e os adolescentes, mas para garantir a intervenção jurídica sempre que houvesse qualquer risco material ou moral para a sociedade, ou seja, a legislação era coberta por um caráter punitivo que atingia apenas a infância e a adolescência pobres nas quais estariam promovendo a desordem social, não atuando nas causas dessas expressões. Nesse sentido, crianças e adolescentes não eram tratados enquanto sujeitos de direitos, mas como objeto de medidas judiciais.

Esse cenário irá se modificar na década de 1980, a partir do desmonte do regime ditatorial e do redirecionamento das políticas sociais para os segmentos de baixa renda. Este período foi conhecido como a redemocratização do país, marcado

pela efervescência das organizações de diversos segmentos sociais na luta em favor da liberdade e da democracia. Dessa forma, esse movimento também foi capaz de assumir a agenda política em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Houve uma série de denúncias sobre as injustiças cometidas no atendimento infanto-juvenil no país, desvelando a distância existente entre crianças e menores no Brasil, mostrando que crianças pobres não tinham sequer direito à infância e que são exatamente estas que estão em situação irregular.

Nesse processo de lutas, destaca-se a mais marcante mobilização popular da infância e adolescência: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), o qual contribuiu significativamente para o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e protagonistas da sua própria história, dando-os visibilidade diante da sociedade. Tal movimento constituiu-se de uma organização de luta pelos direitos desses segmentos das camadas populares com o objetivo de transformá-los em sujeitos políticos, concebendo-os como aptos para participar de decisões que os envolvam. Esse movimento teve

[...] papel fundamental nesse contexto, sobretudo por envolver o protagonismo de crianças, adolescentes e educadores no processo de mobilização para a discussão e a aprovação do novo ordenamento legal. Os Encontros Nacionais de Crianças e Adolescentes organizados pelo MNMNR constituíram estratégias de pressão diferentes das dos adultos e surtiram efeitos, já que durante a realização do II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília (1989), cerca de 750 crianças e adolescentes em “situação irregular de rua” chamaram a atenção do Brasil, ocupando o Plenário do Congresso Nacional e realizando uma votação simbólica de aprovação do ECA (SILVA, 2005, p. 40).

Esse contexto de intensas mobilizações sociais culminou na promulgação, em 1988, da Constituição Federal, que subsidiou o surgimento de legislações posteriores com base nos direitos sociais, dentre as quais: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal nº 8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Lei Federal nº 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal nº 9.394/96), além da integração dos serviços sociais, por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Em síntese, é apenas com a Constituição Federal de 1988 que a Doutrina da Situação Irregular será afastada e se adotará a Doutrina de Proteção Integral às crianças e aos adolescentes. Cria-se, assim, um conjunto de normativas que asseguram a proteção integral através Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inserindo aspectos preventivos, protetivos e socioeducativos.

Nesse sentido, há uma mudança de paradigma ao estabelecer: 1) crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; 2) infância e adolescência como fases peculiares do processo de desenvolvimento humano, sendo, portanto, sujeitos em desenvolvimento físico e psíquico; e 3) prioridade absoluta como princípio constitucional. Segundo o ECA, toda criança e todo adolescente têm direito à proteção integral, gozando de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana com absoluta prioridade, cuja responsabilidade é da família, da sociedade e do Estado (BRASIL, 1990).

No ECA aponta-se as diretrizes da política de atendimento, nos indicando que deve existir uma integração entre os órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar, bem como aqueles que executam as políticas sociais de assistência social. Apesar destas diretrizes, é apenas com a Resolução N° 113, de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), que o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) será consolidado. De acordo com o Art. 1° da referida Resolução,

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (CONANDA, 2006).

O SGDCA foi criado com o fito de garantir que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes fossem, de fato, efetivados, estabelecendo os parâmetros do Sistema. Este, por seu turno, é articulado de forma integrada a partir de um conjunto de instituições que operacionalizam a política de atendimento às crianças e aos adolescentes, dividindo-se em três eixos: promoção, defesa e controle.

No eixo de promoção estão os serviços e programas das políticas sociais que compõem a política de atendimento às crianças e aos adolescentes, nas seguintes áreas: Assistência Social, a partir da efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase na Proteção Social Básica, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Proteção Social Especial, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Serviços de Atendimento Socioeducativo, que se orientam com base no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); Serviços de Acolhimento Institucional, por meio de medidas provisórias e excepcionais que visam restabelecer a criança ou adolescente no locus familiar de origem ou numa família substituta; Saúde, através das estruturas e serviços que fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS); e Educação, que pode ser básica, profissional ou superior, norteadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O eixo de defesa, por sua vez, caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça, sendo acionado quando a criança e o adolescente se encontram em situação de ameaça ou de violação de seus direitos, por meio da requisição às instâncias públicas de proteção legal da infância e da adolescência, como o Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça etc.

Por fim, o eixo de controle é responsável pelo monitoramento e avaliação das políticas de atendimento à infância e à adolescência e se dá em espaços de discussões coletivas compostos pelos Conselhos de Direitos, que são responsáveis por deliberar e controlar ações voltadas à efetivação de direitos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDICA) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA); e pelos Conselhos Setoriais, que atuam na formulação e controle de políticas públicas, a saber: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Juventude, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas e legislações sociais foram criadas, historicamente, para crianças e adolescentes de classes populares, que estavam em situação de risco. No entanto, estas protegiam, na realidade concreta, a moral, os “bons costumes”, as classes médias e altas e o sistema capitalista, com serviços que tinham como foco a instrução moral e religiosa, o incentivo para a inserção no mercado de trabalho, bem como a repressão.

Essa configuração só se alterará em decorrência de um processo de luta e de afirmação da agenda política em defesa dos direitos da criança e do adolescente na década de 1980 – período de efervescência dos movimentos sociais, na luta pela democracia. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ocorre uma mudança de paradigma no sentido de pensar e tratar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, nos quais a sociedade, a família e o Estado passam a ter o dever de protegê-los. A partir disso, cria-se o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) articulado nos eixos de promoção, defesa e controle.

Logo, o ECA expressa um importante avanço no âmbito das políticas e direitos sociais, pois se constitui como instrumento norteador, ao estabelecer as ações e diretrizes da política de atendimento. No entanto, 16 anos após o Estatuto, fez-se necessária, ainda, a criação da Resolução 113 do Conanda, para institucionalizar e fortalecer o Sistema de Garantia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei N° 3.799, de 5 de novembro de 1941**. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 jan. 2018.

BRASIL. **Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 25 jan. 2018.

BRASIL. **Lei N° 560, de 27 de dezembro de 2006**. Criação do Serviço de Colocação Familiar, junto aos juízos de Menores. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1949/lei-560-27.12.1949.html>>. Acesso em 25 jan. 2018.

CONANDA. **Resolução N° 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2018.**

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. In: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 1, nº1, outubro de 2004.

PEREZ, J.R.R.; PASSONE, E.F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**. V. 40, N. 140, maio/ago, 2010.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria L. O. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: discontinuidades e continuidades. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVI, n. 83, set, 2005.

SOUZA, Maria Zelia Maia de. A tensão está posta – do dia a dia do Asilo às páginas dos relatórios ministeriais. In: **20 anos de HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira**, 2006, Campinas-SP. VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2006. v.1. p. 1-10.



BREVES REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE POBREZA¹

BEZERRA, Maria Isabel Gonçalves².

BARBOSA, Amanda Cardoso³.

BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra⁴.

BARROS, Suzana Alves dos Santos⁵.

RODRIGUES, Thalita Lorrane Rocha Rodrigues⁶.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discorrer acerca do fenômeno da pobreza, suas variantes conceituais e os debates entorno de sua mensuração. Longe de ser um fato novo, o referido fenômeno pode se manifestar de diferentes formas, não sendo possível conceituá-lo por um único viés. Assim, direcionaremos nossa discussão a partir de três principais autores, sendo eles: Rocha (2006), Schwartzman (2004) e Jessé Souza (2009). Cada um desses autores apresenta abordagens relevantes no sentido de compreender o fenômeno da pobreza em seus diversos sentidos. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica que, por sua vez, foi imprescindível para o amadurecimento e direcionamento da temática. Os debates em torno da pobreza possuem grande relevância, haja vista que, na contramão da acumulação capitalista, existem países e lugares onde o desenvolvimento humano é impensável.

Palavras-chave: Pobreza; desigualdades; exclusão social.

ABSTRACT

This article aims to discuss the phenomenon of poverty, its conceptual variants and the debates around its measurement. Far from being a new fact, the phenomenon can manifest itself in different ways, and it can not be conceptualized by a single bias. Thus, we will direct our discussion from three main authors: Rocha (2006),

¹O presente trabalho é fruto das pesquisas realizadas pelo projeto intitulado "Quem são, onde estão e como vivem os acadêmicos do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – MG".

²Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Email: belfelizemcristo@gmail.com

³Professora Mestre do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e coordenadora do projeto de pesquisa acima referenciado. Email: amandacardosobar2@gmail.com

⁴Professora Mestre do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Email: viviane.gandra1@hotmail.com

⁵Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Email: suzymgmoc@yahoo.com.br

⁶Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Email: thalitarocha789@gmail.com

Schwartzman (2004) and Jessé Souza (2009). Each of these authors presents relevant approaches in order to understand the phenomenon of poverty in its various senses. We used as a methodology the bibliographic review which, in turn, was essential for the maturation and direction of the theme. Debates about poverty are highly relevant, since, contrary to capitalist accumulation, there are countries and places where human development is unthinkable.

Key-Words: Poverty; inequalities; social exclusion.

INTRODUÇÃO

Conforme a etimologia, pobreza origina-se da palavra pobre, mais o sufixo *eza*, o qual é comum na formação de palavras em português. Pobre surge do latim *pauper*, radicado em *paucus* que significa pouco. No conceito original a partir dos estudos etimológicos, pobre não é quem tem pouco, porém é quem produz pouco.

Percebe-se que extensa bibliografia que aborda pobreza é concordante no sentido de que esta não é um fenômeno novo. Em um de seus aspectos, a mesma encontra-se vinculada à exclusão social e seus indícios datam de tempos muito antigos, desde quando os homens passaram a viver em sociedade. É aqui que o presente estudo se justifica, pela persistência desse fenômeno ao longo dos anos, variando de intensidade e roupagens. Mesmo com todo avanço econômico, sua ocorrência é visível até mesmo nos países ricos, apesar de sua diferente configuração nesse cenário, na qual será tratada mais adiante. As pesquisas acerca da pobreza são de grande importância, principalmente quando o fim último são as formulações de políticas públicas e ações de governo que visam enfrentá-la.

No entanto, é necessário explicar algumas diferenciações existentes entre o termo pobreza e outros que se assemelham, como a desigualdade social e a exclusão social, por se tratarem de temas que permeiam a sociedade, e que por vezes são tratados de forma distorcida.

Por pobreza entende-se a inexistência de recursos que permitam uma vida digna. São considerados pobres os despossuídos de condições mínimas para atendimento de suas necessidades básicas, ou seja, aquele que tem pouco, vale pouco e produz pouco. Esta pobreza pode ser estrutural “ser pobre”, circunstancial “estar pobre”, excludente “não ser rico”, voluntária “tornar-se pobre” ou fingida “fazer-se de pobre”.

Desigualdade social compreende a diferente distribuição das riquezas socialmente produzidas entre os membros de determinada sociedade. A partir dessa distinção entre os dois termos, percebe-se que é possível a existência de uma sociedade socialmente desigual sem que seus membros sejam necessariamente pobres, ou ainda, a existência de uma sociedade com presença de pobreza em grande escala que não se configure a desigualdade social.

Com efeito, pobreza e desigualdade são processos que se interagem devido à dependência recíproca; o comportamento de uma reforça o desempenho da outra. Porém, não significa que a diminuição da desigualdade venha provocar uma melhoria nos indicadores da pobreza, isto porque pode ocorrer uma redistribuição de renda entre os setores mais ricos.

Por exclusão social entende uma dimensão que vai além da carência de recursos econômicos, há como que uma susceptibilidade que leva a uma situação de risco social: um conjunto de aspectos que vão além do individual abrangendo elementos coletivos, estruturais e contextuais. Exclusão social refere-se ao impacto resultante da configuração de estruturas e instituições econômico-sociais sobre comunidades, famílias e pessoas em distintas dimensões da vida social. Crises econômicas, debilidade dos sistemas de seguridade e de proteção social e fenômenos de precariedade e instabilidade laboral intensificam a dificuldade enfrentada por indivíduos e grupos em sua inserção nas estruturas sociais e econômicas, gerando uma zona instável entre integração e exclusão.

Dessa forma, este artigo consiste na análise sobre os fenômenos da Pobreza, tendo como fundamentação teórica nas obras: Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? (ROCHA, 2006); As Causas da Pobreza (SCHWARTZMAN, 2004) e Ralé Brasileira: quem é e como vive (SOUZA, 2009).

POBREZA ABSOLUTA E POBREZA RELATIVA

Para Schwartzman (2004), uma das principais temáticas contemporâneas gira em torno da pobreza e da exclusão social. Até a metade do século XX, os estudos que envolviam tal assunto não eram priorizados, haja vista que, se acreditava que os problemas desencadeados por este fenômeno se resolveriam com o avanço econômico e com a resolução de desajustes políticos e

sociais, o que de fato não ocorreu. Algumas abordagens acerca das causas da pobreza possuem forte aspecto moralista. Thomas Malthus alegava que tal fenômeno era consequência da reprodução desenfreada dos miseráveis, que cresciam mais rápido do que a produção de alimentos. A solução, para Malthus, seria o controle da natalidade, porém, tanto a explicação, como a solução para a pobreza dada por ele batia de frente com o ideário de caridade e religiosidade que estavam presentes no pensamento ocidental do século XVIII e XIX. Para discorrermos acerca da pobreza é fundamental termos o entendimento do seu conceito. Vejamos abaixo alguns apontamentos em torno de sua definição.

De acordo com Rocha (2006, p.09), “a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Mas esse é um conceito muito amplo, que pode gerar outros questionamentos acerca de que necessidades não são atendidas, e qual é essa forma adequada. A autora alerta que a definição conceitual de pobreza interfere na obtenção de resultados operacionais em política social, os quais são em grande parte um reflexo da qualidade das pesquisas que procuraram definir pobreza conceitual e estatisticamente, o que reforça a responsabilidade do pesquisador de realizar pesquisas com objetividade e clareza bibliográfica. É nesse sentido que Rocha (2006) aborda duas classificações para a pobreza, sendo elas: a pobreza absoluta, que ocorre quando as necessidades mínimas dos homens não são atendidas e a pobreza relativa, verificada quando essas necessidades mínimas já são atendidas, porém existem aqueles que possuem um padrão de vida melhor do que os outros, havendo nesse caso uma “pobreza em relação à renda”.

A pobreza absoluta, mais presente nos países subdesenvolvidos, é clara, visível, e não requer estudos aprofundados para verificação de sua ocorrência. Do ponto de vista humano, a pobreza absoluta é a mais grave, visto que suas consequências estão diretamente vinculadas às questões alimentares, na maioria das vezes resultando em desnutrição. Para Rocha (2006), um dos instrumentos para monitorar a pobreza e o desenvolvimento de políticas antipobreza é a verificação da “frequência em que ocorrem indicadores físicos inadequados – por exemplo, em relação às crianças, altura por idade ou peso por altura insuficientes (...) (ROCHA, 2006, p 12)”. Esse instrumento é muito útil se tratando de pobreza absoluta, mas é inapropriado para averiguar o grau de pobreza relativa de uma população/região.

A pobreza relativa está diretamente ligada à desigualdade, configurando uma situação na qual as necessidades mínimas são garantidas a todos, mas existem aqueles pobres em relação aos outros indivíduos da sociedade. Nesse caso, o critério para mensurar a pobreza relativa partiria da análise da renda dos integrantes dessa população, critério esse que erroneamente tem sido utilizado também em países subdesenvolvidos, onde há maior incidência de pobreza absoluta. Conforme a autora, o critério renda é utilizado no estabelecimento de um valor monetário mínimo para o custeio do atendimento às necessidades médias de um indivíduo em uma determinada sociedade. Esse método para medir pobreza resulta nas chamadas linhas de pobreza, adotada em alguns países para implementação de políticas antipobreza.

Quando são analisados os meios para suprir as necessidades nutricionais, o valor mínimo é chamado de linha de indigência. A população total é então classificada em indigentes e não indigentes. Quando a análise parte de um conjunto amplo de necessidades (nutricionais, de educação, de saúde, habitação entre outras), estamos falando de uma linha de pobreza que irá distinguir os pobres daqueles chamados não pobres. Para aqueles que defendem tal método, seu uso é justificado pela estreita vinculação da renda com os indicadores de bem-estar físico.

Rocha (2006) afirma que esse método é cercado de controvérsias, visto que estabelecer o que seriam necessidades básicas é demasiado difícil, podendo esbarrar em questões econômicas, culturais e até mesmo pessoais dos indivíduos. Outra questão é aquela relacionada às diferenças entre os países, sendo difícil estabelecer uma linha de pobreza que possa ser útil em todo o mundo. O critério segundo renda é insuficiente para discutir pobreza, visto que nos países subdesenvolvidos o poder monetário é muito baixo, já que sofre muitas restrições. Segundo a autora, “quando uma parte preponderante das necessidades não é atendida via transações mercantis, a renda se torna um critério irrelevante para delimitar a população pobre (ROCHA, 2006, p. 17)”.

A crescente intervenção governamental no âmbito dos serviços públicos, entre outras medidas, forneceu bases para o uso de indicadores sociais ao invés da renda para pesquisa e intervenção na sociedade. A abordagem defendida por Rocha (2006) trata das necessidades básicas (*basicneeds*) das pessoas, que segundo a autora vão além da alimentação, incorporando vários outros fatores para mensurar

pobreza (saúde, habitação, educação, entre outros). Essa abordagem se difere da linha de pobreza por três aspectos. Primeiro, porque focaliza sua análise nos resultados das políticas adotadas na qualidade de vida das pessoas, e não nos instrumentos para medir ou enfrentar a pobreza, abandonando a renda como indicador-chave. Segundo, porque as *basicneeds* analisam a sociedade como um todo, não apenas o setor “super-pobre” da população, o que também a viabiliza para o estudo da pobreza relativa. Terceiro, porque as *basicneeds* observam a interrelação entre as carências, abordando diferentes aspectos da pobreza. Nesse sentido, as *basicneeds* oferecem um norte claro e útil para formulação de medidas e políticas nos sentido de minimizar a incidência da pobreza nos seus diferentes graus e nos diversos contextos de sua ocorrência. Portanto, as políticas antipobreza têm se modelado no sentido de estabelecer objetivos práticos e possíveis para erradicação da pobreza absoluta no Brasil, utilizando importantes instrumentos para monitoramento e avaliação dos efeitos das políticas sobre as famílias-alvo para as políticas sociais.

POBREZA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL BRASILEIRA

A pobreza no Brasil está diretamente ligada à exclusão social e ao período escravista da história do país, visto que grande parte dos pobres contemporâneos são heranças das camadas que sofriam tanto do trabalho escravo como da exclusão deste trabalho. De acordo com Schwartzman (2004) nem todos os negros eram escravos, o que revela uma camada da população excluída do universo do trabalho (ainda que escravo) e que vivia às margens da cidade, sem acesso aos serviços mínimos de saúde, educação e principalmente sem direito ao título de cidadão. É desses excluídos de trabalho, cidadania e direitos que se desenvolvem os pobres de hoje, ainda que misturados com outras origens étnicas. Contudo, não se pode concluir a partir disso que a pobreza possui uma causa étnica única.

Assim como os homens convivem uns com os outros em diferentes aspectos e em diferentes formas, como vimos anteriormente, a pobreza não possui um conceito único, muito menos uma única causa. Segundo Schwartzman (2004, p.35) os “altos níveis de pobreza e exclusão são causados por uma combinação de

heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural”. O principal fator relacionado à desigualdade de renda, que influi na pobreza, é a educação. A falta dela resulta em desemprego, empregos de baixa qualificação, ausência de uma população qualificada e baixa remuneração. Nesse sentido, é “ingênuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples ‘vontade política’, ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres (SCHWARTZMAN, 2004, p 35)”. A educação é um mecanismo fundamental para o enfrentamento da pobreza, porém, é um instrumento a ser empregado em longo prazo, tornando-se insuficiente para medidas emergenciais, as quais requerem, como exemplo, políticas de transferência de renda e cotas para ingresso em instituições de educação.

Utilizar o conceito de exclusão para estudar pobreza é conveniente por que contribui para ir além da “radiografia propiciada pelos diagnósticos de pobreza” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 36), apresentando outros aspectos da temática, que por vezes permanecem perdidos na discussão simplória entre pobreza absoluta e relativa. Além disso, encaminha a discussão para o debate acerca da desigualdade, já que os excluídos são aqueles privados de ter ou acessar aquilo que outros têm ou acessam.

A desigualdade é um componente conceitual e metodológico indispensável para pensar a pobreza relativa. Souza (2009) traz uma interessante apresentação acerca daquilo que consiste o centro da justificação da desigualdade pelo senso comum. É natural que as pessoas, mesmo sem altos graus de instrução, procurem constituir regras básicas de ação e conduta para a vida em sociedade, tarefa que há tempos está a cargo do senso comum, definido pelo autor como “a forma como as pessoas comuns, ou seja, nós todos, conferimos sentido às nossas vidas e ações cotidianas” (SOUZA, 2009, p. 41).

Na sociedade do senso comum, o privilégio de alguns é justificado pelo seu próprio mérito, e esse constitui a principal justificativa do mundo moderno, ou seja, a meritocracia é o que contribui para que alguns indivíduos tenham mais do que outros. Esse ideário tem por base a ilusão de que as pessoas são livres para fazerem o que querem, ignorando suas condições econômicas ou sociais. Essa desvinculação dos homens ao seu conceito produz certo “esquecimento” do caráter social de qualquer pessoa, atribuindo somente ao indivíduo a responsabilidade por

tudo que acontece em sua vida, seja bom, ou seja, mal. Sobre isso, Souza (2009, p.44) argumenta que:

é esse mesmo “esquecimento”, por outro lado, que permite atribuir “culpa” individual àqueles azarados que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade. Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero “azarado”, mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por “culpa”, portanto, “escolheu” o fracasso.

Para o autor o esquecimento existe por que o senso comum não percebe a classe e a economia moral de seu comportamento. Por isso os indivíduos são os responsáveis pelo seu sucesso – fruto de esforço e competência, ou pelo seu fracasso – resultado da preguiça e ignorância. É importante destacar que a classe social a que Souza (2009) se refere não é apenas no sentido econômico, mas também de “heranças simbólicas, morais, valorativas e existenciais” (SOUZA, 2009, p. 45). Para ele o que é transmitido de geração em geração vai muito além de dinheiro, abrangendo valores e direções que conduzem os filhos à semelhança daquilo que foi aprendido com os pais.

Esse “esquecimento” é fortalecido pelo mito da brasilidade, construído por nós e pelo mundo acerca de nós, e pensa os brasileiros como “todos do mesmo barco”, a partir de um pressuposto de igualdade. Nele os brasileiros são pessoas gentis e amáveis, que possuem horror ao conflito e ao embate. Conseguimos ser afetivos independente de fatores “externos”, a capacidade de amar existe independente da miséria e da pobreza em que se encontram os brasileiros pobres. O mito da brasilidade pode parecer muito bonito, mas esconde o fato de que o contexto em que as pessoas estão inseridas não é externa a elas, e influencia diretamente na forma como se relacionam.

Souza (2009) enfatiza a necessidade de refutação de tais ideias e chama a atenção para o fato das mesmas não estarem presentes somente nas camadas mais pobres, manifestando-se em todos os segmentos societários. A alternativa apresentada pelo autor para o rompimento das correntes articulações entre pobreza e preguiça ou inércia está em entendermos o contexto social em que os indivíduos encontram-se inseridos. Nas palavras do autor: “explicar’ a desigualdade e a marginalidade brasileira significa recuperar, necessariamente, a discussão teórica

acerca da ambigüidade constitutiva de toda sociedade moderna, que é se dizer igualitária e justa e ser, na realidade, desigual e injusta” (SOUZA, 2009, p.388).Aqui o autor chama a reflexão para o fato de que há na sociedade moderna produções de privilégios que se apresentam sob roupagem de justiça, mas que na verdade são privilégios injustos.

A aparência de justiça dos privilégios é o que legitima a dominação social na sociedade moderna e isso ocorre não somente no Brasil. De acordo com Souza (2009, p. 389):

Esse padrão de legitimação da dominação social e política modernas não afeta apenas a “ralé” brasileira ou as classes inferiores em todas as sociedades humanamente imperfeitas do planeta. Ela abrange todas as classes sociais, inclusive as privilegiadas em alguma medida. É isso que explica que não exista uma “elite má” se reunindo na calada da noite para tramar maldades contra o povo. Ainda que privilegiadas econômica e socialmente, as classes dominantes pelo acesso privilegiado a capital cultural (classes médias) e capital econômico (classes altas) também sofrem os efeitos de uma dominação impessoal e sem sujeito que envolve a todos.

No entanto, é importante enfatizar que apesar da injustiça social ser uma característica presente nas sociedades modernas, há uma variação do grau de injustiça entre as mesmas, fato que propicia para a existência de sociedades mais ou menos imperfeitas que outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como a população e principalmente como os governos entendem o fenômeno da pobreza é basilar para a concepção e implementação de políticas que visam sua erradicação ou a diminuição de suas expressões. Dentro do sistema capitalista, a pobreza e a desigualdade são peças de uma estrutura macro, que aumenta a capacidade humana de produção concomitante ao aumento da pauperização. Nessa ótica, as políticas sociais são amenizadores dos efeitos da “questão social”, mas que nem por isso podem ser ignoradas ou não implantadas.

O conhecimento do objeto, nesse caso, o fenômeno da pobreza diminui os riscos de projetar políticas sociais fracas, que não consigam atingir seus

objetivos. As pesquisas acerca da pobreza são essenciais na criação, elaboração, e implementação de políticas sociais eficazes no sentido de propiciar não só o crescimento econômico, mas também de estimular o seu desenvolvimento. Além disso, é importante ir além dos efeitos ditos “práticos” do fenômeno da pobreza. A pobreza é muito mais do que a fome ou a falta de vestimenta. Ela se dá quando o indivíduo não dispõe de mecanismos estruturais, sociais, econômicos ou psicológicos para efetivação de sua dignidade humana, seja em sua alimentação, na educação, nos serviços de saúde ou até mesmo nas suas relações afetivas. Todas essas questões são importantes para pensar a pobreza e seus efeitos práticos e subjetivos nas pessoas.

Na contemporaneidade, percebe-se que os desafios apresentados pela realidade brasileira levaram o Estado a adotar políticas sociais de promoção e desenvolvimento social e econômico, que faz parte de um conjunto de ações governamentais que garantem mínimos sociais e que tem por finalidade em curto prazo, aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e em longo prazo, investir no capital humano, quebrando o ciclo da pobreza.

A pobreza e a desigualdade social estão ligadas a distribuição de renda e aos direitos básicos, percebe-se que a realidade da maioria das famílias brasileiras, são pessoas que não tem acesso aos direitos como: saúde, educação, moradia e trabalho. E essa falta de acesso aos direitos contribuem para que estas famílias se encontrem constantemente em situação de pobreza e extrema pobreza, com carência da intervenção do Estado.

A partir do exposto nesse estudo acerca da reflexão sobre o conceito de pobreza, observou-se a importância e necessidade da intervenção do Estado através das políticas públicas para a sua amenização e/ou solução, ressalta-se também que não é fenômeno somente brasileiro e sim mundial, devido as conseqüência do sistema capitalista na sociedade.

Tendo em vista a amplitude da temática do conceito de pobreza, não se tem a pretensão de esgotar o assunto com esse estudo, entretanto, espera-se que essa pesquisa possa acrescentar mais uma fonte de leitura, contribuindo com aqueles que se interessam por esse tema. Assim, sugere-se que a partir desse trabalho sejam elaboradas novas pesquisas para um maior aprofundamento e conhecimento desse fenômeno.

REFERÊNCIAS

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, CRISE ESTRUTURAL E PROJETO EDUCACIONAL BRASILEIRO: exigências de novo perfil de trabalhador

Ana Maria Ferreira¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo debater o projeto educacional brasileiro no contexto de crise estrutural do capital e as exigências que são postas pelo mercado aos trabalhadores. O conjunto de transformações sociais voltadas para satisfação das necessidades do capital em crise provocam impactos nas formas de reprodução social e, para o trabalhador, exige mudanças no seu perfil. Este com capacidade técnica de dar respostas rápidas as necessidades do mercado e envolvido na lógica da colaboração, competência, competição, com reforço do individualismo. O modo de produção capitalista só pode existir mediante a extração cada vez mais exponencial da mais-valia. A lógica presente neste modo de produção, cujas premissas centrais são a socialização da produção e a apropriação privada, é a acumulação e, para satisfação dessa necessidade vital, criam-se estratégias por parte da classe burguesa para suprir os desejos do capital.

Palavras-chave: Capitalismo; projeto educacional; perfil de trabalhador.

ABSTRACT

This article aims to discuss the Brazilian educational project in the context of the structural crisis of capital and the demands placed on the workers by the market. The set of social transformations aimed at satisfying the needs of the capital in crisis provoke impacts on the forms of social reproduction and, for the worker, demands changes in his profile. This one with technical ability to give quick answers to the needs of the market and is involved in the logic of collaboration, competence, competition, with reinforcement of individualism. The capitalist mode of production can only exist through the increasingly exponential extraction of surplus value. The logic present in this mode of production, whose central premises are the socialization of production and private appropriation, is accumulation and, to satisfy this vital necessity, strategies are created by the bourgeois class to supply the desires of capital.

Keywords: Capitalism; educational project; worker.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS- FSS/UFJF).

INTRODUÇÃO

A organização da sociabilidade do nosso tempo sofre as implicações das investidas do capital na busca de sua sustentação e autovalorização. Nesse sentido, como busca de alternativas para satisfação das necessidades do capital em crise, este reconfigura seu conjunto de sustentação ideológica, lado a lado com novas conformações da reestruturação da produção e da organização do mercado, em termos mundiais, as quais iniciam um novo período a partir dos anos 1970.

No intuito de atender a tais requisições, que fortalecem as iniciativas e interesses do mercado, os direitos e políticas sociais são atacados e transformados em espaço de busca de valorização do valor. A educação se torna espaço rico de possibilidades para o mercado, em duplo sentido: como mercadoria a ser vendida, sob a forma de serviços educacionais, e como lócus de preparação da força de trabalho com um perfil e qualificação específicos para atender as necessidades do mercado.

Nesse contexto, há a exigência de um tipo de trabalhador com qualificações que atendam as novas necessidades da produção e que tenha um perfil que absorva e reproduza o conjunto de valores e princípios vinculados à organização do projeto burguês de sociabilidade. Esse novo perfil, com trabalhadores vinculados aos interesses do processo de reestruturação produtiva, intensifica seu afastamento de si mesmos enquanto gênero humano, atingindo-os de forma objetiva e subjetiva, conforme Alves (2008).

O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a objetividade e a subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados. O eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. É a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção (ALVES, 2008, p.120).

Com conjunturas específicas, cada país do globo irá experimentar este conjunto de transformações de acordo com as relações estabelecidas com o capitalismo central. O Brasil passa a implementar, a partir dos anos 1990, o conjunto de contrarreformas que se adequam aos interesses do capitalismo internacional e,

assim, a educação pública passa a ser atacada, principalmente em seu nível superior, trazendo novas especificações e paradigmas para a qualificação dos trabalhadores, conforme trataremos a seguir.

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, CRISE ESTRUTURAL E PROJETO EDUCACIONAL BURGUEÊS

A história do capitalismo é a história das contradições que o atravessam, a sucessão de crises que são parte ineliminável da sua composição. Ao longo do seu desenvolvimento enquanto modo de produção, o capitalismo experimenta diversas crises e retomadas de crescimento e lucro, nas quais se impõe a lei do valor.

No capitalismo contemporâneo, diversas alterações no mundo do trabalho e no circuito produtivo vêm sendo implementadas devido ao esgotamento dos padrões de acumulação anteriores e à necessidade de modificações para que fossem mantidas a lucratividade, a extração de mais-valia e a busca por acumulação incessante do capital.

As estratégias de busca de satisfação das necessidades do capital ganham nova expressão com o fim dos “anos de ouro do capital”.² A terceira fase do imperialismo (LENIN, 2008), capitaneada pelos Estados Unidos da América, tem novos princípios e regras, expressos no Consenso de Washington³ e estrategicamente difundidos através do neoliberalismo, que terá como base a redefinição do papel do Estado burguês, a reestruturação produtiva e a financeirização do capital.

Para Mészáros (2007; 2009; 2011), após o capitalismo vivenciar todos esses momentos de crise e recuperação que se deram em ciclos mais longos ou mais curtos, ele irá experimentar uma nova fase, denominada *crise estrutural*. Esta *crise estrutural* tem como marca fundante o *continuun depressivo* de característica

² “Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como os ‘anos dourados’ ou, ainda, as ‘três décadas gloriosas’. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 195-196).

³ Convenção realizada nos Estados Unidos, na cidade de Washington, em que se pactuou uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

duradoura, longa e profunda. A crise estrutural do capital traz para o sistema produtivo e para o conjunto de relações sociais estabelecidas na nossa época a experiência da crise generalizada, unânime em todos os cantos do mundo.

A crise estrutural do capitalismo se adensa a partir da década de 1970 e impulsiona a burguesia a buscar novas possibilidades e alternativas de acumulação. Promove-se um ataque ao movimento sindical ao passo que se implementa um processo de alteração no circuito produtivo (sai a acumulação rígida e entra a acumulação flexível). Com essa base, opera-se a reestruturação produtiva, pela qual se procura romper com a estandardização da produção, buscando atender “variabilidades culturais e regionais e voltando-se para as peculiaridades de nichos diferentes de consumo” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 216).

Segundo Harvey (2007), a acumulação flexível marca o confronto entre o rigorismo do fordismo e a necessidade de flexibilidade dos processos, formatos, padrões e formas de produção e consumo.

A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2007, p. 140).

Nesse processo de busca incessante do crescimento dos lucros do capital, todas as esferas da vida dos sujeitos são tomadas. Segundo Tonet (2009), as atividades espirituais como a ciência, os valores, a filosofia, a educação, as relações sociais, comportamentos, toda a vida pessoal e familiar são afetadas pela crise nos fundamentos materiais dessa sociedade. O que se coloca de forma primordial é a crescente mercantilização de todos os atos, relações e atividades humanas.

A reprodução de valores e princípios sustentadores do sistema capitalista sempre caminhou passo-a-passo com o conjunto de transformações necessárias à manutenção desse sistema. O domínio não só da esfera produtiva, mas do conjunto das atividades espirituais, da educação, tem função primordial no sustento e reprodução de valores, comportamentos e na preparação de mão de obra com as capacidades necessárias à acumulação de capital em cada tempo histórico.

A partir deste período temos a busca de novos ordenamentos para a economia mundial, conforme mencionado. São necessárias novos formatos e estratégias de busca de lucratividade para satisfação do capital e, nesse interim, a educação ganha novas condições e rumos. Segundo Pablo Gentili (2011), nesta conjuntura, há um deslocamento na função atribuída à escola, que passa a desempenhar o papel de educação para o desemprego.

Segundo Frigotto (1999), as modificações no campo da tecnologia flexível no processo produtivo trazem impactos no conteúdo e na divisão do trabalho e, conseqüentemente, nos processos de qualificação. A situação da grande parcela de trabalhadores que constituem excedente de mão-de-obra, longe de ser problema para o mercado, se coloca como “solução” – haja vista o potencial de consumo de um tipo de serviços educacionais voltados unicamente para a satisfação das necessidades de valorização do mercado educacional.

Desta forma, mais que transmitir valores e qualificar os trabalhadores para uma possível inserção no mercado de trabalho, a educação passa a transmitir competências para formar sujeitos com habilidades variadas e flexíveis para competir pelas poucas colocações nesse mercado. Segundo Ciavatta Franco (2011, p. 101):

A formação profissional é vista como uma resposta estratégica, mas polêmica, aos problemas postos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca da qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural.

Neste contexto, a educação passa a ter novos contornos. Além de garantir a reprodução e solidificação de valores e princípios que sustentam o formato da produção, é também invadida como área de valorização do capital em crise. Mas não é qualquer educação e sim a que se baseia na conceituação da reprodução dos valores da sociabilidade burguesa contemporânea. Nas palavras de Frigotto (2011, p. 45):

Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a “empregabilidade”. Todos estes parâmetros devem ser definidos no mundo produtivo, e portanto os

intelectuais coletivos confiáveis deste novo conformismo são os organismos internacionais (Banco Mundial, OIT) e os organismos vinculados ao mundo produtivo de cada país.

A educação, como campo de disputa entre projetos societários distintos, ganha contornos em dois sentidos: em primeiro lugar, se consolida como um vasto campo de busca de lucratividade para o capital, por meio da mercantilização da formação, e em seu nível superior, pelo investimento na criação de cursos privados e no crescimento do ensino à distância; em segundo lugar, complementarmente, na formação da mão de obra com a qualificação que o mercado necessita, apta a dar respostas às necessidades do capital, bem como a reproduzir os valores que fundamentam a estratificação das classes sociais⁴ em nosso contexto de sociabilidade.

Nesse quadro, a educação assume como propósito a função de preparar os sujeitos para a reprodução dos valores dominantes, necessários à preservação dos interesses de conservação desse formato de sociedade.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade[...] (MÉSZÁROS, 2007, p. 202).

Desta forma, na sociedade burguesa, a educação formatada no projeto educacional do capital, tende a reforçar o conjunto de valores que expressam e reproduzem os interesses dominantes. Tais elementos incidem diretamente no perfil dos sujeitos que estão sendo formados neste contexto, que vão ser capturados objetiva e subjetivamente por essa lógica que terá incidência na forma como tais sujeitos se inserem, se relacionam, interpretam e se movem no contexto social e no interior das profissões.

Tal situação pode ser identificada na atualidade, por meio do avanço do ensino privado em uma lógica direcionada para o mercado, referenciada em uma

⁴ “O conceito de classe tem importância capital na teoria marxista, conquanto Marx e Engels jamais o tenham formulado de maneira sistemática (BOTTOMORE, 2001, p. 61).

sociedade competitiva e individualista. A educação, seguindo este formato, continua a cumprir o mesmo papel, conforme destaque de Mészáros (2007), porém com novos pesos e conformações, como exige a sustentação da sociabilidade contemporânea.

As políticas sociais, dentre as quais nos detemos na educação, se aprofundam como espaços de disputa para o capital satisfazer suas necessidades. O mercado absorve com grande ferocidade todos os espaços e nichos que possam lhe trazer possibilidade de garantir a satisfação da sua sede de acumulação. Além disso, no processo de reorganização da produção capitalista, a educação tem papel importante na formação e conformação do perfil de trabalhador exigido pelo mercado, seja reproduzindo os valores necessários, como colaboração e competição, seja na compra de serviços educacionais, que também exercem sua função no mercado, conforme trataremos a seguir.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS EXIGÊNCIAS DE PERFIL DO TRABALHADOR

A reestruturação produtiva estabeleceu novas formas de organização da produção e de relação entre capital-trabalho e Estado. Novas formas de organização do trabalho apareceram, houve a substituição da produção em série e de massa pela flexibilização da produção e das relações de trabalho, que deram origem a novas formas de produção em busca de lucratividade, consubstanciando o modelo de acumulação flexível. O avanço das formas de desregulação da relação entre capital e trabalho promove o desmonte de direitos e garantias sociais ao trabalhador. Em nome da flexibilidade, os trabalhadores perdem os frutos de décadas de lutas por trabalho com o mínimo de garantias e direitos.

Segundo Mészáros (2007, p. 62), “A adaptabilidade desse modo de controle sociometabólico poderia ir até onde lhe permitisse a ‘ajuda exterior’ compatível com suas determinações sistêmicas”.

Na esfera econômica, houve uma quebra na divisão do trabalho entre países centrais e periféricos. Aqueles transferiram parte de seus parques produtivos para os países dependentes economicamente, em busca de mão de obra barata e incentivos

fiscais, o que resultou na internacionalização do processo produtivo. A revolução tecnológica, que teve como centro a informatização, fez com que processos produtivos históricos fossem sobrepostos pela capacidade científica e pela criação de novas técnicas e produtos.

Na busca intensa do capital por novas formas de obtenção da sua lucratividade, têm-se as modificações do cenário mundial, oriundas do processo de globalização econômica, com sua sustentação no ideário neoliberal e as propostas de reforma do Estado.

Dentro desse processo, a mundialização financeira gera a dispersão dos trabalhadores em termos geográficos, a heterogeneidade cultural, a diversidade étnica, religiosa e de línguas, estratificação racial e as próprias condições dos trabalhadores no mundo, que variam em termos de salários e benefícios sociais. Produz ainda uma redução no padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, impulsiona o processo de privatização do Estado, o desmonte de políticas públicas, a mercantilização dos serviços e a flexibilização da legislação trabalhista.

Essas questões são agravadas com a redução dos custos do fator trabalho com elevação das taxas de exploração, o que gera redução de postos de trabalho, desemprego, intensificação e ampliação de jornada de trabalho, clandestinidade e invisibilidade do trabalho não formalizado.

Na educação, as novas tecnologias impactam na difusão e crescimento desmedido do ensino à distância para formação técnica e superior, trazendo sérios comprometimentos à formação de qualidade, já que se baseia em contatos muitas vezes somente virtuais, ligeiros, com acesso à leitura de manuais e a ausência de debate e convivência presencial entre os indivíduos.

O novo modelo investiu na especialização do produto, ao lançar bens não padronizados no mercado. Passaram a ser utilizadas máquinas universais programáveis e redes de subcontratação, por meio de um relacionamento cooperativo entre empresas. Surgiu uma busca incessante pela qualidade total dos serviços e produtos, que passou a exigir outro perfil dos trabalhadores. O novo modelo implicava ainda na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, produtos, padrões de consumo, contratos de trabalho, salário, direitos trabalhistas e sociais e o uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2007).

O novo perfil de trabalhador exigido para esse contexto é o flexível, técnico, com múltiplas capacidades, polivalente, capaz de responder a um conjunto variável de demandas, ao mesmo tempo despolitizado e desarmado de possibilidades coletivas de ação em busca de preservação de condições protegidas de trabalho. São ainda valorizados determinados comportamentos como cooperação, envolvimento, colaboração e interesse, conforme aponta Teixeira (1998).

De acordo com Alves (2007, p. 248), “[...] para o seu desenvolvimento como nova lógica da produção capitalista, novas qualificações do trabalho que articulam habilidades cognitivas e habilidades comportamentais [...]” são exigidas.

A racionalidade da produção e sua exigência por desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho seriam argumentos suficientes para justificar as mudanças na dinâmica do emprego, nos perfis ocupacionais e nos requisitos de qualificação impostos aos trabalhadores (TEIXEIRA, 1998, p. 163).

A obsolescência programada que satisfaz os interesses do mercado avança para a formação, dando-lhe prazo de validade e aplicando-lhe a necessidade de permanente reciclagem e atualização. Esse processo transfere quase que exclusivamente ao sujeito a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso no mercado, que, segundo os princípios difundidos, se deve a ter ou não qualificação para o mercado de trabalho. Esta questão faz com que os sujeitos busquem a qualificação “que lhes falta” no mercado da educação, garantindo o fluxo de ganhos para esse nicho.

O que permanece oculto é a constatação que o desemprego nesse formato de produção em que estamos é estrutural e que, mesmo com todas as exigências de qualificação cumpridas, os indivíduos garantem apenas a possibilidade de disputar uma colocação no mercado. Diante dessa constatação, o paradigma da empregabilidade perde sustentação, haja vista que, segundo seu princípio básico, a qualificação seria garantia de emprego.

Há ainda profundas mudanças nas qualificações exigidas para o trabalho contemporâneo. Nesse sentido, Teixeira (1998) faz importantes observações acerca dessas mudanças e das novas exigências de qualificação, que são colocadas aos trabalhadores hoje:

Essa mudança poderia ser sintetizada como perda de importância das habilidades manuais em favor das habilidades cognitivas (leitura e

interpretação dos dados formalizados; lógica funcional e sistêmica; abstração; dedução estatística; expressão oral, escrita e visual) e comportamentais (responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação; capacidade para trabalho em equipe; capacidade para iniciativa e autonomia; habilidade para negociação). Essas novas qualificações poderiam ser organizadas em três grandes grupos: novos conhecimentos práticos e teóricos; capacidade de abstração, decisão e comunicação; e qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho (TEIXEIRA, 1998, p. 177-178).

Aliadas a tais elementos, podemos apontar também exigências cognitivas – como capacidade de abstração, de decisão, responsabilidade e envolvimento – e comportamentais, como confiança, cooperação e interesse (TEIXEIRA, 1998; ALVES, 2007). Todo esse conjunto de características e competências particularizam o perfil de trabalhador que se exige no regime de acumulação que se organiza hoje. Tal perfil é caracterizado como polivalente, racional, pragmático. Este perfil, assentado nas necessidades da produção e do mercado capitalista, não favorece o conhecimento crítico, a análise da realidade como totalidade; pelo contrário, o que prevalece é o imediato, o todo como a soma das partes, o saber tecnicista, despolitizado e acrítico.

Para Frigotto (2010), devemos ter como objetivo a educação e formação que tenham as necessidades humanas como direção e não a subordinação da humanidade às necessidades de qualificação impostas pelo mercado e suas leis, “seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito na imagem do *homo* domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata [...] pelos modernos *homens de negócio* (FRIGOTTO, 2010, p. 34).

Ganham visibilidade termos como “colaborador”, que substitui o empregado. Isto vem impregnado de significado no sentido de subjugar o trabalhador a doar o máximo por algo de que ele “também faz parte”. Além disso, valores como a competição, o individualismo elevado ao extremo, a ideia de “sucesso” pela via do mercado, todos esses elementos e tantos outros mais representam um conjunto de valores favorável à reprodução do projeto dominante de sociabilidade. Tal projeto não representa os interesses mais humanos; ao contrário, nos afasta deles, nos bestializa e barbariza a vida e as relações sociais.

Com a referência constituída no individualismo e o associativismo, como forma de construção de alternativas e soluções particulares, podemos destacar,

conforme Lima (2007, p. 54), que o “objetivo final é a diluição da luta de classes como eixo definidor das relações sociais”.

A reprodução dos elementos que compõe tal projeto de sociedade fragmenta tanto o trabalho quanto os sujeitos. A difusão do individualismo e da competição, aliada ao conjunto que elementos que compõem a vida social na contemporaneidade, fragmenta os sujeitos, os separa, distanciando-os das possibilidades do reconhecimento de classe. Os mesmos princípios dedicados à busca de alternativas para recuperação dos lucros do capital, desumaniza os sujeitos, fragmenta suas vidas, seus movimentos coletivos, suas lutas e seu reconhecimento nos outros. Está instalada a barbárie, o esvaziamento das possibilidades de combate a esse modo de produção que nos separa e segmenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O formato do ensino que temos hoje no Brasil vem sendo estruturado e moldado tendo como referência o conjunto de ajustes e acordos que vêm sendo estabelecidos para a educação brasileira. Com particularidades no seu nível superior, esta vem se materializando em reformas, leis, diretrizes e parâmetros estabelecidos em perfeito acordo com os ditames e interesses do capital internacional e da burguesia nacional. Segundo Chauí (2003, p. 5), “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. Desta forma, podemos compreender a universidade como expressão das relações sociais vigentes em determinado tipo de sociedade. Nela estão impressas a disputa de interesses e as manifestações das classes sociais em conflito e disputa de hegemonia.

Em seus estudos, Giovane Alves (2007) aponta que, diante das transformações orgânicas na produção capitalista na era globalizada, novos paradigmas são impostos para a qualificação profissional, baseados em noções e conceitos como empregabilidade e competências. Na era da organização toyotista da produção, são colocados novos padrões como referências para as políticas educacionais, baseadas na reprodução de um complexo ideológico que sustenta os interesses da produção globalizada.

O modelo de competências incide no Brasil, tanto na educação como no trabalho, num contexto de paradigma da flexibilização, aspecto que reforça e condiciona a individualização, o “espírito egoísta”, diante da corrida por um lugar na divisão social e técnica do trabalho (SILVEIRA, 2013, p. 197).

Uma reforma moral e intelectual é o que se coloca como elementar na satisfação das exigências do capital a partir do final dos anos 1970. Nessa dinâmica são colocadas as exigências de novas habilidades cognitivas e comportamentais em sentido contraditório:

A disciplina, como forma de transformar o homem em força de trabalho, sempre foi um aspecto privilegiado pela educação voltada para a qualificação e para o trabalho, particularmente aquela destinada a crianças e jovens que ocupam a base da pirâmide social. A educação moral acompanhou esse processo na perspectiva de reduzir os conflitos e arraigar valores e comportamentos de sujeição à nova ordem (TEIXEIRA, 1998, p. 171).

Na década de 1990, a partir da contrarreforma pela qual passou o Estado brasileiro, a educação e, especialmente, a universidade sofreram uma vultuosa transformação. A mudança na definição de educação, que deixa de ser reconhecida como direito e passa a ser um serviço, vem favorecer as determinações mercadológicas, a busca de espaços de lucratividade para a valorização do capital e a reprodução de princípios e valores que buscam a manutenção das estruturas sociais de poder.

A sociedade do conhecimento é baseada na lógica do mercado, a informação passa a compor o próprio capital e este passa a depender disso para sua própria acumulação e reprodução. Em uma organização em que há a prevalência do capital financeiro, a informação ganha maior vulto do que o próprio conhecimento. O poder econômico baseia-se na posse de informações, que viram alvo de disputas econômicas e militares, o que impede o acesso democrático à informação, “tanto o direito de obtê-las como de produzi-las e fazê-las circular socialmente” (CHAUÍ, 2003, p. 8).

A lógica que prevalece na educação desenvolvida no Brasil tem como direcionador a formação de trabalhadores para satisfação das necessidades do mercado – importante destacar que também existe resistência. Tais trabalhadores devem ser capazes de exercer a competência técnica polivalente e ao mesmo tempo serem despolitizados e dóceis. A lógica presente no sistema educacional capitaneado pelo Estado brasileiro para a satisfação do mercado tem características

como o adestramento técnico, a colaboração, a competitividade, o individualismo, a despolitização. Mescla-se o maior preparo técnico e polivalente com o mais alto grau de responsabilização individual e esvaziamento político.

Devemos ter clareza desses elementos para que possamos traçar estratégias coletivas, políticas e pedagógicas no sentido de fortalecer um projeto de educação que seja vinculado a princípios e valores mais coletivos e humanos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho, 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília, 2008. Disponível em: <incubadorasocialpuhrs.files.wordpress.com/2013/12/trabalho-e-subjetividade.pdf>. Acesso em: out. 2017.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CIAVATTA FRANCO, Maria. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.).

Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 100-137. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez. 2003.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 76-99. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**:

Revista Serviço Social em Perspectiva – Montes Claros, Edição Especial, março de 2018. p.444-458
Anais do I Encontro Norte Mineiro de Serviço Social – I ENMSS

perspectivas de final de século. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 25-54.

(Coleção Estudos Culturais em Educação).

_____. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 77-108.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007. 206 p.

MANDEL, Ernst. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Tradução: Ana Cotrim, Vera Cotrim. – São Paulo: Boitempo, 2007. – (Mundo do trabalho)

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo et al. – São Paulo: Boitempo, 2009. – (Mundo do trabalho)

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. – (Mundo do trabalho)

_____. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. – (Mundo do trabalho)

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de serviço social. v. 1).

SILVEIRA, Jucimeri I. **Profissionalidade do Serviço Social: Estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no “modelo” de competências**. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo, 2013. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

TEIXEIRA, Ana. Trabalho, tecnologia e educação – algumas considerações, **Revista Trabalho e Educação**, UFMG/NET, Belo Horizonte, 1998.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: **SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 107-122.

FERREIRA, A.M

Capitalismo contemporâneo, crise estrutural e projeto educacional brasileiro: exigências de novo perfil de trabalhador



A RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: indicativos para o Serviço Social

Luciana Gonçalves Pereira de Paula¹

Resumo

O presente trabalho consiste em uma síntese, um compilado dos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social, durante o segundo semestre do ano de 2017. Esses estudos tiveram como mote central o debate em torno da formação acadêmica e do trabalho profissional do assistente social. Nosso objetivo consiste em apresentar algumas relações importantes entre esses dois elementos – formação e trabalho – tomando como fio condutor do debate as dimensões que compõe a nossa profissão: teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa. Para isso ressaltamos o importante papel das Diretrizes Curriculares elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e destacamos o necessário aporte da Teoria Social Marxista.

Palavras-chaves: Serviço Social, Formação, Trabalho, Projeto Ético-político, Assistente Social.

Abstract

The present work consists of a synthesis, a compilation of the studies carried out in the Study Group and Researches of the Foundations of Social Work, during the second semester of 2017. These studies had as a central motto the debate around the academic and work formation social worker. Our objective is to present some important relations between these two elements - training and work - taking as the guiding thread of the debate the dimensions that make up our profession: theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative. For this we highlight the important role of the Curricular Guidelines elaborated by the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work and we emphasize the necessary contribution of Marxist Social Theory.

Keywords: Social Work, Training, Work, Ethical-Political Project, Social Worker.

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pelo programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; professora adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

O conjunto das reflexões aqui apresentadas constitui parte dos resultados da pesquisa que encontra-se em desenvolvimento e possui como foco o mapeamento das Residências em Serviço Social, no Brasil. Tal pesquisa vem sendo realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social – GEPEFSS – da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – FSS/UFJF.

O GEPEFSS, além da realização dessa e outras pesquisas, também se constitui enquanto espaço de aprendizagem, por meio de um grupo de estudos, que se encontra quinzenalmente, às quintas-feiras, das 14 às 17 horas. Durante o segundo semestre de 2017 – de agosto a dezembro – o grupo de estudos do GEPEFSS debruçou-se sobre produções teóricas que possuem debates em torno da formação acadêmica e do trabalho profissional do assistente social. Desse modo, as reflexões que serão aqui apresentadas constituem-se enquanto síntese dos estudos realizados no espaço do GEPEFSS.

Essas produções reconhecem o Serviço Social como uma profissão eminentemente interventiva, sendo o trabalho profissional condição essencial para que ocupe um lugar na divisão social e técnica do trabalho. Mas, este processo interventivo não pode ser compreendido em si mesmo e não se revela a si próprio. Ele possui um significado social que não se revela de imediato, não se mostra no ato em si do fazer profissional (IAMAMOTO, 1991).

Para que o assistente social possa realmente compreender o significado social da sua intervenção é preciso perceber o movimento das classes sociais e das suas relações entre si, com a sociedade e com o Estado. Somente através da apreensão da dinâmica societária torna-se possível perceber os fios que articulam a profissão às estratégias políticas das classes sociais.

Para analisar a profissão como parte das transformações históricas da sociedade presente, é necessário transpor o universo estritamente profissional, isto é, romper com uma visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos. E buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional; as condições e relações de trabalho nas quais se realiza; afetam as atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social (IAMAMOTO, 2017, p. 07).

É por meio do desvelamento das relações sociais que se pode desvendar o Serviço Social enquanto atividade socialmente necessária que possui efeitos na vida social, ao mesmo tempo em que sofre suas influências. Desse modo, o contexto sócio histórico atual não se reduz a um simples “cenário” ou “pano de fundo”. “Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais” (IAMAMOTO, 2017, p. 07).

O desvelamento e a profunda compreensão desses elementos é um dos maiores desafios do Serviço Social na contemporaneidade. É uma possibilidade para o enfrentamento desse desafio encontra-se no processo de formação.

Assim, pensar a formação profissional no presente é, (...), fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social (IAMAMOTO, 2001, p. 169).

Ao mesmo tempo, o processo de formação apresenta-se como potencialidade para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade, subsidiando a construção de ações profissionais efetivamente pautadas no projeto ético-político hegemônico no Serviço Social. Entretanto, para que essa potencialidade se efetive enquanto realidade, faz-se necessário que essa formação esteja ancorada em um determinado projeto de profissão construído sobre as bases do marxismo.

São os elementos, que articulam de maneira estreita o trabalho profissional e a formação do assistente social, que pretendemos sumariamente apresentar e debater nesse nosso trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho profissional do assistente social constitui uma totalidade formada de diversos elementos que se apresentam, de acordo com Santos *et al* (2012), por meio de diferentes *formas de expressão*. Apresentamos aqui, como formas de

expressão do exercício profissional do assistente social as diversas maneiras com que a prática desse profissional se mostra, se revela no momento de sua execução. O exercício profissional do assistente social pode se expressar por meio de ações interventivas, formativas e investigativas (SANTOS *et al*, 2012, p. 18).

As ações interventivas constituem a atuação direta do assistente social na realidade, é a forma como a profissão é conhecida e reconhecida, expressa o “modo de ser” do Serviço Social. As ações formativas são processos pelos quais o profissional desenvolve uma atuação socioeducativa que incide sobre outras pessoas influenciando seu modo de perceber a realidade. As ações investigativas estão ligadas ao desvelamento da realidade e à possibilidade da produção de novos conhecimentos (SANTOS *et al*, 2012).

No entanto, essas diferentes formas de expressão da ação profissional do assistente social podem realizar-se concomitantemente e incidir uma sobre as outras, numa relação de intrínseca articulação. Assim, uma ação interventiva pode, perfeitamente, configura-se como formativa. Do mesmo modo, uma ação investigativa pode propiciar uma ação interventiva, entre outras possibilidades (SANTOS *et al*, 2012).

Cada uma dessas formas de expressão da ação profissional se desenvolve a partir de um determinado objetivo que o assistente social deseja alcançar. Tanto as ações interventivas, quanto as formativas, assim como as investigativas estruturam-se a partir de alguma finalidade, seja ela qual for. Entretanto, nem sempre o assistente social possui completa clareza acerca da finalidade da sua ação profissional. Isso porque, para se ter objetivos claros a alcançar, faz-se necessário possuir profunda compreensão sobre a real funcionalidade dessa profissão, na sociedade capitalista. Apenas a compreensão da sua natureza e das contradições que a perpassam permite a elaboração de um projeto de trabalho que oriente o exercício profissional, na perspectiva desejada pelo assistente social.

É fato que todo assistente social realiza seu exercício profissional tendo em vista algum objetivo determinado por um projeto de trabalho – seja ou não esse projeto construído por ele mesmo. Muitos profissionais preocupam-se em construir, em seus espaços sócio-ocupacionais, projetos de trabalho que possam orientar o seu exercício profissional. Esses projetos, geralmente, são construídos a partir de

processos de planejamento, sejam em equipe ou individual. Certamente, o assistente social que possui a sua atuação profissional direcionada por um projeto de trabalho construído por ele mesmo, terá muito mais clareza acerca dos objetivos profissionais que deseja alcançar.

Por sua vez, também muitos são os assistentes sociais que não possuem um projeto de trabalho formulado para o Serviço Social, nas instituições onde encontram-se inseridos. O que não quer dizer que não exista algum projeto orientando e/ou determinando o seu cotidiano profissional. Em geral, quando o profissional não possui um plano de trabalho próprio, ele acaba por aderir a um outro projeto pré-existente ou pré-determinado que pode ser da equipe de trabalho, da própria instituição ou, ainda, da política social onde encontra-se inserido. Nesse caso, quando o profissional é indagado a respeito do papel do Serviço Social, normalmente, encontra dificuldades em perceber e expressar uma resposta precisa. Pois a profissão, naquela determinada instituição, não possui um planejamento construído, de maneira autônoma, pelo próprio assistente social. Apenas existe para responder às demandas que se apresentam a ela.

Esses projetos de trabalho – sejam ou não construídos pelos assistentes sociais – relacionam-se com os projetos profissionais em disputa na nossa profissão. Portanto, os assistentes sociais possuem o seu exercício profissional orientado por planos de trabalho que possuem intensa articulação com os projetos profissionais, construídos por parcelas de nossa categoria profissional, em defesa de determinados projetos societários. Com isso, estamos ressaltando a possibilidade de um plano de trabalho ser elaborado em oposição ou em defesa de determinado projeto de profissão e, conseqüentemente de um projeto de sociedade. Então, os assistentes sociais que desejam defender o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social, precisam empenhar-se na tarefa – nem sempre fácil – de construir seus próprios projetos de trabalho. Esses, por sua vez, devem se pautar nos princípios que ancoram esse projeto ético-político do Serviço Social.

É desse modo que o conhecimento teórico-metodológico – e aqui estamos nos referindo especificamente à teoria marxista – coloca-se como elemento indispensável para a elaboração consciente e intencional de ações articuladas aos objetivos profissionais que se pretende alcançar.

Uma sólida formação teórico-metodológica faz-se necessária porque:

O domínio do método dialético-materialista e dos fundamentos ontológicos da teoria crítica capacitam o assistente social a compreender a dinâmica que permite a constituição da demanda, sua lógica imanente, seus modos de ser, sua relação com a totalidade social, suas particularidades históricas e as mediações que a atravessam no contexto contemporâneo (GUERRA, 2002, p. 18).

A dimensão teórico-metodológica é, desse modo, aquela que permite ao assistente social não apenas identificar o fenômeno social, mas captar a essência daquilo que fundamenta as demandas que lhe chegam, bem como o potencial que portam – “possibilidades estas somente perceptíveis à razão crítico-dialética” (GUERRA, 2002, p. 18). Essa percepção é fundamental para o processo prático-reflexivo de construção de estratégias de atuação e ações táticas que possam de fato aproximar os assistentes sociais dos objetivos que intencionam realizar.

Nesse sentido, a apreensão da materialidade do real não se constitui em mera opção. Trata-se de uma exigência que a própria realidade impõe à profissão, tendo em vista as necessárias respostas demandadas, dado que essa mesma realidade lhe convoca à conhecê-la a ponto de, se não o fizer, o profissional ser devorado por ela (GUERRA, 2014, p. 52).

Desse modo, compreendemos a dimensão teórico-metodológico do Serviço Social, como essencial a construção de um trabalho profissional qualificado e efetivamente conectado com a realidade social. Pois, sendo o método o caminho para o conhecimento dessa realidade, podemos compreendê-lo como uma “lupa” que irá nos revelar aquilo que não percebemos a olho nu. Enquanto o conhecimento teórico configura-se como um ajuste de foco. Assim, quanto mais bagagem teórico se acumula, melhor foco se consegue imprimir à “lente de sua lupa”, para mais claramente se enxergar a realidade em sua verdadeira materialidade.

Entretanto, apenas o campo teórico-metodológico marxista nos permite esse real desvelamento da realidade, pois é a única perspectiva em que o método, de fato, se propõe a conhecer a essência que existe por trás da aparência. Todos os outros campos do conhecimento pautam-se em métodos de conhecimento parcial da realidade e possuem como objetivo o encobrimento da dinâmica social.

Portanto, se os profissionais não procurarem desenvolver uma forma de conhecer a realidade social que busque apreender o movimento concreto em sua totalidade, com o objetivo de desenvolver uma intervenção crítica sobre os fenômenos, fatalmente reproduzirão uma “práxis manipulatória” (Coutinho, 2010) na sua prática cotidiana (MARANHÃO, 2016, p. 179).

Ressaltamos, no entanto, que apenas o domínio teórico-metodológico do pensamento marxista não é suficiente para garantir uma intervenção profissional qualificada aos assistentes sociais. A apreensão de determinado aporte teórico-metodológico por si só não é capaz de preencher o exercício profissional do assistente social com todos os saberes e todos os elementos que ele necessita para a construção de uma intervenção que efetivamente responda as demandas dos usuários. Aliada ao conhecimento teórico-metodológico, faz-se necessária uma constante aproximação com a realidade, o engajamento político-ideológico, o domínio da base técnica e operacional utilizada no campo do Serviço Social, entre outras questões. O assistente social que incorre em uma supervalorização da dimensão teórico-metodológica do seu exercício profissional, provavelmente construirá uma intervenção caracterizada pelo teorismo².

Por outro lado, sem o conhecimento e o domínio de um referencial teórico-metodológico crítico-marxista todos os demais elementos acima relacionados não se fazem suficientes para tornar o exercício profissional do assistente social efetivamente qualificado, segundo os princípios defendidos no projeto ético-político.

E, aqui, entra em cena uma outra dimensão do trabalho e da formação profissional do assistente social: a ético-política. Para Iamamoto (2007) a dimensão ético-política possui consequências ao interferir no pensamento e no comportamento dos homens. Assim, o próprio assistente social também sofre interferências externas, enquanto cidadão e trabalhador, no enfrentamento dos conflitos sociais, passando a fazer parte de um “sujeito coletivo”, “que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política” (IAMAMOTO, 2007, p. 230).

Abreu (2002) descreve a dimensão ético-política da prática profissional do assistente social como uma “função pedagógica” que se inscreve nos processos de

² Essa concepção (...) considera que o conhecimento da realidade e o conhecimento teórico são os instrumentos necessários a uma boa intervenção (...), não necessitando de outros conhecimentos específicos – como técnicos e procedimentais – para uma atuação profissional de qualidade (SANTOS, 2010, p. 09).

organização da cultura em nossa realidade social. Esta função é determinada por meio das relações que se estabelecem entre a profissão e as classes sociais que compõem a nossa sociedade. Ela se materializa nos resultados construídos pela ação do profissional que interfere no modo de agir e pensar dos sujeitos envolvidos nestes processos. E apresenta-se mediatizada pelas relações que se dão entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social.

As relações pedagógicas que se estabelecem nessas mediações, concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas diretamente envolvidos nos processos da prática profissional, interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social como profissão. Por meio do exercício desta função, a prática de assistente social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia (ABREU, 2002, p. 17 e 18).

Com isso, percebemos que, por meio de sua intervenção profissional, o assistente social informa aos seus usuários determinados valores e concepções, incidindo assim na maneira como se formam determinados grupos sociais. Acontece que os assistentes sociais também são formados por intermédio dos princípios difundidos nessa sociedade capitalista. Então, por vezes, os valores e concepções que reproduzem em seu exercício profissional podem estar articulados a princípios ético-políticos defendidos por parte de nossa categoria profissional, mas também expressam as próprias crenças, paixões e posicionamentos ídeo-políticos desses profissionais – elementos que se construíram ao longo da sua experiência de vida. Assim, o assistente social

(...) é formado e forjado numa sociabilidade individualista que aposta na divisão, concorrência, competitividade e fragmentação. Algo tem de ocorrer para que valores humano-genéricos lhe façam sentido; este sujeito precisa colocar em xeque os valores e a moralidade dominante (GUERRA, 2014, p. 53).

Por isso, destacamos, mais uma vez, a importância do processo de formação. Ele pode ser capaz de reafirmar ou refutar valores, crenças e princípios vinculados à moralidade burguesa, que se consolidaram na consciência dos assistentes sociais ao longo de sua trajetória de vida.

Para refutar os valores hegemônicos na sociabilidade capitalista, o processo de formação precisa estar articulado ao projeto crítico de profissão, buscando fundamentação nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, no ano de 1996. Essas diretrizes contém todos os aportes e os indicativos para se construir um projeto pedagógico para a formação em Serviço Social afinada ao nosso projeto ético-político. Portanto, somente um processo formativo efetivamente inspirado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS possui potencialidade e capacidade para a desconstrução de crenças moralizantes e moralizadoras; desvelamento da realidade social em sua materialidade concreta, desnudando suas conexões e estruturas; construção de uma opção consciente por novos princípios e valores pautados na defesa da emancipação humana.

Com isso, ressaltamos que a opção por um projeto de profissão que aponta para a superação da ordem do capital e para a construção de uma nova forma de sociabilidade fundada na plena liberdade dos sujeitos, precisa ser uma escolha consciente. A adesão dos assistentes sociais ao projeto ético-político não pode ser meramente formal-abstrata. Esse projeto só será realmente defendido pelos assistentes sociais, assim como somente irá inspirar efetivamente as suas ações profissionais se constituir uma adesão consciente, uma escolha real desses sujeitos (GUERRA, 2014).

Novamente, a formação possui um papel primordial nesse processo. As experiências acumuladas ao longo do processo de formação podem levar o assistente social a essa adesão consciente ao projeto ético-político, fazendo com ele faça sentido para esses profissionais. Entretanto, isso só será possível se o processo de formação estiver amparado em um projeto pedagógico crítico alinhado com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

O trabalho profissional desenvolvido pelo assistente social será, em parte, fruto do acúmulo desse sujeito ao longo de todo o processo de formação. Mas, não é só isso. O trabalho profissional materializa-se sendo moldado por condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas e, às vezes moralmente construídas. Tais condições tendem a absorver o exercício profissional reduzindo-o

a um conjunto de ações de caráter técnico, visando o atendimento imediato das demandas colocadas para o assistente social (GUERRA, 2012).

Nessa perspectiva, o perfil de assistente social é o do técnico adestrado que se limita à racionalidade do capitalismo e à aplicação acrítica de técnicas e instrumentos sem a clareza dos fins a que sua intervenção visa, menos ainda do projeto profissional que implementa (GUERRA, 2012, p. 65).

Essa perspectiva que compreende o assistente social como um profissional meramente tecnicista atende muito bem aos interesses da moralidade instaurada com a sociabilidade burguesa. Por isso,

(...) penso que não basta o Serviço Social atuar no nível operativo-instrumental e responder de forma mais ou menos adequada e competente à sua razão de ser. Esta é uma condição necessária à sobrevivência da profissão, mas não é suficiente. Reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de finalidades que possam ser estranhas ao projeto profissional hegemônico (GUERRA, 2002, p. 15).

As dimensões que compõem o exercício profissional do assistente social não se encerram no caráter técnico-operativo da profissão. Essas dimensões sempre estiveram presentes na prática desse profissional, desde o surgimento do Serviço Social. No entanto, muitas vezes, as dimensões teórico-metodológica e ético-política permaneceram subsumidas e encobertas pela dimensão técnico-operativa identificada como único elemento que compõe a intervenção profissional do assistente social.

De acordo com Santos *et al* (2012) a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pode ser reconhecida como uma “síntese” do exercício profissional do assistente social, uma vez que é ela quem nos revela diretamente o “modo de ser” da profissão. Por isso, debater a dimensão técnico-operativa não significa abordar, de forma fragmentada, apenas um aspecto da atuação profissional do assistente social, mas discutir o trabalho profissional como resultado de uma totalidade que engloba diversos elementos.

Somente uma abordagem teórico-metodológica e histórico-crítica da dimensão técnico-operativa do Serviço Social permite percebê-la como um prisma da intervenção profissional do assistente social nas relações sociais – diferenciando-

se de outras abordagens simplistas e superficiais que tratam essa dimensão como sinônimo de “um arsenal de instrumentos neutros e/ou técnicas aplicáveis de maneira prescritiva” (FORTI, 2012, p. 06).

Por fim, torna-se importante ressaltar que o processo de intervenção profissional do assistente social “não se constrói *a priori*, ao contrário, faz-se no seu próprio trajeto” (MIOTO, 2009, p. 27). E, essa construção é um processo que não depende exclusivamente do assistente social, mas envolve vários outros sujeitos – como a própria instituição onde o profissional encontra-se inserido e suas particularidades, outros profissionais, os próprios usuários dos serviços prestados, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, tanto a formação quanto o trabalho profissional do assistente social encontram-se profundamente atravessados por desafios e dilemas próprio do nosso tempo. Isso impõe para a nossa categoria profissional a necessidade de construir formas de enfrentamento que não se restrinjam à dimensão técnico-instrumental – pois ela não dá conta das complexas exigências que se colocam para a profissão.

Para isso, é imprescindível compreensão substancial da economia – da atual crise do capitalismo –, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídico-políticas, das organizações sociais e da dinâmica das relações grupais e interpessoais. Ou seja, é imprescindível uma compreensão da realidade social que viabilize uma atuação profissional responsável e consequente (FORTI; GUERRA, 2011, p. 03).

Entretanto, se o conhecimento técnico-instrumental não pode ser superestimado, tido como elemento central para a atuação profissional do assistente social, ele também não deve estar subsumido no processo de formação. Ele se constitui em um conhecimento complementar, essencial, para a construção do trabalho profissional.

Segundo Santos (2016, p. 274), durante muito tempo, o receio de um “retorno ao tecnicismo” afastou os assistentes sociais do debate sobre a dimensão técnico-

operativa do Serviço Social. Esse distanciamento pautava-se na suposição de que os profissionais, imbuídos dos elementos teórico-metodológicos e ético-políticos adequados, saberiam realizar, por si mesmos, as mediações entre os conhecimentos adquiridos na formação e a realidade a eles posta.

Discordamos dessa concepção e acreditamos que os elementos que se fazem necessários para captar as medições dadas na realidade e construir estratégias profissionais em sintonia com nosso projeto ético-político, precisam ser tratados – e exercitados – no momento da formação.

A trilha histórica percorrida pelo Serviço Social mostra que o caminho até uma aproximação minimamente satisfatória com a riqueza do pensamento marxiano e o acesso privilegiado à realidade social enquanto totalidade complexa é também a busca pelo sentido ontológico dos seus fundamentos, ou seja, a procura pelo fundamento último do ser. Mas a busca pelas raízes ontológicas do pensamento marxiano não oferece *per si* as ferramentas concretas que permitem a construção de uma prática profissional crítica. Caso queira avançar em seu intento de ruptura com as práticas profissionais conservadoras e tradicionais, o Serviço Social deve não apenas procurar apreender a riqueza do método dialético, mas também construir e intensificar ferramentas concretas que aprofundem a dimensão investigativa da profissão na academia e nos institutos de pesquisa, articulando o desenvolvimento teórico-metodológico intenso com os processos de sistematização da prática realizados pelos profissionais (MARANHÃO, 2016, p. 202).

Nesse sentido, esperamos que os esforços investigativos que vem sendo realizados pelo GEPEFSS, desde 2015, e mais intensamente voltados para a articulação entre trabalho e formação, ao longo do ano de 2017, possam oferecer algumas contribuições para a defesa de uma formação crítica, articulada com a realidade social, capaz de fomentar o desenvolvimento de um trabalho profissional inspirado no projeto ético-político do Serviço Social.

E, por fim, apontamos, também, que o processo de formação do assistente social não pode estar limitado ao momento da sua graduação. Para o amadurecimento dos elementos que compõem esse conhecimento teórico-prático, faz-se necessário que o processo de capacitação dos assistentes sociais seja permanente e continuado.

Por isso, os assistentes sociais devem buscar ser como os girassóis. Eles começam o dia virados de frente para o sol, no leste. Conforme as horas vão

passando, eles acompanham o sol até oeste. De noite eles giram de volta para o leste, recomeçando o ciclo. O movimento tem um propósito bem específico: essa estratégia garante maior estímulo no crescimento e atrai mais insetos para a polinização.

Assim como o sol é fonte de energia, de vida para o girassol, o conhecimento – do teórico-metodológico ao procedimental – é subsídio para o trabalho profissional do assistente social. Sem ele não haverá crescimento. Por isso, o processo de formação contínuo se torna a luz que estimula os frutos do nosso trabalho.

Então, sejamos como o girassol da poesia de Alberto Caieiro: “O meu olhar é nítido como um girassol; tenho o costume de andar pelas estradas olhando para a direita e para a esquerda; e de vez em quando olhando para trás...; e o que vejo a cada momento é aquilo que nunca antes eu tinha visto”.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

FORTI, V. **Prefácio**. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

FORTI, V.; GUERRA, Y. **“Na prática a teoria é outra?”**. In: FORTI, V.; GUERRA. *Serviço Social: temas, textos e contextos – Coletânea Nova de Serviço Social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

_____. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas**. In: *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2002.

_____. **Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional**: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V; GUERRA, Y (orgs). *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Disponível em:

http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf. Acesso em 31/08/2017.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social na contradição capital/trabalho: concepção da dimensão política na prática profissional**. In: *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais*. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

MARANHÃO, C. **Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo**. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (orgs). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

MIOTO, R. C. T. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. In: *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 08, 2009.

SANTOS, C. M. dos. **Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios na atualidade**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org). *Serviço Social no Brasil – história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, C. M.; FILHO, R. S.; BACKX, S. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão**. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

SANTOS, C. M.; NORONHA, K. **O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma Perspectiva Crítica**. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org). *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos – Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



AS RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS EM SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL

Marina Monteiro de Castro e Castro¹

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar os resultados iniciais da pesquisa desenvolvida na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora intitulada: “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”. As residências multiprofissionais em saúde avançam no Brasil a partir de 2010, por meio de políticas indutoras do Ministério da Saúde e Educação. Neste mesmo período, estas áreas se tornam fonte de amplo investimento e lucratividade para o capital, trazendo diversos impactos para a formação e o trabalho em saúde. O Serviço Social amplia a sua inserção nos Programas e também a produção de conhecimentos, contribuindo para os debates, reflexões e indicações de desafios e potencialidades da inserção dos assistentes sociais na residência.

Palavras- Chave: Serviço Social. Residências; formação em saúde.

ABSTRACT

The article aims to present the initial results of the research developed at the Faculty of Social Service of the Federal University of Juiz de Fora entitled: "Multiprofessional Residency in Health and Social Work: theoretical and political-pedagogical mapping". Multiprofessional health residences are advancing in Brazil as of 2010, through inductive policies of the Ministry of Health and Education. In this same period, these areas become a source of broad investment and profitability for capital, bringing diverse impacts to health education and work. The Social Service extends its insertion in the Programs and also the production of knowledge, contributing to the debates, reflections and indications of challenges and potential of the insertion of social workers.

Keywords: Social Work; Residency; Health education.

¹ Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS- FSS/UFJF).

INTRODUÇÃO

As Residências Multiprofissionais em Saúde (RMS) ganharam destaque a partir de 2010, através de políticas indutoras do Ministério da Saúde e Educação que tinham como proposta qualificar os recursos humanos na área da saúde por meio da educação permanente e de processos formativos que valorizassem o Sistema Único de Saúde (SUS) e o trabalho multiprofissional.

Silva (2016) indica que o Sistema do MEC apresenta o quantitativo de 1.591 programas de residência multiprofissional cadastrados – o que representa uma expansão significativa. É neste mesmo processo de expansão dos Programas que é posta a contrarreforma do Estado para a saúde e educação trazendo diversos desafios para concretizar uma proposta condizente com os princípios do Projeto de Reforma Sanitária dos anos 1980.

Este trabalho busca apresentar os resultados iniciais da pesquisa “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Apresentaremos aqui, as aproximações iniciais realizadas, especialmente, por meio de pesquisa bibliográfica realizada em pesquisa na base de dados da Scielo com os descritores: Serviço Social, Residência, Saúde; e junto as Revistas de Serviço Social apontadas no Sistema Qualis periódicos como A 1, a saber: Revista *Katálysis* e Revista *Serviço Social e Sociedade*; Qualis A 2: Revista *Em Pauta*, *Ser Social*, *Textos e Contextos*, *Argumentum*; Qualis B1: Revista *Temporalis*.

Dallegrave e Ceccim (2013) em levantamento das publicações no banco de dissertações e teses sobre as residências em saúde produzidas no Brasil no período entre 1987 e 2011, localizaram 03 estudos no campo do Serviço Social. Apenas as dissertações de mestrado de Closs (2010) e Vargas (2011) discutiram, especificamente, a inserção de assistentes nos programas de residência multiprofissionais.

No período de 2010 a 2015, Oliveira (2017) identificou através das palavras-chaves “Formação”, “Residência Multiprofissional” e “Serviço Social”, que o Serviço Social publicou 60 artigos (disponíveis na base de dados da Scielo). Por sua vez,

nos principais eventos do Serviço Social - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) ocorridos no mesmo período, a autora elencou 27 trabalhos disponíveis nos anais.

Desta forma, é visto que o Serviço Social vem avançando na produção de conhecimento sobre a RMS desvelando os entraves, desafios e potencialidades deste espaço.

Este avanço da produção é fruto da inserção progressiva nos Programas, envolvendo assistentes sociais residentes, tutores e preceptores. Costa em pesquisa realizada em 2016 localizou o Serviço Social em 66 Programas de Residência Multiprofissional, com inserção expressiva em programas com foco em Saúde da Família, Saúde do Idoso, Oncologia e Urgência. A maior parte dos programas e de número de vagas está concentrada na região sudeste, seguida da região nordeste.

Castro (2013) em mapeamento inicial do Serviço Social nos Programas de Residência apontou que o avanço desta inserção vem sendo acompanhado de questões a serem enfrentadas, entre outras, como as condições de trabalho dos assistentes sociais e seu reflexo no desenvolvimento da Residência, a necessidade de ultrapassar a lógica de treinamento em serviço e de pensar a Residência como um espaço de formação. Isto porque foi visto neste estudo que a falta de condições de trabalho, o sucateamento das instituições e a limitação de recursos humanos trazem dificuldades/desafios para se garantir uma formação de qualidade e a defesa dos princípios e diretrizes do SUS, assim como há a utilização do residente para substituição de profissionais.

Neste sentido, este artigo visa apresentar elementos acumulados pela produção teórica do Serviço Social sobre as Residências, tendo por objetivo contribuir com os debates a serem enfrentados pela categoria dos assistentes sociais em torno da relação trabalho/formação em saúde nas Residências Multiprofissionais.

DESENVOLVIMENTO

É consenso para a profissão, como assinalado, que a partir de 2010 a RMS se tornou estratégia de qualificação de “recursos humanos em saúde”. De acordo com Silva e Brotto (2016) o relatório da Conferência Nacional de Recursos Humanos

em Saúde de 1993 e as diretrizes apresentadas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde (NOB/RH- SUS), apresentaram que o perfil dos profissionais não era adequado aos princípios e diretrizes postulados pelo SUS. Assim, eram necessárias políticas indutoras que contribuíssem com a revisão do modelo assistencial e a formação de um novo perfil do profissional de saúde.

A qualificação da formação em saúde é uma demanda do movimento sanitário e da constituição do SUS, na medida em que a ruptura com um modelo conservador, excludente e centralmente privatista, exigia que a formação dos profissionais da saúde rompesse com o modelo biomédico e se pautasse em uma perspectiva de atenção integral, com construção de vínculos e do trabalho em equipe.

Neste sentido, Oliveira (2017) referendada em Vargas (2011) e Closs (2010), aponta que as RMS, enquanto política, terá a proposta de colocar o SUS como interlocutor na formulação dos projetos político-pedagógicos de formação dos trabalhadores, buscando construir práticas condizentes com os princípios do SUS.

No entanto, Silva (2016, p.221) salienta que a “formação na lógica da interdisciplinaridade e com foco na integralidade das ações não se realiza no campo do abstrato ou da retórica, são necessárias condições objetivas para seu desenvolvimento”.

CFESS (2017) destaca que a proposta das residências como formação de profissionais qualificados para o SUS em sua plena instituição tem apresentado desafios - que são intensificados pela contrarreforma do Estado.

Desta forma, não é possível falar de Residência sem debater a contrarreforma do Estado que afeta as políticas de saúde e da educação – e coloca em cena diferentes projetos em disputa que impactam no trabalho e formação, como já vinha sendo assinalado por Castro (2013a; 2013b) e Brunholi (2013).

A contrarreforma da política de saúde e educação desenvolvida nos governos do Partido dos trabalhadores (2003-2016) assentará as políticas de saúde e educação na rota do desenvolvimento, avançando na lógica privatista e mercadológica para os dois setores. Este processo refletirá na financeirização dos recursos públicos e na apropriação do fundo público (MENDES, 2015).

Cislaghi (2015) observa que a retirada de direitos, a precarização dos contratos de trabalho e a falta de condições de trabalho impactam em uma maior exploração da força de trabalho e uma redução de sua autonomia e resistência, contribuindo também para uma assistência precarizada, focalizada e emergencial (SOARES, 2012).

Silva (2018, p.207) aponta que A RMS é uma formação que se dá “*pelo e para o trabalho em saúde*”, sendo assim, amplamente impactada pelo desmonte das políticas sociais. “É a característica central da RMS – ser ensino em serviço – que a torna, de um lado, uma possibilidade de formação interdisciplinar conectada com o cotidiano concreto das necessidades de saúde e, de outro, tão vulnerável à sua apreensão como trabalho precário”.

A autora (2018, p.207) relata que na própria legislação da RMS há uma contradição explícita: “de um lado, afirma uma formação com foco na integralidade e interdisciplinaridade e, de outro, cria as condições práticas para a precarização e exploração intensa da força de trabalho do residente que atuará por dois anos com uma carga horária semanal de 60h”.

Desta forma, a RMS é marcada fortemente pelo elemento da contradição na medida em que se propõe a induzir a formação de profissionais condizentes com os princípios e diretrizes do SUS, mas a sua legislação e os cenários de prática e ensino são marcados por um conjunto de condições objetivas e subjetivas² que trazem entraves para efetivação dos programas de residência enquanto estratégia de alteração do trabalho e formação em saúde.

Oliveira (2017) sistematizou os diferentes desafios referentes a inserção dos residentes de Serviço Social nos serviços de saúde, elencando: o sucateamento das instituições de saúde, precarização e terceirização do trabalho, escassez de recursos humanos; o número reduzido de assistentes sociais para o desenvolvimento das atividades do programa; ausência de carga horária para a execução das ações e ainda os proventos do residente multiprofissional muitas vezes superior aos do assistente social, em particular àqueles contratados de forma precarizada.

² De acordo com Guerra (s/a, p.1-2), condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras.

A partir da bibliografia analisada, podemos indicar que um elemento de preocupação para o Serviço Social se refere carga horária 60 horas e o adoecimento dos residentes, proveniente do acúmulo de atividades.

Avançando no debate sobre a incorporação dos residentes nos serviços, Rodrigues (2016) aponta que há uma inserção diferenciada e dúbia, na medida em que estão em processo de formação, mas também já são assistentes sociais aptos ao exercício da profissão.

Não são estudantes, mas estão em processo de formação e devem estar amparados pelas instituições formadoras em todo o percurso formativo, com destaque para a mediação ensino-serviços, a perspectiva teórica e ético-política presente nos projetos político-pedagógicos dos Programas, a necessária supervisão e articulação das atividades e, fundamentalmente, os vínculos com os preceptores, sujeitos dos serviços que acompanham o cotidiano dos residentes. Não são trabalhadores dos espaços sócio-ocupacionais onde os Programas se realizam, mas estão aptos ao exercício da profissão naquele espaço (RODRIGUES, 2016, p.80).

Desta forma, Silva (2016) vai destacar que o que vai particularizar a RMS é a relação direta que estabelece entre formação e trabalho profissional, já que o residente está submetido às condições objetivas (precarização do trabalho, falta de recursos etc.) que marcam a área da saúde e, muitas vezes, é visto como uma força de trabalho de baixo custo.

entender o protagonismo da discussão do trabalho nesta modalidade de formação é o ponto nodal para o debate e análise da RMS como formação para o SUS. Dito de outra forma, queremos afirmar que não coexistem em um mesmo espaço uma formação alinhada aos princípios basilares do SUS e a exploração da força de trabalho do residente (SILVA, 2016, p.221).

Ou seja, torna-se urgente debater e pensar em estratégias de enfrentamento a alta carga horária dos programas, a utilização dos residentes para substituição de profissionais e do desenvolvimento de atividades que não contribuem para o processo formativo dos residentes.

Outro elemento destacado por Oliveira (2017) se refere a inserção dos residentes egressos dos Programas no mercado de trabalho e, em especial, na área da saúde. A autora salienta que o discurso oficial instituído pelos Ministérios da Educação e da Saúde sobre as RMS, não condiz com a realidade na medida em que diversos estudos apontam que os egressos não tem se inserido na área da

saúde. No entanto, a autora enfatiza que a formação de residentes a partir do conceito ampliado de saúde, pode contribuir com a atuação em qualquer espaço sócio ocupacional.

Apesar dos desafios, entendemos que a potencialidade que as residências possuem no campo do Serviço Social passa pelo fortalecimento de um processo formativo que contribua com o projeto ético político profissional, com o fortalecimento das diretrizes formativas que a ABEPSS e a defesa do projeto de reforma sanitária dos anos 1980. No âmbito do desenvolvimento do trabalho, pode contribuir também para o fortalecimento de ações respaldadas nos parâmetros de atuação dos assistentes sociais na política de saúde (CFESS, 2010).

No que se refere ao trabalho desenvolvido na saúde, há uma particularidade fundamental que é a contribuição na defesa do conceito ampliado de saúde, principalmente no âmbito das equipes multiprofissional, e do desvelamento da determinação social do processo saúde-doença, tendo como alvo central as expressões da questão social.

Neste âmbito, torna-se fundamental o direcionamento dados pelas Unidades de Ensino, que podem oferecer subsídios para a garantia de debates e conteúdos teóricos que reforcem as perspectiva acumulada pelo Serviço Social para análise da realidade social, da política de saúde e do trabalho profissional.

Oliveira (2017) destaca a importância da participação da Unidade de Ensino nesse processo, uma vez que a formação do assistente social residente multiprofissional precisa ser qualificada nos conhecimentos que compõem as dimensões da prática profissional, e não podendo ser incorporada por docentes isolados ou pelos preceptores.

Salientamos que um elemento que pode avançar é tratar a RMS no campo da Educação Permanente em Saúde (EPS). Aqui defendemos a EPS proposta pelo CFESS (2012) que coloca que para o Serviço Social,

o contexto exige (...) cotidianamente do Serviço Social a capacidade para desvelar, processar e intervir numa realidade socioinstitucional complexa, permeada por profundas transformações societárias no mundo do trabalho, que se materializam de forma difusa e imediata nas diversas expressões da questão social, objeto da ação profissional. A dinâmica social exige, portanto, constante exercício crítico de apreensão desta realidade, dada a dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social e o compromisso

ético-político adotado pela profissão nas três últimas décadas (CFESS, 2012, p.17-18).

Closs (2013) aponta que é necessário colocar na pauta do debate da formação o reconhecimento da saúde como direito social e o papel do Estado na sua garantia; promoção de ações que fortaleçam e preservem a autonomia da população usuária do SUS; identificação dos fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença, das condições necessárias à garantia da saúde; discutir o trabalho em saúde, pautado na perspectiva de sistema/rede; e a pesquisa e a elaboração de dados sócio-epidemiológicos como fundamentais no processo formativo, uma vez que produz impactos na gestão/atenção em saúde, seja no que tange ao planejamento/formulação, como no que se refere à execução e avaliação.

Ou seja, é necessário que a formação qualifique trabalhadores para atuação no SUS que realizem mudanças no processo de trabalho e no modelo assistencial e desenvolvam práticas qualificadas que contemplem o conceito ampliado de saúde e a integralidade da atenção. Cotta et al (2007) observa ainda que é necessário formar profissionais preparados para uma apreensão das determinações da realidade brasileira marcada pela extrema desigualdade e pobreza.

Oliveira (2017) a partir do mapeamento realizado nas produções bibliográficas do Serviço Social elencou como desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social no Programas de RMS, entre outros: necessidade de organização curricular; atuação profissional com base no Serviço Social tradicional, com ênfase na imediatividade e no pragmatismo; educação das profissões ainda se encontra fortemente enraizada ao modelo biomédico; necessidade de estruturação da preceptoria e articulação com tutoria e docentes; avanço na produção de conhecimento e publicização dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Sinalizamos que ainda há muito que avançar para que a RMS se torne uma proposta efetiva de alteração da formação e do trabalho em saúde. No entanto, entendemos que há potencialidades a serem exploradas que podem contribuir com a defesa do projeto ético-político profissional e com a qualidade dos serviços prestados a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas partiram da preocupação de estar sintonizando a formação continuada em saúde com a realidade social e profissional, visando conscientizar e instrumentalizar teórica e tecnicamente os profissionais para apreensão qualificada do seu objeto de trabalho (questão social e suas refrações), para o desenvolvimento de uma linha política e teórica afinada com os interesses dos trabalhadores, que propiciem a democratização das informações, a participação popular e a efetivação da educação em saúde e dos princípios do SUS.

É necessário ficarmos atentos às contradições da RMS na medida em que, conforme Oliveira (2017), a política ministerial de educação permanente em saúde tem sido procedimental e a proposta de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS aponta para a materialização de uma proposta político-pedagógica pautada em valores e princípios que combatem a exploração, opressões e desigualdades postas em nossa sociedade.

Desta forma, conforme Vasconcelos (2006) a formação em saúde exige do Serviço Social a defesa da formação de quadros teóricos e técnicos qualificados para a formulação de modelos curriculares e práticas articuladas aos interesses e reais necessidades de saúde dos usuários e efetivação do controle social; a realização de prática interprofissional que supere o modelo centrado na medicina e na doença; e uma produção de conhecimentos calcada na determinação social processo saúde/doença.

Apesar das particularidades de cada área de intervenção, reforçamos que a formação generalista é primordial para a qualidade do trabalho profissional na saúde, assim como a educação permanente:

A capacidade de apreender o movimento da realidade social, fruto de uma formação generalista e crítica, impõe a manutenção de um processo de formação profissional contínuo, com garantia da capacitação dos profissionais já formados. Um processo de formação contínuo, assentado no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional indicados pela ABEPSS que, a partir de uma graduação que assegure a qualificação para uma ação localizada com base na compreensão estrutural da problemática focalizada, possibilite uma prática planejada e avaliada nas suas consequências (VASCONCELOS, 2006, p.16).

Desta forma, concordamos com Silva (2018, p.206-207) que a RMS:

enquanto proposta de formação – não como trabalho precário – a RMS, em tese, tem no seu horizonte a construção de práticas interdisciplinares capazes de se interpor a lógica da fragmentação dos saberes e dos fazeres tão característica à política e ao trabalho em saúde. Contudo, essa possibilidade tão rica e tão condizente com a proposta do SUS seminal exige condições para a sua realização, caso contrário torna-se uma *potência de formação* em termos estritamente retóricos.

Esperamos que o estudo em andamento possa contribuir para a apreensão das particularidades do Serviço Social na formação para o trabalho na área da saúde, com o intuito de construir um trabalho profissional que esteja atendo as necessidades de saúde da população e dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e pautado no projeto ético político da profissional e no projeto de Reforma Sanitária.

REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. *Cadernos ABESS*. São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

BRUNHOLI, G. N. **Caminhando pelo fio da história**: a Residência Multiprofissional em Saúde nos espaços de construção da política de formação de trabalhadores para o SUS. Mestrado em Política Social. PPGPS/UFES, 2013.

CASTRO, M. M. C. **Formação em saúde e serviço social**: as residências em questão. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 349 - 360, jul./dez. 2013a.

_____. **O serviço social nos programas de residência em saúde**: resultados iniciais do mapeamento da ABEPSS. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 153-171, jul./dez. 2013b.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. **O quadrilátero da formação para a área da Saúde: ensino, gestão, atenção e controle social**. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro 2004.

CECCIM, R. B.; DALLEGRAVE, D. **Residências em saúde: o que há nas produções de teses e dissertações?** *Interface*, Botucatu, v. 17, p. 759-776. 2013.

CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010.

_____. **Política de educação permanente do conjunto CFESSCRESS**. Brasília, 2012.

_____. **Residência em Saúde e Serviço Social**: subsídios para a reflexão. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2017.

CISLAGHI, J. F. **Retrocesso no legislativo e impactos para a saúde no Brasil**.

BRAVO, M. I. S et al (orgs). **A mercantilização da saúde em debate**: as organizações sociais no Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde. 1ºed. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015, p.21-24.

CLOSS, T. T. **O Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Saúde na Atenção Básica**: formação para a integralidade? Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

MENDES, A. **O subfinanciamento e a mercantilização do SUS no contexto do capitalismo contemporâneo em crise**. BRAVO, M. I. S et al (orgs). **A mercantilização da saúde em debate**: as organizações sociais no Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde. 1ºed. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015, p.11-20.

OLIVEIRA, V. D. **Projetos político-pedagógicos das residências multiprofissionais em saúde**. Dissertação Mestrado em Serviço Social. ESS/UFRJ. RIO DE JANEIRO, 2017.

RODRIGUES, T. F. **Residências multiprofissionais em saúde: formação ou trabalho?** *Serv. Soc. & Saúde*, Campinas, SP v.15, n. 1 (21), p. 71-82 , jan./jun. 2016 .

SILVA, L. C.; BROTTTO, M. E. **Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social**: dilemas na formação e trabalho profissional. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, 2016 - n. 37, v. 14, p. 126 – 149.

VARGAS, T. M. **O Serviço Social no programa de residência multiprofissional em saúde**: uma estratégia de consolidação do projeto ético-político profissional? 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

VASCONCELOS, A. M. **Serviço Social e práticas democráticas na saúde**. MOTA, A. E et al (orgs). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-5.pdf.

SILVA, L. B. **Trabalho em saúde e residência multiprofissional**: problematizações marxistas. Tese Doutorado em Serviço Social. ESS/UERJ, 2016.

_____. Residência multiprofissional em saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 200-209, jan./abr. 2018.

SOARES, R. C. **A racionalidade da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social**. In: BRAVO, M. I; MENEZES, J.S.B. M. *Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos*. São Paulo: Editora Cortez, 2012, p.85-108.



O CORPO FEMININO: erotização e objetificação

Romilda Sérgio de Oliveira¹

RESUMO

O artigo busca analisar o poder sobre o corpo feminino, por meio da erotização e objetificação. A discussão está fundamentada na concepção de poder e saber de Michael Foucault. Neste sentido, aborda a questão da sociedade patriarcal como perpetuação e manutenção do controle sobre o feminino e enfatiza a erotização e objetificação do corpo da mulher como instrumentos utilizados para controlar seus corpos.

Palavras-chave: Corpo; Sexualidade; Gênero; Poder; Objetificação.

ABSTRACT

The article seeks to analyze power over the female body through eroticization and objectification. The discussion is grounded in Michael Foucault's conception of power and wisdom. In this sense, it addresses the question of patriarchal society as a perpetuation and maintenance of control over the feminine and emphasizes the eroticization and objectification of the woman's body as instruments used to control their bodies.

Keywords: Body; Sexuality; Genre; Power; Objectification.

¹ Psicóloga e Mestra em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Docente do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: romildasergia.oliveira@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre tema do corpo da mulher a partir da erotização e objetificação feminina, a qual se propõe este texto, não é nova. Contudo, tal temática ainda assume significativa importância para a reflexão sobre a questão do controle dos corpos a partir da sexualidade. A discussão sobre o patriarcado, por exemplo, contribui para o controle do corpo da mulher. Neste sentido, o estudo proposto possibilita a interlocução entre os conceitos, para a compreensão e análise da relação de poder através da erotização e objetificação feminina. O objetivo não é exaurir o tema, mas contribuir na compreensão dos mecanismos de poder exercidos sobre o corpo das mulheres.

O método utilizado para elaboração deste trabalho é a revisão bibliográfica, pautada em estudos de Foucault (1984,1985, 1988), e de estudiosos que abordam o tema. O texto se divide em três partes. A primeira trata da concepção de controle do corpo a partir do pensamento de Foucault (1984,1985, 1988), levando em consideração seus estudos sobre sistemas de punição e sobre a sexualidade. A segunda parte consiste na compreensão da sociedade patriarcal a partir de Saffioti (2015), Del Priore (1993), Friedman (1993), entre outros autores, que problematiza o lugar da mulher e sua relação de poder na família e na sociedade. Na terceira parte, privilegia-se a análise da erotização e objetificação feminina como mecanismo de controle e suas possibilidades de ruptura e emancipação feminina utilizando com referências os autores Beauvoir (2016), Heldman (2012), Morin (2002) e Segundo Silva e Araújo (2017)

O texto não se propõe a enunciar verdades únicas, muitos menos exaurir a temática, mas busca descrever o fundo comum no qual se desenvolve o controle sobre os corpos femininos.

CONTROLE DO CORPO

Michel Foucault desenvolveu vários estudos sobre a questão do controle do corpo. Em ordem cronológica têm-se o livro “A História da Loucura”, publicado em

1961 e reeditado em 1972. O livro aborda a transformação da loucura em doença mental ao longo da história, perpassando pelo encarceramento dos corpos em asilos. Em 1975/1977 o autor lança “Vigiar e Punir”, no qual realizou um estudo científico sobre a história, a legislação penal e seus métodos coercitivos de diferentes sistemas punitivos, da Idade Média até à Idade Moderna.

Neste livro, Foucault (1996) evidencia em seus estudos importantes interrogações sobre o poder e sobre o saber, que encontra no corpo sua forma de manifestação, portanto ele busca compreender como o corpo foi percebido, valorizado e dominado ao longo da história. O autor afirma:

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 1999, p. 28-19).

O saber do corpo, proposto por Foucault (1999), não perpassa pelo seu funcionamento biológico, mas por um controle denominado de tecnologia política do corpo, que é difusa e muitas vezes uma instrumentação multiforme. O poder, portanto, são mecanismos e práticas, que atuam a partir de discursos, que possuem propósitos específicos de controle dos corpos. Segundo o autor, o Estado utiliza-se desta tecnologia política do corpo valorizando-a ou impondo algumas formas de agir. É uma maneira denominada como microfísica de poder que se perpetua nos corpos como uma estratégia ligada a manobras e táticas, pois o poder de exerce, muito mais do que se possui.

No livro “A história da Sexualidade”, volume 1, a vontade do saber publicado em 1976, é possível perceber uma análise de Foucault (1988) a partir de uma

abordagem histórica, sobre o saber de controle dos corpos, “saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas” (FOUCAULT, 1988, p. 16). Contudo, é nos livros “A História da Sexualidade – O uso dos prazeres”, volume 2 e “A História da Sexualidade – O cuidado de si”, volume 3, ambos publicados em 1984, que o corpo aparece através de amplas investigações e se estabelece a relação saber-poder. Ao analisar os “Uso dos prazeres” o autor estabelece que a moral dos gregos não estavam relacionadas com o ato sexual em si, mas na forma de obter prazer dentro de uma cultura. A questão estabelecida por Foucault (1984) consiste em compreender como a atividade sexual passa a ser constituída no campo moral.

A reflexão moral dos gregos sobre o comportamento sexual não procurou justificar interdições, mas estilizar uma liberdade: aquela que o homem “livre” exerce em sua atividade. Dai o que pode passar a primeira vista, por paradoxo: os gregos praticaram, aceitaram e valorizaram as relações entre homens e rapazes: e contudo, seus filósofos conceberam e edificaram, a esse respeito, uma moral da abstenção. Eles admitiram perfeitamente que um homem casado pudesse procurar seus prazeres sexuais fora do casamento e no entanto, seus moralistas conceberam o princípio de uma vida matrimonial em que o marido só teria relação com a própria esposa. Eles jamais conceberam o prazer sexual como um mal em si mesmo ou podendo fazer parte dos estigmas naturais de um pecado; e, contudo, seus médicos se inquietaram com as relações entre a atividade sexual e a saúde, e desenvolveram toda uma reflexão sobre os perigos de sua prática (FOUCAULT, 1984, p. 87).

No livro “O Cuidado de Si”, volume 3, Foucault (1985) estabelece um estudo histórico sobre a relação do indivíduo com próprio corpo, que demarca o espaço da medicina como um campo de saber que estabelece o saber e regras, bem como uma estrutura de condutas, que aborda as relações com o sexo, alimentação, sono e maneira de viver. Em relação ao ato sexual e o cuidado com o corpo surge uma ambivalência em relação à seus efeitos. Foucault (1985) conclui que:

Toda uma reflexão moral sobre a atividade sexual e seus prazeres, parece marcar nos primeiros séculos de nossa era, um certo esforço dos temas de austeridade. Médicos se inquietam-se com os efeitos da prática sexual, recomendam de bom grado a abstenção, e declaram preferir a virgindade ao uso dos prazeres. Filósofos condenam qualquer relação que poderia ocorrer fora do casamento, e prescrevem entre os esposos uma fidelidade rigorosa e sem exceção. (FOUCAULT, 1985, p. 231)

Através da análise histórica de Foucault (1995), nota-se que atividade sexual fica, cada vez mais, marcada a partir de uma inquietação que a leva para termos patológicos e morais, que comunga com a tradição desde o Renascimento do catolicismo e do protestantismo.

SOCIEDADE PATRIARCAL

O Patriarcado é um conceito utilizado pela ciência política e pela sociologia. Para Weber (1991), o patriarcado refere-se a uma forma originária de dominação, que consiste na “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (WEBER, 1991, p. 187). Neste caso a autoridade do chefe (pai) sobrepõe-se aos demais membros da família, que é compreendida como pai, mãe e filhos.

Segundo AGUIAR (2015), a sociologia destaca que na sociedade brasileira, a história do patriarcado colonial, traz a predominância da autoridade do pai de família sobre os demais membros, que era responsável por impor a autoridade estabelecendo comportamentos e punições em caso de transgressões, incluindo as penalidades que poderiam chegar à morte. O poder patriarcal aferia ao homem o direito de uso sobre o corpo das mulheres.

Vale ressaltar que a mulher que pertencia à elite, retratada na sociedade Patriarcal no período colonial, era vista com a obrigação de manter-se pura e casta, para o casamento e após o mesmo, ser um modelo de virtude e submissão. Para as mulheres consideradas de classe populares era comum encontrarem mães solteiras, vítimas de exploração sexual (concubinas) e domésticas. Del Priore (1993) afirma que a imagem da mulher de elite opunha-se a imagem de promiscuidade e lasciva imposta à da mulher de classe subalterna, que era geralmente mulata ou índia. Sabe-se que, por exemplo, no Brasil Colônia, os portugueses, mantinham relações com as mulheres negras e índias, que eram consideradas como objetos sexuais.

O patriarcado tem como um de seus elementos centrais o controle da sexualidade feminina (SAFFIOTI, 2015). No contexto da sexualidade, cabe refletir que a sociedade brasileira mantém estreita relação entre o patriarcado e o controle dos corpos femininos. As mulheres veem-se, mesmo nos dias atuais, obrigadas a

manterem relações sexuais com seus parceiros, mediante o pensamento do dever conjugal. Outra forma de controle sobre os corpos das mulheres está relacionada ao feminicídio², crime que coloca o Brasil em 5º lugar no *ranking* entre os países que mais cometem feminicídio no mundo. Alguns exemplos que repercutiram no país são o da Margot Proença em 1970, Ângela Maria Fernandes Diniz em 1976, Sandra Gomide em 2000, Eloá Pimentel em 2008, Eliza Samudio em 2010 e tantas outras mulheres que anônimas na história, mas presente na vida cotidiana de muitas pessoas tiveram suas vidas ceifadas pelo fato de serem mulheres, objetos de dominação dos homens.

Saffioti (2015) retrata que a dominação e exploração, no sistema patriarcal, referem-se ao âmbito familiar e a esfera política. Para a autora, a legitimidade dada ao sistema patriarcal, naturaliza as ações perpetuando a desigualdade entre homens e mulheres. Tal naturalização acaba por legitimar o controle dos corpos femininos expressa, muitas vezes, através da violência física, patrimonial, sexual, psicológica e simbólica.

Anzaldúa (1987) relata que os paradigmas dominantes são transmitidos através da cultura, que estabelece o poder para os homens, que fazem as regras ficando para a mulher a incumbência de transmiti-las. Espera-se, culturalmente, que as mulheres aceitem e se comprometam com sistema de valores estabelecidos, ou seja, que estejam submetidas aos homens.

No contexto contemporâneo é perceptível a conquista das mulheres seja no aspecto pessoal como no profissional. Apesar desse avanço, as mulheres mesmo que tenham escolaridade superior aos homens, elas ainda recebem rendimentos inferiores, ocupando atividades equivalentes. Outro fator importante a ser analisado é a invisibilidade do trabalho doméstico como o cuidado da casa e das crianças, que fica a cargo da mulher. Todos esses fatores, segundo Aguiar (2015), são indicações da vigência do patriarcado na sociedade contemporânea.

Segundo Dimen (1997), o patriarcado é em si, um sistema de dominação, mas difere dos demais sistemas de dominação, pois está diretamente relacionado

² O termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez, através da Marcela Lagarde, feminista e deputada federal mexicana, que o caracteriza como um conjunto de delitos, que ocorrem em um contexto de impunidade e conivência do Estado, que contemplam crimes e desaparecimentos de mulheres. (PASSINATO, 2011)

ao desejo, reduzindo-o ao sexo e depois definindo-o como nos termos politizados de gênero, tornando-o uma esfera privada.

A feminista Betty Friedman, em 1993, trouxe a luz de seus estudos, a situação de um silencioso sofrimento vivido pelas mulheres, no qual ela denominou de “problema que não tem nome”, que está caracterizado a um sentimento de ausência, onde as mulheres relatam que vivem projetos de outras pessoas. Não conseguindo situar-se em suas próprias histórias. Este sofrimento pode ser nomeado como patriarcado, que traz uma lógica entre o público e o privado, que confina a mulher à sua própria “natureza”, o que perpetua a diferença entre homens e mulheres, marcando a mulher em um contexto de submissão, desqualificação e desvalorização.

EROTIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO FEMININA

Simone de Beauvoir (2016, p. 11) quando afirmou, em 1949, que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” oferece uma pista para compreender a erotização e objetificação feminina enquanto dispositivos para reforçar o controle dos corpos femininos. Segundo a autora ser mulher não é uma prerrogativa biológica, mas uma construção social, que diz o lugar que a mulher deve ocupar na sociedade, bem como se vestir, se comportar, dentre outras normativas consideradas na sociedade patriarcal.

Para Heldman (2012), o conceito de objetificação sexual surgiu na década de 1970 e consiste em um processo no qual uma pessoa é tratada como objeto sexual. As consequências impostas pela objetificação dos corpos femininos é que as mulheres tendem a ver a si mesmas como objetos.

É no fluxo da cultura de massa que se desfecha o erotismo: não só os filmes, os comics, as revistas, os espetáculos estão cada vez mais apimentados com imagens eróticas, mas quotidianamente pernas levantadas, peitos estofados, cabeleiras escorridas, lábios entreabertos nos convidam a consumir cigarros, dentifrícios, sabões, bebidas gasosas, toda uma gama de mercadorias cuja finalidade não é, propriamente falando, erótica. (MORIN, 2002, p. 119)

O corpo feminino está em constante escrutínio perante a sociedade. As meninas aprendem desde cedo a fugir dos olhares masculinos, a cobrir seus corpos,

a não sentar no colo de homens, ou seja, são submetidas a uma série de regras, para preservar-lhes a inocência. Contudo, estas mesmas meninas estão diante de uma cultura que lhes apresentam um modelo estético de mulher, que para ser bela é preciso ter um corpo magro, curvilíneo, que tenham seios definidos, bumbum avantajado, barriga lisa (atualmente considerada barriga negativa), pernas longas e definidas. Os padrões de corpos apresentados são constantemente mostrados pela mídia através das novelas, campanhas publicitárias, mídia impressa e são consideradas como modelo de saúde. Padrões considerados inalcançáveis pela maioria das mulheres, o que as coloca em constante insatisfação com o próprio corpo. São corpos que estão constantemente expostos, oferecidos com e/ou como produtos pela publicidade. Imagens de corpos que reforçam as exigências estéticas, consideradas como ideal a ser alcançado pelas mulheres.

Figura 1 – Imagens extraídas de propagandas de cerveja



Fonte: <http://www.allbeers.com.br/2010/08/cerveja-mulheres-essa-combinacao.html>

Na figura 1 é possível perceber que a imagem da mulher utilizada para a venda de cervejas, consiste em um apelo de exposição e sensualidade do corpo feminino. A mídia, neste caso, explora o erotismo e a sedução corporal para despertar o desejo e conseqüentemente, o consumo do produto. Faz-se uma alusão de que se você consumir a cerveja você poderá ter acesso a este modelo de mulher erotizada.

Segundo Silva e Araújo (2017, p. 61):

As marcas de cerveja reforçam a ideia de que a mulher se coloca no espaço masculino para servi-lo. No geral, os homens em seus grupos de amigos são os protagonistas das propagandas, e a mulher, no geral, magra, com corpo bem definido, belas curvas, seios grandes, olhar fascinante, aparece para seduzir e servir aos desejos do homem.

As propagandas de cerveja contribuem, portanto, para a manutenção e perpetuação da imagem feminina como objeto sexual.

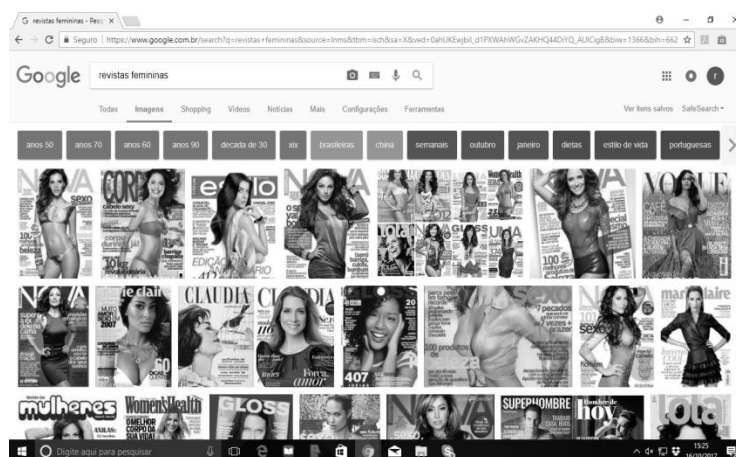
Figura 2 – Propaganda de uma revendedora de motos de Maceió-AL



Fonte: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2015/02/guest-post-reclamar-de-propaganda-nao-e.html>

O mesmo conceito estabelecido de objetificação do feminino utilizado pelas propagandas de cerveja, também é utilizado na venda de carros e motos. No caso da Figura 2, uma agência de motos de Maceió, no estado de Alagoas decidiu oferecer o emplacamento de graça, para as pessoas que adquirissem uma moto. Contudo, o conteúdo proposto no outdoor caracteriza uma mensagem sexista, machista e explicita o pensamento da sociedade patriarcal em colocar a mulher como objeto de troca.

Figura 3 – Imagens de site de busca com o tema: “revistas femininas”



Fonte: www.google.com.br/search?q=revistas+femininas&rlz=1C1NHXL_pt-

Figura 4 – Imagens em site de busca “revista masculinas”

A experiência feminina é posta de uma forma em que “a mente e corpo, a mente e a matéria, são associadas, e, juntos são explorados” (DIMEN, 1987, p. 45). Na perspectiva da erotização, ela não ocorre ao acaso, ao contrário ela enfatiza e atende a uma sociedade patriarcal, que objetifica a mulher através das mensagens expressas em seus veículos de comunicação. É buscando compreender os mecanismos de controle sobre os corpos femininos que as mulheres buscam resistir e enfrentar o sistema de dominação do patriarcado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma Figueiredo. Patriarcado. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela Nazareth. (Org). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

ANZALDÚA, Gloria (1987). Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionan. In:HOOKS, Bell. Otrasinapropiables.

BEAUVOIR, Simone. (2016) **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 3ed. Rio: Nova Fronteira. v.2. (Obra original publicada em 1949).

BORDO, Susan. O corpo e a Reprodução da Feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. (Orgs). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 20-41.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Editora UNESP, 1997.

DIMIAN, Muriel. Poder, Sexualidade e Intimidade. In: JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. (Orgs). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 42-61.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 10ª ed. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: O Cuidado de Si. Rio de Janeiro: Graal. 8ª ed.v. 3, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, v. 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e unir**. 20ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRIEDMAN, Betty. **A mística Feminina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1963/1971. Disponível em <<http://biblioteca-feminista.blogspot.com.br/2016/04/betty-friedan-mistica-feminina.html>>. Acesso 02 mar de 2018.

HELDMAN, Caroline. **Sexual Objectification**. Part 1: What is it? 2012. Disponível em: <https://drcarolineheldman.com/2012/07/02/sexual-objectification-part-1-what-is-it/>. Acesso em 03 de março de 2018.

LOURENÇO, A. C. S.; et al. A objetificação feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. In: **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste** – Vila Velha - ES – 22 a 24/05/2014.

PASSIANATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. nº 37. “Violência: Outros Olhares”, 2011: Campinas, Jul/Dez. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008. Acesso: 28 de mar de 2018.

SAFFIOTI, Heeieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Cleodete Mendes da; ARAÚJO, Cristina Batista. A mulher nas propagandas de cerveja: uma análise referencial. **Revista Arredia**, Dourados, MS: Editora UFGD, v.6, n.10, p. 58-74, jan./jun. 2017.

WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1991. p. 187-223.



O FEMINISMO NEGRO: desafios e construções

Andressa Ângela Siqueira¹

Resumo

Trata-se de um este estudo bibliográfico que busca entender a participação da mulher negra no movimento feminista, e a formação do movimento feminista negro. Abarca os conflitos existentes entre as mulheres brancas e negras no movimento feminista, causado pela desatenção as pautas ligadas ao racismo e ao classismo, e analisa a formação da identidade do feminismo negro, compreendendo que a diferença entre os sujeitos permeia a formação de cada individualidade. Desta forma, para o fortalecimento da luta feminista, as mulheres negras e brancas necessitam manter uma relação contínua, voltada para a superação das opressões socialmente reproduzidas.

Palavras-chave: Movimento feminista; Feminismo Negro; Diferença.

Resumen

Se trata de este estudio bibliográfico que busca entender La participación de La mujer negra em el movimiento feminista, y La formación Del movimiento feminista negro. Abarca los conflictos existentes entre lãs mujeres blancas y negras em El movimiento feminista, causado por La desatención a las pautas ligadas al racismo y al clasismo, y analizala formación de La identidaddel feminismo negro, comprendiendo que la diferencia entre los sujetos permeala formación de cada individualidad. De esta forma, para El fortalecimiento de la lucha feminista, lãs mujeres negras y blancas necesitan mantener una relación continuo, orientada haciala superación de lãs opresiones socialmente reproducidas.

Palabras clave: Movimiento feminista; Feminismo Negro; Diferencia.

¹ Acadêmica do 6º Período de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) Estagiária do Projeto de Extensão 'Observatório Empoderamento do Feminino'. E-mail: andressasiqueira1614@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se desenvolve para compreender quais os desafios encontrados pelas mulheres negras no movimento feminista. Por meio de um estudo bibliográfico e partindo de uma análise do movimento social de mulheres, procurar-se-á entender qual a participação da mulher negra nesta organização, assim como identificar quais são as balizas para a construção do movimento feminista de mulheres negras, tendo enfoque na construção do movimento feminista negro brasileiro.

O feminismo como movimento político passou por transformações ao longo do tempo, evidenciando alterações na abordagem das pautas defendidas pelas feministas. Sofrendo a influência dos contextos sociais, econômicos e políticos na esfera nacional e internacional, o movimento feminista se desenvolveu em meio a problemas políticos e sociais, principalmente no Brasil, que teve durante o período do regime militar uma efervescência na organização do movimento de mulheres.

Neste contexto de primeira onda do feminismo, as feministas brancas de classe média reivindicavam a igualdade de direitos para com os homens, demonstrando as opressões culturalmente reproduzidas pelas pessoas, que eram vivenciadas diariamente na sociedade, se centrando em suas ações e priorizando as próprias demandas nas suas abordagens. Neste mesmo momento, viram emergir um movimento organizado de mulheres negras, demandando o reconhecimento de suas pautas específicas e afirmando que as feministas brancas estavam desconsiderando as diversas discriminações enfrentadas por outras mulheres.

Neste ínterim, o movimento de mulheres negras se organiza no país a partir de 1980, evidenciando que as experiências adquiridas pelas mulheres negras, tanto no movimento feminista, como no Movimento Negro, com o enfrentamento das negligências de reconhecimento de suas especificidades, levou-lhes a optar pela estruturação de um movimento distinto. Sendo organizado no ano de 1988 em Valença (RJ), o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Assim, pretende-se analisar o processo de construção do movimento feminista e do movimento feminista negro no Brasil, com vistas a subsidiar uma maior compreensão acerca da interpretação da igualdade e da diferença no seio desses movimentos. Descortinando a realidade vivenciada pelas mulheres negras e

entendendo como as opressões de raça e classe se interligam com as questões de gênero, num processo que diferencia e aproxima as feministas negras e as feministas brancas, para perceber como ocorre a busca de autoafirmação nesses movimentos, ao mesmo tempo que procuram a autonomia de seus membros.

MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento feminista no Brasil se desenvolveu seguindo as premissas dos movimentos europeus e norte-americanos, mas abarcando as particularidades da realidade nacional. Ganhou maior força no início do século XX, ao demonstrar o descontentamento das mulheres de classe média com a negação de sua efetiva participação nos espaços políticos nacionais, desembocando posteriormente, numa presença mais expressiva das mulheres nos vários espaços sociais.

No livro “Reivindicação dos direitos da mulher”, Mary Wollstonecraft (2016) evidencia as condições de vida das mulheres europeias do século XIX, na qual eram totalmente excluídas da participação política, sendo relegadas a uma educação deficitária. Pela influência do cenário político de seu tempo, Wollstonecraft (2016) descortina a inquietação das mulheres de classe média, por serem consideradas sujeitos políticos, dignos de serem respeitados.

Neste período, precisamente a partir do século XIX, as mulheres brancas de classe média norte-americanas também passaram a reivindicar o direito ao voto. Onde, muitas das mulheres que participavam do movimento de abolição da escravidão se atentaram para suas opressões ao conviverem com sua exclusão dos espaços de fala nas reuniões do movimento de abolição. Com isso, passaram a se organizar para requerer participação na política, por meio do voto, realizando conferências e encontros para a articulação das mulheres, contando com a participação de algumas mulheres negras (DAVIS, 2013).

No Brasil, a reivindicação pelo direito de votar também foi à primeira pauta a ser colocada no espaço público pelas mulheres. A bióloga Bertha Lutz, foi a líder do movimento sufragista do país no início do século XX, após ter retornado de seus estudos na Europa em 1910, sendo uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização dedicada a luta pelo voto feminino. Neste

período as mulheres trabalhadoras também participaram da luta feminista, demonstrando a precariedade de suas funções (PINTO, 2010).

Em 1932, o direito de votar foi alcançado pelas mulheres, com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro. Mas neste mesmo período, a luta feminista perdeu força, na Europa, nos Estados Unidos, e no Brasil (PINTO, 2010). Deve-se perceber que neste contexto, grande parte das feministas eram mulheres brancas de classe média que procuravam obter igualdade perante os homens brancos, alegando que possuíam as mesmas capacidades para lidar com a política, mas que se centravam apenas nas desigualdades sexuais existentes entre homens e mulheres, não abordando as determinações de raça e classe na vida das mulheres.

Scott (2005) argumenta que indivíduos e grupos, que igualdade e diferença não são opostos, mas são categorias que mantêm uma relação de interdependência e que estão necessariamente em tensão. Quando o princípio da igualdade foi instituído como sendo geral na Revolução Francesa, parte da população não desfrutava dos direitos de igualdade, uma vez que, por terem algumas de suas características próprias, valoradas de modo negativo em comparação as características dos homens brancos, acabavam por ter a impossibilidade de efetivar o exercício da cidadania.

Naquele período, as diferenças de cor, riqueza e gênero eram levadas em consideração para excluir um grupo social da participação política. Os homens brancos, por sua vez, eram considerados indivíduos por serem classificados capazes de transcender o sexo, enquanto que as mulheres não poderiam deixar de serem mulheres, e por isso não possuíam o status de indivíduo (SCOTT, 2005). Assim, a condição sexual das mulheres era vista como uma diferença determinante para efetivar sua exclusão da política e do direito de cidadania, tornando-se o ponto principal de contestação das mulheres brancas de classe média.

Scott (2005) afirma que nos argumentos utilizados, a igualdade pertence a indivíduos e a exclusão a grupos, em que, a desigualdade perante aos homens era ocasionada pelo fato das mulheres pertencerem a uma categoria com características específicas. Logo, as feministas agiam como grupo em seu movimento organizado,

para alcançar uma igualdade de direitos que conferiria cidadania a cada mulher em sua individualidade, lhes possibilitando o direito ao voto.

Já nos anos de 1960, o feminismo aparece como um movimento libertário, que além de querer espaço para a mulher no mercado de trabalho, na vida pública, e na educação, passou a lutar por uma mudança no relacionamento entre homens e mulheres, ponto em questão o direito da mulher de ter liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010). Tendo como pautas principais as questões que estão ligadas ao corpo, as feministas brancas de classe média não enfatizavam as pautas ligadas a classe e a raça, mesmo havendo heterogeneidade na base do movimento.

No Brasil, em contexto de ditadura militar, as mulheres chamaram a atenção para a violência doméstica, ao fazerem uma ligação com as violências sofridas pelas pessoas no regime. Essas mulheres de classe média e da classe trabalhadora saíam nas ruas para demonstrar as desigualdades de sexo vividas por elas e começaram a participar dos grupos recém criados nos bairros, nas comunidades periféricas, nas organizações da igreja, nas associações da vizinhança, e partidos políticos, abordando as questões que estavam presentes no seu cotidiano (SOARES, 1994).

Grande parte dessas mulheres estavam presentes nas lutas dos partidos de esquerda pela redemocratização do país, formando um feminismo que continha a maioria das participantes atuando nesses grupos. O dia Internacional da Mulher (8 de março), passou a ser uma importante data de articulação e de organização dos fóruns feministas nos diferentes espaços. Nos encontros nacionais de mulheres ocorreram conflitos derivados da heterogeneidade de participantes, num processo que abriu caminho para as mulheres negras demonstrarem suas demandas, que explicitavam as questões da classe e da raça (SOARES, 1994).

Desta forma, a construção do movimento feminista ocorreu primeiramente pela reivindicação do direito de votar das mulheres, uma vez que, eram impedidas de fazê-lo por suas características sexuais. Com a retomada no movimento feminista na década de 1960, a liberdade de escolha sobre o corpo ganhou força. Mas em meio a estas lutas, as determinações para além das diferenças sexuais que recaíam sobre as mulheres foram deixadas em segundo plano, exprimindo uma escassa

atenção a mulher negra e as suas reivindicações ligadas às desigualdades raciais e sociais.

MULHERES NEGRAS E FEMINISMO

Num contexto social marcado por opressões, às mulheres negras possuíam diferentes especificidades com relação às mulheres brancas de classe média. Sendo que, a participação das mulheres negras no movimento feminista aumentou com o tempo, visto que estas se atentavam para suas opressões de gênero. Porém, quando as feministas brancas praticavam racismo, reproduzindo ideologias socialmente produzidas, as feministas negras tinham que conviver com as discriminações raciais dentro do movimento, percebendo que suas pautas específicas ligadas ao racismo eram pouco abordadas.

Hooks (2004) analisa os estudos de algumas teóricas feministas, alegando que essas autoras abordaram apenas a condição da mulher branca de classe média e se esqueciam dos problemas de classe e raça vivenciados por outras mulheres. As feministas brancas usavam seus exemplos de vida como se fossem capazes de descrever a condição feminina em todas as esferas da vida. Deixavam claro que a realidade da mulher era a mesma independente do lugar, ignorando os conflitos de raça e de classe que incidiam sobre a vida das mulheres.

Enquanto que as mulheres brancas eram designadas como boas mães e donas de casa, as mulheres negras trabalhavam nos campos desempenhando as mesmas funções que os homens. Convivendo com o marcador social da raça, essas mulheres percebiam a condição feminina como um agravante para sua exploração, por estarem a mercê da violação de seus senhores (DAVIS, 2013). Deste modo, as diferenças entre as mulheres, que são perceptíveis, não eram consideradas pelas autoras feministas em seus estudos.

No Brasil, durante a escravidão o fato da mulher negra ser requisitada para amamentar os filhos de seus senhores, fazia com que seus próprios filhos ficassem em segundo plano. Sendo que, pela organização da escravidão, a família escrava se estendia para além da família nuclear burguesa da época (GIACOMINI, 1988). Assim, percebe-se uma realidade difícil e marcada tanto pelas discriminações de

gênero, como pela condição determinante de raça, que aprisionava as mulheres negras num regime de escravidão opressor.

Com a abolição, as mulheres negras continuaram a desempenhar quase que as mesmas funções que exerciam na escravidão para garantir a sobrevivência. Continuaram a trabalhar e a cuidar dos filhos sozinhas, “por meio do trabalho doméstico, da culinária e dos mais variados biscates, as mulheres conseguiam garantir, mesmo que em bases precárias, o sustento dos seus” (VELLOSO, 1990, p. 211).

No capitalismo o patriarcado limita a conduta das mulheres em algumas áreas, porém, em outros locais possuem maior liberdade, com poder de realizar várias atividades sem restrições, levando algumas mulheres a desconhecem os espaços de discriminação sexista. Sendo que algumas feministas brancas não reconheciam a diferença de status social que existia entre elas e outras mulheres (HOOKS, 2014). Em que, as especificidades das outras mulheres, marcadas por diferenciações culturais, geravam opressões classistas e racistas desconhecidas por algumas feministas.

Neste cenário, as mulheres brancas se colocaram como defensoras da igualdade perante os sexos, lutando pela transformação social, mas quando se tratava das mulheres negras no movimento feminista, não ocorria articulação entre os dois grupos. O problema estava no fato de que as mulheres brancas agiam como se somente suas pautas fossem plausíveis de serem debatidas e alcançadas, não considerando as reivindicações das mulheres negras sobre suas diferenças (HOOKS, 2014).

Hooks (2014) afirma que como as mulheres brancas de classe média estavam em uma estrutura social que lhes privilegiada nas relações de raça e classe, conviviam com um distanciamento da realidade opressiva das mulheres negras. Logo, quando as mulheres negras deflagravam os problemas que lhes cercavam no cotidiano, pleiteando reconhecimento de suas especificidades por parte das feministas, enfrentavam a divergência de interpretação do que era mais importante a ser frisado no movimento.

Por conseguinte, a relação entre as mulheres negras e brancas era conflituosa, já que o racismo presente na sociedade era reproduzido pelas

feministas, impossibilitando que percebessem a importância de se lidar com os marcadores sociais de raça. Posto que, as feministas se centravam no debate de gênero e deixavam as demais desigualdades em segundo plano (HOOKS, 2004).

Hooks (2004) mostra que quando as mulheres negras adentraram na academia foram vistas como meras imitadoras das mulheres brancas. Suas ideias eram aceitas somente quando reforçavam o pensamento dominante, e nos momentos que contestavam alguma coisa eram duramente reprimidas. Conseqüentemente, a relação entre as mulheres negras e as mulheres brancas se fragilizava ao ponto de algumas mulheres negras optarem por criar seu próprio movimento feminista.

Desta forma, as diferenças de raça e classe presentes nas relações sociais e práticas culturais, não foram superadas no movimento feminista, acarretando na perpetuação das hierarquias raciais que privilegiavam as pessoas brancas, detentoras de maior status social. Logo, as mulheres negras se viram relegadas ao segundo plano, enfrentando o racismo vindo das mulheres brancas de classe média, e por este motivo, decidiram por criar as bases para a formação do movimento feminista de mulheres negras.

FEMINISMO NEGRO

O feminismo negro surgiu como resposta aos conflitos existentes entre as mulheres negras e as mulheres brancas, ocasionados pela desconsideração das questões raciais que incidem sobre a vida das mulheres. A negligência das mulheres brancas de classe média para com as pautas levantadas pelas mulheres negras sobre a questão do racismo, levou a realização no Brasil na década de 1980 o primeiro Encontro Nacional de mulheres negras, demarcando a busca por uma identidade comum entre essas mulheres, partindo da abordagem ligada ao sexismo e ao racismo.

Para algumas mulheres negras, o movimento feminista era tratado como um movimento irrelevante frente às suas opressões raciais. Visto que, devido o contexto histórico de opressão dos negros, a mulher negra centrava sua atenção e sua luta política para a superação das desigualdades raciais, mesmo que entendesse que as opressões de sexo também precisavam ser suplantadas (HOOKS, 2014).

Para Hooks (2014) a organização das mulheres negras em um movimento distinto nos Estados Unidos foi uma resposta ao racismo branco vivenciado nos grupos feministas, nos quais algumas mulheres negras decidiram por participar. Por isso, foram criados grupos separados de 'feministas negras', de modo que elas acabaram reproduzindo o racismo de que eram vítimas ao excluir as mulheres brancas de suas organizações.

Considerando a realidade brasileira, a participação das mulheres negras em movimentos políticos está caracterizada pela subalternização de suas especificidades. No movimento feminista havia o enfoque nas pautas das mulheres brancas e ausência de estudos sobre o racismo, bem como, no movimento negro, as questões que demandam a análise de gênero eram pouco praticadas, tendo em vista o caráter de reprodução do sexismo pelos homens do movimento (RIBEIRO, 1995).

A partir de 1980 as mulheres negras começaram a se munir com maior conhecimento teórico produzido pelas feministas, para entender ainda mais sobre as particularidades de suas experiências. No processo da III Conferência Mundial das Mulheres ocorrido em 1985 em Nairóbi, o Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) teve a iniciativa de produzir um diagnóstico sobre as condições de vida da mulher no país, incluindo o estudo 'Mulher Negra' construído por Sueli Carneiro e Thereza Santos (RIBEIRO, 1995). Sendo que, este estudo possibilitou uma maior compreensão da realidade da mulher negra e dos desafios para construção de sua identidade.

Enquanto que a mulher branca buscava construir uma identidade comum a todas as mulheres, concentrando-se nos estudos de gênero, as mulheres negras lidavam com a construção de uma identidade não essencializada, a partir da imbricação dos demarcadores sociais de raça e gênero. Em que, a constituição do feminismo negro ocorreu logo após a destituição da busca de uma identidade homogênea das mulheres negras, uma vez que foram identificadas as diferenças de geração, espaço, escolaridade, renda, sexualidade e outras entre essas mulheres (MOREIRA, 2007).

Com isso, abarcando as diferenças entre as mulheres negras, o feminismo negro se confrontava com as questões de reconhecimento do grupo e da

conscientização das particularidades de seus membros para que todos fossem ouvidos. Um grande marco para o feminismo negro foi à realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença (RJ), no ano de 1988, com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país, representando diferentes setores e experiências organizativas (RIBEIRO, 1995).

A partir desse encontro, a organização de mulheres negras obteve maior articulação entre seus membros, desembocando na organização de novos eventos. Onde, a compreensão das questões ligadas ao grupo foram debatidas para se chegar ao ponto chave de abordagem do movimento, frisando as questões de gênero, raça e classe social (RIBEIRO, 1995). Com isso, a formação da identidade da mulher negra estava ligada ao reconhecimento das interligações sócio-culturais de grupos distintos, tornando-a única e singular nas relações de classe, raça e gênero.

Partindo da premissa de que na sociedade os indivíduos não são iguais e a desigualdade está presente nas diferenças presumidas entre eles. Essas diferenças não são singularmente individualizadas, mas interpretadas como sendo categóricas, e a identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas de raça, de gênero, de etnicidade, e outros (SCOOT, 2005). Percebe-se que a mulher negra possui os marcadores de mais de um grupo social e que convive com as discriminações provenientes do reconhecimento de suas diferenças em relação ao homem branco europeu.

Assim, a mulher negra não se resume a apenas um grupo, mas possui sua identidade especificamente moldada na sociedade, de tal forma que a sua imagem e culturalmente ligada ao serviço doméstico. Ela está extremamente naturalizada como a doméstica, ocupação que geralmente é destinada a mulheres, negros e mulheres negras, a ponto de muitas mulheres negras de classe média serem confundidas com empregadas domésticas quando estão em casa ou indo para ela (GONZÁLES, 1984).

Mesmo que as mulheres compartilhem de várias experiências, os significados específicos presentes em discursos de diferentes 'feminilidades' que representam trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais e históricas diferentes, lhes tornam sujeitos que possuem condições sociais específicas (BRAH,

2006). Logo, a própria organização de mulheres negras identifica que existem diferenças entre as mulheres negras, assim como coexiste distinções entre as mulheres negras e mulheres brancas.

Desta forma, Brah (2006, p. 357) afirma que “o sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do ‘negro’ como cor política”, ao mesmo tempo questiona seriamente qualquer noção essencialista de ‘mulher’. Por isso, a incorporação de uma nova perspectiva sobre os sujeitos, fez com que os conceitos de identidade deixassem de ser tratados como significados rígidos, abrindo caminho para o cruzamento de categorias e para a compreensão das singularidades da mulher negra.

A diferença é instituída nas relações sociais, em âmbito macro e micro estrutural. A experiência adquirida por cada pessoa na sociedade se faz lugar de formação do sujeito, em que respostas diferentes são construídas sobre influência de parâmetros políticos, econômicos e culturais. Assim, a interpretação de um mesmo dado possui variação a depender da experiência dos sujeitos. Da mesma forma, as histórias coletivas também são culturalmente construídas no processo de dar significado à vida (BRAH, 2006).

Em função disso, a forma que a mulher negra é interpretada na sociedade está permeada por determinações de raça, de gênero e de classe. O fato de ser vista como a mulata, que possui um corpo atraente no Carnaval, e ser tratada como empregada doméstica que está a disposição para servir, demonstra como foi culturalmente naturalizado na sociedade brasileira os papéis sociais que são destinados a mulher negra (GONZÁLES, 1984).

Levando em consideração que a identidade não é fixa ou regular, depende das influências que o sujeito recebe e da forma como sua subjetividade responde a essas realidades sociais, as identidades coletivas não são redutíveis à soma da identidade individual de cada grupo. Dado que identidade coletiva é o processo de significação de experiências comuns em um eixo significativo diferenciado e específico (BRAH, 2006). A identidade da mulher negra e do feminismo negro está sobre a influência dessas múltiplas determinações, que se sucedem na sociedade,

valorando de formas variadas as particularidades dos sujeitos a depender do modo de interpretação e das influências societárias.

Sendo um desafio construir uma identidade de grupo que abarque as diversas especificidades e subjetividades construídas pela mulher negra em sua individualidade. Percebendo que as diferenças sociais que afastaram as mulheres negras do movimento feminista branco, devem ser enfrentadas e superadas no feminismo e no feminismo negro, as mulheres negras precisam realizar análises contundentes das particularidades de cada mulher, deixando de reproduzir opressões e reconhecendo de forma positiva as diferenças entre os indivíduos.

Desta forma, a criação do feminismo negro demonstrou a articulação e organização política das mulheres em torno de seus interesses. Assim como, evidenciou que as singularidades dos sujeitos estão presentes em qualquer movimento social. Por isso, as diferenças entre mulheres negras e brancas não deve ser motivo de afastamento, mas sim de união entre os movimentos, posto que, buscam a superação das opressões sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista teve como principais líderes as mulheres brancas de classe média, que começaram a se organizarem para reivindicar a participação política das mulheres em diferentes contextos nacionais e internacionais. Na Europa e nos Estados Unidos, a luta pela igualdade na política se iniciou no decorrer do século XIX, já no Brasil, devido às particularidades do contexto nacional, as primeiras organizações feministas se iniciaram no início do século XX (PINTO).

Devido a particularidade da mulher negra com relação às discriminações de raça e classe, quando estas se propuseram a participar do feminismo para lutar contra suas opressões, tiveram que enfrentar o racismo das mulheres brancas. Sendo que, as feministas brancas pregavam uma opressão comum do sexo entre as mulheres e não consideravam que a rejeição racial possuía a mesma importância que a diferenciação de gênero (HOOKS, 2004).

Por serem marginalizadas no movimento feminista, as mulheres negras criaram o movimento feminista negro para discutirem suas pautas específicas,

considerando as influências da raça e da classe em suas vidas. Onde, na década de 1980, foi organizado no Brasil, o primeiro Encontro Nacional de mulheres Negras, com a participação de mulheres de vários estados e participantes de diversas áreas de atuação, demonstrando a articulação das mulheres negras para criar uma identidade para o grupo (MOREIRA, 2007).

Na busca de uma identidade para o feminismo negro, percebeu-se que a diferença entre as mulheres negras era parte integrante do processo de identificação, haja vista que a multiplicidade de determinações que recaiam sobre o sujeito, lhe conferia características particulares. Ou seja, as especificidades de cada indivíduo, de cada mulher negra, tornava suas experiências e, por conseguinte, sua identidade singular frente as demais.

Assim, não tendo o feminismo negro o desejo de homogeneizar as características de seus membros, mas possuindo o caráter de aceitação das diferenças ao considerar as determinações macro e micro estruturais. Enfrenta uma sociedade racista, sexista e classista, que faz com que as mulheres negras sejam sujeitos únicos nas relações sociais que convivem com a imbricação de várias desigualdades socialmente construídas e perpetuadas.

Desta forma, assim como o feminismo negro aceitou as diferentes identidades, é preciso, que o feminismo como movimento social não reproduza as discriminações, existentes na sociedade. Mas que possa haver uma ligação e interconexão entre as mulheres negras e brancas para o fortalecimento da luta feminista.

REFERÊNCIAS

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006. p.329-376.

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Portugal, Plataforma Gueto, 2013.

GONZÁLES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**: Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

HOOKS, Bell. **Mujeres negras**: Dar forma a lateoría feminista; In: Otrasinapropiables. Traficantes de Sueños, 1ª ed., Madrid, 2004.

MOREIRA, Núbia Regina. **Feminismo Negro Brasileiro**: igualdade, diferença e representação. 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu/MG, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**. v. 18, n. 36, jun. 2010. p. 15-23.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga A Beijing. **Estudos Feministas**. ano 3, nº 2, 1995. p. 446-457.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. p. 11-30.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**. Ano 2, 2ª semestre, 1994. p. 11-24.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. p.207-228.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Boitempo, 1 Ed. São Paulo, 2016.



A MULHER TRANS COMO PONTO DE CONVERGÊNCIA ENTRE O MOVIMENTO FEMINISTA E O MOVIMENTO LGBT

Larissa Noronha Chaves¹

Resumo

O artigo se propõe a estudar as semelhanças entre as lutas do movimento feminista e do movimento LGBT. A análise se pauta na investigação histórica e as bandeiras de cada um dos movimentos. Busca identificar os conceitos de gênero e patriarcado para orientar o estudo baseado nas mulheres trans.

Palavras-chave: Movimento feminista; Movimento LGBT; Gênero; Patriarcado; Mulher trans.

Abstract

The article proposes to study the similarities between the struggles of the feminist movement and the LGBT movement. The analysis is based on historical research and the flags of each of the movements. It seeks to identify the concepts of gender and patriarchy to guide the study based on trans women.

Keywords: Feminist movement; LGBT movement; Genre; Patriarchate; Trans woman.

¹ Advogada, graduada pelas Faculdades Santo Agostinho (FADISA). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto ElpídioDonizetti. Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Participante do Grupo de estudos do Projeto de Extensão Observatório Empoderamento do Feminino da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
E-mail: larissanchaves@gmail.com

INTRODUÇÃO

A proposta de estudar as semelhanças entre os movimentos feminista e o movimento LGBT traduz a bandeira maior do feminismo, igualdade. Equiparar as lutas feministas e compreender as relações entre os enfrentamentos da mulher trans, assume importante papel na eliminação de desigualdades dentro do próprio movimento feminista. É preciso compreender as diferenças, sem fragmentar o movimento de forma que abranger um de seus braços não signifique discriminar outro. Traçar parâmetros, agregar as diferenças é proporcionar soluções aos embates.

A discussão sobre o patriarcado e gênero, por exemplo, contribui para a convergência entre as mulheres segregadas por raças, classes, etnias e ideologia de gênero. O estudo pretende contribuir com a compreensão das distinções, mas sem que haja fragmentação prejudicial aos movimentos. A união entre o movimento LGBT e o movimento feminista são de extrema relevância para êxito das pautas propostas.

O método utilizado para elaboração deste trabalho é a revisão bibliográfica, pautada em estudiosos que abordam o tema. O texto se divide em três partes. A primeira trata das definições de gênero e patriarcado. A segunda parte consiste na compreensão da história e das lutas do movimento feminista. Na terceira parte pontua-se a história e as bandeiras levantadas pelo movimento LGBT.

GÊNERO E PATRIARCADO

Cumpra a este trabalho, antes de discorrer sobre os movimentos, tratar, de forma breve, sobre as definições de gênero e patriarcado. De acordo com Scott (1989), a definição de gênero na gramática é a forma de classificar o sistema de distinções socialmente acordado, mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Ressalta ainda, o fato de as classificações sugerirem uma relação entre categorias que permitiria distinções ou agrupamentos separados.

Ocorre que a definição do termo é controversa do ponto de vista de distinção de gêneros em função das características biológicas ou decorrentes da construção histórica social, por exemplo; pois essa separação não atende toda a coletividade.

Sobre a questão, Scott (1989) dispõe:

Mais recentemente – recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. A relação com a gramática é ao mesmo tempo explícita e cheia de possibilidades inexploradas. Explícita, porque o uso gramatical implica em regras formais que decorrem da designação de masculino ou feminino; cheia de possibilidades inexploradas, porque em vários idiomas indoeuropeus existe uma terceira categoria – o sexo indefinido ou neutro. (SCOTT, 1989, p.2-3)

A definição binária de gênero, utilizada para definir a organização social, como propôs Scott (1989), é a maneira utilizada pelas feministas para se reafirmarem enquanto mulheres e sujeitos de direito, já que toda a organização jurídica e social é construída sobre essa base.

As diversas concepções de gênero são definidas por Saffioti (2011) da seguinte forma:

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2011, p.45)

A autora elenca diversas categorias para a investigação de gênero buscando abranger o maior número de indivíduos possíveis, não se limitando a definição da construção social decorrente do sexo biológico.

Em relação às definições de patriarcado, a definição de Saffioti (2011, p. 44), de que o patriarcado “é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens” é a definição mais simples e autoexplicativa do próprio termo.

A hierarquia decorrente da exploração e de certo modo apropriação da mulher é decorrente da construção social de que os homens possuem direito natural sobre as mulheres, conferindo a elas uma situação de submissão naturalizada historicamente.

A construção social de que há hierarquia entre os gêneros é a base da sociedade patriarcal e dos abusos contra as mulheres, justificando a exploração e apropriação do feminino.

O MOVIMENTO FEMINISTA

Em resposta aos abusos da sociedade patriarcal, surge o movimento feminista, que propõe criar uma rede de ajuda e proteção à mulher em situação de desigualdade.

O feminismo foi definido por Scott (2005, p. 21), como “um protesto contra a exclusão das mulheres na política; seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política”. Ocorre que, apesar de o feminismo pautar uma igualdade de gêneros, seu foco são as questões da mulher.

É um conceito histórico de construções e lutas por liberdade e superação das desigualdades em busca de uma sociedade solidária, para compreender a trajetória do movimento no Brasil, deve-se conhecer brevemente sua história.

A trajetória do movimento feminista no Brasil a partir dos anos 70, após a ditadura militar, rompeu com a tradição na qual as mulheres manifestavam publicamente apenas os valores conservadores, como na Marcha da Família com Deus e a Propriedade, que precedeu ao golpe militar (SOARES, 1994). A mulher brasileira, posterior à ditadura, denuncia as desigualdades e luta por seus direitos e necessidades.

As mulheres brasileiras exiladas começaram, nessa época a se identificar com o feminismo estrangeiro, conforme Pinto (2010):

Enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, as exiladas, principalmente em Paris, entravam em contato com o feminismo europeu e começavam a reunir-se, apesar da grande oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que viam o feminismo como um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo. A Carta Política, lançada pelo Círculo da Mulher em Paris, em 1976 dá uma medida muito boa da difícil situação em que estas mulheres encontravam-se: "Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista" (PINTO, 2003, p. 54). (PINTO, 2010, p. 17).

O movimento de mulheres, segundo Soares (1994) se mostrou heterogêneo e trouxe à cena política mulheres diversas, influenciadas pelo feminismo que ressurgia no período. O feminismo do início do século XX era pautado na conquista do voto e direito à educação.

Ainda de acordo com a autora:

O movimento feminista que reapareceu no Brasil a partir de meados dos anos 70 teve algumas características dos movimentos que surgiram na Europa e Estados Unidos nos anos 60. No entanto, as condições políticas locais, dadas pelas peculiaridades da primeira fase do governo militar, não deram lugar à emergência de um movimento de liberação radicalizado como os que mobilizaram mulheres da mesma geração e camada social naquelas sociedades, mulheres com trajetórias e questionamentos "identitários" semelhantes aos de muitas jovens brasileiras. (SOARES, 1994, p. 13)

Apesar da grande influência da Europa e dos Estados Unidos no movimento feminista brasileiro, o Brasil, pelas condições políticas distintas, decorrentes do contexto histórico de colonização e exploração, não abriu espaço para a chegada do feminismo nos moldes daquelas sociedades.

Essa mesma situação política brasileira, segundo Soares (1994, p. 13) propiciou "a emergência do feminismo no seio das militantes dos partidos de esquerda e de mulheres engajadas na luta pela restituição da democracia no país."

O ano de 1975, eleito pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), como o ano internacional da mulher, foi o ano em que várias organizações feministas tomaram forma e vários jornais feministas apareceram. Os grupos feministas da

década de 70 tinham como compromisso inicial a luta pela igualdade das mulheres, a abertura democrática e a anistia (SOARES, 1994).

Naquele ano, aconteceu no Brasil a semana intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. Na oportunidade, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que teve papel relevante na luta pela anistia, em 1979 (PINTO, 2010).

Segundo Soares (1994), o feminismo aumentou os temas dos movimentos de mulheres, que posteriormente foram incorporados pelos partidos políticos, como os direitos sexuais e reprodutivos, questões como o aborto e a violência doméstica, principalmente após a redemocratização em 1980.

O movimento feminista é uma expressão do movimento de mulheres, de acordo com Soares (1994, p.15): “as feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí articulam-se com as outras vertentes do movimento de mulheres.”.

De acordo com Pinto (2010), a partir de 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de luta pelos direitos das mulheres. A agenda feminista passou a tratar de temas como a violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo e orientações sexuais.

Pinto (2010, p. 17) assevera ainda, que “o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados.”.

Ainda hoje, a militância feminista segue buscando afirmar os direitos das mulheres, as pautas de igualdade e o combate ao patriarcado.

Sobre a luta contra o patriarcado, Saffioti (2011) disciplina que:

Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal. Do ângulo quantitativo, portanto, que é o indicado pela palavra usada por Johnson (larger), o patriarcado é, nas sociedades ocidentais urbano-industriais informacionais, o mais abrangente. Da perspectiva qualitativa, a invasão por parte desta organização social de gênero é total. Tomem-se, por exemplo, as religiões. Estão inteiramente perpassadas pela estrutura de poder patriarcal. A recusa da utilização do conceito de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominação grasse e encontre formas e meios mais insidiosos de se expressar. Enfim, ganha terreno e se torna invisível. Mais do que isto: é veementemente negado, levando a atenção de seus participantes para outras direções. Cumpre, pois, um desserviço a ambas as categorias de sexo, mas, seguramente, mais ainda à das mulheres. (SAFFIOTI, 2011, p. 122-123).

Por fim, cumpre salientar que, diferentemente do que os historiadores sociais propunham, as mulheres não são uma categoria homogênea, pois de acordo com Soihet (1997, p. 96), os historiadores categorizavam as mulheres como “pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava.”.

Essa leitura foi importante para firmar a identidade coletiva do movimento, mas há de se considerar a fragmentação por classes, raças, etnias e orientações sexuais. A luta contra as desigualdades é a pauta feminista e se estende a toda sociedade, inclusive a comunidade LGBT, mas devem-se considerar as particularidades de cada movimento.

O MOVIMENTO LGBT

O enfrentamento das mulheres ao patriarcado se estende às mulheres transexuais, cujas pautas de luta se assemelham e convergem em muito com as questões feministas, em função da identidade de gênero.

O período de 60 e 70 foi marcado por intensas mudanças no Brasil, conforme Facchini (2013, p.165):

Esse período está relacionado a um conjunto de eventos históricos e movimentos sociais nos quais despontaram sensibilidades gestadas a partir de novas formas de entender o poder e a política. A luta contra o colonialismo e o nascimento, em várias partes do mundo, do movimento pelos direitos civis, dos movimentos ecológicos e pacifistas e, em especial, a emergência da contracultura e das reivindicações políticas e epistemológicas dos movimentos feministas e homossexuais possibilitaram o engendramento de novas práticas, ferramentas conceituais, sistemas de conhecimento, saberes científicos e linguagens jurídicas que modificaram as maneiras de viver, conceber e entender as relações antes restritas ao mundo privado e da intimidade. (FACCHINI, 2013, P.165).

O movimento LGBT, assim como o feminismo no Brasil, começa a se desenvolver a partir da década de 70, junto com o aparecimento dos jornais *Lampião da Esquina* e *Chana com Chana*, nos mesmos termos do ressurgimento do feminismo na época.

De acordo com Ferraz (2017), O *Lampião da Esquina* foi fundado em 1978 e era abertamente homossexual, frequentemente denunciava a violência contra os LGBTs. Em 1981, um grupo de lésbicas fundou o *ChanacomChana*, que era comercializado no *Ferro's Bar*, frequentado por lésbicas. Os donos do bar não aprovavam a venda e, em 1983, expulsaram as mulheres de lá. Então, em 19 de agosto do mesmo ano, lésbicas, feministas e ativistas LGBTs se reuniram no *Ferro's*, onde fizeram um ato político que resultou no fim da proibição da venda do jornal. Este episódio ficou conhecido como o “**Stonewall brasileiro**” e, por causa dele, a data é comemorada como o **Dia do Orgulho Lésbico** em São Paulo.

Ferraz (2017) afirma ainda que:

Na década de 80, a comunidade LGBT sofreu um grande golpe. No mundo todo, uma epidemia do vírus HIV matou muitos LGBTs e alterou significativamente as organizações políticas do movimento. A síndrome trouxe de novo um estigma para a comunidade, agora vista como portadora e transmissora de uma doença incurável, à época chamada de “câncer gay”. As consequências dessa crise são sentidas até hoje.

O movimento feminista e o movimento homossexual da década, que hoje é conhecido como movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) questionaram a naturalização e patologização de papéis de gênero e de condutas sexuais. (FACCHINI, 2013, P.165).

Surgem novos de prazeres e corpos, novas moralidades sexuais, novas noções jurídicas, como os direitos reprodutivos e sexuais. O sujeito agora é

valorizado pela autonomia de sua vontade e liberdade individuais (FACCHINI, 2013, p.166). Facchini (2013, p. 166) dispõe ainda, que os ideais de responsabilidade, respeito, consentimento e igualdade são as condições para o estabelecimento de parcerias afetivo-sexuais e para a sexualidade.

Facchini (2013) define o real objetivo da patologização da sexualidade como um fenômeno social, forma de demonstração de poder e apropriação:

(...)as formas contemporâneas de medicalização e de patologização da sexualidade e da diferença sexual envolvem simultaneamente a reconfiguração da vida erótica, o controle social, a disputa por discursos considerados legítimos, a produção, a proliferação e a politização de identidades, sujeitos e subjetividades, além de estarem inseridas em processos e projetos amplos e complexos de modernidade e globalização. (FACCHINI, 2013, P.166).

A partir do século XXI, a antropologia começa a estudar as homossexualidades masculinas, incluindo variações sexuais e de gênero, intensificando os estudos sobre a homossexualidade feminina e as variações de gênero (travestis, crossdressers, transexuais, intersex) (FACCHINI, 2013, p. 166).

A ONU e a Anistia Internacional adotam a sigla “LGBT” (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). Dentro do movimento propriamente dito, as siglas podem variar, atualmente, a versão mais completa da sigla é LGBTPQIA+. A representação da sigla é: L: Lésbicas, G: Gays, B: Bissexuais, T: Travestis, Transexuais e transgêneros, P: Pansexuais, Q: Queer, I: Intersex, A: Assexuais, +: Sinal utilizado para incluir pessoas que não se sintam representadas por nenhuma das outras sete letras (FERRAZ, 2017).

As principais bandeiras do movimento, na atualidade, de acordo com Ferraz (2017) são: a criminalização da homo-lesbo-bi-transfobia; fim da criminalização da homossexualidade (e conseqüentemente das punições previstas pelas leis que criminalizam a prática); reconhecimento da identidade de gênero (que inclui a questão do nome social); despatologização das identidades trans; fim da “cura gay”; casamento civil igualitário; permissão de adoção para casais homo-afetivos; laicidade do Estado e o fim da influência da religião na política; leis e políticas públicas que garantam o fim da discriminação em lugares públicos, como escolas e

empresas; fim da estereotipação da comunidade LGBT na mídia (jornais e entretenimento), assim como real representatividade nela.

Recente e relevante conquista do movimento aconteceu em 01 de março de 2018, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, ao reconhecer que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia. A partir da decisão, o interessado na troca poderá se dirigir diretamente a um cartório e solicitar a mudança, não precisará comprovar sua identidade psicossocial, que deverá ser atestada por autodeclaração.

Pauta comum aos movimentos feminista e LGTB são as questões referentes às mulheres transexuais, definida por Jesus (2012, p. 8) como “toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher.”.

O que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico. Assim, muitas pessoas que hoje se consideram travestis seriam, em teoria, transexuais. (JESUS, 2012, p. 8).

Mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos socialmente definidos como femininos, e devem ser tratadas como mulheres que são. Ao tratar de transexuais e travestis a atenção abre para além das relações entre gênero e sexualidade abrangendo questões de classe, geração, regionalidade e raça.

Mulheres trans, se enquadram tanto nas pautas do movimento LGBT quanto do movimento feminista, e sofrem igualmente as pressões do patriarcado com a violência de gênero, violência contra a mulher, por conseguinte contra as mulheres transexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, cumpre ressaltar que não se busca com o presente estudo deturpar o "lugar da fala" das mulheres trans, mas sim trazer a tona um debate de suma importância. Investigar o modo como se constroem e institucionalizam as diferenças e as desigualdades, com fins à exclusão do sexismo, do racismo, da homofobia e do neocolonialismo.

A mulher sempre foi alvo de controle e apropriação, vítima de violência em razão do gênero. As mulheres trans sofrem para além dessa questão, pois estão abrangidas no movimento LGBT e no movimento feminista, dessa forma, compartilha das lutas e das dificuldades de ambos os “segmentos”.

Vítima do discurso misógino e heteronormativo em relação ao feminino trans, as mulheres trans devem buscar pautas comuns de luta e resistência. Propor militância e denunciar qualquer tipo de abuso.

O movimento feminista deve abranger essa vertente em seu conjunto, sem desfragmentar a luta, pelo contrário, alcançando também as pautas LGBT, já que o princípio do feminismo é a promoção de igualdade entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Mário. CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. In: **Sexualidad, Salud e Sociedad**, Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / N.14, ago. 2014. p. 319-351. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n14/a15n14.pdf>> Acesso em 13 de março de 2018.

FACCHINI, Regina. FERREIRA, Carolina B. de Castro. Medicalização, sexualidade e gênero: sujeitos e agenciamentos. In: **Sexualidad, Salud e Sociedad**, Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / N.14, ago. 2013. Dossier n. 2 - p. 164 - 171. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n14/a08n14.pdf> > Acesso em 13 de março de 2018.

FERRAZ, Thais. Conheça A História Do Movimento Pelos Direitos LGBT. **Politize!**, Publicado em: 28 de junho de 2017. Disponível em <<http://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/> > Acesso em 13 de março de 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23.

POMPEU, Ana. Direito à Autodeterminação: STF autoriza pessoa trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. **Consultor Jurídico**. Publicado em: 1º de março de 2018. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial> > Acesso em 13 de março de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2011, p.44-62.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. New York, Columbia University Press. 1989. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, p. 2-5.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005, p. 11-30.

SOARES, Vera. **Movimento Feminista: paradigmas e desafios**. Estudos Feministas. Ano 2, 2ª semestre, 1994, p. 13-24.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 95-114



METAMORPH: ANÁLISE DE UM ENSAIO FOTOGRÁFICO DE UM DRAG KING

Alexis Kevin Santos¹

Resumo

Esse artigo explora a performance drag através de uma pesquisa feita a partir da revista intitulada *VYM*, publicada de forma independente na cidade de Nova Iorque no ano de 2015. Ao longo do texto é construída primeiramente uma genealogia do artista drag king contemporâneo, em torno da qual introduz-se uma discussão teórica de uma produção filosófica do conceito de gênero em diálogo com a paródia dos artistas drag, com ênfase na noção de performatividade proposta Judith Butler. Em um segundo momento, é feita a análise do ensaio fotográfico de Masha Bogushevsky, presente na revista *VYM*, chamado *Metamorph*, o qual apresenta o artista K. James.

Palavras-chave: drag king; dragqueen; estudos queer; performatividade

Abstract

This paper explores drag performance through a research of the magazine called *VYM*, published independently in New York City in 2015. Throughout the text, a genealogy of the contemporary drag king artist is built, opening a theoretical discussion on the philosophical writings of the gender concept in dialogue with the parody of drag artists, with emphasis in the notion of performativity proposed by Judith Butler. At last, an analysis of a photographic essay (part of *VYM*) named *Metamorph* by Masha Bogushevsky, featuring K. James, is made.

Keywords: drag king; drag queen; queer studies; performativity

¹ Graduando do curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

INTRODUÇÃO

Quem iria imaginar que uma manifestação artística limitada à uma cena *underground* e estigmatizada um dia se tornaria algo celebrado mundialmente na cultura popular? Pois foi exatamente isso que aconteceu com a performance *drag*, que nasceu nos guetos de gays, lésbicas e *outros* mas que agora se encontra nos holofotes através do trabalho de artistas como a cantora de *hits* PabllloVittar – que atualmente tem seu rosto estampado nas latas de *Coca-Cola* – ou das *queens* que fazem parte do famosíssimo *Rupaul's Drag Race*, o *reality show* quase religiosamente acompanhado não só pela comunidade LGBT, como também por heterossexuais entusiasmados. Como alguém que se interessa pelos estudos de gênero/sexo, rapidamente me senti atraído e inclinado a investigar personagens tão icônicas quanto as *dragqueens*; mas quase com a mesma velocidade percebi que as pesquisas em torno do universo *drag* pareciam se limitar aos exemplos citados acima e que ofuscavam uma diversidade mais complexa, e talvez mais interessante, que se esconde, ou que é escondida, dos holofotes. Com essa preocupação e curiosidade em mente, me deparei com o tema de meu Trabalho de Conclusão do curso de História escolhido. O presente artigo se trata de um fragmento do que posteriormente pode se tornar minha futura monografia sobre uma revista drag. A revista em questão, intitulada *Velour: The Drag Magazine*, surgiu no coração da cena drag do Brooklyn e foi a criação de John Jacob Lee e Alexander (Sasha) Steinberg: um casal de jovens namorados que são, respectivamente, o diretor editorial e coreógrafo com experiência na área de teatro, e o diretor artístico que é designer gráfico e *dragqueen*. Sua primeira das três edições, publicada em 2015, quando ainda era chamada *VYM*, tem como título *What is Drag? (O que é Drag?)* e traz a contribuição de mais de 20 artistas para responder à essa pergunta bastante complexa. A revista independente promete celebrar a arte drag através de ilustrações, entrevistas, poesias e reportagens. *VYM* chama a atenção pela maneira em que foca na arte e na teoria, assim como em sua preocupação de ser inclusiva e bastante heterogênea, apresentando artistas transgêneros e enaltecendo os *drag kings*, personagens que perderam visibilidade para suas *irmãs* ao longo da história da performance drag. O website da publicação de 100 páginas nos informa que *VYM* foi feita para decorar mesas de café ou mesmo ensinada em salas de aula. Com o

intuito de elaborar esse trabalho, recortei parte da fonte primária do que será minha monografia e selecionei um ensaio fotográfico de MashaBogushevsky protagonizado pelo drag king K. James. O encontro entre o autêntico *rei* e a fotógrafa *freelancer* nova-iorquinos aparece na revista entre várias outras manifestações artísticas e nos permite refletir um pouco sobre as categorias tão profundas de gênero, sexo, corpo e performance, que aqui serão discretamente exploradas. Todavia, antes de destrinchar o ensaio, será necessário não só contextualizar o fenômeno histórico dos shows de drag, como também refazer os passos de alguns importantes teóricos que se dedicaram ao estudo dessa cultura.

DESENVOLVIMENTO

Historicizando drag e retirando o *status* ontológico do gênero

Na década de 1990 nos Estados Unidos, a filósofa da terceira onda do feminismo Judith Butler viria a publicar sua obra mais famosa: *Gender Trouble (Problemas de Gênero)*. O livro se tornaria um dos trabalhos fundadores da chamada *teoria queer*² e confirmaria o lugar de Butler entre as autoras mais importantes do feminismo e dos estudos de gênero e sexualidade. Talvez sua contribuição mais valiosa tenha sido o conceito de *performatividade do gênero*, que teve sucesso em “descrever os processos pelos quais as identidades são construídas no interior da linguagem e do discurso” (SALIH, 2012, p. 21). Butler dessa forma teria iniciado uma investigação das categorias binárias e opostas de homem/mulher, hetero/homo, para então demonstrar que as mesmas não existem enquanto realidades pré-discursivas (naturais, *verdades* biológicas) ou essências internas dos corpos, e sim enquanto ficções produzidas compulsoriamente através de uma *repetição estilizada de atos*:

Os vários atos de gênero³ criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum, pois não há nenhuma “essência” que o gênero expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire e porque o gênero não é um dado de realidade. Assim, o gênero é uma

²O que ficou conhecido como “teoria queer” é uma vertente da teoria feminista que emergiu no fim da década de 1980 a partir de produções acadêmicas influenciadas por filósofos pós-estruturalistas como Jacques Derrida e Michel Foucault e por uma nova forma de ativismo das minorias sexuais e de gênero que se voltaram contra o sistema heterocentrado e contra a assimilação ao mesmo durante a crise da AIDS nos Estados Unidos (MISKOLCI, 2012). O principal objetivo da esfera teórica do *queer* se trata da desnaturalização das identidades através de uma genealogia crítica das ontologias do gênero/sexo (BUTLER, op. cit., p. 9-10, 2017).

³A autora entende por “atos de gênero” uma série de “signos corpóreos e outros meios discursivos” (Ibid, 2017, p. 235).

construção que oculta normalmente a sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções – e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade (BUTLER, 2017, p. 241).

Em *Gender Trouble*, com o intuito de exemplificar como se dá a performatividade, Butler fez uso da *performancedrag*, levando Paul B. Preciado (filósofo também representante da teoria queer) a observar que “o sucesso argumentativo da teoria do gênero de Butler decorre em grande parte da eficácia com que a performance da dragqueen lhe permitiu desmascarar o caráter imitativo do gênero” (PRECIADO, 2017, p. 91). Mas afinal, o que é *drag* e qual é a importância de tal performance para os estudos de gênero e especialmente para a teoria butleriana? Essas perguntas começaram a ser respondidas quando a antropóloga Esther Newton, na década de 1960, realizou uma das pesquisas pioneiras que viria a mostrar tudo àquilo que se escondia no gueto estadunidense dessas artistas e providenciaria algumas peças fundamentais justamente para a obra de Butler. Ao longo de um trabalho de etnografia admirável, Newton fez a seguinte definição:

No contexto da subcultura homossexual, todos os imitadores profissionais de mulher são “dragqueens”. Drag é sempre usado para performance em qualquer caso; o imitador de mulher [*female impersonator*] simplesmente profissionalizou esse papel subcultural. Em seu meio e conversando com outros homossexuais, os imitadores de mulher costumam referir a si mesmos e são chamados por outros de dragqueens⁴ (NEWTON, 1972, p. 103, tradução minha⁵).

As performances drag analisadas pela autora requeriam não só habilidades artísticas refinadas como também um visual adequado para aperfeiçoar a imitação. Para entrar no personagem – ou melhor, criá-lo – os imitadores utilizavam-se de recursos estéticos como perucas, saltos altos, maquiagens e outros elementos ligados à *feminilidade*. É oportuno enfatizar uma importante observação que a autora fez: essa feminilidade, a mulher que é “criada” ou imitada, trata-se de um conjunto de signos e símbolos próprios de uma categoria socialmente definida no contexto

⁴ A autora explica que *queen* (rainha) é um substantivo genérico para homossexuais, e *drag* seria o ato de si vestir de acordo com o “sexo oposto”, ou seja, um tipo de *cross-dressing* (travestismo) (Ibid, p. 3, 1972). Quanto à origem de “drag”, essa sempre causou muita controvérsia e alguns a encontraram na Inglaterra elisabetana (AMANAJÁS, 2017, p.10).

⁵ “In the context of the homosexual subculture, all professional female impersonators are ‘drag queens’. Drag is always worn for performance in any case; the female impersonator has simply professionalized this subcultural role. Among themselves and in conversation with other homosexuals, female impersonators usually call themselves and are called drag queens.”

norte-americano, e que inclusive mesmo as mulheres utilizam-se desses elementos para produzirem artificialmente suas próprias performances do feminino (NEWTON 1972, p. 5). Dentro da cultura drag também existem mulheres “imitadoras” de homens (chamadas hoje de *drag kings*), as quais Newton naquela época identificou como *dragbutches*, e reservou uma mínima nota de rodapé para tratar sobre, afirmando que pouquíssimas atuavam em 1966, representando uma quantidade muito inferior ao número estimado já bastante reduzido de 500 dragqueens dos EUA (NEWTON, 1972, p. 5). A história dos drag kings na comunidade lésbica, entretanto, não ocorreu no mesmo contexto que a história das dragqueens na comunidade gay e muito menos da mesma forma, o que pode ser sintetizado na explicação de Jack Halberstam (um dos primeiros autores que se dedicou aos estudos do tema) quando ele afirma que “as lésbicas aparentemente não cultivaram os mesmos tipos de cultura drag que os homens gays” (HALBERSTAM, 1999, p. 39, apud TAYLOR, 2008, p. 131, tradução minha⁶). Dessa forma, percebe-se que as práticas de *kinging* e *queening* não possuem a mesma genealogia, e, mais que isso, Gabriela Paes dos Santos, em seu trabalho pioneiro sobre drag king no Brasil, aponta para o fato de que as *queens* tiveram uma observação maior por parte da academia e da cultura popular que os *kings*, o que explicaria a carência de pesquisas sobre o tema (SANTOS, p. 27-28, 2015).

Embora a prática de vestir-se com roupas tidas como próprias do sexo *oposto*⁷ seja um elemento chave da performancedrag, não se atribui a esses artistas sua invenção – essa prática tem sido observada através de várias culturas por milênios (HANNA, apud TAYLOR, 2008, p. 121). Entretanto, é importante perceber que não se deve chamar diferentes tipos de manifestações culturais que envolvam o travestimento de “drag”, o que configuraria um anacronismo, visto que o termo se relaciona especificamente às práticas do Ocidente moderno (TAYLOR, 2008, p. 121). O que seria chamado de performancedrag “tem sua história firmemente localizada em estilos dramáticos de *role play* e teatro” (TAYLOR, 2008, p. 122,

⁶ “Lesbians seem not to have cultivated the same kinds of drag cultures that gay men have.”

⁷ Através das lentes da teoria queer, a própria categoria do sexo, isso é, o aspecto físico da diferença entre homens e mulheres, é questionada o que leva Preciado a afirmar que “o sexo e a sexualidade (e não somente o gênero) devem ser compreendidos como tecnologias sociopolíticas complexas” (PRECIADO, p. 25, 2017). Entretanto, devido à limitação de espaço de um artigo, optei por não aprofundar nas reflexões teóricas específicas sobre a categoria em questão, visto também que não é uma prioridade e que poderia tornar o texto mais complexo do que o necessário.

tradução minha⁸). Portanto, tanto as *queens* quanto os *kings* possuem no teatro o que poderíamos enxergar como precursores, mas me afasto de uma tentativa de traçar origens tão distantes para o drag contemporâneo, pois “Drag, quando situada dentro da cultura gay, se diverge das suas origens nas tradições teatrais da imitação de gênero, e como alguns estudiosos já notaram, as duas não devem ser confundidas em uma única história” (TAYLOR, 2008, p. 126, tradução minha⁹). Mais que isso, dou a devida atenção ao método genealógico de Michel Foucault, que ao propor sua perspectiva para a investigação da produção das subjetividades, afirma:

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, p.7, 1998).

Contento-me, dessa forma, em localizar a emergência das dragqueens e kings no território norte-americano em 1960 a partir do trabalho de Esther Newton, apesar de que os *reis* tenham sido nomeados *dragbutches* pela autora, visto que o termo “king” só se mostraria pela primeira vez em 1972, na obra *The Queen’s Vernacular: a Gay Lexicon*, de autoria de Bruce Rogers (SANTOS, p. 25, 2005).

Para discutir as performances de *kinging*, já contextualizadas aqui, retorno às teorias de gênero, pois antes de dar prosseguimento ao potencial subversivo de drag, é preciso conceituar primeiro o que é a *matriz heterossexual*, uma vez que é diante dessa que a performance emerge como desestabilizadora dos binários impostos em nossa sociedade caracterizada por uma heterocracia. Voltando mais uma vez a *Gender Trouble*, encontramos a definição de “matriz heterossexual” feita por Butler:

A grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Busquei minha referência na noção de Monique Wittig de “contrato heterossexual” e, em menor medida, naquela de Adrienne Rich de “heterossexualidade compulsória” para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero,

⁸ “The history of drag is firmly located in dramatic role-playing and theatrical styles (...)”

⁹ “Drag, as it is situated within gay culture, diverges somewhat from its origins within the theatrical traditions of gender impersonation, and as some scholars have previously noted, the two should not be conflated into a single history.”

o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2017, p. 258).

Considerando o paradigma descrito por Butler, torna-se claro o porque ela escolheu a dragqueen para construir parte de sua obra, uma vez que “como uma personagem estranha e desordeira, uma personagem fora da ordem [a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo] e da norma, ela provoca desconforto, curiosidade e fascínio” (LOURO, 2004, p. 20). Por mais que tenha sido a paródia do feminino a mais teorizada pela própria autora, o mesmo também se aplica aos drag kings e às *bio/femmequeens* (artistas mulheres que parodiam o feminino), sem esquecermos, é claro, de algumas importantes peculiaridades. Entre elas, destaco primeiramente a seguinte:

Os drag kings, de forma muito consciente e proposital, invocam a teoria queer e as perspectivas do movimento transgênero, levantando questões sobre o que há de “real” por baixo da fantasia. As dragqueens brincam com as categorias de gênero e sexualidade a partir de suas próprias histórias e desejos, mas elas anunciam que são homens gays com uma genitália masculina intacta. Dessa maneira, as performances de kings e queens, apesar de suas semelhanças, variam em termos políticos que são formados por questões sociais mais amplas, incluindo as maneiras com que o gênero e o sexo moldam a vida dos *performers* e, portanto, a maneira com que os variados *performers* se aproximam de drag (Ruppet al., p. 276, 2010, apud BAUER, p. 17, 2013, tradução minha¹⁰).

Os diversos autores que analisam as manifestações de *kinging* enfatizam esse aspecto que afastam os *reis* das *rainhas*, e acabam apresentando, de certa forma, uma escala de subversão das normas de gênero, na qual drag kings se mostram talvez mais radicais, considerando que não estão preocupados em imitar fielmente ou retratar de forma caricata a masculinidade — como estariam as dragqueens em relação à feminilidade—; em vez disso, como afirma Preciado parafraseando Halberstam, os espetáculos dos kings “deixam entrever como se constrói a masculinidade autenticamente” (PRECIADO, p. 79, 2017). Nessa perspectiva, as *performersAFAB*¹¹ de *kinging* possuem um parentesco muito próximo com a

¹⁰ “The drag kings very consciously and deliberately evoke queer theory and the perspectives of the transgender movement, raising questions about what is “real” beneath the costumes. The drag queens play with categories of gender and sexuality out of their own histories and desires, but they announce that they are gay men with intact male genitalia.”

¹¹ A sigla, que significa *Assigned female at birth*, é usada na comunidade trans para se referir às pessoas que foram designadas ao sexo feminino pelo discurso médico ao nascer.

caminhoneira, a *sapatão*, a *mulher-macho* e o homem trans, considerando que esses diferentes corpos possuem intenções parecidas ao contrabandear os biocódigos masculinos para construir sua própria identidade – nesse caso uma identidade que configura o que Halberstam chama de *masculinidade feminina*. Na verdade, nem sempre essas identidades estão separadas umas das outras, e muitos drag kings, como afirma Del LaGraceVolcano¹², vivem hoje suas vidas como transgêneros masculinos. Talvez a distância que existe (*quando* ela existe) entre *kings*, *F2Ms*¹³ e *sapas*, ouso dizer, seja uma questão de *duração* da performance ou de *empenho* por trás da mesma. Essa conexão foi observada por Bauer, que afirma:

A caminhoneira e o king compartilham uma ligação clara: a subversão dos papéis de gênero e da heteronormatividade conectada às comunidades gays e aos espaços culturais. Apesar de todas as mulheres estarem interessadas em subverter os papéis de gênero para expor o sexismo, mulheres heterossexuais têm menos interesse em apontar as falhas intrínsecas à heteronormatividade (BAUER, 2013, p.38, tradução de Gabriela Paes dos Santos¹⁴)

Apesar dessa dicotomia ter sido construída entre drag kings e queens, se trata de uma visão ampla e que certamente não se aplica a todos os casos. Em outras palavras, existem dragqueens que também borram as fronteiras entre transgeneridade e paródia, assim como existem drag kings que não passam de *entertainers* que estereotipam uma masculinidade que não corresponde politicamente à performance de gênero cotidiana do indivíduo. Para concluir essa rápida teorização e historicização da prática dos drag kings, é oportuno lembrar que a paródia em si não é necessariamente subversiva, *potente*, especialmente se considerarmos que existem performances produzidas pela cultura heterossexual cujo propósito não é de desnaturalização, e sim de reidealização do gênero (BUTLER, 1993, p. 125-126).

¹²Volcano é um fotógrafo internacional que desenvolveu trabalhos sobre intersexualidade, transgeneridade e drag, além de já ter sido também *performer* do *kinging*. Em seu website, de onde retirei a informação, ele descreve si mesmo como um *terrorista do gênero*. O autor criou juntamente com Jack Halberstam o *Drag King Book* (1999). O website está disponível em: <https://goo.gl/PUkjxn>

¹³*Femaleto male*, um outro termo que circula entre transgêneros para denominar pessoas *AFAB* que através de processos cirúrgicos, hormonais e outras intervenções estéticas *transicionam* para o sexo/gênero masculino. O mesmo que “homemtrans”.

¹⁴ “The butch lesbian and the king share a clear link: the subversion of gender roles and heteronormativity linked to gay communities and cultural spaces. Although all women have a stake in subverting gender roles to expose sexism, heterosexual women may have less at stake than lesbian women in exposing the fault-lines within heteronormativity.”

Mão na massa: a metamorfose em cena

Uma vez que a aparelhagem filosófica e histórica sobre a performance drag king tenha sido construída, torna-se realizável um breve estudo sobre o ensaio de título mais que apropriado, *Metamorfo*, presente logo no começo da revista *VYM. Metamorphé* apresentado pelo editor da revista, Johnny Velour, como um trabalho que captura duas transformações de drag, mostrando como ambos sujeito e espaço se transformam com a presença do elemento drag. A outra transformação citada se trata de uma segunda parte do ensaio feita com a *queen* e diretora artística da revista SashaVelour. Foi uma decisão metodológica de minha parte não incluir as fotos de Sasha, pois se trata de um ensaio duplo que ao ser dividido não prejudica a investigação a seguir que é direcionada unicamente ao lado *king* do drag.

Bogushevsky é uma fotógrafa não muito conhecida, e o seu website¹⁵, que é um dos poucos resultados obtidos ao colocar seu nome no *Google*, não traz informações sobre sua vida pessoal, entretanto, a seção *Contribuidores* da revista nos informa que ela tira suas fotos que objetivam ilustrar “autenticidade” e “sinceridade” desde os quinze anos. Os *clicks* que compõem o ensaio foram capturados com uma *Sony Cybershot DSC-RX100* e editados no *Photoshop*. A primeira das fotos (Figura 1) traz ao leitor o momento em que K. James, drag king e *AFAB* transmasculino do Brooklyn vencedor de vários prêmios¹⁶, se encontra diante de um espelho. Caucasiano, esguio e de cabelos curtos, James é ilustrado criando sua barba através do uso de uma técnica que consiste em colar os próprios pelos raspados de outras regiões (normalmente, a cabeça) e terminar o acabamento com a ajuda de produtos como *Ben NyeClearLatex*, ou látex líquido, que pode ser comprado na *Amazon* por seis dólares. O cenário escolhido pela fotógrafa é o espaço casual e íntimo do banheiro, onde podemos ver uma pia, uma cortina de chuveiro e a maquinaria *low-tech* usada para construir o corpo masculino prostético: tesoura, pincéis de maquiagem e o material orgânico que será reapropriado para a performance. O critério para o arranjo cênico parece óbvio; se trata de uma *espiada* no que seria o meio termo do processo de metamorfose.

¹⁵ Disponível em: <http://mashabogushevsky.com/>

¹⁶ Informações retiradas de sua descrição no *website* do coletivo do qual faz parte, chamado *Switch N' Play*. Disponível em: <http://www.switchnplay.com/members>.

Figura 1- Sem título.



Fonte: BOGUSHEVSKY, M. *Metamorph*, **VYM**, Nova Iorque, n.1, 2015.

No próximo quadro (Figura 2) temos o mesmo ambiente, mas agora o *rei* em fabricação ajeita seu cabelo num legítimo topete que poderia ter sido antes encontrado na cabeça do próprio Elvis. James veste agora uma camiseta preta com a estampa de uma modelo nua da *Playboy*. Os elementos que montam a paródia são os signos que tradicionalmente constroem a performance da masculinidade no Ocidente contemporâneo em sua configuração mais heterossexual e viril. A masculinidade, que até hoje buscou se manter intocada e homogênea (SANTOS, p. 28, 2015) é agora materializada de forma contraprodutiva num corpo que não lhe é adequado de acordo com as normas que regem a inteligibilidade cultural.

Figura 2 – Sem título.



Fonte: BOGUSHEVSKY, M. *Metamorph*, **VYM**, Nova Iorque, n.1, 2015.

Em cima da foto, em uma caligrafia provavelmente do próprio James, encontramos sua resposta para a pergunta que deu nome à edição: “[Drag é] A hiper-expressão e desconstrução do gênero, mas para mim é também a expressão da minha própria não-conformidade com o gênero” (JAMES, p. 16, 2015). Fica evidente, nesse momento, a relação íntima que o *performer* tem com a paródia, que mais do que uma simples ilusão, é tecnologia capaz de lhe proporcionar uma chance de reprogramar o *coding* de gênero que produziu seu corpo no âmbito do sistema heterocentrado.

Por último, temos o *clímax* do ensaio (Figura 3), o ápice da transmasculinidade e da paródia colocada em ação por K. James. Olhando diretamente para as lentes da câmera, o *king* porta uma clássica jaqueta *biker* de couro, óculos de sol aviador e chapéu militar. Essas peças fazem parte da coleção de qualquer verdadeira *dyke*(sapatão) norte-americana, que poderia ter composto a infantaria da *QueerNation*¹⁷ em seus mais famosos protestos. A escolha da temática militar e de motoqueiro de seu visual pode ser compreendida nas palavras de Santos:

Outro ponto importante para a caracterização *king* é a adoção dos gestos considerados como tipicamente masculinos. O modo de andar, de falar e de se vestir se alteram completamente, passando a se basear na ressignificação das referências masculinas recorrentes e **suprimindo o máximo possível as características atribuídas à mulher e à**

¹⁷ Grupo de militância de ação-direta que protagonizou o começo do queer em 1990 nos EUA (MISKOLCI, 2012).

feminilidade, como a docilidade, a timidez e a voz baixa (SANTOS, p. 26, 2015, grifo meu).

No imaginário heterossexual, se feminilidade quer dizer vulnerabilidade e docilidade, o oposto extremo seria a masculinidade, mais obviamente necropolítica¹⁸, a performance que exhibe um monopólio da força. Sentado em seu trono e militarizado, K. James não é menos real que qualquer outro homem e desafia quem venha a dizer o contrário; a sua performance “zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade do gênero” (BUTLER, 2017, p. 236). Finalmente, a metamorfose parece ter sido concluída.

Figura 3 – Sem Título.



Fonte: BOGUSHEVSKY, M. *Metamorph*, **VYM**, Nova Iorque, n.1, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte *drag* é algo que ainda precisa ser profundamente explorado, de forma a enaltecer a pluralidade dos estilos de cada *performer* e acabar com a infeliz visibilidade limitada que têm os *reis*. Acredito que uma chave fundamental para desconstruir a masculinidade seja justamente o estudo de *kinging* e a sua prática. É possível desencadear através do *drag* uma proliferação de paródias que implodam os padrões de gênero/sexo do mundo normativo, o que nos forneceria performances

¹⁸ Para Paul B. Preciado, a masculinidade hegemônica é definida *necropoliticament* com base na imagem do soberano, ou seja, pela capacidade de um senhor de *dar a morte* aos seus súditos, se manifestando enquanto uma performatividade violenta através da qual os homens visam controlar suas esposas e filhos (PRECIADO, 2018).

não violentas e abertas a serem sempre questionadas e reelaboradas. Esse breve estudo das páginas ultra-coloridas da revista *VYM* foi criado com a esperança de ser apenas um passo na enorme jornada que precisa continuar a ser percorrida se desejamos um dia construir uma sociedade pós-heterossexual. É importante, por esse motivo, incentivar o ativismo queer aqui observado em seu aspecto mais *fabuloso*.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, Igor. **Dragqueen**: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. Disponível em: <<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=dragqueen-um-percurso-historico-pela-artedos-atores-transformistas>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BOGUSHEVSKY, M. **Metamorph**, *VYM*, Nova Iorque, n.1, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: on the discursive limits of "sex"**. 1ª ed. Routledge: New York, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

JAMES, K. **Metamorph**, *VYM*, Nova Iorque, n.1, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NEWTON, Esther. **Mother Camp**: female impersonators in America. Ed. *Paperback* 1972. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRECIADO, Paul B. **BaroqueTechnopatriarchy**: *Reproduction*. 2018. Disponível em: <<https://www.artforum.com/print/201801/baroque-technopatriarchy-reproduction-73189>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª ed. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANTOS, Gabriela Paes dos. **Reis da Subversão**: as masculinidades femininas e o rompimento com os binarismos de gênero dos drag kings no Brasil. Uberlândia, 2015.

TAYLOR, Jodie. **Playing It Queer**: Understanding Queer Gender, Sexual and Musical Praxis in a 'New' Musicological Context. 2008.

VELOUR, Sasha; VELOUR, Johnny. **Velour, The Drag Magazine**. Disponível em: <http://thedragmagazine.com/about-2/> Acesso em: 15 abr. 2018
VYM, Nova York: The House of Velour n.1, 2015.



OFICINAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Rafael Baioni do Nascimento¹

Resumo

Esse artigo relata o trabalho com oficinas sobre gênero e sexualidade realizadas pelo (In)Serto – Núcleo pela diversidade sexual e de gênero da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, um projeto de extensão universitária ligado ao Departamento de Educação e à Pró-Reitoria de Extensão da referida universidade. Conta-se brevemente a história do projeto, como são as oficinas, seus objetivos, os materiais e métodos utilizados. Apresentamos e analisamos a *Cartilha Inserta*, principal material utilizado nas oficinas e tecemos considerações tanto teóricas quanto práticas, a partir da experiência de trabalho. Ressalta-se a relevância e a urgência de trabalhos como esse em uma região bastante carente no combate à vulnerabilidade da população LGBTIQ+, como é o norte do estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; extensão universitária; oficina; preconceito.

Abstract

This article reports the work with workshops on gender and sexuality carried out by (In)Serto – Center for the Sexual and Gender Diversity of the State University of Montes Claros (Unimontes), a university extension project linked to the Department of Education and the Dean of Extension of said university. The history of the project is briefly described, as are the workshops, their objectives, the materials and methods used. We present and analyze the *Cartilha Inserta*, the main material used in the workshops, and we make both theoretical and practical considerations based on work experience. The relevance and urgency of such work in a region that is very lacking in the fight against the vulnerability of the LGBTIQ+ population, as the north of the state of Minas Gerais, is highlighted.

Keywords: Gender ; sexuality; university extension ; workshops; prejudice.

¹ Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professor efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

INTRODUÇÃO

Breve histórico do projeto de extensão (In)Serto

No presente trabalho relato minha parte de minha experiência como coordenador de um projeto de extensão universitária, o *(In)Serto – Núcleo pela diversidade sexual e de gênero*, na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, cujo *Campus* sede fica na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. O foco aqui são as oficinas sobre gênero e sexualidade, uma das principais ações do projeto. Conto um pouco sobre o objetivo das oficinas, o método utilizado, o conteúdo abordado, a dinâmica observada e faço algumas reflexões.

O *(In)Serto – Núcleo pela diversidade sexual e de gênero* passou a existir oficialmente no dia 19 de julho de 2017, com a publicação da Resolução no. 117/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, da Unimontes. Entretanto, desde o início de 2017 seus futuros membros já se reuniam e desenvolviam atividades, entre as quais destacamos a I Amostra Inserto, que aconteceu nos dias 25 e 26 de maio de 2017, no *Campus* sede da Unimontes e no Museu Regional do Norte de Minas; evento científico e político que representou na cidade uma retomada das discussões acadêmicas a respeito de gênero e sexualidade, com foco nas representações e nos problemas vividos pela população LGBTIQ+. Antes do *(In)Serto*, em âmbito universitário, o outro projeto de grande relevância havia sido o Nehom (Núcleo de estudos sobre homocultura), também vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Unimontes, que funcionou entre os anos de 2008 e 2012, idealizado e executado em grande parte pelo servidor Ronilson Brito, figura que já trouxera esse debate à universidade desde pelo menos 2002, ano da morte do bailarino Igor Xavier, assassinado por homofobia e que se tornou símbolo pela luta contra a homofobia na região.

Apesar da importância história do Nehom para os estudos e a militância pela diversidade na cidade, o *(In)Serto* marca uma diferença crucial em relação a ele: a mudança de inflexão de uma luta identitária para uma luta pós-identitária. Enquanto o Nehom se centrava na valorização da homocultura e no combate à homofobia, o *(In)Serto* centra-se no questionamento de qualquer essencialização, naturalização e normatização das identidades, sejam elas quais forem, e o combate dá-se majoritariamente contra a heteronormatividade.

Podemos definir a homofobia como toda manifestação de preconceito, discriminação e violência contra pessoas homossexuais ou identificadas como homossexuais. Por outro lado, a heteronormatividade é um sistema social normativo implícito, que prescreve o modelo cisgênero e heterossexual como os únicos modos de comportamento, de afeto, de representação e de conhecimento aceitáveis. Nós, do (In)Serto, não desmerecemos de forma alguma a luta contra a homofobia, mas acreditamos que a homofobia é uma das manifestações da heteronormatividade, e que lutar contra a heteronormatividade também é lutar contra a homofobia, enquanto o foco apenas na homofobia deixa intacta, ou sem grande problematização, outras opressões e violências decorrentes da heteronormatividade.

Nos estudos sobre gênero e sexualidade essa diferença é uma das que marcam duas grandes tendências: de um lado, a identitária ou LGBT, que vai se centrar na busca de reconhecimento de identidades marginalizadas e na conquista de direitos; e, de outro lado, a pós identitária ou *queer*, mais radical talvez e com surgimento mais recente, que busca o questionamento da lógica identitária.

Sobre essa diferença podemos citar o comentário que faz Guacira Lopes Louro:

Por certo o combate à homofobia permanece como uma meta importante a ser levada a efeito[...] Mas, na ótica *queer*, a meta deveria de ir mais longe. O combate à homofobia talvez possa significar apenas uma ampliação do sentido de “normalidade”, estendendo-o de forma a incluir os sujeitos homossexuais ou bissexuais; para os teóricos e teóricas *queer*, o que parece necessário é exatamente desconstruir o processo pelo qual alguns indivíduos se tornam normalizados e outros, marginalizados. (LOURO, 2004, p. 211)

A escolha do nome do grupo, (In)Serto, é assim explicada, pois remete à incerteza e ao questionamento das certezas identitárias, ao mesmo tempo que a grafia incorreta (com s e não com c) aponta poeticamente contra a normatização e a marginalização dos “errados”, das identidades desviantes do modelo heterossexual e cisgênero. A respeito do nome do grupo, a propósito, há também a referência ao sertão, presente em “Serto”, pois um dos principais objetivos do grupo é questionar a vinculação do sertão e das identidades sertanejas ao machismo, à homofobia, à heteronormatividade, ao conservadorismo moral e religioso. Ainda que até hoje o sertão tenha sido um território de exercício dessas violências, não há nada de

necessário nisso. O sertão pode ser também um lugar de exercício da diferença e do respeito à diferença. O sertão também pode ser transviado.

DESENVOLVIMENTO

As oficinas sobre gênero e sexualidade

Logo após as primeiras reuniões do grupo que viria a formar o (In)Serto resolvi montar uma cartilha sobre gênero e sexualidade e levei ela para as reuniões do grupo com dois objetivos principais: o primeiro foi o de formar os integrantes do grupo, já que nem todos tinham um percurso sobre as discussões de gênero e sexualidade; e depois, foi o de aprimorar o instrumento, tendo em vista futuras aplicações em outros grupos (estudantes e professores de modo geral, funcionários da universidade, população geral). Trabalho esse que foi bastante produtivo. Mesmo depois de um longo percurso nessas discussões, sempre há elementos que nos escapam. No momento da escrita reproduzi, sem intenção, algumas essencializações, naturalizações e normatizações que não escaparam ao olhar de outros membros do grupo, o que enriqueceu o debate e aprimorou o instrumento. Em sua versão atual a cartilha ainda é controversa, e acredito que essa controvérsia revela as tensões da própria realidade e não um erro metodológico. Explico melhor adiante.

Material e método

A cartilha, chamado de *Cartilha Inserta*, é composta de 4 partes. Na primeira, explicamos quem somos e quais os objetivos da cartilha, na segunda apresentamos alguns conceitos básicos sobre gênero e sexualidade, na terceira discutimos terminologias, usos e situações e na quarta apresentamos dois relatos de histórias reais em que a heteronormatividade causou sofrimento e justificou violência e opressão.

Tanto os conceitos básicos quanto a sessão terminologias, usos e situações são feitos na forma de verbetes, que são lidos e discutidos com os participantes das

oficinas. Logo após fazemos a leitura dos dois relatos e também discutimos com os participantes as situações de opressão descritas neles.

A duração esperada da oficina é de 4 horas, porém com facilidade pode ser estendida. Em algumas das experiências, a discussão suscitada foi tão rica e intensa que boa parte da cartilha ficou de fora, por falta de tempo. Interpretamos isso não como um problema, mas como um sucesso da oficina. Isso porque, antes de informar sobre este ou aquele conteúdo específico, *o objetivo maior da oficina é suscitar a reflexão.*

Na seção “conceitos básicos” constam os seguintes verbetes: sexo, gênero, orientação sexual, transgênero, cisgênero, binário e não binário, travesti, transexual, *crossdresser*, *dragqueen* e *dragking*, *queer*, LGBT, homofobia, transfobia, heteronormatividade, minoria, armário, preconceito positivo, apagamento bi.

Na seção “terminologias, usos e situações” os verbetes são: nome social, uso de pronomes e artigos, “opção sexual”, piadas e humor, elogios, AIDS e outras DSTs, HSH (homens que fazem sexo com homens).

Na seção dos relatos a primeira história é a de Maria Patiño e as olimpíadas de 1988, retirado de Fausto-Sterling (2001/2) e o segundo é a história da travesti Lara, retirado de Peres (2009).

Não caberia no formato deste artigo colocar toda a cartilha em anexo, por isso, recortei alguns trechos e em seguida os analiso e discuto, recorrendo para isso a autores da área de gênero e sexualidade e tecendo considerações a partir da experiência de trabalho nas oficinas.

Análise e discussão

Começamos com os três principais verbetes da seção conceitos básicos, os verbetes “sexo”, “gênero” e “orientação sexual”.

Sexo: em geral entende-se por sexo a diferença biológica entre macho e fêmea, com base na diferença anatômica dos órgãos genitais, dos caracteres sexuais secundários (distribuição dos pelos, massa muscular e gordura pelo corpo, voz, menstruação etc.) ou da diferença cromossômica (XX e XY). Entretanto, o binarismo dessa classificação vem sendo questionado por estudiosos como Anne Fausto-Sterling. Segundo ela, a divisão macho/fêmea ignora a variedade existente de pessoas intersexo

(antigamente chamados de hermafroditas). Essas pessoas muitas vezes são submetidas compulsoriamente (enquanto bebês ou ainda crianças) a cirurgias, tratamentos hormonais e outros procedimentos para adequação anatômica e fisiológica ao sexo masculino ou feminino. Porém há relatos de pessoas intersexo adultas que estavam felizes com sua condição e se recusaram a se submeter a esses procedimentos. (texto extraído da Cartilha Inserta, não publicada)

Como se pode perceber a cartilha difere um pouco de cartilhas semelhantes, introdutórias à discussão de gênero e sexualidade. A linguagem é mais acadêmica e de compreensão menos intuitiva que outras do gênero. Há uma citação indireta de uma estudiosa da área, Ann Fausto-Sterling, o que também não é comum. Essa escolha se deu em função do papel da cartilha e do objetivo da oficina. O papel da cartilha é servir de base e gatilho para o debate durante a oficina, e não para ser distribuída e lida sem mediação, como outras cartilhas do gênero. Isso faz com que possamos usar uma linguagem mais difícil e apresentar controvérsias no debate tema, já que contamos com o trabalho de mediação para minimizar o risco de incompreensão. Quanto ao objetivo da cartilha, lembremos que é suscitar a reflexão, mais do que simplesmente informar. Acreditamos que verbetes muito simples e diretos podem incorrer em reforçar o problema que buscamos combater, que é a essencialização e a normatização.

Gênero: em geral entende-se por gênero a diferença cultural entre homem e mulher. Refere-se aos diferentes comportamentos, atitudes e sentimentos atribuídos aos papéis masculinos e femininos em um determinado contexto social, aprendidos por uma pessoa no decorrer da vida e desempenhados de forma mais ou menos “bem-sucedida”. “Ninguém nasce mulher. Tornar-se” é a famosa frase de Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, um marco no pensamento feminista e no combate ao determinismo biológico - o discurso que toma a biologia como “destino”, muitas vezes utilizado para justificar a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres. (texto extraído da Cartilha Inserta, não publicada)

Novamente, pode-se perceber o recurso a uma autora, Simone de Beauvoir, desta vez com citação direta, e a presença de conceitos pouco intuitivos para o público em geral como “determinismo biológico” e “discurso”, o que exige, como já foi dito, a mediação durante a oficina para melhor compreensão.

Orientação sexual: refere-se ao desejo, a quem se direciona o desejo sexual e/ou afetivo. Quanto à orientação sexual as pessoas são geralmente classificadas como heterossexuais (atraem-se por pessoas do sexo oposto), homossexuais (atraem-se por pessoas do mesmo sexo), bissexuais

(atraem-se por pessoas de ambos os sexos) e assexuais (não se atraem sexualmente por pessoas de nenhum sexo, ainda que possam manter relações afetivas). Porém, mesmo dentro dessas categorias há grande variabilidade. Alfred Kinsey, pesquisador americano que é considerado por muitos o pai da sexologia, em um estudo clássico propôs a seguinte divisão (também conhecida como escala Kinsey): heterossexual exclusivo; heterossexual ocasionalmente homossexual; heterossexual mais do que ocasionalmente homossexual; igualmente heterossexual e homossexual, também chamado de bissexual; homossexual mais do que ocasionalmente heterossexual; homossexual ocasionalmente heterossexual; homossexual exclusivo; indiferente sexualmente (assexual). Há ainda uma outra categoria relevante quanto à orientação sexual, não abordada por Kinsey: as pessoas pansexuais. Elas podem se atrair por pessoas de qualquer sexo ou gênero, em qualquer de suas múltiplas manifestações, incluindo pessoas intersexo, transgêneros não-binários, travestis, andrógenos ou qualquer outra. (texto extraído da Cartilha Inserta, não publicada)

Mais uma vez, há recurso a um estudioso, Alfred Kinsey. Entretanto, aqui sua inclusão segue outra lógica e outros objetivos que nos dois verbetes anteriores, quando recorremos a Anne Fausto-Sterling e a Simone de Beauvoir.

Fausto-Sterling é uma autora contemporânea nossa, afinada com a teoria *queer* e os estudos de gênero pós-identitários. Beauvoir e Kinsey são contemporâneos entre si, mas ambos com suas principais obras no final da década de 1940. *Comportamento Sexual no Homem Humano*, de Kinsey, é de 1948, e *O Segundo Sexo de Beauvoir*, de 1949. Apesar da proximidade temporal, Beauvoir e Kinsey representam tendências bastante diversas. Enquanto em Beauvoir o que está em jogo é destacar o gênero como uma manifestação da cultura não determinada pela natureza, em consonância com as tendências filosóficas da França de meados do século XX (como o marxismo ocidental, a fenomenologia e o existencialismo) e que viria a tornar possível o pensamento de um autor como Michel Foucault, nas décadas seguintes. Em Kinsey encontramos uma adesão ao discurso positivista, muito difundido no pensamento estadunidense na época. O problema que podemos apontar no trabalho de Kinsey decorrente disso é que, ainda que haja intenção inegável de despatologização da homossexualidade – o que é louvável –, o método positivista colabora para a manutenção de um sistema normatizador e naturalizador. É como se Kinsey quisesse apresentar uma tabela onde poderia ser enquadrada toda a variação sexual humana – o que equivale a dizer que a sexualidade humana é “natural” e não variável de acordo com o contexto histórico. Além disso, ele normaliza a sexualidade a partir de categorias bastante limitadas, como pontos dentro de um espectro entre dois extremos (a heterossexualidade exclusiva e a

homossexualidade exclusiva), o que faz parecer que a sexualidade pode ser entendida a partir de um critério quantitativo (quanto de homossexualidade e quanto de heterossexualidade) e não com enormes variações qualitativas. Por exemplo, duas pessoas enquadradas como homossexuais exclusivas podem viver sua sexualidade de modo extremamente diverso, em uma análise mais detida.

Então por que citar Kinsey e sua escala? Por dois motivos. O primeiro é a importância histórica do trabalho de Kinsey na retirada da homossexualidade e das variações sexuais do campo do pecado e da patologia. O segundo motivo é colaborar com uma estratégia usada por nós nas oficinas: desconstruir as classificações essencializantes e naturalizantes através de sua hipersaturação. Isto é, oferecemos, no decorrer da oficina tantas classificações de gênero e sexualidade que os participantes são levados a questionar por si mesmos a validade e a necessidade dessas classificações ou, ao menos, refletir sobre as limitações dessas classificações. Nesse sentido, a própria inclusão da categoria “pansexuais” ao final do verbete, introduz já um pouco de caos nessa ordem fabricada da escala Kinsey.

Depois disso seguem os seguintes verbetes: transgênero, cisgênero, binário e não binário, travesti, transexual, *crossdresser*, *dragqueen* e *drag king*. Como se pode ver, cada um deles tratando de uma classificação específica, ou um elemento classificatório (no caso de “binário e não binário”). Não vamos analisar cada um deles em detalhe. Basta saber que são verbetes mais curtos e diretos que os três primeiros e não trazem citações. Veja, como exemplo, o verbe “*crossdresser*”:

Crossdresser: pessoa que veste roupas ou utiliza objetos geralmente atribuídos ao gênero binário oposto ao atribuído a ela ao nascimento. Não necessariamente inclui uma identificação com o outro gênero ou desejo de reconhecimento enquanto pertencente a outro ou mesmo a um terceiro gênero. (texto extraído da Cartilha Inserta, não publicada)

Esse é o momento de saturação máxima, em que a multiplicação das categorias geralmente leva ao questionamento delas. No começo da oficina os participantes, comumente, ainda tentam se apropriar das classificações, tirando pequenas dúvidas, alguns tomando notas. Entretanto, para alguém se aproximando pela primeira vez dessa discussão, mesmo quando é uma pessoa LGBTIQ+, a multiplicação das classificações costuma ser mais do que as pessoas conseguem assimilar em tão pouco tempo.

Com isso, não temos como objetivo dizer que todas as classificações são inúteis e não representam diferenças reais. Pelo contrário, as classificações são importantíssimas para que reconheçamos e respeitemos as diferenças. Porém, quanto mais a fundo adentramos nas classificações, mais também encontramos semelhanças nas diferenças e diferenças nas semelhanças, o que leva ao questionamento das classificações, mas em outro nível de reflexão. Não é a simples abolição da classificação, ou a volta ao momento em que não se reconhecia a diferença, mas a superação do estatuto de verdade (naturalização, essencialização) que muitas vezes as classificações ganham, para o prejuízo das experiências realmente vividas, que não se reduzem a elas. Como escrevem Horkheimer e Adorno: “A classificação é a condição do conhecimento, não o próprio conhecimento, e o conhecimento por sua vez destrói a classificação” (Adorno; Horkheimer, 1985, pp. 204-205).

Após isso, ainda na seção “conceitos básicos”, seguem os verbetes “*queer*” e “LGBT”. Nesse momento, dependendo do andamento da oficina, pode-se explicar com maior ou menor profundidade a diferença entre teorias e políticas identitárias (LGBT) e pós-identitárias (*queer*).

Em seguida, os verbetes “homofobia”, “transfobia”, “heteronormatividade”, “minorias”, “armário”, “preconceito positivo” e “apagamento bi” são um aprofundamento das discussões muito provavelmente já suscitadas a essa altura da oficina. Como muitas dúvidas e questionamentos surgem à medida que vamos trabalhando cada verbe, é comum os participantes adiantarem, com suas perguntas ou comentários, alguns dos verbetes, ou então, em um debate, o caminho da conversa levar os oficinairos ao mesmo adiantamento. Só nos detemos nesses verbetes quando não foram já abordados anteriormente. Se foram, passamos para a seção seguinte.

A seção “terminologias, usos e situações” tem um caráter um pouco distinto da anterior. Enquanto na seção anterior o foco era mais teórico, com a apresentação de teorias, conceitos e classificações, nesta, os verbetes têm a intenção de instruir os participantes sobre modos de agir que não sejam preconceituosos como pessoas LGBTIQ+. O caráter prescritivo de alguns desses verbetes podem incomodar à primeira vista, ainda mais depois de pensarmos tanto sobre os problemas em torno da normatização das condutas. Porém, nesse caso há uma diferença crucial, tratam-

se de prescrições cujo objetivo é evitar condutas preconceituosas e desrespeitosas. Obviamente podem haver exceções àquilo ali prescrito, por isso alguns elementos condicionantes no texto, como “evite”, “em geral” ou “dica”.

Seguem quatro desses verbetes:

Uso de pronomes e artigos: em geral use o pronome ou o artigo no masculino para homens cis homossexuais e homens trans, e o pronome no feminino para mulheres cis homossexuais e mulheres trans. Para transgêneros não binários ou em caso de dúvida, pergunte gentilmente qual gênero de pronomes e artigos a pessoa prefere que você utilize ao conversar ou se referir a ele ou ela. Dica: procure não fazer essa pergunta como se fosse algo constrangedor, sussurrando ou chamando de lado. Pergunte de forma natural.

“opção sexual”: assim como ninguém opta por ser heterossexual, ninguém opta por nenhuma outra manifestação da sexualidade. A expressão “opção sexual” dá a falsa ideia de que os homossexuais, bissexuais, assexuais ou qualquer outra forma de sexualidade que não a heterossexual, escolheram contrariar a norma, o normal, e geralmente essa expressão serve a fins moralistas. A expressão correta é “orientação sexual”. A expressão “preferência sexual” também é problemática, evite.

Piadas e humor: evite qualquer piada, tirada espirituosa, brincadeira ou qualquer outra manifestação humorística envolvendo a sexualidade ou a identidade de gênero das pessoas. Essas piadas e outras manifestações estão historicamente carregadas de preconceito e são uma das formas mais comuns de violência simbólica.

Elogios: Evite fazer elogios que indiquem aproximação do padrão heteronormativo, cisgênero e binário. Por exemplo, evite elogiar uma travesti ou uma transexual dizendo que ela parece mulher “de verdade”. A transexual é uma mulher de verdade, e a travesti, muitas vezes, não quer ser mulher. Evite elogiar um gay dizendo que ele nem parece gay, ou elogiar uma lésbica por ela ser “muito feminina”. (texto extraído da Cartilha Inserta, não publicada)

Como essa oficina foi idealizada para atender a um público muito amplo: estudantes, professores, funcionários e população em geral algumas partes se adequam melhor a um ou outro público. Essa parte, mais prescritiva, foi pensada especialmente para professores e funcionários (da universidade ou de outras instituições, públicas ou privadas, de atendimento ao público, como escolas, hospitais, presídios etc.), como uma forma mais direta de tentar evitar violências simbólicas muito comuns.

Os dois verbetes seguintes, sobre DSTs/AIDS e HSH (homens que fazem sexo com homens), foram pensados em especial para profissionais da saúde, de modo a evitar violências comuns específicas a esses contextos, como a associação imediata de homossexualidade e transexualidade a DSTs, e a não compreensão de práticas sexuais não necessariamente vinculadas à identidade, como os homens

que fazem sexo com homens, mas não se identificam como homossexuais ou bissexuais.

Por fim, há seção de relatos, em que lemos com os participantes dois relatos, os quais transcreveremos a seguir do modo que aparecem na cartilha:

História 1

Maria Patiño e as Olimpíadas de 1988

Na correria e excitação da partida para as Olimpíadas de 1988, Maria Patiño, a principal das corredoras com barreira da Espanha, esqueceu o certificado médico declarando, em benefício dos funcionários da Olimpíada, o que parecia patentemente óbvio para quem quer que a olhasse: tratava-se de uma mulher. Mas o Comitê Olímpico Internacional (COI) tinha previsto a possibilidade de que algumas competidoras esquecessem seus certificados de feminilidade. Patiño apenas tinha que se apresentar ao “escritório central de controle da feminilidade”, raspar algumas células da bochecha, e tudo ficaria em ordem – ou ela assim pensou. Algumas horas depois da raspagem, recebeu um chamado. Alguma coisa não dera certo. Ela voltou para um segundo exame, mas os médicos ficaram em silêncio. Então, quando se dirigia ao estádio olímpico para começar sua primeira corrida, os funcionários de pista deram a notícia: ela tinha sido reprovada no teste de sexo. Ela podia parecer mulher, tinha a força de uma mulher e nunca tivera razão para suspeitar que não fosse mulher, mas o exame revelará que as células de Patiño continham um cromossomo Y e que seus lábios ocultavam testículos. Além disso, ela não tinha nem ovários nem útero. Segundo a definição do COI, Patiño não era uma mulher. Foi impedida de participar da equipe olímpica da Espanha. Os funcionários olímpicos espanhóis sugeriram a Patiño que fingisse um acidente e se retirasse sem dar publicidade a fatos tão embaraçosos. Diante de sua recusa, a imprensa europeia acabou descobrindo o acontecido e o segredo foi revelado. Poucos meses depois de sua volta à Espanha, a vida de Patiño se esboroou. Os funcionários espanhóis lhe retiraram os títulos conquistados e a impediram de voltar a competir. Seu namorado a abandonou. Foi despejada da moradia atlética nacional, sua bolsa de estudos foi revogada e, repentinamente, se viu diante da perspectiva de ter que lutar para sobreviver. A imprensa do país fez a festa às suas custas. Como ela disse mais tarde, “fui apagada do mapa, como se nunca tivesse existido. Dediquei doze anos aos esportes.” Texto retirado de Fausto-Sterling (2001/2)

História 2

Lara e a escola

Em uma outra situação, temos o depoimento de Lara, uma travesti de 38 anos, costureira e dançarina de boate, vivendo há doze anos com seu companheiro, que relembra e nos fala de sua relação com a escola:

[...] isso, eu devia ter uns oito anos de idade. Eu estava na segunda série e comecei a perceber que os outros meninos tinham comportamentos e falavam de coisas que eu não entendia muito bem. Sempre preferia ficar com as meninas durante o recreio e, muitas vezes, a diretora vinha falar que eu tinha que ficar do lado dos meninos. E eu não entendia o porquê de ela vir sempre me falar disso. Tinha um menino que sempre se aproximava de mim, era maior do que eu e mais velho também, porque ele já estava na quarta série. No recreio, ele vinha me chamar para ver figurinhas, mas sempre me puxava para o fundo da escola onde quase ninguém ia. Havia um servente que cuidava, mas sempre dava uma risadinha e fazia de conta

que nada estava acontecendo. Aí, uma vez, ele me levou lá no fundo e não tinha ninguém. Aí, ele foi pegando na minha mão e falando que eu tinha que pegar no pênis dele, e que se eu não pegasse ele ia contar para todo mundo que eu era mulherzinha. Eu não entendia o que ele falava porque eu era uma criança muito pura e fiquei meio paralisada. Aí ele tirou o pênis para fora e disse: “eu vou comer o seu cu!”. Eu saí correndo, assustada e sem saber o que fazer. Fui até o banheiro e me tranquei lá, chorando muito. Eu tomei um pânico e um pavor naquela referência que me traumatizou por muito tempo. Tanto que só vim a ter um contato sexual com outra pessoa quando já estava com 18 anos, quando ia começar um curso de italiano, na rua do Catete, em uma escola estadual que aceitava pessoas da comunidade. Fiz minha inscrição e comecei o curso de italiano. Estava muito feliz porque eu sou descendente de italianos e tinha a chance de ter cidadania italiana. E já pensou eu poder ir morar na Itália? Seria um luxo! Mas, como se diz, alegria de pobre dura pouco. Logo na segunda semana, quando cheguei na escola, uma funcionária que estava na porta disse que eu deveria esperar ali na entrada que a diretora queria falar comigo. Fiquei ali por meia hora e só depois a funcionária me levou até a diretora, que estava no computador e nem me olhou na cara, dizendo: “Então você resolveu se sentir gente? Com a vida que você leva, você acha que pode frequentar lugares de gente de bem? Mas você é muito atrevido mesmo, você quer desmoralizar a minha escola? Você quer sujar o nome da escola? Saia imediatamente daqui ou terei que chamar a polícia!”

Lara nos relata que ficou imobilizada, com dificuldades até mesmo para caminhar. Saiu e foi para a casa de uma amiga (também travesti) e lá teve uma crise de choro intensa, pensando obstinadamente em se suicidar. Caiu em uma tristeza profunda que a levou a uma crise de depressão. Foi hospitalizada e lá ficou durante alguns meses. Texto retirado de Peres (2009).

Escolhemos relatos de pessoas pertencentes a dois grupos bastante marginalizados e com pouco representação: as pessoas intersexuais e as travestis.

No caso das pessoas intersexuais, há um grande desconhecimento da intersexualidade pela população em geral. Assim, a partir do texto conseguimos mostrar para os participantes o quanto o sistema sexo/gênero pode ser opressivo e violento para essas pessoas. Ao mesmo tempo em que nos dá oportunidade para refletir sobre esse sistema de forma geral. Uma reflexão que sempre levanto nessa parte das oficinas é a respeito da certeza frágil que muitos de nós temos a respeito de nossa adequação dentro da categoria binária de sexo (masculino ou feminino). Quantos de nós já fizemos um teste cromossômico para saber se não há uma pretensa inadequação entre cromossomos, genitália e caracteres secundários? Temos certeza de como exatamente foram nossos primeiros dias de vida na maternidade? Pois muitas pessoas intersexuais sofrem cirurgias de “adequação” sexual recém-nascidas, antes mesmo de deixar a maternidade.

A história de Maria Patiño também dá oportunidade para discutirmos a extensão do poder exercido pelo discurso médico na atualidade e o quão opressivo

ele pode ser. Não apenas no caso de pessoas intersexuais, em que um exame de cromossomos pode ter efeitos trágicos na vida de uma pessoa, mas também no caso de pessoas transexuais, muitas vezes reféns de laudos médicos (o que inclui, até mesmo, diagnóstico de transtorno psíquico) para ter acesso a tecnologias de transformação corporal.

Já a segunda história, de Lara, dá a oportunidade de trabalhar mais a respeito desse outro grupo, as travestis, um dos grupos mais marginalizados e que sofre preconceito mesmo de pessoas homossexuais. Pode-se discutir a partir dele também as violências cometidas na escola e como a vulnerabilidade social vivida pelas travestis e outras pessoas LGBTIQ+ é construído em um longo caminho de violências e negação de seus direitos, começando pela família, passando pela escola e pelas possibilidades de trabalho.

É muito comum nessa parte da oficina as pessoas lembrarem de outras histórias ou mesmo de contarem sua própria história, quando são pessoas LGBTIQ+ ou pessoas que convivem com essa população. Como no decorrer da oficina é construído também um clima de respeito, aceitação e abertura ao outro, não é raro que esses relatos sejam bastante íntimos e emocionados.

O encerramento das oficinas é em geral um momento bastante amistoso, em que os participantes relatam o quanto aprenderam e o quanto ainda gostariam de aprender. Em geral, trocamos contatos com alguns participantes, que por vezes desejam levar a oficina para algum outro grupo do qual fazem parte e que relatam considerar importante compartilhar esses conhecimentos com outros. A todos convidamos sempre para fazerem parte das demais atividades desenvolvidas pelo (In)Serto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com oficinas sobre gênero e sexualidade é um trabalho bastante desafiador, pelo enorme preconceito ainda presente na universidade e fora dela, mas também bastante gratificante, pela relevância social do trabalho e pela aceitação recebida, apesar das resistências.

O norte de Minas Gerais, onde se situa a Universidade Estadual de Montes Claros, é uma região bastante pobre e com poucos recursos no amparo à

vulnerabilidade social, em especial de pessoas LGBTIQ+. Isso fica evidente quando se procura assistência relativa a Direitos Humanos das pessoas LGBTIQ+. Na própria universidade e nos órgãos públicos há um grande desconhecimento de questões relativas a gênero e sexualidade. Não há centros públicos ou ONGs que façam trabalho específico voltado a essa população. Assim, ressaltamos a relevância e a urgência de trabalhos como esse na região

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos pagu** (17/18), p. 9-79, 2001/02.

LOURO, G. L. Sexualidades contemporâneas: políticas de identidade e de pós-identidade. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. (orgs.) **Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempo de AIDS**. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, 2004.

PERES, W. S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.) **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.



O NOVO REGIME FISCAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS: implicações para o desenvolvimento da cidadania no Brasil

Carlos Eduardo de Oliveira*

RESUMO

A concepção moderna de cidadania impõe ao Estado a responsabilidade de garantir o mínimo de bem estar social aos seus cidadãos. Essas garantias se manifestam na construção dos sistemas de proteção social, em uma perspectiva de igualdade de status entre todos. Os avanços celebrados no Brasil após a constituição de 1988 possibilitaram uma ampliação nos direitos no país, especialmente quanto ao combate à pobreza e a fome. Nesse sentido os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC, tem contribuição importante. No entanto, o novo regime fiscal brasileiro, que limita as despesas públicas à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos, compromete a ampliação dos direitos no país e, conseqüentemente, o desenvolvimento da cidadania.

Palavras-chave: Bolsa Família. Cidadania. Políticas Sociais

ABSTRACT

The modern conception of citizenship imposes the State's responsibility to guarantee the minimum social welfare to its citizens. These guarantees are manifested in the construction of social protection systems, and in a perspective of equality of status among all. The advances made in Brazil after the 1988 constitution allowed for an expansion of the rights in the country, especially in the fight against poverty and hunger. In this sense, income transfer programs, such as Bolsa Família and BPC, have an important contribution. However, despite the progress made in reducing poverty and expanding access to basic social rights, the new Brazilian tax regime compromises the expansion of rights in the country and, consequently, the development of citizenship.

Keywords: Bolsa Família. Citizenship. Social politics

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e bolsista da Fundação CAPES. Possui especialização em Administração Pública e é graduado em Filosofia também pela PUC Minas, com licenciatura em Filosofia, Sociologia e História.

INTRODUÇÃO

O entendimento moderno de cidadania assenta-se na noção de direitos. De modo que, uma cidadania plena consiste na garantia de gozo de todos eles. Embora uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, pareça um ideal inatingível, “ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico”. (Carvalho, 2014, p. 15).

As políticas de proteção social nascem ancoradas aos conceitos de igualdade e cidadania e formam a base para a organização dos estados modernos e da democracia política. De modo que cabe ao Estado garantir os direitos e deveres do cidadão, e esses direitos devem organizar-se na contramão de heterogeneidades, hierarquias e desigualdades. Assim, “só é possível falar em direitos sociais a partir de políticas implementadas ou garantidas pelo Estado [...], expressa pela oferta e regulação de serviços e benefícios de proteção social”. (Jaccoud, 2009, p. 69),

No entanto, a atual política governamental para a área social aponta para um imenso retrocesso, sobretudo quanto aos investimentos. O novo regime fiscal brasileiro, que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos, tende a precarizar ainda mais os serviços sociais básicos, em especial a assistência social, e já compromete a continuidade de programas que, a exemplo do BPC e do BF, têm contribuído de forma decisiva no resgate histórico da cidadania de milhões de excluídos no país.

Esse trabalho busca refletir sobre a atual política governamental no Brasil e suas implicações no processo de desenvolvimento da cidadania das famílias em situação de vulnerabilidade, na medida em que compromete a garantia de direitos e, conseqüentemente do reconhecimento de uma parcela considerável da população brasileira a um *status* de igualdade social.

CIDADANIA E PROTEÇÃO SOCIAL

O entendimento moderno de cidadania foi desenvolvido por Thomas Marshall ao fazer um resgate histórico do surgimento dos direitos na Inglaterra, na famosa conferência de 1949, em Cambridge, que deu origem ao livro *Cidadania, Classe Social e Status*.

Em sua análise Marshall desdobra a cidadania em três elementos: civil – que é composto pelos direitos necessários à liberdade individual; político – que se refere ao direito de participação no exercício do poder político; e social – que se refere aos direitos que garantam “um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado.” (MARSHALL, 1967, p. 64).

Desta forma, o autor aponta o surgimento sequencial dos direitos na Inglaterra. Os direitos civis teriam surgido primeiro, no século XVIII. Esse surgimento caracteriza-se, segundo Marshall (1967, p. 68), “pela adição gradativa de novos direitos a um status já existente [...]”, que pertencia a alguns membros da comunidade e que ampliam seu alcance a todos em um sentido nacional e não mais local. Em outras palavras, é o caráter universal do direito que o incorpora no conceito de cidadania.

Os direitos políticos, que surgiram em seguida, e cuja ampliação é a principal característica do século XIX, na Inglaterra, ainda não estavam incluídos no conceito de cidadania, pois não possuíam, até então, esse caráter universal. Isso só aconteceu a partir do início do século XX, com o Sufrágio Universal. (MARSHALL, 1967).

Já os direitos sociais que, segundo o autor, teriam praticamente desaparecido entre o século XVIII e início do século XIX, só começaram a ressurgir “com o desenvolvimento da educação primária pública durante o século XIX.” (MARSHALL, 1967, p. 75). Entretanto, só atingiriam um plano de igualdade, como os outros dois elementos da cidadania, no decorrer do século XX.

Nesse sentido, Marshall compreende o direito social como um pré-requisito para o exercício pleno dos demais direitos. De tal forma que, o desenvolvimento da cidadania, até o início do século XX, teve pouca influência sobre a desigualdade social.

Assim, o direito civil apenas não é capaz de superar o preconceito de classe e a falta de oportunidade econômica. Da mesma forma, o direito político, apesar de garantir um poder potencial, não garante a participação efetiva do cidadão devido às características próprias do poder político, que exigiam experiência, organização e uma mudança de ideias quanto às funções próprias de governo. E os direitos sociais, até então, não faziam parte do conceito de cidadania. (MARSHALL, 1967)

Essa lógica começa a mudar com a incorporação do direito social à ideia de cidadania. Inicialmente, através da introdução da educação pública e, mais tarde, com a institucionalização dos sistemas de Proteção Social, sobretudo na Europa pós-guerra, influenciada pelo ideal do *Welfare state*. (ESPING-ANDERSEN, 1995).

A ideia da institucionalização de um sistema de proteção social público, por sua vez, nasce com o processo de industrialização e urbanização do século XIX, e da conseqüente expansão das relações de trabalho assalariado, que impossibilitava grandes parcelas da população de conseguir um salário no mercado de trabalho, levando ao aumento da pobreza e da miséria.

Assim, a proteção social surge, inicialmente, a partir da iniciativa do Estado de criar mecanismos que pudessem garantir renda àquelas pessoas impossibilitadas de obtê-la via mercado de trabalho. Posteriormente, o Estado passa a se preocupar com a garantia da oferta de serviços à população, vinculados a um sistema de cotizações e obrigações jurídicas, que daria origem a novos direitos na esfera pública: os direitos sociais. Conforme salienta Jaccoud (2009, p. 59),

os direitos sociais se organizaram pela via do seguro social, um sistema de cotizações de caráter obrigatório garantido pelo Estado, que abre acesso a uma renda nos casos em que o risco de doença, invalidez, velhice e

desemprego impeçam o trabalhador de suprir, pela via do trabalho, a sua subsistência.

Após a segunda guerra, os sistemas de proteção social passam a incorporar o conceito de Estado de Bem Estar Social – *welfare state*, na medida em que, segundo Esping-Andersen (1995, p.73), a reconstrução dos países do pós-guerra envolvia uma reestruturação

[e]conômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.

Assim, o conceito de *welfare state* surge como uma nova proposta institucional de Estado, que devesse promover os interesses sociais e coletivos dos membros da sociedade, através da implementação e financiamento de programas e ações, capazes de combater as situações que acarretassem riscos sociais à população. O Estado, portanto, deveria assumir a responsabilidade pela garantia do bem estar da população, conciliando o desenvolvimento econômico e a garantia do mínimo de base material e de padrão de vida aos indivíduos da sociedade.

No entanto, esse avanço na concepção e na afirmação das políticas sociais durante o século XX impôs mudanças no sistema de classe capitalista e colocou a cidadania em estado de guerra com o sistema. A hegemonia do pensamento neoliberal, a partir da década de 80, retomou o ideal do estado mínimo, forçando a redução de direitos e garantias sociais e configurou-se como um processo de desconstrução do estado de bem estar social.

CIDADANIA NO BRASIL: DA ESPERANÇA AO RETROCESSO

Apesar dos desvios e retrocessos não previstos por Marshall, o surgimento sequencial sugere que os direitos, e, portanto, a própria cidadania, nasce e se desenvolve por conjunturas históricas dadas. Desta forma, cada país, a partir de sua realidade histórica, irá traçar um caminho distinto de outros quanto ao desenvolvimento dos direitos, especialmente o social.

No caso do Brasil, há dois aspectos importantes a serem considerados quanto ao surgimento da cidadania. O primeiro é que aqui o há uma inversão da base da pirâmide de direitos apontada por Marshall, onde o direito social precede o civil. Segundo porque o surgimento dos direitos sociais e a sua expansão se deram em regimes autoritários, não no intuito de superar a desigualdade, mas como instrumento de controle e repressão às reivindicações das camadas populares. Como afirma Carvalho (2014, p. 219),

[a] cronologia e a lógica da sequencia descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime.

A inversão da pirâmide dos direitos influencia diretamente o tipo de cidadania e o tipo de cidadão. Desta forma, os direitos sociais como base, e tendo sido criados e ampliados em regimes autoritários, levaram a uma valorização excessiva do Poder Executivo. Isso implica em uma desvalorização da representação e faz com que a ação política seja orientada por uma negociação direta com o governo, reforçando uma cultura que Carvalho (2014, p. 221) chama de “estadania”, em contraposição a noção de cidadania. Apesar dos avanços recentes no campo dos direitos terem ocorrido em um período de consolidação democrática, esse sentimento de

dependência a um Estado hipervalorizado e de crise da representação política parecem não terem sido superado.

Assim, o processo de redemocratização do Brasil marca a retomada dos direitos políticos e um avanço significativo dos direitos sociais, sobretudo quanto ao combate a pobreza e a desigualdade, e sinaliza a esperança da construção de uma nação mais inclusiva e no reconhecimento de todos os seus cidadãos como membros em um *status* de igualdade. No entanto, “ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população”. (Carvalho, 2014, p. 220).

Em que pesem os novos instrumentos e garantias trazidos com a nova carta constitucional, o país não conseguiu avançar na consolidação dos direitos civis. A lentidão e ineficiência da justiça, inacessível a uma grande parcela da população, sobretudo aos mais pobres, é um exemplo forte deste descompasso dos direitos civis em relação aos demais direitos. (CARVALHO, 2014). A abordagem policial é outro exemplo dos limites do direito civil no país. O agente policial é quem normalmente define quem tem ou não direito em uma ação policial, a partir de classificações discriminatórias do chamado “perfil suspeito” – na. Esse tipo de classificação tem efeitos funestos para a população mais pobre e reflexo determinante no extermínio dos jovens no país, especialmente entre a população negra.

Pode-se afirmar que o país vive um período de consolidação da democracia nos últimos anos. Ocorrem eleições sucessivas desde 1989 e houve um aumento considerável da participação do eleitorado, que passou de 18% da população em 1960, para 71% em 2010 (CARVALHO, 2014). Um fato relevante dessa consolidação foi a transmissão do cargo de presidente em 2003 de FHC para Lula, o primeiro entre dois mandatários eleitos diretamente pelo voto popular, desde 1960. Fato que se repetiu em 2011 entre Lula e Dilma e consolidou o processo de democratização do Brasil, inaugurado em 1945 e interrompido pelo golpe militar em 1964. (CARVALHO, 2014).

No entanto, a atual crise política e institucional, iniciada com o impedimento da presidenta Dilma, em 2016, parece apontar para um cenário incerto. O acirramento do embate político reduziu o conflito a uma nova oposição esquerda/direita, dividindo a nação, e com efeitos ainda imprevisíveis. O papel da justiça brasileira, às vezes omissa, às vezes parcial ou persecutório, também tem implicações diretas na democracia brasileira. Bem como o papel oligárquico desempenhado pela mídia tradicional que tem se comportado, sobretudo nos últimos anos, como um partido político, na defesa de interesses que não se pode afirmar serem republicanos.

Quanto aos direitos sociais, cabe destacar que a constituição de 1988 sofreu forte influência dos “novos movimentos” que surgiram com a reorganização do movimento sindical, o reordenamento dos partidos políticos, e a forte atuação da Igreja, nos anos finais da ditadura militar. Tais movimentos tinham como elemento mobilizador, segundo Silva *et al.* (2006, p. 22), “novas demandas sociais pelo resgate da dívida social acumulada e agravada durante o período da ditadura militar, e, conseqüentemente, pela ampliação de direitos sociais, num movimento de alargamento da concepção de cidadania”.

Nesse sentido, como aponta Cury (2008, p. 1194),

O contraste entre a real situação do país, herança secular, e a necessidade de eliminar várias dessas marcas anacrônicas em face da modernidade, das injustiças existentes em face dos direitos sociais proclamados e do autoritarismo em face da democracia ganha relevo e apoio no texto constitucional. Prova disso é o artigo 3º da Constituição, que põe como objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito a busca por uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais, das disparidades regionais e das discriminações que ofendem a dignidade da pessoa humana.

Assim o Sistema de Proteção Social no Brasil sofreu alterações radicais, tais como, a inclusão da saúde enquanto direito de todos e obrigação do Estado, através da instituição do Sistema Único de Saúde – SUS; a extensão dos direitos previdenciários, sobretudo rurais, fixando o salário mínimo como valor mínimo do

benefício e a garantia de irredutibilidade¹; o reconhecimento do seguro desemprego; e a introdução da Assistência Social que, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passam a formar o tripé do Sistema de Seguridade Social do país.

As regulamentações que vieram a seguir normatizaram as determinações constitucionais, e fizeram com que a intervenção estatal passasse a referir-se a um terreno mais amplo da vida social, tanto para garantir o acesso aos serviços essenciais, como para enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza. São os casos da Lei Orgânica da Saúde, da Lei da Previdência Social e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Desta forma, a partir da década de 1990, os direitos sociais no Brasil passam por uma inflexão, superando o antigo modelo de proteção social, centrado na noção de cidadania regulada e na seletividade do seguro social, permitindo uma considerável ampliação das políticas sociais no país, que pudessem responder às novas questões sociais que se impuseram à agenda pública. De acordo com Jaccoud (2009, p. 64),

É o caso, atualmente, da política de segurança alimentar e nutricional e de um conjunto de programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI ou o Programa Bolsa Família que atendem amplos segmentos da população, com efetivos impactos sobre a situação de pobreza e de desproteção social.

A partir de 2001, tem início um momento importante dentro do processo de construção do Sistema de Proteção Social no Brasil, com a proliferação de programas de transferência de renda, como estratégia de enfrentamento a pobreza no país, através de iniciativas como o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado a Educação - “Bolsa-Escola”, e do Programa Bolsa-Alimentação. Além da expansão de programas instituídos anteriormente como o PETI e o BPC, que tiveram grande impacto a partir desse período, tanto na redução do trabalho infantil, quanto na questão distributiva no país (SILVA et al., 2006).

¹ O princípio da irredutibilidade garante que o salário do trabalhador não poderá ser reduzido por seu empregador, enquanto perdurar a relação de emprego, garantindo assim uma estabilidade econômica mínima ao empregado.

No entanto, é a partir de 2003 que se percebe uma maior priorização da questão social pelo novo governo federal, especialmente, quanto ao enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, implicando, não apenas na continuidade dos programas já desenvolvidos, mas na “criação de novos programas sociais e a retomada da segurança alimentar, bem como o reconhecimento do direito à alimentação a toda a população” (IPEA, 2007, p. 102).

Cabe ressaltar que no processo de desenvolvimento histórico da política social brasileira os programas de transferência de Renda, especialmente o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF, passam a representar o elemento central do Sistema de Proteção Social no Brasil (SILVA *et al*, 2006) especialmente quanto ao enfrentamento da pobreza e da extrema pobreza. E que esses programas têm influenciado de forma significativa a queda da desigualdade de renda que ocorreu no Brasil nos últimos anos.

No entanto, a Emenda Constitucional 95, orientadas pela gestão Temer, institui um novo regime fiscal com implicações claramente negativas para a consolidação do sistema de proteção social no Brasil. A EC 95 limita as despesas públicas à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos. Em termos reais, ela sinaliza para uma redução progressiva de recursos face às demandas da área social, como no caso do BPC e do BF.

Sobre o BPC, tendo em vista o crescimento da população idosa bem como a população geral, o aumento no número de beneficiários passaria dos atuais 4,5 milhões para 8,4 milhões em 2036. Mantendo-se a atual forma de reajuste do salário SM, isso implica em um aumento considerável do orçamento relacionado a esse benefício, de modo que, com o congelamento, estima-se que, em 2026, os gastos com o BPC já englobem todo o orçamento da assistência social. (PAIVA *et al.*, 2016).

Desta forma, como salientam Paiva *et al.* (2016, p.13),

Fica explícito, portanto, que a probabilidade das políticas da assistência terem que ser revistas no âmbito do MDSA aumenta a cada ano, o que

implicaria numa priorização de determinadas políticas em detrimento de outras, forçando, no limite, a extinção de programas do MDSA para se adequar ao limite da área.

Quanto ao PBF, tendo em vista o cenário de crise econômica, pode-se estimar um aumento considerável do número de famílias em situação de pobreza e, conseqüentemente, da demanda por esse tipo de benefício. No entanto, o NRF do governo parece já impactar o programa, que sofreu uma redução no orçamento, e poderá excluir do benefício cerca de 2 milhões de famílias em 2018. Tal redução foi feita através do cruzamento de dados, via sistema, sem nenhuma avaliação técnica dos profissionais da Assistência Social nos Municípios. Em 2017, o governo já havia cancelado a participação de 469 mil famílias do programa, e bloqueado o benefício de outras 634 famílias por causa da renda per capita, algumas por terem ultrapassado em 10 ou 15 reais o teto do programa.

Portanto, o congelamento dos gastos na área social corresponde a um retrocesso quanto aos pequenos, porém significativos, avanços no processo de inclusão social das famílias em situação de pobreza. E vai à contramão do crescimento dos investimentos na área social nos últimos 10 anos, que passou de R\$ 36 bilhões em 2006 para atingir 74 bilhões em 2015, e reflete a recente redução da pobreza e desigualdade no Brasil. (PAIVA *et al.*, 2016)

De acordo com Soares *et al.*, o peso dos programas de transferência de renda na queda da desigualdade é de 1/3, tendo o PBF contribuído com cerca de 20% desta redução. Segundo os autores, a “eficácia das transferências, tanto do BPC como do PBF, em reduzir a desigualdade se deve à progressividade dos benefícios, que por sua vez está ligada à focalização dos mesmos”. (SOARES *et al.*, 2009, p.16)

No caso do BF, essa redução se deve também ao nível de focalização do programa, que se evidencia pelo fato de cerca de 80% dos gastos do PBF irem para famílias abaixo da linha de pobreza (SOARES *et al.*, 2009). Segundo Kerstenetzky (2009, p.57), “o efeito significativo sobre a desigualdade total pode então ser atribuído ao fato de que um número substancial de pessoas na cauda inferior da

distribuição está complementando sua diminuta renda com esses benefícios monetários”.

Fica evidente, portanto, que a redução dos gastos nas áreas sociais, compromete de maneira significativa o processo iniciado de redução da pobreza e da desigualdade no país, na medida em que compromete a continuidade de programas essenciais para esses resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da redução orçamentária, que promove resultados imediatos, como a exclusão das famílias dos programas, os principais efeitos dessas mudanças nas políticas de assistência social no Brasil serão sentidos a médio e longo prazo. Afinal, é evidente que a redução da pobreza e da extrema pobreza e, conseqüentemente, da desigualdade no país, são resultado da ampliação das políticas sociais. Desta forma, o desmonte de tais políticas tende a promover o efeito contrário, e já ameaça o retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

A atual política governamental brasileira para a área social parece reforçar a ideia de que o Brasil ainda carrega a herança histórica da colonização. A grande propriedade de terra, a precarização do trabalho (ou mesmo a escravidão funcional), e uma elite econômica sem sentimento de pertencimento nacional são ainda elementos que compõem a cultura política, econômica e social do país. Portanto, o papel interventor do Estado no equilíbrio das desigualdades e na promoção da cidadania é fundamental.

Entretanto, a nova política governamental ameaça um desmonte das políticas sociais, em especial os de combate à pobreza, o que representa um imenso retrocesso aos poucos avanços na área social – e que mesmo assim promoveram resultados excepcionais, sobretudo para os mais pobres –, e, portanto, significa dizer não à cidadania de milhões de brasileiros, que só recentemente começaram a participar da herança social do país.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. 2005, 332f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 18ª ed. 254p.

CASTEL, Robert. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social – uma abordagem transnacional**. BALSÀ, Casimiro; BONETTI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Org.). Ijuí; Lisboa: Ed. Unijuí; Ceos, 2006.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale**. Paris: Fayard, 1995.

CASTRO, J. A. et al. **Desafios para a Inclusão Produtiva das Famílias Vulneráveis: uma Análise Exploratória**. Texto para Discussão. IPEA. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acessado em 5 de março de 2018.

COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/acohn.pdf>> Acessado em 5 de março de 2018.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. **Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 47, n. 4, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 5 de março de 2018.

FRASER, N. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 5 de março de 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise nº 13**. IPEA: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acessado em 5 de março de 2018.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: MDS. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, UNESCO, 2009. pp. 57-86 Disponível em: www.unesco.org Acessado em: 5 de março de 2018.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Redistribuição e Desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 1, 2009, p. 53-83. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acessado em: 5 de março de 2018.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Zahar, Rio de Janeiro, 1963.

MDS – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Perguntas Frequentes sobre o Bolsa Família**. Brasília; 2018. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acessado em: 5 de março de 2018.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social** – Brasília: UNESCO, 2003. 289 p. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org>> Acessado em: 5 de março de 2018.

PAIVA, Andrea Barreto, *et al.*. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica Nº27). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acessado em: 5 de março de 2018.

PAUGAM, S. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC: Cortez, 2003.

PAUGAM, S. **L'exclusion – l'État des Savoirs**. Paris: Édition la Découverte, 1996.

PAUGAM, S. O conceito de desqualificação social. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed.). **Por uma Sociologia da exclusão social – o debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educ, 1999.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade** São Paulo : Companhia das Letras, 2000. 409 p

SOARES, Fábio Veras. SOARES, Sergei. MEDEIROS, Marcelo. OSÓRIO, R. G. **Programas De Transferências De Renda No Brasil: Impactos Sobre A Desigualdade**. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para Discussão nº 1228). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acessado em: 5 de março de 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. YAZBEK, Maria Carmelinta. GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. 2. ed. São Paulo: Cortez 2006



A REFORMA TRABALHISTA DO GOVERNO TEMER: Inspiração neoliberal e o desmanche dos direitos sociais

Luiz Claudio de Almeida Teodoro¹

RESUMO

A proposta deste artigo é fazer uma análise da Reforma Trabalhista do Governo Temer. O pressuposto básico é que a Reforma tem um cunho neoliberal, que desregulamenta as relações de trabalho para favorecer as empresas. Têm-se como fundamento as ideias marxistas de que o capitalismo se fundamenta na exploração da mão de obra, por meio, da mais valia. Mesmo assim, com a luta sindical e o Estado de Bem Estar Social foram criadas leis para proteger o trabalhador e minimizar a sua exploração. Com as novas relações de trabalho, baseadas no toyotismo, o Governo Temer não ampliou as políticas públicas para as relações de trabalho, ao contrário, efetivou os princípios neoliberais onde o “acordado prevalece sobre o legislado”.

Palavras-chaves: Reforma Trabalhista, neoliberalismo, relações de trabalho.

ABSTRACT

The proposal of this work is to make an analysis of the Labor Reform of the Temer Government. The basic assumption is that the Reform has a neoliberal aspect, which regulates labor relations to favor companies. It is based on the Marx ideas that capitalism is based on the exploitation of the labor force, through the added value. Even so, with the unions struggle and the Welfare State, laws were created to protect the worker and to minimize his exploitation. With the new labor relations, based on Toyotism, the Temer Government did not expand public policies for labor relations. On the contrary, it effected neoliberal principles where the "agreed upon prevails over the legislated."

Keywords: Labor reform, neoliberalism, labor relations.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, e Professor efetivo do CEFET-MG.

O trabalho era antes do capitalismo, segundo Marx (1996), o ato definidor do ser humano, seu meio direto de interação com o mundo e, ainda mais importante, a forma como garantiria sua sobrevivência. Isto é, um mundo agrário onde o ser humano tinha ligação direta com a terra, de onde tirava seu sustento. Porém, isso se modificou no sistema econômico capitalista, pois os meios de produção passaram a pertencer a poucas pessoas, ou seja, é uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção. Resta aos demais, para poderem sobreviverem, vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Neste cenário, foi desenvolvido, ao longo da história, um conjunto de ações do Estado visando minimizar a exploração do trabalho, por meio das leis trabalhistas. Além disso, têm-se, simultaneamente, várias ações estatais buscando estabilizar o mercado econômico e diminuir as desigualdades sociais, via a reinserção dos indivíduos ao mercado de trabalho.

A proposta deste artigo é discutir a Reforma Trabalhista, realizada pelo governo Temer (em 2017), visando analisar os impactos de suas alterações nas relações de trabalho no Brasil. O argumento central deste trabalho parte do pressuposto de que esta Reforma, baseada nos princípios do neoliberalismo, vai aumentar a exploração da classe trabalhadora e, conseqüentemente, piorar muito a sua qualidade de vida. Por outro lado, vai beneficiar o aumento de lucro do grande capital.

TRABALHO E MAIS-VALIA

Para Marx (1996), o capitalismo baseia-se na relação entre trabalho assalariado e capital, mais especificamente na produção do capital por meio da expropriação do valor do trabalho do proletário pelos donos dos meios de produção. A esse fenômeno Marx deu o nome de mais-valia. Numa jornada de trabalho, cada trabalhador acrescenta às mercadorias uma quantidade de valor superior ao valor da sua força de trabalho. A mais-valia é resultado do esforço do trabalhador, mas é inteiramente apropriada pelo capitalista, ou seja, a valorização do capital tem por fundamento a exploração da força de trabalho.

O empresário pode aumentar a mais-valia de duas formas. Primeiro, prolongando o número de horas na jornada de trabalho, sendo a mais valia absoluta. Porém, cabe ressaltar que o aumento demasiado da jornada esbarra nos limites físicos do trabalhador e na necessidade de controlar a própria quantidade de mercadorias que se produz. Segundo, a mais-valia relativa que é o uso da tecnologia para aumentar a produção, ela aumenta a velocidade do trabalho. A tecnologia também faz com que a qualidade do produto dependa menos da habilidade e do conhecimento técnico do trabalhador individual. Numa situação dessas, a força de trabalho vale cada vez menos e, ao mesmo tempo, graças ao avanço tecnológico, produz cada vez mais.

Neste contexto, o processo de desenvolvimento capitalista foi intensificado pela Revolução Industrial, no século XVIII na Inglaterra. Foi iniciada a mecanização industrial, desviando a acumulação de capitais da atividade comercial para o setor de produção. A Revolução Industrial trouxe uma transformação nas condições de trabalho. As atividades, que antes eram executadas apenas pelo ser humano, foram substituídas pelas máquinas, e como consequência, muitas pessoas ficaram desempregadas. Essa situação fez com que a qualidade de vida dos trabalhadores se tornasse precária, tendo que trabalhar, muitas vezes, mais do que 14 horas diárias. Mulheres e crianças eram discriminadas e não recebiam uma remuneração justa. Além disso, ocorriam vários acidentes por falta de cuidados com a segurança.

Com o surgimento de leis que passaram a limitar as horas de trabalho, o modelo produtivo deixa de lado o caminho do alongamento da jornada laboral e passa a investir em equipamentos modernos para aumentar a produção. Os novos equipamentos operam mais rapidamente e requerem que o trabalhador aumente a velocidade de seu trabalho, adapte-se ao ritmo e às exigências impostas pelas máquinas. Segundo Dal Rosso (2008), desse momento em diante, o ser humano não comanda mais a máquina, mas passa a ser comandado por ela.

Pode-se, ainda, ressaltar, que no final do século XIX e início do século XX, na busca de aumentar a mais-valia, surgiram os estudos de Taylor que lançavam as bases para o tratamento científico do trabalho. Segundo Taylor (1967), são quatro grandes princípios subjacentes à administração do trabalho: o desenvolvimento de uma verdadeira ciência; a seleção científica do trabalhador; sua educação e desenvolvimentos científicos; íntima e amigável cooperação entre administradores e

os homens. Mudanças técnicas significativas aconteceram com a modernização do sistema taylorista pela capacidade de Ford de adaptar os sistemas de cadeias produtivas ou esteiras rolantes empregados nos abatedouros de animais para produção em massa de automóveis e outros produtos industriais. A questão fundamental de Taylor era aumentar o rendimento do trabalho, que foram mantidas e aprofundadas por meio dos controles mecânicos do ritmo e da velocidade do trabalho.

Com a crise do petróleo, na década de 70, surge o sistema toyotista como resposta ao decadente modelo de organização do trabalho fordista. A estratégia é utilizar a criatividade e o talento do trabalhador para aumentar cada vez mais a produção. Além disso, com a automação passa a ser atribuído a cada trabalhador o cuidado de diversas máquinas, o que implica na conversão de um trabalho especializado para um trabalho polivalente.

A história do trabalho conheceu e conhece várias e distintas formas de aumentar a mais-valia. Este processo Dal Rosso (2008) define como a intensificação do trabalho. A intensificação, segundo o autor, é exigir mais trabalho e resultados superiores no mesmo espaço de tempo. Em síntese, significa aumentar a exploração do trabalho.

MOVIMENTO SINDICAL E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

As origens do sindicalismo encontram-se na Inglaterra industrial, onde a partir da segunda década do século XIX, aparecem várias associações operárias de ajuda mútua e de defesa dos trabalhadores. Segundo Rodrigues (1979), legalizaram-se em 1824, difundindo-se na década seguinte por toda Europa. O chamado sindicalismo *revolucionário*, que persistiu até depois da Primeira Guerra Mundial, abrigava em seu interior correntes socialistas e anarquistas. Este sindicato tinha como objetivo a destruição das estruturas burguesas. Em oposição a esta tendência, o sindicalismo *reformista*, também da mesma época, não visava acabar com o sistema capitalista, mas buscava uma melhoria das condições laborais dos trabalhadores. A estratégia era realizar negociações com entidades patronais e com o governo para elaborarem leis que protegessem os

trabalhadores. A via *reformista* era moderada, defendendo a greve como último recurso, depois de esgotadas as negociações.

Neste contexto, as relações entre Estado, capital e trabalho é que irão contribuir para construção de uma legislação visando a proteção do trabalhador, principalmente depois da Segunda guerra Mundial, com o Estado de Bem Estar Social na Europa. Segundo Cardoso (2006), as economias desenvolvidas percorreram um longo caminho para a estruturação de seus sistemas de proteção ao trabalho, porém a experiência brasileira neste sentido ocorreu recentemente. Pode-se afirmar que concretamente as primeiras políticas de proteção ao trabalhador só iniciaram na década de 1960, ressaltando que a rigor o aparato institucional de regulação e das condições de trabalho começou a ser desenhado na era Vargas por meio da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). A década de 60 se torna um marco importante pelo crescimento populacional, a migração rural e o crescimento dos grandes centros urbanos que provocaram uma expansão significativa da mão-de-obra disponível nas cidades.

O cenário produtivo atual revela fortes sinais de que a produção em massa de produtos industriais padronizados, empregando milhares de trabalhadores, pode ser considerada coisa do passado. Os empregados das indústrias estão, cada vez mais, produzindo bens especializados em fábricas que empregam consideravelmente menos funcionários e utilizam de forma crescente tecnologias altamente informatizadas (modelo toyotista). Com isso, têm-se novas formas de relações de trabalho: o crescimento do emprego “autônomo”, o aumento das formas atípicas de emprego, como o trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio, a acelerada expansão de pequenas empresas, tanto no setor industrial como no de serviços, o declínio significativo de empregos nas grandes empresas multinacionais, os novos arranjos produtivos com a subcontratação.

Os fins das normas tradicionais de relações de trabalho fundadas em identidades ocupacionais ou de classes têm como consequência, segundo Sorj (2000), o aumento da individualização na construção e valorização das próprias condições de empregabilidade. A constante incerteza, baseada nas relações precárias no mercado de trabalho, requerem dos indivíduos intensos investimentos na busca de novas habilidades para permanecerem em sintonia com as possíveis oportunidades que o mercado de trabalho pode oferecer. Assim, o que se questiona

é se as políticas públicas que são executadas atualmente refletem este cenário no mercado de trabalho.

Portanto, com as mudanças estruturais do trabalho e o enfraquecimento do estado de bem-estar social, as políticas públicas nesta esfera, ainda precisam ser reorientadas para de fato reinserir os cidadãos neste novo contexto, além de ampliar de fato a capacidade do Estado em dar respostas aos diversos anseios sociais dos indivíduos. Mas, o que se constata com a Reforma Trabalhista, operacionalizada pelo governo Temer, não é um aumento de políticas públicas para proteção ao trabalhador, ao contrário, a prioridade é o fortalecimento do capital; como será discutido no próximo item.

A REFORMA TRABALHISTA E O NEOLIBERALISMO

Este trabalho, como salientado anteriormente, parte do pressuposto de que a Reforma Trabalhista, realizada no país em 2017, constitui um dos pilares para o neoliberalismo, ou seja, para as reformas orientadas para o mercado. Para os neoliberais, a desregulamentação das leis de proteção ao trabalho constitui um componente econômico fundamental, baseado na competitividade e na produtividade.

Ao reivindicar por menos regulamentos legais, os neoliberais estão preconizando a redução da intervenção do Estado no mercado de trabalho. No lugar da lei propõem que a normatização das relações de trabalho seja realizada exclusivamente pelas partes nelas envolvidas. Um dos principais pontos da Reforma, vigente, abre a possibilidade para que negociações entre trabalhadores e empresas se sobreponham à legislação trabalhista, o chamado "acordado sobre o legislado". Poderão ser negociados à revelia da lei o parcelamento de férias, a jornada de trabalho, a redução de salário e o banco de horas. Por outro lado, as empresas não poderão discutir o fundo de garantia, o salário mínimo, o décimo terceiro e as férias proporcionais.

Este movimento, proposto pela Reforma Trabalhista do governo Temer, segue em consonância com a ordem liberal, vigente no século XIX, que pregava que o salário e as condições de trabalho fossem estabelecidos a partir da livre

negociação entre indivíduos. A formalização do contrato de trabalho deveria ser realizada sem o intermédio de “tutelas corporativas”. A celebração do contrato de trabalho era concebida como um ato individual e não coletivo, posto que a negociação coletiva reduz a autonomia das empresas na fixação das condições de trabalho.

A Reforma Trabalhista apresenta vários pontos que corroboram esta visão neoliberal. Primeiro a questão da demissão coletiva, embora não haja lei sobre o tema, a Justiça considera uma jurisprudência de que os sindicatos devem ser incluídos no processo de demissão em massa dentro de uma empresa. Com a Reforma, ficou definido que não será necessário que o sindicato autorize qualquer tipo de demissão em massa. Outro ponto é o intervalo de almoço que anteriormente era de uma hora, atualmente poderá ser reduzido a até trinta minutos, caso haja um acordo coletivo para jornadas com mais de seis horas de duração. Tem-se ainda o chamado banco de horas, que é um sistema de compensação de horas extras, permitido por lei, em que as horas excedentes trabalhadas em um dia são compensadas com a diminuição da jornada de outro dia. Antes da Reforma, este mecanismo precisava ser negociado em convenção coletiva e as horas extras precisam ser compensadas em até um ano. Vencido esse prazo, elas deveriam ser pagas em dinheiro com acréscimo de 50%. Agora, o prazo para o banco de horas ser zerado, com as horas compensadas, é menor, ele deve ocorrer em até seis meses. Porém, atualmente é permitido que o banco de horas seja feito via acordos individuais. A negociação entre trabalhador e empregado pode facilitar negociações que se adequem às necessidades específicas de uma empresa. Um restaurante de praia, por exemplo, pode aumentar as horas extras dos seus funcionários na época de alta temporada e conceder dias de folgas nos meses seguintes de baixo movimento. Críticos à mudança alertam, no entanto, que, se o poder de barganha do trabalhador for pequeno, ele acabará tendo que ceder às regras impostas pela empresa.

Além disso, cabe ressaltar que o liberalismo do século XIX é abertamente anti-sindical: os sindicatos eram vistos como uma ameaça a ordem liberal, pois entravam em conflito com o princípio de um mercado de trabalho auto-regulado. O neoliberalismo, de acordo com Galvão (2003), recupera esta posição anti-sindical, mas o movimento de combate ao sindicato é seletivo, a busca é destruir os

sindicatos mais combativos, mas envolver os sindicatos de resultados no processo de desmonte dos direitos trabalhistas, transformando o sindicato em parceiros do capital. Um exemplo deste tipo de sindicalismo, no Brasil, é a Força Sindical. Ao analisar a trajetória desta central, Trópia (2003) argumenta que, se no plano teórico sindicalismo e neoliberalismo são conceitos contraditórios, no plano prático o sindicalismo pode ser conciliado com o neoliberalismo. Isto porque, se por um lado, o sindicalismo fere o princípio liberal do livre mercado, por outro lado um sindicalismo integrado ao capital, que se limite a atuar como intermediário na compra e venda da força de trabalho e oferecer serviços aos trabalhadores (médicos e odontológicos, por exemplo), sem organizá-los num coletivo de classes, pode auxiliar no processo de difusão dos ideais neoliberais.

Neste contexto, é possível constatar uma afronta a organização sindical no texto da Reforma, no que se refere à contribuição sindical, que passa a não ser mais obrigatória. Será cobrada apenas de trabalhadores que autorizarem o desconto no seu salário. Anteriormente, o desconto era feito automaticamente uma vez por ano. Esta estratégia visa enfraquecer a organização sindical e segue a premissa neoliberal de que os contratos são particulares e não coletivos; corroborando para o fortalecimento do poder de barganha do empresário e enfraquecendo os instrumentos de luta dos trabalhadores.

Outra questão é que a limitação da interferência do Estado no campo normativo reforça a perspectiva contratualista de fortalecer a posição do capital perante o trabalho, eliminando ou reduzindo os obstáculos legais frente as possibilidade do capital de explorar sua força de trabalho. Ao contrário do que defendem os defensores da tese do “Estado Mínimo”, a abstenção da lei também é uma forma de intervenção estatal, que deixa aos atores a função de encontrar o seu ponto de “equilíbrio”. Desse modo, o Estado beneficia o lado mais forte dessa relação assimétrica, permitindo ao capital estruturar os termos da relação de trabalho em condições que lhe são favoráveis.

Convencionou-se chamara esse processo de desregulamentação. Contudo, segundo Galvão (2003), esta é uma palavra imprecisa, que não necessariamente significa a supressão de regulamentos e leis, podendo, ao contrário, traduzir-se em novas leis que visam reconhecer juridicamente diferentes tipos de contrato e permite a perda de direitos, como é o caso da Reforma

Trabalhista. Este fenômeno levou à criação do neologismo “flexibilização”, cuja função é fazer com que os trabalhadores aceitem a redução de direitos, uma vez que há restrições que impeçam direitos inscritos na lei de serem ampliados via negociação coletiva.

Na Reforma Trabalhista pode-se destacar 3 (três) pontos que remetem a esta discussão sobre a flexibilização das relações trabalhistas, são eles: o *home office* ou trabalho em casa, o trabalho intermitente e a terceirização. Com relação ao trabalho em casa não era contemplado pela legislação anterior, assim a argumentação do governo é regulamentar tal prática estabelecendo regras para a sua prestação. A lei define, por exemplo, que o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado não descaracteriza o regime de trabalho remoto. Além disso, haverá a necessidade de um contrato individual de trabalho especificando as atividades que serão realizadas pelo empregado e esse documento deverá fixar a responsabilidade sobre aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos, além da infraestrutura necessária para o exercício de cada atividade. As despesas ficam por conta do empregador, que não poderão integrar a remuneração do empregado.

A principal crítica que se pode fazer a esta “inovadora” forma de organização de trabalho é que estar em casa não significa que o indivíduo vai trabalhar menos, pelo contrário ele passa a se esforçar muito mais. A questão é que este trabalhador passa a cumprir tarefas, não mais dentro de um horário específico de labor, mas buscando entregar sempre o produto no tempo determinado. Isso intensifica amplamente a jornada de trabalho. Por exemplo, se engenheiro trabalha para uma empresa fazendo projetos, sua produtividade está diretamente ligada ao que conseguir produzir no horário previsto de trabalho: de 8:00 às 18:00 horas, com horário de almoço e os lanches da manhã e da tarde. Se ele passa a trabalhar em casa, ele tem que entregar o projeto no tempo determinado; sendo o primeiro em uma semana, no próximo trabalho pode ser de 5 dias, no seguinte 3 dias, e assim por diante.

A outra modalidade de contratação criada, o trabalho intermitente, permite que o trabalhador seja pago somente pelas horas de serviço de fato prestadas. Neste caso, a empresa terá que avisar o trabalhador que precisará dos seus serviços com cinco dias de antecedência. É a modalidade, geralmente praticada por

bares, restaurantes, eventos e casas noturnas, permite a contratação de funcionários sem horários fixos de trabalho. O problema deste tipo de vínculo empregatício é que precariza as condições de trabalho, principalmente, no que se refere à redução do salário. Além disso, a pessoa fica à disposição do patrão, mas só ganha pelas horas de serviço em si.

Em março de 2017, o presidente Michel Temer sancionou uma lei que permite a terceirização para todas as atividades de uma empresa, mas o texto da Reforma Trabalhista propõe salvaguardas para o trabalhador terceirizado. O parecer cria uma quarentena que impede que o empregador demita um trabalhador efetivo para recontratá-lo como terceirizado em menos de 18 meses. Além disso, um trabalhador terceirizado deverá ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos de uma mesma empresa. Essa equidade vale para itens como de ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação e qualidade de equipamentos.

A terceirização também cria uma forte precarização do mercado de trabalho. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados recebem salários 24,7% menores do que aqueles dos efetivos, permanecem no emprego pela metade do tempo, além de enfrentar jornadas de trabalho maiores. Os processos trabalhistas não deixam dúvidas sobre a precarização dos subcontratados, mais vulneráveis a acidentes laborais, a calotes dos empregadores e a condições degradantes de trabalho. Embora o governo argumente que os terceirizados continuarão com os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são previstos o rebaixamento da massa salarial e, conseqüentemente, a redução das contribuições previdenciárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo, a partir da Revolução Industrial, gera uma grande expansão econômica, mas, simultaneamente, amplia as desigualdades sociais. Começam a surgir políticas sociais estatais que visam preservar este crescimento implantando ações de proteção social aos trabalhadores. Com as crises e as Guerras, o Estado se torna o principal ator na organização social em detrimento do mercado; assim, há uma ampliação na proteção social transformando em direitos e desmercantilizando

as sociedades. Além disso, cabe ressaltar o papel fundamental da organização dos trabalhadores na luta para ampliação e consolidação destes direitos, não só via sindicatos, mas também na competição eleitoral.

Com a consolidação do *welfare state*, pós segunda Guerra, tem-se uma mudança na formatação e implementação do sistema de proteção social. Primeiro, a aplicação do princípio de “desmercantilização” que permitiu as sociedades ocidentais oferecer aos indivíduos uma maior segurança de existência face aos acasos da vida e ao risco da pobreza; ou seja, existiu a expansão de acesso às políticas públicas por todos os indivíduos da sociedade. Segundo, como consequência do processo de “desmercantilização”, a noção de que a política social passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado. Porém, este modelo que esteve presente em vários países durante os anos 40 até a década de 70 e 80, vem sofrendo crises econômicas e pelas atuais mudanças no mundo do trabalho, inclusive abrindo espaço para uma onda neoliberal que passa a ser a alternativa de reestruturação da ação do Estado em vários países.

Mesmo com o Brasil não tendo uma experiência concreta de um Estado de Bem Estar Social, pode-se apontar uma ampliação de direitos sociais, principalmente com a Constituição de 1988. De qualquer forma, a onda neoliberal atingiu o país na década de 90, onde os presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso passaram a defender o receituário neoliberal, ou seja: segurar os gastos públicos para impedir o aumento da inflação; privatizar as empresas estatais; abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem eficiência e competitividade; novas regras de pilotagem de juros, câmbio e finanças públicas. Mas, não foram tão audaciosos em fazer grandes mudanças na legislação trabalhista. É com o governo Temer que as regras de proteção ao trabalhador passam a ser reduzidas ao máximo possível, para que a concorrência gere seus frutos em termos de recuperação dos lucros.

Pode-se afirmar que existem novas configurações no mercado de trabalho no Brasil. Porém, a Reforma Trabalhista contribui fortemente para a desestruturação do núcleo do mercado de trabalho por meio do desassalariamento (redução do percentual de ocupados que têm emprego) e a destruição de postos de trabalho socialmente protegidos. Baseada na desregulamentação das relações de trabalho,

via flexibilização e a criação de novos tipos de contratos, que a Reforma fortalece o capital em detrimento da pauperização da situação do trabalhador. Além do processo de terceirização que é considerado como um dos principais mecanismos de precarização das relações de trabalho e dos postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador: vol. 23, número 60, 2010.

BRASIL. **Lei 13.467 de Julho de 2017.** In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em Outubro de 2017.

CARDOSO Jr., J. C. et alii. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo.** Brasília: Ipea, 2006, mimeo.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2008.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil.** Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2003.

MARX. **Os Economistas.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RODRIGUES, Martins Rodrigues. Tendências futuras do sindicalismo brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: vol. 19, número 4, 1979.

SORJ, B. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n.43, 2000.

TEODORO, L. C. A

A reforma trabalhista do governo temer:
Inspiração neoliberal e o desmanche dos direitos sociais

TAYLOR, Frederick Winslow. **The Principles of Scientific Management**. Nova York: Norton and Company, 1967.

TRÓPIA, Patrícia. Adesão **da Força Sindical ao neoliberalismo**. *Ideias*, Campinas: Vol. 9, número 1, 2003.



PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O caso da contra reforma da previdência

Janikelle Bessa Oliveira*

RESUMO

Lindblom (1980) em sua obra “O processo de decisão política”, defende que os discursos técnicos são utilizados como instrumentos de legitimação para a decisão política, e ainda, apresenta um cenário de que quando há duas vertentes técnicas contraditórias sobre um determinado tema, a decisão é política. Essa discussão do processo decisório pode ser alocada na polêmica reforma da previdência (PEC 287-16) em que a divulgação e defesa governamental centra-se na indubitável necessidade de reforma da política de previdência sob o argumento técnico do déficit; em contradição ao discurso também técnico de que a previdência não passa por déficit, mas antes tem seu orçamento calculado fora das prerrogativas da seguridade social. No computo da guerra de discursos tecnicistas fica claro que a decisão não está pautada em uma análise consensual, se consolidando no campo da decisão política direcionada pelas necessidades neoliberais do mercado. E através da influencia neoliberal da reforma, acaba por desconsiderar o princípio de democracia social e de pactuação de um Estado voltado aos interesses da sociedade.

Palavras-chave: Reforma da Previdência; Política Pública; Decisão; Neoliberalismo

ABSTRACT

Lindblom (1980) in his work "The process of political decision", defends that the technical discourses are used as instruments of legitimation for the political decision, and also presents a scenario that when there are two contradictory technical aspects on a certain theme, the decision is political. This discussion of the decision-making process can be traced to the controversial welfare reform (PEC 287-16) in which government advocacy and advocacy focuses on the undoubted need for pension reform under the technical argument of the deficit; in contradiction to the also technical discourse that social security is not a deficit, but rather has its budget calculated outside the prerogatives of social security. In the composition of the war of

* Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília-UnB; Professora da sub-área de Políticas Públicas da Unimontes.

technicalist discourses, it is clear that the decision is not based on a consensus analysis, consolidating itself in the field of political decision driven by the neoliberal needs of the market. And through the neoliberal influence of the reform, it ends up disregarding the principle of social democracy and the agreement of a State focused on the interests of society.

Keywords: Social Security Reform; Public policy; Decision; Neoliberalism

Introdução

Esse artigo se propõe discutir, mesmo que parcialmente, a relação entre processo decisório nas políticas públicas e as discussões acerca da proposta de contra reforma da previdência¹. A escolha por tratar esse processo de ‘contra reforma’ se baseia na discussão desenvolvida por Behring (2011) e balizada em Mandell (1982), de que pelo cunho e trajetória histórica o termo ‘reforma’ é um atributo da esquerda. A alcunha ou mesmo apropriação do termo pela ideologia neoliberal mostra-se como antagônica e paradoxal.

Esping Andersen (1991) discute em seu texto “As três economias políticas do Welfare State” como se constituíram os Welfare States² no mundo, partindo da ideia central de que não existe um único tipo de Estado de Bem Estar Social, e que a sua formatação depende do grau de articulação de classes no corpo do Estado. Sob esse viés construiu uma tipologia desses regimes identificando-os como: Liberal, conservador e social democrata.

A diferença entre esses Regimes se concentram na aplicabilidade da dimensão da proteção social e quanto as instituições responsáveis pela inclusão social. No liberal verifica-se uma responsabilização do mercado enquanto agente agregador; no Conservador tem-se na família a instituição foco de responsabilidade, e na Social democracia tem-se no Estado o elemento principal de integração.

Os regimes de Bem Estar Social entraram em crise no início da década de setenta com uma marcante propagação de culpa da democracia social, responsabilizada pela elevação dos custos públicos e da crise fiscal. Atentar para essa nomenclatura torna-se crucial para entender como o neoliberalismo se

¹ Projeto de Emenda Constitucional 287/2016 que propõe alterações nos arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências

² Regimes de proteção social institucionalizados que tiveram sua ampliação quanto aplicabilidade depois da Segunda Guerra Mundial.

propagou e aprofundou na arquitetura dos governos do mundo e como até hoje exerce hegemonia quanto a construção de políticas públicas.

É nesse espaço de aprofundamento da proposta neoliberal que se encaixa essa análise, buscando responder como uma ideologia voltada ao mercado pode influenciar os processos decisórios de produção de agenda e formulação de políticas públicas. Focando as discussões e controvérsias da proposta de alterações na política de Previdência Social brasileira. Para tal o texto busca através de análise documental e revisão bibliográfica sistemática relacionarem processo decisório com a proposta de contra reforma da previdência.

Processos Decisórios em política pública

O campo teórico da tomada de decisão tem na concepção de racionalidade as discussões mais divergentes, principalmente no que tange a defesa entre a racionalidade pura e a racionalidade limitada. March (1994) afirma que os teóricos que se baseiam na racionalidade pura defendem que tomadores de decisão maximizam os seus resultados na medida em que se abastecem do máximo de informações para uma análise sistemática do cenário, podendo até antecipar consequências, o que envolveria um exercício da racionalidade ampla.

O modelo de racionalidade pura foi criticado por alguns autores como Lindblom, Simon e March, que viam na impossibilidade de acesso ao quadro geral de informações a limitação para o substrato da racionalidade como norteador único do tomador de decisão. Esses autores defendiam que a tomada de decisão se constituía através de uma racionalidade limitada, visto que problemas com acesso a informações, ambigüidade, ausência de recursos e tempo influíam de forma direta na decisão que, portanto, não poderia apregoar o uso da racionalidade.

Simon (1957) desenvolve a relação entre racionalidade e comportamento, enfatizando métodos que possibilitem ações positivas, com a participação efetiva dos indivíduos e foco no que leva ao processo decisório. O processo administrativo como atividade grupal envolve a complexidade do lidar com mais de uma pessoa, o que gera a necessidade de processos organizacionais que potencialize a ação em grupo.

O processo administrativo para Simon, então mostra como uma decisão em que ocorre uma relação piramidal-hierárquica onde a informação atua de forma diferenciada nos diversos escalões, com alguns sujeitos mais informados e outros vivenciando a rotina aplicada. A visão da racionalidade comportamental entende que o indivíduo tomando uma decisão só tem menores chances de decidir racionalmente, por conta da quantidade de informação a ser analisada por uma pessoa. O que pode reduzir o irracionalismo das pré noções individuais são as relações de grupo e a construção do ambiente organizacional com vistas a ampliação do uso do conhecimento e instrumentos de tomada de decisão pautadas no máximo de informação e integração entre os sujeitos e estruturas institucionais.

Lindblom (1981) critica as concepções de Simon por conta da excessiva ênfase na racionalidade, o que para ele apresentava uma artificialidade da percepção da política relegada a um processo administrativo dividido em etapas sem o devido espaço do uso do poder na tomada de decisão. Nesse contexto desenvolve o modelo Incremental, ao qual entende que os recursos de um Governo não partem do zero, mas antes, de decisões marginais e incrementais e pouco substantivas, com decisões do passado que podem constranger decisões futuras e limitar a adoção de novas políticas.

Lindblom (1980), ainda em sua obra “O processo de decisão política”, defende que os discursos técnicos são utilizados como instrumentos de legitimação para a decisão política, e ainda, apresenta um cenário de que quando há duas vertentes técnicas contraditórias sobre um determinado tema, a decisão é política. Em se pensando em temas complexos e que apresentem grupos de interesse muito específicos, torna-se mais difícil ocorrer uma defesa técnica científica de forma homogênea. O que ampliaria o espaço de decisões de cunho político.

A discussão acerca da contra reforma da previdência focaliza-se nesse espaço em que há uma contradição de argumentos técnicos, que se constituem entre discursos demográficos, de déficit da previdência e dos que defendem que o cálculo da previdência ocorre de forma diferente do apresentado pelo Capítulo II da Seguridade Social na Constituição de 1988.

No escopo do processo de formulação de políticas públicas, Capella (2007) cita dois modelos de análise: o de múltiplos fluxos e o modelo de equilíbrio pontuado. No modelo de múltiplos fluxos baseado nas discussões de Kingdon, são

apresentados três fluxos decisórios. O primeiro o ciclo do 'problema', buscando analisar como se dá a passagem de questão para um problema digno da atenção do governo e as diversas informações e atores nesse processo; o segundo ciclo apresenta as soluções para os problemas identificados e o terceiro fluxo é composto pela política e coalizões estabelecidas nos processos de negociação.

O modelo de equilíbrio pontuado desenvolvido por Baumgartner e Jones, por sua vez, busca analisar os períodos de estabilidade de uma política pública e seus processos de mudança em grande escala. E em que sentido a comunidade política, o monopólio e as imagens políticas influenciam as mudanças do processo decisório. (CAPELLA, 2007)

Quadro 01 – Modelos de formulação de políticas públicas

Modelos	Múltiplos Fluxos (Kingdon)	Equilíbrio Pontuado (Baumgartner e Jones)
Problemas	São construções que envolvem interpretação da vida social	São construídos e difundidos
Soluções	Tecnicamente viáveis, contam com consentimento público e com receptividade dos formuladores de políticas.	Geradas, difundem-se e espalham-se rapidamente; tem imagem vinculada a uma instituição e valores políticos.
Atores	Grupos de interesse agem no sentido de bloquear questões e a mídia não influi na formulação da agenda, pois divulga políticas prontas.	Grupos de interesse tem importante papel na formulação da agenda e a mídia direciona a atenção das pessoas e tem papel fundamental na formação da agenda.
Mudança nas Agendas	Quando existem convergências dos fluxos.	Em momentos críticos.

Fonte: Baseado em Capella, 2007.

O grau de influencia da mídia se torna marcante na comparação dos dois modelos (Quadro 01), em que o equilíbrio pontuado identifica a possibilidade de direcionamento de interesses pela mídia, enquanto nos múltiplos fluxos essa influencia é reduzida. O contexto de defesa da reforma da previdência busca na mudança de opinião do cidadão comum em favor da proposta o feedback para uma aprovação tranquila no Congresso.

Neoliberalismo e contra reformas estruturantes: a previdência no Brasil

A condução da proposta de 'reformas' na previdência não é uma temática nova, é interessante ressaltar que a política pública passou por alterações em 1998, Silva (2004) estabelece o panorama de mudanças pós reforma de noventa e oito em que questiona o caráter mercadológico das alterações, que passa pelo questionamento dos regimes de seguridade social da América Latina.

Para Silva o contexto de crise,

Associados à questão do déficit fiscal, comparecem o desemprego da década de 90 e as mudanças nas relações de trabalho orientadas pelo critério da flexibilização, a par da crescente informalidade. As baixas taxas de crescimento econômico, com queda da arrecadação previdenciária, combinadas com o aumento da longevidade da população têm conduzido ao crescimento desproporcional do universo de beneficiários inativos em face dos contribuintes em atividade. (p. 16, 2004)

Essas informações foram utilizadas como justificativa de alterações na concepção dos direitos sociais, e do aprofundamento do receituário do Consenso de Washington³ na redução dos direitos sociais no Brasil. Atilion Borón (2012) afirma que a fusão de um discurso de penalização do Estado atrelado à crise fiscal, amplamente defendido pelos neoliberais induziu diversos governos da região a seguirem caminhos de construção de políticas públicas imprudentes e sem visão estratégica.

A emenda constitucional n. 20/1998 trouxe perdas aos segurados, no sentido, que a reforma trouxe o aumento da idade de concessão do benefício e consequente extensão do período de contribuição, no chamado 'fator previdenciário'. redução dos gastos no curto prazo pela postergação da concessão e redução dos gastos no longo prazo pela concessão por menor período. Para Silva essas mudanças

³ Reunião realizada em 1989 no EUA, em que foram colocadas indicações para os países da América Latina. As recomendações do Consenso de Washington eram: a) Reforma fiscal: promover profundas alterações no sistema tributário (arrecadação de impostos), no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas para que elas aumentassem seus lucros e o seu grau de competitividade; b) Abertura comercial: proporcionar o aumento das importações e das exportações através da redução das tarifas alfandegárias; c) Política de Privatizações: reduzir ao máximo a participação do Estado na economia, no sentido de transferir a todo custo as empresas estatais para a iniciativa privada; d) Redução fiscal do Estado: reduzir os gastos do Estado através do corte em massa de funcionários, terceirizando o maior número possível de serviços, e diminuição das leis trabalhistas e do valor real dos salários, a fim de cortar gastos por parte do governo e garantir arrecadação suficiente para o pagamento da dívida pública.

trouxeram uma redução em curto prazo e poderia estabilizar o regime de previdência, mesmo com perdas no aspecto solidário do Estado.

A proposta de uma nova 'reforma' da previdência, através da PEC 287/2016 demonstra que o processo de desconstrução de direitos podem ser aprofundados e que a sustentabilidade do sistema previdenciário é mais complexo do que os argumentos em prol da redução do Estado.

As contradições discursivas em torno da defesa da reforma ou em contrário a reforma envolvem a discordância quanto ao déficit da previdência. Com o governo atual defendendo a insustentabilidade da proteção pelo continuo crescimento dos gastos e com grupos progressistas ressaltando os desconexos do calculo de financiamento da seguridade social.

O relatório da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre a previdência no Senado apresenta argumentos desconstruindo a ideia de déficit e indicando possíveis elementos que corroborariam com os descompassos do calculo. (Quadro 2).

Quadro 02- Pontos principais do relatório da CPI da Previdência no Senado⁴

Problemas apresentados na Política de Previdência	
Estimativas falhas	Estimativas que serviram de base para a proposta de reforma em tramitação no Congresso têm erros e imprecisões. Tomou como base um ano de forte recessão e parâmetros irrealistas, delineando um futuro caótico.
Fraudes	A gestão para concessão e manutenção de benefícios está sujeita a fraudes e erros que impactam negativamente as contas. Na maioria dos casos, os crimes não são praticados por segurados comuns, mas por quadrilhas especializadas.
Desvios de recursos	Historicamente os recursos previdenciários sofreram significativas apropriações por parte da União, resultando na destinação de dinheiro para outros gastos de interesse do governo.
DRU	Com a criação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), uma parcela significativa dos recursos originalmente destinados ao financiamento da Previdência foi redirecionada.

⁴ O relatório final do senador Hélio José (Pros-DF) sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, foi aprovado em 25-10-2017.

Site: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2093&tp=4>; acessado em: 04/03/2018.

Empresas públicas	Além do setor privado, as empresas públicas também têm acúmulo de débitos previdenciários que impacta o sistema.
Leniência	O Estado brasileiro é leniente com as empresas devedoras, as quais, por sua vez, beneficiam-se de uma legislação permissiva.
Isenções	Há de parte do governo uma recorrente prática de criação de mecanismos de isenção fiscal e parafiscal para empresas e entidades diversas, algo que também tem contribuído negativamente para as contas do setor.
Refis	O parcelamento e o perdão de multas, de juros, de correção monetária e de encargos legais, tornaram-se algo recorrente, mesmo em períodos de prosperidade econômica. E esta prática tem se tornado uma constante, com prejuízo da seguridade social.
Diferença de tratamentos	A legislação, que é generosa em conceder o perdão de dívidas e oferecer parcelamentos benevolentes aos sonegadores da seguridade, não pode ser rigorosa com o corte da despesa de benefícios dos miseráveis e dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.
Envelhecimento da população	As projeções do governo levam em conta um envelhecimento da população exagerado, ao passo que consideram um crescimento do PIB muito abaixo da média histórica nacional. Tais falhas exacerbam a previsão futura de necessidade de financiamento do RGPS.
Soluções propostas pela comissão da CPI da Previdência	
Políticas de desonerações	O governo tem que reavaliar toda a política de desonerações e de renúncias fiscais, de tal forma que a contribuição equitativa de todos os segmentos econômicos impacte positivamente no resultado da arrecadação.
Apoio às carreiras	Administração Pública Federal precisa apoiar as estruturas de arrecadação, cobrança da dívida ativa, e de prestação de serviços aos segurados do RGPS. Deve ainda ampliar os quantitativos de auditores-fiscais dedicados à arrecadação da seguridade social.
Tecnologia	O Poder Executivo deve intensificar o uso das tecnologias de informação e Inteligência na fiscalização tributária de forma a aumentar a produtividade e eficiência do Fisco.
Legislação	É necessária a urgente modernização da legislação que rege a execução fiscal. Desde 2009, tramita no Congresso o PL 5080 com essa finalidade. O Executivo deve requerer a urgência constitucional para a tramitação da proposta, que está parada na Câmara.
Mutirão	O TCU, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal devem em caráter emergencial reforçar suas estruturas e promover mutirões para o julgamento de todos os recursos administrativos que envolvam contribuições sociais até o fim do ano de 2018.
Combate a fraudes	É recomendável a adoção de estratégia permanente e integrada de combate às fraudes e crimes contra a previdência, nos moldes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), assim como a adoção de mecanismos de verificação e revisão periódica de benefícios.
Extinção do Refis	A política de concessão de parcelamento de dívidas (Refis) deve ser revista. Na atual concepção, virou prática perniciosa e passou a representar um estímulo à sonegação e à livre concorrência ao deixar os contribuintes adimplentes em desvantagem.
Propostas	A CPI elaborou dois projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição, que vão viabilizar algumas das sugestões apresentadas. Por não dependerem

legislativas

da iniciativa do chefe do Executivo, podem começar a tramitar de imediato.

Fonte: Agência Senado (2018)

Os principais elementos apresentados no relatório envolve o entendimento de que o financiamento da Seguridade Social tem que levar em conta a contribuição previdenciária e as contribuições sociais, entendendo o financiamento de forma mais complexa e o impacto de constantes perdões de tributos e refinanciamento.

As duas posições contrárias acerca do déficit previdenciário colocam em lados opostos uma perspectiva de mercado em detrimento da perspectiva dos direitos sociais. Uma ideologia neoliberal em contrapartida ao viés de bem estar. O fato dessa agenda não ter passado pelo crivo eleitoral, leva ao questionamento quanto à legitimidade de mudança de uma proposta de governo, visto o caráter impopular de medidas neoliberais.

Considerações Finais

No computo das divergências apresentadas no texto quanto aos posicionamentos de mercado contrário aos posicionamentos em prol dos direitos sociais como fundamento da própria democracia social. Torna-se importante resgatar a defesa de Lindblom (1980) em relação ao processo decisório, entendendo que por mais que a argumentação esteja pautada em discursos técnicos e na racionalidade, essa decisão em que há a divergência se dá pela política.

Na indução por outra reforma da previdência a guerra discursiva se intensifica sob a égide de uma pretensa necessidade de aprofundamento da contribuição, para sua manutenção futura. Frases evidenciando o risco de quebra financeira do Estado, ou mesmo redução de privilégios são difundidas pela comunicação governamental e pela mídia de massa. Na tentativa de apropriação da ideia de mudança eminente por parte da população.

Perry Anderson (2012) afirma que qualquer balanço que se faça acerca do neoliberalismo é momentâneo, visto que enquanto ideologia econômica tem demonstrado historicamente não trazer os resultados que propaga, mas enquanto

ideologia política e social demonstra uma longevidade e capilaridade no tecido social que escancara os níveis de despolitização.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BACHARACH, S. B. e BARATZ, M. S. **Poder e Decisão**. Reproduzido de "Decision and Nondecision: An Analytical Framework". American Political Science Review. V. 58, n.3, pp.632-642, 1963.

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 3.ed. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2, São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo o tardio**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORÓN, Atilion. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal**. In: SADER, Emir (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CAPELLA, Ana Claudia N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas** In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CRESWELL, John W. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2ed. 2013.

DROR, Y. *Muddling through - science or inertia*. Public Administration Review, 24, 1964.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, São Paulo , n. 24, p. 85-116, Sept. 1991 .

ETZIONI, A. Mixed-Scanning: **Uma Terceira Abordagem em Tomada de Decisão**. Public Administration Review. V. 27, n. 5, pp. 385-392, 1967. Tradução do Prof. Francisco G. Heidemann (NAPPO/CPGA/UFSC).

GARCIA, R. C. (2000). **A reorganização do processo de planejamento do governo federal: O PPA 2000-2003**. Texto para Discussão IPEA n. 726

HAM, Christopher; HILL Michael. *The policy process in the modern capitalist state*. Londres, 1993.

HILL, M. *New agendas in the study of the policy process*. Harvester Wheatsheaf, Great Britain, 1993.

JONES, L. R. *Wildavsky on budget reform*. Policy Sciences, 29, pp 227-234, 1996.

LINDBLOM, C. E. **O processo de Decisão Política**. Brasília: UnB, 1980.

LOURENCO, Edvânia Ângela de Souza; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; GOULART, Patrícia Martins. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 130, p. 467-486, dez. 2017 .

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCH, J. G. (1994). *A primer on decision making: How decisions happen*. New York: The Free Press.

MARSHALL T.H., **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967. Berta

MELO, Marcos. **Emendas parlamentares**. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 197-201.

ROBERTS, Bryan R. **A dimensão social da cidadania**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.12, n.33, São Paulo, fev. 1997.

SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SILVA, Ademir Alves da. **A reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado**. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 3, p. 16-32, set. 2004 .

SIMON, H. A. **Administrative behaviour**. Free Press: Glencoe, 1945, 1. ed., New York: Macmillan, 1957.

VERGARA, Sílvia C. **Razão e Intuição na Tomada de Decisão: Uma Abordagem Exploratória**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: 25(3):120-38, jul./set. 1991.



Direitos Humanos e Democracia. O desafio do “direito a ter direitos”

Luci Helena Silva Martins¹

RESUMO

O presente artigo aborda o conceito de “direito a ter direitos” de H Arendt, e o relaciona à histórica dificuldade de garantir os “Direitos do Homem”. Aborda o direito ao trabalho, pelo qual a cidadania é regulada no país. Os direitos seriam assim direitos humanos de minorias integradas e burgueses? Os desafios são da ordem da democracia e do pluralismo, na república, e a violação dos direitos humanos e sociais são a expressão maior da desigualdade e injustiça social. Pretendeu-se aqui despertar para o estudo de Arendt, para as reflexões que a realidade e os acontecimentos nos apontam, e para o desafio de reconhecer os direitos dos Outros que cotidianamente os veem cada dia mais distantes.

Palavras-chaves: Direito a ter direitos, Arendt, cidadania, pluralismo

ABSTRACT

This article deals with H Arendt's concept of the "right to have rights" and relates it to the historical difficulty of guaranteeing "human rights". It addresses the right to work, by which citizenship is regulated in the country. Would rights thus be human rights of integrated and bourgeois minorities? The challenges are of the order of democracy and pluralism in the republic, and the violation of human and social rights are the major expression of inequality and social injustice. It was intended here to awaken to the study of Arendt, to the reflections that reality and events point to us, and to the challenge of recognizing the rights of Others who constantly see them more and more distant.

Keywords: right to have rights, Arendt, citizenship, pluralism

¹ Professora Doutora em Serviço Social (UNESP-FHDSS), Professora do Magistério Superior, lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais, curso de Serviço Social e Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS)

INTRODUÇÃO

Hannah Arendt e o significado da expressão “direito a ter direitos”

Será apropriado apresentar uma breve introdução de quem foi Hannah Arendt (1906-1975), escritora, teórica da política, judia alemã, autora de livros importantes para a compreensão da política nos tempos sombrios, tais como os de hoje, tempos de regressão de direitos em todos os âmbitos da vida social.

Arendt nasceu alemã, reconheceu-se judia especificamente quando da ascensão de Hitler ao poder, foi perseguida e encerrada em campos de detenção nazistas, percorreu o caminho da liberdade trilhado por milhares de judeus em luta pela sobrevivência, tendo se exilado nos Estados Unidos em 1940. Arendt refletiu sobre os descaminhos que levaram ao que ela denominou de “Totalitarismo”. Arendt expõe aos leitores uma série de temas políticos que confirmam a atualidade de suas reflexões para o campo dos direitos humanos e da ética, onde política e liberdade se encontram.

A ideia da distinção em muitos momentos organiza o pensamento de H. Arendt. Ela apresenta a ideia da modernidade como perda do espaço público como esfera do comum, ao mesmo tempo que há também o excesso do indivíduo que fica privatizado, isolado. Daí a sociedade de massas, que é o grande perigo e estava também na origem do totalitarismo, massa que não se unia a partidos, que sobrevivia e almejava somente o auto-interesse. Arendt apresenta análises que partem das distinções entre esfera pública e esfera privada, e com isso analisa a emergência do social, essa categoria que englobou a política e a esfera do privado. No momento em que a fábrica vem organizar o espaço das cidades, no século XVIII, a política veio a ser aprisionada na dimensão do consumo e do mercado.

Aliás, a lei assumiu o discurso daquele que sabe, e porque sabe manda, como bem se vê nos processos em que as pessoas não são chamadas a opinar ou ter sua opinião levada em conta.

H. Arendt, Foucault ou Habermas, ademais, concordariam que a técnica e a razão veio instrumentalizar práticas de segregação, como bem mostra o estudo sobre a loucura na Idade Clássica de M. Foucault ou a reflexão sobre a Técnica e a Ciência como Ideologia de Habermas. A anulação da política como capacidade

criativa do homem veio a conformar a modernidade capitalista, condicionada ao consumismo e anulação do mundo comum, em que homens poderiam aspirar a autorrealização de si e da sociedade. A substituição do Trabalho pelo Labor, por sua vez, é a condição do espaço público moderno, submetido ao consumismo das mercadorias e ao autoritarismo das vontades privadas.

O espaço privado da casa e do lar, onde as pessoas podiam se resguardar do mundo público, retomando as energias criativas e os afetos privados, também veio a ser degradado com a violência nas cidades, a gentrificação, as lutas por recursos escassos e a expulsão de pessoas e povos de seus lares e territórios, como na experiência totalitária do holocausto judeu, e de outras minorias, cenário que se repete em Ruanda, no oriente médio e nas guerras por territórios atuais, que fazem dos muros, objetos de contenção (HAESBAERT, 2014). A certeza de que o totalitarismo figuraria como um regime de guerra, juntamente com os outros regimes políticos já existentes, fez Arendt nos seus livros a colocar nas “Origens do Totalitarismo” o anti-semitismo e o imperialismo, condições que se repetem nos dias de hoje, em que a experiência dos campos de detenção voltam a assolar cidades estratégicas, e o racismo volta a ser empregado como método de guerra para afirmar a segregação e o domínio sobre corpos e territórios.²

Importante destacar que, para Arendt, a dominação totalitária aconteceu no nazismo e stalinismo soviético, quando a origem da legitimidade da lei era buscada em Darwin ou Marx (DINIZ e MARTINS, 2018). Argumentos fundados na lei da evolução das espécies levou à ideia da pureza racial de Hitler, e argumentos da superioridade da lei histórica do movimento, com a superação dialética do presente por um projeto de homem novo, vieram a servir de ideologia, lógica teleológica que justificou toda e qualquer violência contra as quais não caberiam impedimentos morais ou recursos das leis positivas.

² A problemática questão social e humana da contemporaneidade envolve, como sabemos, questões de luta por territórios, com a expulsão de grupos apartados, como os imigrantes, os apátridas. À luta dos sobreviventes de crimes de guerra soma-se a realidade dos países nacionais, que já perdiam em relação à distribuição dos investimentos nacionais em pesquisas com resultados voltados para democratização de bens públicos e coletivos, como a educação, saúde e assistência social distribuída ao país. Questão Nacional que haverá de enfrentar a questão da globalização, da mundialização, dos imigrantes fugitivos de catástrofes naturais ou políticas que assolam o globo terrestre, com proporções maiores no Oriente Médio, na Venezuela, no México, na cidade de Juarez, conhecida como a cidade mais violenta do mundo, pelos feminídios.

No livro *Entre o Passado e o Futuro* –publicado em 1958, encontramos uma clara abordagem do uso que H. Arendt faz dos conceitos de liberdade e autoridade. Arendt discute no livro temas como “o que é liberdade”, “o que é autoridade” e “crise da cultura”. Liberdade não é livre arbítrio e, nesse sentido, a autora se distancia da tradição liberal e coloca na experiência da Revolução o objetivo da liberdade. Arendt coloca na política a essência da liberdade. Nesse sentido, analisa o impacto da quebra da autoridade da lei positiva, e da crise da modernidade quando atinge a educação, reflexão situada no artigo “Crise na Educação”. Avalia que a crise é um momento para se criar o novo, mas nas condições de degradação do mundo comum, a crise na educação é muito mais grave do que a ideia de que “Joazinho não sabe ler”. Atinge a esfera do pensar e dos juízos políticos.

Interessante que Arendt separa a política da educação. Para ela o campo da educação é um campo em que o professor tem a autoridade de separar conteúdos para que o sujeito aprenda a pensar, e com isso aprenda a tomar decisões e se responsabilizar por elas, quando adulto. Não caberia ao professor determinar o conteúdo a ser seguido no plano da política, em que os sujeitos já estariam educados. A crise na Educação e a possibilidade do novo na Política decorre de não conseguirmos equacionar desenvolvimento social e cultura democrática. Daí os dilemas da educação face à luta por reconhecimento em contextos de inexistência social.

Já o termo “direito a ter direitos” foi utilizado por Arendt no livro *Origens do Totalitarismo* (1989) e no livro *A condição Humana* (Arendt, 2010). Foi retomado por Claude Lefort, na década de 1970, quando escreveu *A invenção Democrática* (Lefort, 1984). Teve um importante impacto na construção dos argumentos de Vera Telles, no Brasil, nos anos 1990, quando a socióloga, professora da Universidade de São Paulo (USP) publica na *Revista Tempo Social da USP*, o artigo denominado *Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*.³

³ Arendt ajudou no argumento do grupo dos “repúblicas”, autor do livro “Pensar a República” organizado pelo sociólogo Francisco de Oliveira, nos anos 2000. A autor Heloísa Starling (Oliveira 2000a), em artigo nesse livro, também recuperou argumentos de Arendt para falar da travessia republicana, como parte da invenção que ainda não se processou nos territórios do sertão brasileiro, ainda tomado pela jagunçagem. Chico de Oliveira também pautou a discussão do livro *Os sentidos da Democracia* no próprio termo “totalitarismo” utilizado para definir o neoliberalismo. Portanto “totalitarismo neoliberal”, cunhado por Francisco de Oliveira (2000b) para explicar o silêncio dos sujeitos falantes em condições de anulação da política pela desigualdade social. Telles também definiu a “questão social” e os “direitos sociais” tomando por base a ideia de sujeitos

A questão social colocada nesses termos apresenta-se pois como o “direito a ter direitos” daqueles que ocupam os “não lugares” como lugares de pertencimento. Daqueles que falam (ou provocam ruídos) vindos do mais profundo paradoxo trazido pela modernidade, por meio da linguagem dos “deserdados da sorte” (Telles, 1990), pessoas que também aspiram o “direito a ter direitos”.

Os direitos humanos, H. Arendt já avaliara em *Origens do Totalitarismo*, não ajudam em nada quando as pessoas estão despidas de pertencer, e só vestidas com a pele e os ossos, no sentido genérico de pertencer a uma espécie. Caberá trazer aqui, portanto, a questão dos “sem lugar”, como o lugar da fala e do pertencimento dos inexistentes. Com isso pretendo ressignificar o medo do Outro, esse instigante elemento que transforma o outro num perigo, no símbolo da barbárie, da ameaça à hegemonia, nessa insistente patologia que se apresenta na sociabilidade contemporânea.⁴

O desafio que trago, portanto, focado no “direito a ter direitos” está na ordem do inominável, por não caber, em palavras, situar a dimensão da “falta” que os direitos causam àqueles que não tem “o direito a ter direitos”. Esses problemas carregam ranços históricos de xenofobia, segregação, estigmas e discriminação. Faltam palavras, contudo, para cunhar a linguagem dos direitos (Telles, 1990). Falar em direitos implica aceitar a sociedade salarial, pois a seguridade é fruto das lutas de classe. Mas faltam sujeitos dispostas a pronunciá-los para aqueles que estão fora da segurança do trabalho; faltam soluções miraculosas e rápidas, falta empatia para se colocar no lugar do Outro, e instrumentos legais para os fazer defender. Faltam estratégias político-econômico ou ideoculturais que os possam/permitem enfrentar coletivamente, na particularidade das situações de desigualdade.

São desafios da ordem da ação e do pensamento, dependem do olhar dos diferentes, para somar conhecimentos sobre cada uma das facetas da realidade que resulta da interação de cada sujeito ou instituição com o mundo comum presenciado pelos homens na condição de pluralidade, condição para ação política. Faltam

falantes, que pronunciam o dano, em textos também publicados como *Questão Social*, afinal do que se trata? Ou ainda *Direitos Sociais*, afinal do que se trata? Telles trata de dizer que esses direitos estão na ordem do inominável, dada a dificuldade de cunhar a linguagem dos direitos.

⁴ A autora Viviane Chatel, nesse campo de reflexão, apresentou na Unimontes, no Colóquio Internacional organizado pelo PPGDS, em 2009, o conceito de inexistência social, o qual foi buscar em H Arendt.

canais para disseminação de valores que devem ser preservados, pois no afã do novo, resta considerar que conservar bons hábitos não é conservadorismo, é cultura. Faltam espaços comuns em que caibam os “desviantes” (BECKER), os que não consomem, os que não tem emprego, ou mesmo os dissidentes no campo dos difusores de comportamentos e ideias trazidas por atos de desobediência civil e rebeldias, cujas experiências empíricas variadas e plurais foram sistematizadas em teorias sociais e políticas já consagradas no plano da história do pensamento social.

Nesse interesse pois de apresentar esse desafio da ordem do múltiplo e do plural, cabe perceber os processos de construção da cidadania nas suas vertentes multifacetadas, que apontem para aspectos históricos estruturais de nossos valores, traduzidos sob a forma de dominação política, da dominação masculina sobre o corpo das mulheres e de seus objetos de desejo, do corpo dos diversos signos da sexualidade humana tutelada pelos senhores da lei, dominada por certa tradição já enraizada no Brasil da não separação do público e do privado, de modo que o familismo e a religião dominante vieram a determinar as condições do governo local, o qual prevalece estruturado por meio das forças policiais, do sistema penal e também pelo uso da máquina pública, que recebe e influencia no desenvolvimento da base econômica dos municípios, realidade que se apresenta inteira para nossa análise e compreensão. Desafio este posto aos estudantes e assistentes sociais nesse momento tão difícil de refração de direitos sociais.

O desafio da compreensão, como princípio da ação

O mais importante desses desafios que nos dedicamos a pensar, ao nosso ver, está situado na dimensão da compreensão. Essa discussão de se colocar no lugar do Outro, pressupõe que a compreensão humana seja fruto de diálogos e pensamentos partilhados na esfera pública, sobre alguma realidade comum. Falo aqui do desafio da compreensão de disciplinas como a sociologia, e outras ciências e teorias sociais e políticas, e sobre o lugar de fala da Universidade Pública. Essa fala estaria representando os “sem lugar”?

Problemática das mais importantes desde o início da trajetória das Universidades, o que podemos resumir com relação a isso é que o pensamento se justifica na medida em que altera as condições da realidade. Afinal pensar é mais do

que conhecer, supõe o conhecimento, mais a compreensão, e por fim altera as condições da problemática como se apresenta. O conhecimento serviu, como sabemos, para curar doenças e dizimar pestes e também para libertar os homens das agruras do trabalho manual, quando substituiu homens pelas máquinas. O conhecimento desenvolveu tecnologias que desafiam a imaginação. Mas como afirmou Arendt, lá nos anos 1950, com isso estávamos diante de uma “sociedade de trabalhadores sem trabalho” Nada poderia ser pior. A condição humana portanto clamava por um novo modo de integração. O conhecimento que as Universidades produzem está voltado para essa integração, qual seja para aperfeiçoar as políticas públicas e os bens coletivos?

No continente americano, na América Latina, estudos sobre o que clama pela atenção das autoridades e da *inteligencia* nacional sediada nas Universidades Públicas e centros de excelência já nos renderiam incontáveis dissertações e teses de doutorado, já que o pensamento social tende a problematizar as maiores mazelas e ser um dos melhores canais de expressão da participação popular. As Universidades Públicas estariam, na estrutura do Estado-Nação, o coração da inteligência nacional. Por um lado, as Universidades que se comprometem com um projeto de nação investem em pesquisas tecnológicas para parceria Universidade/Empresa, como mostram os Editais com chamada para Doutores investirem seus conhecimentos nas empresas para geração de emprego e desenvolvimento local. A Universidade pública liberal, portanto, traz investimentos para a ampliação na base da seguridade social, por meio da ampliação do acesso às pesquisas que desenvolvam o mercado de trabalho, e a sociedade civil, pois a classe trabalhadora sustenta o regime previdenciário, e integrada pelo consumo e impostos, contribuiria para a estabilidade do sistema. Por outro lado, as Universidades Públicas executam projetos não apenas para os sujeitos integrados, por meio de ensino e pesquisa que permitem o acesso do estudante ao mercado de trabalho ou ao funcionalismo público estadual ou federal, mediante concurso público, portanto integrados pelo salário e as conquistas efetivadas pela classe trabalhadora. As Universidades também desenvolvem extensão comunitária para às comunidades com quem estabelecem vínculos por meio de editais e projetos de extensão, como o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), que desenvolve

projetos, e lida com ampliação de laços com comunidades rurais, quilombolas, grupo de catadores, alguns bem integrados às políticas públicas, como as pequenas comunidades rurais de pequenos produtores, outras mais desarticuladas e para quem não há muitos recursos públicos. Em geral os projetos de extensão tentam abarcar os sujeitos apartados, aviltados da proteção da sociedade salarial, e quando muito assistidos por projetos assistencialistas e sem continuidade.

As políticas públicas, conquista do projeto democrático em luta contra o capitalismo dos monopólios, possibilitou uma intensa oposição no século XX, entre Capital e Trabalho (K/T), por meio de sindicatos fortes, determinados a defender a solidariedade de classe e as políticas sociais, como resultado da crise de legitimação do capitalismo tardio (Habermas, 1998). O próprio setor público, fonte de empregos e estabilidade no mundo do trabalho, também não foge da racionalidade dos processos burocráticos, sempre abertos para corrupção sistêmica já observada nos mercados capitalistas. O setor público também é um monopólio que compete com o privado, em termos de racionalidade instrumental, com vistas ao poder e ao lucro, pois mercado e agentes políticos competem por ganhos ilícitos, numa parceria em que os meios justificam os fins.

Outro desafio está no plano da evolução cultural das massas, como disse Antonio Gramsci, retomado por Evelina Dagnino (2000), no Brasil, e por autores conhecidos do pensamento sociológico brasileiro como Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Ivete Simionatto e outros. As reflexões dessa básica múltipla de pesquisadores de diversas áreas coincidem em determinados momentos com o de Arendt. A professora Dagnino face a esse pluralismo metodológico de influências múltiplas, afirma que as transformações nos discursos e práticas da esquerda estiveram estavam ligadas ao anti-autoritarismo de pensadores como Gramsci, Foucault, Habermas, Arendt e Lefort, dentre outros, os quais construíram uma base plural de influências que se imaginava teria ficado marcada no DNA da esquerda. O problema é que tanto esquerda quanto direita ameaçam a Democracia e já não compreendem que o pluralismo e as diferenças fazem parte da condição da política, que por sua vez exige a pluralidade para a formação da ação e opinião, reconhecidas como legítimas.

Arendt no artigo “A crise na educação” adensa a compreensão dos problemas atuais decorrentes dessa crise, e de como isso afeta no quesito da formação de juízos políticos e nos impactos sobre a reconstituição de um mundo comum, partilhado, que aceite diferenças e desvios, e integre os dissidentes, adeptos de um tipo de pluralismo anti-autoritário, como parte do corpo político. Afinal estaria no dissenso, o princípio do “desentendimento” trazido também por J. Rancière (1996), outro autor cuja obra *O Odio à Democracia* (2014) agora nos chega em pdf pelos aplicativos de whatsapp, como consequência da disseminação da ementa e conteúdo da disciplina “O Golpe de 2016” e o episódio da proibição da disciplina oferecida na UNB, pelo professor de ciência política, Luiz Felipe Miguel, nos últimos dias de fevereiro último.

Para Rancière, existirá política quando o desentendimento aparece na voz da “parcela-dos-sem-parcela”, um bom termo para alcançar os sujeitos que vivem no mundo, mas estão fora dele, por estarem fora da política, dos direitos, da ética. Esse sujeito pode estar integrado ou encontrar-se fragilmente situado na escala da integração social, por isso não participam das estratégias de luta da classe, como greves, ou têm o apoio dos seus sindicatos. Aliás o mercado de trabalho pune os grevistas, garantindo a divisão entre os funcionários públicos e os trabalhadores em geral, privados das conquistas da classe.

Em luta por reconhecimento para não serem enquadrados no lugar social originário lhes destinado pela racionalidade instrumental ocidental, para os quais o cenário de injustiças ou a realidade empírica da escravidão, com as condições de degradação dos presídios, o lugar destinado desde a antiguidade à mulher, à criança e ao escravo, depois aos leprosos e loucos, no século XX, não tem significado. A luta rompe morosamente o silêncio. As novas racionalidades tentam alterar os estigmas, rompendo tradições. A própria H. Arendt é uma mulher judia criada nos círculos masculinos das universidades públicas alemãs. Atingida como judia, teve de responder como judia. Participou da militância sionista (contra anti-semitas) e ao final não se identificou com a criação do Estado de Israel e as com a postura das autoridades sionistas. “Por amor ao mundo” é a mensagem de H. Arendt, sem ser religiosa, estudou o conceito de amor em Santo Agostinho, um de seus primeiros livros, o qual se seguiu ao livro sobre uma judia assimilada do

período do romantismo alemão, Rahel Vanhagen (Telles, 1990). Assim, Arendt analisava atitudes, fenômenos e julgamentos, como resultado de decisões individuais e coletivas, quando circunstâncias e intensões de sujeitos que se destacam, em momentos específicos, puderam configurar-se como ação. Motivo pelo qual vem a se colocar contra Sartre e Marx com relação ao conceito de violência como motor para parir a revolução. Se posiciona contra o movimento negro quando utilizava Sorel e o mito da violência para a resolução da questão do colonialismo francês contra a Argélia. Analisa a questão da tomada do totalitarismo como regime de guerra, contra negros, brancos, judeus, alemão, homens e mulheres, nas suas especificidades, mas todas vítimas de violência, do recolhimento do espaço público, e sem o reconhecimento do lar para se resguardar de ataques contra a dignidade humana. Privatizados, na rua ou no lar, os homens não podiam praticar a “invenção democrática” (Lefort, 1984), pela consciência dos direitos, pois não eram considerados humanos. Hoje, em que o anti-semitismo e as guerras modernas se acentua, me parece, as minorias gritam que a violência estatal, pública, tanto a violência verbal, sexual, econômica, ou burocrática, todas as manifestações tornam a democracia impraticável e nada além do que um princípio formal e uma “ideia força” (MARTINS, 1996) que move os sujeitos, mas não lhe garante direitos humanos. Esses devem ser reconhecidos pela comunidade de pertencimento do sujeito e pela esfera pública, sob forma da lei e do direito.

Resta uma compreensão de que, na democracia “para além da existente” (Dagnino, 2000), os divergentes não são inimigos; são dissidentes que portam o direito à opinião; não destroem o corpo físico ou a existência dos interlocutores, como no totalitarismo. Atuam como aliados por um projeto plural e tolerante de mundo. O desentendimento, como avaliava Rancière, nesse mesmo viés analítico, não é oitenta ou oitenta, branco ou preto, em que uma parte não reconhece a racionalidade e direito de existir do outro. A palavra democrática que as Universidades querem construir não cabe na verdade dos tiranos e mandatários. Se foi golpe contra Dilma Rousseff ou contra os brasileiros como um todo, parece ser o que sugere o viés da reflexão do curso que nos chega ao Whatsapp, por uma disciplina que se funda sobre o debate do ‘O Ódio à Democracia (Rancière, 2014).

Muitos odeiam a democracia porque, ao se transformar em regime político, esse sistema atrela-se ao individualismo moderno (Dumont, 1987), e atrela-se aos sistemas de proteção social bismarkiano ou beveridgiano, ou a uma mescla dos dois sistemas de seguridade, como analisa Esping-Andersen (1994), como mecanismo de reagir a crises sistêmicas. O ódio se apresenta face às massas desejan-tes, que criam condições de luta por reconhecimento e redistribuição, mostrando, que esse é o melhor caminho a ser reinventado.

É necessário ressaltar que a universalidade da integração social é falha pelos mecanismos de apropriação da riqueza coletiva, pois a cultura como base da política tende a legitimar os ganhos isolados ou da classe dos que gozam as consequências da democracia liberal e moderna, legitimada pela “sociedade do trabalho”. Desnecessário dizer que essa sociedade é seletiva, aviltante, autoritária e desigual e quando garante a integração social apenas à classe e aos proprietários e operadores do mercado, do Estado, da Justiça e da Polícia, desencadeia a luta de classes por recursos escassos dentro da classe, como assinalou Castel (1996).⁵

A democracia está em perigo por todos os lados, seja por ameaças intrínsecas postas pelas transformações que ocorrem no mercado especulativo de capitais, fomentado pela globalização e neoliberalismo, que operam no plano de capturar do Estado-Nação as capacidades de garantir a cidadania aos seus nacionais. Claro que a “real política” se mantém enclausurada na capacidade do governo gerir os conflitos e pela relação estabelecida entre a seguridade, os direitos, a cultura e política local.

O sistema democrático, embora falho, durante algum tempo, foi considerado o único aberto para o aparecimento do novo, propício à invenção da cidadania, aberto ao conflito, pois como avalia Lefort (1984), nesse, o poder, o saber e a lei não se centralizam na figura do UM, totalitária, de onde emerge a obediência, a apatia e o terror. Diferente do totalitarismo, a democracia, como princípio e como valor, se concebe mais pelo que dela podemos extrair do que pelo que já conquistamos: uma sociabilidade em que sujeitos falam e outros ouvem, sujeitos escrevem, outros leem, ao mesmo tempo em que se cria a consciência dos direitos, o dissenso, a

⁵ Essa centralidade do trabalho rendeu incontáveis discussões acadêmicas desde “Adeus ao Proletariado” de Andre Gorz ou “Adeus ao Trabalho” de Ricardo Antunes. Mas mesmo a classe trabalhadora se integrou ao sistema de seguridade social, com os princípios focados tanto em Bismark quanto em Beveridge (ESPING-ENDERSEN, 1994, BEVERIDGE, 1949).

divergência, o pluralismo de ideias e o pensamento sobre um determinado mundo ou projeto comum, sobre o qual se pretende a ação política dos envolvidos. O lugar do poder, na democracia ainda em invenção, teria de estar vazio para ser tomado por qualquer um que se habilite ao posto público. Lugar vazio que não pode ser ocupado por castas, por privilegiados, por filhos de pais com sobrenomes, por amigos de amigos que se protegem. A dificuldade de superar a tênue linha entre superação e estagnação, entre pensar e não pensar, numa dialética crítico-social em que os diferentes interagem em uma linha comum de ação, faz com que a sociabilidade sob regime democrático permita aos envolvidos nas partilhas da vida pessoal e profissional possam ter a legitimidade de pensar por si, de modo a comunicar seus pensamentos para a esfera da partilha do comum, nesse caso, não para acender territórios em disputa, mas para integrar conhecimentos e participar da construção democrática.⁶

Considerações finais

Quis partilhar, com esse trabalho, o sonho de um mundo melhor, e por isso afirmou-se a militância da causa dos direitos humanos, para que seja possível referendar as novas gerações das lutas trilhadas; para que os jovens leitores, junto dos velhos habitantes desse mundo, possam também almejar “cuidar do mundo” (Arendt), um mundo forjado sobre hábitos que qualificam o pensamento na aspiração e realização de bens públicos universais, com o desafio do respeito à individualidade do sujeito, sua trajetória e história de vida. Hábitos como a leitura, a frequência às bibliotecas, o respeito aos pais, aos professores, o respeito às liberdades formais, guardadas na relação de ir e vir, ouvir e publicar, escrever e ser lido, ver e ser visto, hábitos que já foram considerados direitos burgueses e formais, quando afirmados como “Direitos dos Homens”, no plural, criam, por sua vez, muito

⁶ Como uma grave expressão da questão social temos, no Brasil, disputas de toda ordem. Disputas por ações afirmativas, disputas por reconhecimento e redistribuição, disputas para que se aceite que as políticas sociais de assistência social de estenda aos imigrantes nas áreas fronteiriças no país, como relatado em evento de Políticas Sociais em Londrina em 2017. Os paraguaios sofrem discriminação na cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu, dos próprios páreas nacionais. Temos disputas por significados, homens do Banco Central falam em democracia e apelam para Habermas. Teriam a mesma compreensão que os críticos da Escola de Frankfurt como Axel Honneth e Nancy Fraser, ou os críticos de Habermas no Brasil? Ressalte-se que essa crítica sempre foi feita dentro do extremo respeito e reconhecimento (Honneth, 2003), o que convida a cada leitor ter a sua compreensão por meio da reflexividade.

mais do que uma relação entre mônadas (Lefort,1984), mas uma sociabilidade outra, que existe em face do Outro, que expressa a diferença por meio das palavras, pensamento e ação, caso encontrem condições e circunstâncias que levem à ação. Pretendi, portanto, apontar para a ideia do novo que porta a crise e com ela a possibilidade de construir uma ética da pluralidade, na qual não seja natural que se ataque as conquistas já obtidas pela classe trabalhadora, desde que se reconheça que esses direitos também são frutos da racionalidade democrática e das pressões, que melhor souberam reverter para si a balança da justiça.

A linguagem da política deve expandir-se contudo para os sub-representados cuja promessa de universalização dos direitos da modernidade acomodou, seja sob o totalitarismo, como regime de guerra, por meio do comportamento acomodado sob violência ilimitada, seja por meio de pequenos ganhos de mobilidade social, fonte de gozo e satisfação pessoal dentro da classe, onde as pessoas se reconhecem pelo padrão semelhante de acomodação e bem estar, pessoal e familiar. Conseguir se integrar pela educação formal exige esforço supremo das classes subalternas, e em certa medida, as oportunidades não se colocam no plano da meritocracia pois a competição não se dá no plano da igualdade.

Por fim, quis partilhar sobre forma de síntese os vínculos que compreendo ligam diversos autores ao pensamento vivo de H. Arendt e de outros teóricos da contemporaneidade. Quis apresentar aos alunos e colegas da profissão alguns aspectos teóricos e práticos colocados ao desafio do pluralismo, convidando-vos para o estudo de Arendt, autora que erroneamente pode ser considerada conservadora, mas das condições que preservam a liberdade e o pensamento, o diálogo e a ação.

Referências

ARENDR, Hannah. As Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. **Entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

BECKER, Howard. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEVERIDGE, William. **O Plano Beveridge**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. São Paulo, Difel, 1996

DAGNINO, E. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

DINIZ, Vanessa e MARTINS, Luci H.S. Pluralismo, Totalitarismo, Democracia. Sobre a dificuldade de consolidar direitos sociais. CONINTER, UFPB, João Pessoa, 2017.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna**. Editora Rocco, 1993

ESPING-ANDERSEN, As três economias políticas do WelfareState. In: Lua Nov, nº 24. São Paulo: CEDEC, Setembro de 1994

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. Limites do totalitarismo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984

LOWY, Michel. Revoluções. Boitempo Editorial, 2009.

MARTINS, Luci H S M. Autogestão, sua atualidade, suas dificuldades. VIEITEZ, Cândido G. **A fábrica sem patrão**. Editora Unesp, 1996

OLIVEIRA, Francisco de. **Pensar a República**. Belo Horizonte, Editora da UFMG
_____ e PAOLI, Maria C. **Os sentidos da Democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global,.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira : quem é e como vive** / Jessé Souza ; colaboradores André Grillo... [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

_____. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro, Leya, 2016.

RANCIÈRE. **O desentendimento**. Filosofia e Política. São Paulo, Editora 34, 1996.

_____. **O dissenso. (in) NOVAIS, Adauto. A Crise da Razão. São Paulo, Companhia das Letras, 1996**

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo, Boitempo, 2014

TELLES, Vera. Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social. Notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(1):23-48,1.1990.



EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONQUISTAS E DESAFIOS

Luciana Santos Lenoir¹

RESUMO

O artigo aborda, mediante revisão narrativa, as diversas concepções acerca da educação, correlacionadas às dimensões sociais, políticas e culturais e suas respectivas implicações conceituais e metodológicas. Apresenta considerações críticas acerca dos parâmetros metodológicos que constituem a formação das políticas destinadas à educação em direitos humanos e revela as limitações quanto à sua aplicabilidade. Descreve os processos que conduziram à estruturação dos planos político-institucionais e das diretrizes pertinentes à educação em direitos humanos no Brasil. Expõe determinadas limitações que tendem a emergir diante de abordagens referentes aos conteúdos de direitos humanos no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação; Direitos Humanos; Educação em Direitos Humanos.

ABSTRACT

The article approaches, through narrative review, the diverse conceptions about the education, correlated to the social, political and cultural dimensions and their respective conceptual and methodological implications. It presents critical considerations about the methodological parameters that constitute the formation of policies aimed at human rights education and reveals the limitations on their applicability. It describes the processes that led to the structuring of the political-institutional plans and the guidelines pertinent to human rights education in Brazil. It exposes certain limitations that tend to emerge from approaches related to human rights contents in education.

Keywords: Education; Human rights; Human Rights Education

¹ Mestre em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Professora da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros - FACIT.

INTRODUÇÃO

Considera-se, a princípio, que o conceito de educação permite múltiplas interpretações que relacionam-se às conjunturas sociopolíticas e culturais que circundam o vasto universo do indivíduo, que por sua vez engloba, simultaneamente, a família, os grupos sociais, a comunidade e a nação. Desse modo, verifica-se que compreender a educação enquanto fenômeno requer a exploração detalhada da pluralidade de elementos que caracterizam determinada sociedade no decorrer da sua história e formação.

De acordo com Brandão (2007), a educação é entendida como uma prática social cuja finalidade é o desenvolvimento daquilo que o ser humano pode e necessita aprender frente às diferentes formas de saber componentes de uma cultura tendo em vista a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as demandas e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. Nessa perspectiva, compreende-se que a educação é estabelecida mediante trocas simbólicas produzidas e reproduzidas de geração a geração e fundamenta-se por intermédio de uma carga identitária que permanece em constante processo de recriação de valores e normas; ideias e saberes; hábitos e crenças. Constata-se também que, empiricamente, a educação apresenta-se de modo diversificado e desigual entre os diversos tipos de sociedade e diferentes tipos de sujeito que a compõem.

O sentido da educação referente às complexidades que envolvem a trajetória do sistema educacional, a expansão do ensino e os projetos metodológicos adotados, adquire amplitude e relevância a partir da realidade concreta, social, criada e recriada pela herança cultural, pela evolução econômica e pela estruturação do poder político. Conforme a exposição de Romanelli (1986) enfatiza-se que a cultura não sobrevive a não ser no meio social e o instrumento que mantém tal sobrevivência é, inevitavelmente, aquele responsável por definir o processo educativo.

Deve-se considerar que educar exige uma condição que impulse a formação da consciência por intermédio de conhecimentos, valores e habilidade de

compreensão. Nesse sentido, Sader (2007) ressalta que o processo educacional é mais vasto e complexo do que denomina-se como educação formal pertinente aos espaços escolares. O autor considera que o ato de educar é encarregar-se da interrelação entre a compreensão do mundo e de si próprio que envolve uma compreensão real, capaz de abstrair os mecanismos são construídos pelo indivíduo na concretude da sua vida. Contudo, tal ato pode ser condicionado por uma interpretação alienada que, ao invés de permitir a referida compreensão, ocupa um espaço de dimensão abstrata, permeada por mitos, construções imaginárias, que acabam por cristalizar a incapacidade das pessoas de se assimilar o mundo que lhe circunda mediante meras produções e reproduções cotidianas.

Destaca-se que a educação é assimilada a um direito em si mesmo e um mecanismo fundamental para o acesso a outros direitos e adquire relevância quando orienta-se para o pleno desenvolvimento humano e para suas potencialidades em busca da efetivação da cidadania. Desse modo, Candau (2008) sugere que a educação requer um direcionamento para uma cidadania aberta e interativa, que permite explorar as assimetrias de poder entre diferentes grupos culturais, de administrar os conflitos e viabilizar a solidariedade.

Diante das considerações expostas, interpreta-se que as abordagens teóricas em torno dos fundamentos da educação em direitos humanos² exigem uma percepção ampla em torno do que também convencionou-se, historicamente, educar. Interpreta-se, portanto, que a prática educativa em direitos humanos não lhe confere abordagens com neutralidade e imparcialidade, mas de uma constituição essencialmente sociopolítica que constrói-se mediante a promoção, a proteção e a defesa dos direitos individuais e coletivos. Tal condição é edificada por das lutas de movimentos sociais engajados em defesa da aplicação das práticas democráticas, por intermédio dos movimentos sociais e das organizações populares.

² É válido expor a concepção de direitos humanos que doravante será abordada. Referem-se aos direitos históricos considerados como universais e naturais. Conforme Benevides (2007), tratam-se de direitos que tendem a alterar-se no decorrer do tempo e o seu reconhecimento é variável diante dos paradigmas de cada país. Nesse sentido, podem ampliar o seu escopo em decorrência de novas demandas sociais, novas conquistas e novas ideologias. Segundo a autora, ainda podem ser interpretados como relativamente recentes, tais como aqueles interligados aos elementos da defesa do meio ambiente e aos direitos sociais que extrapolam as dimensões do mundo do trabalho.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM DIRETIOS HUMANOS

De acordo com Silveira (2007), as ações educativas funcionam como processos dinâmicos de socialização da cultura que englobam todos os seres humanos e permitem, pois, transmitir-lhes as experiências vivenciadas enquanto conjunto das relações sociais interligadas à Natureza e aos membros da espécie, fato que viabiliza-lhes a produção e reprodução de sua existência.

Desse modo, a herança cultural atua diante dos valores procurados na escola, pela demanda social da educação e, além disso, o poder político evidencia o jogo das forças conservadoras e modernizadoras em que há predominância da primeira sobre a segunda quando, de forma tendenciosa, orienta a expansão do ensino e controla a organização e a avaliação do sistema educacional. A autora supramencionada afirma, ainda, que o quadro situacional das relações existentes entre educação e desenvolvimento³ é direcionado pela economia que cria novas necessidades de qualificação profissional, como também, a expansão da educação escolarizada.

Numa outra linhagem de argumentação, Arendt (1989) afirma que desde os tempos antigos, a educação tende a consolidar seu papel no repertório das utopias políticas, mediante a ideia do quão parece natural desencadear um novo mundo com aqueles que são por nascimento e natureza novos. Considera-se que tal condição como um equívoco, uma vez que há redução da possibilidade de reunir-se aos iguais e prevalece uma espécie de intervenção ditatorial fundamentada pela supremacia do adulto e a tentativa de enaltecer o novo como um *fait accompli*, isto é, como se o novo já estivesse preconcebido e determinado para as gerações futuras.

Quem desejar criar uma nova ordem, política mediante a educação, isto é, nem através de força e coação, nem através da persuasão, se verá obrigado à pavorosa conclusão platônica: o banimento de todas as pessoas

³ Segundo Romanelli (1986), é comum tratar o problema das necessidades criadas pela expansão econômica e é por isso que, quando menciona-se necessidades educacionais do desenvolvimento, relaciona-se à qualificação de recursos humanos. Além disso, o crescimento da demanda social de educação pode ser entendido como indicador de necessidade do desenvolvimento, uma vez que revela aspectos sociais desse último, por traduzir o surgimento e a ampliação de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação. De forma analógica, verificar o crescimento da demanda escolar equivale a constatar o crescimento das necessidades especiais do desenvolvimento.

mais velhas do Estado a ser fundado, mas mesmo às crianças que se quer educar para que sejam cidadãos de um amanhã utópico é negado, de fato, seu próprio papel futuro no organismo político, pois, do ponto de vista dos mais novos, o que quer que o mundo adulto possa propor de novo é necessariamente mais velho do que eles mesmos. Pertence à própria natureza da condição humana o fato de que cada geração em um mundo antigo de tal modo que preparar uma nova geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados sua própria oportunidade face ao novo. (ARENDR, 1989, p. 225-226.)

A educação, na análise de Arendt (1989), está voltada para um mundo que é avaliado como fora dos padrões daquilo que interpreta-se como correto ou ideal, fora dos eixos paradigmáticos ou ideológicos. A autora tece críticas aos fundamentos positivistas diante da necessidade eminente de ordem e progresso a que todos são condicionados por intermédio da educação. Trata-se de uma condição em que o mundo é construído por mãos mortais e também acomoda os mortais em espaço e tempo limitados. Desse modo, um mundo que é construído por mortais e é desgastado por seus habitantes que são alterados permanentemente, há o risco de tornar-se mortal como eles. Tendo em vista defender o mundo contra a mortalidade de seus constituintes, o mesmo deve ser, continuamente, estruturado em sua devida ordem para atender às perspectivas futuras, mesmo que diante de uma concepção ultrapassada.

O problema é simplesmente educar de tal modo que um por-em-ordem continue sendo efetivamente possível, ainda que não possa nunca, é claro, ser assegurado. Nossa esperança está pendente sempre do novo que cada geração aporta; precisamente por basearmos nossa esperança apenas nisso, porém, é que tudo destruímos se tentarmos controlar os novos de tal modo que nós, os velhos, possamos ditar sua aparência futura. Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade em introduzi-la como algo novo em um mundo velho que por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição. (ARENDR, 1989, p. 243.)

Para Arendt (1989) embora todo discurso preponderante em torno de um “novo” conservadorismo, a autêntica dificuldade na educação moderna reside no fato de que mesmo que uma determinada ação educativa não intente sequer um sinal de atitude conservadora em nossos dias, o tradicionalismo tende a emergir e predominar. A autora alerta que há sólidas razões para tanto, uma vez que a crise

da autoridade na educação revela vínculos estreitos com a crise da tradição, ou seja, com a crise da nossa atitude em relação aos aspectos passados. Desse modo, o educador encontra dificuldades para arcar com tal elemento da crise moderna, uma vez que compromete-se como mediador entre o antigo e o atual e a sua própria profissão requer o respeito primordial pelo passado.

O problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição. Isso significa, entretanto, que não apenas professores e educadores, porém todos nós, na medida em que vivemos em mundo junto à nossas crianças e aos jovens, devemos ter em relação a eles uma atitude radicalmente diversa da que guardamos um para com o outro. Cumpre divorciarmos decisivamente o âmbito da educação dos demais, e acima do âmbito da vida pública e política, para aplicar exclusivamente a ele um conceito de autoridade e uma atitude face ao passado que lhes são apropriados, mas não possuem validade geral, não devendo reclamar uma aplicação generalizada no mundo dos adultos. (ARENDR, 1989, p. 245-246.)

Conforme afirma Zenaide (2005), os parâmetros da educação em direitos humanos envolvem análises teóricas, críticas e progressistas da educação, uma vez que seus objetivos pressupõem uma percepção crítico-transformadora da realidade que incluem valores, comportamentos, relações e práticas tanto sociais, quanto institucionais. A educação em direitos humanos, portanto, vislumbra uma atitude questionadora que é patenteadada pela necessidade de efetuar mudanças, tanto na esfera individual, quanto coletiva que redimensionam a cultura escolar e as relações sociais. Por conduzir-se mediante a criticidade, a educação em direitos humanos, conseqüentemente, direciona as contestações quanto às injustiças, aos alertas quanto à abstenção de ações e de mecanismos democráticos e às rejeições de ações que adotam o uso da violência como justificativa para luta política.

O século XX foi determinante para aprimorar os reais significados dos Direitos do Homem herdados do iluminismo. Perante a correlação entre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão oriunda da Revolução Francesa de 1789⁴ e a

⁴ Deve-se considerar como marco histórico, a Declaração de 1789, oriunda da Revolução Francesa cuja qual expõe que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em seus direitos". Tal declaração afirma que toda e qualquer associação política

Declaração Universal dos Direitos Humanos, constituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, torna-se evidente a propagação do reconhecimento dos direitos que devem ser garantidos a cada ser humano. Destaca-se ainda que com a ampliação das demandas democratizantes decorrentes da Segunda Guerra Mundial, houve a formalização representacional explícita dos Direitos Humanos que estabeleceu suas dimensões teóricas e práticas, entre um horizonte universalizante, preconizado por uma cultura destinada à espécie humana, uma vez que os direitos são compreendidos como patrimônio de todos em suas territorialidades de culturas específicas.

De acordo com a análise de Rodrigues e Abramowicz (2011), os vínculos entre cultura e educação são inerentes ao próprio surgimento da escola, contudo, são recentes as discussões na esfera educacional em que se expõem críticas diante da apresentação das disparidades significativas entre indicadores de diferentes grupos étnicorraciais referentes ao acesso, à permanência e ao rendimento. Nesse sentido, os autores relatam que a intensificação de conflitos e o processo contínuo de afirmação das identidades, fatos expressivos, especialmente, em sociedades que sofreram as interferências do colonialismo europeu, inquietaram os organismos internacionais e as agências transnacionais para os efeitos da globalização que não restringem-se apenas às esferas socioeconômicas e tecnológica.

Os estudos de Benevides (2007) revelam que é preciso compreender a educação em direitos humanos a partir de três aspectos que devem ser considerados nas contingências do educador e do educando. O primeiro expõe a necessidade de ações educativas permanentes, contínuas e globais. Já o segundo revela que as atividades devem ser voltadas para impulsionar, verdadeiramente, a mudança cultural. E o terceiro, pressupõe a educação em valores, tendo em vista alcançar corações e mentes em termos de conscientização e, assim, ultrapassar a mera condição de instrução e de reprodução de conteúdos.

Que efeitos queremos com esse processo educativo? Queremos uma formação que leve em conta algumas premissas. Em primeiro lugar, o

tem a finalidade de assegurar os direitos naturais e inalienáveis. Destaca-se que os direitos do homem antecederam e fundamentaram os direitos do cidadão.

aprendizado deve estar ligado à vivência do valor da igualdade em dignidade e direitos para todos e deve propiciar o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de cooperação e solidariedade. Ao mesmo tempo, a educação para a tolerância se impõe como um valor ativo vinculado à solidariedade e não apenas como tolerância passiva da mera aceitação do outro, com o qual pode-se não estar solidário. Em seguida, o aprendizado deve levar ao desenvolvimento da capacidade de se perceber as conseqüências pessoais e sociais de cada escolha. Ou seja, deve levar ao senso de responsabilidade. (BENEVIDES, 2007, p.346)

Educar para e em direitos humanos é, portanto, uma proposta desafiante. Nesse sentido, Candau (2008) buscou identificar e enumerar determinados desafios encontrados diante da efetivação de educação intercultural mediante uma perspectiva crítica e emancipatória, capaz de promover os direitos humanos e associar aspectos alusivos à igualdade e à diferença. Desse modo, a autora agrupou os referidos desafios determinados núcleos para reflexão.

O primeiro explora que tendo em vista a promoção de uma educação intercultural é crucial uma postura de desconstrução. Para tanto, é imprescindível adentrar no universo incômodo, permeado pelos preconceitos e discriminações que abrange as diferentes relações sociais configuradas nos contextos vivenciados e que, frequentemente, são expostas por meio de conotações subjetivas, abstratas, difusas e sutis. A autora aborda também a necessidade de questionar os condicionantes monoculturais e etnocêntricos que, de modo explícito ou não, encontram-se presentes na própria escola, nas políticas educativas e que não se desvencilham dos currículos escolares. Cabe questionar quais critérios são adotados para determinar os conteúdos escolares, fato que conduz a uma desestabilização da pretensa “universalidade” dos conhecimentos, saberes, valores e práticas que estruturam as práticas educativas e projetos pedagógicos.

O outro núcleo de preocupações apontado por Candau (2008) estabelece a correlação entre igualdade e diferença na esfera das políticas educativas e das práticas didático-pedagógicas. Trata-se de considerar se há o enfoque para identificação e valorização das diferenças culturais, dos variados saberes que conduzem à percepção da educação como um o direito. A autora revela que tal ação permite a reconstrução do que acredita - ou pretende - ser “comum” a todos e todas, sem distinções, e permite que ocorra a identificação entre os sujeitos socioculturais,

fato que assegura que a igualdade seja revelada mediante as diferenças que são identificadas coletivamente como referência comum e que rompe, assim, com a primazia monocultural presente com frequência em culturas escolares.

No que tange ao terceiro núcleo, a autora supracitada expõe a retomada dos processos de construção das identidades culturais em enfoques individuais e coletivos, capaz de enaltecer as histórias de vida e da construção de diferentes comunidades socioculturais. Trata-se de um aspecto relevante, uma vez que envolve elementos pertinentes à hibridização cultural e à constituição de novas identidades culturais. Nesse sentido, ela salienta que é relevante explorar um conceito dinâmico e histórico de cultura, fundamentado pela junção das raízes históricas, das suas reconfigurações e de novas perspectivas, tendo em vista evitar uma percepção unilateral das culturas como universos inertes e fechados que induzem às concepções de “pureza”, enquanto essência.

Nas configurações expostas por Candau e Sacavino (2013) a educação em direitos humanos revela aspectos capazes de desencadear o empoderamento individual e coletivo, especialmente, daqueles grupos sociais considerados como desfavorecidos ou discriminados. Nesse contexto, reconhece-se a necessidade de estimular grupos ou indivíduos que, historicamente, admitem-se com menor poder ou representatividade e que consideram-se como dominados, subjugados, excluídos ou silenciados diante da conjuntura alusiva aos processos sociopolíticos, culturais e econômicos. As autoras ponderam que a mencionada condição de empoderamento é alicerçada por dois princípios interdependentes: pessoal e social, em que a educação em direitos humanos deve promover, afirmar e desenvolver.

As análises de Zenaide (2005) evidenciam dilemas enfrentados pelo educador em direitos humanos e em relação aos outros com quem compartilha a ação educativa. Trata-se da necessidade de questionar se as práticas conformistas que com frequência são reverenciadas como de educação para a cidadania, porém tendem a reafirmar paradigmas, omitir incongruências ou sentidos diferentes daqueles orientados originalmente pelos princípios teóricos. Em sua concepção, educar para os direitos humanos exige autocrítica contínua dos atores envolvidos

para que seus princípios teóricos não deformem-se em detrimento interesses particulares.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

As temáticas que envolvem os direitos humanos no Brasil são, concomitantemente, recentes e urgentes. De acordo com Viola e Pires (2012) são abordagens recentes porque referem-se às condições reivindicatórias que foram inseridas no universo cultural mediante as lutas dos movimentos sociais que enfrentaram a ditadura militar em busca da recuperação dos direitos civis e políticos. Também são urgentes, conforme os autores, uma vez que as condições históricas de desigualdade socioeconômica alicerçaram a formação de uma sociedade com eminentes tendências aos privilégios e a reforçar carências.

Reconhece-se que o desencadeamento do processo de democratização conseguiu reconstituir, em termos normativos, os direitos civis e políticos básicos, mesmo que ainda sejam poucos os avanços em termos de exercício da plena cidadania. O déficit de direitos sociais e econômicos é refletido em altos índices de concentração de riqueza e, por conseguinte, expressa significativas diferenças sociais que configuram diferentes problemas sociais e sociológicos.

No caso do Brasil, segundo as exposições de Rodrigues e Abramowicz (2011), é perceptível que a partir de 1990, no denominado processo de “redemocratização”, há a presença de uma conjuntura reivindicatória em que diferentes movimentos sociais revelam práticas discriminatórias em contextos educacionais. Pode-se considerar ainda que há a influência de uma retórica presente no contexto mundial integrada, sistematicamente, às discussões dos estudiosos da educação. Verifica-se, assim, a demanda por uma educação que agregue a diversidade cultural às dimensões didático-pedagógicas e que enfatize a valorização da identidade múltipla na esfera da educação formal, em consonância com as orientações gerais da Unesco.

É nesse contexto que constituíram-se o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEHDH de 1993, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional - LDB de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN de 1997, como os fundamentos normativos e estratégicos responsáveis por conduzir as ações educativas voltadas para os valores fundamentais vinculados ao interesse social e delineados por princípios democráticos.⁵ Há que considerar-se, ainda, as influências do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos de 2005 e as ações do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos construído - PNDE de 2006 responsáveis por direcionar os sistemas de ensino da educação básica para a adoção de políticas educacionais que englobem conteúdos e práticas que privilegiem os elementos essenciais dos direitos humanos. Ressalta-se que os objetivos gerais do PNDE são os seguintes:

a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado democrático de direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e pela sociedade civil, por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, entre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos, no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos planos de educação em direitos humanos dos estados e municípios; m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência. (Brasil/PNEDH, 2006, p. 26-27)

Já em 2010, o Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD estimulou e apoiou as

⁵ É válido mencionar que a Constituição de 1988 é também considerada como marco histórico para reafirmação dos aspectos voltados para os direitos humanos. Reconhece-se o resultado do esforço dos movimentos sociais das décadas de 1960, 1970 e 1980 para que o Estado brasileiro defendesse e protegesse os direitos fundamentais. Destacam-se ainda as ações interligadas aos grupos de defesa de direitos humanos nos sistemas de ensino público e privado, às ONGs, especialmente, a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos de órgãos como a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que contempla a área da Educação.

Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal na estruturação de Planos de Ação de Educação em Direitos Humanos destinados à Educação Básica. Trata-se de um empreendimento que viabilizou a inserção nas esferas públicas educacionais, de ações educativas que focassem o respeito aos direitos humanos tendo em vista o desenvolvimento da cidadania ativa.

Em 2012, foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que permitiram ações diferenciadas no contexto histórico do Conselho Nacional de Educação/MEC, uma vez que permitiu a participação de diversos atores institucionais para a sua estruturação. Consultas e audiências públicas foram estendidas, democraticamente, como instrumentos coletivos para revelar as motivações e demandas de diversos segmentos sociais. Desse modo, as Diretrizes foram instituídas mediante o Parecer CNE/CP/08/2012 e homologadas pela Resolução CNE/CP/01/2012. Visam, portanto, orientar as instituições públicas e privadas na construção e execução de políticas que considerem os conteúdos alusivos aos direitos humanos nos currículos, programas de formação e de materiais didáticos e paradidáticos. Destaca-se que foram decisões que abrangeram todas as áreas de conhecimento e cursos e nos diversos níveis de ensino, na pesquisa e extensão.

As referidas diretrizes apontam que os fundamentos teórico-metodológicos dos valores e das práticas na educação em direitos humanos, permitem possibilidades de ser explorados de formas diferenciadas condizentes com a realidade educacional. Destarte, as opções de desenvolvimento das atividades são: a) de modo transversal e interdisciplinar; b) mediante conteúdo específico que é desenvolvido em forma de disciplina componente da pesquisa e extensão e c) de forma mista com abordagens transversais e disciplinares.

Destaca-se que as normas que delineiam os processos de elaboração de programas, projetos e políticas públicas exigem mecanismos de igualdade de direitos e dignidade humana; reconhecimento e valorização das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; educação para a mudança e a transformação social; transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental.

Apesar dos esforços para as garantias políticas para uma educação em direitos humanos no Brasil, a sua prática efetiva encontra limitações no que condiz ao seu próprio princípio diante das resistências em abordagens entrelaçadas à pluralidade cultural, numa perspectiva intercultural, interdisciplinar e de cunho crítico-reflexiva. Percebe-se a necessidade de engajamento não exclusivamente de professores, mas da família da comunidade e, especialmente, do Estado. Conforme ressaltam Fernandes e Paduleto (2010), a relação escola-sociedade ocorre por intermédio de fundamentos dialéticos e exige intensas reflexões acerca dos princípios democráticos que, muitas vezes nem são aplicados de modo efetivo. Além disso, há que abandonar a concepção normativa, funcional e tecnicista de que os professores representam meros instrutores, responsáveis, de modo exclusivo, pelo ensino isolado e fragmentado de diferentes disciplinas.

Infelizmente, no Brasil, ainda não superamos a ideia de que propostas, leis e ações programáticas devem ser discutidas com os docentes. São estes os atores dos quais podemos obter ou não adesão frente a um novo paradigma. [...] Para que haja, de fato, a formação de professores em direitos humanos, é necessário que estes sejam percebidos como profissionais mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social. (FERNANDES e PALUDETO, 2010, p. 245)

Nesse sentido, as universidades e outros centros de formação de professores, com frequência, são convocados a reavaliar a estrutura dos cursos de licenciatura, especialmente, no tocante à dimensão polissêmica dos conteúdos associados aos direitos humanos, à relevância dos temas transversais e ao vínculo entre transversalidade e interdisciplinaridade como pressuposto para a organização curricular. Salienta-se que a prática em direitos humanos, não requer a introdução de uma disciplina específica, mas de profissionais capazes de compreender o currículo numa dimensão interdisciplinar e também transversal.

O principal desafio, portanto, concentra-se entendimento dos fundamentos da educação em direitos humanos como mecanismo capaz de abranger todo o processo educativo, questionar e avaliar as diferentes ações desenvolvidas na escola, desde a seleção dos conteúdos até os problemas de organização escolar. Tais considerações revelam que o papel do professor não se restringe apenas ao de um docente em sala de aula e que nem o aluno é um mero reproduzidor de discursos,

mas como agentes ativos na transformação da realidade e na ruptura de paradigmas que perpetuam limitações abstraídas por preconceitos, estereótipos e estigmas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma vasta discussão teórica acerca das designações e dos conceitos de educação nas sociedades contemporâneas. Todavia, as questões que envolvem especificamente a educação em direitos humanos são focos contínuos de ampla discussão em diferentes áreas do conhecimento, uma vez que afirmados ou negados, exaltados ou violados, os direitos humanos reafirmam-se como componentes essenciais das sociedades democráticas.

Os desafios que envolvem a consolidação das práticas educacionais voltadas para a educação em direitos humanos são grandes diante das limitações que circundam a sua compreensão e o viés interdisciplinar. A incongruência entre a proclamação contínua dos direitos humanos e sua aplicabilidade diante do cotidiano, conduz a pensar que os mesmos compõem apenas uma retórica e de modo descontextualizado. Tal condição é desafiante e reafirma situações de violação e impede que a educação seja instrumento real e eficaz de uma conjuntura democrática que fundamenta-se por princípios de solidariedade, justiça e liberdade.

As correlações entre democracia, cidadania e dos direitos humanos estão presentes em diferentes abordagens que envolvem os rumos da educação no Brasil, no entanto, a prática, não se manifesta como eficaz, uma vez em que há a prevalência de paradigmas que perpetuam valores discriminatórios disseminados historicamente. A desconstrução dos mesmos tendo em vista alterar a realidade dos educadores e educandos ainda requer esforço e persistência, apesar de iniciativas relevantes permeadas por ações democráticas e cidadãos em diferentes contextos educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, H. **O declínio do Estado-Nação e o fim dos Direitos do Homem**. In: *As origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.221-247.

BENEVIDES, Maria Victória. **Direitos Humanos: desafios para o século XXI**. IN:

SILVEIRA, R. G., *et al.* **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 335-371.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, decreto n. 7037, 2006.

CANDAU, V. M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. IN: *Revista Brasileira de Educação*, V. 13, n. 37 jan./abr. 2008, p. 45-56.

_____ ; SCAVINO, S. B. **Educação em direitos humanos e formação de educadores**. IN: *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013.
FERNANDES, A. V. M.; PALUDETO, M. C. **Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea**. IN: *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010, p. 233-249.

RODRIGUES; T. C.; ABRAMOWICZ; A. **Diversidade e as políticas públicas de educação**. IN: **Contrapontos: Revista de educação da Universidade do Vale do Itajaí**. Itajaí: UNIVALI, v. 11, n. 3, set./dez. 2001, p.9-26.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SADER, E. **Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade**. IN: SILVEIRA, R. M. G., *et al.* *Educação em Direitos*

Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p.75-83.

SACAVINO, S. **Educação em direitos humanos e democracia**. In: CANDAU, V.

M.; SACAVINO, S.. (Orgs.). *Educar em direitos humanos. Construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVEIRA, R. M. G. **Educação em/para os direitos humanos: entre a universalidade e as particularidades, uma perspectiva histórica.** IN: SILVEIRA,

R. M. G., *et al.* **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p.245-274.

VIOLA, S. E. A.; PIRES, T. V. **O Movimento de Direitos Humanos e a Produção da Democracia.** IN: BRABO, T. S. A.M.; REIS, M. dos. (Org.). *Educação, direitos humanos e exclusão social*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 23-36.

ZENAIDE; M. De N. T. **A educação em direitos humanos.** . IN: TOSI, Giuseppe. (Org.) *Direitos humanos: história, teoria e prática.* João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2005, p. 337-356.



O Outro em questão: Etnocentrismo e alteridade como desafios à democracia e aos direitos humanos

Gy Reis Gomes Brito¹

RESUMO

Ao se situar no campo da Antropologia, o presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre Direitos Humanos e Democracia, em busca de uma compreensão desafiadora do que é a luta pelo “direito a ter direitos”, ao mesmo tempo em que procura a partir do conceito de etnocentrismo, analisar como as negações ao direitos a ter direitos acontece dentro da construção da identidade individual e coletiva dos sujeitos sociais, a partir da ausência de uma política pública de distribuição universalista de riqueza pelo Estado.

Palavras-chave: Antropologia; Etnocentrismo; Políticas Públicas; Direito.

ABSTRACT

In the field of Anthropology, the present work aims to discuss Human Rights and Democracy, in search of a challenging understanding that is the struggle for the "right to have rights", at the same time as it seeks to show based on the concept of ethnocentrism, we analyze how the denials of the rights to have rights happens within the construction of the individual and collective identity of the social subjects from the absence of a public policy of universal distribution of wealth by the State.

Keywords: Anthropology; Ethnocentrism; Public policy; Right.

¹ Gy Reis Gomes Brito Professor de Educação Superior do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Doutor, Coordenador Pesquisador CNPQ Processo nº 442007/2017-5, Coordenador da Revista Alteridade.

INTRODUÇÃO

“De um lado conhecemos o grupo do “eu”, o “nosso” grupo que come igual, veste igual, gosta de coisas parecidas, conhece problemas do mesmo tipo, acredita-nos mesmos deuses, casa igual, mora no mesmo estilo, distribui o valor da mesma forma, empresta à vida significados em comum e procede por muitas maneiras, semelhantemente. Ai então nos deparou com o “outro”, o grupo do “diferente” que, às vezes, nem se quer faz coisas como as nossas ou quando as faz é de forma tal que não reconhecemos como possíveis”. E mais grave ainda, este “outro” também sobrevive á sua maneira, gosta dela, também esta no mundo e, ainda que diferente, também existe”. (ROCHA, 1998, P. 05)

O etnocentrismo norteia a visão imaginária que fazemos do outro e a sua representação, a partir dos nossos conceitos e tipo ideal de vida, cultura, religião e tantas outras questões que determinam a vida humana. O choque cultural parte do pressuposto da contestação das diferenças com o reforço da identidade do “nosso” grupo, a diferença é ameaçadora porque fere a “nossa” identidade cultural, o grupo do outro é visto como absurdo e inteligível da mesma forma aconteceu com os romanos que viam não civilizados como “bárbaros” e os portugueses viam os ameríndios como “selvagens”, portanto desde sempre os indivíduos tem atitudes etnocêntricas.

O etnocentrismo dentro da construção da identidade pode gerar preconceitos, que é o ato de negar o outro sem conhecê-lo e criar um espaço favorável para a dominação cultural. Diante do exposto aqui sobre situações etnocêntricas que norteiam a vida humana, faz-se necessário, refletirmos um pouco mais sobre “a invenção do conceito de homem”, abordado e difundido de maneira efetiva no século XVII, projetando ai uma forte necessidade de fundar uma ciência do homem. Trilhando um novo caminho em busca de uma melhor compreensão da questão da diferença (alteridade). Olhar para a diferença, sem homogeneizar, como se vivêssemos uma coisa só, total.

A sociedade do séc XVIII vive uma crise da identidade do humanismo e da consciência européia. Parte das suas elites busca sua identidade em um confronto com o distante, porque o que é próximo também está degenerado. O século XVIII, mostra a radiografia cruel da realidade européia: pobreza, doenças, epidemias,

roubo, aumento de impostos, corrupção, proletariado sofrendo com problemas de moradia, falta de terra, comida, servidão, pauperismo.

DESENVOLVIMENTO

Trabalhos publicados mostram a vontade de comparação entre as várias formas de humanidade. Começam a ser desenvolvidas as primeiras reflexões e questionamentos se não haveria uma natureza comum entre o homem da civilização e o selvagem: criança-lobo, homem no estado de natureza. Começa haver argumentos a favor de uma possível humanidade juntando os dois. Mas é complexa a resposta: se ele é humano, como justificar a colonização, a ocupação da terra do outro?

O método para descobrir a natureza dessa possível humanidade é indutivo: você observa os fatos particulares e extrai princípios gerais.

O homem é agora passível de ser compreendido pelo método empírico. Está em projeto o estudo de sua existência empírica. Esse projeto se dá no ocidente no século XVIII e se impõe como constitutivo da modernidade.² O Homem é sujeito e objeto do conhecimento.

A modernidade é uma revolução no pensamento. Já tem 200 anos. Marca o nascimento do sujeito. A história passa a ser vista como construção do sujeito.

No século XVIII há um novo enfoque científico para a construção antropológica.

1. Muda-se a natureza dos objetos observados. Exceto reflexões tímidas o homem era visto em segundo plano: ênfase para a busca cosmológica. No XVIII é o primeiro esboço do que se tornará antropologia social/cultural. Ênfase no entanto para os aspectos raciais (físicos) e biológicos.
2. As atividades de pesquisa estão cada vez mais organizadas. Antes XVI e XVII viajantes coletavam “curiosidades”. XVIII está em questão como coletar esses dados e o que é relevante. É necessário ver de perto. Nasce então a atividade de organização e sistematização dos dados, a chamada etnologia (estudo dos povos). Estados (metrópoles) contratavam viajantes para coletar os dados (pesquisas encomendadas) que iriam ser esclarecidos pelos filósofos:

² Utilizo como referência para construção desse texto as notas sobre o projeto de Homem do século XVIII, de professora Luci Helena Silva Martins, quando docente da disciplina de Antropologia na UNESP-1999/2000.

Rousseau, Diderot, Condorcet. Esclareciam com suas reflexões as informações trazidas.

3. Diderot escreve *Suplemento à viagem de Bouganville*. Prevaleceu na obra a ideia de que essas populações eram não civilizadas, povos parados no tempo; população arcaica, estacionada.

Forma-se nesse século o par viajante-filosofo. Mas nasce também uma crítica a esses “filósofos de gabinete” e institui a necessidade do observador (cientista) participar da própria existência dos grupos sociais observados.

Nesse tempo a diferença (o outro) não é aceita. O outro nunca é visto por si. Ou é inferior ou é igual (assimilacionismo).

Dois motivos pelos quais não há ainda uma ciência no século XVIII.

1. Não há distinção entre saber científico e saber filosófico. Não existe ainda a economia (Ricardo, Smith), a biologia (Georges Cuvier), a linguística. Mas é nesse século que o conceito de unidade e universalidade do homem é, pela primeira vez, afirmado. O conceito é, primeiro, filosófico, abstrato. (cf os filósofos jusnaturalistas: todo homem tem direito à vida, à proteção, à propriedade) Não vai até o homem particular, os autores pensam numa natureza humana abstrata, genérica. Historicamente, filosoficamente foi concluído que todo homem nasce livre e igual, com direito a vida, liberdade, igualdade, e propriedade.
2. O discurso antropológico se liga ao discurso histórico desse período. Concepção de uma história natural, liberada da teologia, no caminho do progresso universal. Isso tudo para justificar o sistema capitalista: único na história da humanidade a permitir a liberdade, a igualdade, a proteção à vida. (Estado) Se não consegue mais do que os olhos esclarecidos demonstram é porque tudo depende do processo natural de desenvolvimento da humanidade. Clara ênfase para a crença no progresso indiscutível.

Tem duas respostas para o enigma colocado pela existência do outro:

- a. resposta que confia nas vantagens da civilização e considera estranhas a ela própria outras formas de existência. Os outros são seres fora da história e da cultura.

- b. nostalgia do antigo que ainda subsiste em algum lugar. Lá os homens vivem em estado de felicidade (estado de natureza) contra o estado de infelicidade (civilização).

Comentário: Hoje, predomina a ideia abstrata de universalidade humana, da universalidade dos direitos, da igualdade e liberdade. Essas ideias abstratas moveram muitas lutas históricas.. No século XVIII, os pensadores elegem algumas características que viriam a definir o homem moderno. No Século XVIII, XIX e XX, esse ideal dialeticamente mobilizou pessoas, alimentou sonhos de liberdade e igualdade. Esses ideais encarnaram-se em alguns momentos históricos: vieram possibilitar a Comuna de Paris, a revolução russa, as greves e as lutas operárias, maio de 68, as Diretas já, movimento de minorias, mulheres, negros, índios, trabalhadores, unidos por uma identidade que a falsa homogeneização da sociedade lhes confere. Os ideais de igualdade, liberdade e justiça, eternizados devido a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem (1789), armam o nosso discurso contra o ódio racial e as injustiças sociais. São valores considerados universais, horizonte, baliza de julgamento, regra cabível de ser recorrida em casos particulares. As lutas sociais no século XX buscaram garantir aos indivíduos, direitos humanos, sociais e políticos: direito à infância, a educação, a uma vida digna, ao trabalho (o seguro desemprego, o igual salário para homens e mulheres, a diminuição da jornada de trabalho, férias remuneradas), moradia, alimentação. O problema é que grande parte dessa inserção se deu devido ao contrato de trabalho (seguridade social). E hoje, conforme disse Hannah Arendt, vivemos numa sociedade de trabalhadores sem trabalho (Arendt, A condição humana, p. 11)

Hoje a ideologia moderna ocidental fundada sobre a noção de individualismo, incorpora a nível dos estados nacionais (principalmente os pobres, porque os países ricos são relativamente protecionistas) a prática neoliberal: a desarticulação do Estado de Bem Estar Social (também chamado Welfare State) em favor da fórmula “laissez faire/laissez passer” (deixar fazer, deixar passar”) usado pelos teóricos do liberalismo, neoliberalismo e agora pelos ideólogos da globalização

Elabora-se, pois, no século XVIII, os fundamentos, o projeto, os primeiros germes de uma ciência humana, na qual o próprio antropólogo visita ou entra em

contato, conversa, estabelece comunicação com o outro a ser estudado. Primeiros a fazerem este contato: Boas e Malinowski.

O projeto antropológico do século XVIII supõe:

- a) construção do conceito de homem. O que é o homem? Ele é ao mesmo tempo sujeito do conhecimento (cientista) e objeto do conhecimento científico (paciente).

Nesse século, lembremos, está em projeto o nascimento de uma ciência. O homem é o objeto mais importante a ser observado. Todas as referências voltam-se para o homem, ser genérico. O que é o homem, qual a natureza humana, existe uma natureza humana? Qual é essa natureza? Ainda são os filósofos e outros pensadores a dar a resposta. (Hobbes, Locke, Rousseau).

- b) inicia-se um processo de não mais refletir sobre o homem mas de observar o homem, o outro, na sua existência concreta, no seu meio, suas relações de produção, suas instituições, seus pensamentos, sua linguagem.

Está em processo de gestação diferentes ciências (saber positivo, certo, reto, especializado.) O ser humano como um todo é objeto específico de um saber científico. No século seguinte nascerá a biologia (ser vivo), a economia (ser que trabalha), a psicologia (ser que pensa), a linguística (ser que fala); a sociologia (indivíduo, ser social), a antropologia. Todas as ciência estão preocupadas com o ser genérico, com ênfase em aspectos particulares.

As ciências sociais nascem moralizantes. A sociedade moderna é moralizante. O indivíduo que não se integra é inoportuno, é julgado errado, desviante. A sociedade (capitalista) está certa, o indivíduo errado. As leis devem inibir o comportamento desviante do indivíduo errado. Visão mecanicista. Se uma peça do relógio não funciona, troque a peça. Não há como entender a sociedade capitalista sem recorrer a leituras funcionalista. Ela foi concebida como um corpo social. E no corpo, o cérebro é compreendido como a parte que vale mais enquanto os membros são inferiores. É essa a concepção dos pais da Sociologia (Comte, Durkheim). No século XIX, quando a antropologia científica nasce (primeiros teóricos são Durkheim e o sobrinho Marcel Mauss), vem à ideia de que o objeto da observação não é o Homem, mas os indivíduos que pertencem a uma época e cultura. Quem observa

também não deve ser o filósofo esclarecido e sim o cientista, ele próprio um indivíduo pertencente a uma época e cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mais, desconfiemos da ideia de progresso automático. Desconfiemos da ideia de que estamos mais livres, mais conscientes e mais adultos do que no passado. Para que haja algum amadurecimento com relação ao nosso passado recente, é necessário que o cientista interrogue o outro e se interrogue também a si mesmo. Laplantine diz que centrados em nós mesmos, somos cegos com relação aos outros e míopes com relação a nós mesmos. A tarefa é longa e a antropologia mesmo depois de científica, cai em erros e justifica práticas discriminatórias tomadas como científicas.

E nessas práticas discriminatórias aqui elencadas, percebe-se que no campo da Antropologia, o conceito etnocêntrico, foi amplamente estudado e é nela que se concentra todo um arcabouço de estereótipo e preconceito, contribuindo como verdadeiros processos de estigmatização e discriminação decorrentes deles e se tornam perigos ocultos. Após uma breve exposição sobre o conceito de homem a partir da ciência antropológica e seus desdobramentos acerca do conceito de “etnocentrismo”, visitaremos as desigualdades brasileiras para termos uma visão mais próxima da nossa realidade, buscando assim a compreensão do desafio do “direito a ter direitos” no caso brasileiro. Segundo dados da cartilha: “Um BRASIL diferente está em nossas mãos” Brasília, 2005. Presidência da República, P.21 “ O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres”, é o que diz o estudo “A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo dados da pesquisa, em 1999 havia 14,5% da população brasileira vivendo em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34,1% com renda inferior à linha da pobreza, ou seja, com menos de um dólar por dia. Isso corresponde a 22 e 53 milhões de pessoas, respectivamente”. No entanto, o Brasil possui uma renda per capita (valor de tudo o que o país no ano dividido por sua população total) que o inclui no grupo de 36%

países mais ricos do mundo. Percebe-se aí uma notória discrepância na distribuição desta riqueza.

Para compreender tal situação de má distribuição de riqueza, é importante compreendermos o que são políticas públicas. Quem pode nos auxiliar nesta demanda é a cientista política Celina Souza que com muita habilidade e sistematização realizou uma revisão da literatura sobre políticas públicas, e ela própria nos afirma que como área do conhecimento, as políticas públicas surgiram nos EUA, inventando e reinventando novas formas de estudos que focalizavam as produções dos governos sem vínculo com as ações dos Estados. Segundo Celina Souza,

“(…) na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado- o governo-produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel dos Estados, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos” (Souza, 2006: 22).

Para Axel Honneth (2003; 2007), um dos defensores da ideia de que o reconhecimento é fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas, nos apresenta três tipos de negação do reconhecimento a cada negação ou desrespeito a um indivíduo ou coletivo, corresponde uma demanda por reconhecimento, atingindo assim, uma fase da consciência moral do indivíduo e da sociedade como um todo. São elas portanto: Negação por meio das humilhações físicas; negação dos direitos e exclusão social; negação da depreciação do estilo de vida dos indivíduos, impedindo assim que sujeitos obtenham a estima social. Axel, faz suas análises partindo do sentimento de injustiça associados à privação do amor, de direitos e de autoestima.

Atualmente, vivemos um processo de mudança social intensa com uma reestruturação do capital e, principalmente, no que diz respeito aos direitos e deveres de todos os cidadãos universalmente. As mudanças advindas da reestruturação do capital internacional nos últimos tempos, têm afetado enormemente o Brasil. Apesar deste contexto internacional, estudos antropológicos e sociológicos têm sido realizados, tentando contestar o raciocínio monológico que

reduz toda a vida social a uma motivação utilitária e econômica, desprezando a complexidade dos demais fatores sociais, culturais, morais, estéticos e ambientais que interferem frontalmente com inúmeras mudanças sociais.

O fosso existente no Brasil entre a população e o Estado é gritante no que se refere a distribuição de renda conforme dados elencados aqui anteriormente, dessa forma, o Brasil inicia sua trajetória histórica nesse novo século necessitando enfrentar, numa conjuntura econômica de grave restrição dos gastos na área social, em decorrência da restrição fiscal imposta ao Estado. Assim diante dessa política todos os direitos, inclusive os sociais dos trabalhadores se vinculam à condição existente dos trabalhadores no mercado formal de trabalho, não figurando os direitos universais, mas à uma política contributiva, compulsória e regulada pelo Estado.

O Estado se torna soberano em suas políticas voltadas para a classe trabalhadora, os princípios políticos, filosóficos e econômicos, estão atrelados ao mesmo, e funda-se aí um perfil de atuação do Estado Brasileiro segundo o qual cabe a ele cuidar tão-somente das partes segmentada da sociedade que importa para os seus sucessivos projetos econômicos vigentes, toda essa política se alicerça na classe trabalhadora, colocando em detrimento da mesma as questões sociais relevantes para os trabalhadores.

A temática aqui proposta é complexa e sabemos da existência de uma bibliografia extensa a respeito da mesma, mas entendemos que o Brasil têm avançado diante do caos social atualmente existente, apesar das lutas travadas com o Estado pelos movimentos sociais em busca de uma melhor qualidade de vida e uma política austera de redistribuição de renda humanizadora, é preciso continuar construindo uma crítica anti-utilitarista importante contra o projeto de ocidentalização do mundo, neste sentido apontamos a dádiva como detentora de elementos decisivos para o desenvolvimento, econômico, social e cultural. Segundo Mauss, (...) o que eles (as pessoas morais presentes ao contrato) trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis, coisas úteis economicamente. São antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos

quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e permanente. (Mauss, 2003, 191-192.)

Compartilho da ideia de Arendt (1994) de que são os humanos, no plural, que em vários momentos da história, que constroem tanto a teoria sobre os direitos humanos, quanto a sua sistemática negação ou aplicação, através das quais constroem cotidianamente as relações sociais que estabelecem.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. **A condição Humana**. Brasília, Forense Universitária, 2010

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das letras, 1986.

BOSI, Ecleia. **Problemas ligados à cultura das classes pobres**. (in) VALLE, Edênio et ali. (org) *A Cultura do povo*. São Paulo: EDUC, 1982.

_____. **Cultura de massa e Cultura popular: Leituras de operárias**. Cap. 2 e 3. Petropolis: Vozes, 1982.

Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos/ Centro de Assessoria Multiprofissional. Porto Alegre: CAMP, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COPANS, Jean. **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?** Lisboa: Ed. 70, 1971

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DE VORE, Irvén. A evolução da vida Social. (in) GEERTZ, Clifford; TAX, Sol et ali. **Panorama de Antropologia**. Brasil, Portugal: Ed. Fundo de Cultura, 1966, p. 19-29.

DURHAN, Eunice. **Bronislau Malinowski: Antropologia**. São Paulo: Atica 1986 (Arnonautas do pacífico ocidental/o significado do Kula).

ENGELS, F. Engel. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global. 1990

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio:PazeTerra, 1976

GATI, Pietrocola, Luci. **O que todo cidadão precisa saber sobre a sociedade de consumo**. Cadernos de Educação Política. São Paulo: Global, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça| GPP: módulo 1/ Orgs. Maria Luiza Heiborn, Leila Araújo, Andréia Barreto- Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: Secretaria para políticas para Mulheres, 2010.

GUIMARAES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Fco Alves, 1980. Cap. 3 e 5.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé & MATTOS, Patricia (orgs). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Anablume, 2007. P. 79 – 93.

Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação/ (organizadores) Regina Novaes e Paulo Vannuchi – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LESBAUPIN, Ivo. **As classes populares e os direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, Luci Helena Silva. **Notas para a disciplina de Antropologia**, curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 1999-2000. Pdf . meio eletrônico

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental**. Coleção Os pensadores.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NADER, Laura. **Perspectivas ganhas pelo trabalho de campo** (in) GEERTZ, Clifford; TAX, Sol et ali. *Panorama de Antropologia*. Brasil, Portugal: Ed. Fundo de Cultura, 1966.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O movimento dos conceitos na Antropologia**. Revista de Antropologia. USP, v. 36.

QUIROGA, Ana M.F. **A internacionalização da violência**., São Paulo: *Tempo e Presença*. CEDI. v. 15, n. 268, p 18-21, março/abril, 1993.

ROCHA, Guimarães P. Everardo. **O que é etnocentrismo**. 1 edição 1994, 5 edição: Editora Brasiliense.

SANTOS, Valdilene Teles. **Violência e cotidiano**: estudo do significado da violência para um grupo de mulheres que vivem na favela. São Paulo:PUC (dissertação de mestrado), 1989.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. Sociologias (on line), 2006

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América e a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.